

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

SELF MADE NATION:

DOMÍCIO DA GAMA E O PRAGMATISMO DO BOM SENSO

Tereza Cristina Nascimento França

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais do Brasil

Professor Orientador: Amado Luiz Cervo

Brasília

2007

AGRADECIMENTOS

Bertrand Russel em sua autobiografia destacou um espaço reservado aos afetos e à busca do conhecimento. E, como ele, eu também não ousaria não privilegiar este espaço ainda mais com uma pesquisa que se estendeu por quase treze anos e que me proporcionou a oportunidade de conhecer um largo número de pessoas de vários lugares do mundo. Um tempo que pareceu por vezes longo, outros curtos demais, mas em que eu aprendi muito. Um tempo em que muitas vezes eu tive a impressão de estar olhando a vida por cima do ombro de outrem... Destarte, permito-se proferir vários agradecimentos e pedir desculpas se alguém não foi lembrado.

Ao Arquivo Histórico do Itamaraty: a Isabel Regina Pessoa Correia, pela amizade e pela compreensão, ao Sr. Sebastião, pela paciência infinita com as listas intermináveis de pastas de pesquisa, ao embaixador João Hermes da Fonseca, pela presteza, pelas conversas e pelo memorável passeio ao museu, e ao diretor Álvaro da Costa Franco.

À Academia Brasileira de Letras, em especial a Alberto da Costa e Silva, pelo apoio institucional e pela ajuda no acesso aos arquivos; a Alberto Venâncio Filho, pela excelência das conversas; a Luiz Antonio de Souza, pela presteza, conhecimento e disposição pessoal; a Maria Oliveira e Paulino Leme, pela paciência e ajuda nos arquivos. A Luciano de Faro Mendes de Almeida, fotógrafo do quadro de Domício da Gama disponível no salão da Academia Brasileira de Letras, pela permissão dada para mostrar a sua foto do quadro de Domício da Gama.

À Fundação Joaquim Nabuco, pela permissão de utilização dos documentos do seu arquivo; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à biblioteca da *Notre Dame University*, à *Lima Library*; à Secretaria de Educação de Petrópolis, atual ocupante da casa do barão do Rio Branco, não somente por haver me granjeado a entrada, como também pela permissão para fotografar a casa.

Aos meus professores: Regina Wanderley, um dos mais importantes e constantes apoios da minha vida profissional; a Nicélio César Tonelli, *in memoriam*; ao professor Francisco Luiz T. Vinhosa, cuja sugestão de procurar a UnB foi fundamental para todo o desenrolar deste trabalho, pois foi graças a ela que embarquei nesta viagem;

ao Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, por sua generosidade em permitir que eu trabalhasse a seu lado em sala de aula; ao Professor Antonio Augusto Cançado Trindade, pelo incentivo aos estudos jurídicos;

À banca de avaliação desta tese: Profa. Dra. Tânia Maria Gomes Pechir Manzur, Prof. Dr. Antonio Lessa, Prof. Dr. Estevão Chaves Rezende Martins, Prof. Dr. Clodoaldo Bueno, Prof. Dr. Eugênio Vargas Garcia, pela participação. Ao meu mui querido orientador, Prof. Dr. Amado Luiz Cervo, especialmente por haver apostado em mim, mesmo sem me conhecer. Além de ser um profissional ímpar, o respeito que você, Amado, tem por seus alunos é um exemplo que procurarei seguir ao longo de toda a minha vida profissional.

À funcionária Odalva, pela sua amizade e carinho. E através dela, aos demais funcionários da pós-graduação. Aos meus alunos, de vários lugares, não somente pela presença durante o processo de escrita, como também pela ajuda na pesquisa ou mesmo interesse no tema.

Aos amigos. Não nomearei a todos porquanto abarcam vários lugares do mundo. Mas guardo na lembrança diversas manifestações de carinho acompanhadas da pergunta corriqueira e indefectível: *Como vai o Domicílio?* Em especial, me permito nomear Carlos Eduardo Vidigal e Denise Lúcia Camatari Galvão. Ao Vidigal pelas reuniões de trabalho para compartilhar idéias, “surtos”, e principalmente pela troca de experiências sobre os respectivos trabalhos passados, atuais e futuros. Apesar da distância temporal das nossas teses, criamos uma boa parceria argentina. À Denise, pela paciência auditiva, ajuda na leitura, na correção e pelo apoio.

À família, pela compreensão e paciência infinitas desde quando optei por embarcar nas searas dos muitos livros que sempre fui juntando. O apoio de vocês sempre foi a minha pedra fundamental. Sem o seu suporte não teria havido estrutura para nada. A Deus.

Dedico esta tese a Domício da Gama, cuja visão de história coincide com a minha: *“Desde o segredo da vaga cochichado ao ouvido até ao clamor dos turbilhões raivosos, escuto e entendo a voz do mar que é a História”*.

À minha mãe, flor da minha vida.

SUMÁRIO

Agradecimentos	ii
Abreviaturas utilizadas	ix
Lista de Figuras.....	x
Resumo	xi
Abstract.....	xii
Introdução	1
Capítulo 1 – Domício da Gama: Do Ambiente e Influências à Individualidade	4
1.1 - O tempo da história: o papel da biografia na História-Memória	4
1.1.2 – Esquadrinhando a Zona de Penumbra	12
1.1.3 - O Recinto Público e o Privado	18
1.2 - O Indivíduo Domício da Gama	21
1.2.1 - Aprendizado informal: Influências de Raul Pompéia e Capistrano de Abreu	28
1.2.2 - Na rota do Tagus: Queiróz, Prado e Rio Branco	32
1.3 - Da Literatura à Diplomacia	42
1.3.1 - A República e a reação dos “brasileuropéios”	47
Capítulo 2 – Uma Questão de Fronteiras: Domício da Gama entre a Literatura e a Diplomacia.....	54
2.1 - A Questão de Palmas	57
2.1.1 - Da Escolha dos Integrantes para a Missão Brasileira em Washington	63
2.1.2 - A Nomeação de Domício da Gama para a Missão de Palmas	66
2.2 – Entre a Academia Brasileira de Letras e o Ministério das Relações Exteriores	83
2.2.1 - A Cadeira 33	90
2.2.2 - O Exame de Entrada no Ministério das Relações Exteriores	98
2.3 – Aposentadoria de João Chinchila?	102
2.3.1 - Secretariar o Barão no Itamaraty ou Permanecer na Europa?	110

Capítulo 3 – Domício da Gama e o Gabinete de Petrópolis	122
3.1 – A Função de Domício da Gama no Gabinete de Petrópolis	127
3.1.1 – A Questão Acreana	132
3.1.2 – O Tratado de Petrópolis	142
3.2 – Os “Mosqueteiros Intelectuais” de Rio Branco	149
3.3 – A Movimentação do Meio Diplomático e a Reforma da Secretaria	156
Capítulo 4 – Fim do <i>In Partibus</i> : Domício da Gama na República do Peru	162
4.1 – O Longo Fim do <i>In Partibus</i>	162
4.1.1 - No Compasso da Questão Acreana	170
4.1.2 - Fatuidades Humanas em torno da Legação de Lima	179
4.2 – Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Peru	185
4.2.1 - A Cadência das Negociações Tratadísticas	192
4.3 – Tecendo Relações Humanas	198
Capítulo 5 – Conseqüências do Sistema do Bombo: Domício da Gama e as Antinomias Argentinas de 1908	203
5.1 – O Sistema do Bombo e o Equilíbrio Regional	203
5.1.2 – Um <i>Crescendo</i> de Hostilidades Regionais: O Longo Ano de 1908	212
5.2 – Domício da Gama na Argentina	225
5.2.1 – O Fator Estanislao Zeballos	232
5.2.2 – As Forças Profundas de um <i>Sforzando</i> : O Telegrama n° 9 <i>versus</i> o Tratado Geral de Arbitramento	236
5.3 – O Incidente Gama-La Plaza no Jockey Club de Buenos Aires	249
5.3.1 – Em Busca do <i>Diminuendo</i> : A Diplomacia da Franqueza <i>versus</i> a Diplomacia da Desconfiança	260
Capítulo 6 – <i>Self Made Nation</i> : Gênese e Legado do pensamento diplomático de Domício da Gama	271
6.1 – O <i>Self Made Nation</i> de Domício da Gama	277
6.1.1 – Estados Unidos da América: Dois embaixadores, duas visões	282
6.2 – O Caso da valorização do Café	288
6.2.1 – Da morte do barão do Rio Branco à ascensão de Lauro Müller	296
6.2.2 – Domício da Gama e Lauro Müller	300

6.4 – O <i>Self Made Nation</i> na <i>Pan American Society</i>	311
6.4.1 – A Dimensão política de Domício da Gama	315
6.4.2 - A Projeção das Idéias de Domício da Gama	326
Conclusões	331
Anexos:	337
A) Cronologia de Domício da Gama	337
B) Convenção Especial de Comercio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites Brasil e Peru assinado em 23 de outubro de 1851.	342
C) Tratado de 1885	344
D) Decreto especial do presidente Juárez Celman de 3 de dezembro de 1889, reconhecendo a República brasileira	345
E) Tratado de Montevideú – 25 de janeiro de 1890	346
F) Laudo Arbitral de 1895 – Brasil/ Argentina	348
G) O Tratado de Petrópolis, ou Permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia, foi assinado em 17 de novembro de 1903.	350
H) Versão do telegrama numero 9 publicada nos jornais argentinos em 30 de outubro de 1908	354
I) O telegrama numero 9 apresentado pelo Brasil ao governo argentino e aos jornais argentinos	355
J) Tratado da Lagoa Mirim – Brasil/Uruguai de 30 de outubro de 1909	357
Fontes e Bibliografia:.....	361
A) Fontes Primárias	361
Arquivos da Academia Brasileira de Letras – Rio de Janeiro	361
Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro	363
Arquivos da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro	365
Arquivos da Fundação Joaquim Nabuco(FJN). Recife.	366
Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Rio de Janeiro.	367
Arquivo da Catholic University of America (CUA) Washington.	374
Domício da Gama	374
B) Fontes Impressas	374

Anais Brasileiros	375
Anais Norte-americanos	375
Artigos e páginas da Internet	376
C) Referências bibliográficas.....	380
D) Teses e dissertações	393
E) Entrevistas e Palestras	394
F) Documentario	394

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACD	Arquivo da Câmara dos Deputados
ACN	Arquivo do Congresso Nacional
ADG	Arquivo Domício da Gama
AGA	Arquivo Graça Aranha
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
ALN	Arquivo da Liga das Nações
AN	Arquivo Nacional
APBRB	Arquivo particular do barão do Rio Branco
ASGA	Arquivo Sylvino Gurgel do Amaral
ASF	Arquivo do Senado Federal
BN	Biblioteca Nacional
CCN	Coleção Coelho Netto
CDG	Coleção Domício da Gama
CUA	Catholic University of América
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MDB	Missões Diplomáticas Brasileiras
NARA	National Archives and Records Administration
PRO	Public Record Office - Londres.

LISTA DE FIGURAS

- Gráfico 1 Gráfico da Produção intelectual de Domício da Gama.
- Mapa 1 Arquivos da Diplomacia Brasileira - Mapas Históricos. **A questão de Palmas.**
- Mapa 2 **Mapa da Linha Verde** - FONTE: GOES, Synésio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – Aspectos da descoberta do continente da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Pág. 136.
- Foto 1 Foto tirada em Petrópolis na ocasião da assinatura do tratado de Petrópolis.
- Foto 2 Foto tirada pela autora em ocasião de uma visita à casa da Westphalia, em Petrópolis.
- Mapa 3 Proposta de Hernán Velarde sobre as três zonas.
- Foto 3 Frete e verso do telegrama n° 9 enviado por Lisboa à legação brasileira em Buenos Aires.
- Foto 4 Conteúdo do telegrama n° 9 recebido pela Legação brasileira em Buenos Aires.
- Foto 5 New York Herald, 28 de maio de 1912.
- Foto 6 Charge sobre Domício da Gama.
- Foto 7 e 8 Domício da Gama.
- Foto 9 Foto tirada por ocasião de uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889. Sentados, da esquerda pra direita: o barão do Rio Branco, Eduardo Prado, Sant'Anna Nery e Ramalho Ortigão. Em pé: Domício da Gama, visconde de Cavalcanti, Ladislau Neto, o barão do Estrela e o barão de Albuquerque
- Foto 10 e 11 Domício da Gama com a família de Eça de Queiroz, e com Eça.
- Foto 12 Legação brasileira em Londres: Sentados: Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Manoel de Oliveira Lima. Em pé: Sylvino Gurgel do Amaral e Domício da Gama
- Foto 13 Equipe da Questão de Palmas.
- Foto 14 Jantar oferecido pelo barão do Rio Branco a Domício da Gama por ocasião de sua partida para os Estados Unidos da América.
- Foto 15 Domício da Gama por volta dos vinte anos.
- Foto 16 Retrato de Domício da Gama que está na sala do Barão no Palácio Itamaraty.
- Foto 17 Duas das últimas fotos de Domício da Gama
- Foto 18 Telegrama n° 9 apresentado pelo Brasil ao governo argentino e aos jornais argentinos.

RESUMO

Domício da Gama foi um diplomata que zelou pelos interesses do Brasil de modo muito particular. Guiado por sua própria norma de conduta, entendia que, caso fosse necessário, deveria estragar a sua própria situação em nome dos interesses nacionais. Vigilante e atento a tudo o que interessava ao Brasil, foi, antes de tudo, uma pessoa que optou por não chamar a atenção para si.

Seu legado para a inserção internacional do Brasil foi uma visão de um Brasil forte por mérito próprio, e não utilizando o *marchar se possível* de Rio Branco ou ainda o *marchar com* de Lauro Müller. Nesta visão altaneira e exigente de um comportamento com densidade nacional, enquanto um bloco de condições fundamentais derivadas e instrumentais, percebe-se o quanto o pensamento de Domício da Gama era diferente dos seus coetâneos, visionário, ao pensar além de sua época. Ao estabelecer a proteção dos interesses nacionais como condição *sine qua non* para a preservação da identidade nacional em negociações internacionais, ele criou um limite fundamental entre as pretensões dos estados, seus relacionamentos e ingerências internas. Domício da Gama estabeleceu interesses nacionais enquanto paradigmas para a inserção do Estado nas relações internacionais, por não acreditar em amizades coletivas. Ao considerar que o hábito intervencionista norte-americano beirava os limites da descortesia internacional, ele pareceu vislumbrar um cenário que estaria em andamento cem anos depois.

ABSTRACT

Domício da Gama was a diplomat who watched over Brazilian interests in a very particular way. Guided for his own norms of behavior, he understood that if necessary he should ruin his personal situation on behalf of national interests. Paying attention to everything what concerned Brazil he was above all a person who chose not to attract attention for himself. His legacy for the international insertion of Brazil was a perception of an autonomous, self-made country, neither employing Rio Branco's "*possible marching*", nor Lauro Müller's "*still marching with*".

From this point-of-view, for behaving consistently with national demands, considering existing constraints, Domício da Gama was different from his contemporary personalities. For practicing thoughts beyond his epoch, he was a visionary. Protecting national interests as *sine qua non* condition for national identity preservation at international negotiations, he created a fundamental line between states' intents, their relationships and internal interventions. Domício da Gama consolidated national interests as paradigms for state's insertion in international relations, for not believing in collective friendships. Considering that North-American interventionism was near international discourtesy, he glimpsed a scenario that would become reality about one hundred years later.

Para perseverar é preciso crer, e só no coração se alimenta a fé, a paixão patriótica.

Domício da Gama

Foi um tempo singularmente nobre.

Domício da Gama

Falar o nome de um morto é fazê-lo reviver novamente

Preceito egípcio

INTRODUÇÃO

Por que estudar Domício da Gama? Joaquim Nabuco, em seu diário, escreveu que Domício da Gama era “um caso dessa rara, esquisita, intocável, sensibilidade de tantos brasileiros, que intimida o espírito, mas forma o caráter” e, por tal razão, esse sentimento deveria ser estudado. O tempo de vida de Domício da Gama se entrelaça com o do barão do Rio Branco, que teve, dentre o seu rol de capacidades, a peculiaridade de saber angariar ajudantes competentes, tendo construído em torno dele uma plêiade com a qual listou sucessivas vitórias diplomáticas, que o permitiu profissionalizar e modernizar o Ministério das Relações Exteriores. Domício da Gama fez parte dessa equipe como um dos mais próximos, senão o mais imediato, de Rio Branco, sendo, na mesma proporção, um dos menos conhecidos pela historiografia. Foi exatamente a falta de informações que iniciou esta pesquisa treze anos atrás. Busquei, através de pequenas informações pessoais, engastar, como se fosse um quebra-cabeças, um caminho de pesquisa, para assim estabelecer o quanto esta invisibilidade seria hipotética ou não. Por meio de quatro indicações profissionais dele, que foi jornalista, geógrafo, acadêmico e diplomata, que determinaram-se inicialmente os lugares de memórias a serem pesquisados: Academia Brasileira de Letras, Arquivo Histórico do Itamaraty, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. Cada um destes lugares guardava um aspecto pessoal ou profissional de Domício da Gama, o que indicava também a necessidade de reunião dos dados.

Os vinte e quatro anos de amizade entre Domício da Gama e Rio Branco confirmavam a necessidade de o recorte sobre Domício da Gama versar necessariamente pelos tempos Rio Branco, para verificar se ele foi uma parte proativa da plêiade ou apenas um seguidor de ordens. No entanto, ao direcionar a pesquisa para uma tese de doutorado, instou-se a necessidade de um recorte temático que pudesse ser tratado em um espaço tempo de quatro anos. Por essa razão, o presente estudo não irá cobrir a biografia completa de Domício da Gama, e sim um recorte de suas idéias, concernentes a um programa de doutorado, deixando a necessária e requerida continuidade para um momento posterior. Porém, mesmo com a decisão de trabalhar idéias sobre um recorte temporal e biográfico adequado a perguntas específicas, haveria a necessidade de composições estruturais biográficas que trouxessem à tona a vida pessoal de Domício da Gama, para que se

puddesse chegar ao diplomata. Assim sendo, uma estrutura de tratamento biográfico foi montada para a presente tese, e utilizada enquanto recorte para tratar das idéias de Domício da Gama.

Estabelecida tal escolha metodológica, o tempo passou a ser revisitado e tratado não somente enquanto eixo temático, como também de modo cronológico, para que se percebesse a importância da ação independente de Domício da Gama. Foi neste desenrolar que se desenvolveu o seu comportamento e seu modo de pensar a inserção diplomática do Brasil no mundo, que ele chamou de *Self Made Nation*. Deste modo, o objetivo primário desta tese é buscar o escopo humano de Domício da Gama, mais do que simplesmente buscar nexos em suas ações, para, a partir daí, ler seus atos diplomáticos enquanto uma ação heurística única. Com isso, têm-se três grandes objetivos. O primeiro busca enquadrá-lo na historiografia atual e entender o porquê do silêncio em torno de sua figura. Abordada no primeiro capítulo, identifica-se uma *zona de penumbra*, sendo uma construção teórica instrumental para localizar o lugar de Domício da Gama na historiografia, entre a memória comum e a memória enquadrada, ou seja, na zona de penumbra.

O segundo objetivo surgiu do acompanhar da vida de Domício da Gama, que, de correspondente estrangeiro e escritor, havia se encaminhado para a diplomacia, trazendo à luz não somente os bastidores das negociações de fronteiras, mas como o início da série crise pessoal entre continuar nas letras ou seguir a diplomacia. Nessa crise interpunha-se a criaturização de Domício da Gama ante Rio Branco. Essa idéia foi dividida em três momentos iniciais – criatura imbricada, criatura tutelada e criatura sob a sombra – e dois finais – a continuidade imposta e a tentativa de saída. Estes últimos são fundamentais para o entender o terceiro e maior objetivo deste estudo e título desta tese: o *Self Made Nation*. Esse objetivo é na verdade uma hipótese sobre como Domício da Gama pensava a inserção sistêmica do Brasil no contexto internacional. Em lugar de se buscar uma tradução do termo, optou-se por manter a grafia original, conforme expressada por Domício da Gama.

A própria expressão *Self Made Nation*, bem como a idéia do pragmatismo do bom senso, reflete o raciocínio de Domício da Gama, ao pensar uma inclusão sistêmica internacional do Brasil de modo pragmático, por autoescolha, e não por indicação ou para marchar conforme instruções de outro estado. A singularidade de tal pensamento está não

somente atrelada a sua temporalidade, mas também ao modo como ela surgiu e foi defendida. Por esta razão, a análise sofre uma mudança na sua apresentação. Até 1908, o tempo cronológico se apresenta corrido para então, nos dois capítulos restantes, se apresentar ligado a dois anos específicos: 1908 e 1912. Esta escolha demarcatória deveu-se à apresentação do *Self Made Nation*, a um apontamento da existência deste pensamento singular, por sua aparição e utilização temporal. Em 1908, na Argentina, Domicio da Gama retomou uma idéia cara a ele – o não-intervencionismo e o não-gerenciamento de um Estado em outro –, antiga em seu pensamento, defendendo o Brasil, sustentado por ordens superiores, mas se portando conforme o seu próprio pensamento. Assim, em 1912, ele defendeu o *Self Made Nation* por ocasião de um banquete da Sociedade panamericana em Nova Iorque, quando expôs ao meio diplomático o seu pensamento e suas idéias.

CAPÍTULO 1 – DOMÍCIO DA GAMA: DO AMBIENTE E INFLUÊNCIAS À INDIVIDUALIDADE

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem, no entanto vê-los; toca-os, mas não os sente; existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nestas condições, um certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade.

Aléxis de Tocqueville

A memória sempre pertence a nossa época e está intimamente ligada ao presente eterno; a história é uma representação do passado.

Pierre Nora

1.1 - O TEMPO DA HISTÓRIA: O PAPEL DA BIOGRAFIA NA HISTÓRIA-MEMÓRIA

A história, como dizia Lucien Febvre, não se aprende, se compreende. Ao defender a necessidade de não criar barreiras entre a ação e o pensamento, Febvre afiançou que a ligação entre a história e a vida era atrelada por mil passos sutis: “entre as condições diversas e sincrônicas, de existência dos homens: condições materiais, condições técnicas, condições espirituais. É aí que a história encontra a vida.”¹ E, com isso, defendeu, juntamente com Marc Bloch, um *École des Annales* vivo, porque viver é mudar. É adaptar-se a um mundo perpetuamente escorregadio. E com a vida deveria haver um envolvimento e não o contentamento em presenciar da costa o que se passava no mar em fúria. Ao homem, ser social e objeto da história, não cabe a imutabilidade. Capturando a fórmula de Gustave Monod, deve-se “aperceber da sua situação de homem simultaneamente no tempo e no espaço”,² para assim entender o tempo e a própria história.

A proposta dos *Annales* era repensar novas abordagens do passado em colaboração com as ciências sociais por meio da busca de alternativas metodológicas e

¹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1977, vol. 1, p. 55.

² FEBVRE, Lucien. **Idem**, p. 65.

teóricas compatíveis com o objetivo do trabalho, a história-problema. Esse jeito de fazer história revolucionou o olhar da história tradicional, que até então estava organizada em torno do feito dos grandes homens. Ao trazer o indivíduo comum para o cerne do fazer histórico, a Escola dos *Annales* provocou os historiadores. Marc Bloch advertiu, lembrando Henri Pirenne, que um erudito que não gostasse de olhar ao redor de si talvez devesse ser mais prudente e renunciar ao título de historiador e merecesse o nome de antiquário.³ Assim como a vida, o tempo tem um *continuum* que está perpetuamente sendo mudado. E de tal antítese surgem os grandes problemas da pesquisa histórica⁴. O olhar do historiador é o que faz a história existir. A partir desse momento cria-se uma relação única, marcada pela causalidade e a previsibilidade, avanços e recuos que a história submete qualquer homem que adentre seu curto ou, mesmo, longo labirinto de temporalidade.

Os tempos históricos, com a análise da relação entre o presente e o passado, suas durações e rupturas, foram amplamente desenvolvidos por outro pesquisador dos *Annales*, Fernand Braudel. Sua *long durée*,⁵ foi uma revolução epistemológica do conceito do tempo histórico, com suas permanências e realidades duradouras nos processos históricos, das relações do ser humano com o meio e nas formas de vida coletiva. Braudel,⁶ ao examinar os arcabouços históricos, abriu o foco da análise do historiador para o meio e as estruturas relacionais e, com isso, chamou a atenção para o fator tempo e suas velocidades. Braudel então afirmou que a história não foi feita somente pelos grandes homens e, por causa disso, o historiador deve desviar seu olhar deles e buscar a história dos grupos humanos. Os acontecimentos da história são tais quais feixes de tempos, cuja velocidade e diversidade é tão imprevisível quanto o mar, que, às vezes, é tomado de marés profundas, violentas, outras vezes, tranqüilo e sem mudanças visíveis. À rapidez dos acontecimentos, ele contrapôs a vida material, criando duas velocidades temporais de análise: o meio no qual o

³ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história** ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁴ Idem.

⁵ Segundo Braudel, a história situa-se em três escalões: a concepção positivista onde a história dos acontecimentos que se insere no tempo curto; a meia encosta, uma história conjuntural, com um ritmo mais lento e em profundidade a história estrutural de longa duração, que põe em questão os séculos.

⁶ BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983. 2v. BRAUDEL, Fernand. Une vie pour l'histoire. Magazine Littéraire, n.212, p.18-24, nov.1984, p. 24.

homem vivia e o tempo individual de circulação dos homens e das idéias.⁷ Com isso, ele infere que há, de fato, dois tempos. Uma rápida oscilação de acontecimentos, que ele nomeia de pequenas ondas na superfície do mar, e a água profunda, onde está a história mais lenta dos grupos humanos.

De tal modo, o espaço-tempo, buscando e incorporando construções de recíproco entendimento, se inseriu como um caminho em busca da problemática de trabalho, e seus possíveis desdobramentos assentaram-se como o maior desafio dos historiadores dos *Annales*. No largo horizonte da história total, cujo maior atrativo talvez esteja no fato de que avança como procissão espanhola, dois passos para frente e um para trás, pois cada progresso completado coloca novos problemas. Como disse Marc Bloch, o tempo humano sempre será rebelde à uniformidade do tempo do relógio.⁸ O fato de cada sociedade e, por conseguinte, o indivíduo, viver em um arcação temporal próprio, concomitante à idéia de o tempo ser o senhor dos destinos e das ações, permite que a linearidade do tempo venha a confundir quem nele vive.

Portanto, nas análises do tempo cotidiano e das mentalidades, a vida cotidiana só tem valor histórico e científico no seio de uma abordagem dos sistemas históricos que contribuem para explicar o seu funcionamento.⁹ A complexidade de tais relações impede que se ignorem tais aspectos, principalmente se um indivíduo, como o presente objeto de estudo, Domício da Gama, viveu entre séculos profundamente marcados pela mudança de diferentes velocidades temporais histórico-sociais, como os séculos XIX e XX. Pensando com Alain Corbin, o século XIX é marcado pela aprendizagem dos tempos curtos, da precisão.¹⁰ Já o século XX, em contrapartida, é um tempo determinado, breve e interessante.¹¹ Hobsbawm, ao comparar os dois séculos, usa a imagem de um trem subindo a ladeira que, quando alcança o topo, vem a descer sem controle. Apesar de o século XX haver primado pelos extremos e pelas massas, pelo progresso científico e tecnológico, não

⁷ Idem.

⁸ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Op. Cit.**, 2002.

⁹ LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

¹⁰ VIDAL, Laurent. Alain Corbin o prazer do historiador. **Revista Brasileira História**, Jan./Jun 2005, vol.25, no.49, p.11-31. ISSN 0102-0188.

¹¹ HOBBSAWM, Eric **A Era dos Extremos - O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; HOBBSAWM, Eric **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

significou, necessariamente, parafraseando Goethe em Fausto, a melhoria das relações humanas.

Uma das maiores operações em curso na história é a história-memória, cujo mote principal está em identificar um país, um grupo, uma aldeia ou um indivíduo. A memória que, por conta do seu poder, descobre como anonimizar um indivíduo é, antes de qualquer coisa, a essência da identidade,¹² daí a sua impossibilidade de ser dissociada das lembranças do passado e da tradição. Para Pierre Nora, o fato de a memória apelar para a emoção, o saber e os sentidos, tanto quanto para o culto aos grandes nomes, a faz se prender a tudo e a nada, e a uma impressão para captar o aspecto mais secreto da história.¹³ Nora assinala que há dois tipos de memória: uma tradicional (imediate) e uma transformada por sua passagem em história. Ele ressalta que, na medida em que “desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”.¹⁴ Assim, os sentimentos, as memórias e as frustrações pessoais, não devem ser excluídos desta análise, por conta de duas visões pilares para este trabalho: Pierre Renouvin e Giovanni Levi. Renouvin afirma que os valores são, sem dúvida alguma, uma faceta fundamental das forças profundas e estudar as relações internacionais “sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem de Estado seria negligenciar um fator importante às vezes essencial”¹⁵.

Giovanni Levi assevera que toda biografia integra implicitamente uma teoria de ação, pois a personagem central da história é um ser tanto racional como irracional, que é guiado por seus interesses e por suas paixões. A inclinação natural, para o autor de uma biografia, é apoiar-se em um modelo que “associe uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”.¹⁶ Desse

¹² LE GOFF, Jacques “Memória” in **Enciclopédia Einaudi, Memória - História** (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, p.46.

¹³ NORA, Pierre **Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

¹⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.15.

¹⁵ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean, **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967, p 6.

¹⁶ LEVI, Giovanni. "Usos da biografia", in FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.), **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

modo, para Levi, a biografia torna-se importante para observar as maneiras pelas quais os sistemas normativos de uma época funcionam, sendo que para ele nenhum destes sistemas é suficientemente organizado para eliminar “toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação”. A biografia ressalta que estes sistemas normativos nunca estão isentos de contradições.

Dessa maneira, a perspectiva é levantar aquilo que Domício da Gama foi capaz de fazer e se ele interagiu com esses sistemas. Assim sendo, o fio condutor deste trabalho repousa na permanente tensão entre a esfera individual e a coletiva. O início se dará necessariamente pela busca dos aspectos pessoais da vida de Domício da Gama e sua inserção no meio, tal como o modo de agir e de pensar dos seus coetâneos, apresentando a história em redor dele na medida em que Gama se envolveu com os acontecimentos históricos. Tal corte se faz necessário não somente para buscar o indivíduo no espaço de sua época, mas como para responder às duas problemáticas principais deste capítulo: como ele se formou e qual a relação entre ele e o barão do Rio Branco.

Jacques LeGoff em seu *São Luís* afirma que a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história, por confrontar o historiador com os problemas de seu ofício,¹⁷ já que o seu pressuposto principal é reinserir no panorama historiográfico uma pessoa. Uma biografia compõe-se de homogeneidade documental, de fatos e atos. Mesmo quando não houver documentos escritos, os silêncios da história falam mais do que a própria palavra escrita e o documento-monumento.¹⁸ Assim, a falta de inocência dos documentos¹⁹ torna-os fundamentais não somente para o processo da biografia, mas, sobretudo, por conta do seu compromisso de efeito do real para introduzir a convicção da verdade histórica. Cada documento, porém, é produto de sua época e deve ser analisado sob tal premissa.

Destarte, assim como cada documento é produto de sua época, cada sociedade também o é. O primeiro desafio de qualquer trabalho com linhas biográficas, portanto, é o tempo, o que ele mostra e o que recobre. Jacques LeGoff, que vê a história caminhando

¹⁷ LE GOFF, Jacques. **São Luís**. São Luiz. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 20.

¹⁸ LE GOFF, J. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 86.

mais ou menos depressa, alerta, porém, que as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo, tornando-se imperativo o estudo das estruturas.²⁰ Pensando com Fernand Braudel, entende-se que a estrutura é montagem, arquitetura e realidade em que o tempo se gasta mal e veicula muito longamente.²¹ Entretanto, apesar da atuação lenta do tempo nas estruturas sociais, há a existência de um espaço menos lento correspondente às transformações políticas. Trata-se de uma atmosfera que se compõe de numerosos e diversos ritmos, cujo esclarecimento constitui-se um dos deveres do historiador, no entender de Marc Bloch,²² já que abarca “uma polifonia que não vai mais longe que as relações entre estrutura, conjuntura e acontecimento”.²³ Daí a importância dos arquivos, que darão ao historiador um lugar de observação privilegiado de uma época. É o cerne da dinâmica expressa por Marc Ferro de que, sem arquivos, não há legitimidade. O problema do estudo dos arquivos é verificar sua credibilidade. Para isso, é preciso confrontá-los a outros arquivos e não retirá-los do seu contexto.

Achar o equilíbrio entre o público e o privado, entre o sentimento e a racionalização, em que se debate o imaginário social, é, talvez, voltar a 1938, quando Lucien Febvre indicava direções de pesquisa pedindo que se abrisse “um vasto inquérito coletivo sobre os sentimentos fundamentais dos homens e suas modalidades”.²⁴ Nessa arqueologia da memória, percebe-se a perda do que seria a biografia do corpo, ficando apenas o corpo da biografia, como parte do imaginário social. Ao contrário da história social, a biografia tem como cerne a singularidade do seu objeto de pesquisa. O problema aqui é, parafraseando Corbin, detectar e não decretar. Em quais espaços Domício da Gama viveu e interagiu? Para tal, é necessário descobrir o que, como e quando ele interagiu, ou não, com o meio. É um ato de pensar como ele e, ao mesmo tempo, afastar-se do foco e observá-lo de todos os ângulos. Corbin aconselha a deixar emergir o sentido quando o historiador está frente a um documento, para evitar imposições. Uma pesquisa é uma imersão no tempo que pode ser feita em questão de minutos. Basta saltar do carro e adentrar um recinto como o Arquivo Histórico do Itamaraty para perceber como a viagem

²⁰ LE GOFF, Jacques (1999).

²¹ BRAUDEL, F. “Histoire et sciences sociales. La longue durée”, In: POMIAN, Krzysztof “ História das Estruturas”, *Apud*: LE GOFF, Jacques. *Op Cit*, p.98.

²² BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Op. Cit.**

²³ Idem.

²⁴ FEBVRE, Lucien. **Op. Cit.**, p. 182.

pode ser iniciada sofismada por bustos silenciosamente perfilados a contemplar os visitantes...

Um dos pontos mais interessantes da biografia está no fato de a causalidade ter uma complexidade em seus mecanismos que supera largamente a tríade causa-fato-conseqüência. A biografia se remete a uma simultaneidade de diferentes atitudes dos indivíduos e dos grupos, o que permite reconstruir contextos sociais em que o indivíduo, ou os indivíduos atuaram, para denotar a sua singularidade ou não, em relação ao seu próprio tempo. Será que, apesar do apelo universal que parecem ter as histórias pessoais, estaria certo dizer que bastaria resumi-las em termos de vida, trajetória e profissão, para descrever uma vida? Não. A percepção da representatividade das ações e das emoções é a atitude fundamental para tal estilo de fazer história.

No Brasil, nas últimas duas décadas do século XX, o gênero biográfico veio se revitalizando, não somente como um estilo que chamou a atenção do mercado editorial, mas também da própria academia brasileira. Ainda que haja certa timidez de produção em relação à de outros países como, por exemplo, a Inglaterra, pode-se notar um aumento crescente de interesse, a partir das últimas décadas do século XX. O resgate da memória biográfica brasileira vem se manifestando em trabalhos como *Mauá* de Jorge Caldeira,²⁵ *Raul Pompéia* de Camil Capaz,²⁶ *D. Pedro II* de Lilia Moritz Schwarcz²⁷. A Coleção Formadores do Brasil,²⁸ Renato Lemos, *Benjamin Constant*,²⁹ Luiz Felipe D'Ávila e seu *Dona Veridiana*³⁰ e o *Morte na República* de Vera Lúcia B. Borges sobre os últimos anos

²⁵ CALDEIRA, Jorge. **Mauá** – Empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁶ CAPAZ, Camil. **Raul Pompéia**. [São Paulo]: Gryphus, 2001.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador** - d. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

²⁸ Os nove títulos que foram editados pela editora 34 são: **Diogo Antônio Feijó**: organização e introdução de Jorge Caldeira; **Bernardo Pereira de Vasconcelos**: organização e introdução de José Murilo de Carvalho; **Visconde de Cairu**: organização e introdução de Antonio Penaves Rocha; **Hipólito José da Costa**: organização e introdução de Sergio Góes de Paula; **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**: organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello; **Visconde do Uruguai**: organização e introdução de José Murilo de Carvalho; **Zacarias de Góis e Vasconcelos**: organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira; **José Bonifácio de Andrade e Silva** organização e introdução de Jorge Caldeira e **Marquês de São Vicente**, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas.

²⁹ LEMOS, Renato. **Benjamin Constant**, vida e obra. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

³⁰ D'AVILA, Luiz Felipe. **Dona Veridiana** - A trajetória de uma dinastia paulista. São Paulo: A Girafa, 2004.

de Pinheiro Machado,³¹ Roberto Ventura e seu *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*,³² um esboço biográfico, por motivo de morte do seu autor, cujo conteúdo mostrou-se um subproduto de uma pesquisa de altíssima qualidade.

Ainda assim, cabe ressaltar que os nomes que chamam a atenção dos biógrafos brasileiros ainda são pessoas que tiveram algum protagonismo em certos vieses da história brasileira. Ainda há um grande número de personagens a espera de visitas históricas ou mesmo de revisitações. Uma pergunta que se impõe é: por que uma personagem em particular atiça a curiosidade de um pesquisador? Seria insatisfação com a falta de obras sobre ela ou com as já desenvolvidas? Ou seria apenas uma identificação com o objeto de pesquisa ou mesmo o inverso? Ou só a velha curiosidade? Ainda que haja várias respostas a tais perguntas, o fato é que, enquanto há pessoas cujo papel público não desperta o menor interesse dos pesquisadores, outros despertam, exatamente pelo fascínio público que exerceram, passando a ser objeto direto de um sem número de obras como, por exemplo, o barão do Rio Branco. Em qualquer biblioteca brasileira há pelo menos um livro sobre José Maria da Silva Paranhos Filho, o barão do Rio Branco, que é um paradigma por excelência da história da Primeira República brasileira. Falar sobre ele é reconhecer que a diplomacia brasileira passou por importantes mudanças, como as demarcações das fronteiras, a mudança do eixo diplomático de Londres para Washington, bem como por uma profunda profissionalização da carreira diplomática, o que incidiu em uma maior representatividade brasileira nos assuntos do hemisfério.

Quando o foco da pesquisa se desvia dele, porém, passando para a sua equipe, o número de estudos diminui drasticamente, o que não deixa de causar surpresa, já que uma das características mais notórias do Barão era a capacidade de recrutar ajudantes competentes. Rio Branco orquestrou uma equipe formada por Joaquim Nabuco, Domício da Gama, Gastão da Cunha, Enéas Martins, Euclides da Cunha, Alfredo Gomes Ferreira, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, Joaquim Francisco Assis Brasil, José Manuel Cardoso de Oliveira, Francisco Veiga, João Pandiá Calógeras, Dunshee de

³¹ BORGES, Vera Lúcia Borgéa. **Morte na República**: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915). Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

³² VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. Org. Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Abranches e Araújo Jorge,³³ com os quais formulou e executou sua ação política. Excetuando-se Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, contudo, os demais colaboradores ou não foram estudados, ou foram tratados em um pequeno número de estudos ainda orientados sob a premissa da factual história diplomática.

Domício da Gama, dentre a roda dos mais íntimos do Barão, é o grande desconhecido do público em geral. Quiçá, pelo fato de que ele foi, além de secretário, o seu colaborador mais próximo, haja sido pesado pela história na mesma proporção. Ele não ocupa hoje um lugar próprio, mas uma zona de penumbra entre a história e a memória, para utilizar uma expressão de Eric Hobsbawm.³⁴ Entende-se aqui a zona de penumbra como a referência indireta a Domício da Gama nas memórias de outrem, mas não como foco direto de trabalhos.³⁵ Pesquisá-lo significa conectar fragmentos e peculiaridades de vários recintos de memória, por meio de citações de contemporâneos e extemporâneos. Oitenta anos depois de sua morte física, em 1925, sua vida está profundamente embrenhada nas dobras do tempo, praticamente imêmore, profundamente amalgamado à figura do barão do Rio Branco, relegado à sua sombra, um satélite, como ele mesmo um dia previra e temera.

1.1.2 – ESQUADRINHANDO A ZONA DE PENUMBRA

Para traçar ou delinear, mas não definir, pois, como definiu Marc Bloch, “toda a definição é prisão,”³⁶ o tamanho da zona de penumbra que cobre Domício da Gama, há que se mapear a sua superfície social, revelando o ambiente no qual ele está organicamente inserido. Para buscar o indivíduo antes do diplomata, verificar como ocorreu a interação entre sua vida privada e a pública, há que se identificar os fatos e as dinâmicas que

³³ Para um maior detalhamento, GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia**, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1938.

³⁴ HOBBSAWM, Eric **A Era dos Impérios - 1875-1914**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 15.

³⁵ Uma exceção pode ser vista nos trabalhos de Francisco Vinhosa que enfocam partes da vida de Domício da Gama: VINHOSA, Francisco. Guia de pesquisa - Domício da Gama em Washington (1911-1918). Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1983; VINHOSA, Francisco Luiz T. Domício da Gama e a questão do truste do café (1912- 1913). **Revista do IFCS**. Rio de Janeiro, janeiro/junho, 1981. VINHOSA, Francisco Luiz T. A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, vol. 327, abril-junho, 1980, p. 19 a 81. VINHOSA, Francisco Luiz T. As relações Brasil-Estados Unidos durante a primeira república. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, vol. 378/9, 1993, p. 280 a 294.

³⁶ BLOCH, Marc **Op. Cit.**

permearam sua vida e seu momento de atuação. Assim sendo, a idéia principal é não apenas identificar o que o distinguiu, mas também o que o congregou ao seu tempo, porquanto é ele quem se apresenta em seu tempo, e não o tempo nele. O tempo decorrido desde a sua morte já o faz ter duração histórica ainda que não tenha recebido um tratamento historiográfico. Destarte, a desmontagem e a conseqüente remontagem de tal estrutura permitirão não somente conhecer suas posições sociais, os setores da sociedade nos quais ele tramitou, como também a extensão de sua vida e do seu pensamento. Extrair não somente o que ele realizou ao longo da sua vida, mas também quais acontecimentos permitirão a reconstituição do seu itinerário de vida e descolá-lo do barão do Rio Branco averiguando se ele apresentou originalidade de pensamento ou foi apenas um porta-voz do Chanceler.

A memória como o espaço guardião do passado se estabelece a partir de uma coesão identitária forjada entre a lembrança individual e a coletiva. Toda memória é, por definição, coletiva e, conseqüentemente, imbuída de sentimentos de duração. Por estar presente nas coletividades e nos indivíduos, a memória passa a ser a própria percepção da história.³⁷ Tal associação incorre em um equilíbrio precário, contraditório e tenso, já que a memória individual se opõe à memória coletiva, por esta remodelá-la tornando-a suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras. Destarte, a própria memória individual acaba por ser não somente reescrita, como também submersa perante as novas variáveis que passam a povoar os recintos de memória. A descaracterização torna-se, assim, um axioma que, devido à permanente tensão entre o passado e o presente, que caracteriza a história, passa praticamente despercebida. A realidade de muitos trabalhos que vão sucessivamente consultando uns aos outros sem ir às fontes primárias pode ser denunciada no presente estudo. A omissão cometida por Eitácio Pessoa, em seus *Pela Verdade*³⁸ e *Obras Completas*,³⁹ sobre o período da gestão de Domício da Gama frente ao Ministério das Relações Exteriores, incorreu em pelo menos dois lapsos – Laurita Raja Gabaglia⁴⁰ e

³⁷ HALBWACHS, Maurice. **Os esquemas sociais da memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

³⁸ PESSOA, Eitácio. **Pela Verdade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

³⁹ PESSOA, Eitácio. **Conferência de Paz: diplomacia e direito internacional**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. (Obras Completas de Eitácio Pessoa - vol. XIV).

⁴⁰ RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Eitácio Pessoa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

Bradford Burns⁴¹ –, contribuindo assim para apagar a imagem pública de Domício da Gama como ministro das relações exteriores.

Conforme Henry Rousso,⁴² a memória enquadrada é o espaço do silêncio que se alimenta de material fornecido pela história, ao mesmo tempo em que evita a voz da historiografia. É um olhar dual que, por se apoiar em lembranças coletivas e nas próprias, move as lembranças reais a se conectarem a uma série de lembranças fictícias. Desse modo, Rousso enfatiza que a memória enquadrada pode incidir em escolhas daquilo que deve ser lembrado e de como deve ser lembrado. A questão inerente ao assunto é como determinar o que deve ser lembrado ou não, o que deve ser reescrito ou não. O mote está na ação, e é na ação em que se encontram as forças profundas. Quando Jean-Baptiste Duroselle questiona se a transformação das estruturas profundas da nação pode ser afetada pelo homem de Estado ou se está submetida a grandes leis inelutáveis,⁴³ o que se percebe como inerente ao problema é a ação essencial da história aplicada sobre infra-estruturas e superestruturas. Tais inelutabilidades estariam entrelaçadas à escolha do que pode ser pensado e repassado através da memória, afetando diretamente a construção da psicologia coletiva.

Max Weber assinala que o comportamento reacional do indivíduo modela-se de acordo com a personalidade construída no decorrer do seu tempo de vida, isto é, o homem está amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu.⁴⁴ Conforme Jacques Freymond, a “reconstituição do diálogo do homem e de seu meio ambiente só é possível a partir de estudos bastante concretos da organização do espaço que os homens repartiram em território nacional.”⁴⁵ O ambiente aqui é entendido como sinônimo dos desafios e dos problemas enfrentados pelo indivíduo, bem como o grau de absorção e interação sofrida, para que se possa apreender da história o homem por inteiro, “corpo e espírito, em sua vida

⁴¹ Burns escreveu: “Domício da Gama trocou o seu posto em Washington pela Corte de St. James.” E mais abaixo listou: “Os sucessores de Müller, os três últimos Ministros das Relações Exteriores da primeira república, José Manuel de Azevedo Marques, José Felix Alves Pacheco e Octavio Mangabeira.” BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a primeira república” *In*: FAUSTO, Bóris (org.), **História geral da civilização**. São Paulo, Difel, 1975, vol. 9, p. 381.

⁴² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. *In*: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 a 15.

⁴³ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Op. Cit.**, p. 407.

⁴⁴ WEBER, Max. *Apud* in GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 15.

⁴⁵ FREYMOND, Jacques. “Teoria e História” *Apud*: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 437.

material, biológica, afetiva, mental.”⁴⁶ Destarte, ele não pode ser separado desse fatores, nem de sua própria cultura, entendida como uma espécie de roteiro simbólico em que o indivíduo concebe e articula sua visão de mundo.

Essa teia de significados carrega em si uma feição memorial dual, já que, para cada pessoa, a memória e os olhares se apresentam de modo singular, sem, no entanto, deixar de estarem encaixadas no meio coletivo. A perspectiva de a história estar inserida no indivíduo, e não o indivíduo na história, acaba por demolir a idéia de um tempo único, homogêneo e linear.⁴⁷ Desse modo, a tarefa é compreender, e não julgar, um indivíduo em interação com a sociedade, evitando a ilusão biográfica,⁴⁸ que pretende ver a vida do indivíduo como um destino pré-definido, em que todo detalhe é simbólico. O aspecto das dúvidas, decisões e momentos-chave de sua vida, ambíguas por conta dos elementos motivacionais, deverão ser submetidos a uma análise crítica, pois “se é verdade que o homem constrói sua vida, também é certo que esta constrói a ele.”⁴⁹ É exatamente nessa percepção que a zona de penumbra se instala.

A zona de penumbra é o lugar entre a memória comum e a memória enquadrada. As lembranças reais/fictícias da memória enquadrada são reminiscências que entram em disputas alavancadas por razões complexas das recordações do memorista e o silêncio do passado. Em tais dualidades o passado mudo passa a ser muito menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão de memória segundo as possibilidades de comunicação.⁵⁰ Daí o silêncio se incidir na zona de penumbra, pelo esquecimento motivado pelo desapego de um grupo. Então, se houver contato entre a memória individual e a memória coletiva, por menor que seja, as barreiras que as separam caem e a reconstrução do espaço permite verificar a existência de uma zona de penumbra.

⁴⁶ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994; LE GOFF, Jacques. São Luiz. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes **Op. Cit.**

⁴⁹ LE GOFF, Jacques (1988), **Op. Cit.**p.54.

⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, 1989, p. 13.

Uma das razões complexas entrevistas é que, para a memória ser crível, ela deve necessariamente existir segundo testemunhas confiáveis, para justificar as escolhas individuais do que e porque existam. O status da confiabilidade das testemunhas depende do que elas optem por memoriar ou não. Então, como trabalhar com os testemunhos? E os que optaram por não fazer testemunho algum ante a posteridade? A memória, no sentido estrito do termo, remete-se à presença do passado e, com isso, intenta garantir a continuidade do tempo de um indivíduo inserido em um contexto social, familiar ou nacional. É a inteligibilidade do presente imbricada ao passado. “Se você se limitar a dizer: quando alguém acredita evocar o passado há 99% de construção e 1% de evocação verdadeira; esse resíduo de 1%, que resistiria a sua explicação, bastaria para recolocar em questão todo o problema de conservação da lembrança. Ora, você poderia evitar esse resíduo?”⁵¹

Do mesmo modo que, em um jogo de contrastes, todas as variantes estão intrinsecamente ligadas ao papel dos atores e às suas relações organizacionais, o indivíduo sempre terá uma dualidade essencial: a percepção dos outros e a de si mesmo. Nesse sentido, a memória, como a vida, carrega aspectos de permanente evolução. Atrelada a fatos cuja perspectiva pode ser o ponto de vista individual sobre o coletivo, ou vice versa, que seriam como a vida, a memória é sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas sucessivas deformações e vulnerável a todos os usos e manipulações. Walter Benjamin⁵² entendia que, quando uma personagem se torna histórica, tudo em seu passado se torna passível de citação, tanto as suas apoteoses quanto os seus segredos. Ao mesmo tempo, argumentava que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”⁵³. Essa visão é uma clara alusão à necessidade de ser visto enquanto vencedor, e não como vencido, que frequentemente afluía, tanto nas autobiografias como e em algumas biografias, e era tão criticada pela Escola dos *Annales*.

⁵¹ ROUSTAN, Desiré Roustan *Apud*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 37.

⁵² **Walter Benjamin - Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

⁵³ *Idem*.

Conforme Benjamin, quando a pessoa humana responde a estímulos, não fica com traços deles, mas quando é incapaz de responder a eles, as marcas ficam. O ser humano carrega em si o aspecto inerente da dualidade racional/irracional geradora de ações e rancores, principalmente quando se dedica a deixar memórias, diários ou depoimentos sobre suas vidas e a de outrem. A própria escolha do que possa vir a público ou não é uma escolha feita em vida e frequentemente praticada em anotações pessoais. Porém, se, conforme Pierre Nora⁵⁴, memória é vida, pois seus portadores são sempre grupos de pessoas vivas, é preciso, antes de qualquer coisa, verificar o caráter intersticial de tais lembranças e esquecimentos. São os aspectos personalistas que permeiam a vida e que se inter-relacionam com a sua compreensão e a decisão inerente ao processo.

LeGoff, aludindo Borges, afirma que um homem não está verdadeiramente morto, a não ser que o último homem que ele conhecia por sua vez também esteja.⁵⁵ Existe, portanto, sempre a possibilidade de conhecer pelo menos uma faceta desse homem. O próprio fato de Domício da Gama estar presente, de modo tangencial, não totalmente esclarecido, em citações de contemporâneos e extemporâneos, carrega em si uma feição memorial, com representações de si próprio e dos outros. No presente caso tais lembranças diretas inexistem. Domício da Gama nunca escreveu um diário. Ele tentou escrever um livro de viagens, mas a idéia ficou somente em esboço não chegando a ganhar forma. Conforme Ronald Dreyer, “as percepções múltiplas acabam por se condensar em visões e essas imagens condicionam o que percebemos – ou o que não percebemos – ou percebemos de maneira deformada (*misperceptions*).”⁵⁶ Nessa dualidade geram-se muitas ações e conseqüentes rancores, racionais ou irracionais, que são encontrados nos aspectos personalistas que permeiam o campo social.

⁵⁴ NORA, Pierre. (1997) **Op. Cit.** p. 24-25.

⁵⁵ LE GOFF, Jacques. (1999) **Op. Cit.**, p. 29.

⁵⁶ DREYER, Ronald, “Perception of State-interaction in diplomacy history. A case for an interdisciplinary approach between history and political science”, **Journal of International Studies**, vol. 12, nº 3, outono de 1983, p. 260-275. *In*: STEINERT, Marlis G. “ A decisão em matéria de política externa” *Apud*: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.** p. 449.

1.1.3 - O RECINTO PÚBLICO E O PRIVADO

No entender de Richard Sennett⁵⁷, a imagem amalgama-se ao homem em público, fazendo-o possuidor de uma identidade enquanto ator que o envolve e a outros em um laço social, em que a sua identidade é um trabalho de apresentação. Tal concepção coloca-se como um fator fundamental na construção da imagem do diplomata, do representante do Estado que, no presente estudo, é o homem em público por excelência. O fator motivacional da representação é o vetor a ser identificado. Mas qual a fronteira entre o homem público e o privado, quando a *res publica* julga o homem público pelos vieses da credibilidade ou da legitimidade, conforme sua personalidade, e não pelas ações que defende? Conforme Duroselle, o homem público deve ser visto em seu aspecto personalista, já que “as declarações oficiais importantes são enganosas. Apenas a correspondência de um homem de Estado com seus íntimos e verdadeiros amigos pode dar um vislumbre. [...] A idéia da imagem que deixará de si próprio é o que motiva as memórias. É também o que motiva muitas ações.”⁵⁸

Os valores, que são inerentes ao homem, dão os retratos mais fidedignos ou verdadeiros possíveis do homem estudado. Duroselle entende valores como grandes forças que agem sobre as comunidades humanas, “idéias, ou sistemas de idéias pelos quais, com maior ou menor entusiasmo, o homem está pronto para sacrificar seu interesse pessoal: seu dinheiro, seu conforto, até a vida.”⁵⁹ São os valores que são colocados à prova todos os dias, e não os homens. Como diria Abraham Lincoln, quase todos os homens são capazes de suportar adversidades, mas, se quiser por à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder. Assim sendo, o aspecto personalista acerca do temperamento de Domício da Gama aparece como uma variável imprescindível na explicação de suas ações e fundamental para o entendimento de seu procedimento. Então, quais valores o teriam impelido a sair do interior do Rio de Janeiro, quebrar o destino escolhido por seu pai, e construir o seu?

⁵⁷ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 139.

⁵⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 140.

⁵⁹ Idem, p. 178.

As esperanças e idéias de Domício da Gama só poderão ser vistas como objetivos políticos somente se a decisão tiver sido tomada⁶⁰. Para que se possa reconhecer tal diferença e conseguir alcançar a construção e a desconstrução do Senhor Gama, é necessário retirá-lo do seu meio, do emaranhado de idéias e valores, próprios e alheios, no qual está inserido, identificá-lo como indivíduo e, depois, compreendê-lo no meio vivido. Assim sendo, as origens familiares, formação educacional, bem como os cargos ocupados por ele, são vetores a serem identificados, não em maior ou menor grau de consideração, porém, como parte integrante no processo identificador das engrenagens em movimento.

Domício da Gama não deixou diários pessoais, então ele não fez escolhas, em vida, sobre o que queria que viesse a público ou não. O próprio ato em si de não escrever um diário é atinente a sua personalidade retraída. Como escritor, tinha certeza de que jamais seria lido, e nunca pensou que sua vida seria objeto de interesse para alguém. Em 1915, em carta a E.C. Sweet, Domício da Gama afirmou que era “*rather shy before History*.”⁶¹ Essa timidez ficou clara na própria falta de uma organização dos seus documentos. Assim, o seu retrato precisou ser delineado em abordagens impressionistas. Retirá-lo literalmente da zona de penumbra a partir de seus escritos, correspondências pessoais e profissionais, memorandos, ofícios, pesquisar seus amigos, bem como seus escritos, é reconstituir a tessitura de seu espaço de vida inconscientemente latente, por “trás da crosta dos acontecimentos demasiado legíveis [onde] é lícito organizar em estruturas sucessivas, em que se correspondem os elementos complementares de um sistema.”⁶² Sem dúvida alguma, a correspondência é uma fonte de análise privilegiada, por causa das relações mútuas que podem ser entrevistas. As tipologias das respostas têm um processo único, pois permite vislumbrar toda uma rede de construções pessoais e profissionais, caracterizando a rede de sociabilidade de Domício da Gama.

Conforme dito na introdução, seus arquivos estão espalhados em pelos menos quatro grandes espaços de memória: Academia Brasileira de Letras, Arquivo Histórico do Itamaraty, Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶⁰ WOLFERS, Arnold **Discord and collaboration**: essays on international politics. Baltimore: Johns Hopkins(The), 1975, p. 17.

⁶¹ Carta de Domício da Gama a E.C.Sweet, Long Branch 20 de setembro de 1915. AHI. MDB. Washington. Questão Mexicana 1913/1916. 453.1.6.

⁶² VOVELLE, Michel “A história e a longa duração” In: LE GOFF, Jacques. (1986) **Op. Cit.** p.66-67.

Dos quatro, os que se encontram na ABL e no IHGB foram separados pela esposa Elisabeth Bates da Gama a partir de uma divisão que ela chamou de profissional, para o IHGB, e o pessoal, para a ABL, dois anos depois de sua morte. Então, avoca-se que Domício da Gama não pretendia ser um espaço de memórias. Ele planejou escrever um livro de viagens com prefácio, conforme já havia dito ao Barão,⁶³ e seu arquivo na ABL demonstra tentativas de iniciar um, mas não algo memorial. A importância disso deve-se ao fato de que a organização de um arquivo pessoal pressupõe pensamento e inflexão pessoal, ao providenciar que se resguardem os aspectos que o interessam. Phillippe Artières diz que “arquivar a própria vida é pôr-se no espelho, é contrapor a imagem social à imagem íntima de si própria e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.”⁶⁴ A escolha de Domício da Gama por não deixar diários pessoais e arquivos organizados por ele demonstra a sua fuga do espelho. Ele guardou os documentos para se prender à própria memória, ao seu passado; não tinha a intenção de ser visto, o que reforça a necessidade de retirá-lo de sua zona de penumbra.

A imagem deixada por ele apresenta-se de quatro formas: iconográfica, memorial dos contemporâneos, na forma de sua figura pública atrelada ao barão e como indivíduo. Então, partindo de tais pressupostos, esquadrihar os acontecimentos de sua vida permite não somente o entendimento de sua vida e de seu olhar, mas como de sua maneira de agir, responder questionamentos e testar as hipóteses concernentes a cada fase de sua vida. Nas recordações daqueles que o conheceram, ele surge como um brasileiro afidalgado, dono de um ar *blasé* e empertigado, ao estilo de certos senhores de engenho do Nordeste, cuja fala era pausada e sempre baixa, com ritmos e tons uniformes, para Afonso Arinos.⁶⁵ Se para o Conde de Affonso Celso foi uma “alma fina, alta, delicada, culta, cheia de elegância mental e moral”⁶⁶, para Pandiá Calógeras ele era “calmo, sisudo, inimigo da ostentação e atento a quanto interessasse ao Brasil”.⁶⁷ Nesse contexto, o olhar e a imagem são desdobramentos contidos entre dois pontos de observações das lembranças que somente

⁶³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Bruxelas, 16 de agosto de 1902. AHI, Arquivo Particular do barão do Rio Branco. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁶⁴ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p. 11.

⁶⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.**, vol. 1., p. 139.

⁶⁶ CELSO, Conde de Affonso. "O Adeus da Academia" *In*: Revista da ABL. Nº 48,p.291 e 292.

⁶⁷ PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Res Nostra**, São Paulo: Estabelecimentos Gráficos Irmãos Ferraz, 1930, p. 115.

ganham forma e explicação pela sua relação com o meio. É quando o olhar tem o aspecto investigativo do pensar, um ponto de vista que, conforme Maurice Halbwachs,⁶⁸ muda de acordo com o lugar e as relações com os outros. Enquanto a imagem se substabelece como uma representação substantiva de uma forma, o olhar sai de si somente para trazer o mundo para dentro.⁶⁹

1.2 - O INDIVÍDUO DOMÍCIO DA GAMA

O interesse em estudar a história e a personalidade de Domício da Gama já havia sido demonstrado por Joaquim Nabuco em seus Diários, em que chamava a atenção para o que identificava como um caso de “rara, esquisita, intocável, sensibilidade de tantos brasileiros, que intimida o espírito, mas forma o caráter.”⁷⁰ O não recebimento de um tratamento historiográfico incorreu no fato de que as poucas informações sobre Domício da Gama tenham diversos desencontros sobre os fatos mais gerais e os mais elementares de sua vida. O seu local de nascimento correto é Maricá (Rio de Janeiro), porém, para Afonso Arinos ele era mineiro.⁷¹ Mesmo Capistrano de Abreu, amigo pessoal de Domício, afirmou em carta ao apresentá-lo ao Barão haver ele nascido em Saquarema.⁷²

Já a data de nascimento é um pouco mais problemática. A mais comum é o de 23 de outubro de 1862, que aparece não somente nas fichas do IHGB,⁷³ mas também no texto de Alberto Venâncio Filho⁷⁴. Argeu Guimarães, em seu dicionário biobibliográfico, aponta o ano de nascimento para 1863.⁷⁵ A lápide do túmulo dele consta mais uma data, também diversa das anteriores: 23 de outubro de 1861,⁷⁶ mas que é a que mais se aproxima da atestada no livro de Batismo da Matriz de Maricá, Livro nº. 4, folhas 19 e 19º verso,

⁶⁸ HALBWACHS, Maurice. **Op. Cit.**

⁶⁹ CHAUI, Marilena. Janela da Alma, Espelho do mundo. NOVAES, Aduino [et al.] **Op. Cit.** p. 39.

⁷⁰ NABUCO, Joaquim. **Diários**: 1873-1910. Prefácios e notas de Evaldo Cabral de Mello, org. Lélia Coelho Frota, Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: FUNDAJ, 2005, vol. 2, p 223.

⁷¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.**, vol. 1., p. 139.

⁷² CAPISTRANO DE ABREU, João. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organizado por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: MEC/ Civilização Brasileira, 1954, vol. I, p. 124.

⁷³ IHGB, CDG, Lata 634 Estante 35.

⁷⁴ VENANCIO FILHO, Alberto. Domício da Gama. In: SILVA, Alberto da Costa e. **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2001, p. 158 a 177.

⁷⁵ GUIMARÃES, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1938.

⁷⁶ Visita ao Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro. O túmulo fica na ala da ABL, Quadra 8, 704F.

sengundo a qual ele teria nascido em outubro de 1861, mas este documento também não infere o dia correto:

Aos onze de junho de mil oitocentos e sessenta e dois nesta matriz batizei solenemente e pus os Santos óleos a Domício, branco, nascido em outubro do ano próximo passado, filho legítimo de Domingos Afonso Forneiro e Mariana Rosa de Loreto; avós paternos Domingos Afonso Forneiro e Maria Peres; maternos Ana Genoveva da Conceição. Foram padrinhos o Reverendo Vigário Sebastião de Azevedo Araújo e Gama e protetora Nossa Senhora. Idem a Geraldino, pardo, nascido em janeiro do corrente ano, filho natural de Maria Luiza de Jesus. Foram padrinhos Domingos Afonso Forneiro e protetora Nossa Senhora.⁷⁷

O pai de Domício da Gama foi o português de Viana do Castelo, Domingos Affonso Forneiro, que veio para o Brasil aos dezesseis anos, para fugir de uma tia solteirona que queria vê-lo padre.⁷⁸ Chegando ao Brasil, tendo somente seus tamancos por propriedade, enfrentou a febre amarela e até 20 horas de trabalho diário sem garantias. Tendo chegado apenas alfabetizado, no decorrer de sua vida aprendeu francês, com a ajuda do dicionário, e, nos serões familiares, lia Victor Hugo e a História Universal de Cesare Cantu. Ao morrer, além de uma biblioteca de cultura geral, deixou “um pequeno engenho, plantação de café, roças, cabeças de gado”⁷⁹ e uma chácara em Niterói que após a abolição entrou em decadência, devido à falta de mão de obra. Apesar do ateísmo de Domingos contrastar com a profunda religiosidade da mulher, Mariana, cheia de superstições e crenças, cabe constatar que havia uma dupla devoção a Nossa Senhora do Amparo, incorrendo assim no fato de todos os sete filhos terem sido entregues a ela por batismo e apadrinhados pelo vigário Sebastião de Azevedo Araújo Gama.

Domingos Forneiro tinha duas crenças para os sete filhos. A primeira era que eles deveriam ter sobrenomes diferentes, pois afirmava que os filhos deveriam ser feitos por cada um deles mesmos, ao longo da vida. Esse costume pode ser visto como um resquício da cultura ibérica, em que o homem deveria apresentar valor próprio e autonomia, é o homem que é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, e “as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a

⁷⁷ IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 33.

⁷⁸ Diário de Maria Luiza Frederica Ave Precht de Mesquita, sobrinha de Domício da Gama. In: GAMA, Domício da. **Contos**. Rio de Janeiro: ABL, 2001, p. XIX.

⁷⁹Relação de bens deixados pelo finado Domingos Afonso Forneiro. IHGB, CDG, Lata 645, pasta 3.

fisionomia dos homens”.⁸⁰ Assim, os filhos, Maurício, Maria Agnelle, Antônio⁸¹, Domingos, José, Sebastião e Domício ganharam, respectivamente, os sobrenomes Forneiro, Faustino e da Gama.

A segunda crença dizia respeito aos estudos. Todos os meninos foram matriculados nos mesmos lugares: colégio interno do Visconde de São Valentim para os ensinos elementares e os preparatórios na corte, no colégio do liberal e maçom, Padre Guedes. A postura do velho Forneiro era a de desprezar os “filhinhos de papai” dos barões do café. Assim ele estabeleceu que Maurício e Antônio fossem médicos, “para serem respeitados pelos fazendeiros ricos”; Domingos e José, advogados, “para ganharem sempre nas questões de terras e impostos”; e Domício e Sebastião, engenheiros, pois deles “muito precisava o Brasil, tão grande, nu e atrasado.”⁸² Entretanto, se algum deles reprovasse na escola, teria direito somente a uma segunda chance e, caso isso voltasse a ocorrer, teria a mesada cortada, o que forçaria o repetente a voltar à casa paterna e à enxada ou abrir caminho sozinho na vida.

Todavia, aos dezesseis anos de idade, Domício da Gama demonstrava uma vocação incontestável para a literatura, e não para a engenharia. O gosto pela poesia, compartilhava com Sebastião. No conto *Um poeta*⁸³, Domício definiu o irmão como um poeta exclamativo que “obedecia sem impaciência, sujeitava-se sem revolta, porque era naturalmente humilde”. O contraste entre os dois estava no fato de Sebastião não ter “vontade suficiente para impor à sua afetividade entusiasmos mercenários.”⁸⁴ Mas o conto é de fato uma mistura do próprio Domício e Sebastião.⁸⁵ No prefácio do seu livro *Histórias curtas*,⁸⁶ Domício assinala a sua dificuldade em abstrair, e somente escrevia para as pessoas que conhecia. Ele já apresentava um estilo em que, conforme José Veríssimo analisou anos depois, percebiam-se “casos de consciência, narrações de estados d’alma, exposições de

⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 32.

⁸¹ O único dos irmãos a deixar descendência, e feminina.

⁸² Diário de Maria Luiza Frederica Ave Precht de Mesquita, sobrinha de Domício da Gama. In: GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. XIX.

⁸³ GAMA, Domício da. **Contos a meia tinta**. Paris: Imprensa Lahure, 1891, p. 203-217.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Ao final do conto Sebastião morre. Como a data ao final é de 1890, a dedicatória é à doce memória de Sebastião, e não mais Gama toca no nome dele nos documentos levantados, fica a possibilidade implícita de uma morte real do irmão.

⁸⁶ GAMA, Domício da. Nota para o meu melhor leitor. In: GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. I-XVI.

rasgos sentimentais, abundantes de idéias e de sensações raras”.⁸⁷ Os sentimentalismos, segundo ainda Veríssimo, eram “curtos, apertados, têm em geral uma esquisita intensidade de emoção [...]. A sua emoção, porém, não é em geral a da sensibilidade, tem sempre mais de intelectual que [aspectos] de verdadeiramente sentimental”.⁸⁸

Esse traço pode ser visto desde os seus mais antigos contos, *A Aldeia e Que hei de pensar*,⁸⁹ ambos de 1878, que demonstram tanto as suas dúvidas religiosas como quanto a sua vida futura: “Para que serve essa cruz sobre a cúpula da Santa Sophia e tudo o que desejamos ardentemente atingir, nós os homens das cidades?”. Já em *Que hei de pensar?*, Gama se interrogava sobre o que iria ser dele no futuro, mostrando subliminarmente a sua insatisfação com o destino programado pelo pai: “Lembrar-me-hei de meu passado? Deterei o pensamento sobre os poucos radiosos instantes que tive no correr da vida, sobre as figuras e imagens que me são caras? Ou então serão as más acções que pratiquei que me virão todas à memória, e a ansiedade adusta de um tardio remorso invadirá minha alma? Pensarei no que além-túmulo me espera – se é que alguma coisa além-túmulo me aguarda?”⁹⁰

Tais dúvidas existenciais refletiram-se diretamente na sua vida escolar. Na Politécnica, Domício “agüentou até o fim do 1º ano, no 2º passou raspando e no 3º foi um fracasso completo e definitivo. Reprovação vergonhosa e inapelável.”⁹¹ Em sua segunda tentativa do terceiro ano, aos dezoito anos, Gama pouco apareceu na Politécnica, pois tinha a sua atenção voltada para outra coisa: o Grêmio Literário Jardim de Academus. O Grêmio era uma sociedade formada por vinte sócios, todos de idade muito próxima, em que Domício fora eleito o presidente perpétuo. De acordo com Gama, ali eles pensavam em reformar o mundo e, para tal fim, estudavam “a política, a religião e a arte, fisiologia e gramática, os modos de ser e os problemas dos destinos, a poesia”.⁹² As reuniões semanais ocorriam nos fundos do segundo andar de um prédio que dava para oficinas da Gazeta de

⁸⁷José Veríssimo *Apud*: MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo, Cultrix /Edusp, 1978, 5v. p. 255.

⁸⁸ Idem..

⁸⁹ ABL, ADG, 09.4.09.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Diário de Maria Luiza Frederica Ave Precht de Mesquita. **Op. Cit.**, p. XIX.

⁹² Recepção do sr. Domício da Gama ABL. **Discursos acadêmicos** (1897-1919). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, vols. I a IV, p. 45 a 52.

Notícias onde, ao som de uma polca tocada no piano da vizinha, chegaram a afirmar a existência de uma literatura nacional. Domício da Gama afirma que foi esse voto que o distraiu da matemática, “que me levaria à indústria”, para a literatura, “que ainda não sei aonde me leva”. Cabe salientar:

Se a literatura nacional existia, eu devia trabalhar para ela provar a sua existência aos incrédulos. [...] Nada existe tão bem como aquilo que queremos que exista; como um fundador de religião que não pregasse e só esperasse depois de convencer-me; tomei sobre mim, dentro de mim, o encargo da nova crença. Quem sabe se na obscura causalidade universal o voto dessa noite dos tempos heróicos do Jardim do Academus não influiu para a constituição desta Academia, na hora em que a literatura brasileira sentia que vivia e quis viver nacionalmente?⁹³

Quando, ao final do ano, a reprovação veio certa, assim como a subsequente suspensão da mesada, ele conseguiu escapar da volta para casa e para a enxada em busca da opção de abrir caminho sozinho na vida. Ele havia conseguido se firmar como contista para José Ferreira de Sousa Araújo em *A Gazeta de Notícias*. “Há mais de quinze anos fui oferecer-lhe litteratura a imprimir. Elle não examinou-me a prosa. Contou as páginas do conto que eu lhe levava e disse, condicionalmente: ‘Se Servir, vai para a Sétima Columna’.⁹⁴ Creio que não serviu, ou só serviu mais tarde; porém, fiquei então conhecendo a Sétima, que freqüentei durante longos annos da minha inda mais longa mocidade”.

A extensão ou mesmo qualquer pista sobre a reação do velho Forno à escolha do filho não se sabe ao certo, pois Domício da Gama não deixou qualquer depoimento ou mesmo história contando sobre esta passagem de sua vida. Porém, seja em seus rascunhos de um livro de memórias, em cartas ou artigos, a figura familiar mais presente é o pai.⁹⁵ O seu relacionamento com o pai está presente nas entrelinhas de seus escritos. Aos vinte e um anos em seu conto *O Primeiro Exame* publicado no Jornal *O Alfinete*, sob o pseudônimo Décio Moreno ele narrava:

Quando cheguei a casa com os pés queimados pela areia ardente do caminho as faces tostadas pela reverberação intensa do soalheiro só com minha mãe pude expandir a exuberância da alegria que me afogava o coração, porque meu pai

⁹³ Idem.

⁹⁴ A Sétima foi a coluna dos Ferreira de Araújo, Eça de Queiroz e Machado de Assis. In: GAMA, Domício da. A sétima Columna. s.d. ABL, ADG, 09.4.13.

⁹⁵ Mais do que a mãe, a quem ele dizia que o entendia e o irmão Sebastião, a quem Domício da Gama dedica o conto Um poeta. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. 203-217.

quando chegou das roças à tardinha, preocupado com os cuidados da lavoura, sentou-se comodamente para ler no jornal a correspondência de Londres e cortou os vãos oratórios à que eu já me entregava com um “Vai buscar-me um pouco d’água para beber”. Obedeci e calei-me.⁹⁶

Mas ao ler a situação em perspectiva dada pela distância temporal, Domício percebeu que foi o medo, muito mais que a falta de esperança, o grande catalisador da construção do seu próprio caminho. Medo de perder o que ele chamava de cidadelas da filosofia pessoal.⁹⁷ Os sentimentos de Gama pelo pai eram combinações de tristeza pelo afastamento dos dois, ao mesmo tempo em que buscava sua aprovação. A divergência entre pai e filho estava nas visões de mundo de cada um: o pragmatismo da visão do velho Forneiro não combinava com a alma literária do filho. O pai era aquele que havia construído sua vida no trabalho pesado e criado seus próprios parâmetros. Assim, talvez não houvesse alternativa além de mostrar ao pai que o que ele, Domício, queria, não se enquadrava nas regras do próprio Forneiro. Um resignado reconhecimento da diferença entre os dois chegou anos mais tarde, em momento de reflexão sobre sua mocidade, que definiu como pensativa e triste, como momentos nos quais Domício da Gama estudava os roteiros da vida “sem esperança de os trilhar”:

Quem só conhece o honesto cansaço dos golpes em cheio e o obscuro contentamento de um fim de dia de trabalho proveitoso não pode entender o horror trágico destas lutas na sombra do próprio espírito contra o turbilhão de phantasmas maléficos que o medo crêa, o medo filho da incerteza dissolvente.⁹⁸

Conversar com meu pae na roça, ainda me atormenta deante das impossibilidades de emprehender e deante de tudo e de todos. É certamente essa a maior tristeza do homem sensitivo e sonhador, insensato que pretende, parcella infinitesima, attribui a influenciar a massa infinita e indifferente.⁹⁹

A presença do pai aparecerá em momentos de sua vida futura, em forma ou de desabafo rápido como em uma carta à Coelho Netto em 1915, em que recordava compras de escravos por Domingos Forneiro,¹⁰⁰ ou para relembrar uma promessa feita de manter a

⁹⁶ "O Primeiro Exame" Jornal O Alfinete. 31 de março, 1883. Publicado sob o pseudônimo de Décio Moreno. ABL, ADG, 09.4.10.

⁹⁷ ABL, ADG, 09.4.09. Sem data, 5 páginas.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ “Vida estranha”, Buenos Aires, IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 18.

¹⁰⁰ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto em 02 de dezembro de 1915. CCN, Seção de Manuscritos BNRJ, I - 01,03,031.

honestidade na abstenção muito mais que na ação ante a religião.¹⁰¹ Ou ainda em um de seus raros desabaços sobre a família a Rio Branco em que ele volta a reiterar o *Primeiro Exame*:¹⁰² “Acabo por me convencer de que meu pai tinha razão quando me disse (ainda eu era menino) que todas as minhas intelectualidades eram palavras vãs e que só o coração me impeliria na vida e que só ele bastava para lhe garantir a minha honestidade, contra o subversivo e o imoral de todas as filosofias negativistas”. Entre os seus escritos no arquivo da Academia Brasileira de Letras, há um manuscrito de quinze páginas em que relata a visita que faz à casa paterna antes da sua primeira viagem para a Europa. Nesse raro relato direto sobre sua vida, ele deixa claro o tamanho do abismo entre os dois:

Certamente se combinaram em gravidade pensativa e profunda e obscura demais para a análise das emoções várias d’essa despedida. Havia allí dois homens de mais de quarenta annos de differença, almas distantes de todo esse tempo vivido embora as ligasse a communhão do affecto, pae e filho que se iam separar por muito tempo, senão para sempre, e filho trazia ao pae a notícia da sua ruína e o pae sacudia-se do atordoamento do golpe cuidando...¹⁰³

Apesar da incerteza sobre a existência de uma décima sexta página, a cena que a página quinze relata é, sem dúvida alguma, importante não somente pelo aspecto pessoal, mas como pelo peso de haver sido ele, Domício da Gama, quem levou ao pai a notícia da abolição da escravidão. Uma consequência direta de tal fato foi a decadência da chácara em Niterói, por falta de mão de obra. Contudo, ainda olhando as histórias em perspectivas, percebem-se entre os dois mais semelhanças do que as diferenças. Assim como o pai, Domício da Gama abriu seu próprio caminho na vida. O sentimento do filho que saiu de casa pode se entrevisto em um verso:

Cantando me alonguei do lar paterno,
Para encobrir a dor que ia-me na alma,
E brinquei na esperança a doce calma
Com que atravessei o duro inverno.
Do exílio amargurado. A verde palavra
Que aneei conquistar, prêmio supremo
Ao rude lidar de um viver do inferno
Era a que berço me abrigou da calma
Nas quentes horas de uns longínquos dias
Da minha leda infância. E no entanto

¹⁰¹ Carta de Domício da Gama a José Pereira da Graça Aranha (doravante apenas Graça Aranha) em 17 de novembro de 1900. ABL, AGA 10.3.13.

¹⁰² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris, 15 de janeiro de 1900. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2, Expedida e Recebida.

¹⁰³ Manuscrito 15 folhas. ABL, ADG, 09.4.09.

Quando ao virar da erguida serraria
Os olhos pus no sossegado canto
Em que nasci, mudou-se-me a alegria
Em convulsivo e doloroso pranto.¹⁰⁴

1.2.1 - APRENDIZADO INFORMAL: INFLUÊNCIAS DE RAUL POMPÉIA E CAPISTRANO DE ABREU

Fora da escola, Domício da Gama mergulhou em estudos literários. O seu autodidatismo se revelou através das páginas de fichamentos de autores clássicos, do estudo do francês,¹⁰⁵ assim como de notas esparsas de discussões literárias e de sua reflexão acerca de um método experimental da literatura: “Esthetica da força (a coragem, a convicção do gosto, conversa com o Sarinho a 7 janeiro 86, analysada nas cores vivas, fixas e decididas ou cambiantes e amastecidas, neutras, conforme o gosto) e estética da decadência – ponto controverso, de discussão muito extensa e fecunda – (Presta-se a ambição de talento).”¹⁰⁶ A Gazeta de Notícias¹⁰⁷ seria um berço esplêndido para qualquer escritor iniciante. De acordo com Brito Broca, além de ser a que abria maior espaço à colaboração literária no Brasil, era também a melhor pagadora, “só encontrando um concorrente nesse terreno: o Diário Mercantil, de Gaspar da Silva, em São Paulo”.¹⁰⁸ Junto a essa fonte de renda, Gama, aos vinte e dois anos, foi, de acordo com Humberto de Campos, professor de geografia em colégios particulares do Rio de Janeiro. “Era ele, então, um rapagão forte, moreno, cabeleira crespa, revolta, bigode escuro, e uns ares de sabedoria discreta, que morava com o irmão Domingos na antiga chácara da família.”¹⁰⁹

Em 1885, Domício da Gama prestou concurso para o cargo de oficial de secretária da Biblioteca Nacional. Ficou em segundo lugar, perdendo a vaga para João Ribeiro. Em um discurso feito na Academia Brasileira de Letras, Medeiros de Albuquerque afirmou que

¹⁰⁴ ABL, ADG, 09.4.09. Sem data, 5 páginas.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ ABL, ADG, 09.4.09. Sem data, 5 páginas.

¹⁰⁷ Fundado por Ferreira de Araújo, contava com colaboradores tais como: Valentim Magalhães, Coelho Netto, Bilac, Pedro Rabelo, José do Patrocínio, Capistrano de Abreu, Machado de Assis, Luiz Guimarães Junior, Paulo Barreto, Raul Pompéia, Carlos de Laet, França Júnior, Lúcio de Mendonça, Aluísio de Azevedo, Artur de Azevedo, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, entre muitos outros. Funcionou no Rio de Janeiro de 2 de agosto de 1875 até 30 de junho de 1977.

¹⁰⁸ BRITO BROCA. **A vida literária no Brasil** – 1900. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 218.

¹⁰⁹ CAMPOS, Humberto de. **Perfis (crônicas)** - primeira série. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1945, p. 100.

Domício da Gama, “todas as vezes que vinha ao Brasil, abraçava agradecido ao Lente¹¹⁰ que o reprovava na Politécnic e ao seu concorrente João Ribeiro, pois graças a eles, pudera buscar outros caminhos e seguir com desenvoltura e sucesso o jornalismo e a carreira diplomática”.¹¹¹

Durante esse tempo de mudanças pessoais, Gama conheceu duas grandes influências em sua vida pessoal e profissional: Raul Pompéia e João Capistrano de Abreu. A amizade entre Gama e Pompéia iniciou-se em meio à Gazeta de Notícias. Pompéia, nascido em 12 de abril de 1863, era praticamente da mesma idade de Domício e, como ele, tinha uma natureza pouco afeita a falar de si mesmo. A exaltação de Pompéia contrastava com a personalidade reflexiva de Domício da Gama. Fernando de Magalhães observou os contrastes entre suas personalidades:

Pompéia inovador privilegiado e tumultuário. Domício narrador exato e tranqüilo; num toda a força da natureza esplendorosa e cataclísmica, noutra a sombra da paisagem florida onde se escuta o silêncio. Na vida, Domício, o disciplinado, singrando a feição de sua sorte dadivosa; Pompéia, o revoltado, sacudido pela inclemência do seu destino tempestuoso. E até na morte: um buscando-a num dia de alegria, o outro esperando-a em horas de tristeza.¹¹²

Porém, enquanto Domício foi menos afeito a se envolver em causas políticas, Raul fez destas o seu mote de vida. Jacobinista, nacionalista, propagandista da abolição, sobrinho de Luís Gama, Pompéia teria sido sobrinho de Tiradentes.¹¹³ A sua personalidade frenética, agitada e emocional não destoava do tempo de desestabilização e reajuste social da jovem república. Os seus anseios e agitações foram aspectos que, segundo Alexei Bueno, sempre existiram, porque ele sempre foi “obcecado pelas causas alheias, sobretudo pelas causas perdidas”.¹¹⁴ Pompéia foi um dos maiores defensores do novo regime. Com sua personalidade hipersensível, exaltada, artística, a vida era, antes de tudo, emoção.

¹¹⁰ O professor que o examinou.

¹¹¹ Recepção de Medeiros de Albuquerque a Fernando Magalhães na cadeira 33. In: **Discursos Acadêmicos**, vol. VI, p. 194.

¹¹² Recepção do sr. Fernando Magalhães - ABL. **Discursos acadêmicos** (1924-1927). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, vol. VI, p.175 a 187.

¹¹³ BUENO, Alexei. **Euclides da Cunha e Raul Pompéia**. Conferência proferida na ABL, em 26 de junho de 2001, durante o ciclo Centenário da publicação de Os sertões. Disponível em: <<http://www.euclidesdacunha.org.br/conferencia3.htm>>. Acesso em 28 jan 2006.

¹¹⁴ Idem.

Enquanto Araripe Júnior¹¹⁵ dizia que os dois foram amigos inseparáveis, Eloy Pontes,¹¹⁶ biógrafo de Pompéia, afiança que Raul não teve nenhum amigo íntimo, de frequentar a casa, somente amigos de rua. Mesmo Rodrigo Otávio, que morou vizinho a ele, partilhou longas conversas de sacada a sacada, sem acesso à casa.¹¹⁷ Tal asseveração pode ser entrevista na carta de Domício a Max Fleiuss: “Estimo muito que v. tenha adeantado a biografia do Pompéia. Conto com ella para o elogio acadêmico do nosso mallogrado artista, sobre o qual tenho completa falta de informações pessoaes”.¹¹⁸ Gama, porém, deixa também entrever admiração e mesmo alguma intimidade, ao aconselhar que Fleiuss não se esquecesse de: “falar dos seus precedentes e princípios de vida”.¹¹⁹ Segundo Gama, Pompéia era um apaixonado, um sincero que “dava-se todo ao seu afeto, de cada vez objetivado em vão, [...] torturado pela curiosidade de conhecer o outro lado, o interior, a alma das cousas”.¹²⁰ Domício conviveu com Raul Pompéia no período em que chamou de o mais fecundo da breve existência de Pompéia, quando este escreveu *O Ateneu* no prazo de três meses.¹²¹

Já Capistrano de Abreu, Domício conheceu em 1888, segundo ele, ou em 1887, de acordo com Capistrano. Uma amizade que se iniciou um tanto por acaso, na confluência de textos e Raul Pompéia. Segundo Domício, lá pelos idos de 1887, Capistrano havia lido os seus textos na Gazeta de Notícias, e comentou sobre eles com Raul Pompéia, achando que se tratasse do pseudônimo de algum português amigo de Elysio Mendes. Pompéia,

¹¹⁵ ARARIPE Jr., Tristão de Alencar. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: USP, 1978, p. 141.

¹¹⁶ PONTES, Eloy. **A vida inquieta de Raul Pompéia**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1935.

¹¹⁷ “Desde muito criança afeito ao estudo e à meditação, viveu consigo só, graças a uma vida familiar quase monástica, em que a sociedade, a animação ruidosa e fácil dos salões, não entrou. Seu pai, homem de recursos, morando em casa própria, mas retraído, casmurro, quase insociável, não visitava pessoa alguma, nem recebia visitas. AA família vivia como num claustro. O casamento de uma de suas três irmãs só se pôde realizar porque o velho pai havia falecido. Foi depois disso que as portas da casa de São Clemente se abriram para receber alguém.” RODRIGO OTÁVIO. **Minhas memórias dos outros**. Nova série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935., p. 196.

¹¹⁸ Carta de Domício da Gama à Max Fleiuss, Paris, 18 de dezembro de 1898. IHGB, Coleção Domício da Gama, Lata 472 Pasta 20.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Recepção do sr. Domício da Gama. ABL - **Discursos acadêmicos** (1897-1919). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, vol. I, II, III e IV p. 45 a 52.

¹²¹ De janeiro a março de 1888.

divertindo-se com a possibilidade, resolveu apresentá-los na Cervejaria Petzold,¹²² uma roda literária muito animada que incluía, entre outros, Lúcio de Mendonça, José Veríssimo, Araripe Júnior e Paula Ney. Nove anos os separavam. Capistrano nasceu em 1853, no Ceará, e Domício em 1862, no Rio de Janeiro.

A relação de amizade entre João Capistrano de Abreu e Domício da Gama teve largos hiatos temporais, altos e baixos, porém, foi dotada de uma realidade inalterada: os trinta e sete anos – ou trinta e oito – colocam Capistrano como o amigo mais duradouro de Domício da Gama. O relevo aumenta ao ser comparado à segunda maior amizade de Domício, o barão do Rio Branco, com a marca de vinte anos, finalizada com a morte do segundo. Domício considerava Capistrano como o mais estudioso de seus amigos, a quem admirava a inteligência afirmada em caráter. “Foi sem dúvida o caráter, resistente e firme, que o protegeu contra as dissolvências da filosofia e da vida corrente.”¹²³ Gama admirava a personalidade de Capistrano, considerando-a forte e honesta, construída pela mais variada cultura da ciência e filosofia. Ao lembrar o amigo anos depois demonstrou a sua admiração de modo condescendente.

Os que recordam os seus comentários agudos e avisados, suas frases satíricas, laudativas ou escarninhas, não julgam necessário explicar que a um espírito honesto a verdade provada nunca parece ingrata ou rude. E não será intencional essa rudeza, de reação contra a insinceridade ou a dubiedade da opinião corrente? Não será uma lição de que a um espectador pelo menos não agradou o jogo de certo ator em determinada cena? Crítica moralista conduz naturalmente à sátira, mas feita imparcialmente ainda é o melhor ensinamento da história¹²⁴.

Para Domício da Gama, a devoção que Capistrano prestava aos amigos era tocante e carinhosa. Domício deixou um testemunho sobre as provas d’O Ateneu, cuja revisão foi feita com ajuda de Capistrano de Abreu, para publicação na Gazeta de Notícias:

Na noite de 13 de maio esse trabalho – que se fazia na tipografia da Gazeta na rua sete de setembro era interrompido por excursões de Capistrano à Rua do Ouvidor onde em procissões e discursos patrióticos celebrava-se a libertação dos brasileiros escravos naquele dia. Eram horas de emoção para Pompéia, de

¹²² Segundo Domício da Gama, era um informal ponto de encontro de estudiosos, jornalistas e funcionários que lá passavam para uns minutos de palestra antes do jantar. Localizava-se na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro.

¹²³ GAMA, Domício da. “Capistrano de Abreu”. 13 de maio de 1924. Revista do Brasil. Julho, 1924. Cópia datilografada disponível na ABL no ADG, 09.4.09.

¹²⁴ Idem.

história para Capistrano, mas depois de comentários bravos a revisão prosseguia paciente e minuciosa do livro intenso e profundo.¹²⁵

Dias depois da publicação d'O Ateneu, Domício seguiu para a Europa, a bordo do vapor Tagus, da Mala Real Inglesa, como o escolhido por Ferreira de Araújo para cobrir a Exposição Universal de Paris. Na bagagem, carregava cartas de apresentação de Capistrano e Ferreira de Araújo para Eduardo Prado e o barão do Rio Branco. Capistrano comentava com o Barão sobre “o Sr. Domício da Gama, cujo nome tem firmado brilhantes contos na Gazeta. Recomendo-o com instância, certo de que há de apreciá-lo condignamente”.¹²⁶ Opinião essa que viria a ser reiterada através de uma segunda missiva, datada de 13 de junho, ressaltando que “Ele e Raul Pompéia são as duas vocações literárias mais vigorosas e brilhantes que conheço”.¹²⁷

Enquanto Capistrano enviava cartas regulares a Domício, colocando no subscrito apenas o nome e o endereço em Paris, Pompéia nunca quis escrever-lhe, por não acreditar que uma carta do Brasil através do Atlântico chegasse a seu destino,¹²⁸ o que foi reiterado pelo próprio Domício: “Pompéia, que, assombrado com as distâncias e a massa do tráfico internacional, não se persuadia que cartas fossem entregues e não as escrevia. O Ateneu foi-me trazido por portador seguro¹²⁹.” Esse aspecto demonstra um lado de Pompéia que temia a modernidade apesar de haver sido um profundo debatedor da política, um lutador republicano, porém, intimamente era um homem que parecia temer, parafraseando Olavo Bilac, os relâmpagos no cérebro.

1.2.2 - NA ROTA DO TAGUS: QUEIRÓZ, PRADO E RIO BRANCO

A bordo do vapor Tagus, da Mala Real Inglesa, como o escolhido por Ferreira de Araújo para cobrir a Exposição Universal de Paris, carregando cartas de apresentação de Capistrano e Ferreira de Araújo para Eduardo Prado e o barão do Rio Branco, Domício se

¹²⁵ GAMA, Domício da. **Capistrano de Abreu**. Revista do Brasil. Julho, 1924.

¹²⁶ Carta de Capistrano de Abreu para o barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1888. *Apud*: ABREU, João Capistrano. **Op. Cit.**, vol. 1, p. 123 e 124.

¹²⁷ Carta de Capistrano de Abreu para o barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1888. *Apud*: Idem, p. 124, 125 e 126.

¹²⁸ Carta de João Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1917. *Apud*: Ibidem, vol. II, p. 64, 65 e 66.

¹²⁹ GAMA, Domício da. Capistrano de Abreu. **Revista do Brasil**. Julho, 1924.

sentia contente. As suas percepções das suas viagens foram descritas em um conto, no qual um alter-ego, José Vicente, pensou a sua história. José Vicente, nascido em uma fazenda qualquer em Minas, frequentou cursos de duas escolas no Rio de Janeiro, mas não chegou a se formar em nenhuma e, ao lado de estudos de literatura e de ciências imaginativas, começou a escrever nos jornais e a produzir uma “prosa cheia de altos e baixos, retorcida, entrançada de coisas sublimes e de banalidades, prosa original, em suma, e que lhe deu bilhete de passagem para a Europa, como correspondente do Cruzeiro”.¹³⁰ Se até então José Vicente havia vivido contente com o anúncio do pagamento da sua prosa, depois da viagem à Europa, ele nunca mais se descontentou. Lá passou a viver “como exemplo vivo de estoicismo, impassível perante os dissabores, os desgostos públicos, sereno, contente. Sofre[ndo] muito do estômago, tem às vezes crises de dispepsia que o arrasam”.¹³¹

Antes de seguir para Paris, o vapor fez uma parada em Londres e, segundo Heitor Lyra,¹³² foi possivelmente naquela primavera que Gama conheceu Eça de Queiroz, também um colaborador do jornal de Ferreira de Araújo. Lyra aventa duas possibilidades: a primeira, que Domício tenha levado uma carta de apresentação de Araújo para Eça, e a segunda, que os dois tenham se conhecido por intermédio do comendador Leite Pinto, um português que “tinha as melhores relações na colônia lusa da capital inglesa”. Depois de Londres, Domício fez uma excursão à Escócia, antes de retomar o caminho para o seu destino final, Paris, onde acabaria por reencontrar Eça e a família, bem como conhecer o barão do Rio Branco e Eduardo Prado.

Paris causou um profundo efeito em Domício da Gama, como descreveu em carta a Henrique Coelho Netto: “É melhor do que nunca ousei sonhar”.¹³³ Ele deixava entrever sua satisfação ante a independência e o viver só. “É tão bom ter horas tristes para sentir melhor as alegres que vêm depois! E no Rio não há meio de viver só, à minha moda, à beira do turbilhão. Vem-nos buscar a solidão, não é?” Ao mesmo tempo, dizia que o tempo para leitura lhe era escasso: “Foi um tempo em que eu lia livros meu velho; era lá no Rio

¹³⁰ GAMA, Domício da. “Contente” In: GAMA, Domicio da (1901) **Op. Cit.**, p. 159-168.

¹³¹ Idem.

¹³² LYRA, Heitor. **O Brasil na vida de Eça de Queiroz**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d, p. 307.

¹³³ Carta de Domício da Gama à Henrique Coelho Netto (doravante apenas Coelho Neto), 29 de maio de 1891. Biblioteca Nacional, I-09,04,019.

de Janeiro... Aqui quando muito a gente pode escrevê-los à força e aos arrancos.”¹³⁴ A época era de boemia e estudos. Era um período de longas e animadas conversas na biblioteca de Eduardo Prado ou na Livraria Chadonat, em meio à fumaça dos cigarros inumeráveis de Rio Branco; de reuniões no Restaurante Durand, na Rue Royale, juntamente com Rio Branco, Eduardo Prado, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão; do ingresso no cenáculo boêmio Vencidos da Vida junto a Eça, Ramalho Ortigão, Bulhões Pato e Eduardo Prado; das longas conversas na biblioteca de Eduardo Prado; do examinar lento dos mapas. Em uma carta,¹³⁵ ele se detém sobre algo que também lhe interessa sobremaneira em Paris: as paisagens interiores da cidade, cujos aspectos de luz e efeito o encantam, e as mulheres. Se para ele a “praça da Concórdia com o luar baixo é uma scenografia sumptuosa de ópera antiga”, as mulheres ganham a comparação com os livros: “Depois há as mulheres.... Com ellas acontece-me o mesmo que com os livros que deixo de comprar porque não tenho onde os por. No provisório d’esta minha estada não me atrevo a bonqueixar estes livros de carne e osso que são as mulheres. Demais estes se querem bem encadernados e em edições de luxo. Em brochura e papel comum não me agradam tanto.”¹³⁶

Os primeiros relatos de sua saúde frágil também datam desse período. Em meio a preparatórios de uma viagem com Eduardo Prado, para ouvir Wagner na Alemanha, ele buscava tratamento para o joelho por meio de uma técnica de choques e uma “atroz tira de borracha que me faz andar como um soldado alemão – hirto e disciplinado”.¹³⁷ Outras vezes, eram ataques de reumatismo nos joelhos, pés ou na mão direita que muitas vezes o deixava por semanas de cama com febre. Várias vezes durante a sua vida ele recorreria às curas de águas, compartilhando tais viagens com Prado, Queiroz, Rio Branco ou Joaquim Nabuco. Já no aspecto profissional, continuava como contratado da Gazeta, mas passou também a colaborar com Eça na criação da Revista de Portugal, bem como na Revista Moderna. Fizera a cobertura da Exposição Universal¹³⁸ de 1889 e testemunhara não

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Carta de Domício da Gama a Joca, Paris, 31 de julho de 1888. Biblioteca Nacional, I-09,07,044.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Exposições essas que anos mais tarde Walter Benjamin chamaria de “lugares de peregrinação à mercadoria-fetichê”. Benjamin, Walter. Paris, capitale du XIX^{ème} Siècle. *Apud*: NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da *República*. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O tempo do**

somente as novidades técnicas e científicas, para o que fora enviado, mas também o nascimento da Dama de Ferro, a Torre Eiffel por Gustave Eiffel, no evento comemorativo dos 100 anos da Revolução Francesa. Eça descreveu a subida à torre como: “é esplêndido! A torre não dá para mais do que uma exclamação – mas essa é de dever, e não lha regateamos.”¹³⁹ Domício, além de cobrir o evento, morou em uma “casinhola ao pé da Escola Militar [de onde] ouvia buzinar todas as noites uma polca que ficou para mim como um acompanhamento de convites a amores mercenários. Depois de 1890 foi uma valsa da Miss Helyett, pelas onze e meia da noite.”¹⁴⁰

A ligação entre Eça de Queiroz e Domício da Gama aparece em meio à zona de penumbra. Eça de Queiroz era um homem de uma timidez renitente. Apesar de falar inglês e francês fluentemente, preferia relacionar-se com portugueses e brasileiros, não somente no âmbito pessoal, como também no profissional, já que a sua principal fonte de renda foi a colaboração na *Gazeta de Notícias*. Queiroz teve uma bem documentada relação para com o Brasil principalmente por meio de cinco brasileiros: Eduardo Prado, Domício da Gama, Magalhães de Azevedo, Olavo Bilac e Rio Branco. Dos cinco, os mais próximos à família Queiroz foram Eduardo Prado e Domício da Gama, já que Rio Branco raramente aparecia, por conta de seu temperamento e de suas repetidas ausências de Paris,¹⁴¹ enquanto que Prado tinha o hábito de aparecer na casa dos Queiroz geralmente à noite, depois do jantar, e quase diariamente, sozinho ou acompanhado do sobrinho Paulo. Já Domício da Gama passava ali a maior parte das horas disponíveis possíveis. Quando da sua chegada a Paris, a família de Eça de Queiroz já residia à Rua Neuilly, onde ficou entre 1891 a 1893. Seu contato foi além do patriarca, estendendo-se a toda a família Queiroz, já que a casa de Neuilly seria uma espécie de “agasalho” para ele. Seu apego à família foi tamanho que chegou a dedicar um de seus contos, *João Chinchila*, a Maria de Queiroz, a filha de Eça, a qual dizia que Gama reclamava a primazia de sua amizade por havê-la conhecido nos braços da sua ama Teresa. Nas suas lembranças, Maria recordou: “Não sei dizer em que

liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 1930. Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano: v.1), p. 24.

¹³⁹ Carta de Eça de Queiroz a Oliveira Martins, 27 de agosto de 1889. *Apud:* <http://bnd.bn.pt/ed/eca_queiros/iconografia/imagens/j3113m_18890121_140/j3113m_18890121_140.html>

¹⁴⁰ GAMA, Domício da. "Os trabalhos da grande exposição - Paris muda de aspecto". *Gazeta de Notícias*. 7 de julho, 1897.

¹⁴¹ LYRA, Heitor (s/d). **Op. Cit.**, p. 136.

época entrou Eduardo Prado na nossa intimidade. Seria em Londres onde meus pais conheceram Domício da Gama, ao tempo secretário do barão do Rio Branco ou em Paris? O que sei é que na Rue Crevaux já era íntimo, indo lá a Casa quase todos os dias”.

Gama tinha por Eça, aliás, Queiroz, para ele, uma admiração incondicional não somente à personalidade, generosa e simples¹⁴², como também ao escritor, que considerava o primeiro prosador da língua portuguesa¹⁴³ e o maior escritor da língua portuguesa.¹⁴⁴ Conforme Domício afirmou a Heitor Lyra¹⁴⁵, Queiróz era muito vaidoso de seu talento e dele tinha total consciência. Uma vez, Domício perguntou se algum dia poderia escrever como ele, ao que Queiróz redargüiu muito sério: “Sim, pode ser, com muita perseverança”.¹⁴⁶ Domício respondeu: “Essa perseverança eu tenho”.¹⁴⁷ Segundo sua própria definição, se Rio Branco o fizera diplomata, Queiróz o fizera um escritor. Seus escritos da época mostram uma maior abertura do seu foco de interesse para suas observações. Se no Brasil era a literatura e a filosofia que lhe interessavam muito mais diretamente do que a política, na Europa surgiu o maior interesse pela política. O ato de se sentir independente e longe de casa, mais o ambiente intelectual onde principalmente convivia com os “exilados”, Eduardo Prado e o barão do Rio Branco, conforme o entender de Capistrano criou nele a vontade de acompanhar e de entender tudo o que retratava ou vinha direto do Brasil, fazendo sempre questão de manter tal voto de afeto.

Já a relação de Eça com Eduardo Prado é muito bem documentada. O bom Prado, como Eça o chamava, era um espírito irrequieto e extrovertido, que tinha um grande prazer em receber. Seu apartamento era um ponto de encontro de intelectuais. Luiz Felipe D'Ávila¹⁴⁸ aventa que talvez Prado tenha sido um alter ego de Eça. A proximidade entre eles pode ser percebida em uma carta de 1889 da filha de Eça: “É o Prado que lhe traz notícias; é o Prado que o ajuda nas revisões (dos livros de Eça), é quem sugere os passeios

¹⁴² VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal; Funag, 1996, p. 269.

¹⁴³ LYRA, Heitor (s/d). **Op. Cit.**, p. 309.

¹⁴⁴ GAMA, Domício da. Eça de Queiróz. **Revista Moderna**. N. 10, 20 de novembro, 1897.

¹⁴⁵ LYRA, Heitor. **Minha Vida Diplomática**. Tomo I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 230.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ VENÂNCIO FILHO, Alberto. Domício da Gama em SILVA, Alberto da Costa e. **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2001, p. 18.

¹⁴⁸ D'AVILA, Luiz Felipe. **Op. Cit.**, p. 343.

e quem traz novos amigos”.¹⁴⁹ E em que se pese tal hipótese, a verdade é que a base para Jacinto, o protagonista de *A Cidade e as Serras*, foi Eduardo Prado.¹⁵⁰ Algumas de suas cartas foram publicadas na *Gazeta de Notícias* e, em uma delas, a Eduardo Prado revela sua opinião sobre o Brasil: “O que eu queria — e o que constituiria uma força útil para o universo — era um Brasil natural, espontâneo, genuíno. Um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil que eu vi feito com pedaços de Europa, levados pelo pacote e arrumados à pressa, como panos de feira..”.¹⁵¹ Em julho de 1898, Eça prestou uma homenagem ao Brasil e a Eduardo Prado em um artigo na *Revista Moderna* em que disse: “... sinto a dupla felicidade de louvar, através de homem que tanto prezo terra que tanto amo!”.

Eduardo da Silva Prado foi uma personalidade irrequieta politicamente, mas não na mesma proporção que Pompéia.¹⁵² Sua mãe, Veridiana Prado, havia ensinado aos filhos, Antonio, Martinico, Caio e Eduardo, que o verdadeiro papel da elite é servir ao país e, por isso, deveriam estar preparados para desenvolver um papel preponderante na história do Brasil e de São Paulo. Assim, apesar de morar na Europa, Eduardo não estava desligado dos negócios da família, tendo o hábito de usar a sua rede de amizades em favor dos interesses brasileiros, como, por exemplo, o primeiro empréstimo contraído pelo governo de São Paulo em 1888,¹⁵³ bem como o fato de haver acompanhado o embarque dos imigrantes europeus para o Brasil. Como editorialista e dono de *O Jornal do Comércio*, em sociedade com José Carlos Rodrigues, Prado escrevia aos leitores sobre economia e política internacional, bem como política nacional. Certa vez, Prado denunciou um grupo de investidores franceses no Rio da Prata que pediram como garantia de juros o estabelecimento de uma destilaria de cereais no país, vociferando que tal negócio era um atentado à liberdade da indústria brasileira.¹⁵⁴

A amizade entre Domício da Gama, Eduardo Prado e Rio Branco iniciou-se,

¹⁴⁹ MOTTA FILHO, Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967, (Coleção Documentos Brasileiros, 129) p. 143.

¹⁵⁰ LUSTOSA, Isabel. **O Brasil pelo Método Confuso: Humor e Boemia em Fradique Mendes**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

¹⁵¹ QUEIROZ, Eça de. **A Correspondência de Fradique Mendes**. Porto: Lello, 1952.

¹⁵² Cabe ressaltar que Raul Pompéia foi um dos republicanos que se opuseram à tese de Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*. MOTTA FILHO, Cândido. **Vida de Eduardo Prado (A)**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1967, p. 234.

¹⁵³ D'AVILA, Luiz Felipe. **Op. Cit.**, p. 347.

¹⁵⁴ Idem, p. 349.

conforme relato do primeiro a Heitor Lyra,¹⁵⁵ em uma noite de verão de 1889. Munido das cartas de apresentação de Ferreira de Araújo, Domício bateu à porta da casa de Eduardo Prado na esquina da Rue de Rivoli. À visão de dois copos, recebeu ter sido inoportuno. Após a leitura da carta, Prado gritou para a sala ao lado: “Juca, não tenhas medo: é um rapaz amigo do Araújo que chega do Rio”. Apareceu então o Barão que entrou resmungando: “Pensei que fosse algum cacete..”.¹⁵⁶ A visita foi rápida e cerimoniosa. Prado ofereceu seus préstimos, apesar de não saber no que poderia ser útil, por causa da missão de estudos e de observação de Domício, mas pediu que ele aparecesse de vez em quando para dar notícias. O Barão pouco falou, apesar de tê-lo observado atentamente. A amizade, porém, não tardou. Dias mais tarde, Domício, passeando pelos Campos Elísios, a caminho da Praça da Concórdia, abria passagem por uma multidão que esperava a passagem do presidente Sadi Carnot,¹⁵⁷ quando descobriu, de pé em uma Vitória, Eduardo Prado e o barão do Rio Branco agitando bandeirinhas brasileiras. Prado quando o viu e chamou-o para o carro. Naquela noite os três ficaram amigos.

Na Europa, Domício da Gama ficou exposto às ascendências de Queiroz, Prado e Rio Branco, no âmbito pessoal e no âmbito profissional, que o marcariam pelo resto de sua vida, preparando-o para o exaustivo trabalho futuro de preparação das Memórias para a demarcação das fronteiras do Brasil junto ao Barão. A sua brasilidade se formou neste meio, envolta pelas amizades e influências de Prado, Eça e Rio Branco, em cenas de camaradagem e de estudos. Talvez, por conta de seu nacionalismo mais atrelado a um dever de representação da nação distante, eles tenham tido uma maior influência em Domício da Gama do que o jacobinismo emocionado de Raul Pompéia. Eram contrapontos interessantes. Rio Branco um produto da monarquia, enquanto Prado, também monarquista, via a República como um retrocesso político e violação dos valores e da formação das instituições brasileiras. Domício da Gama parece, nesse contexto, absorver os valores ao redor dele, mas sem deixar transparecer sua linha filosófica, pois ainda encontra-se em processo de aprendizagem. Seu grau de convivência com Prado e Rio Branco era tão próximo, que ele cedeu à argumentação de Prado, segundo a qual seria mais

¹⁵⁵ LYRA, Heitor (1981), p. 227 a 233.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Marie François Sadi Carnot, presidente da terceira República, entre 1887 e 1894.

fácil evitar desencontros se ele se mudasse do Richmond Hotel, para o Hotel Windsor, 226 rue de Rivoli, onde Prado mesmo estava hospedado. Os encontros nos jantares eram regulares e Gama achava curioso o fato de ele ser visto com “surpresa para quase todos aqui. Acham-me civilizado!”¹⁵⁸

O Barão, coetâneo de Eça no quesito idade, era o mais reservado de todos do grupo, chegando a ser mesmo predisposto ao isolamento, e, apesar de nunca estar realmente só, sempre tinha pouca gente consigo. Raul Rio Branco afirma que o pai, apesar de pouco expansivo em amizades, as prezava em todo o seu significado.¹⁵⁹ Esses aspectos, bem como as repetidas ausências de Paris, contribuíram para que ele e Eça mantivessem um tratamento mais respeitoso e menos próximo, apesar dos interlocutores comuns, como Eduardo Prado, cuja energia funcionava como um contraponto à reserva de José Maria Paranhos Filho. Embora a presença de Prado, por quem Rio Branco tinha um verdadeiro apreço, e seu temperamento alegre quebrasse um pouco o rigor de Rio Branco, não foi o bastante para que ele se tornasse uma pessoa mais aberta no trato com os amigos. O próprio Gama relatou anos mais tarde a Heitor Lyra que “Rio Branco fazia-lhe companhia. Era raro o dia que não vinha vê-lo. Dois amigos inseparáveis. Dia e noite juntos. Nunca vi duas pessoas entenderem-se melhor...”¹⁶⁰

Antes de se envolver mais profundamente em questões da política fronteiriça, Rio Branco tinha registros de saídas com os portugueses, mas não depois. Quando jovem, ficara famoso por suas aventuras em noitadas,¹⁶¹ até que começaram a vir os filhos, e ele foi se retraindo cada vez mais, passando a dedicar-se mais à sua paixão pelos livros e pelos estudos. Paranhos ocupava-se desde muito cedo com o estudo da história política e militar do Brasil, salvo alguns anos distraídos pelo parlamento e o jornalismo. Sua vida foi absorvida em pesquisas nos arquivos e bibliotecas dos dois mundos e criada no silêncio fecundo de seu gabinete atulhado de preciosidades bibliográficas que sempre soube descobrir e que pacientemente reuniu, para a composição dos seus trabalhos, tão copiosa e substancialmente documentados. Os testemunhos sobre seus hábitos de vida ao retornar ao

¹⁵⁸ Carta de Domício da Gama a Joca, Paris, 31 de julho de 1888. Biblioteca Nacional, I - 09,07,044.

¹⁵⁹ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 143.

¹⁶⁰ LYRA, Heitor (1981). **Op. Cit.** p. 228.

¹⁶¹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.** e VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**

Brasil mostram-no como uma pessoa extremamente simples. Trabalhava excessivamente, dormia em qualquer lugar, por meia hora ou seis horas, o que deixava seus ajudantes sempre sobressaltados, principalmente Salvador, que o servira diretamente no Itamaraty e gozava de toda a sua confiança, pois acordava pedindo café, mate ou suco de laranja. Mas era um *gourmant*. Domício da Gama ressaltava que não tinha capacidade estomacal para acompanhá-lo nas aventuras gastronômicas. Um de seus hábitos era comer abacaxi, não em rodela, “delgadas como pão de *sandwich*”, mas sim um abacaxi inteiro, descascado e só com o cabo, pois “o bom era meter os dentes a fundo na polpa cheio de suco”.¹⁶² Com a idade, ele se tornou mais absorvido pelo trabalho, a ponto de dormir no Itamaraty em um quarto improvisado em um canto da sala de trabalho. Uma de suas poucas diversões era caçar pernilongos com velas pelos corredores do Itamaraty ou, ainda, atender a um chamado de Salvador, seu assistente pessoal, e se divertir ao ver o susto que os gatos tomavam por causa dos baldes de água fria jogados neles.

A despeito da origem e da educação diferenciadas, principalmente porque Paranhos teve uma educação apropriada para o filho de um ministro e senador, e da diferença de idade, Domício da Gama e José Maria da Silva Paranhos Júnior iniciaram uma amizade que durou até a morte do segundo. O filho de Rio Branco, Raul, disse que, dentre as qualidades de Domício que o pai admirava, estavam a “grande lealdade e desinteresse, altiva e nobre concepção de vida, combinado com grande cortesia e refinamento peculiar aos espíritos de distinção”.¹⁶³ A amizade se firmou nesse ambiente, antes que o barão do Rio Branco tivesse a fama que o distinguiu no começo do século XX. A convivência entre os dois ajudou Domício da Gama não somente a conhecer o modo de o Barão pensar, mas também a conquistar sua confiança e passar a devotar-lhe admiração. Um laço respeitoso e afetuoso que, de acordo com Ramón Cárcano,¹⁶⁴ chegava à veneração por parte de Domício da Gama, que via em Rio Branco um espírito superior. Anos mais tarde, Paranhos ressaltou o que chamou a atenção dele para Domício, antes do embarque deste para os Estados Unidos da América como embaixador:

¹⁶² RODRIGO OTÁVIO. **Op. Cit.**, p 159.

¹⁶³ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 109.

¹⁶⁴ FRAGA, Rosendo. **Ramón J. Cárcano**: a história como instrumento da diplomacia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

Conheci-o ainda na sua juventude, há mais de um quarto de século, já então querido por meu pae e por meus tios, que eram velhos servidores da pátria. Desde esse tempo pude apreciar os bellos dotes de seu espírito e do seu coração, e acompanhar com affectuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa como na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoases, e tendo trabalhado nos primeiros annos de sua vida pública, successivamente, sob as vistas immediatas de Antônio Prado, Rio Branco e Joaquim Nabuco, a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria.¹⁶⁵

Joaquim Nabuco, em carta à Graça Aranha, disse que Rio Branco era uma esfinge: “creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes. Ninguém o penetrou nunca”.¹⁶⁶ Esse aspecto tem conotações inter-relacionadas a Domício da Gama. A primeira é quanto ao caráter de esfinge. Rio Branco era um homem realmente reservado em aspectos pessoais. Essa sua característica alcançava seus amigos e auxiliares, até mesmo em citações, pois “escrevia sempre o “Sr. Kant”, ou o “Sr. Ortolan”, ou “Sr. Ahrens”,¹⁶⁷ e Domício da Gama era o “Sr. Gama”. Como dito anteriormente, ele foi se fechando a partir do nascimento dos filhos e canalizando suas emoções para o trabalho, conforme havia aprendido com o visconde do Rio Branco: “O homem público, dizia-me ele, deve entregar-se com o melhor das suas forças ao serviço do país: família, amizades, tem que com ele conjugar esforços no mesmo propósito absorvente e elevado”.¹⁶⁸ Esse lado comprometido com o público o fez ter uma dificuldade imensa em escutar problemas pessoais. Em suas cartas, percebe-se que os filhos eram seus elos com o campo sentimental, principalmente os mais próximos a ele, Raul e Hortência. O próprio Domício fala sobre a dificuldade que Rio Branco tinha em escutar problemas pessoais: “não vejo o seu olhar distraído, que me desconcerta quando lhe quero falar de coisas que não sejam de serviço”.¹⁶⁹

O status de seu secretário mais próximo, seu auxiliar de confiança e discípulo preferido, conforme expressão de Álvaro Lins,¹⁷⁰ foi obtido através dos tempos. Domício

¹⁶⁵ RIO BRANCO, Saudação a Domício da Gama. 18 de maio de 1911. APBRB. Lata 877 Maço, Pasta 12 - 11jun1908 a 15out1911.

¹⁶⁶ Carta de Joaquim Nabuco à Graça Aranha, Washington 17 de janeiro de 1907. *Apud*: NABUCO, Carolina. **Joaquim Nabuco** – Cartas a amigos. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2v, p. 262/263.

¹⁶⁷ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 41.

¹⁶⁸ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**

¹⁶⁹ Carta de Domício da Gama a barão do Rio Branco, Paris, 15 de janeiro de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹⁷⁰ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 303.

revelou-se reservado e digno de confiança. Uma das frases mais lembradas da Baronesa do Rio Branco foi a de 1893, quando Domício veio ao Brasil: “*Et comment va faire Juca qui ne peut vivre sans vous?*”.¹⁷¹ Esta frase mostra que o grau de colaboração entre eles nasceu em Paris antes que houvesse um cargo de confiança a ser desejado ou mesmo algo a ser alcançado pelo interesse, como o anel de influências que depois veio a se formar em torno do Barão. Ainda que nesse ponto ainda não se possa testar completamente a hipótese sobre se Domício era criador ou criatura do Barão, há que se perceber que os ensinamentos de Rio Branco têm uma forte ascendência sobre Domício da Gama. Então, antes de os trabalhos diplomáticos se iniciarem, a tendência mais forte é afirmar que Domício da Gama é um arquétipo dos ensinamentos do barão do Rio Branco, de Eça de Queirós e de Eduardo Prado.

1.3 - DA LITERATURA À DIPLOMACIA

Para Jean-Baptiste Duroselle, o historiador, ao trabalhar com uma dupla memória, individual e social, assenta o homem sobre uma “perspectiva de conjunto, memória e imaginação do futuro, [que] situa a nós, os homens, no movimento”.¹⁷² O processo estrutural de aprendizagem de Domício da Gama nos anos de 1890 a 1893, às voltas com uma série de leituras, estudos e “viagens para aprender e não para ensinar”,¹⁷³ acompanhando Rio Branco, Prado ou Queiros, ou, às vezes, sozinho era o último momento antes de ele começar a ter contato com a diplomacia. As suas ações de recolher material para artigos e de acumular rascunhos para os livros que tencionava escrever, seriam o que Duroselle chama de um processo de patrimônio humano, já que ele estava em um ritmo cada vez mais acelerado de invenção e de criação de novos espaços, ao mesmo tempo em que destruía antigas visões e se abria a novas. As descrições do que via, mescladas às observações sobre a vida da cidade de Paris e dos seus habitantes, bem como sobre a vida brasileira, apareciam na sua coluna na Gazeta de Notícias, chamada Colaboração Européia, mais tarde rebatizada de Cartas de Paris. Esse processo de criação e maturação de um observador pode ser visto nos artigos e escritos pessoais, não somente por representarem

¹⁷¹ Carta de Domício da Gama à Graça Aranha, Bruxelas, 29 de dezembro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

¹⁷² DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 238.

¹⁷³ Livro de viagens. ABL, ADG, 09.4.09.

uma *petite histoire*, mas também grandes aspectos das vidas francesas e brasileiras. Nessas composições, já era possível perceber feições que mais tarde o identificariam, na diplomacia, como um observador atento das entrelinhas, assim como na literatura brasileira, em que ficou conhecido pelo estilo voltado aos contos ligeiros, ou curtos,¹⁷⁴ com toques pessoais.

Os caminhos da diplomacia começam a se apresentar a Domício da Gama a partir de 20 de junho de 1890, por uma carta que o barão de Lucena escreveu ao barão do Rio Branco. Por essa carta, Paranhos foi informado sobre a criação de uma repartição do Ministério da Agricultura, a Superintendência Geral de Emmigração, cuja função principal seria de fazer propaganda em favor do país e cuja sede seria em Bruxelas. Esse cargo foi primeiramente oferecido ao Conselheiro Antônio da Silva Prado, que recusou a oferta por necessitar voltar ao Brasil.¹⁷⁵ De acordo com Raul do Rio Branco, o pai hesitou muito em aceitar o cargo, porque preferiria continuar no Consulado Geral em Liverpool. Sob a insistência do Governo de que não havia incompatibilidade entre as duas funções, Paranhos aceitou. Não recebeu, porém, um vintém pelo serviço prestado.¹⁷⁶ Domício da Gama, ao rememorar o fato, afirmou que ele o fez por considerar que uma só remuneração bastava para todos os serviços que a Nação dele pudesse reclamar.¹⁷⁷ O Barão tinha por hábito somente trabalhar com homens de sua confiança pessoal, de cuja dedicação jamais duvidaria, assim, convidou Domício da Gama para ocupar o cargo de primeiro secretário, bem como o barão de Santana Nery. Esse ato marcou o início de uma parceria de trabalho e de amizade que durou até 1912.

Meu pai reconheceu logo nele notáveis dons de inteligência e de escritor brilhante; algumas das qualidades de caráter que tanto prezava; grande lealdade e desinteresse; altiva e nobre concepção da vida; tudo combinado, o que não é fácil nem muito comum, com grande cortesia e um refinamento peculiar aos espíritos de distinção. Sabia meu pai que Domício havia começado sua vida à força de

¹⁷⁴ Segundo Lúcia Miguel Pereira, Domício da Gama foi autor de alguns contos estimáveis ainda que “rebuscados, mas que ainda assim constituem com os de Raul Pompéia os melhores trabalhos da prosa parnasiana de ficção”. PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de ficção** (1870 a 1920). Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1973, p. 242- 247.

¹⁷⁵ AHI, Superintendência de emigração. Diversos. Lata 853 Maço 2 Pasta 1 - Secretaria de Emigração.

¹⁷⁶ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 108.

¹⁷⁷ GAMA, Domício da. O barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1911. ABL, ADG, 09.9.11.

trabalho e de talento, contra o desejo do Pai que julgava obscura a carreira das letras quando havia tantos outros meios de vida na agricultura e no comércio.¹⁷⁸

O período em que Domício da Gama trabalhou na Superintendência de Emigração foi entre 27 agosto de 1891 e 28 de fevereiro de 1893, recebendo 600 francos mensais.¹⁷⁹ A Superintendencia tinha por missão cuidar da propaganda e dos trâmites daqueles que desejavam emigrar para o Brasil. O trabalho de Gama consistia em responder às cartas dos que pediam informações: “no escriptório continua a vir gente com o mesmo fim. A Europa transborda”.¹⁸⁰ Ao mesmo tempo em que prestava conta dos seus serviços ao Barão, dava notícias da movimentação no Brasil: “Um jornal do Porto dá Paris Correspondência de Pernambuco (telegramma do Rio) notícia de que o Dormeval e outro redactor ou (repórter da Gazeta Montauray) e o Olavo Bilac estão entre os presos e degradados para o Macapá. Ora, já viu o Sr.! [...]”¹⁸¹

Em meio a toda a agitação em relação à Superintendência, ele conseguiu organizar “n’um formato em 12, papel ordinário, para que não me saía caro” o livro *Contos a meia tinta*, que publicou em 1891.¹⁸² Nele, Gama utilizou-se de traços leves¹⁸³ para contar curtas histórias de largos panoramas e preocupações psicológicas. O livro nunca foi um grande sucesso de público, apesar de receber críticas favoráveis. Joaquim Nabuco, ao agradecer-lhe pelo livro e pelo autógrafo, ressaltou a proliferação do que chamou de *teorias notações*.¹⁸⁴ Raul Pompéia, em uma crônica de 22 de setembro de 1889, ao rememorar o livro, elogiou a forma narrativa e a análise psicológica, considerando que “A distinção aristocrática do espírito de Domício fê-lo inclinado à análise miúda dos fatos espirituais, esta espécie de amor ao *bibelô* aplicado às miudezas curiosas do mundo moral”.¹⁸⁵

¹⁷⁸ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 109.

¹⁷⁹ AHI, Superintendência de emigração. Diversos. Lata 853 Maço 2 Pasta 4 - Secretaria de Emigração.

¹⁸⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris 29 de abril de 1892. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹⁸¹ Idem.

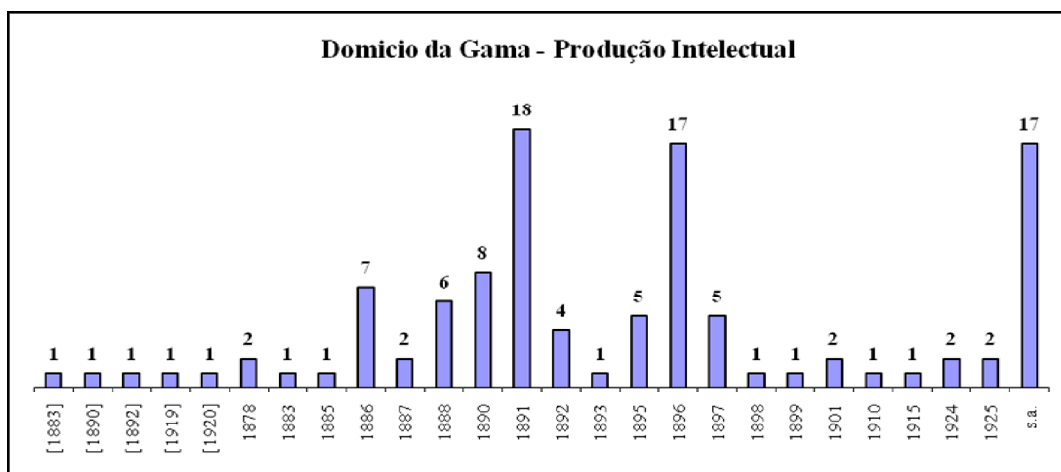
¹⁸² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris, 06 de dezembro de 1889. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹⁸³ Recepção do sr. Fernando Magalhães, 08 de setembro de 1926. **Discursos acadêmicos** (1924-1927). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, vol. VI, p.175 a 187.

¹⁸⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Domício da Gama, Londres 18 de abril de 1891, *Apud*: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, Vol I. p. 201.

¹⁸⁵ POMPÉIA, Raul. **Crônicas** 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / OLAC/ FENAME, 1982, vol. 9, p. 229.

Como pode ser percebido no gráfico abaixo, Gama conseguiu, em Paris, atingir o ritmo da escrita de 1886, quando ainda estava no Rio como contista. Apesar do hiato registrado no ano seguinte, ele retomou o ritmo em 1890, até alcançar o ápice de sua produção literária em 1891, quando ainda dependia somente da escrita para viver, conforme confessado ao Henrique Coelho Netto.¹⁸⁶ Entre os anos de 1892 e 1895, quando ele envolveu-se com os trabalhos na Superintendência de Imigração e com os trabalhos da Missão de Palmas com Rio Branco, sua produção descendeu. O pique só voltou a se manifestar novamente em 1896, após a resolução de Palmas, para depois decair e não mais se manifestar. A coluna denominada como s.a. abriga contos ou trechos de contos que se apresentam em seus arquivos sem quaisquer vestígios sem datas. Como anos mais tarde ele reclamaria a Graça Aranha que estava tentando, entre rascunhos de cartas, fazer literatura, esse grupo pode ser visto como a sua tentativa no decorrer dos anos.



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes recolhidas para esta pesquisa

Álvaro Lins relata que, em dezembro de 1890, o barão do Rio Branco foi convidado por Rodolfo Dantas a participar do Jornal do Brasil, com um salário anual de 12 mil francos, para ser o correspondente do jornal em Paris. A colaboração do barão do Rio

¹⁸⁶ Carta de Domicio da Gama à Coelho Netto, 29 de maio de 1891. Biblioteca Nacional, I-09,04,019.

Branco no jornal foi feita sob anonimato, por causa do cargo que ocupava. Assim, tanto ele quanto Domício da Gama utilizaram pseudônimos. Gama adotou Antonio Serra e Rio Branco assinou Henrique Batalha, F.H. ou M. Ombou.¹⁸⁷ Assim, durante os meses subsequentes, Rio Branco teceu comentários sobre a república sem ser descoberto. E, posto que coube a ele a tarefa de convidar e contratar os colaboradores estrangeiros, Domício da Gama auxiliou-o, como se pode constatar no caso do italiano Edmundo de Amicis,¹⁸⁸ autor de *Coração, diário de um menino*, que posteriormente ficaria responsável pelos assuntos literários. Em visita à Itália, como hóspede na casa de Afonso Arinos, Domício da Gama pôde assistir ao préstito fúnebre do príncipe Napoleão, que considerou como uma “coisa imponente”,¹⁸⁹ além de se entrevistar com Amicis e fazer um relatório sobre o encontro ao barão do Rio Branco:

É amável e fino, creio que, quando o vir, o Sr. gostará d'elle. Pareceu-me que está um pouco da sua toada, A única cousa que o fez perguntar se o jornal era contra a república foi a circunstância de elle ser estrangeiro e não querer por preço algum parecer dar o seu apoio moral a um órgão de reacção fosse qual fosse a causa defendida por elle. Ficou muito admirado quando soube da intervenção do exército da armada na Política. Conhecia o Imperador do Rio de Janeiro, onde passou 36 horas há alguns annos e tem d'elle um retrato. Não pensam que o Brazil esteja nas mesmas condições da R. Argentina, de recursos incomparavelmente menores.¹⁹⁰

Em outubro, Eça havia conseguido a aprovação da idéia por parte de Ferreira de Araújo para criar um Suplemento da Gazeta de Notícias. Queiróz pediu a Domício que o ajudasse a tocar o projeto, juntamente com ele e Batalha Reis. Eça planejava o Suplemento como um espaço de comentários críticos “arranjado num princípio diferente, mais interessante e literário”.¹⁹¹ Queiróz animou-se profundamente para colocar a idéia em funcionamento e mergulhou de cabeça na organização do Suplemento, apesar de que a maior dificuldade foi encontrar um lugar para instalar “o bureau, que não consigo

¹⁸⁷ Ele voltou a lançar mão deste codinome à época das negociações com Rodrigues Alves.

¹⁸⁸ O autor viveu entre 1846-1908. O livro foi editado pela Livraria e Editores Francisco Alves em 1891 que a apresentou como um notável livro de educação moral e cívica - obra-prima dos livros de leitura. Foi sistematicamente reeditada pela Francisco Alves até 1968, quando registra a 53ª edição. *Apud*: BASTOS, Maria Helena Câmara. *Cuore*, de Edmundo De Amicis (1886). Um sucesso editorial. Trabalho apresentado no NP04 – Produção Editorial, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

¹⁸⁹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Roma 19 de março de 1891. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida..

¹⁹⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Roma 19 de março de 1891. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida..

¹⁹¹ CASTILHO, Guilherme. (org.) **Eça de Queirós** - Correspondência. Vila da Mais, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.a. 2 vols., p. 186-187.

descortinar, num sítio central, acessível e por preços humanos”.¹⁹² Concomitante a essa participação, Domício da Gama viu-se envolvido em outro projeto de Eça, a Revista de Portugal, que teve 24 números e circulou entre 1889 e 1890. Sua função era escolher os colaboradores brasileiros. Em carta a Capistrano, pedia desculpas por não haver conseguido atender a um pedido de pesquisa dele, por estar apertadíssimo de trabalho e às voltas com um reumatismo no pé que o impunha repouso.

1.3.1 - A REPÚBLICA E A REAÇÃO DOS “BRASILEUROPEÍOS”

Eric Hobsbawm, ao estudar os séculos XIX e XX, cunhou o tempo como um mote fulcral para uma análise. Nele é que se instala um emaranhado de ideais, valores e ritmos marcados necessariamente por jogos e ideais políticos que forçam tradições e marés de homens a se moverem através dos processos sócio-políticos, como os que varreram as sociedades européias na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. E qual foi a proposta que surgiu desses acontecimentos? Talvez uma resposta, ou caminho de resposta, esteja conectada aos diferentes níveis de velocidade e de regularidade das mudanças processuais da história. Além disso, haveria o aspecto conjuntural que necessariamente é formado por movimentos rápidos e, por conseguinte, circunstanciais, atrelados aos contextos do momento.¹⁹³ Olavo Bilac, um contemporâneo das mudanças, afirmou: “A atividade humana aumenta numa progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro e de rufos de febre no sangue.”¹⁹⁴

O Brasil da última metade do século XIX passava por tal velocidade de mudanças. Parafraseando Silvio Romero, um bando de idéias novas esvoaçava sobre todos os pontos do horizonte brasileiro: positivismo, darwinismo, cientificismo, crítica religiosa, evolucionismo. No rastro destas mudanças, as últimas duas décadas da monarquia brasileira haviam se tornado um espaço de ebulição que esperava somente o momento

¹⁹² Idem.

¹⁹³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 237 a 239.

¹⁹⁴ Olavo Bilac: “Crônica”, R.K., n.º 1, 1904. *Apud*: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 4ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 26.

correto para explodir. Ao descontentamento dos ex-proprietários escravistas, unia-se a fragilidade da saúde do Imperador¹⁹⁵ e o crescimento dos sentimentos republicanos no país. Em dezembro de 1888, Hugh Wyndham, o representante do Reino Unido no Brasil, escreveu uma carta confidencial de nove páginas ao Foreign Office, na qual testemunhava a situação política brasileira: “O Imperador tem a saúde enfraquecida [...]; A Princesa Imperial não é, infelizmente, popular junto a uma classe numerosa e influente, prejudicada em seus negócios privados com a abolição da escravidão; o executivo é fraco; o exército não inspira confiança, e todas essas circunstâncias apontam para a possibilidade de uma revolução num futuro não distante.”¹⁹⁶

A intenção de derrubar o gabinete Ouro Preto arrematou por dismantelar a monarquia e estabelecer a República. À queda do Império seguiu-se uma série de crises políticas,¹⁹⁷ agitações econômicas com anseios de reforma e um revezamento das elites acompanhadas por um novo padrão social, o do burguês argentário,¹⁹⁸ que apontava que a maré das mudanças viera para ficar. De acordo com José Murilo de Carvalho, três correntes disputavam a natureza do novo regime: a positivista, o jacobinismo à francesa e o liberalismo à americana.¹⁹⁹ A vitória da última somente se estabeleceu por volta do *fin-de-siècle*, com Campos Salles. A disputa, segundo Carvalho, estava entre os partidários do Marechal Deodoro, de Benjamin Constant e de Quintino Bocayuva.

Os deodoristas eram, sobretudo, os oficiais que haviam lutado na guerra contra o Paraguai, cuja visão era de uma república militarista. Era um “grupo que não tinha uma visão elaborada de república, buscava apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito, após o esforço de guerra contra o Paraguai.”²⁰⁰ Com efeito, apesar de contar com um dos efetivos mais baixos da sua história até então, o pós-guerra,

¹⁹⁵ O Imperador Pedro II viria a falecer em 05 de dezembro de 1891 depois de haver vivido entre Cannes, Versalhes e Paris.

¹⁹⁶ Carta de Hugh Wyndham, representante diplomático inglês ao ministro de Estado do Exterior. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1888. *Apud*: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 1930. Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano: v.1), p. 32.

¹⁹⁷ A saber, 1889, 1891, 1893, 1897 e 1904.

¹⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Op. Cit.**, p. 26.

¹⁹⁹ CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 9.

²⁰⁰ *Idem*, p. 39.

bem como a ameaça de enfrentamento com a Argentina, fortaleceram o exército, em detrimento da Guarda Nacional.²⁰¹ Já os defensores de Constant consideravam-no o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o cabeça pensante, o ídolo da juventude militar,²⁰² o teórico que defendia a linha de uma república sociocrática defensora da salvação da pátria. Essa “relação de apoio mútuo que Benjamin Constant mantinha com a mocidade militar despertava fortes apreensões”,²⁰³ de acordo com Renato Lemos. De acordo com Carvalho, essa vertente ligada a Constant não encontrou aplicação prática.²⁰⁴ A parcela civil do triângulo das forças republicanas veio a ser liderada por Quintino Bocayuva, autor do Manifesto de 1870 que inaugurou a propaganda republicana no Brasil e, mais tarde assumiu o Ministério das relações exteriores e interinamente o da agricultura, comércio e obras públicas.

Os olhares de dois Lobos chamam a atenção para o período de formas diferentes, enquanto o primeiro Gusmão Lobo analisou o ato político, o segundo produziu o viés popular. Gusmão²⁰⁵ afirma que o fato de o Imperador não haver sido banido pelo povo contribuiu para a atonização geral, empurrando a revolução para além do alvo, que era a deposição do ministério. Lobo afirmou que a República não foi pensada nem por Deodoro nem pelos oficiais e soldados que “cederam ao ímpeto, não podendo contê-lo. Os *politicians* tomaram tudo de assalto pela audácia e só pela audácia. Só eles fizeram uma revolução no ventre da outra”.²⁰⁶ A mesma linha de raciocínio pode ser observada no editorial de Antonio Prado²⁰⁷ no Correio Paulistano: “O movimento militar de 15 de novembro transformou-se em uma verdadeira revolução política, desde que conseguiu a

²⁰¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos** – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870 – 2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 52.

²⁰² CARVALHO, José Murilo. **Op. Cit.**, p. 40.

²⁰³ LEMOS, Renato. **Benjamin Constant**, vida e obra. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 455.

²⁰⁴ CARVALHO, José Murilo. **Op. Cit.**, p. 41.

²⁰⁵ Joaquim Nabuco deixou um testemunho sobre o papel de Gusmão Lobo na luta pela abolição no Brasil no capítulo XXI de Minha formação.

²⁰⁶ Reportagem de Gusmão Lobo apud in LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p 167.

²⁰⁷ Antônio Prado foi o filho mais velho de Veridiana Prado que enveredou pela política, e compartilhava a visão de Joaquim Nabuco de que as reformas deveriam ser conduzidas pela elite política.

deposição do governo legalmente constituído, substituindo-o por um governo provisório, apoiado pelo exército e pela armada, e mais ou menos aclamado pela população.”²⁰⁸

Já Aristides Lobo, jornalista paraibano e republicano da ala radical que assumiria o Ministério do Interior, afirmou que “o povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada”.²⁰⁹ Esta que frase que se tornou clássica nos estudos da primeira república em verdade deu margem à dúvida quanto ao tipo de reação que a população teve. Teria a população se alheado ao acontecimento, dando margem a uma condução exclusiva pelos protagonistas das correntes positivista, jacobinista e liberal? Ou teria, de fato, considerado que a queda da monarquia seria um avanço, ou um progresso, no contexto geral, assim comportando-se apenas espectador bestializado? Para José Murilo de Carvalho, apesar de o regime haver sido instaurado sem a participação popular, o povo não pode ser taxado de bestializado e sim de bilontra, por sua própria escolha de ficar de fora do processo, ao perceber que não estaria aumentando a sua participação no jogo do poder, na verdade.

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.²¹⁰

Para Marcello Basile, “a República foi muito mais um fruto da insatisfação gerada pela incapacidade do Estado Imperial de articular as velhas e novas demandas, de sua crise de legitimidade, do que da crença geral e efetiva nas vantagens do regime republicano”.²¹¹ Enquanto alguns repetiam que, para quem não tem eira nem beira e anda pela vida sem ofício nem benefício, nada mudaria, para outros a conversão em republicanos foi praticamente imediata. O adesismo²¹² foi entendido por Eduardo Prado em janeiro de 1890

²⁰⁸ Campos Porto, 1990, p. 270 *Apud*: FLORES, Elio Chaves de “A consolidação da *República*: rebeliões de ordem e progresso”. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da república à Revolução de 1930. Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano: v.1), p. 53.

²⁰⁹ Carta de Aristides Lobo ao Diário popular de São Paulo em 18 de novembro de 1889.

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 160.

²¹¹ BASILE, Marcello. **O império brasileiro**: panorama político. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 294.

²¹² Forma pela qual ficaram conhecidos os republicanos do dia 16 de novembro ou da undécima hora.

como um indício de falta de base política do Governo provisório: “Os terroristas franceses apoiavam-se no concurso dos clubes e das seções; os jacobinos militares do Brasil recebem o apoio dos sectários rancorosos e dos seus prosélitos da última hora, ainda mais ardentes.”²¹³ Mais adiante, no mesmo livro, afirma enfaticamente: “O ato de 15 de novembro não foi, portanto, um ato heróico: foi um bom negócio”.²¹⁴

Entrementes na Europa, os brasileiros que acompanharam os acontecimentos tiveram diferentes reações. Enquanto Joaquim Nabuco, abolicionista histórico, acreditava que o Brasil iria de tirania em tirania, de despotismo em despotismo,²¹⁵ Eduardo Prado, ao ler a notícia nos jornais, chorou e protestou. Para ele que via a República através do binômio liberdade *versus* tirania, a República era um retrocesso político e uma violação dos valores e da formação das instituições brasileiras.²¹⁶ Já para o barão do Rio Branco tudo não passava de um sonho. Em carta ao barão Homem de Mello, exaltou a monarquia, ao mesmo tempo em que expressava sua preocupação: “os moldes antigos que a geração nova quer hoje quebrar imprudentemente deram-nos quarenta anos de paz, de prosperidade e de glória que hão de avultar muito no futuro quando a obra de nossos pais puder ser comparada com os resultados das reformas que a geração nova anda a reclamar.”²¹⁷

Domício da Gama, ao contrário dos demais, não deixou uma postura direta da sua opinião sobre a queda da monarquia no momento do acontecimento. Caso tenha deixado, ela se perdeu, já que nenhum dos seus artigos ou cartas comenta diretamente sobre o episódio. Duas hipóteses aventam-se sobre isso: a primeira relaciona-se às suas próprias raízes, tão diferenciadas dos companheiros, já que não teve uma vida ligada diretamente ao Imperador como servidor, ou mesmo alguém da família envolvido na monarquia. O perfil do seu pai havia sido de um socialista convicto, um tanto anarquista,²¹⁸ que, como dito anteriormente, havia ensinado aos filhos que os caminhos deveriam ser feitos por eles

²¹³ É interessante ressaltar como este livro abriu caminho para o ativista afastando-o do Jacinto uma vez retratado por Eça de Queirós. PRADO, Eduardo Paulo da Silva. **Op. Cit.**, p. 43.

²¹⁴ PRADO, Eduardo Paulo da Silva. **Faustos da ditadura militar no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Magalhães, 1923, p. 468.

²¹⁵ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p 166.

²¹⁶ De acordo com Álvaro Lins, Prado parece haver se transfigurado e tido uma ação à maneira dos antigos cavaleiros ao defender o Imperador. PRADO, Eduardo Paulo da Silva. **Op. Cit.**

²¹⁷ LINS, Álvaro. **Rio Branco**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995, p 159.

²¹⁸ Diário de Maria Luiza Frederica Ave Precht de Mesquita, sobrinha de Domício da Gama. In: GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. XVIII.

mesmos ao longo da vida. Assim sendo, ele não tivera um nome e uma formação ligada ao velho monarca, uma tradição como a de Rio Branco, a de Nabuco e a de Prado. Ainda estava iniciando a feitura do seu nome, e naquele momento de sua vida ele ainda era um homem cujo aprendizado estava em andamento.

A segunda possibilidade está ligada também a um aspecto pessoal. Um conto escrito em janeiro de 1890 indica que ele sofreu a primeira grande perda pessoal, a do irmão mais novo, a quem ele chamava de poeta exclamativo por sua natureza paciente ante ao destino que se foi lhe imposto. O conto chamado Um poeta, foi dedicado a doce memória de Sebastião. Apesar de a razão do falecimento não estar esclarecida, Gama afirma que ele “morreu, como quem repousa do mal de viver antes de ter vivido”.²¹⁹ Esta assunção da morte do irmão se faz por duas razões principais: primeira, o fato de que o próprio Gama afirmou em vários momentos que somente escrevia para as pessoas que conhecia e, a segunda, relativa a que ele nunca mais citou o irmão Sebastião em nenhum outro momento de sua vida. Entretanto, não se pode afirmar que Domício tenha passado em brancas nuvens pelo episódio da mudança de regime, por conta de um artigo por ele escrito em 1893, cinco anos após sua saída do Rio de Janeiro, quando do seu retorno à terra natal. Dentre essas impressões, ele descreveu uma situação que pode levar a uma pista dos seus próprios sentimentos sobre a República. Ele cumprimentou um deputado que: “Sem consideração pelo meu abraço amigo, perguntou-me: ‘Tu, sem dúvida, és contrário a este regimen?...’ Achei a surpresa desagradável. Só então me lembrei que o homem era deputado. Foi um dos peiores momentos que aqui tenho passado.”²²⁰

Com efeito, o fato de ele haver considerado a surpresa desagradável e tê-la denominado como um dos piores momentos passados na velha terra revela que ele não pode ser chamado de adesista, porquanto não tenha sido um monarquista histórico. E ser adesista era um ato que repugnava profundamente a Rio Branco.²²¹ Assim sendo, se ele fosse um adesista, dificilmente a amizade com Rio Branco teria se mantido. Desse modo, ainda que não tenha sido um lutador republicano como Raul Pompéia, nem um batalhador monarquista como Eduardo Prado que, não satisfeito com as críticas que fazia nos jornais,

²¹⁹ GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. 203-217.

²²⁰ GAMA, Domício da. De Volta. [*Gazeta de Notícias*], 18 de maio de 1893. ABL, ADG, 09.4.13.

²²¹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p 173.

decidiu, contra a vontade de Eça, retornar ao Brasil para defender a monarquia, um fato se impõe: Gama não era um entusiasta dos grandes movimentos por causas políticas. Nesse ponto, ele começa a manifestar as suas duas futuras maiores qualidades que o marcaram como diplomata: independência em relação à política e tendência a posicionar-se como um brasileiro que via o país como extensão da sua casa. “Mas odiosamente moderno como sou, há um sentimento antigo que admiro e venero – a do apego ao lar doméstico, que por extensão é o sentimento da pátria. Creio que é isso que faz o interesse da *Odyssea*, mais do que a sua beleza poética.”²²²

É fato, porém, que a situação interna do Brasil o tenha preocupado sobremaneira, não somente pelo destino nacional, mas como pelo que considerava como “injúrias com que a imprensa européia pelos destinos nacionais em peso nos abarrotava, sobre o tema da covardia e da desonestidade política e financeira. Houve quem ficasse com febre lendo um artigo do *Temps*. Você aí o que terá passado...”²²³ Para mais bem entender a situação, escreveu à Capistrano pedindo notícias para que se mantivesse inteirado e para não desconfiar do que chamou de “seus juízos, tão difíceis a esta distância e com as mudanças que aí tem havido [...] A sua carta de 17 de outubro teve muita coisa que esclarecia a situação, mesmo quando os telegramas que aqui se publicavam eram somente oficiais, da Chermont ao Piza, e os que vinham pelo Chile era obscuros e contraditórios.”²²⁴ Esse interesse não era algo somente momentâneo, pois, seis meses depois, em carta a Machado de Assis, afirmava: “interessa-me tanto a vida fluminense que leio tudo o que daí vem.”²²⁵

²²² GAMA, Domício da. De Volta. **Op. Cit.**

²²³ Carta de Domício da Gama a João Capistrano de Abreu Paris, 29 de novembro de 1891. *Apud*: CAPISTRANO DE ABREU, João. **Op. Cit.**, vol III, p. 134 e 135.

²²⁴ *Idem*.

²²⁵ Carta de Domício da Gama a Machado de Assis, Paris, 12 de junho de 1892. *Revista da ABL*, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 224 e 225.

CAPÍTULO 2 – UMA QUESTÃO DE FRONTEIRAS: DOMÍCIO DA GAMA ENTRE A LITERATURA E A DIPLOMACIA

No sacrário da vida interior mudam-se as idéias, mas não se muda a necessidade do ideal.

Domício da Gama – “A verdade dos livros”

Poucas nações têm tanta necessidade como brasileira de socorrer-se à prudência quando discutir com seus vizinhos questões de limites.

Duarte da Ponte Ribeiro – 1853

Uma das primeiras questões no campo das relações internacionais que veio no rastro da proclamação da República foi a velha pendência, herança da antiga rivalidade hispano-lusitana, da querela fronteira de Palmas. Durante o Império, uma primeira tentativa de realizar um acordo de limites sobre a questão deu-se em 14 de dezembro de 1857, quando um acordo foi negociado e assinado pelo visconde de Rio Branco. Porém, o então presidente argentino Justo José Urquiza preferiu negociar a assinatura do acordo em troca do apoio brasileiro à sua confederação contra o Estado de Buenos Aires, então liderado por Bartolomé Mitre. Deste modo, em 14 de janeiro de 1859, o Tratado de 1859 foi declarado nulo pelo então Ministro da Fazenda, Elias Bedoya.

Durante praticamente vinte anos praticamente não houve movimentação diplomática quanto ao assunto. O tópico só retornou à baila durante a administração do presidente argentino Nicolás Avellaneda,²²⁶ quando, de acordo com Carlos Escudé e André Cisneiros, o Brasil iniciou a criação de “*colonias militares dentro del territorio misionero en litigio, un cuadrilátero enmarcado por los ríos Pepiri-Guazu, San Antonio, Chapecó y Chopín*”.²²⁷ A reação argentina foi estabelecer o Território Nacional de Misiones,²²⁸ o que

²²⁶ Foi o mais jovem presidente argentino. Sua presidência se deu entre 1874 e 1880.

²²⁷ *Capítulo 37: las relaciones con Brasil*. ESCUDÉ, Carlos, CISNEIROS, André. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. PARTE II: las relaciones exteriores de la argentina consolidada (1881-1942). Tomo VII: La Argentina frente a la América del Sur, 1881-1930. Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/7/7-044.htm>>, acesso em 02 de maio de 2006.

provocou uma nova necessidade de negociar a área em questão de anos, em 1882, agora já sob o governo de Victorino de La Plaza. A troca de declarações veio a causar um novo impasse ao final de 1884, o que levou o Brasil a enviar Leonel Martiniano de Alencar como representante para as negociações com a Argentina. Em 28 de setembro de 1885, Alencar firmou, em Buenos Aires, juntamente com Francisco J. Ortiz, um compromisso de busca de uma solução amistosa sobre o território em litígio por meio de uma comissão mista, bem como sobre a exploração dos rios Pepiri-Guaçú, Santo Antônio, Chapecó e Chopin.²²⁹

As duas tentativas de retomar as negociações, a de 1882 e a de 1885, acabaram não sendo do agrado do Brasil, que passou a defender uma decisão arbitral para o caso, por meio da qual somente uma das partes receberia o território. O novo empecilho levou à assinatura de um novo tratado sobre as Missões orientais, em 7 de setembro de 1889, entre o chanceler interino Norberto Quirno Costa e o barão de Alencar. Esse tratado fixou o prazo de 90 dias, a partir da apresentação das memórias e dos planos das comissões, para uma solução; caso contrário, ocorreria um arbitramento presidido pelo presidente norte-americano. Estanislao Severo Zeballos, em carta dirigida ao Presidente argentino antes de aceitar a incumbência das missões, afirmou que *“el proyecto de redacción vino de Río de Janeiro donde lo preparó la cancillería imperial con las ventajas posibles para su causa. Firmado en Buenos Aires, sin correcciones, pasó el artículo V que restringe la acción del Árbitro, a términos premeditados para atribuir a la cuestión de hecho la importancia que favorece al Brasil.”*²³⁰

De acordo com Álvaro Lins,²³¹ o Império havia legado à República uma nação quase sem fronteiras fixadas, exceto pelos acordos com o Peru (1851) e a Bolívia (1867).²³²

²²⁸ Não há um consenso quanto à correção da data de sua criação: segundo Gustavo Ferrari foi em 1881 pela lei nº 1149, enquanto para Miguel Angel Scenna e Isidoro Ruiz Moreno, o território foi criado pelo decreto de 16 de março de 1882. *Apud*: FERRARI, Gustavo, GALLO, Ezequiel. **La Argentina del Ochenta al centenario**. Buenos Aires: Sudamericana, 1980, p. 675. SCENNA, Miguel Angel. **Argentina-Brasil: Cuatro siglos de rivalidad**. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975, p. 264 e RUIZ MORENO, Isidoro, **Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)**, Buenos Aires, Perrot, 1961, p. 74.

²²⁹ Estes dois eram chamados pelos argentinos de Pequiri-Guazu e San Antonio Guazú.

²³⁰ ZEBALLOS, Estanislao. **Diplomacia desarmada**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1974, p. 262.

²³¹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 191.

²³² Cabe ressaltar que este tratado era desconhecido pelo Peru.

O fato de o Império não haver conseguido delimitar o território brasileiro foi, para Lins, devido à falta de adequação do momento histórico para tal “desenlace e solução”.²³³ Considerando que, no tratado de 1859, o Visconde do Rio Branco trabalhou segundo os mesmos princípios doutrinários que o seu filho, o barão do Rio Branco, viria anos mais tarde a desenvolver, Lins tem razão quanto ao momento histórico. O primeiro passo para alcançar essa adequação estaria ligado a uma mudança histórica: a troca do regime.

O reconhecimento da república brasileira pela Argentina ocorreu em 20 de novembro de 1889.²³⁴ Zeballos, então ministro das relações exteriores, telegrafou ao diplomata argentino no Rio, don Enrique B. Moreno, instruindo-o para que ele transmitisse às autoridades brasileiras que o governo argentino estava animado dos “*mismos sentimientos de amistad que siempre ha manifestado a la nación brasilera, por cuya felicidad renueva sus votos*”.²³⁵ O momento foi coberto de celebrações e demonstrações de amizades recíprocas. De acordo com o editorial do La Prensa de 16 de novembro de 1889, o acontecimento era o “*más grande y extraordinario acontecimiento político que pudiera conmover a la América del Sur*”, linha esta também seguida pelo *La Nación* do dia seguinte. Em 3 de dezembro de 1889, o Presidente Miguel Juárez Celman emitiu um decreto reconhecendo a república brasileira:

Que este acontecimiento robustece y prestigia las aspiraciones humanas hacia el régimen de las instituciones libres, no solamente por la implantación de las mismas en un grande Estado de tradiciones monárquicas, sino también por la manera culta, reposada y magnánima con que la opinión pública ha operado la transición, sin que la violencia o el abuso del triunfo hayan herido los sentimientos humanitarios del Brasil y del mundo.²³⁶

Em retribuição, o Marechal Deodoro fixou por decreto um dia, 8 de dezembro de 1889, para render homenagens à Argentina. No Rio de Janeiro, os navios de guerra e as fortalezas no Rio de Janeiro dispararam salvas de tiros ao raiar e ao nascer do sol.²³⁷ Bandeiras e estandartes foram estendidos, praças, iluminadas, canções e hinos patrióticos, cantados. “*El ministro Bocayuva, en discurso entusiasta, exalta la amistad argentina y*

²³³ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 191.

²³⁴ Seguidos da Venezuela em 5 de dezembro, Bolívia, 12 de dezembro, do Chile em 13 de dezembro, Paraguai em 19 de dezembro, Peru em 27 de dezembro, México em 27 de janeiro de 1890 e Equador em 29 de janeiro de 1890.

²³⁵ Reconocimiento de los Estados Unidos del Brasil, 19 de noviembre de 1889.

²³⁶ Ver Anexos.

²³⁷ CÁRCANO, Ramón J. **Mis primeros 80 años**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1943, p. 380.

solidariedad de las naciones del Plata”.²³⁸ Para Cárcano, “*Brasil y Argentina han borrado los recelos ancestrales y creado la confianza*”.²³⁹ A Argentina ofereceu, também no mesmo dia 8, uma solenidade oficial, que foi marcada por manifestações por parte do exército e da marinha e uma popular, organizada pela imprensa. No Rio de Janeiro, a Gazeta de Notícias e o Jornal do Comércio retrataram as homenagens e as saudações telegráficas trocadas entre os chanceleres Zeballos e Quintino Bocayuva, em 7 de janeiro de 1890. O Governo Provisório retribuiu com uma série de homenagens à bandeira daquele país e à sua legação.

2.1 - A QUESTÃO DE PALMAS

Estanislao Severo Zeballos havia ascendido ao ministério das relações exteriores da República Argentina dois meses antes de a república brasileira nascer, e, segundo Orlando Mario Ponche,²⁴⁰ o fez atento a uma “*sigilosa penetración brasileña desde 1882 en la zona de Misiones*”.²⁴¹ Essa antiga preocupação de Estanislao Zeballos com a área da fronteira o levou a querer encontrar o ministro das relações exteriores do Brasil, Quintino Bocayuva. O Presidente Juarez Celman, ao recebê-lo, perguntou: “¿*Qué motivo le conduce a Buenos Aires?*”. Ao que ele respondeu: “*Concluir con la disputa secular de fronteras*”.²⁴² Para Zeballos, esse encontro foi um momento de “*sincera y fecunda política de acercamiento internacional*”,²⁴³ visão esta compartilhada por Miguel Angel Scenna, que vira nela uma oportunidade de os dois lados trabalharem sobre planos e informes das comissões exploradoras, em um clima de cordialidade excepcional.²⁴⁴ Araújo Jorge afirmou que o Tratado de Montevideú havia sido feito sob os “auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem subsistir entre todos os povos deste continente”.²⁴⁵ Assim, em 25 de janeiro de 1890, a República, ainda sem sedimentação de suas bases políticas e sem um projeto claro de governo, assistiu a

²³⁸ Idem.

²³⁹ Ibidem, p. 382.

²⁴⁰ **Estanislao S. Zeballos** – Perfil universal de un legislador. Orlando Mario Punzi (prólogo). Buenos Aires: Círculo de Legisladores de la Nación Argentina, 1998, p. 17.

²⁴¹ Idem.

²⁴² CÁRCANO, Ramón J. **Op. Cit.**, p. 387.

²⁴³ ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit**, p. 263.

²⁴⁴ SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 275-276.

²⁴⁵ JORGE, A.G. de Araújo. **Introdução às obras do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 12 a 15.

assinatura do Tratado de Montevideu ou Tratado Zeballos-Bocayuva, que se propunha acabar com a velha pendência. O tratado pode ser resumido ao artigo primeiro, que divide a área em litígio praticamente ao meio:

Artigo 1º: A fronteira da República dos Estados Unidos do Brazil e da República Argentina no território litigioso das Missões começa na foz e margem direita do Chapecó ou Pequiry. Guaçú, sobre o Uruguay atravessa o divisor das águas do Iguassu e do Uruguay entre o Campo Evé e o Campo Sant'Anna, no ponto médio da distância entre a casa Coelho e a ponte do Passo do Rio Sant'Anna no caminho para a Serra da Hartura, segundo o mappa da Comissão Mixta Exploradora do mesmo território e termina na foz e margem esquerda do Chopin sobre o Iguassú. Entre cada um dos pontos extremos e o central será traçada a linha de fronteira de modo que aproveitando os melhores limites naturais e salvará as povoações de uma e outra Nação que encontre em seu trajecto, sendo constituída por linhas rectas somente onde isso seja inevitável, ficando na posse exclusiva do Brasil e em todo o seu curso, os mencionados nos Chapecó e Chopim.²⁴⁶

Todavia, uma pergunta surge: como o ministro Bocayuva pôde assinar um tratado optando por uma solução de partilha, dado que essa opção já havia sido excluída pelo artigo 5º do tratado de 7 de setembro de 1889, que diz: “A fronteira há de ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina tem designado, e o árbitro será convidado a pronunciar-se por uma das partes, como julgar justo à vista das razões e dos documentos que produzirem”?²⁴⁷ Na opinião de Dunshee de Abranches, o tratado não havia sido realizado somente por Bocayuva, e sim a partir de reuniões telegráficas de Zeballos com diretamente com o governo provisório reunido em conselho. Todos os parágrafos do tratado teriam sido assim negociados, servindo Bocayuva apenas de intermediário.²⁴⁸ Esse é um argumento pertinente, pois explicaria o porquê de o tratado haver sido acolhido pelo governo provisório à época do retorno de Bocayuva.

O ponto sobre quem sugeriu a divisão do território no artigo primeiro do tratado, entretanto, é um aspecto que não encontra concordância entre os pesquisadores. Enquanto Clodoaldo Bueno,²⁴⁹ afirma que a sugestão foi argentina, Isidoro Moreno²⁵⁰ assevera que a proposta foi brasileira. Já Roberto Etchepareborda não entra no mérito sobre quem sugeriu

²⁴⁶ Divisão de Atos Internacionais, Ministério das Relações Exteriores, B-ARGT-16-550.

²⁴⁷ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 194.

²⁴⁸ DUNSHEE DE ABRANCHES. **Actas e actos do governo provisório**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Jornal do Brasil, 1953, p. 11.

²⁴⁹ BUENO, Clodoaldo. **A visão do outro**: seminário Brasil-Argentina. Brasília: FUNAG, 2000, p. 98.

²⁵⁰ RUIZ MORENO, Isidoro, **Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)**, Buenos Aires, Perrot, 1961, p. 74.

a divisão, assinalando somente que o problema estaria no fato de que o governo dos marechais, ao não se sentir suficientemente forte para impô-la, abriu espaço para os partidários do império a vetarem²⁵¹. Miguel Angel Scenna viu a divisão como “*una raya que dividía en dos partes aproximadamente iguales al territorio en litigio*”,²⁵² visão esta muito próxima à de Zeballos: “*Con lo cual, si efectivamente la Republica Argentina recibía trescientas leguas, el Brasil ganaba por su vez la decidida cooperación y la fraternidad perpetua del pueblo argentino, en el momento en que se iniciaba la república del Crucero entre incertidumbres y peligros, locales y europeos*”.²⁵³ Essa afirmação reforça o ponto de vista de Clodoaldo Bueno sobre a origem argentina da sugestão de partilha do terreno.

Porém, na sessão de 2 de janeiro de 1890, ou seja, vinte e três dias antes do acordo, Bocayuva havia se manifestado na sessão do conselho de ministros como favorável a um acordo direto com a Argentina e “à aceitação de uma linha divisória, por si anteriormente indicada como o meio mais razoável de se concluir uma transação honrosa para ambos os governos”.²⁵⁴ Seria razoado então dividir a responsabilidade do tratado entre Bocayuva e o Governo provisório, bem como considerar que o ato em si foi apressado, denotando falta de conhecimento do assunto. Não era simplesmente um caso de aceitar a divisão, porque, conforme Bocayuva havia ponderado, “terras, temo-las nós de sobra; o que nos falta é juízo”.²⁵⁵ O próprio Tratado de 7 de setembro de 1889 depunha contra Bocayuva. Como a solução de partilha pôde ser negociada, de já havia sido excluída no supracitado tratado, em prol de uma arbitragem? Em segundo lugar, uma possível aceitação traria séria conseqüência no então frágil equilíbrio da política brasileira de então, pois isolaria quase por completo o Rio Grande do Sul, deixando-o mais suscetível à esfera de interesses do Uruguai e mesmo da Argentina. A própria Revolução Federalista que ocorreu em 1892 demonstrou o quanto a região era instável e tomada de desejos de autonomia frente ao poder federal. Por fim, como ponderou Amado Cervo, o Tratado de

²⁵¹ ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Historia de las relaciones internacionales argentinas**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1978, p. 35.

²⁵² SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 275-276.

²⁵³ ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 264.

²⁵⁴ DUNSHEE DE ABRANCHES. **Op. Cit.**, p. 36.

²⁵⁵ VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 167.

Montevideu foi um fiasco de primeira grandeza.²⁵⁶ O ministro da marinha, o vice-almirante Eduardo Wandenkolk, acusou Bocayuva de favorecer a Argentina, “devido à circunstância de manter negócios com personagens influentes na política daquele país”.²⁵⁷ Note-se que, na sessão de ministros do dia 10 de maio de 1890, Bocayuva chegou a propor condecorações a Zeballos e a Henrique Moreno.²⁵⁸ Nem mesmo uma explicação oficial do Governo Provisório publicado no Diário Oficial suplantou a onda de repulsa ao Tratado de Montevideu e ao ato de Quintino Bocayuva:

Resolveu o atual governo, por iniciativa e indicação do respectivo ministro, examiná-la [a questão das Missões] coletivamente, submetendo-a a discussão em sucessivas conferências, nas quais os seus membros tiveram a oportunidade de conhecer-lhe os diferentes aspectos e emitir o seu alvitre no intuito de dar-lhe a melhor solução. Foi daí, do seio da coletividade governamental, selada com o cunho da mais completa **solidariedade** que saiu a resolução em virtude da qual o ministro das relações exteriores teve de seguir em missão especial para Montevideu, ponto escolhido para o encontro dos representantes dos governos brasileiros e argentino.²⁵⁹

No Brasil, a proposta de divisão da zona litigiosa entre as duas partes foi muito mal recebida. Miguel Angel Scenna empregou a expressão “*ardió Troya*”²⁶⁰ para o ambiente brasileiro, repudiando a solução com uma veemência que alcançou “alturas apaixonadas”.²⁶¹ A opinião pública se manifestou antes e depois do retorno de Bocayuva, demonstrando mais uma vez que o povo esteve presente nesses momentos iniciais da república, optando por interferir quando lhe aprouvesse. Assim, mesmo que o governo haja cuidado para que Bocayuva tivesse um desembarque seguro, o diplomata foi criticado severamente por vários setores da sociedade brasileira, chamado de servil, antipatriótico e mesmo entregacionista, por aceitar um estrangulamento na altura do Estado do Paraná, isolando o Rio Grande do Sul. Eduardo Prado classificou a viagem como burlesca, pois Bocayuva havia sido um adulator do amor-próprio argentino, e sua viagem a Montevideu havia servido somente para colocar o Brasil em situação de inferioridade, quase que

²⁵⁶ BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior* (1889 a 1902). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 8.

²⁵⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. Cit.*, p. 53.

²⁵⁸ DUNSHEE DE ABRANCHES. *Op. Cit.*, p. 183.

²⁵⁹ Atente-se aqui para o fato de que a palavra solidariedade pode ganhar um sentido dúbio. RIBAS, A. J. *Perfil biográfico do Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896. Apud in BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior* (1889 a 1902). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 102.

²⁶⁰ SCENNA, Miguel Angel. *Op. Cit.*, p. 275-276.

²⁶¹ Idem.

subserviência internacional.²⁶² Na mesma linha de raciocínio, Pandiá Calógeras considerou o tratado não somente um erro político, mas também uma ação deletéria no meio internacional, por evidenciar a incipiência do novo governo que abria caminho para um período incerto para o Brasil.²⁶³

O argumento de desinteresse por parte da sociedade argentina, auferido por Scenna, encontra discordância em Orlando Ponche, que rebate, descrevendo a ocasião como uma grave crise política interna. A própria historiografia argentina²⁶⁴ dá razão a Orlando Ponche, em lugar de Scenna. Durante o primeiro semestre de 1890, a Argentina passou por uma grave crise, denominada de a Revolução de 90. Essa crise iniciara-se ao final de 1888, por causa de uma série de decisões políticas que levaram a uma alta da dívida pública.²⁶⁵ Quando o banco *Baring Brothers* veio a cobrar da Argentina o pagamento de suas dívidas, o país se viu às voltas com uma moeda inconversível e uma alta inflacionária sem precedentes, causando, em 1890, uma reação social manifestada em greves exigindo melhorias salariais. Nesse ensejo, em 26 de julho de 1890, iniciou-se a Revolução do Parque²⁶⁶ que, de acordo com Félix Luna, era “*una bolsa de gatos, con acusaciones recíprocas, discursos inflamados y abundantes tragos de ginebra para entornar los ánimos*”.²⁶⁷ Durante os nove dias seguintes, a violência dos combates, as trincheiras levantadas e o enfrentamento de tropas acaba por desautorizar Celman.²⁶⁸ Entretanto, a revolução estava vencida e o governo, morto,²⁶⁹ já que a Assembléia Legislativa, presidida por Júlio Roca, solicitou a renúncia de Celman, aceita por 22 votos

²⁶² PRADO, Eduardo. **Faustos da ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Livraria Magalhães, 1923, p. 108 a 127.

²⁶³ CALÓGERAS, João Pandiá. **Res nostra**. São Paulo: Estabelecimentos Gráficos Irmãos Ferraz, 1930, p. 214-215.

²⁶⁴ CABRAL, César Augusto, **Alem**: informe sobre la frustración argentina. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1967. ETCHEPAREBORDA, Roberto, **La Revolución Argentina del 90**. Buenos Aires: EUDEBA, 1966. JITRIK, Noé (1970), **La Revolución del 90**, Buenos Aires: CEAL, 1970, LUNA, Félix, Yrigoyen, Buenos Aires: Desarrollo, 1964.

²⁶⁵ LUNA, Felix. **Soy Roca**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989, p. 253.

²⁶⁶ Dentre os participantes estiveram Juan B. Justo, Marcelo T. de Alvear, Lisandro de la Torre, José F. Uriburu, Aristóbulo del valle, Bernardo de Irigoyen, Leandro N. Alem e Hipólito Yrigoyen.

²⁶⁷ LUNA, Felix. **Op. Cit**, p. 265.

²⁶⁸ A defesa do governo foi feita por Roque Sáenz Pena e Carlos Pellegrini bem como pelos generais Levalle e Alberto Capdevilla.

²⁶⁹ Paráfrase do Senador Manuel Dídimo Pizarro: “*la revolución está vencida, pero el gobierno está muerto*”.

contra 6. Na seqüência dos fatos, Carlos Pellegrini²⁷⁰ assumiu a presidência e Roca, a presidência do Senado e a chefia do Partido Nacional.

Durante a crise do governo Celman, Zeballos entendeu como necessária a renúncia de todo o seu gabinete, o que ocorreu a 18 de abril de 1890, em prol de um ministério mais popular que pudesse salvar o governo.²⁷¹ Em seu *Diplomacia Desarmada*, Zeballos afirmou que foi a partir daí que o tratado foi deixado à própria sorte no Rio de Janeiro, “*donde era combatido por los monarquistas, por los adversarios tradicionales de la República Argentina y por la diplomacia chilena, que acredito con ese objeto a uno de sus hombres de Estado más importantes y reposados: don Alejandro Fierro*”.²⁷² Não obstante suas críticas ao contexto brasileiro e sua insinuação sobre a participação chilena, Zeballos também ressaltou que o próprio governo argentino não deu atenção ao tratado, ao deixar a sua própria legação no Rio sem titular durante, um ano permitindo que o seu ministro permanecesse em Buenos Aires sob licença extraordinária. Ele faz essa crítica com base em seu próprio distanciamento do ministério por seis meses, já que ele retomou o cargo em 22 de outubro de 1890.

Ainda quanto à falta de sincronia dos momentos históricos, no mesmo período, internamente o Brasil ainda se via às voltas com a necessidade de auto-afirmação do novo regime. O governo dos marechais e seu ministro Bocayuva dificilmente haviam percebido o quanto o Tratado de Montevideú não somente expunha a fragilidade do momento inicial da república brasileira, como também a delicadeza das relações entre Brasil e a Argentina. O próprio recurso do arbitramento seria, conforme ressaltou Mathias Spektor, uma forma de evitar uma “colisão direta de interesses e a exploração dos disseminados sentimentos nacionalistas e confrontacionistas nas duas margens do Prata”.²⁷³ Nem Quintino Bocayuva, ante a pressão sofrida pela imprensa e pela população brasileira, recomendou a aprovação do mesmo. Assim, na sessão de 10 de agosto de 1891, o congresso brasileiro, ao votar a

²⁷⁰ Pellegrini que enfrentou uma séria situação onde a maioria dos bancos havia fechado suas portas. Como parte do seu plano para enfrentar a crise, criou o Banco de la Nación Argentina.

²⁷¹ **Estanislao S. Zeballos** – Perfil universal de un legislador. Orlando Mario Punzi (prólogo). **Op. Cit.**, p. 17.

²⁷² ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 264.

²⁷³ SPEKTOR, Mathias. Notas sobre o desafio argentino do Brasil republicano. **Cena Internacional**. vol. 2, p. 89-110, 2000.

moção, o recusou por 142 votos a 5.²⁷⁴ Destarte, devido à falta de acordo entre as partes, já que, segundo Roberto Etchepareborda,²⁷⁵ o congresso argentino o havia ratificado, a controvérsia foi submetida à arbitragem do presidente norte-americano Groover Cleveland, conforme disposto no tratado de 1889.

2.1.1 - DA ESCOLHA DOS INTEGRANTES PARA A MISSÃO BRASILEIRA EM WASHINGTON

Os preparativos para a missão brasileira iniciaram-se sob tenso clima político, já que o governo do Marechal Deodoro enfrentava sérios problemas internos. Conforme dito anteriormente, o grupo deodorista buscava maior poder e prestígio, após a guerra do Paraguai, e as ações iniciais do seu governo confirmam tal posição. Após a onda da grande naturalização, o governo enfrentou um motim no 2º Regimento de Artilharia Montada, acusando os monarquistas pelo levante. Assim, nomes como o Visconde de Ouro Preto, Celso de Assis Figueiredo e Gaspar Silveira Martins viram-se banidos do país. Em 23 de dezembro de 1890, instituiu-se a censura para supressão da liberdade de imprensa, acusada de perturbar o regime. Para evitar que a imprensa insuflasse mais acusações, uma junta militar ficou encarregada de julgar os acusados de abusos jornalísticos.

Os ataques sofridos pelo velho marechal chegaram a um ponto crítico quando o Congresso alinhavou uma lei sobre a responsabilidade do Presidente, que poderia abrir caminho para um *impeachment*. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolveu o Congresso, proclamando estado de sítio. O Almirante Custódio de Melo tentou anular o golpe de Deodoro e, na manhã de 23 de novembro, ocupou vários navios, ameaçando bombardear a cidade e intimando o governo a se render, no que ficou conhecido como a 1ª Revolta da Armada. A renúncia de Deodoro veio no rastro da dissolução do Congresso. Com Floriano, os jornais de oposição padeceram mais ainda. O Jornal do Brasil sofreu um forte ataque em 16 de dezembro, a ponto de Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco retirarem-se para a Europa. Em carta a Rio Branco, Joaquim Nabuco afirmou que “infelizmente o

²⁷⁴ Dentre os 5 votos, três deles foram de deputados que haviam sido membros do Governo: Aristides Lobo, Glicério e Demétrio Ribeiro. In: CARVALHO, Affonso de. **Rio Branco**: sua vida sua obra. 2ª Edição rev e atualizada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 107.

²⁷⁵ Cabe ressaltar que Etchepareborda não resalta os esforços de 1885 e 1889. ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 35.

país não é habitável nesta quadra de terror, de clubes tiradentes e de juramentos secretos. Não há garantia alguma para os homens que eles julgam capazes de fazer mal à república”.²⁷⁶

Para Viana Filho, a decisão quanto ao comando da missão brasileira em Washington não foi fácil, porque Floriano Peixoto tendera para José da Costa Azevedo, o barão de Ladário, que havia chefiado diversas comissões demarcadoras de limites do Brasil. Porém, foi a sugestão do Visconde de Cabo Frio em prol de Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, o barão Aguiar de Andrada,²⁷⁷ homem com uma larga experiência diplomática, que acabou por prevalecer. A lógica de Cabo Frio procedia, já que Andrada havia sido o encarregado pelo barão de Cotegipe de obter de Bernardo de Yrigoyen a troca de ratificação do tratado de limites de 1857, feito pelo Visconde de Rio Branco com o Governo Urquiza, bem como ministro em Buenos Aires, por ocasião das negociações de 1876. No entanto, o escolhido barão Aguiar de Andrada estava abatido com sua sorte, pois chegou a confidenciar a Tobias Monteiro que a missão iria “ser o fim da minha carreira, porque esta é uma questão perdida.”²⁷⁸

Ao contrário de Viana Filho, que via Andrada como pouco conhecedor da matéria, entende-se que a apreensão do barão de Andrada devia-se não somente à descrença ante um caso perdido, mas também a outros dois aspectos ressaltados por Álvaro Lins. Primeiro, pelo fato de o adversário ser representado por Nicolau Calvo, famoso constitucionalista argentino. Segundo, a descoberta em Paris do *Mapa da Cortes* de 1749, que era contrário ao Brasil. Assim, apesar de ele haver chegado a viajar para Washington e iniciado os preparativos para a Missão, faleceu inesperadamente em 28 de março de 1893. No dia seguinte, Sousa Correia, ministro brasileiro em Londres, recebeu do então ministro das relações exteriores, Paula Sousa, um telegrama solicitando que fosse transmitido ao

²⁷⁶ VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 165.

²⁷⁷ Sobrinho de José Bonifácio, Andrada iniciou sua carreira diplomática em 1858 como adido da delegação em Washington, foi secretário da legação em Londres, Encarregado de negócios na Colômbia, Venezuela, Chile e Uruguai. Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Uruguai, Argentina, Áustria-Hungria, Chile, Portugal, Suíça, junto ao Vaticano e Estados Unidos. Andrada foi encarregado pelo barão de Cotegipe de obter de Bernardo de Irigoyen a troca das ratificações do Tratado de limites de 1857, feito pelo visconde de Rio Branco com o governo Urquiza. *Apud*: BUENO, Antonio Henrique Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo 1999, verbete: Aguiar de Andrada.

²⁷⁸ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 195.

barão do Rio Branco um convite para a missão especial de arbitramento da Argentina, na condição de plenipotenciário e 1º delegado da missão em Washington.

Rio Branco, por morar no exterior há mais de vinte anos, era conhecido por poucos; porém, para estes, o seu conhecimento da história do Brasil era profundo. No entanto, o fato sobre quem havia sugerido o nome de Rio Branco sempre suscitou dúvidas. Para Álvaro Lins, a variante mais coerente estaria ligada ao nome do Conselheiro Sousa Dantas, sob sugestão de Nabuco. Raul do Rio Branco afirma haver sido uma indicação de Sousa Correia, a partir de uma sondagem que o indicava apoiado pelo Deputado José Aurélio Gurgel do Amaral. Essa idéia explicaria, em parte, como Sousa Correia se tornou intermediário no convite, mas não todo, pois, como Correia era hierarquicamente superior a Rio Branco, seria natural o chamado passar por ele.²⁷⁹ Domício da Gama entendia que o pedido havia sido feito indiretamente por Joaquim Nabuco, utilizando para tal o intermediário de Custódio Fontes, amigo de Floriano, confirmando ainda que a nomeação dele o houvesse colocado à frente de todos os demais candidatos à vaga. Sua certeza adveio de conversas com Frederico Guilherme de Lorena,²⁸⁰ amigo e cunhado de um irmão dele, em que aproveitara para adicionar dados sobre os já recrutados para a missão: “Os seus amigos estão muito contentes. Dizem que para confiar no Guilhobel, homem capaz e sério, e que o Castro Cerqueira²⁸¹ está lá mais para figurar de ministro do que para tomar parte activa na Conferência”.²⁸²

Por meio de Domício da Gama também se pode acrescentar outra variável à discussão. Oito meses antes, preocupado com os problemas financeiros do Barão, havia tentado conseguir para ele um cargo qualquer no governo republicano. Como confidenciado a Joaquim Nabuco, ele fez um pedido ao capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena para que conseguisse um cargo para o Barão, mas que fosse feito em

²⁷⁹ Lins ainda ressalta os nomes de Graciano Azambuja e de Serzedelo Correia como possíveis intermediários. LINS, Álvaro. *Idem*.

²⁸⁰ Lorena, além de republicano e militar viria a se envolver na revolução federalista de 1893.

²⁸¹ Dionísio de Castro Cerqueira esteve na comissão demarcadora e na Câmara dos Deputados redigiu o parecer contrário ao tratado que resolvia a questão pelo meio. LOBO, Helio. **Rio Branco e o arbitramento com a Argentina**: A questão do território de palmas, também chamado das missões. Rio de Janeiro: J Olympio, 1952, p. 20.

²⁸² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

sigilo e diretamente a Floriano. O cargo inexistia, logo, não haveria concorrentes.

Trata-se da criação de um lugar de historiographo dos ministérios da guerra e da marinha feita para empregar as aptidões especiaes do nosso amigo commum o B. do Rio Branco. Sei que este não recusaria a incumbencia e esta commissão, que se pode chamar de vitalicia, não o comprometteria em cousa nenhuma. Seria o mesmo que lhe dar uma cadeira de professor sem concurso, apenas com maiores vencimentos (6:000\$ em outro para cada ministério, pedi eu ao Lorena). O senhor sabe que o Barão vae começar a sentir-se embaraçado para a educação da família. Essa commissão suppria-lhe a falta da outra metade dos emolumentos consulares que lhe tirariam. E seria talvez o melhor meio de aproveitar, fazendo-o trabalhar, a immensa cópia de estudos que elle tem sobre história militar do Brazil.²⁸³

Assim, Gama pedia a Nabuco que explicasse ao Lorena sobre “as facilidades e as vantagens que o próprio Estado tira da criação do lugar e nomeação do Rio Branco, que o estimule a trabalhar pelo meu pedido, em summa”. Sua intenção primária era “vê-lo mais feliz e livre de amofinações”. A carta desperta curiosidade não somente pelo conteúdo e pela proximidade indireta de Domício da Gama do poder republicano, mas principalmente pela alternativa que ela sugeria: a de que Rio Branco viria a trabalhar para o governo republicano de qualquer maneira. A argumentação usada por Domício da Gama tocava não somente no ponto que mais preocupava Rio Branco, o financeiro, como também aproveitar a gama de estudos do Barão sobre o Brasil. Esta carta pode ser vista como uma semente para a idéia de Álvaro Lins sobre a futura participação de Joaquim Nabuco na conquista da vaga da missão preparatória em Washington.

2.1.2 - A NOMEAÇÃO DE DOMÍCIO DA GAMA PARA A MISSÃO DE PALMAS

A aceitação do cargo pelo barão foi praticamente imediata por duas razões pessoais: a oportunidade de completar a obra do pai, o Tratado de 1857, e o fato de a tarefa ser temporária.²⁸⁴ Rio Branco iniciou suas pesquisas e seus preparativos e seguiu para os Estados Unidos em 16 de maio. Ao chegar, deparou-se com os brasileiros desanimados por considerarem que o subsecretário de Estado norte-americano Quincy influenciaria os

²⁸³ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, 23 de agosto de 1892, Fundaj, 1559 CP P33 DOC 781.

²⁸⁴ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 197.

trabalhos da missão argentina.²⁸⁵ Além de tal estado de espírito, ele também encontrara dois memorandos: um já pronto, recebido do Rio, e outro de um advogado então contratado de Andrada, Mr. Ivins. Rio Branco resolveu dispensá-lo tomando para si a responsabilidade de redigir um memorando próprio. À equipe²⁸⁶ que ele já encontrara formada, solicitou Domício da Gama e o professor inglês Charles Girardot.

Vinte dois dias antes de a carta-convite de Sousa Correia chegar ao Barão, Domício da Gama se encontrava a caminho do Rio de Janeiro e, quando da própria nomeação de Rio Branco, ele já estava no Brasil. Foi o seu primeiro retorno ao país após cinco anos de ausência.²⁸⁷ Encontrou um país diferente e passando pelo que chamou de “interessante momento da história.”²⁸⁸ Com um maior número de livrarias, apesar do alto preço dos livros, com uma maior evolução do trabalho intelectual e sob as preocupações políticas e econômicas. “Discute-se, escreve-se, critica-se. A vibração existe; só falta que se produza a corrente.”²⁸⁹ Ele viu o fluminense mais bem vestido e com costumes mais aprimorados e os boêmios do seu tempo, desaparecidos. Apesar de estar convencido da “perfeita habitabilidade do Brasil”,²⁹⁰ considerou o cenário do país como confuso, obscuro e com alguns motins de rua. Pelo que percebeu, o Rio Grande²⁹¹ monopolizava as atenções, não somente do governo, mas das conversas das ruas. Deste modo, em busca de um melhor entendimento da situação, afinal “não pareceria bem um jornalista não saber explicar as causas políticas da sua terra, por miúdo”,²⁹² optou por buscar por um fio que o guiasse “através de tanta idéia desencontrada”. “Como de costume nas discussões entre brasileiros há exageração de previsões e apreciações mesmo de actualidade. Tudo se attribue

²⁸⁵ Idem. Mais tarde esta dúvida voltou a cena quando perto do prazo final de entrega o mesmo Quincy se revelou como um dos advogados argentinos. Tal ato não somente aborreceu Rio Branco como também o próprio Presidente norte-americano.

²⁸⁶ Gen. Dionísio Cerqueira, segundo plenipotenciário, Olyntho de Magalhães e Domingos Olímpio como segundos-secretários, e o Almirante Cândido Guillobel como auxiliar-técnico.

²⁸⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Barra de Lisboa, 7 de março de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ GAMA, Domício da. De volta. **Op. Cit.**

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ A Revolução Federalista espocara em 02 de fevereiro de 1893 no rastro da eleição de Júlio de Castilhos. O fim do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil – mesmo nome tomado pelos republicanos de 1889 - ocorreu em 16 de abril de 1894 quando as tropas de Floriano Peixoto invadiram a capital Desterro e a rebatizaram para Florianópolis.

²⁹² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

syntheticamente a causas absolutamente secundárias. E a imprensa desnorteada e indecisa, não faz mais do que reflectir a confusão dos espíritos. Há quem queira a restauração para se refazer a república n'outras bases, imagine!”²⁹³

Esse retorno deu a Gama chance de analisar não somente o país, mas a si mesmo. Confessou-se apegado ao “lar doméstico, que por extensão é o sentimento da pátria”.²⁹⁴ Esse sentimento, até então, não lhe havia aparecido. Os cinco anos de aprendizado e estudos deram-lhe uma nova perspectiva do país. Sua escrita havia ganhado contornos mais firmes, mais políticos, dos que até então apresentava. No *De Volta*,²⁹⁵ a impressão passada para o leitor é a de que Gama refletia sobre o que via com notável amadurecimento do olhar, que, apesar de construído a partir de fora, ao mesmo tempo era produto nacional. No vívido e expressivo quadro, concordava com o que “os estrangeiros sôfregos [diziam] que amanhã e tenha paciência deveriam ser os lemas da bandeira nacional, já que nós carecemos de letreiros. Tivéssemos nós tempo para ter paciência, e moralmente seria esta a terra superior”.²⁹⁶ Já quanto ao seu ânimo para com os compatriotas, não se pode dizer o mesmo. A impressão de ser bem acolhido em 28 de abril havia desvanecido no artigo de 18 de maio. Gama se confessava decepcionado com as perguntas sobre quanto tempo ficaria ou mesmo pelos conselhos recebidos para ir embora. Ele se perguntava “se todos ambicionam ir viver no estrangeiro, o que vinha eu cá fazer?”

Os não aconselhados os que só a si escutam e attendem, tornam-se às vezes soberbos e pretenciosos, insociaes. Um d’elles, sem consideração pelo meu abraço amigo, perguntou-me: “Tu sem dúvida és contrário a este regimen?...” Achei a surpresa desagradável. Só então me lembrei de que o homem era deputado. Foi um dos peiores momentos que aqui tenho passado. Quase desmontou-me essa questão a soberba confiança na cordialidade brasileira. Foi preciso um dia inteiro de conversa com um velho magistrado e philósopho para repor-me no caminho da adaptação ao clima moral da minha terra.²⁹⁷

Dessa passagem podem-se depreender dois aspectos: difficilmente seria possível considerar Domício da Gama como um monarquista convicto e, mesmo desligado da cena política, ele tinha um interesse aguçado pela terra e pelo país como um todo. E em relação a sua personalidade reservada, teria ficado chocado pelo comportamento intrusivo e rude

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ GAMA, Domício da. *De volta*. **Op. Cit.**

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ Ibidem.

do deputado que o havia interpelado na rua, o que explicaria haver utilizado um raciocínio ligado à cordialidade brasileira. O único a quem ele ressalvou o comportamento foi Raul Pompéia, cuja personalidade, tão frenética quanto os tempos da república, não mudara. Para Domício da Gama, Pompéia que nunca havia vivido “sem entusiasmo e uma indignação convergentes”, dono de um “entusiasmo patriótico e justo”,²⁹⁸ não havia mudado. “Fallem-me n’um homem assim!, gritava elle, sacudindo-me os braços, depois de um breve exame: vejam o que é carácter! Não conseguiu amolgar aquella civilização, nem tão pouco se deixou amolgar por ella!”²⁹⁹

Na supracitada carta de 28 de abril de 1893, Gama, além de já se mostrar informado sobre a nomeação de Rio Branco, também já sabia que o Barão o havia requerido para a missão. À espera de um resultado, resolveu seguir o conselho de um amigo e ir visitar o visconde de Cabo Frio para assuntar sobre a sua nomeação. Recebido com gentileza, escutou que seria difícil a saída de sua nomeação, porque além de a missão estar completa não era ele o responsável pelas nomeações e com isso não poderia emitir posição positiva alguma.³⁰⁰ Esse ato de haver ido, segundo ele, fazer uma visita levada por impulsos, o desagradou profundamente e, neste dia, prometeu a si mesmo não mais agir assim. Contudo, algo na conduta de Cabo Frio deve tê-lo incomodado mais do que ele admitiu, já que, no decorrer dos anos, ironizava a longevidade de Cabo Frio em suas cartas. Desse modo, enquanto aguardava uma decisão sobre se iria ou não fazer parte da missão, aproveitou para estudar direito, utilizando o dois volumes que Rio Branco havia lhe enviado e para retomar contatos com amigos, como Raul Pompéia e Capistrano, e a sua própria família.

Pompéia ele havia encontrado exaltado e cheio, como ele chamou em carta ao barão do Rio Branco, de “ódios generosos”,³⁰¹ conversou com ele longamente “como n’outros tempos e como n’outros tempos, fez-me várias concessões, aceitando os meus

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁰¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

dados e argumentações com lealdade”.³⁰² O contraponto de seus estranhamentos frente à terra adveio do convívio com a família. “Há quem me ache frio: se visse as nossas affusões familiares!”³⁰³ Aproveitou para visitar o irmão José, radicado em Sabará, para quem trouxe de Paris uma bússola de engenheiro e um revólver de bom tiro. José é um dos poucos familiares que ele descreveu no decorrer de sua vida. Um homem “decidido e severo para si como para os mais, a quem intimida com o mais simples olhar, viveria feliz n’aquella vida, se o não pungisse a dúvida philosófica dos destinos. A falta de fé devasta-lhe o bigode, que elle roe sem cessar, e emsombra-lhe o olhar e lhe amargura a bocca contrahida. Sobrassem-lhe ócios, e em breve teríamos o Nietzsche de S. Luiz do Encantado.”³⁰⁴

A nomeação de Domício da Gama como Secretário³⁰⁵ da missão especial saiu em 18 de maio de 1893, seis dias antes da chegada do Barão em Nova Iorque. Quando de sua partida para os Estados Unidos em 22 de julho de 1893, ele deixou Eça de Queiroz e Eduardo Prado chateados. O primeiro, por duas razões: a primeira, por figurar que iria perder o seu convívio daquele a quem considerava um companheiro fácil e dedicado. A segunda razão devia-se a uma reminiscência do passado, pois, em 1873, quando Eça visitava o país, os homens da alfândega o tomaram por “contrabandista”, por haver na maleta mais gravatas do que usualmente se trazia. Já Eduardo Prado tinha certeza de que ele iria ficar “deslocado em uma terra onde sua alma de artista não iria sentir-se bem”.³⁰⁶ As primeiras impressões que ele teve da cidade, no conto de New York,³⁰⁷ confirmaram Prado. Nele, Domício da Gama olhou a América com curiosidade, a partir da “circumspecta posição que acidentalmente ocupo”,³⁰⁸ estranhando que, no país do dólar e da liberdade, esta fosse tolhida diante da disparidade de costumes, em que fumar “nas ventas de uma

³⁰² Foi um dos últimos encontros anotados entre os dois. Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁰³ GAMA, Domício da. De volta. **Op. Cit.**

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda e interino das relações Exteriores, em nome do vice Presidente da *República*. Resolve nomear Domício da Gama, Secretário da Minas Especial confiada ao Bacharel José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco) em 5 de abril do corrente anno com a gratificação annual de 10:000f000, ao cambio de 27. Capital Federal, 18 de maio de 1893. Felisberto. Esta denominação se equipara a categoria de 1º Secretario. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

³⁰⁶ CASTILHO, Guilherme. **Op. Cit.**, p. 270 a 273.

³⁰⁷ GAMA, Domício da. New York por fora. Artigo s.d. ABL. ADG 09.4.13.

³⁰⁸ Idem.

senhora”³⁰⁹ era permitido, mas cabeças masculinas descobertas, não.

Lutando contra as diferenças de estação que afetaram a sua saúde, dava cumprimento às ordens do Barão. Como braço direito de Rio Branco e seu secretário pessoal, contava com sua completa confiança, o que contribuiu para o acúmulo de afazeres. A pensão onde o Barão residiu em Nova Iorque foi sugestão de Gama “para evitar as preocupações e as despesas de uma instalação temporária”.³¹⁰ Ele mesmo ocupava um quarto de hotel em Washington que achava lúgubre, mas era barato. O lema que Rio Branco imprimiu ao trabalho foi o de mãos à obra lentamente,³¹¹ estilo esse que utilizava de dedicação absoluta ao trabalho, dormindo entre duas e três horas na madrugada.

Raul Rio Branco chamou a atenção para o fato de os colaboradores mais próximos do pai terem tido problemas de saúde, tal como Girardot e Pecegueiro do Amaral. Domício era o único que tivera um tratamento diferenciado pelo fato de Rio Branco ter ciência de sua saúde frágil. Raul assinala que, em Paris, e mesmo em Berna, o Barão costumava dizer: “Senhor Gama são duas horas da manhã é preciso que vá descansar; sua saúde o exige e eu lhe peço”; após a saída de Domício, ele se virava e lhe dizia: “Sua saúde, Raul é diferente, fique ainda um pouco”. E esse pouco iria até 6 ou 7 horas da manhã.³¹² Rodrigo Otávio também confirma que Domício da Gama foi o único dos auxiliares diretos do Barão que podia se furtar ao sistema sem horário certo de trabalho do Barão. “Quando se sentia fatigado ou com sono, dizia, sem cerimônia: Bem, Senhor Barão, para mim, por hoje, basta. Até amanhã”.³¹³ Esse tratamento diferenciado ocorreu pela ciência de Rio Branco de seus problemas de saúde.³¹⁴

Enquanto o trabalho se desenrolava em um intenso ritmo em Washington e em

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 122.

³¹¹ Idem, p. 21.

³¹² A prova está no declínio da saúde de seus colaboradores: Girardot, em Washington, Pecegueiro do Amaral, no Rio de Janeiro, que foram colaboradores dedicadíssimos, acabaram a vida gastos pelo imenso esforço desenvolvido. Ibidem, p. 190.

³¹³ RODRIGO OCTÁVIO. **Op. Cit.**, p. 195.

³¹⁴ Nesta época Domício da Gama já apresentava os primeiros sinais da uremia crônica que viria a ser uma das causas do seu óbito.

Nova Iorque, o Rio de Janeiro se via às voltas com a Revolta da Armada.³¹⁵ Em uma carta em francês remetida a um amigo chamado Ceci,³¹⁶ Domício da Gama mostrou sua preocupação com o bombardeio do Rio de Janeiro por Custódio de Melo: “*il s’agit en desespéré décidé à aller jusqu’au tout*”. Cabe ressaltar que Gama utilizava na carta a primeira pessoa do plural quando se refere ao Brasil e à crise: “*A nous aussi on la vent imposer*”, “*qui nous traversons*”, “*nous-mêmes*”. Este aspecto volta a reforçar o que já havia transparecido quando da sua viagem ao Rio de Janeiro. O Brasil não era para ele uma imagem distante geograficamente, mas sim uma preocupação constante e presente. E essa ocasião foi a primeira vez em que ele se colocou como um não-partidário das intervenções armadas³¹⁷. Gama entendia que a dependência política estaria atrelada a uma violação de território e por isso, intervenção. “*Le débarquement de quelques centaines de maritimes étrangers à Rio ne saurait être considéré comme une violation de territoire, mais comme une simple intervention pacifique et amicale.*”³¹⁸ No momento em que a população brasileira assistia à luta entre “*deux soeurs ennemies*”, o que ela menos precisava era de uma intervenção. Na mesma carta, criticou a Doutrina Monroe: “*L’Amérique aux Américains seraint la Condamnation pour ces Américains seraint la Condamnation pour ces malheureux peuples à la barbarie à perpétuité.*” As duas questões, não-intervenção e defesa da pátria, se mostram visceralmente ligadas ao seu entendimento futuro de interesse nacional.

Ao final do mandato, o então presidente Benjamin Harrison tinha a atenção mais voltada para o seu discurso anual ao congresso do que para a disputa inter-partidária. Os dois candidatos à sua vaga eram o republicano William MacKinley e o democrata Stephan Grover Cleveland. Ao primeiro, por ele intitulado de o “apóstolo do protecionismo”,³¹⁹ era

³¹⁵ O bombardeio ocorreu em 6 de setembro de 1893, onde o Almirante Custódio José de Melo se insurgiu contra o Marechal Floriano Peixoto, dando início à Revolta da Armada. Frederico Guilherme de Lorena partiria para o Sul comandando uma força tarefa com a ordem de estabelecer contato com os federalistas.

³¹⁶ Carta de Domício da Gama a Ceci, 11 de outubro de 1893. IHGB. CDG, Lata 645 Pasta 4.

³¹⁷ O mesmo comportamento que irá defender vinte anos depois, enquanto mediador no caso México - Estados Unidos na Conferência de Niagara Falls.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Gama afirmou que a tônica dos discursos à época foi “todo de algarismos dos valores da importação e da exportação americana depois que começou a vigorar o famoso regulamento das alfândegas, que tem o seu nome.” GAMA, Domício da. Carta dos Estados Unidos. New York, 20 de novembro de 1893. ABL. ADG 09.4.13. A tarifa ultraprotecionista de Mckinley foi do ano de 1890, e foi considerada como a mais alta da história. William McKinley foi eleito presidente dos Estados Unidos da América em 1896, derrotando William Jennings Bryan. Foi novamente reeleito em 1900 voltando a derrotar Bryan.

não somente um incentivador de monopólios, mas também havia liderado o país à guerra hispano-americana.³²⁰ Grover Cleveland, em contrapartida, estava lutando por seu segundo mandato, e acabou por ser o único democrata a furar o bloqueio de presidentes republicanos.³²¹ O então presidente Harrison, ou Little Ben, como era conhecido, também não tinha um perfil muito diferente de seus futuros sucessores, pois havia desenvolvido uma vigorosa política que envolvia expansão naval, submetido um tratado de anexação do Havaí e assinado o *Sherman Anti-Trust Act*, o primeiro ato federal que tentava regulamentar trustes.³²² Tal cenário exigia não somente diplomacia, mas também grande destreza para a defesa da causa, bem como para despertar interesse dos americanos pelo pleito das fronteiras. Essa percepção foi utilizada pelas duas missões, como utilizando estratégias diferentes. Enquanto Zeballos optou por estar nos jornais e em eventos espalhando sua causa, Rio Branco optou pela discrição, mantendo contato com círculos pequenos e acumulando informações, em Washington, onde decidira se instalar para acompanhar melhor o caso,³²³ por intermédio de terceiros.

O trabalho ainda se encontrava em andamento às vésperas do dia 8 de fevereiro. Rio Branco havia dividido os esforços de todos, a fim de agilizar os trabalhos de impressão. Guillobel ficou com a correção dos trabalhos da Casa Julius Bien & Co; Cerqueira Castro, com os mapas gravados pela American Bank Note Co; John Basset Moore, com a revisão do texto feito por Girardot. Rodrigo Otávio ouviu de Olyntho de Magalhães que, à medida que as folhas iam sendo impressas, os secretários iam dobrando-as, enquanto o barão do Rio Branco as furava e cosia com um barbante.³²⁴ O ritmo frenético do trabalho acabou por pesar demais na saúde de Domício da Gama, como ele disse mais tarde a Eça de Queiroz:

³²⁰ Conquistando o controle sobre as colônias das Filipinas, Cuba e Porto Rico. KAPLAN. Edward Stephen. **The latin american policy of William Jennings Bryan, 1913-1915.** 1970. 253 p. Thesis (Ph.D. in History). New York University.

³²¹ O último democrata a ser eleito desde James Buchanan (1857-1861) foi o próprio Cleveland para o período 1885 a 1889. Neste interregno houve 6 presidentes republicanos, a saber: Abraham Lincoln, Andrew Jackson, Ulysses S. Grant, Rutherford B. Hayes, James A Garfield, Chester A Arthur. Depois de Cleveland haver sido eleito para 1893 a 1897, o próximo democrata a ascender à Casa Branca foi Woodrow Wilson em 1913.

³²² Quando da Conferência em Washington, onde Roque Sáenz Peña e Manuel Quintana defenderam o princípio da inviolabilidade dos Estados e se opuseram ao projeto de uma união aduaneira continental o presidente era o mesmo Harrison.

³²³ A missão ficou assim com membros em Washington e Nova Iorque.

³²⁴ RODRIGO OCTÁVIO. **Op. Cit.**, p. 130.

Não me teria deixado ficar em Nova York se não fosse o atraso que trouxe à minha convalescença o coup de feu de la fin, as noites sem dormir, os dias passados à mesa a escrever, sem mesmo mudar de lugar para descansar comendo. Na antevéspera do dia em que terminava o prazo para a entrega dos documentos da questão ao Árbitro, vieram dizer-me à cama que se alguém da Missão não fosse passar a noite na tipografia para ir revendo as provas, e dando o bon à tirer à medida que se fosse fazendo a composição dos dois volumes da Exposição (original português, tradução inglesa), não poderíamos ficar prontos a tempo³²⁵.

Desse modo, ele mesmo foi para a Imprensa que ficava em uma cidade vizinha, e lá, com a ajuda de um antigo colega jornalista, ele trabalhou das duas da tarde às 6 da manhã seguinte. Domício da Gama passou um telegrama ao Barão, dizendo: “4:52 PM Baron Rio Branco, 18 Nesh 32 and lt. New York. All right. Trabalho avança, dormimos aqui hotel Huguenot. Lembre-se. Juízo Salomon. Boa noite. (assignado) Gama.”³²⁶ Na saída, encontrou chuva torrencial que o fez ter outra recaída. Mas mesmo assim ele ainda colaborou na organização do arquivo, composto de livros, manuscritos e mapas do Barão, expedindo caixas para Washington, Liverpool, Paris e Rio de Janeiro. “Com a desordem habitual do Barão (ao cabo de seis meses de trabalho, imagine!), era isso um trabalho que previamente me apavorava. E foi a mim que ele coube. Houve manuscritos que tive de recompor página a página, espalhados por todos os maços da papelada imensa. Expedidas todas as malas e caixas, tornei a deitar-me, para me levantar hoje, ainda todo alquebrado e moído de febre de um grande resfriamento.”³²⁷ Ao contrário de Raul, Domício da Gama considerava Rio Branco muito desorganizado.

A memória brasileira apresentou uma estrutura diacrônica e histórica sustentada em condições técnicas, mapas e posições. A sua força residiu nesta estrutura. O grande diferencial entre o trabalho de Rio Branco e o do pai estava no fato de o primeiro haver aceitado a argumentação argentina e embasar o pleito brasileiro no *uti possidetis*.³²⁸

³²⁵ LYRA, Heitor (s/d), p.465.

³²⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, New York, 08 de fevereiro de 1894. AHI. MDB. Washington. Arbitramento da Questão de Limites entre o Brasil e A República Argentina - Cartas Particulares e telegramas do chefe da missão. Correspondência Particular e reservada. 1893 - 1895. 271.3.6.

³²⁷ LYRA, Heitor (s/d), p.465.

³²⁸ “Porquanto no largo período de setenta anos, decorridos desde 1810 a 1881, não manifestou pretensão alguma a fronteira oriental do que essa, e no período de quarenta anos, decorridos desde a ocupação efetiva e permanente desse território por cidadãos e autoridades do Brasil, em 1838 e a840, até 1881, não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira. Funda ainda o seu direito na posição especial desse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira” RIO BRANCO, José Maria da

Conforme José Veríssimo afirmou posteriormente, a questão das missões fora um “modelo de concisão e de precisão, de condensação de uma vasta matéria em que nada útil ficou esquecido e nada foi demasiadamente posto”.³²⁹ Já a exposição de Zeballos seguiu a mesma linha de raciocínio apresentada em 1892 e, portanto, já conhecida por Rio Branco que a arrolou em sua própria Exposição, bem como em “documentos argentinos, usados de boa fé, e, segundo o próprio Rio Branco reconhecia, serem cópias alteradas dos documentos autênticos”.³³⁰

Outro assunto ganhou relevância durante o período das missões: as relações entre as missões. Em princípio, apesar de a tensão ser natural, tendo em vista a importância da causa, os dois lados trocavam correspondências, chegando mesmo Zeballos a convidar a legação para uma data comemorativa de seu país. Concomitantes ao trabalho que vinham desenvolvendo, as missões também mantiveram certo contato acerca da troca das exposições.³³¹ Rio Branco insistia em trocá-las, argumentando que, em caso de réplica, o trabalho seria agilizado; Zeballos, contudo, protelava. Após a entrega das missões, ante a contínua recusa do argentino, Rio Branco ameaçava recorrer ao árbitro norte-americano³³², porém esta era uma saída que o não agradava por entender que o árbitro estava muito ocupado.³³³

Assim, dividido entre a organização dos papéis e em conhecer a sociedade política norte-americana, *five o'clocks*, jantares, recepções, Rio Branco aguardava. Enquanto Zeballos procurava criar um ambiente favorável à Argentina por meio de uma intensa campanha de imprensa, Rio Branco, ao contrário, recomendou que toda a missão brasileira permanecesse numa atitude de discrição e se abstinisse de qualquer publicidade, mesmo da

Silva Paranhos, Barão do. **Questões de Limites**. 3ª. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 12.

³²⁹ CARNEIRO, Levi. Rio Branco e “a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil”. In: Rio Branco, **a América do Sul e a modernização do Brasil**. CARDIM, Carlos Henrique, FRANCO, Álvaro da Costa. (orgs). Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 166.

³³⁰ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 202.

³³¹ AHI. MDB. Washington. Arbitramento da Questão de Limites entre o Brasil e *A República Argentina* - Cartas Particulares e telegramas do chefe da missão. Correspondência Particular e reservada. 1893 - 1895. 271.3.6

³³² Carta do barão do Rio Branco a Domingos Gama, Washington, 29 de março de 1894. Idem

³³³ Carta do barão do Rio Branco a Salvador de Mendonça, Washington, 21 de julho de 1894. Ibidem.

sentença.³³⁴ O próprio Gama admitia sentir “medo de dizer demais”.³³⁵ Destarte, a atitude do secretário Domingos Olímpio, de enviar para o jornal País, notícias e apontamentos que, segundo Rio Branco, não lhe foi mostrado, devem tê-lo desagradado muitíssimo. Acuado pela frustração da espera, Rio Branco sentia-se abatido moral e fisicamente, se recusando, porém, a sair da cidade, conforme aconselhado pelo médico, com Domício da Gama e Salvador de Mendonça receando que “no Rio levem a mal isso e entendam que não tive bastante constância para fazer um sacrifício de alguns meses.”³³⁶

Com mais tempo após a entrega da exposição, Domício da Gama pôde se restabelecer e conhecer New York. Ia a teatros, que considerava mais bonitos do que os de Paris, e, quando o sol estava bem claro, passeava pelo Central Park, Riverside, que concebia como o mais bonito dos passeios.³³⁷ Aproveitou também para escrever aos amigos como os Queiróz, mais especificamente à Emília, para saber notícias dos “castelões,” já que Eça era um interlocutor difícil.³³⁸ Ao final da carta, porém, pedia a ela que incumbisse a Queiroz de responder, “tarefa tão simples desde que a gente pegue na pena”.³³⁹ Apesar das reclamações de Domício, Queiroz não respondia às cartas com a mesma frequência que as recebia. Ele sempre se desculpava dizendo que tinha o hábito de pensar sempre as suas cartas antes de escrevê-las. “E como as penso inteiras, acabadas, desde a data até o seu e.c., fico com a ilusão física de que as escrevi, as sobrescreitei, as estampilhei. Daí certo espanto quando os amigos se queixam do meu silêncio, da minha negligência. Porque eu, pelo pensamento (e só pensamento é uma realidade), sou na minha correspondência tão activo como Cícero, quase como a Sévigné.”

Já a sua troca de cartas com Rio Branco continha assuntos diversos. Em uma delas, Gama analisava que considerava difícil o laudo ser proferido antes da abertura do Congresso, em novembro conforme aventado por Edwin Uhl, advogado e político norte-

³³⁴ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 205.

³³⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris, 19 de junho de 1894. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³³⁶ Carta do barão do Rio Branco a Salvador de Mendonça, Washington, 12 de setembro de 1894. AHI. MDB. Washington. Arbitramento da Questão de Limites entre o Brasil e *A República Argentina* - Cartas Particulares e telegramas do chefe da missão. Correspondência Particular e reservada. 1893 - 1895. 271.3.6

³³⁷ LYRA, Heitor (s/d), p. 460

³³⁸ Idem, p. 458.

³³⁹ Ibidem, p. 466.

americano, amigo de Rio Branco.³⁴⁰ Ele tentava também animar Rio Branco, contando amenidades para animá-lo.

Fui hontem à noite ao Horse Show com a sua namorada canadense, que chegou há pouco de Londres e vae cazar-se. Aborreci-me no Horse Show (que é, entretanto, um bello espetáculo para os amadores do gênero) mas desforrei-me com a ceia no Delmonico, cheio a deitar para com as mais bellas mulheres de New York. Menu: ostras, perdiz fria, salada de celeri, Nessebro e pudding, café, roederer grand sec, pousse-café. A mulher, por cortezia ou sinceramente, declarou enjoy it so much e que a soirée tinha sido a very good time, indeed! Mas eu, por prudência, não quiz aprofundar a pyschologia da situação e trouxe a honestamente para casa, ela para o seu quarto, eu para o meu no segundo andar. Tardei muito a dormir e dormi mal, porque isto de celeri como champagne seca não é commigo.³⁴¹

Às vésperas do resultado final, Zeballos deu um banquete aos altos funcionários do *Department of State* e, seguindo um comportamento de alguns milionários norte-americanos, colocou uma jóia diante do prato de cada senhora. De acordo com Medeiros e Albuquerque, ele colocou no “centro da mesa, feito de flores, havia um mapa do Brasil e da Argentina, com a indicação do território em discussão, marcado bem caracteristicamente, como si fosse da Argentina. Uma sugestão. Uma insinuação.”³⁴² Já a tática de Rio Branco foi outra: ele obteve da noiva de um dos ministros a garantia de saber do resultado na véspera e garantiu-lhe que manteria o resultado em segredo. Segundo Albuquerque, a resposta teria vindo pelo telefone, quase à hora de partir para o encontro com o árbitro, através de somente uma frase: *My best compliments*.³⁴³

No encontro, Rio Branco teria proposto a Zeballos que a leitura da sentença fosse feita separadamente e em lugares diferentes.³⁴⁴ O argentino discordou, alegando que o que ouviriam era “uma sentença, era a voz da justiça: não deviam, portanto, esquivar-se a ela fosse qual fosse”.³⁴⁵ Gresham fez a entrega a cada uma das partes e “Zeballos pôs-se a procurar a conclusão, e, não a achando logo se mostrava nervoso. Gresham dirigiu-se então

³⁴⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, New York, 20 de novembro de 1894. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁴¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, New York, 16 de novembro de 1894. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁴² MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Quando eu era vivo** - memórias 1867 - 1934. Porto Alegre: Globo, 1942, p. 145.

³⁴³ Rio Branco teria relatado o caso a Domício com quem estaria só no carro segundo Albuquerque. Já Hélio Lobo atesta que quem o acompanhou no carro foi o general Dionísio Cerqueira, enquanto Domício teria ido a pé juntamente com Domingos Olímpio e Raul do Rio Branco. LOBO, Helio. **Op. Cit.**, p. 134.

³⁴⁴ RIO BRANCO, Raul. **Op. Cit.**, p. 136.

³⁴⁵ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**, p. 145.

ao advogado argentino: Se deseas, posso fazer proceder à leitura do laudo.”³⁴⁶ Ao ouvir o presidente norte-americano Grover Cleveland se pronunciar em favor do Brasil, Estanislao Zeballos cumprimentou Rio Branco, que redarguiu “a vitória não é minha, nem do Brasil, é dos mapas”.³⁴⁷ Porém, nas lembranças de Zeballos, o Barão teria estado de “tal manera conmovido y pálido, que no podía pronunciar palabra”.³⁴⁸ Esta visão do ministro Zeballos é contraditória, pois Rio Branco não era um homem dado a reações emocionais, conforme relatado por ele próprio. No seu caderno particular, o Barão anotou que “Zeballos empalideceu. O secretário Atwell pareceu ter perdido o seu sangue, tão branco ficou. Houve um momento de silêncio profundo.”³⁴⁹ Medeiros de Albuquerque,³⁵⁰ em suas memórias, relata que soube do ocorrido por um antigo cônsul brasileiro, Martins Pinheiro, e que, tendo ocasião de submeter o relato a Domício da Gama, testemunha da cena, este confirmou o fato descrito pelo Barão.

A postura de Zeballos quanto ao laudo é compreensível em certa medida já que este nunca havia demonstrado entusiasmo algum pelo “presente grego”³⁵¹, que havia sido a missão. Enquanto Rio Branco aceitou rapidamente o convite, Zeballos hesitou por dias. A sua falta de entusiasmo, e a dos compatriotas como Victorino de la Plaza, José A Terry e Vicente G Quesada³⁵² que recusaram o caso, pode ser comparada ao barão Aguiar de Andrada. E curiosamente aquele que aceitou, Nicolas Calvo, assim como Andrada, foi surpreendido pela morte. A hesitação de vários dias por parte de Zeballos pode ter sido

³⁴⁶ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 207.

³⁴⁷ BARROS E VASCONCELLOS. Mario de. **O Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p.72.

³⁴⁸ *Entonces me puse de pie, y tendiéndole la mano le dirigí las siguientes: —¡Felicitó a V.E. por este triunfo y hago votos porque él consolide la amistad de nuestros dos países!... El barón me estrechó la mano trémulo, conmovido y en solemne silencio. En seguida púsose de pie el General Cerquera, y con voz alterada por la emoción, dijo el siguiente: —Y yo felicito a V.E., q puede enorgullecerse de habernos dado un quehacer extraordinario con su defesa y de haber mantenido nuestros espíritus in profunda zozobra. Siempre he sido amigo de la República Argentina y creo que este fallo influirá en el afianzamiento de sus relaciones con mi país.’ El presidente Cleveland esperaba ansioso al secretario de Estado Gresham para que le informara del resultado de la lectura del documento. Mr Gresham me ha referido, como es del dominio publico, que apenas llegado ante el presidente, éste le interrogó. —¿Cómo se ha coducido el ministro Zeballos? A lo que el secretario de Estado replicó: —¡ Como un hombre!... ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 263.*

³⁴⁹ LOBO, Helio. **Op. Cit.**, p. 135.

³⁵⁰ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**, p. 144 a 146.

³⁵¹ SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 277.

³⁵² Quesada, seriamente doente, foi expressamente desaconselhado pelo seu médico particular. ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 261.

segundo Lins, medo de que a derrota viesse a substituir a vitória obtida ante Bocayuva³⁵³. A sua aceitação teria tido uma obliquidade mais subserviente, ante Bartolomé Mitre e Saenz Pena, do que patriótico, pois afinal entendia que a missão era perdida³⁵⁴. O oferecimento por parte de Mitre de um “mapa julgado cópia autêntica de um original existente no arquivo oficial de Madrid”³⁵⁵, deve ter influído bastante na decisão de Zeballos. Assim, pode ter sido o xadrez do destino, ou a providência kantiana, que empurrou tanto Zeballos quanto Rio Branco para o caso. Um ex-ministro das relações exteriores teria muito mais a perder do que um historiador relativamente obscuro, pois o seu sobrenome dava a ele uma inerente ligação com o passado da missão.

A própria indicação de Zeballos havia causado uma celeuma. Roberto Etchepareborda ressaltou que dentre os erros argentinos, Zeballos além de ter nas mãos uma causa difícil, era conhecido dos adversários por conta da memória de 1892 e da própria legação brasileira em Buenos Aires³⁵⁶. Para Scenna para o grande erro foi sobrecarregar Zeballos com o cargo nas Missões bem como da própria representação diplomática da Argentina enquanto o advogado brasileiro somente estaria a postos da Questão³⁵⁷. A este ponto atrela-se a questão de uma tradição diplomática argentina. Na visão de Zeballos, o Brasil tinha uma tradição, enquanto que a Argentina não porque não havia feito um *“debido esfuerzo para formar una falange de diplomáticos de escuela, colocando de este modo a nuestra representación arriba de los caprichos del acaso y de los vaivenes del espíritu partidarista.”*³⁵⁸ Idéia esta que endossou na Câmara dos Deputados:

³⁵³ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 196.

³⁵⁴ A intervenção do presidente Luiz Sáenz Pena foi fundamental para que *“don Estanislao venciera escrúpulos y aceptara a desgano una misión que consideraba perdidosa de entrada”* SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 277.

³⁵⁵ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 196.

³⁵⁶ Roberto Etchepareborda transcreveu uma carta do ministro brasileiro em Buenos Aires, Joaquim Francisco Assis Brasil: *“Creo que es el adversario que más nos conviene. No porque no sea un joven de mucho talento, sino que habiendo sido el propio negociador del Tratado de transacción, no podrá alegar mucha convicción en la fuerza de los derechos argentinos. Además todo lo que pueda decir lo conocemos de antemano. El señor Zeballos con quien tengo gran intimidad, es un carácter muy diferente del que posee V.E., y creo que el contraste nos será favorable. Cofia en mucho en el juego de los silogismos y en ardor de arreglarlos a su gusto y no vacilará en amoldar las premisas a su paladar.”* ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 37.

³⁵⁷ SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 277.

³⁵⁸ Memória Del Ministério de Relaciones Exteriores, ao 1895, p. 28 e 29. Apud in ETCHEPAREBORDA, Roberto, Idem, p. 36.

*La Republica Argentina en materia internacional es la nación menos preparada del universo. Su pueblo, sus hombres públicos, sus universidades, sus escuelas, no se ocupan de estas cosas sino al pasar. Nunca hemos procurado ilustrarnos a fondo sobre esas altas cuestiones de Estado que tanto interesan al país, y hemos preferido la política interna de personalismos, de asuntos electorales y otras de mínima importancia. Nosotros no sabemos negociar, carecemos de carácter, y por eso temo a veces cuando se inicia un tratado internacional.*³⁵⁹

Segundo José Paradiso esta crítica deu origem a uma corrente exagerada e parcial, mas cujas constantes implicaram em uma imagem negativista da chancelaria argentina. Ele entende que há uma necessidade de analisar a relação entre poder da norma e a própria política do poder através de busca de explicações sobre a natureza da política exterior arrolada a política interna, “*particularmente sobre el papel de la agenda diplomática en las luchas por el poder y en la dialectica oficialismo-oposición*”³⁶⁰. Este aspecto abriria caminho para uma visão de a imperícia vista no laudo argentino estar na sua falta de objetividade. Na visão de a causa ser perdida levantada por Ponche, Scenna e Etchepareborda, o problema das missões renasceu em face de uma nunca aplacada ambição territorial brasileira, que ele chamou de “*resabios de su raigal imperialismo*”³⁶¹, cuja solução estaria “*viciada por notórios descuidos*”. Para Paradiso, o próprio Zeballos foi “*quem mais influiria na difusão da imagem de descontinuidade e ineficiência da diplomacia argentina.*”³⁶² No entanto essa visão só veio a ganhar uma revisão nos anos sessenta com Gustavo Ferrari e Juan Carlos Puig que buscaram identificar as correntes constantes da política exterior argentina. Se para Ferrari, as constantes diplomáticas argentinas eram o “*pacifismo, aislacionismo, evasión por medio del derecho, moralismo, enfrentamiento con Estados Unidos, europeismo y desmembramiento territorial*”³⁶³. Para Puig eram “*afiliación a la esfera británica, oposición a Estados Unidos, aislamiento respecto de América Latina y debilidad de la política territorial*”³⁶⁴.

³⁵⁹ Roberto Etchepareborda, Zeballos y la política exterior argentina, Buenos Aires, Pleamar, 1982, p. 50. Apud: PARADISO, José. El poder de la norma y la política del poder 1880-1916. In: JALABE, Silvia Ruth (org.) **La Política Exterior Argentina y sus protagonistas 1880-1995**. Buenos Aires, Nuevo Hacer, 1996, p. 14.

³⁶⁰ PARADISO, José. El poder de la norma y la política del poder 1880-1916. In: JALABE, Silvia Ruth (org.) **Op. Cit.**, p. 13.

³⁶¹ **Estanislao S. Zeballos** – Perfil universal de un legislador. Orlando Mario Punzi (prólogo). **Op. Cit.**, p. 18.

³⁶² PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 44.

³⁶³ PARADISO, José. In: JALABE, Silvia Ruth (org.). **Op. Cit.**, p. 15.

³⁶⁴ Idem

Outro ponto problemático foi levantado por Roberto Etchepareborda: o porquê de o Ministro Costa haver aceitado como árbitro um país aliado do Brasil e adversário político e econômico da Argentina. Primeiro por ser ele o principal “cliente” do Brasil, com 60% das exportações de café. Segundo poderiam ter havido um juízo adverso dos Estados Unidos da América por conta da posição Argentina sido contrária a eles na Primeira Conferencia Panamericana. Uma opinião que se irmana à de Miguel Cané: “*Cuando tuve conocimiento que imbécilmente habíamos puesto en manos del presidente de los Estados Unidos, cerca de 1500 léguas, para que les regale a su cliente Brasil escribi a Roque Sáenz Peña que estaba en Washington.... ambos estuvimos de acuerdo. Me hizo el efecto de la Francia aceptando como árbitro, en una cuestión surgida con el gobierno local de la India, a Inglaterra.*”³⁶⁵

Porém, a própria leitura das duas exposições que demonstram não somente a clareza da estrutura da defesa brasileira em contrapartida à argentina, já dariam um respaldo grande para iniciar qualquer discussão a respeito. E o próprio argumento de Cané sobre clientelismo no caso não se endossaria, pois a própria Argentina escolhera o Presidente norte-americano, R.B. Hayes, para o caso Argentina e Paraguai e ao final a decisão de 1878 não lhe foi favorável. E o Paraguai não era cliente norte-americano. Todos os países estão inseridos, em primeira e em última instância em uma *realpolitik*. Este enfoque daria à discussão somente outros tons, pois a grande questão aqui é territorial. O desmembramento sempre foi um dos pontos mais sensíveis na política da região. A própria Argentina a via como uma constante em sua história³⁶⁶. O Chile se viu cercado de vizinhos com os quais tinha problemas fronteiriços, e dentre eles, Peru e Bolívia com os quais chegou a se envolver em uma guerra. O Peru e a Bolívia além do Chile também viam suas fronteiras apresentarem latentes problemas com o Brasil. Este por sua vez, além do problema ao sul, tinha questão aberta no Amapá, Acre, e a falta de demarcação de suas

³⁶⁵ Miguel Cané a Martín Garcia Mérou, 19 de fevereiro de 1895. Archivo General de la Nación, Archivo M. Garcia Merou. Apud: ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 36.

³⁶⁶ A argumentação de Guillermo Rawson era: “Se mantivermos relações amistosas com a Inglaterra, que nos usurpa as Malvinas; Se vivermos em paz com a Bolívia, que nos arrebatou Tarija; Se não nos inquietarmos com os avanços do Brasil sobre os limites de 1877 nas missões; se consagrarmos a independência do Paraguai, porque nos obstinarmos em fazer um *casus belli* da ocupação ilegítima pelo Chile de alguns rochedos do Estreito, depois de os chilenos terem povoado e habilitado para a navegação universal essa corrente oceânica, enquanto nós nem pensávamos nela e nem teríamos pensado até hoje, se o Chile não se houvesse incumbido de mostrar-nos a sua importância?” Apud: PARADISO, José. **Op. Cit.**, 2005, p 33.

fronteiras oeste. Assim, conforme Moniz Bandeira ressaltou a América Latina era um tabuleiro de xadrez, e “os entendimentos entre Brasil e Argentina acarretariam profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul com desvantagem para o Chile.”³⁶⁷

O resultado repercutiu longamente no Brasil, que estava no momento pós-Revolução Federalista. Como relatou Gusmão Lobo a Rio Branco: “o seu nome está em todas as bocas. [...] Você anda lembrado para a pacificação do Rio Grande, para a solução da pendência do Oiapoque, para tudo enfim”.³⁶⁸ Internamente a repercussão foi amplamente aproveitada em diversos atos públicos. Levando-se em conta que, neste início de 1895, o Brasil ainda não havia consolidado o seu momento político, que somente viria com o governo Campos Salles, a vitória do Barão deu respaldo ao novo regime. A República conseguiu resolver um assunto secular que o Império não havia conseguido. E esta visão política da questão de Palmas ficou manifesta no texto do telegrama de Floriano Peixoto a Rio Branco: “Viva a República!”



FONTE: Arquivos da Diplomacia Brasileira - Mapas Históricos. **A questão de Palmas.**

³⁶⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Op. Cit.**, p. 56.

³⁶⁸ VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.** p. 203.

2.2 – ENTRE A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Enquanto o Brasil comemorava, Rio Branco e Domício da Gama encontravam-se às voltas com problemas de saúde. O primeiro, com “gripe e uma espécie de malária”;³⁶⁹ e o segundo, ainda precisando recuperar a sua saúde após que duas postergações seguidas de repouso incidiram pesadamente sobre ele.³⁷⁰ Assim, mesmo tendo sido dispensado do cargo de secretário da Missão Especial por conta do encerramento dos trabalhos em 14 de fevereiro de 1895, ainda ocupava-se com a arrumação do que seria expedido para o Rio de Janeiro, Paris e Liverpool. Destarte, somente pôde partir dos Estados Unidos da América em 30 de abril, dez dias depois de Rio Branco, seguindo para Boulogne, e de lá para Paris.

Outro problema, contudo, já se avizinhava: a questão do Oiapoque. Depois da vitória de Palmas, o nome natural para a questão era o de Rio Branco. A querela também datava dos tempos do Império. Em 1853, o Visconde do Uruguai, Paulino José de Souza, havia sido nomeado para resolução do caso; porém, as negociações foram infrutíferas, pois o juriconsulto francês His de Butenval manteve-se irredutível quanto à tese de que o rio de Vicente Pinzón aludido no Tratado de Utrecht de 1713 era o Araguari. Quatro anos depois, houve uma nova tentativa que também não registrou avanços na matéria. A região ficou sem tratativas até que, em 1885, um membro da Sociedade de Geografia Comercial Francesa, Jules Gross, criou a República de Cunani, cuja vida efêmera foi encerrada pelo governo francês.³⁷¹ Com a descoberta de ouro na região e o crescimento de extração da borracha, a disputa territorial se acirrou. O governador da Guiana Francesa, Charvein, nomeou um representante francês, Voissien, para fiscalizar o trabalho da coleta de ouro. Em resposta, os brasileiros instalaram ali um governo sob a presidência do cônego Domingos Maltez, e seus auxiliares, Veiga Cabral e Desidério Antonio Coelho, deixando para Voissien o cargo honorífico de Capitão Honorário do Exército Defensor do Amapá. Em 15 de maio de 1895, os ânimos se acirraram e, em 15 de maio do mesmo ano, os franceses, sob o comando do Capitão Lunier, tentaram invadir o Amapá, sendo rechaçados

³⁶⁹ **Idem**, p. 205.

³⁷⁰ A primeira, quando necessitou sair de casa, resfriado e com febre, para fazer a revisão das provas dos dois volumes da Exposição e a segunda quando precisou organizar o arquivo da Missão.

³⁷¹ Em 1902 Adolph Brezet tentou retomar *A República* de Cunani, mas o governo brasileiro impediu.

pelo paraense Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho.

Assim, enquanto Domício da Gama ainda estava terminando de empacotar os arquivos de Palmas, o problema do Oiapoque se acirrava. Rio Branco conhecia a questão e intencionava trabalhar da mesma maneira que anteriormente: armar-se de todos os mapas, livros, documentos e uma equipe para coordenar do mesmo modo. Entretanto, a questão da Guiana Francesa viria a se desenrolar em um clima visceralmente diferente de Palmas, já que a vitória havia redimensionado a figura de Rio Branco. Assim, o momento Oiapoque desencadeou duas fogueiras de vaidades: uma no ministério das relações exteriores e a outra por uma vaga na missão.

A primeira delas se desenvolvera em um triângulo: barão do Rio Branco e Dionísio Cerqueira e o ministro brasileiro na França, Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Com Cerqueira, o desentendimento advinha desde a época de Palmas. Após o resultado, Rio Branco havia se mostrado “particularmente reconhecido aos Srs. Braga Cavalcanti, Domício da Gama e Girardot, que, nesse serviço e no da conferência das traduções, passaram comigo algumas noites em claro.”,³⁷² ou seja, os secretários da missão na revisão das provas. Afora esse fato, Cerqueira se sentia particularmente marginalizado por Rio Branco haver assinado a memória e, por isso, recebido créditos completos. Assim, quando, em meados de 1896, ou seja, no segundo ano dos trabalhos da comissão, Cerqueira assumiu o ministério das relações exteriores, Rio Branco solicitou que se fizesse saber ao presidente Prudente de Moraes as suas relações para com o chanceler. Isso, porém, não impediu que, durante todo tempo em que Cerqueira esteve à frente do Ministério, a comunicação tivesse sido difícil. Um exemplo disso foi a demora das nomeações para a comissão. Os pedidos por Domício da Gama como primeiro secretário e Raul como segundo emperravam nos trâmites do ministério aos cuidados de Cerqueira.

Desse modo, Domício da Gama, ainda sem nomeação oficial, seguiu para o Rio de Janeiro para acompanhar o caso e tentar descobrir que estava acontecendo de fato no teatro de operações brasileiro. Lá chegando, ele logo descobriu que, de fato, havia uma

³⁷² LOBO, Helio. **Op. Cit.**, p. 98.

lista de candidatos formada para os cargos³⁷³. Com isso ele telegrafou a Rio Branco: “Espero sua carta falar ministro esteja prevenido contra despachos empenho consignados gama candidatos infortunos.”³⁷⁴ Gama havia encontrado no Rio de Janeiro uma situação mais instável do que há dois anos atrás, porque a luta pelo poder não estava somente no campo da política, mas também no social. Uma semana depois de sua chegada, ele avisou ao Barão que somente valeriam os telegramas que ele não assinasse Gama, optando por utilizar o pseudônimo Sanremo, ou seja, a insegurança que ele encontrou no local o remeteu ao mesmo comportamento durante os momentos iniciais da instalação da república.

A segunda fogueira de vaidade era o tráfico de interesses, pois todos buscavam uma maneira de adentrar o governo,³⁷⁵ Gama também se via às voltas com alguns problemas pessoais: cansado por conta do deslocamento diário da Praia Grande para o centro do Rio de Janeiro³⁷⁶ e por ainda prestar assistência a um velho amigo moribundo. Desse modo, ele optou por se instalar diretamente no centro, para ter tempo para tratar melhor o caso por meio de conversas. “Nas redacções dos jornaes também se aprende, mas é muito desavisadamente. É na rua que se ouvem coisas significativas.”³⁷⁷ O próprio quadro social ajudou-o a tomar certos procedimentos para conhecer o outro lado do problema:

Tive informações sobre o Max Fleiuss, que é filho do antigo redactor da semana ilustrada. Dizem-me que é moço leviano e sem escrúpulos, sob aparência de simplicidade e gentileza. Já é homem de negócios, que corrompe deputados para obter concessões, com a maior naturalidade. É natural que possa intrigar sendo preciso para obter o que pretende. Hoje estarei como elle de noite n'uma reunião semi litterária a que vão jovens de cores e matizes sociais e políticas. Não me

³⁷³ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris, 17 de julho de 1895. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁷⁴ Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Paris, 24 de julho de 1895. Idem.

³⁷⁵ Gama havia sido procurado por um homem chamado Alexandre Gasparone que ao descobrir que ele iria ser o primeiro secretário lhe pediu que intercedesse por ele. Apesar de ele afirmar não ser importante para recomendar alguém Gasparone insistia em telegrafar ao Barão em seu nome. Gama aquiesceu e permitiu que o telegrama: “Interesse incluir Alexandre Gasparoni lista seus auxiliares próxima comissão. Gama”, fosse ao encontro do Barão. Ressalte-se aqui a assinatura Gama. Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, julho 1896, Idem.

³⁷⁶ Atualmente o mesmo trajeto seria feito através da ponte Rio-Niterói ou as barcas, para daí seguir por terra, em um trecho que estaria, a partir da praça XV entre 30 minutos e 1 hora, mas à época significaria ou contornar a baía de Guanabara, ou ainda utilizar o *ferry-boat*, o que levaria entre 2 e 3 horas por trajeto.

³⁷⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro, 27 de julho de 1895. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

leve a mal em andar entre os lobos. Aprendo mais assim. Tanto mais do que é muito incerto fazer aqui uma escolha de homens públicos.³⁷⁸

Neste ínterim, outro problema se apresentou com a questão da ilha da Trindade. Domício da Gama informou ao Barão que queriam nomeá-lo para o lugar de Sousa Correia e, em resposta, Rio Branco pediu a ele que combatesse tal idéia.³⁷⁹ A informação que ele havia conseguido no gabinete do Carlos de Carvalho dizia que o presidente Prudente queria demitir Correia e dar o posto de ministro em Londres ao Barão. “Toda a imprensa, n’um acesso hystérico de patriotismo é querendo lançar sobre alguém a culpa do que não provém senão em da desídia administração geral, approvaria a demissão do Correa e alguns.”³⁸⁰ Gama optou por telegrafar ao Barão para que ele prevenisse a Sousa Correia, enquanto Nabuco telegrafou diretamente ao ministro em Londres. Na mesma carta, ele analisava que a situação de Sousa Correia era contornável por causa de sua posição de *persona grata* junto ao Lord Salisbury. Mesmo assim ele vinha fazendo “propaganda que posso em favor dele junto aos jacobinos”.³⁸¹ De seu ponto de vista, Carlos de Carvalho havia sido correto: “Se não foi melhor é porque não pode.”³⁸² O ponto problemático estava no procedimento da imprensa, cujo destempero, “mesmo entre alguns que deviam ter juízo de ser prudentes”, era para ele um fator que fazia a situação se tornar mais instável”. Assim, ele optou por fazer propaganda praticamente de boca a boa. “Ainda hontem na redação e da Gazeta exemplifiquei com fatos de privança com os altos personagens a influência que ele pode ter para a boa solução deste incidente.”

Ao fazer um balanço geral, contudo, ele entendia que a situação política do momento era mais auspiciosa do que dois anos antes, porque “à sombra do incidente da Trindade passará a pacificação do Rio Grande. E será o terceiro grande golpe no militarismo, tendo sido o 1º o da Escola Militar e o 2º o dos funerais de Floriano sem conflicto.”³⁸³ Entretanto, no ministério das relações exteriores, a luta pelo poder era acirrada. Joaquim Tomás do Amaral, o visconde de Cabo Frio, assistira amofinado à

³⁷⁸ Idem

³⁷⁹ Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Paris, 23 de julho de 1895. Idem.

³⁸⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro, 27 de julho de 1895. Idem.

³⁸¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro, 27 de julho de 1895. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁸² Idem.

³⁸³ O único conflito registrado foi o ardoroso discurso de Raul Pompéia que havia sido condenado de forma quase que generalizada pelos jornais e havia lhe custado o cargo de diretor da Biblioteca Nacional.

diminuição do seu campo de ação, após a assunção de Carlos de Carvalho na direção geral dos negócios de secretária. Conforme ele ressaltou, corria o anúncio da “supressão das comissões a cerca de 1.500 officiaes subalternos. Se não surgirem complicações (e parece que eles estão sem programma e sem chefes actualmente, divididos entre si e suspeitas usam os outros) a administração civil se achará brevemente a braços com o problema financeiro, que é temeroso”.³⁸⁴ Um aspecto fundamental para ele já que estava ali apenas esperando a sua nomeação para então partir.

Rio Branco escreveu a Gama informando que, apesar de haver andado adoentado, já se encontrava “armado de todos os [mapas] e fac-símiles que puderam ser encontrados em França, Alemanha, Inglaterra e Espanha, e completei o estudo do que está [em grego], adquirindo as horas e folhetos que não tinha.”³⁸⁵ Na mesma carta, contou sobre os pedidos de vaga que recebeu. Capistrano de Abreu, intercedendo por Max Fleiuss, e um pedido do almirante Guillobel. Quanto a Max Fleiuss, que havia enviado, afora a de Capistrano de Abreu, várias cartas de recomendação, ressaltando a sua intimidade com o presidente, ele não se mostrou predisposto. Já a de Guillobel, ele somente solicitaria a sua vinda quando a negociação de Piza sobre o arbitramento estivesse adiantada. “Como hei de propor um grande estado maior quando tudo está ainda no ar? Qual é a sua impressão? Acha que em tempo devo propor o Fleming?”³⁸⁶ A impressão que o assolava era de uma forte inquietação ante o cenário político brasileiro.

Quando, seis meses depois, saiu a sua nomeação,³⁸⁷ Gama partiu do Rio de Janeiro, deixando para enviar telegramas para Rio Branco de Liverpool, onde afirmou que a nomeação de Guillobel sairia depois. Ao voltar para a Europa, Gama mergulhou no mundo do Oiapoque, onde iria permanecer pelos próximos cinco anos. Como disse a Max

³⁸⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro, 27 de julho de 1895. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁸⁵ Carta do barão do Rio Branco a Domício da Gama [Paris], 02 de novembro de 1895. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Eram trabalhos preparatórios e não propriamente para a arbitragem. O Ministro de Estado das relações exteriores, em nome do Presidente da república resolve nomear Domício da Gama para auxiliar da Comissão confiada do Bacharel Jose Maria Paranhos do Rio Branco, com os vencimentos de 5:000f000 anuais, em ouro. Capital Federal, 31 de dezembro de 1895. Carlos de Gramacho Carimbo: Registrado a fls. 44 do livro 8 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 09 de janeiro de 1900. Nomeação de Domício da Gama, 31 de dezembro de 1895. IHGB. CDG, Lata 645 Pasta 5.

Fleius, estava vivendo “em um quarto de hotel, sem espaço para livros e sem tempo para leitura.”³⁸⁸ Só abria jornais para estudar o que chamava de questões mais complicadas, fazendo leitura de trás para frente. Até então ele ainda considerava as incursões na diplomacia na categoria de acidentais e, como em Palmas, via a situação toda como provisória. Vivia “no hotel provisoriamente, num quarto apertado como um camarote de transatlântico”,³⁸⁹ horas de encanto e depressão. Temia, porém, essa efemeridade, não somente por não saber quanto tempo mais duraria, mas por medo “de não poder mais aquietar-me, senão para morrer. E de me acostumar de todo à vida solitária entre a multidão. Seria uma desgraça que eu tomasse o vício de sentir a Humanidade pela sua vizinhança material.”³⁹⁰ A ida para a diplomacia significava, para ele, uma divisão de tarefas com o jornalismo e a literatura. Eram lugar-comum em sua correspondência respostas como “Fui obrigado a interromper o estudo sobre a política colonial francesa por causa de trabalhos mais urgentes. Vou mandar-lhe um conto pelo próximo correio”.³⁹¹ Porém, com o decorrer do tempo, a diplomacia passou a exigir mais e mais do seu tempo. Assim, quando José Veríssimo cobrava a sua colaboração na revista, ele informava que não tinha a pretensão de abandoná-la, mas apenas precisava organizar a vida para poder voltar às letras.

Se V. visse a quantidade de páginas que faço diariamente em prosa oficial diria certamente que eu sou o mais fecundo dos nossos escrivães. Tenha pena de mim e não agrave com a acusação de esquecimento a falta de cumprimento dessa promessa do Oberammergau e de todas as outras coisas que fiquei de mandar para a Revista. É falta de tempo, materialmente, de duas horas vagas na melhor parte de cada dia, o que me impede de escrever para a Gazeta artigos curtos de cronista parisiense e para a Revista os artigos mais substanciais que prometi. Ainda me não ocupei com literatura; desde que vim tenho vivido entre os cuidados da profissão que acidentalmente exerço, e que por enquanto pouca folga me deixam. Espero, entretanto, entrar em breve em uma fase de trabalho regular e ordenado, sem apuros enervantes de correios urgentes a expedir. Será então o tempo de escrever para a Gazeta e a Revista e de cuidar do meu voluminho de contos, que ainda nem tirei do fundo da mala³⁹².

³⁸⁸ Carta de Domício da Gama a Max Fleius, Paris, 10 de março de 1896. IHGB. CDG, Lata 472 Pasta 20; **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 230 a 231.

³⁸⁹ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, Paris, 23 de abril de 1896. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 231 a 232.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27 de fevereiro de 1897. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 235.

³⁹² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Paris, 16 de setembro de 1896. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

O seu comportamento reservado, aliado à sua capacidade de observação e raciocínio pragmático, tornou-se fundamental ao seu círculo de amizade em diferentes oportunidades. Não somente Rio Branco se voltara para ele em várias oportunidades, como também vários de seus conhecidos. É comum em sua correspondência, já nessa época, como ao longo de sua vida, uma série de interseções junto ao Barão ou mesmo a outros amigos. Por exemplo, em junho de 1896 ele intercedeu ao Barão para que ouvisse a Domingos Olímpio e a sua explicação de uma intriga na qual este fora enredado. Em agosto do mesmo ano, ele pedia a Capistrano de Abreu uma vaga para Guilherme Moniz Barreto como professor em algum liceu ou instituto de ensino público.³⁹³ Ou, ainda, quando, durante a missão do Oiapoque, enquanto Rio Branco estava descontente com a escolha de Gabriel de Toledo Piza e Almeida para negociador do caso, Gama o advertiu que a única coisa a fazer era “cruzar os braços e esperar que a situação se arruine de uma vez ou se arranje por si. O Sr. é geralmente prudente e sabe que a vaidade é o sentimento mais melindroso nas relações sociais. A sua posição de conselheiro está perfeitamente explicada nos seus ofícios ao governo.”³⁹⁴ Outra característica pessoal era a utilização de termos diretos e incisivos. Não somente para descrever alguém, como também para aconselhar Rio Branco:

O Pisa tem uma secura que fecha o caminho a observações e conselhos. Como ele o Olyntho sente-se o freiado. Como que sente-se nele a preocupação de marcar lugares e distâncias. A psicologia e dessa atitude é fácil de explicar-se, mais difícil de modificar-se, (desculpe o pedantismo). Em suma: o Sr. que tem 50 anos de experiência e saber pede conselhos quando tem de decidir uma questão grave - isso é o que lhe dita o bom-senso ou a modéstia de espírito; outros, com as próprias idéias e sozinhos, são capazes de refazer o sistema do universo. Vão lá dar conselhos há quem os não pede! Não posso dizer-lhe por carta tudo o que conviria para explicar o meu conselho (que o Sr. também não pediu, mas que me perdoa de certo) de tomar o partido da abstenção neste caso.³⁹⁵

Três meses depois, o Barão, apesar dos conselhos de Gama, ainda se encontrava amofinado com as atitudes de Gabriel Piza. Gama foi visitá-lo às 2h15 da tarde de uma segunda feira e, não o encontrando, deixou-lhe um bilhete dizendo: “Vim vê-lo para conversarmos ainda sobre o caso da transferência das negociações para o Rio. Acabei por

³⁹³ Carta de Domício da Gama a João Capistrano de Abreu, Paris, 17 de agosto de 1896. CAPISTRANO DE ABREU, João. **Op. Cit.**, vol III, p. 135 e 136.

³⁹⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Paris, 16 de setembro de 1896. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

³⁹⁵ Idem.

convencer-me de que essa é a única solução segura e à medida que com virar a todos os três (Hx., o Sr. E o P., sem contar os interesses do Brasil, que neste caso e, como quase sempre, vem em segundo plano) sem embaraços a ninguém deste lado do mar.”³⁹⁶

2.2.1 - A CADEIRA 33

A três anos do final do século, a capital brasileira destacava-se por ser um centro cultural com vida literária bastante movimentada. Nesse momento, a idéia de Lúcio de Mendonça de uma academia brasileira nos moldes da francesa³⁹⁷ ganhou vida em torno da personalidade discreta de Machado de Assis e da Revista Brasileira, dirigida por José Veríssimo. A notícia foi para Domício da Gama de imensa relevância, pois no ano seguinte foi eleito para a cadeira 33 da Academia. Gama ficou embaraçado com a escolha, por causa da sua idade em detrimento de outros mais velhos, segundo alegou a José Veríssimo.

O que vem a ser a Academia de Letras, para que fui eleito, tomando o lugar de outros mais merecedores (Quintino, Ferreira de Araújo, João Ribeiro, Assis Brasil, Rio Branco, Capistrano...) pelos seus trabalhos e posição social? Vejo que tenho aí amigos que se lembram de mim, mas que se esqueceram de me explicar o que vai fazer a sociedade para cuja composição me fizeram a honra de escolher. Imagino que entre os menores ou excluídos haverá uma grande animosidade contra os acadêmicos. Certamente passamos à categoria de caducos. Aos trinta anos é duro ser classificado de académicien gateux. Como quer que seja, mil graças daqui lhe rendo pela honra que me fizeram (sei que V. seria o mais ativo propagandista e promotor da Academia).³⁹⁸

Todavia, pode-se entrever que essa perturbação teve raízes mais profundas, por causa de sua dispersão entre a literatura e a diplomacia. Essa convocação da academia o fazia lembrar-se do papel fundamental que a literatura tinha em sua vida, mas como

³⁹⁶ Ibidem.

³⁹⁷ O que significaria 40 cadeiras. A sétima e última das sessões preparatórias, realizada em janeiro do ano seguinte, contou com a presença de 16 membros: Araripe Júnior, Artur de Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Visconde de Taunay e Teixeira de Melo. Foram incorporados como membros aqueles que haviam comparecido às sessões anteriores, como Coelho Netto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luís Murat e Valentim Magalhães. Convidados para tomar parte como fundadores, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte, completando trinta membros. Para as dez cadeiras restantes os dezesseis imortais que compareceram à sessão de 28 de janeiro elegeram Aluísio de Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça.

³⁹⁸ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27 de fevereiro de 1897. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 235.

conciliá-la com a atribulada vida na diplomacia? Principalmente quanto ao volume de trabalho e à falta de regras horárias de trabalho. Ao olhar em retrospectiva para a sua vida, verifica-se que o ofício diplomático era uma realidade para ele antes de nascer como idéia. Porquanto presidente perpétuo do Grêmio Literário Jardim de Academus, já visualizara a existência de uma literatura nacional, entendendo que deveria trabalhar para provar a sua existência. Pela literatura, distraiu-se da matemática, para ir não sabendo bem para onde e, por ela, havia afirmado que “se a literatura nacional existia, eu devia trabalhar para ela provar a sua existência aos incrédulos.”³⁹⁹ Afinal, ele não se perguntara, quando do seu discurso de aceitação na Academia: “Quem sabe se na obscura causalidade universal o voto dessa noite dos tempos heróicos do Jardim do Academus não influenciou para a constituição desta Academia, na hora em que a literatura brasileira sentia que vivia e quis viver nacionalmente”?⁴⁰⁰ Relevando seu passado, não causa espécie sobre o porquê de Domício da Gama ser eleito⁴⁰¹ na frente do barão do Rio Branco, recebendo 13 votos, enquanto o barão do Rio Branco, somente 7. Domício da Gama pertencia ao meio literário, convivera com o círculo da academia desde os tempos de Gazeta. O barão do Rio Branco, apesar de membro do IHGB desde moço, não teve uma presença nos círculos literários como Gama. Por tais razões, Gama foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e não o barão do Rio Branco.

No ano anterior, às voltas com os afazeres da política, Gama fora pego de surpresa com a notícia do suicídio de Raul Pompéia. Não há informação de contato dele com Pompéia quando de sua visita em 1895, o que não causa estranheza, já que a personalidade de Pompéia fora se tornando mais e mais taciturna, no decorrer de 1895, conforme Rodrigo Otávio salientou.⁴⁰² O retorno à imprensa de figuras do tempo da monarquia havia deixado

³⁹⁹ Recepção do Sr. Domício da Gama ABL. **Discursos acadêmicos**(1897-1919), vols. I a IV, p. 45 a 52.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Em seguida, precede-se á eleição dos que faltam para prefazer os 40. Obtêm maioria absoluta os Srs. Magalhães Azeredo 15 votos, Raymundo Corrêa 15 votos, Aluizio Azevedo 15 votos, Salvador de Mendonça 15 votos, Domício da Gama 13 votos, Luiz Guimarães 12 votos, Eduardo Prado 12 votos, Barão do Loreto 11 votos, Clovis Bevilacqua 11 votos e Oliveira Lima 11 votos. Obtiveram votação os Srs. barão do Rio Branco 7 votos, Fontoura Xavier 7, Assis Brazil 6, Figueiredo Coimbra 5, Constancio Alves 1, Barão de Paranapiacaba 1, Augusto Lima 1, Domingos Olympio 1. O Sr. Presidente anuncia que se acham eleitos membros da Academia os Srs. Magalhães Azeredo, Raymundo Corrêa, Aluizio Azevedo, Salvador de Mendonça, Domício da Gama, Luiz Guimarães, Eduardo Prado, Barão de Loreto, Clovis Bevilacqua e Oliveira Lima. Ata da sessão de 28 de janeiro de 1897.

⁴⁰² RODRIGO OCTÁVIO. **Op. Cit.**

Pompéia mais irritado, aumentando o quadro da sua neurastenia. Afastado dos amigos desde o sepultamento definitivo de Floriano Peixoto, viu que o “círculo dos desafetos foi crescendo e se fechando mais e mais, no sentido de isolá-lo e neutralizar sua voz”.⁴⁰³ O ataque mais carregado havia vindo por parte de Luís Murat,⁴⁰⁴ mas Pompéia só veio tomar ciência do artigo em princípios de dezembro, durante uma conversa na Confeitaria Colombo. A notícia teve nele um efeito devastador. À mesma época, ele havia solicitado ao diretor de A Notícia, Manuel de Oliveira Rocha,⁴⁰⁵ o início de uma colaboração literária sob pseudônimo e, quando a segunda edição atrasou, sentiu-se melindrado e passou a ver inimigos por toda parte. A Max Fleiuss disse: “Vê, você? Até o Rochinha, meu amigo, acreditou na calúnia.” Três dias antes do natal, Araripe Jr. encontrou-se com ele na rua do Ouvidor. Pompéia disse-lhe que sentia nojo pela vida e pelos homens. No dia seguinte, matavou-se, com um tiro no coração.⁴⁰⁶

Já na viagem de dois anos antes, Gama o encontrou exaltado, com o que ele chamava de “ódios generosos”.⁴⁰⁷ A dispersão pela qual Pompéia se enveredou foi, segundo Domício, uma das causas que impediu que ele terminasse o seu livro *Canções sem metro*,⁴⁰⁸ que seria um livro de epígrafes, porque como dizia ele “com epígrafes pode-se concentrar num livro toda a poesia humana”.⁴⁰⁹ Oito anos depois, ainda as procurava, enquanto se dividia em várias direções e perdia a serenidade conservativa e o “coração de doçura foi invadido pelo ‘ódio santo que é apenas uma forma militante do amor’, mas que

⁴⁰³ CAPAZ, Camil. **Raul Pompéia**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2001, p. 236.

⁴⁰⁴ “Em que país o Sr. Raul Pompéia julga que estamos? Que diabo de República quer S.Sa? Não está satisfeito com a atual ordem das coisas? Desejará porventura que se prolongue o regime de sangue, das violências, dos martírios, das perseguições e da guerra? Mas só pode aspirar um tal regime quem tem o ânimo forte e a coragem de pegar de uma espingarda e ir para a rua defender, no caso excepcional de uma revolução legítima, os interesses da Pátria, calcados aos pés, por um déspota. Mas S.Sa., a quem faltou até a coragem de repelir um insulto dos mais graves, em plena rua do Ouvidor, à hora em que essa rua é mais freqüentada! Jornal Comercio de São Paulo em 16 de outubro de 1895”. *Apud*: PONTES, Eloy. **Op. Cit.**, p. 278. O insulto apontado foi o episódio do duelo entre Pompéia e Olavo Bilac.

⁴⁰⁵ Seu amigo dos tempos de Academia.

⁴⁰⁶ “-Lama! - dizia. - Sinto lama podre até nas conjunções da frase, quando penso. E logo: - Capacite-se de uma coisa. No Brasil só há um ato digno para um homem honrado: pegar de um revólver e salpicar com os miolos esta terra sinistra, e pulha, ao mesmo tempo! “Araripe Júnior Dilúvio de Lama. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, nº 39, p. 252.

⁴⁰⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. 28 de abril de 1893. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁰⁸ As “Canções sem metro” foram depois reunidas em um volume de edição póstuma.

⁴⁰⁹ No seu discurso de posse da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, em 1 de junho de 1900, Domício afirmou que iria falar do Pompéia de 12 anos antes com inteira segurança. In: **Recepção do Sr. Domício da Gama**, vols. I a IV, p. 45 a 52.

é corrosivo e traz consigo os fermentos da autodestruição..”⁴¹⁰ A influência de Pompéia sobre Domício da Gama perpassava a literatura, assim, quando da sua eleição para a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, Gama pediu a Rodrigo Otávio que trocasse com ele o nome da cadeira, para que ele ficasse com Raul Pompéia, o que de fato aconteceu. Otávio ficou com a de Tavares Bastos.⁴¹¹

Concomitante a tais episódios, o trabalho na missão prosseguia. Rio Branco utilizou a mesma estrutura cronológica e histórica empregada em Palmas e queimava seus cartuchos com a mesma atenção. Na memória entregue em 5 de abril de 1899, ele ressaltou: “a linha paralela ao amazonas reclamada pela França não foi estabelecida por qualquer tratado”, “A linha interna, segundo os Tratados de Badajós (1801) e Amiens (1802), partia da fonte do Araguari, mas era uma linha reta, que passaria ainda mais ao norte que a da Convenção de 1817. A linha do Tratado de Madri, anulada no momento da ratificação, também não era paralela ao Amazonas.”

Ao contrário da missão de Palmas, quando logrou manter atividades sociais, nesta missão, Gama, apesar dos convites recebidos, não conseguia o mesmo. Saía pouco e somente para o que chamava de “visitas de afeição” ou de “estrita obrigação”. Era uma “vida solitária entre a multidão”.⁴¹² Não havia tempo para fazer contos em um dia inteiro de trabalho, porque ele estava “obrigado ao trabalho interrompido, entrecortado por ocupações diferentes”.⁴¹³ Buscava uma mestra de português para as filhas de Rio Branco, no que pediu ajuda a Eça,⁴¹⁴ ajudava Veríssimo com a Revista Brasileira e efetuava viagens a serviço da missão. “Apago a lâmpada às duas horas muitas vezes e às nove da manhã já estou sentado à mesa, escrevinhando. Trabalho ingrato, que não vem à publicidade, mas

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Mas bem gostaria de trocar com o próprio Rodrigo Otávio, o Pompéia, que ele tomou, pelo Manuel de Araújo Porto-Alegre, José Bonifácio, Monte Alverne, Uruguai ou Magalhães, que escolheria por ordem de sucessão, se já outro tivesse tomado o meu patrono. Se esses mesmos tiverem sido tomados (veja se alguém toma o Santa Rita Durão, que eu não quero, mas que não pode ficar esquecido), recorro ao pobre mulato velho do Teixeira e Souza, de Cabo Frio. Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 07 de julho de 1897. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 238 a 239.

⁴¹² Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, Paris, 23 de abril de 1896. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 231 a 232.

⁴¹³ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27 de janeiro de 1897. In: Idem, p. 238 a 239.

⁴¹⁴ Carta de Eça de Queiroz a Domício da Gama. S.L. 06 de abril de 1897. CASTILHO, Guilherme. **Op. Cit.**, p. 382.

que é o pão e o dever, *don't you know!*⁴¹⁵ O próprio Rio Branco anotava em seu caderno o ritmo intenso dos trabalhos:

3 de abril. Só dormi duas horas, das 2 às 4 da madrugada. — 4 de abril. Às 6 da manhã terminei as últimas provas da Memória e mandei-as por Charles [Girardot] à tipografia Lahure. Não me deitei esta noite. Passeia em claro, e Raul também, a meu lado, para consultas. Gama conservou-se também a meu lado, dormindo um pouco sobre uma cadeira inglesa. Às 6 ½ segui para a tipografia para rever provas. Dei um passeio (depois de um mês de reclusão) pelo Jardim de Luxemburg e Boulevard Saint-Michel, e voltei para a tipografia, onde estive até ao meio-dia. A essa hora fomos almoçar, Lahure, Gama, eu, o Guillaume (o paginador) no restaurante Fleures. Às 2, terminada a revisão, fui tomar bilhetes para Berna, fazer compras, e visitar Lardy, ministro da Suíça. Partimos para Berna pelo trem das 9 da noite, via Pentatur, eu, Amélia, Raul e Gama.³⁶⁴

Os anos arrastavam-se, assim como a tentativa de solução entre os governos. Em 10 de abril de 1897, por meio de um termo de compromisso assinado no Rio de Janeiro pelos delegados do Brasil Ministro Gabriel de Toledo e Piza e da França, a solução do caso foi confiada à arbitragem do presidente da Confederação Suíça, Walther Hauser.⁴¹⁶ Rio Branco não concordou com essa saída, pois temia diferença de opiniões entre Rio de Janeiro e Paris. Mesmo assim, porém, o tratado foi ratificado.

Em meados de agosto, Domício da Gama conseguiu uma pequena folga e foi encontrar Eça em Plombières, para um tratamento de águas. Segundo Eça, ele trouxera de Paris duas grandes rugas encaveiradas⁴¹⁷ e, durante o período por lá, sem que Eça conseguisse explicar a razão, ele conseguira engordar um quilo “decerto meu. E aqui está a lealdade de um amigo! Quando hoje lhe lancei em rosto esta subtração ele ficou embaraçado”.⁴¹⁸ Mesmo assim, no seu retorno, continuou tentando cumprir os prazos para a revista de Veríssimo, a quem acumulava pedidos de desculpas, e para a revista de Botelho. Tentava ainda acompanhar as notícias do Brasil e as notícias do Tratado de Arbitramento. “Por enquanto só sabemos o que os jornais dizem, com muito atraso e com bastante incerteza. Os acontecimentos últimos [Guerra de Canudos, motins jacobinos, assassinato do Marechal Bittencourt, ministro da Guerra] não são feitos para melhorar a nossa situação

⁴¹⁵ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 27 de janeiro de 1897. **Op. Cit.**

⁴¹⁶ SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

⁴¹⁷ Carta de Eça de Queirós à Emília de Queirós, Plombières, 13 de agosto de 1897. CASTILHO, Guilherme. **Op. Cit.**, p. 394, 395 e 396.

⁴¹⁸ Carta de Eça de Queirós a Eduardo Prado, Plombières, 20 de agosto de 1897. DICIONÁRIO de Eça de Queiroz - org. de A. Campos Matos, 2ª Ed. revista e ampliada. Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 452.

diplomática.”⁴¹⁹

À mesma época, ultimava o *l'affaire Dreyfus* e a condenação do Capitão Dreyfuss. Domício, que acompanhara o caso,⁴²⁰ lamentava profundamente essa condenação e escreveu a Eça mostrando sua visão, a que este respondeu concordando com Domício.⁴²¹ Esse caso, debatido em tudo o mundo e que chegou a dividir a França, gerou um embaraço na Academia Brasileira de Letras. Na sessão de 1 de outubro de 1898, quando a Academia elegeu Émile Zola, o autor da carta *J'Accuse*, para sócio por correspondência por dezesseis votos a favor e um em branco, Eduardo Prado declarou, por carta, que não tomaria parte na votação. A justificativa era que este “aplauzo tão acentuado a Zola no momento atual, por ser o defensor de uma vítima, pode parecer uma condenação ou um estigma de muitos escritores tanto estrangeiros como nacionais que em várias épocas têm deixado indefeças ou mesmo atacado outras vítimas. Rio, 1 de outubro de 1898. Assinado. Eduardo Prado”.⁴²² O protesto de Prado esteve claramente relacionado à sua situação quando do lançamento do *Ilusão Americana* e da perseguição que sofreu.⁴²³

⁴¹⁹ Carta de Domício da Gama a Max Fleiuss, Paris, 23 de novembro de 1897. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 241-242.

⁴²⁰ GAMA, Domício da. Espiões alemães. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1896. Carta de Domício da Gama a Salvador de Mendonça, Paris, 20 de janeiro de 1898, BN, I-04,22,069; Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris 26 de agosto de 1898, AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴²¹ “Também eu senti grande tristeza com a indecente recondenação do Dreyfus. Sobretudo, talvez, porque com ela morreram os últimos restos, ainda teimosos, do meu velho amor latino pela França. Os suíços, querido Domício, não se enganam generalizando - e atribuindo o julgamento de Rennes “à própria essência do espírito nacional”. Quatro quintos da França desejaram, aplaudiram a sentença. A França nunca foi, na realidade, uma exaltada de Justiça, nem mesmo uma amiga dos oprimidos. Esses sentimentos de alto humanismo pertenceram sempre e unicamente a uma elite, que os tinha, parte por espírito jurídico, parte por um fundo inconsciente de idealismo evangélico. Não nego que aí por 1848, essa elite conseguiu propagar o seu sentimento na larga burguesia, sensibilizada, amolecida desde 1830 pela educação Romântica. Mas logo, com o Império, a França se recuperou, regressou à sua natureza natural, e recomeçou a ser como sempre, a Nação videira, formigueira, egoísta, seca, cúpida. Devia talvez acrescentar cruel - porque de fato todas as grandes crueldades da História Moderna, desde a guerra dos Albigenses até às Matanças de Setembro, têm sido cometidas pela França. O seu pretendido Humanitarismo e Messianismo do Amor Social é uma mera propaganda, montada pela Literatura Romântica - que já fazia rugir de furor o velho e vidente Carlisle. E o processo de Rennes provou que a mesma Bondade, a bondade individual, é nela rara, ou tão frouxa, que se some, apenas a França, por um momento, se constitui em multidão. Em nenhuma outra nação se encontraria uma tão larga massa de povo para unanimemente desejar a condenação de um inocente (que sentia inocente) e voltar as costas, ou mesmo ladrar injúrias, à sua longa agonia.” CASTILHO, Guilherme. **Op. Cit.**, p. 519-521.

⁴²² Atas da Academia Brasileira de Letras (1896-1908). Acesso em 18 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br/atas7.htm#_ftnref46>.

⁴²³ “No dia 4 de dezembro de 1893 o livro foi posto à venda nas livrarias de São Paulo e todos os exemplares prontos foram vendidos. Neste mesmo dia, mais tarde, o chefe de polícia proibiu a venda. Na manhã

À espera de nomeação para a missão especial em Berna, resultado do acerto do arbitramento, Gama esteve dividido entre cópias e traduções dos trabalhos da missão e de tentativas de completar uma coleção de contos para ver se deles faria dinheiro. O volume de trabalhos de tradução interferiria profundamente no seu ritmo de criação literária. Os rascunhos de contos inacabados ou recém-iniciados virariam a partir desses tempos algo comum em sua carreira literária. A sua relação com a Revista Moderna passara a ser espaçada e irregular, pois, como ele afirmara em carta a Max Fleiuss, “não posso me ocupar assiduamente de nenhum trabalho que possa embarçar ao que me fornece os meios de vida.”⁴²⁴ Lentamente a diplomacia avançava sobre a literatura.

A nomeação para a missão veio em 22 de novembro,⁴²⁵ juntamente com o recebimento do diploma de membro-correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Um ano antes, ele havia solicitado a Veríssimo que verificasse as condições para preencher a vaga. Gama tinha um amigo espanhol, que era geógrafo, chamado Elias Zerola, escritor de obras de crítica literária, estudos clássicos, um atlas e trabalhos geográficos. “Si V. achar boa vontade aí e alguém que o proponha, escreva-me, que mandarei aos proponentes amostras do valor do meu recomendado.”⁴²⁶ Para seu divertimento, já que somente havia atuado como tradutor e revisor da obra do amigo, “Veríssimo o fez geógrafo! Apenas em algumas cartas há trabalho meu de retificação de fronteiras, no Brasil e em África. No resto a obra é puramente de cartografia e o trabalho maior é do Zarola. Agora, como V. me fez geógrafo, vou aprender geografia, mas lentamente, como assenta a quem já não pretende subir por essa escada.”⁴²⁷

seguinte, a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceu à porta da oficina um delegado de polícia entrou na oficina e mandou juntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia.” MOTA FILHO, Candido. **Op. Cit.**, p. 218.

⁴²⁴ Carta de Domicio da Gama a Max Fleiuss, Paris 18 de dezembro de 1898. IHGB, CDG, Lata 472 Pasta 20.

⁴²⁵ O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da *República*, resolve nomear Domicio da Gama Secretário da Missão Especial na Suíça, com os vencimentos de 8 contos de reis (RS 8:000\$000) annuaes, ao cambio de 24 dinheiros esterlinos por mil réis. Capital Federal, 22 de novembro de 1898. Olyntho de Magalhães. Carimbo: Registrado a fls. 141v do livro 8 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 23 de novembro de 1898. IHGB, CDG Lata 645 Pasta 5.

⁴²⁶ Carta de Domicio da Gama a José Veríssimo, Paris, 23 de outubro de 1897. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 242.

⁴²⁷ Idem.

A vida em Berna era voltada às pesquisas da missão. As pesquisas seguiam em ritmo lento, muitas vezes porque os arquivos necessários eram antigos e falhos, em sua maioria. Às voltas com as memórias portuguesas, ele adiava indefinidamente as suas criações literárias. Do Rio, Capistrano de Abreu perguntava quando ele voltaria e alertava que “brasileiro muito tempo fora de sua terra, está inutilizado: olha o Alencar, olha o Salvador e outros que melhor que eu V. terá conhecido.”⁴²⁸ O longo trabalho de composição das memórias, que se prolongou ainda por 1889, incidiu, de modo pessimista, não somente no seu ânimo, como também em sua saúde. Rio Branco também não estava diferente. Preocupava-se com a falta de nomeação do filho Raul para a missão e entendia que, se perdesse a questão, não “valeria mais nada, mesmo para aqueles que tanto me aplaudiram por ocasião da minha primeira vitória arbitral”.⁴²⁹ O cansaço e a pressão dos cinco anos de trabalho duro pelo Oiapoque cobravam seu preço. Enquanto Rio Branco sentia-se ameaçado de combustão cerebral, conforme confessou a um amigo,⁴³⁰ Domício da Gama, após a entrega das memórias e traduções, dava mostras da depressão que o acometeria após o trabalho. Em uma carta ao barão do Rio Branco ele confessou que havia ido ao enterro de um amigo em Paris e, na igreja, chorado, algo que nunca havia lhe acontecido antes.⁴³¹

Três meses depois, ele tentava se esquivar de jantares oficiais em Berna, dizendo-se “mau garfo e mau copo para essas solenidades gastronômicas”.⁴³² A solidão do seu espírito agravava-se, exprimindo traços de melancolia. Em Paris, sentia-se menos solitário, pois buscava conforto no ambiente familiar de amigos, ainda que evitasse o convívio social. A divisão entre a diplomacia e a literatura não o levava a construir de nada sólido, e isso começou a prostrá-lo. Na mesma carta, rememorou o pai, que lhe havia dito que todas as suas intelectualidades eram palavras vãs e que somente o seu coração o impeliria na vida. Logo em seguida ele tomou consciência do interlocutor e escreveu: “Não sei por que

⁴²⁸ Carta de Capistrano de Abreu a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1899. BN, Coleção Capistrano de Abreu, I-01,09,088.

⁴²⁹ RIO BRANCO, Raul. *Op. Cit.*, p. 154.

⁴³⁰ Carta do barão do Rio Branco a Frederico Abranches. Confidencialíssimo. Berlim, 07 de agosto de 1902. AHI, APBRB, Lata 811, maço 1.

⁴³¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris 16 de outubro de 1899. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴³² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Paris 15 de janeiro de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

lhe escrevo estas coisas... Talvez por estar em hora de expansão psicológica. E também por sentir que não o aborreço em tão poucas linhas”.⁴³³ Esse desabafo demonstra não somente o conhecimento que ele tinha da personalidade do barão do Rio Branco, mas também a reserva com que todos o tratavam. Rio Branco tornara-se incapaz de se abrir, no campo pessoal. Talvez por essa razão, Joaquim Nabuco houvesse dito que Rio Branco era uma *esfinge*: “Creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes. Ninguém o penetrou nunca.”⁴³⁴

2.2.2 - O EXAME DE ENTRADA NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em fevereiro de 1900, as negociações do arbitramento ainda se arrastavam. O estado desanimado de Gama e Rio Branco também foi detectado em Joaquim Nabuco, que, lotado em Londres, acreditava que o resultado final estava distante ou, mesmo, duvidoso.⁴³⁵ Simultaneamente à missão Rio Branco, ocorria a missão Nabuco, referente à Guiana Inglesa, ou Pirara, quando dos auxiliares do barão, João Caldas Viana, solicitou troca de posto. Nabuco, apesar de não se sentir à vontade para solicitar outro auxiliar, disse à Viana que se sentiria satisfeito com as promoções de Domício e de Raul Rio Branco. “Se não fosse a consideração de ser o Raul promovido a 1º Secretário, desde logo talvez conviesse deixar o Domício com o Rio Branco até o fim da Missão deste, porque a minha, dadas certa hipótese em Londres, perca antes a razão de ser.”⁴³⁶

Nesse momento de desânimo na missão, surgiu um contratempo inesperado para Domício da Gama: o pedido de Olyntho de Magalhães, para que realizasse um exame escrito, que o qualificaria para a carreira diplomática. Ante o espanto de Domício, Olyntho alegou que o exame era uma mera formalidade, uma exigência legal. Para Joaquim Nabuco, ninguém poderia alegar que os serviços de Domício seriam diferentes dos de outros secretários, que poderiam ser promovidos a ministros, por estarem no quadro. “Ele começou do começo e nesse sentido tem a mesma carreira, isto é, o mesmo tirocínio e

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha Washington 17 de janeiro de 1907. *Apud*: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, p. 262-263.

⁴³⁵ Carta de Joaquim Nabuco a João Caldas Viana, Biarritz 19 de fevereiro de 1900. BN, Coleção Adir Guimarães, I-09,08,059; Fundaj - JN 14.271

⁴³⁶ Idem.

noviciado que os outros e em nossa diplomacia não habilitados como ele.”⁴³⁷ Essa discordância levou-o a pleitear a Olyntho a nomeação de Gama para o cargo de 1º Secretário da Legação em Londres ou, antes, o recebimento de um posto de Encarregado de Negócios.

O pedido também deixou Rio Branco inquieto e apoquentado. Este, além de considerar que o governo Campos Sales não estimava devidamente os seus serviços, ainda tinha queixas sobre seu antigo auxiliar na missão de Washington, Olyntho de Magalhães.⁴³⁸ Conforme dito a Frederico Abranches Olyntho, “apesar de amigo, depois da entrada para o ministério só me fez, desde o começo, coisas desagradáveis.”⁴³⁹ Para o Barão, Olyntho, que entrou no ministério sem exame, não fora justo para com Domício:

O Gama, que serviu comigo desde 1895 até 1900 foi collocado no último lugar da lista dos 2º secretários, quando serviu sempre de 1º figura nessa lista abaixo de mocinhos que começaram muito depois d'elle, só é considerado Secretário, e 2º, depois que foi nomeado para uma Legação em 31 de dezembro de 1900.(...) Estava esperando pelo seu sucessor para tratar de arranjar e regularizar estas cousas, isto é, a minha situação official, a de meu filho e a promoção a que tem direito Domício da Gama, que começou a servir em 1893, mezes depois de entrar para a carreira o Olyntho, que em 5 anos chegou, moço a Env. Extr. Saiba você que o Olyntho, que entrou para o quadro sem exame, obrigou o seu amigo Domício, membro da Academia Brasileira, e depois de sete annos de serviço nas mesmas missões a fazer exame de menino, na Secretaria.⁴⁴⁰

Entende-se que parte da atitude de Olyntho explica-se por causa da sua própria história no Ministério das Relações Exteriores. Ao assumir o cargo de ministro, em 1898, a convite de Campos Salles, ele criou um novo regimento para as Legações da República, revogando 65 anos de vigência do decreto imperial, de 15 de maio de 1834, sobre normas diplomáticas. Conforme Flávio Mendes ressaltou, essa reforma foi, de fato, “uma trilogia, composta de um Novo Regimento para as Legações, e duas consolidações, uma para o Serviço Consular e outra para o Serviço Diplomático, tarefa hercúlea que por si só justificaria para Olyntho de Magalhães o título de Primeiro Consolidador da Legislação

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 229.

⁴³⁹ Rio Branco sublinhou a palavra amigo no original. Carta do barão do Rio Branco a Frederico Abranches. Confidencialíssimo. Berlim, 07 de agosto de 1902. AHI, APBRB, Lata 811, maço 1, p. 10.

⁴⁴⁰ Carta do barão do Rio Branco a Frederico Abranches. Confidencialíssimo. Berlim, 07 de agosto de 1902. AHI, APBRB, Lata 811, maço 1, p. 9.

Diplomática e Consular Brasileira.”⁴⁴¹ Nessa reforma, ele manteve partes do Regulamento Paulino José de Souza, o visconde do Uruguai, do decreto de 20 de março de 1852, que havia estabelecido não somente a necessidade do exame, mas como o próprio programa do ministério. Então, o pedido de Magalhães estaria na observância do regulamento.

No entanto, a questão do exame ainda parece carecer de explicações mais plausíveis, porque, concomitante ao pedido de Magalhães, estava tramitando no Congresso um decreto que previa a entrada de Rio Branco e a de seus auxiliares no quadro diplomático. O referido decreto previa não somente o seu tempo de serviço, mas também preferência para as primeiras nomeações.⁴⁴² Assim, causa estranheza o fato de Magalhães insistir no pedido de exame de Gama, sabendo que este também estaria contemplado pelo referido decreto. Domício, porém, apesar de não se sentir à vontade com a situação, aquiesceu, ante a insistência de Olyntho, e partiu para o Rio de Janeiro com a intenção de pouco se demorar ou, mesmo, não ir, se escutasse seus pressentimentos.⁴⁴³ Ao lá chegar, procurou Olyntho para conversar, e o primeiro “resultado da nossa primeira conversa foi telegrafar ao Caldas Viana ao Nabuco dizendo que podia requisitar-me para secretário da Missão em Londres. O Raul ficará como seu único secretário. Amanhã irei conversar sobre a medida legislativa que nos meterá no quadro contando tempo desde Washington.”⁴⁴⁴ Contudo, uma semana depois, essa medida ainda mostrava-se praticamente no mesmo compasso.

Falei ao Olyntho e este mostrou-se receioso do Congresso. Sondei vários membros das duas casas e em todos encontrei boa vontade. A bancada paulista manifestou-se calorosamente e lhe hipoteca o seu voto. Serzedelo idem (fiz-lhe presente da sua medalha). Elias Fausto foi falar ao Presidente. O Bulhões (Leopoldo) me disse que, encaminhada pelo Senado, a coisa iria mais depressa. Em suma, só depende da vontade do governo a regularização da sua situação e eu só tenho medo dos escrúpulos administrativos do Olyntho que me parece mais conservador do que o Sr. Esta noite parto para S. Paulo e lá me demorarei três dias. Na volta submeter-me-hei ao tal exame de suficiência, por insistência do

⁴⁴¹ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983, p. 171.

⁴⁴² Carta do barão do Rio Branco a Frederico Abranches. Confidencialíssimo. Berlim, 07 de agosto de 1902. AHI, APBRB, Lata 811, maço 1, p. 7.

⁴⁴³ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Paris 29 de março de 1900. Fundaj, CP P60 DOC 1319.

⁴⁴⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro 09 de maio de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

Olyntho. Já chegou telegrama do Nabuco requisitando-me para a missão em Londres, mas só serei nomeado nas vésperas de partir.⁴⁴⁵

O que chama a atenção para as entrelinhas da carta a Rio Branco é o comportamento de Olyntho de Magalhães. Ele, apesar de ser apresentado como um homem precavido e tomado por escrúpulo administrativo, ainda que insistente quanto à feitura do exame, não recebeu críticas de Domício da Gama. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de Gama não acreditar em Rio Branco, quando este dizia que Olyntho não era seu real amigo. Assim, ele não observa, em momento algum, que a inação de Olyntho de Magalhães no Congresso, mesmo este se mostrando de boa vontade, conforme expressão de Gama, para com o projeto de lei, era de fato prejudicial a ele.

Um mês depois de sua chegada ao Brasil, o ambiente para o projeto parecia mais favorável a Rio Branco do que estivera antes, graças à ação de Domício da Gama. “O presidente estava de acordo com ele [o projeto] e o Elias Fausto toma a coisa a si para a promover na Câmara, de acordo com o Leopoldo Bulhões no Senado. No Senado já sabemos que o Gomes de Castro objecta, por amor dos princípios e da carreira. Prefere que se faça uma lei pessoal e nominal recompensando os seus serviços. Mas essa opinião é modificável.”⁴⁴⁶ Gama ainda aproveitou a visita para negociar um aumento na ajuda de custo para Rio Branco, apesar de Olyntho alegar que não a poderia mandar completar, por estar em fim de exercício. A solução seria o envio de 10:000\$000, a título de gratificação pela memória sobre a Guiana Inglesa. Porém, Magalhães hesitava em enviá-la, por não “haver explicação nenhuma a dar e não parecer que se pagou o seu trabalho inapreciável. Entendo que esta é a melhor solução. Na escrituração não seria explicado o emprego dos 10:000\$, naturalmente o Olyntho é peiado pelo Cabo Frio, pela 4ª seção, pelo Tribunal de Contas, pela timidez natural. Mas tem boa vontade e compreende bem as coisas.”⁴⁴⁷ Na mesma carta, ele notificou Rio Branco sobre a criação de uma vaga em Berlim, especialmente para ele, por Olyntho, caso este não conseguisse lhe dar Lisboa. Magalhães havia pedido a Domício que este enviasse um telegrama diretamente a ele, para evitar despertar a curiosidade da Secretaria sobre a preferência do Barão. O subterfúgio

⁴⁴⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1900. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁴⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro 05 de junho de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁴⁷ Idem.

combinado fora: “Guilherme como sinônimo de Berlim e Carlos como o de Lisboa.”⁴⁴⁸

Ao final, após Domício satisfazer a formalidade legal do exame, Olyntho resolveu que o deixaria na missão do Oiapoque, embora titular do posto em Londres, mas não como primeiro-secretário, conforme sugestão de Nabuco, e sim segundo-secretário, por falta de vaga no quadro. “Ainda não escrevi ao Rio Branco. A minha saída de Berna promoverá o Raul. Mas não sei se ele não precisará ainda de mim por dois ou três meses. Lá veremos.”⁴⁴⁹ Segundo-secretário significou de fato, ingresso pelos meios normais, conforme previsto pelo regulamento, ou seja, ainda que Magalhães, mais que ninguém, tivesse ciência da insuficiência numérica de pessoal no ministério, especialmente o pessoal qualificado, optou por não reconhecer os sete anos de trabalhos de Domício da Gama nas missões especiais. Ele, de fato, não o promoveu; antes, rebaixou-o ao cargo ao que este havia sido nomeado em 1893.

2.3 – APOSENTADORIA DE JOÃO CHINCHILA?

O estado de espírito de Domício da Gama não havia serenado com a oficialização do seu ingresso no ministério. Assim, porém, ele concordou com o convite de Machado de Assis para tomar posse de sua cadeira 33 na Academia. A Rio Branco, Domício disse estar sem as idéias arrumadas e mesmo com dificuldades para escrever, o que o deixava receoso sobre se conseguiria, de fato, escrever algo sobre Pompéia. O rascunho do seu discurso, rabiscado no seu arquivo da ABL, reforça a sua queixa.⁴⁵⁰ Contudo, apesar de todos os problemas, a sua alocução foi finalizada e, a 1 de junho de 1900, foi recebido pelos membros da Academia no Real Gabinete Português. O discurso teve um tom melancólico, não somente pela história de Pompéia, mas também pelo próprio estado de espírito de Gama, que optou por falar de um Pompéia vívido em sua memória, o caçador de epígrafes, porque “com epígrafes pode-se concentrar num livro toda a poesia humana”, de 1888: um entendedor da arte, “que tem um fim social, devia representar o que o artista tivesse em mente, que seria belo quando avultasse e vivesse livre de certas regras estreitas, fora das

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Paris 09 de maio de 1900. Fundaj, CP P62 DOC 1370.

⁴⁵⁰ ABL. ADG 09.4.11.

contingências da estética corrente.”⁴⁵¹

De volta à Europa, foi atacado pelo reumatismo nos pés, nos joelhos e na mão direita,⁴⁵² que o pôs de cama por semanas. Os meses de julho e agosto, porém, não lhe foram pessoalmente favoráveis, já que a única boa notícia recebida, além do expediente de sua habilitação para o corpo diplomático, foi a dedicatória que Capistrano de Abreu lhe fez no seu livro sobre o descobrimento do Brasil. Ainda assim, ele procurava tratar de questões profissionais, como dizer ao Barão que não havia inconvenientes em colocar o Raul na lista diplomática, no posto que ele tivesse na missão especial: “Explicações, não há nenhuma a dar. É uma promoção *sur place*. Se viesse um de fora para o meu lugar é que haveria ocasião para questões malévolas.”⁴⁵³ Também aproveitou para interceder junto a Tobias Monteiro pela nomeação de Rio Branco para Lisboa, conforme desejo deste, e para pedir a Nabuco que falasse a José Carlos Rodrigues sobre a situação embaraçosa na qual o Barão se achava, sem saber o seu destino após a Missão Especial.⁴⁵⁴ Rio Branco também se preocupava como ele. Em 30 de outubro de 1900, Rio Branco escreveu a Olyntho comunicando não somente a finalização dos trabalhos da missão, mas fazendo elogios à pessoa de Domício e ao seu trabalho:

Devendo findar brevemente os trabalhos desta missão, for-me de grande prazer a certeza de que os serviços do Sr. Domício da Gama serão aproveitados em outra não menos importante pelo seu objecto e, demais, dirigida por um Brasileiro illustre já o conhece e estima devidamente, mas, por outro lado, não é um grande sentimento que vejo obrigada a hora de separar-me de um collaborador e amigo certo como elle, a quem sou grato pelo seu zelo e lealdade e cujo espírito culto e raras qualidades pode apreciar durante dez anos em que commigo trabalhou, primeiro em comissão do ministério da agricultura, depois em comissões do Ministério das Relações Exteriores.⁴⁵⁵

⁴⁵¹ Recepção do Sr. Domício da Gama. ABL. **Discursos acadêmicos** (1897-1919), vol. I a IV, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 45 a 52.

⁴⁵² Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 15 de outubro de 1900. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 246 e 247.

⁴⁵³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Paris 18 de junho de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁵⁴ “E, se o Presidente não intervier pessoalmente, é provável que a Secretaria não se dê pressa em resolver sobre para seu caso. Elle lá "só conta amigos", como o Sr. sabe, e esses amigos são o que há de mais nocivo no seu caso particular. Para provocar essa intervenção presidencial é que a do Rodrigues se torna necessária. Elle pode agir efficazmente e sem indiscrição como amigo particular de ambos. E prestará d'essa maneira serviço a todos que nos interessamos pelo bom andamento das coisas públicas e administrativas.” Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Paris, 18 de agosto de 1900. Fundaj, CP P66 DOC 1433.

⁴⁵⁵ Despacho do barão do Rio Branco a Olyntho de Magalhães, 30 de outubro de 1900. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

Segundo Eduardo Prado, o mês de agosto sempre foi terrível e misterioso; o de 1900, mais ainda: “como ele anuncia o século XX!”.⁴⁵⁶ Para Domício da Gama, aquele foi o agosto especialmente terrível. Preso à cama pelo ataque reumático, ele soube das mortes da sua mãe, logo após seu retorno à França, de Eça de Queiroz, em Paris, e de Ferreira de Araújo. Em carta à Emília de Queiróz, ele confessou: “Na mesma semana recebo a notícia da morte de minha mãe e da de Queiroz. Nem sei dizer qual das duas mais me aflige. Só sinto que desapareceram ao mesmo tempo dois dos grandes interesses da minha vida e é um grande desalento a perda dos amparos da aflição que a gente tem no mundo.”⁴⁵⁷ A Nabuco, confessou que foram momentos “em que parece que se nos esvasia o coração.”⁴⁵⁸ Um mês depois, quando da saída de sua nomeação para a Missão Especial na Grã-Bretanha,⁴⁵⁹ a sua saúde ainda não estava restabelecida e o seu estado era melancólico. Em carta a Nabuco, pediu por mais tempo, para que pudesse se apresentar condignamente, e não andando com esforço por causa dos pés doloridos. Nabuco concordou, mas não sem alertá-lo que a causa da prolongada doença talvez fosse o pessimismo com ele havia ido ao Brasil. Afinal, “ninguém conhece o segredo das relações do físico com o moral, e a sua doença pode muito bem ser resultado da decepção muito natural que experimentou em sua viagem. Seu espírito pode ser superior a essas coisas, mas a planta humana nutre-se de sucos igualmente desconhecidos ao organismo e a razão, e talvez lhe faltasse a dosagem de simpatia que é indispensável á natureza.”⁴⁶⁰

Talvez tenha sido a certa análise de Joaquim Nabuco, ou a busca de lembranças de tempos felizes, que o tenha animado a buscar a cura pelas águas. Apesar de sentir poucas mudanças físicas, já que voltou ainda movendo-se com dificuldades e escrevendo a custo, havia melhorado a alimentação. O fato, porém, foi que ele retornou matutando sobre a mudança de ambiente. Ele estava, conforme confessou a José Veríssimo, com medo do que a umidade de Londres impingiria à sua convalescença. O temor estava de fato

⁴⁵⁶ MOTA FILHO, Candido. **Op. Cit.**, p. 281.

⁴⁵⁷ LYRA, Heitor (s/d), p. 531.

⁴⁵⁸ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Paris, 18 de agosto de 1900. Fundaj, CP P66 DOC 1433.

⁴⁵⁹ O Ministro do Estado das Relações Exteriores em nome do Presidente da república resolve nomear Domício da Gama. Secretário da Missão Especial na Grã Bretanha, com os vencimentos de 8 contos de reis (RS 8:000\$000) annuaes em ouro. Capital Federal, 15 de Setembro de 1900. Olyntho de Magalhães. Carimbo: Registrado a fls. 69 do livro 8 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 17 de setembro de 1900. MRMenezes. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

⁴⁶⁰ Carta de Joaquim Nabuco a Domício da Gama, 23 de setembro de 1900. *Apud*: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, p. 84-85.

enraizado em outra razão: Domício sentia-se sem referências de vida. “Se me der mal em Londres, pedirei uma licença e irei para alguma terra quente e seca, apesar do tédio que trás a solidão dos quartos de hotel para o retraído que sou. [...] A morte do Eça abriu-me um grande buraco cá na Europa. A tristeza maior é que se morra tanto.”⁴⁶¹

Conforme afirmado no capítulo anterior, a Europa havia sido o local onde ele solidificara suas referências pessoais e profissionais, as quais haviam ocorrido pelas amizades de Prado, Eça e Rio Branco, em cenas de camaradagem e de estudos. Perder Queiroz, alvo da sua admiração incondicional, não somente como pessoa ou escritor, mas também o convívio familiar com a “querida cambadinha”,⁴⁶² tirou-lhe, de fato, uma generosa parte de suas referências fundamentais. Dois anos depois, ele diria a Graça que era “um gozo piedoso reler o Eça. Parece-me ouvi-lo contando ou discorrendo, aquela alma generosa e simples, Era ontem aniversário da pequena Maria, minha amiga. Faz-me tanta falta a casa de Neuilly!”⁴⁶³ Nas suas lembranças posteriores, Maria recordou que, mesmo após a partida do pai, Domício “não abandonou as duas senhoras que ficavam bastante sós”.⁴⁶⁴

Em novembro, iniciou os preparativos para viajar a Londres, “ainda que não conseguisse calçar-se direito”, para não prejudicar a Raul, que precisava tomar posse de seu cargo. Esse plano, contudo, foi adiado, em razão de Rio Branco haver pedido que fosse a Berna, acompanhar a leitura do laudo, que seria feita ao mesmo tempo na Embaixada francesa e na residência oficial de Rio Branco. Em 1º de dezembro de 1900, a decisão arbitral concedeu ao Brasil a posse definitiva da região. Com isso, no ensejo comemorativo, o Congresso brasileiro concedeu a Rio Branco uma dotação anual de 24:000\$000, extensiva aos seus filhos e filhas, mais um prêmio de 300:000\$000. No rastro do resultado do laudo, a lei sobre oficialização da carreira diplomática, que durante seis meses tramitara lentamente pelo Congresso, foi aprovada e, por meio dela, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Magalhães de Azeredo entraram oficialmente para o

⁴⁶¹ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, 15 de outubro de 1900. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 246 e 247.

⁴⁶² Carta de Domício da Gama a Emília de Queiroz, Paris, 17 de janeiro de 1901. *Apud*: LYRA, Heitor (s/d), p. 534

⁴⁶³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha. VIANA FILHO, Luís. **Op., Cit.**, p. 269.

⁴⁶⁴ CASTILHO, Guilherme. (org.) **Op. Cit.**, p. 52.

corpo diplomático. José Estevão, em seu *Cartas sem título*, adicionou o nome de Domício da Gama à lista,⁴⁶⁵ porém, este não foi contemplado pela lei, ou estaria duplamente incluso no serviço diplomático, por conta da lei e do exame. Entretanto, como a lei previa o reconhecimento retroativo do tempo de trabalho nas missões, a ele restava a esperança de que o ministro Magalhães reconhecesse o seu tempo de serviço como primeiro-secretário e o promovesse a encarregado de negócios. Ao mesmo tempo, porém, em que a lei foi proclamada, Olyntho exonerou-o do cargo em Londres, renomeando-o para a legação da Santa Sé, e não como primeiro-secretário, nem Encarregado de Negócios, mas ainda como segundo-secretário.

O desânimo pela falta de definição de seu destino voltava a incidir diretamente sobre a sua saúde. Contou a José Veríssimo que o nervosismo por causa de um atraso na entrega do relatório de Berna pedido por Nabuco causara uma crise de estômago.⁴⁶⁶ De fato, a razão da crise não era profissional. Domício estava compartilhando com Veríssimo uma dúvida existencial antiga, sobre dedicar-se a diplomacia ou literatura, diante da qual este o aconselhou a não largar a diplomacia. Domício acabou por concordar: “Você tem razão: a monção não é boa para ir começar a vida no Rio (porque eu iria começar aos 38 anos...) e já agora, por amor do ordenado, deixo-me ficar, até que se apresente alguma boa ocasião de começar com esperança de futuro ou que desanime de viver nalgum mau posto.”⁴⁶⁷ Ao mesmo tempo, ele ressaltava que, “livre da literatura geográfica e diplomática das missões especiais”,⁴⁶⁸ havia voltado à estética iniciando os trabalhos para um novo livro, tirando “uns contos do meu volume, acrescentei uma dúzia de novos e dou uma edição melhorada dos meus contos.”⁴⁶⁹

Tal perseverança literária, que ele uma vez afirmara ter a Eça, bem como suas dúvidas existenciais, podem ser lidas no prefácio do livro, para o qual ele iniciou os preparativos, sob o título de *Histórias Curtas*. Nele, Gama disse “o espetáculo incessantemente repetido das falências da ambição pessoal serviria apenas para provar que

⁴⁶⁵ ESTEVÃO, José. *Cartas sem título*. Rio de Janeiro: Tip. *Jornal do Comércio*, 1902, p. 219 a 227.

⁴⁶⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 08 de janeiro de 1901. ABL, AGA10 3 13.

⁴⁶⁷ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, Paris, 25 de janeiro de 1901. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 231 a 232.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Ibidem.

o fim da vida não é a felicidade definitiva e consciente do indivíduo, porém que dá esperança, do sonho do melhor, do incontentamento de cada um de nós se gera o movimento que aproveita a espécie.⁴⁷⁰ A que falências ele se referia? Em janeiro de 1899, portanto, dois anos antes, ele havia feito um texto claramente autobiográfico para Maria Eça de Queiróz, sobre um poeta-ministro intitulado João Chinchila. Nele, o menino, Chinchila, nascido à beira das lisas praias, nunca objetara contra o que considerava fantasia dos mais velhos, pois entendia que “há casos em que mais vale não discutir, quando a divergência de opiniões vem desde os princípios”.⁴⁷¹ Chinchila que, quando homem, sempre fazia a vontade dos outros, cordato e paciente,

partiu sem discutir a fantasia do seu destino e viveu longos anos em terra estrangeira a vida maquinal que levava junto dos seus desde o dia em que lhe impuseram o jugo do A B C⁴⁷². O olhar vago e desatento, a boca sem sorriso e o coração fechado, o apagado da expressão e a reserva extrema de sentimentos deram-lhe prestígio, ameaçaram de fixar-lhe o destino, fora da sua missão na vida. João Chinchila via com tristeza acumularem-se as condecorações sobre a terceira ou quarta farda bordada da sua carreira diplomática e já pensava morrer ministro, quando o incidente inesperado e providencial veio libertá-lo e restituí-lo à independência civil, facilitar-lhe a realização dos sonhos de menino.⁴⁷³

Em março, ele foi nomeado para a legação junto ao Vaticano, mas mandado servir na de Londres, o que Gama considerou como um duplo prejuízo, porque o seu ordenado seria reduzido, já que a Missão Especial mudara de status, passando a ser considerada como serviço ordinário de Legação “na cidade onde a vida é mais cara”.⁴⁷⁴ Mesmo com essa transferência “de grego”, ele não parou de considerar Olyntho de Magalhães um amigo íntimo e, por isso, não podia “reclamar contra os seus abusos de amizade”.⁴⁷⁵ Apesar dos pesares financeiros, Londres fez muito bem a ele, não somente pelo convívio com os Nabuco, mas também pela presença de Graça Aranha, que, naquele momento, estava escrevendo *Canaã*, a sua grande obra, e Domício ajudou na revisão. E esse ambiente foi-lhe literariamente animador, pois ele escreveu um texto sobre o Barão e terminou de organizar as suas *Histórias Curtas*, que pretendeu ser forte e saudável, no sentido de ser

⁴⁷⁰ Notas para o meu melhor leitor, Londres 15 de maio de 1901. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. I-XVI.

⁴⁷¹ João Chinchila. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. 283-292.

⁴⁷² O ABC aqui ganhou um contexto precognitivo e mesmo dúvida porque não respondia a que caminho se referia. As letras ou a diplomacia.

⁴⁷³ João Chinchila. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. 283-292.

⁴⁷⁴ Carta de Domício da Gama a Emília de Queiróz, Londres, 05 de março de 1901. *Apud*: LYRA, Heitor (s/d), p. 536 a 538.

⁴⁷⁵ *Idem*.

menos pessimista. Era um trocadilho para quem sentia que a sombra maior era a interior: “Essa é minha escuridão familiar, em que me movo sem tropeço, numa segurança relativa, pois nela vivo e lido e canto e falo a mim mesmo e me faço companhia e guardo contra os fantasmas da Pena.”⁴⁷⁶

Em agosto de 1901, Olyntho, após haver consultado Domício sobre uma possível ida para Roma, subitamente removeu-o para a legação em Bruxelas, ainda como segundo-secretário.⁴⁷⁷ A essa notícia somou-se outra grande perda pessoal, a morte de Eduardo Prado, aos 41 anos, de febre amarela, no Brasil. Com o fim do irrequieto Prado, a quem Domício associara “tantos anos da minha vida na Europa, de viagens juntos, de sensações de arte, que me fez conhecer”,⁴⁷⁸ ele sentira mais um ciclo europeu finalizar. Em carta a Graça Aranha, recapitulou como haveria sido a sua vida até então: “Eu tenho muito intensa a vida da memória. Acabarei mesmo por só viver nella. Serão então os bons livros, feitos com bocados de mim mesmo, argamassados de saudade do que foram os meus amores, do que fui eu próprio e do que não pude ser.” A essa perspectiva, ele acrescentou: “Até lá irei fingindo muito interesse pelo que geralmente interessa aos outros, afirmando, discutindo, lidando por negócios que não são os meus (João Chinchilla já está Encarregado de Negócios!), até que venha a independência da decrepitude, e com ella o crédito dos annos vividos honestamente.”⁴⁷⁹

Ele previa que, em Bruxelas, estaria em uma situação desconfortável, por assumir como segundo-secretário, com a vivência e o tempo de serviço reconhecidos de primeiro-secretário por decreto, mas com a responsabilidade de um Encarregado de Negócios, o que não somente aumentava o seu desgosto, mas também o impedia de melhorar o salário. Lá, viu-se às voltas com protocolos, estudos do sistema eleitoral e também com estudos literários e a revisão de Canaã. Em Bruxelas, Gama vivia descontente consigo mesmo.⁴⁸⁰ Aos quarenta anos, as dúvidas sobre os caminhos de sua vida juntaram-se às que sempre o

⁴⁷⁶ Notas para o meu melhor leitor, Londres 15 de maio de 1901. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. I-XVI.

⁴⁷⁷ O Ministro de estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da república resolve remover da legação junta à Santa Sé para a Legação em Bruxellas o 2º Secretário Domício da Gama. Capital Federal, 8 de agosto de 1901. Olyntho Magalhães. Carimbo: Regist. a fls. 89 do livro 8 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 09 de agosto de 1901. IHGB, CDG, Lata 645 pasta 5.

⁴⁷⁸ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, 31 de agosto de 1901. Fundaj, CP P79 DOC 1703.

⁴⁷⁹ Carta da Domício da Gama a Graça Aranha, Paris, 15 de outubro de 1901. AGA, 10.3.13.

⁴⁸⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 18 de agosto de 1901. ABL, AGA 10.3.13.

assolaram: literatura ou diplomacia. Nesse momento, ele pendia para a literatura e havia chegado a consultar Olyntho Magalhães sobre sua aposentadoria, e este havia respondido que ele podia dar fundo em Bruxelas,⁴⁸¹ como segundo-secretário. O teste para saber se iria realmente levar esse plano adiante estava em torno de as suas *Histórias Curtas* darem ou não um retorno do investimento de dois mil francos, que ele fizera em sua edição. A partir dessa possibilidade, consegue-se perceber uma mudança de seu humor nas cartas trocadas com Graça. Ele passou a tratar os incidentes da sua vida, como as diversas doenças, “o que não tenho eu tido”,⁴⁸² e as idéias de trabalho que recebia com uma fina ironia. Essa mudança de comportamento ocorreu porque, no fundo, não se sentia interessado ou preso a nada.

Se eu desse para géographo em vez de poeta moralista? (...) De noite pediram-me que eu fizesse conferencias em Antuérpia e que expuzesse os meus trabalhos geográficos - o Carvalho espalha que tenho um Atlas, que elle o tem as com os do Rio Branco. Assim se fazem os jacollists... mas v. não me vê dispersando-me à la Taunay, não é? O Garnier queria que eu lhe fizesse um dictionário de rimas, o Carvalho quer que eu estude Direito, mas que antes d'isso escreva um trabalho sobre a pessoa jurídica do Papa. O Rio Branco entendia que eu devia escrever sobre heráldica e sobre história diplomática. As moças querem que eu escreva romances... E o que mais faço agora de escripta é copiar o estylo do Torcas)⁴⁸³

Simultaneamente a essa expectativa de redefinição de carreira, a diplomacia seguia menos atrativa. A sua ansiada promoção poderia sair se ele fosse para o Peru, mas havia um rumor no meio que dizia que ele preferia Paris. Ele chegou a comentar com Graça Aranha: “Acha v. que vale a pena mover um dedo para rectificar a legenda intrigante e de baixa política? [...] O Amaral merece certamente passar adiante de mim, que passou tormentos com a liquidação paterna, de que me contou triste e gravemente a scena lamentável da penhora dos bens para o pagamento das dívidas.”⁴⁸⁴ Ele não estava profundamente preocupado com o que se lhe descortinaria no âmbito da diplomacia, porque a notícia que ele mais esperava causou-lhe um profundo aborrecimento. O seu livro não havia tido vendagem alguma, porque a Gazeta de Notícias o havia distribuído de graça. “Mas a mim mesmo o Alves nunca escreveu uma carta sobre o livro, nem mesmo para dizer que recebeu a edição. E é uma perda de dois mil francos que me serviriam para

⁴⁸¹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 21 de janeiro de 1902. ABL, AGA 10 3 13.

⁴⁸² Carta da Domício da Gama a Graça Aranha, Paris, 21 de agosto de 1901. AGA, 10.3.13.

⁴⁸³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 10 de dezembro de 1901. ABL, AGA 10.3.13.

⁴⁸⁴ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 21 de janeiro de 1902. ABL, AGA 10 3 13.

imprimir o das viagens.”⁴⁸⁵ O prejuízo havia sido não somente financeiro, mas também pessoal, e isso em tempos em que escrevia com mais esforço e fadiga do que antes. Dizia: “Talvez por isso ande a branquear-me o bigode à carreira.” Abatido com tais revezes e também por sentir-se fora do lugar, já que se via como “o mais graduado como [também] o mais avançado em annos”, ou “por toda a parte já me sento com velhos”,⁴⁸⁶ ele confessava ao Barão que sentia a cada “dia a inutilidade do esforço por agradar, da representação”.⁴⁸⁷

2.3.1 - SECRETARIAR O BARÃO NO ITAMARATY OU PERMANECER NA EUROPA?

A finalização dos trabalhos da missão de Berna não diminuiu o contato entre Rio Branco e Domício da Gama. As visitas a Berlim eram freqüentes, e, nelas, assuntos pessoais e políticos eram discutidos. Gama manteve para com ele a mesma honestidade no trato, mesmo que fosse sobre um ponto sensível para o Barão como, por exemplo, sobre o filho que havia feito uma revolução em sua vida “que me fez tomar rumo”⁴⁸⁸: Raul. Em janeiro de 1902, Gama advogou por Raul para que o pai o deixasse ir para Londres, servir com Nabuco, dizendo que não aprovava a sua preferência de mantê-lo “ao pé de si e o Sr. bem sabe que é do interesse dele sair da sombra que o pai projeta”.⁴⁸⁹ O argumento usado por ele foi o de que Raul deveria também ser conhecido por estranhos, ainda que isso “custe ao seu coração de pai e lhe aumente a solidão. A regra é que nos sacrifiquemos pelos que amamos”.⁴⁹⁰ Essa situação viria a ser uma prévia do dilema pelo qual ele mesmo passaria, um ano depois.

No início de julho de 1902, o presidente eleito, Rodrigues Alves, convidou Rio Branco para a pasta das relações exteriores, por intermédio do ex-presidente Campos Salles: “Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta Exteriores e encarregou-me de consultá-

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 01 de março de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 61.

⁴⁸⁹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 14 de janeiro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁴⁹⁰ Idem.

lo, esperando de seu patriotismo não recusará. São esses também meus votos.”⁴⁹¹ A primeira reação de Rio Branco foi recusar e, para tal, alegou problemas de ordem de saúde, projetos de historiador, familiares e monetários.⁴⁹² Defendeu, ainda, que o cargo seria mais bem ocupado por Joaquim Nabuco: “o homem mais completo que o Brasil possui hoje para a pasta das Relações Exteriores, pela preparação especial, de que tem dado tantas provas em atos e escritos notáveis, pelo tato diplomático, e também pelas qualidades brilhantes de reformador.”⁴⁹³ Ao mesmo tempo, Nabuco entendia que, de fato, o homem mais completo para a pasta das relações exteriores era o próprio Rio Branco e, por telegrama, incitou-o a não hesitar em aceitar o convite: “Pense no nome do seu pai. [...] Você já escreveu: vá agora fazer história”.⁴⁹⁴ Quinze dias depois do recebimento do convite, Rio Branco pediu a Domício que fosse a Berlim conversar com ele. No seu retorno, Gama comentou com Graça as suas impressões:

Na semana passada estive em Berlim, chamado por telegrama na 2a.f. Achei o Barão quasi decidido a aceitar a proposta dos Presidentes, em que se fazia apello ao seu patriotismo. É a maneira mais pérfida de forçar a decisão de um homem, que, embora não queira, é figura nacional. Por outro lado, o desejo de reformar a Secretaria "sem brigar com o Cabo Frio..." Penso que elle aceitará. Mas, é um grave passo o que ele dá aceitando, que as dificuldades materiais da sua vida no Rio vão afligi-lo talvez mais que as da sua tarefa administrativa. Entretanto, ninguém escapa à sua sorte⁴⁹⁵, e quem sabe se a fortuna que no estrangeiro o tem acompanhado não seguirá o Barão até o fim! Uma coisa é preciso que o Sr. Nabuco faça para ajudar o amigo n'esse transe: offerecer-lhe mandar-lhe o filho por uns dias. O Raul é um grande conselho para o pae e servirá de muito para a decisão a tomar quanto à mudança detalhes materiaes, arranjos de parte da família que fica na Europa, etc. A baroneza de Berg carece do Raul para assentar no que é preciso fazer para aliviar o pae d'essa parte de cuidados.⁴⁹⁶

Doze dias depois, Rio Branco ainda não havia aceitado a proposta. A preocupação de Gama para com Rio Branco também estava expressa em outra carta, a Sylvino Gurgel do Amaral. Nela, Domício dizia que a entrada de Rio Branco no ministério seria para ele “puro sacrifício. De certo ele se arrependerá muitas vezes de ter aceitado a empreitada, mas

⁴⁹¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 208.

⁴⁹² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 244.

⁴⁹³ Carta do barão do Rio Branco a Rodrigues Alves. *Apud*: LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 246.

⁴⁹⁴ *Idem*.

⁴⁹⁵ Domício escreveu sua sorte e não má sorte conforme grifado por Luiz Viana Filho. VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 293.

⁴⁹⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 16 de julho de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

não deixará por isso de trabalhar para levá-lo à cabo”.⁴⁹⁷ Era, no entanto, uma decisão da qual dependia confirmar ou não a “legenda que o dá como não sabendo amar a pátria senão de longe, a sua recusa de ir colaborar lá dentro na política internacional do Brasil.”⁴⁹⁸ Essa deliberação, sendo positiva, viria a ser “um grande bem não somente para “nós todos, como para o serviço público”.⁴⁹⁹ Domício entendia que Rio Branco traria um momento importante para os que trabalhavam no ministério, pois, “com bons agentes (ou fora) e um chefe inteligente e autorizado à testa do departamento, é de esperar que se renove a boa linha, que se defina o programa da política do Itamaraty”.⁵⁰⁰ Ademais, brincava com a possibilidade de mudança: “Quem sabe se ainda não seremos nós “a plêiade de Londres” no primeiro ano do século XX? Desta massa é que se fazem os legendários, meu bom Sylvino.”⁵⁰¹

Um mês depois, Rio Branco ainda não havia tomado a decisão sobre se iria ou não atender ao chamado. A cada recusa de Rio Branco, Rodrigues Alves respondia com “um telegrama de apelo e coloca[va] o seu convite no plano dos irrecusáveis serviços ao país”.⁵⁰² Preso em Bruxelas por conta do expediente, Domício explicava a ele que não poderia se afastar mais do que “sair no sábado e voltar no domingo de noite”,⁵⁰³ mas opinava que este deveria ter contado sua situação a Olyntho mais detalhadamente. “Suponho que este aceitará a sua escusa e nomeará o Carlos de Carvalho em seu lugar. E será para o bem de ambos... E felicidade geral da Nação”.⁵⁰⁴ O fato de haver Magalhães proposto Roma a Rio Branco deixa no ar se ele, de fato, conhecia a proposta de Alves. Levando-se em consideração a reserva com a qual Rio Branco tratava Olyntho, contudo, ele dificilmente trataria com Magalhães qualquer assunto além do estritamente necessário. Na mesma carta, Gama incitava Rio Branco a tomar uma decisão, qualquer que fosse ela, sem demonstrar a sua preferência: “Essas suas agonias desapareceriam ante a necessidade

⁴⁹⁷ Carta de Domício da Gama a Sylvino Gurgel do Amaral, Bruxelas, 28 de julho de 1902. AHI, ASGC. Lata 346, Maço 3, Pasta 31.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Carta de Domício da Gama a Sylvino Gurgel do Amaral, Bruxelas, 28 de julho de 1902. AHI, ASGC. Lata 346, Maço 3, Pasta 31.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 247.

⁵⁰³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 16 de agosto de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵⁰⁴ Idem.

de agir, de aposentar o Cabo Frio, de brigar com os outros para cumprir o seu dever de Ministro. Mas, Roma é certamente a melhor solução e desde já lhe dou por isso os meus parabéns. A Baronesa de Berg é que ficará alegríssima, ela que tanto receava o Brasil! Estará ao pé do Raul, que é a sua paixão”.⁵⁰⁵

Entrementes, os problemas pessoais de Domício da Gama continuavam. O desestímulo pela falta da promoção a primeiro-secretário estava atrelado à crença em que “o mais simples será esperar a futura administração, que já agora não chega a Secretário de bigode preto”.⁵⁰⁶ Seis meses depois, reafirmava a Graça a certeza de que, com Olyntho, nada aconteceria,⁵⁰⁷ confessando estar preso em “uma d’essas apathias de que a gente só se levanta sob o chicote da necessidade ou da ambição. Só vejo o lado escuro e desinteressante das coisas e das gentes”.⁵⁰⁸ Essa constatação o prostrava: “Sinto falta de gaz, vivo descontente commigo. Você quasi tem razão em me chamar de diplomata, senão de mundano. Imagine que me importo com essa promoção ridículamente retardada! A promoção que me colloque na situação que tinha há nove annos, Washington...”⁵⁰⁹ Tomado pela depressão, não somente pela falta de amigos, de “como amparo moral, como tônico contra a depressão contagiosa”,⁵¹⁰ como também pelo fato de estar sempre com “medo de não servir bastante, e já tenho tido insinuações de que não sirvo como devia.”⁵¹¹ Assim, uma vez mais voltava-se para a literatura, na tentativa de romper com esse estado de acabrunhamento. Os estudos que fazia para o relatório sobre a instrução pública na Bélgica despertaram nele vontade de “fazer coisa que se leia”⁵¹². Com isso tentou retomar a organização de um livro de retalhos de suas viagens, como já havia desejado fazer antes das *Histórias Curtas*, mas não às suas custas, porque havia perdido o gosto desta ação, mas dando-o a um editor.

No dia 2 de setembro, voltou a indagar a Rio Branco: “Mande-me notícias do seu

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 21 de janeiro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁰⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 28 de julho de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁰⁸ Idem.

⁵⁰⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 18 de agosto de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 16 de agosto de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

caso. Já tomou a decisão? Vai para Roma? Ou fica em Berlim? Parece tomar corpo o rumor da entrada do C. de Carvalho no gabinete Rodrigues Alves, como ministro do Interior. Não lhe daria isso mais coragem?”⁵¹³ Dois dias depois, ciente da decisão de Rio Branco de aceitar o ministério, enviou no mesmo dia, um telegrama e uma carta. No telegrama ele dizia: “*Cheer up!* Nada de acabrunhamento diante de dever a cumprir lembre-se fortuna o tem acompanhado.”⁵¹⁴ A carta de 4 de setembro é assaz interessante, pelo fato de ele ter antevisto os primeiros momentos da administração Rio Branco:

O Sr. pensará que encaro com muita leveza o seu 'sacrifício' para assim lhe falar em apresentações: mas se eu lhe disser que tenho previsto muitas das amofinações e dificuldades que o Sr. vai ter no Brasil? Somente eu penso que dos apuros em que o Sr. se verá metido talvez saia outro Rio Branco, diferente do reservado e cauteloso homem de gabinete, capaz de arrostar ódios e picardias para cumprir o seu dever e, tornando-se centro de outras generosas e esclarecidas atividades políticas, completar a sua obra continuando noutro terreno a obra paterna. Penso na sua maravilhosa fortuna, que o tem levado através de tão grandes dificuldades (eu assisti a momentos bem dramáticos na sua vida) e penso, como fatalista, que as cousas se encaminham para que o governo não seja abandonado aos menos capazes pela desídia ou egoísmo dos mais capazes, que só consultam o seu interesse material e duvidam dos destinos de sua raça. O primeiro Rio Branco nunca pensou em si; o segundo nunca recusou encargo em que trabalho e glória se equilibram, nunca hesitou diante de tarefas de responsabilidade igual à que vai assumir ajudado pela confiança da sua Nação. Em vez de se acabrunhar acho que o Sr. considerará que as suas férias estão terminadas e tem, de recomeçar a campanha noutro país, que agora é o seu. Verá como o recebem, verá como lhe darão prestígio para os atos de sua administração. Lá chegando o Sr. nem pensará em reformar a Secretaria (ela se reformará por si, diante da sua atividade) ocupado desde logo em gerir a política exterior do Brasil, que anda tão carecida de direção. Isto é um aspecto do seu caso, o melhor, mas porque há de a gente só pensar no pior quando tem de pôr-se em marcha? Cuide de pôr-se em marcha, Sr. Barão, uma vez que está decidido e diante das circunstâncias obre como homem que tem um passado e o prestígio próprio e o paterno a conservar.⁵¹⁵

O entretom da carta é aconselhador, de alguém próximo, mas que não pretende permanecer nesse patamar profissional. Nas suas divagações sobre seu indefinido futuro, ele não cogitava voltar ao Brasil. Nabuco aventava que ele daria um bom secretário de Rodrigues Alves, ao mesmo tempo em que afirmava que ele também era “um diplomata de

⁵¹³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 02 de setembro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵¹⁴ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 04 de setembro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵¹⁵ Idem.

futuro, e eu espero vê-lo ministro sem muita demora”.⁵¹⁶ Domício não sabia, contudo, o que aconteceria com o seu destino, e entendia que o natural seria esperar a decisão do Barão sobre ele. Em carta a Graça, ele contou haver estado em Berlim nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro, e pleiteado uma função para ele. “O Barão tinha pensado no C. de Carvalho precisamente para essa função, mas não insistiu na sua primeira idéia. Expliquei-lhe as vantagens da sua nomeação, que a necessidade da função elle já tinha sentido muito antes”.⁵¹⁷

Apesar da vagueza do programa de governo de Rio Branco, uma idéia estava tracejada: haveria injeção de “sangue novo n’aquelle velho organismo da Secretaria Cabo Frio”.⁵¹⁸ O ponto que Domício da Gama discordava do Barão era exatamente o visconde de Cabo Frio, pois aquele não queria “proceder sem o dito Cabo Frio, o que me parece inutilizar todo o projecto. Disse-lhe a minha opinião sobre o caso, sem insistir, porque elle já tem amofinação sufficiente imaginando as coisas pelo melhor, isto é, suppondo que pode achar boa vontade a aquella velha féra”⁵¹⁹. A carta expressava, ainda, outros temores, para com Rio Branco, e parte de seus próprios desejos:

O meio receio é que o Barão não se esquite diante das dificuldades, não queira lutar. Seria isso um desastre, para elle, para nós, para o país. Para estimulal-o, para explicar-lhe que em certas ocasiões a retirada mais airosa é deshonra, seria preciso ao pé d'elle um amigo entusiasmado, a quente ou a frio. Você serve. E o Capistrano. Nenhum dos dois é lâcheur e ambos são brasileiros, apegados à sua terra, seja qual for a sua sorte. Eu sou íntimo demais, quase criatura (para o público ao menos), para acompanhá-lo ainda d'esta vez. Preferiria colaborar de longe na sua política, no Peru, na Bolívia, em Washington (note esta revelação de ambição), seguro da confiança no meu esforço. Tudo isto é conversa, para que v. saiba que penso no que se passa entre nós e que desejaria muito ser agente na nossa história, pois que já me acho mais perto da roda de governo do barco. Mas será um puro alvoroço da mudança de administração.⁵²⁰

Ao alegar que não se sentia a pessoa ideal para acompanhar Rio Branco em sua empreitada no Brasil, ele começou a isolar o problema, que viria a ser uma constante em sua vida, o fato de ele ser “*quase criatura (para o público, ao menos)*” do Barão. Uma auto-percepção deveras interessante, não somente pela idéia em si, mas pela própria

⁵¹⁶ Carta de Joaquim Nabuco a Manuel de Oliveira Lima 24 de setembro de 1902. *Apud*: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, p. 85-87.

⁵¹⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 05 de outubro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵¹⁸ *Idem*.

⁵¹⁹ *Ibidem*.

⁵²⁰ *Ibidem*.

construção frasal, já que os parênteses dão margem a dubiedade na interpretação: poderia ele estar considerando o fato de Rio Branco também o considerar como criatura? Assim sendo, a partir desse discernimento, o termo criatura passará a ser analisado enquanto longa estrutura, cujo movimento lento é fundamental para a compreensão da vida de Domício da Gama, porquanto posturas de imbricação profissional, tutela e sombra, que aparecem por toda a sua vida, como serão tratadas mais a frente neste estudo. Porém, neste momento, criatura refere-se ao fato de ele haver estado, durante dez anos, imbricado profissionalmente a Rio Branco. Enquanto que esse aspecto pode ser visto na diplomacia, em seu outro curso, na literatura, Gama construiu caminho e mesmo espaço próprio. A própria entrada na ABL como fundador, a despeito de que Rio Branco não o foi, reforça esse ponto.

O desejo de não continuar imbricado, “criaturizado”, estava implícito na carta de 4 de setembro ao Barão, cujo tom não era o de alguém que pretendia retornar a trabalhar diretamente com ele. A perspectiva era a de estar mais perto da roda de governo colaborando; contudo, de longe, fosse no Peru, na Bolívia ou mesmo em Washington, tendo a certeza de que o Barão estaria seguro de seu esforço. Essa vontade era firmada na confiança da excelência do trabalho que Rio Branco desenvolveria no Itamaraty, não somente pelo fato de lidar com pessoas, mas com a política em geral: “Na política estrangeira elle póde fazer o que fez o Murtinho na financeira, com menos soffrimento público (o que importam alguns agentes diplomáticos feridos nos seus interesses, quando se trata de assentar e defender a posição do Brasil na América?)”.⁵²¹ Afinal, havia ele arriscado previsões já dois anos antes, quando da visita ao Brasil: “há tanta falta *d’esprit de suite* por aqui que dá mostrar de caráter político quem cumpre o que prometeu. Um homem frio e calmo dominará este povo agitado e cheio de pavores.”⁵²²

Domício da Gama, após dez anos de trabalhos ligados ao estabelecimento do interesse nacional, era, na aceção de Jean-Baptiste Duroselle,⁵²³ um agente, por lidar não somente com política externa, mas também por trabalhar com a matéria prima dos agentes:

⁵²¹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 26 de novembro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵²² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro 17 de maio de 1900. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵²³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 101.

a informação. Por exemplo, enquanto Rio Branco estava às voltas com os preparativos da viagem para o Brasil, Domício continuava de Bruxelas, a mantê-lo informado sobre o caso do Acre, conforme será tratado mais adiante no texto.⁵²⁴ Tal desejo de ser agente demonstrava o quanto ele queria galgar outros espaços. O fio dessa expectativa estava exatamente no fato de ele contar com a mudança da política do ministério por Rio Branco. Quem sabe se não haveria a real possibilidade de “a plêiade de Londres” vir a se destacar? Ainda que não soubesse ao certo o seu rumo, se Paris ou o Rio da Prata, ele ponderava com Graça Aranha as futuras possibilidades colocadas pelos “londrinos” – Cardoso, Nabuco e Graça – de o destacarem para Roma como o Encarregado de Negócios. Gama dizia-se perturbado, mas resistente a alçar grandes vôos, assumir grandes riscos, já que a sua confiança ia e vinha, na mesma proporção que as ilusões sobre vinda rápida de um cargo de distinção para si mesmo. “Friamente, prefiro ainda Pariz sem 14:000\$, sem posição de chefe de missão, sem serviço relevantes a prestar, porém com a quasi certeza de durar até sahir ministro.”⁵²⁵ Ele alegava não ter a ambição necessária para o generalato. “Careço de ser ministro enquanto isso fôr uma distincção: por antiguidade não aproveitaria ao Estado a minha nomeação. O prestígio da mocidade se ajunta ao das plumas brancas no chapéu armado para dar ao agente diplomático falando em nome do seu Governo a autoridade de um chefe, de um delegado e não de um empregado ou simples parlamentar”.⁵²⁶

Embora carregado de dúvidas, por conta das possibilidades mais diversas que passavam por sua cabeça, ele não perguntava diretamente a Rio Branco sobre seu destino, procurando tratar de pedidos oficiais para os acertos de pendências da Legação: “um relativo ao pagamento o das contribuições atrasadas para o ‘*Bureau International des Tarifs*’, que já vai sendo uma vergonha pedir por ofício (o meu último sobre este assunto é o nº. 5, 4ª seção, de 3 de abril a este ano); o 2º é sobre a promoção do Gearlette ao posto de chanceler efetivo do consulado em Antuérpia (o homem é brasileiro naturalizado e trabalha há muitos anos para nós, o Bulcão lhe dirá com que proveito para o serviço)”.⁵²⁷ Indiretamente, porém, ele tentava descobrir o que Rio Branco matutava para ele,

⁵²⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 31 de outubro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵²⁵ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 18 de novembro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 26 de dezembro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

insinuando saídas para sua situação: “Se eu continuasse mais um ano E. de N. certamente poderia colocar a Legação em posição de prestar serviços. Já tinha aprendido as fontes de informação conhecia *the ways and means*”.⁵²⁸

Nas duas primeiras cartas enviadas do Rio de Janeiro por Rio Branco a Domício da Gama, o assunto de seu futuro não foi tocado. Na primeira, havia o pedido para um orçamento de um busto para homenagear Cabo Frio,⁵²⁹ o que corroborava a suspeita de Domício, que Rio Branco reformaria a Secretaria sem brigar com o Cabo Frio. Enquanto que, na segunda, de 29 de dezembro, ele, além de haver colocado-o a par do seu desembarque, informou-o “sobre a falsidade do Olyntho, para que eu perdesse toda a minha illusão a seu respeito”.⁵³⁰ Ele ainda demorava, porém, acreditar em Rio Branco, porque entendia que não se “renuncia facilmente a um amigo, mesmo a um fraco amigo”.⁵³¹

Uma pista do seu destino veio através de Capistrano de Abreu que lhe relatou que o Barão desejava não somente promovê-lo, mas buscá-lo. Este ato seria para Domício a confirmação do que a baronesa do Rio Branco já lhe havia dito em 1893: “*Juca qui ne peut vivre san vous*”. Portanto, entre Capistrano, o silêncio do Barão e os boatos que o davam como ministro, “são os que não sabem que apenas sou 2º Secretário, e dos últimos da lista. Hoje apostei com três secretários que dentro de um anno não estarei ministro”.⁵³² Domício optou por outra saída: insinuou ao Barão sua ida para os Estados Unidos da América. Esse ato, que ele chamou de súbita ambição surgida a partir da decisão de Assis Brasil de deixar a carreira, ele revelou durante um jantar à Hilário de Gouveia, Graça Aranha e a Nabuco que considerou como um anseio legítimo:

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ O relatório do ministério de 1902/3 presta contas do ato: “No dia 16 de agosto de 1903, coube-me a honra de inaugurar, no salão principal do Palácio Itamaraty, o busto em bronze do exemplar funcionário que é o Sr. Joaquim Thomaz do Amaral, visconde do Cabo Frio, desde 1865 diretor geral desta repartição, após 25 anos de leaes serviços na carreira diplomática, prestados em vários países da América e da Europa. Essa homenagem ao decano dos funcçionários públicos brasileiros coincidiu quase com a que, em condições análogas, foi prestada em Bruxellas ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, barão de Lambermont. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, p. 82. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>, Acesso em 29 de janeiro de 2003.

⁵³⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 29 de dezembro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵³¹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵³² Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 29 de dezembro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

O Nabuco precipitadamente entendeu que eu poderia ir desde já para os E.U. como 1º sec, com promessa de ser ministro e para preparar o terreno da minha ação futura. Eu, porém, entendo que em Paris poderei preparar os meios de ação, os approches sociaes, na colônia americana e na imprensa. Tenho quem em apresente ao Gordon Bennett, do New York Herald, por intermédio do novo grande jornal do Perivier, com quem vou relacionar-me. E por outros meios poderei ganhar aqui um certo prestígio (O Pisa me dará ensanchas, deixando-me alargar-me do expediente da Legação) que me proceda e me autorize na América. Imagino que conheço e estou de acordo com a sua política na América. Se o Sr. tiver confiança, entenderei as suas instruções mais facilmente do que outros. E creio não carecer de protestar-lhe dedicação. Suponho que essa seria a minha campanha de Washington. (...) O Sr. verá as possibilidades e os meios. Estou pronto para servir, contanto que o meu serviço seja proveitoso.⁵³³

Esse repentino “anseio legítimo” pelos Estados Unidos da América demonstra, de fato, que não sabia precisar o que significava para ele voltar ao Brasil. Ele reconhece a Graça que “Quando v. disse na 5ª f. de noite que o Brasil me attrahe não sabia talvez que tão bem dizia. Será o meu erro, porém vae sendo a minha paixão, que me faz sonhar de noite, que me entretém de dia, tão absorvente como uma pena ou um grande desejo contido”. Apesar dessas variações de ânimo, ele não sabia definir o que sentia: “Entendo o Capistrano, entendo o Pompéia, entendo-o a você, entendo o Bulhão e o Serzedello, entendo-os a todos, cada um da sua maneira: e o meu sentimento é que qualquer coisa existe no fundo d’esse culto impreciso e vário, para assim mantê-lo contra pessimismos e depressões e descréditos”.⁵³⁴ Foi em meio a essa ambigüidade emocional que ele recebeu, em 17 de janeiro de 1903, um telegrama do Barão, dizendo que ele tinha desejos de promovê-lo e buscá-lo. A sua primeira reação foi responder com outro telegrama, concordando com a remoção. Cinco dias depois, escreveu uma carta mais ponderada a Rio Branco, expondo suas reações, preocupações e incertezas:

No sábado 17, à meia noite, voltando de um grande jantar em casa do Burnaert, encontrei o seu telegrama expedido de Petrópolis nesse dia ao meio dia. O telegrama deu-me uma insônia, perturbou-me. Tive de pensar muito de desfazer projectos, de recommençar outros e sem bases e com apreensões de embaraçosos materiais e morais: em escala reduzida, a mesma agitação em que o deixou a proposta do Roiz Alves em setembro. Mas, deixando de pensar em mim momentaneamente, considereei que o Sr. terá tido real urgência do meu serviço para fazer-me ao partir. É verdade que lá encontrou a voz pública, que me classifica como seu colaborador permanente. Para aproveitar do impulso que o Sr. me deu, sem arriscar-me a passar afinal por simples satélite seu, seria preferível que eu continuasse essa colaboração cá fora, talvez mais proveitosamente para o serviço público e para nós dois. Com este sentimento

⁵³³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Paris, 10 de janeiro de 1903. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵³⁴ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 13 de janeiro de 1903. ABL, AGA, 10.3.13.

escrevi-lhe a 10 deste mês numa carta, que o Sr. receberá por estes dias e que fica acumulada pela minha resposta dia 19 ("Irei, autorize despedir-me já! Partirei chegada Ministro. Diga devo fazer casa Paris"). Ou antes, fica adiada a proposta, que era, aliás, uma sugestão, a simples exposição de um programa, de que o Sr. saberia ver as possibilidades e os meios. Cá fora eu sei o que posso fazer para servir à sua administração e à sua política, e sei que posso ganhar com isso. Ao pé do Sr., para ajudá-lo, apenas conjecturo e, só por otimismo, posso imaginar que o benefício dessa situação vencerá as perdas em detalhes. Entretanto, não hesitei, não consultei amigos que me pudesse demover com seus conselhos e anuncia e simplesmente que parto, porque sou chamado ao ministério. Para os diplomatas daqui esse chamado me faz honra, completa muito bem o período de gerência da Legação, parecendo um prêmio. Por esse lado, portanto, já tem um que lhe agradecer. Pelas condições materiais que me faz, igualmente. O resto nós veremos, chegando o momento⁵³⁵.

No dia seguinte a essa carta, saiu a tão ansiada promoção a primeiro-secretário, retroativa à data de 22 de novembro de 1898, dia de sua nomeação como secretário da Missão Especial em Berna.⁵³⁶ O convite exigiu dele uma reorganização de seus planos pessoais e foi, de fato, um *ultimatum* na dúvida que o assolara nos últimos dois anos: diplomacia ou literatura? Aspectos estes que eram, de fato, de ordem material e moral, já que a falta de resposta do mercado editorial influenciou a sua decisão de ficar, por amor ao salário, na diplomacia, por recear “mais as diferenças materiais da vida do que todas as dificuldades e conflitos de interesses”.⁵³⁷ Essa escolha trouxe-lhe outros desdobramentos, desta feita, profissionais, já que a sua pergunta sobre as condições de trabalho e quanto tempo ele ficaria no Rio de Janeiro não recebeu resposta de Rio Branco. Sua insônia foi causada diretamente pelo fato de ele ter ciência de que encararia o seu retorno nas mesmas bases, que vislumbrara para Raul um ano antes: próximo a Rio Branco – o que seria, para ele, enfrentar o estágio de *criatura*, uma imbricação perigosa, já que o levaria a uma rota sem volta, de ser um satélite permanente.

⁵³⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 22 de janeiro de 1903. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵³⁶ “O Presidente da república dos Estados Unidos do Brasil resolve a 1º Secretário da Legação o Sr. Domício da Gama, e, usando da atribuição que lhe confere o paragrapho único do artigo 2º do Decreto Legislativo nº754, de 31 de dezembro de 1900, determina: 1º Que ao mesmo Sr. Domício da Gama se conte como passado no posto de 2º Secretário de Ligação todo o tempo em que no porto o Cargo de Secretário na Missão Especial de Arbitramento da questão de limites com *A República Argentina*, em Washington, para que foi nomeado em 31 de dezembro de 1895; 2º Que se lhe conte a antiguidade no posto de 1º Secretário de Legação desde 22 de novembro de 1898, data em que foi nomeado Secretário da Missão Especial em Berna. Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1903 – 15º República. Rio Branco. Carimbo: Registrado a fls. 124 do livro 8 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 26 de janeiro de 1908. Nomeação de Domício da Gama, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1903. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

⁵³⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. ABL, AGA, 10.3.13.

Ele resolveu ficar junto ao “pé do chefe”,⁵³⁸ esperando na “posição de um filho que tem de esperar a melhor oportunidade para pedir um serviço para outro”,⁵³⁹ talvez para Washington “quem sabe se lá não verei melhor o caminho da ‘minha ambição’?”.⁵⁴⁰ Mas esperaria pela vaga “mesmo deixando preenchê-la, se elle continuar a precisar de mim”.⁵⁴¹ Era um pensamento dividido entre ambições pessoais e dever para com Rio Branco. Essa mescla de sentimentos pode ser resumida na expressão “*in-partibus*, isto é, para Petrópolis, para ir ajudar o barão”.⁵⁴² Nela, o seu senso de dever estava pautado pela certeza de que o Barão iria precisar de estímulo ante a nova e colossal tarefa e de um “amigo entusiasmado, a quente ou a frio”,⁵⁴³ e foi essa confiança que o levou a apostar que poderia vencer o dilema de ser criatura e satélite do Barão. Gama escolheu tomar a decisão de voltar sem consultar a nenhum amigo, por não se ver com outra escolha, que não a de aceitar o chamado. Nesse ato, ele optou pelo otimismo, o que não era um traço dominante de sua personalidade, concebendo a possibilidade de vencer as “perdas em detalhes”,⁵⁴⁴ resolvendo encarar o dilema de *estar* criatura de Rio Branco. Assim, o poeta-ministro João Chinchila, optou por seguir seu senso de dever e seu próprio princípio de auto-sacrifício, mesmo que esta escolha “custe ao seu coração [...] e lhe aumente a solidão. Afinal o conselho dado a Rio Branco agora era o que ele havia introjetado e seguido esta regra se sacrificando pelo que amava. Ele resolveu encarar a aposta e pagar para ver, voltando ao Brasil para estar ao pé de Rio Branco e dando início à terceira virada em sua história pessoal.

⁵³⁸ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

⁵³⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19 de março de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁴⁰ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

⁵⁴¹ *Idem*.

⁵⁴² Carta de Domício da Gama a Sylvino Gurgel do Amaral. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. AHI, ASGC. Lata 346, Maço 3, Pasta 33.

⁵⁴³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 05 de outubro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁴⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 22 de janeiro de 1903. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

CAPÍTULO 3 – DOMÍCIO DA GAMA E O GABINETE DE PETRÓPOLIS

Das minhas janelas olhando para o morro do Castelo, a cidade, as ilhas e a serra azul pálido ao fundo, a vista não me cansa nunca. Não há Suíça que valha isto, o esplendor destas madrugadas, a magia destas noites de luar. E o cheiro das plantas e flores e o ar fresco, que nunca tem frio por trás...

Domício da Gama, 1900

Andar por terras e comunicar-se com pessoas diversas faz os homens discretos.

Miguel de Cervantes

A recepção dada ao barão do Rio Branco mostrou que as previsões de Domício da Gama estiveram corretas. Recepcionado no cais Pharoux por populares, diplomatas, senadores, militares e acadêmicos, seu cortejo seguiu para o Clube Naval, onde foi recebido pela diretoria da Associação Comercial, ouvindo a saudação que o comércio do Rio de Janeiro lhe dirigiu. De lá, prosseguiu para a Escola Politécnica, onde presidiu uma sessão da Federação dos Estudantes em sua homenagem, e para o Arsenal de Marinha, onde foi acolhido por vários oficiais.⁵⁴⁵ Jornais de todo o país deram cobertura à sua chegada. Levi Carneiro, que presenciou um dos discursos de agradecimento de Rio Branco, atestou que a impressão que ficou foi de “extrema singeleza. Nenhuma retórica, nenhuma ênfase, nenhuma revelação de contentamento indiscreto”.⁵⁴⁶

Rio Branco encontrou o Brasil com uma política externa estagnada, sem rumos ou projetos de uma inserção sistêmica. Respaludou-se pelo fato de o presidente Rodrigues Alves, entender que a “pasta do Exterior não pode estar subordinada a influências partidárias, mas convém que seja prestigiada com um nome de valor, que inspire confiança à opinião pública, impedindo que ela apaixone ou se desvaire”.⁵⁴⁷ Por essa razão, ele afiançou com segurança, em seu primeiro discurso como ministro no Clube Naval, que não vinha para “servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver

⁵⁴⁵ Brancato, Sandra L.M. O retorno do barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa. **CADERNOS DO CHDD**. Ano 1, número 1, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília: DF, 2º semestre de 2002, p. 95 a 110.

⁵⁴⁶ CARNEIRO, Levi. Rio Branco e “a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil”. In: Rio Branco, **a América do Sul e a modernização do Brasil**. Op. Cit., p. 168.

⁵⁴⁷ LINS, Álvaro. Op. Cit., p. 247.

unido, íntegro e respeitado”.⁵⁴⁸ Rio Branco entendia que havia uma necessidade primordial de construção de uma República melhor, principalmente após “tantas reformas precipitadas e inconsideradas, o de que precisamos é de fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional”.⁵⁴⁹ Dessa forma, entende-se que a grande idéia de Brasil que Rio Branco trouxe em sua bagagem foi a intenção de restaurar a tradição de política exterior que o país tivera à época do império, ou seja, ele intencionava recuperar o status que o ministério das relações exteriores detivera no Império, retornando às tradições, não como uma prisão do passado, mas como um espaço que permitisse o avanço da política externa brasileira.

O projeto de Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores está presente no seu relatório de 1903,⁵⁵⁰ datado de 12 de outubro de 1904, em que afirma a importância do ministério, pois seria por meio “[d]esta repartição que o Brasil se corresponde com o estrangeiro e, pois, não deve ella merecer menos atenção e cuidado do que as outras.”⁵⁵¹ Ele pretendia um ministério que pudesse dar conta de todos os negócios que por ele corresse, que pudesse ser uma vitrine do país. Modernizar para se inserir sistemicamente, e não para ficar preso ao passado. Rio Branco conhecia muito bem a estrutura diplomática da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, bem como o peso que tais países davam à diplomacia, e intencionava que o Brasil reproduzisse tais organismos. A sua idéia do que a diplomacia deveria ser, apesar de não haver sido expressada em uma teoria, pode ser lida pela opinião de Hans Morgenthau. Para Rio Branco, a diplomacia deveria estar preparada para aproveitar ao “máximo quaisquer outros elementos de poder que estejam à sua disposição de modo a, com base em sua própria qualidade, compensar eventuais

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 253.

⁵⁴⁹ Carta do barão do Rio Branco a Joaquim Nabuco, Berlim 30 de agosto de 1902 AHI, Lata 832 maço 1 Pasta 01.

⁵⁵⁰ De acordo com Rodrigo Octávio “Rio Branco fizera preparar seu primeiro relatório; terminado o trabalho gráfico levaram-n’o ao Ministro, para a revisão final, e Rio Branco reparou que, no frontespício, onde se havia posto seu nome como – barão do Rio Branco – a imprensa Nacional havia modificado para Bacharel José Maria da Silva Paranhos. O Ministro fez a correção restabelecendo o nome barão do Rio Branco e pediu nova prova. Veio a nova prova sem que, entretanto, a correção houvesse sido feita. Rio Branco fez uma nova reclamação. Mas reprimiu o impulso; reteve uns dias a prova e, por fim, a devolveu suprimindo de todo o nome do Ministro que apresentava o Relatório. (...) Rio Branco nao esqueceu essa contrariedade e nao quiz ver o caso reproduzido; como solução não apresentou novo relatório.” RODRIGO OCTÁVIO. *Op. Cit.*, p. 195. A razão curiosa que Rodrigo Otávio apresenta espantou até mesmo a ele já que, conforme mais adiante ressaltou: o Barão não assinava senão Rio Branco.

⁵⁵¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, p. 83. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>; CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 196.

deficiências em outras áreas.”⁵⁵² Assim, Rio Branco tinha uma visão realista da função que o Itamaraty deveria, de fato, desenvolver. O espaço político adequado foi propiciado pelo amplo programa de reformas e realizações do governo Rodrigues Alves, em que “as mesmas opiniões de antigamente deveriam nortear uma política diversa”.⁵⁵³

O grande entrave na concretização do desejo profissional de Rio Branco estava na pessoa de Joaquim Thomaz do Amaral, o visconde de Cabo Frio. Pertencente ao corpo diplomático desde 1840, Cabo Frio servira a onze ministros e era também a própria encarnação da administração pública, e a própria memória do Ministério das Relações Exteriores. A concentração do serviço em suas mãos deu-se através do tempo, com a desaparecimento dos velhos chefes de seção, bem como da própria Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. Essas ações, aliadas à alta rotatividade dos ministros, transformaram o visconde em uma eminência parda do ministério. Rio Branco tinha perfeita consciência do espaço conquistado pelo visconde, mas não intencionava ser um ministro que, “não querendo trabalhar, ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assignar notas e despachos”.⁵⁵⁴ Ele almejava desempenhar as funções da pasta de ministro das relações exteriores como “o foram por Uruguay, meu pae, Maranguape Sinimbu, Abrantes, Abaeté, Cotegipe e outros ministros”.⁵⁵⁵

Rio Branco optou por agir respeitosamente para com o visconde, apesar de dois aspectos: em primeiro lugar Cabo Frio não havia sido amigo do seu pai, um pré-requisito fundamental para Rio Branco, já que ele cultivou uma admiração sem limites pelo pai, e o segundo ponto era o fato de o visconde não nutrir por ele, Rio Branco, espécie alguma de simpatia, embora o Barão considerasse isso consequência da ação direta de Dionysio Cerqueira. Assim, mesmo apesar desses fatores, ele manteve a abordagem deferente para com Cabo Frio, justificando-a não somente como decorrente da própria história de vida deste, mas como “pela minha natureza e educação especiaes atenções a guardar para com

⁵⁵² MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, p. 273.

⁵⁵³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.**, p. 22.

⁵⁵⁴ Carta do barão do Rio Branco a Frederico Abranches. Confidencialíssimo. Berlim, 07 de agosto de 1902. AHI, APBRB, Lata 811, maço 1, p. 1.

⁵⁵⁵ Idem.

elle e motivos de delicadeza que me tolhem a liberdade de acção”.⁵⁵⁶ Isso era exatamente o que Domício da Gama dissera que ele iria fazer: reformar a Secretaria “sem brigar com o Cabo Frio”.⁵⁵⁷ Gama discordava dessa atitude, por entender que Cabo Frio precisava ser aposentado⁵⁵⁸ para que aquele “velho organismo”⁵⁵⁹ pudesse ser reformado, senão, em caso contrário, o “grão-inquisidor”,⁵⁶⁰ só deixaria a Secretaria em caso de morte. “E ainda assim, contou-nos aqui o Carlos Carvalho que o Costa Ferraz ofereceu-se para embalsamá-lo contanto que ele fique na Secretaria para governar a Casa ainda no correr dos séculos.”⁵⁶¹

O primeiro ato de Rio Branco à frente do ministério, o de mandar suprimir, na correspondência do Itamaraty, as fórmulas e expressões positivistas – Saúde e Fraternidade, Vós, Capital Federal, Recomendo-vos, Assinatura, Cidadão, Rocha Tarpéia – despertou críticas por parte de Miguel Lemos, que considerou este ato como uma ação monarquista,⁵⁶² e não uma remodelagem da regra estabelecida pela reforma de Olyntho de Magalhães.⁵⁶³ A reação do Barão foi escrever um artigo, utilizando um pseudônimo, em que explicou que, além de não ter ciência da existência de um “intitulado partido da pátria”,⁵⁶⁴ não desejava ser uma eminência política e não havia partido da Europa “ignorando a existência dos despenhadeiros”⁵⁶⁵ no Brasil. Capistrano de Abreu reprovou-lhe o ato de ter usado um alônimo: “Foi um erro assinar Nemo; pode prestar-se à troça desta gente sem espírito, de nível intelectual muito inferior ao de 20 anos”.⁵⁶⁶ Porquanto,

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 16 de julho de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁵⁸ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 16 de agosto de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁵⁵⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 05 de outubro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁶⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 17 de julho de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁶¹ *Idem*.

⁵⁶² “Seja como for, o que sinceramente desejamos é que essas reformas iniciais do Ministério do Exterior muito contribuam para que o ilustrado brasileiro nos demonstre praticamente, na gestão política da sua pasta, que o capitólio das Missões e do Amapá está muito distante da rocha Tarpéia do Acre e de outros insondáveis despenhadeiros que demoram em torno de sua eminente posição no Governo da *República*.” *Jornal do Comércio*, 23 de dezembro de 1902. *Apud*: LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 259.

⁵⁶³ Saúde e Fraternidade enquanto fórmula de encerramento de ofícios e Vós como tratamento oficial aceito haviam sido estabelecidas por Olyntho de Magalhães. *Apud*: CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 178.

⁵⁶⁴ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 260.

⁵⁶⁵ *Idem*.

⁵⁶⁶ Carta de Capistrano de Abreu ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1903. *Apud*: CAPISTRANO DE ABREU, João. **Op. Cit.**, vol. I, p. 138.

para Capistrano o que Lemos e os que estavam em seu redor de fato desejavam, era “pátrias pequenas; não dizem pátria, mas as pátrias brasileiras”.⁵⁶⁷

Rio Branco, ao criar o artigo e assiná-lo de modo alônimo, deu início a uma estratégia utilizada durante todo o seu tempo de gestão ministerial: o poder midiático dos jornais. Um poder simbólico⁵⁶⁸ cuja faculdade não está somente limitada ao ato de fazer, mas a de contar um fato por meio de uma teia de significações que se afirma como instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. No caso, a relação de Rio Branco com esse meio de comunicação⁵⁶⁹ se impôs não como um ato de diletantismo ou de atenção, mas como estabelecimento de um real domínio acerca de tudo o que foi dito ou mesmo insinuado contra ele ou mesmo em seu favor. Entende-se que, ao contrário de Clodoaldo Bueno, para quem o barão foi “unanimidade nacional, não teve inimigos ou desafetos políticos”,⁵⁷⁰ Rio Branco foi uma referência nacional, mas não uma unanimidade.

Ao longo dos dez anos à frente do ministério, além de sofrer ataques, também contra-atacou, utilizando para tal o seu lado jornalístico. Em 1903, em um telegrama que Rio Branco escreveu a Eduardo Lisboa, ministro no Peru, ele afirmou que: “A principal qualidade do estadista é prever o desenvolvimento natural que podem ter as dificuldades com que luta, e dar-lhes pronto remédio. O seu primeiro dever é procurar guiar a opinião pública e impedir que ela se transvie”.⁵⁷¹ O que explica a sua atitude de, pelos seus artigos, procurar não somente informar a opinião pública, mas como mantê-la em seu favor, ao mesmo tempo em que neutralizava seus desafetos, tais como Barbosa Lima, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima, Dionysio Cerqueira, Olyntho de Magalhães, Lima Barreto e Gabriel Piza.⁵⁷² Rio Branco utilizou uma tática inteligente e avançada de *marketing*

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁵⁶⁹ Notícias de jornais brasileiros sobre a política exterior do Brasil na gestão do barão do Rio Branco (1902-1911). AHI, APBRB, Latas 383 e 384.

⁵⁷⁰ BUENO, Clodoaldo. **Política externa da primeira república e os anos de apogeu** (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 128.

⁵⁷¹ Telegrama de Rio Branco a Eduardo Lisboa em 07 de agosto de 1903. AHI. MDB. Lima. Despachos. 1900-1905. 213.3.01.

⁵⁷² “Piza esteve cerca de vinte e um anos como nosso Ministro em França, tendo assumido o posto logo depois de instituída *A República* no Brasil. (...) onde criou raízes tão sólidas que não houve Ministro do Exterior da república que pudesse arrancá-lo de lá. Somente Rio Branco conseguiu isso, o que provocou em

pessoal, que o ajudou a valorizar a sua figura e a sedimentar a sua aura de unanimidade no imaginário nacional. Utilizar pseudônimos para interferir na direção dos ventos da volúvel política interna brasileira demonstra quão bem ele conhecia os seus percalços. Foi um grande acerto, e não um erro, ao contrário do ponderado por Capistrano. Se o Barão fosse, de fato, uma unanimidade nacional, haveria precisado recorrer a tais artifícios?

O episódio com Lemos também mostrou a Rio Branco o quão turbulento seria o seu caminho em um ambiente inflamado e, como ressaltado por Capistrano de Abreu, pontado por desejos de pátrias brasileiras. O Barão sabia que estava, de fato, rodeado por desconhecidos, o que lhe dava uma grande desvantagem, pois, para conhecer e dominar este meio, ele precisaria estar bem informado. A esse fato, ele juntou também a necessidade de tempo disponível, algo que de fato não dispunha, para trabalhar no caso Acre. Assim sendo, quatro dias depois do artigo de Lemos, ele restaurou a promoção a que Domício da Gama tinha direito, convocando-o para junto a ele. Rio Branco agiu por necessidade de seus serviços e guiado pelo hábito de poder confiar nele. Com esse ato, ao ignorar não somente as “sutis ambições” de Gama, mas também os pesares deste em tornar-se seu satélite, o Barão agiu para com Gama exatamente como o seu pai, o visconde de Rio Branco, havia operado para com ele e o visconde de Taunay. Os dois haviam sido tutelados tão notoriamente que os periódicos da época teceram inúmeras sátiras a respeito do caso. De acordo com Álvaro Lins, um deles o *Tupi*, publicou até uma caricatura do visconde “chocando dois ovos dos quais saíram, com cabeça de gente e corpos de pinto, Taunay e Paranhos Júnior”.⁵⁷³ O grande desafio de Domício da Gama seria enfrentar exatamente esse estigma.

3.1 – A FUNÇÃO DE DOMÍCIO DA GAMA NO GABINETE DE PETRÓPOLIS

Domício da Gama havia ficado retido em Bruxelas aguardando a apresentação do seu substituto, Rego Barros e, pelas ordens de Rio Branco, que só chegou quinze dias depois atrelados às notícias urgentes do Acre:

Gabriel de Piza um furor verdadeiramente satânico, exprimindo num violento panfleto que publicou contra o Barão, produto de um cérebro sob todos os sentidos desequilibrado". LYRA, Heitor (1981), p. 252.

⁵⁷³ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 75.

Petrópolis 7 communique Agencia Havas Renter Wolf governo Boliviano respondeu ao Ministro Brasileiro que concorda Brazil ocupe militarmente administre Acre durante litígio vae mandar Rio plenipotenerario Especial negociar accordo pondo fim dificuldades representantes Bolivian Syndicate que haviam tentado tomar posse Acre não conseguiram chegar lá com notícia tomada expulsão dos Bolivianos pelos Brasileiros insurrectos. Voltaram ao para de facto todo Acre poder Brasileiros Rio Branco.⁵⁷⁴

Partiu de Bruxelas no dia seguinte ao telegrama, três dias depois chegou a Paris, de onde seguiria no dia 19 para Bordeaux, para apanhar o vapor do dia 20 de fevereiro, cuja previsão de chegada ao Rio seria dia 9 de março. Apesar de o seu retorno ser visto publicamente como uma premiação honrosa e a sua recepção feita por José Veríssimo, haver sido registrada pelo Diário de Pernambuco como afetuosa,⁵⁷⁵ Gama estava tenso. Chegou a dormir 14 horas diretas e disse “a minha fadiga era tanto physica quanto moral. E o que me espera no outro lado do mar não é para repousar”.⁵⁷⁶ Repetia para os amigos que não se sentia descontente em voltar ao Brasil, por entender que sua vida era composta de estados provisórios, mas estava, de fato, tomado de sentimentos ambíguos, pela falta de indicações de caminhos.

Ao chegar, encontrou “os funcionários da secretaria estão contentes com o Barão (que os trata bem e distribue gratificações) e tem esperança n’elle para melhorar a sorte dos pobres empregados. Os outros ministros também são amigos d’elle. A situação é melhor do que eu pensava n’este particular”.⁵⁷⁷ Em carta a Graça Aranha, afirmou que resolvera seguir seu conselho, optando por pisar com cautela, utilizando uma “affectada segurança que me faz rir e brincar como se estivesse tudo assentado e claro. Creio que sigo assim o seu conselho de ser alegre e forte”.⁵⁷⁸ Em seus planos, ele pretendia secretariar Rio Branco e ajudar no “assentamento da nossa machina política (exterior), gostarei de assistir à inauguração e sendo preciso, de ajudar a azeitar-lhe as peças”.⁵⁷⁹ Esses planos denotavam, ainda, uma sintonia com o caráter *in partibus* da função. Porém, contrariando seus planos originais, esse *in partibus* transformou-se em quatro anos. Um hiato cujo entendimento só

⁵⁷⁴ Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama. Petrópolis, 08 de fevereiro de 1903. IHGB, CDG. Lata 645, Pasta 9.

⁵⁷⁵ Diário de Pernambuco, 11 de março de 1903.

⁵⁷⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 22 de fevereiro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁷⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19/20 de março de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁷⁸ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19 de março de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁷⁹ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

pode ser feito por meio das seguintes perguntas: O que o teria prendido durante esses quatro anos junto a Rio Branco? Qual teria sido a real extensão de suas atribuições nesse ínterim? Haveria ele atuado somente como secretário, como pretendia, ou extrapolado tal função?

Uma primeira aferição do problema mostrou que o processo de tomada de decisões do gabinete Rio Branco não fugiu à premissa clássica de Jean-Baptiste Duroselle, de que “toda pessoa que detém o poder necessita de colaboradores competentes a quem ele possa delegar muitas das tarefas”.⁵⁸⁰ Isso se coaduna perfeitamente com a afirmação de Levi Carneiro, de que o imenso trabalho intelectual realizado por Rio Branco só foi possível porque deteve “condições propícias para a sua eclosão, para sua expansão fecunda”.⁵⁸¹ Essa situação foi proporcionada pelo trabalho administrativo de Domício da Gama, que evitou que Rio Branco ficasse exposto diretamente às “caceteações”⁵⁸² dos pedidos e à rotina burocrática, podendo, assim se focar diretamente sobre o caso do Acre, que dominava todas as rodas de assuntos e mesmo a casa de Rio Branco: “Em casa do Barão só se fala do Acre”.⁵⁸³ A esperança mostrada pelo próprio Rio Branco era a de que o caso se resolvesse mediante um “acordo razoável e satisfatório. Para que cheguemos a esse resultado, sem derramamento de sangue, é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre da guerra, desmantelados e empobrecidos como estamos”.⁵⁸⁴ Rio Branco trabalhou intensamente para tal fim. Em 20 de março de 1903 Gama explicou a Graça o processo pelo qual se desenrolara todo o acordo do *modus vivendi*:

20 de março - Esta noite chegou a notícia de que a Bolívia aceitava a proposta do Barão para o accordo regulando o modus vivendi (ocupação militar, percepção de impostos, prazo para evacuação da zona incontestada, etc.) enquanto se não faz o tratado definitivo de limites. É o segundo passo dado e que se obteve pela persuasão e pela pressão moderada e firme. A negociação foi toda telegraphica: imagina o que o Barão tem trabalhado. O telegramma d'esta noite, remetendo ao Lisboa o texto definitivo do accordo, foi expedido às duas da madrugada. Não sei se v. sabe que d'aqui ao fim ainda levará muito tempo. Na Secretaria estão contentes com o Barão (que os trata bem e distribue gratificações) e tem esperança n'elle para melhorar a sorte dos pobres empregados. Os outros

⁵⁸⁰ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 127.

⁵⁸¹ CARNEIRO, Levi. Rio Branco e “a sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil”. In: **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Op. Cit.**, p. 181.

⁵⁸² Expressão de Domício da Gama.

⁵⁸³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19 de março de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁸⁴ Carta do barão do Rio Branco a José Veríssimo Petrópolis, 16 de fevereiro de 1903. ABL, Coleção barão do Rio Branco, 09.4.20.

ministros também são amigos d'elle. A situação é melhor do que eu pensava n'este particular.⁵⁸⁵

O local de trabalho se apresenta como um fator importante sobre como a administração do gabinete esteve a cargo de Gama. À época, praticamente todo o corpo diplomático⁵⁸⁶ tinha por hábito fixar residência em Petrópolis, não somente pelo clima mais ameno, mas também para evitar a febre amarela e a varíola que grassavam no Rio de Janeiro. O Barão fez da cidade serrana a sua moradia, descendo à capital somente quando necessário, criando o que um irritado visconde de Cabo Frio chamou de Gabinete de Petrópolis. De acordo com Rodrigo Otávio, o visconde não se sentia à vontade com a administração Rio Branco, não somente porque a sua autoridade incontestada foi afetada, mas também pelo hábito centralizador de Rio Branco, que o desviava das decisões. Com isso, Cabo Frio perdeu o controle do andamento dos trabalhos mais importantes do ministério, ficando preso à sub-rotina da secretaria, enquanto que o Gabinete de Petrópolis encontrava-se a todo vapor, dividido entre o andamento próprio da secretaria, a movimentação do meio diplomático e as negociações do Tratado de Petrópolis.

De acordo com Rodrigo Otávio, o visconde se sentia desconfortável com a administração Rio Branco porque a sua autoridade incontestada mudara com a chegada deste. O hábito centralizador de Rio Branco não o agradava. Sobretudo o Gabinete de Petrópolis que desviava a atenção das decisões sem que ele fosse ouvido. Há que se ressaltar ainda que Rio Branco tinha o hábito de não delegar poderes, tendo sido sempre profundamente centralizador em todas as tarefas nas quais ele desempenhou com quem quer que fosse, sendo que “mesmo Ruy Barbosa em Haia foi acompanhado pelo Barão, sem interrupção, por meio do telégrafo”.⁵⁸⁷ Esta compartição do Gabinete de Petrópolis só aconteceu por causa de uma peculiaridade momentânea em torno da história do barão do Rio Branco: a complexidade do caso Acre e as conjunturas de poder político interno e externo que o forçou a mudar seu *leitmotif*, conforme assinalado por Álvaro Lins.

⁵⁸⁵ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19 de março de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁸⁶ Excerto pelos ministros de Portugal e do Uruguai.

⁵⁸⁷ BUENO, Clodoaldo. O cotidiano no processo de elaboração de decisões em política exterior e o início da república no Brasil. **História**. São Paulo, 5/6, 1986/87, p 15.

Assim, Domício da Gama foi partícipe direto do andamento da secretaria e da movimentação do meio diplomático e indireto das negociações do Tratado de Petrópolis. A participação indireta deveu-se a que, mesmo ante a emergência do caso Acre, Rio Branco nunca deu a Gama um controle oficial e total das funções de controle da Casa, mas, em verdade, ele passou a ter um conhecimento apenas sucinto do que acontecia na secretaria, “para despachar de tempos em tempos”.⁵⁸⁸ Esse comportamento configurou-se como uma rara oportunidade de ingerência nos assuntos do ministério, o que nenhum outro auxiliar dele jamais teve. E foi um ato calculado porque, ciente da psique de Domício da Gama, Rio Branco sabia que ele era um homem basicamente movido pelo seu senso de lealdade, por valores, ou “idéias ou sistemas de idéias pelos quais, com o maior ou menor entusiasmo, o homem está pronto para sacrificar seu interesse pessoal: seu dinheiro, seu conforto, até a vida”.⁵⁸⁹ Além de ele ser alguém em quem ele podia confiar, possuía outra característica fundamental: uma total ausência de ambição necessária ao generalato.

Quando Medeiros de Albuquerque afirma que Domício da Gama sempre foi uma “figura de segundo plano; muito gentil, muito delicado, tendo muito talento; mas gostando pouco de aparecer”,⁵⁹⁰ descreve não somente a pessoa perfeita para quem se delegar poderes, mesmo que temporariamente, mas também a *criatura* em seu segundo momento: tutelada. Confiável, competente e sem atração pelo poder. Um perfeito funcionário. Um cargo que somente uma criatura-tutelada poderia preencher. Por essa razão, este é o segundo momento da hipótese *criatura* do Barão assumido por Gama. . Afastado da literatura e mais enfronhado na diplomacia, sem ambições de liderança, Gama passou a conviver com a realidade de lidar com uma administração e uma movimentação do meio diplomático enquanto que estava atrelado demasiadamente à resolução do Acre para se movimentar. Para mais bem analisar o meio da criatura-tutelada, o quadro será analisado a partir de agora em duas frentes: o tratado de Petrópolis e o meio diplomático.

⁵⁸⁸ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁵⁸⁹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 178.

⁵⁹⁰ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**, p.254.

3.1.1 – A QUESTÃO ACREANA

A primeira tentativa de resolução da demarcação das fronteiras entre Brasil e Bolívia deu-se em 1834, a partir da proposta boliviana feita pelo general Mariano Armaza, de adoção do Tratado de Santo Ildefonso para demarcação da região. À tentativa, seguiram-se as propostas brasileiras de 1841, a missão do conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e, em 1863, a do barão do Rego Monteiro, ministro do Brasil em La Paz, as quais malograram. A solução para o caso veio com a missão Lopes Neto que, em 23 de março de 1867, assinou o Tratado de Ayacuccho. De acordo com Álvaro Lins, o fato de o acordo ser firmado em plena guerra do Paraguai, um momento em que a opinião pública boliviana não era favorável ao Brasil, levou o império a fazer à Bolívia todas as concessões possíveis, no “mais liberal e generoso dos tratados assinados pelo Brasil império”.⁵⁹¹ Entretanto, Lopes Neto, apesar de haver conseguido que os bolivianos aceitassem o princípio do *uti possidetis*, não conseguiu evitar que o artigo 2º do Ayacuccho viesse a ser redigido conforme os respectivos tratados de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777.⁵⁹²

Artigo 2º - Sua Magestade o Imperador do Brasil e a República da Bolívia concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o *uti possidetis*, e, de conformidade com este princípio, declaram e definem a fronteira de modo seguinte: A fronteira entre o Império do Brasil e a República da Bolívia partirá do rio Paraguay, na latitude de 20º 10' onde deságua a Bahia Negra; seguirá pelo meio desta até o seu fundo e d'ahi à lagoa Mandioré e a cortará pelo meio, bem como as lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua. Do extremo norte da lagoa Uberada irá em linha recta ao extremo sul da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas; do extremo sul da Corixa Grande irá em linhas rectas ao Morro das Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes, também em linha recta, até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira. Deste rio para o Oeste seguirá a fronteira por uma

⁵⁹¹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 262.

⁵⁹² “No artigo VII do Tratado de Madrid foi estipulado que: ‘Baixará (a fronteira) pelo álveo desses dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste Oeste até encontrar a margem Oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral...’. O artigo XI do Tratado de Santo Ildefonso consigna o seguinte, a propósito: ‘Baixará a linha pelas águas desses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar a margem oriental do rio Javari’. *Apud*: CASTILHOS GOYCOCHEA. **O espírito militar na questão acreana** – Plácido de Castro (ensaios). 2ª edição comemorativa do centenário de Plácido de Castro. Rio de Janeiro: Companhia brasileira de artes gráficas, 1973, p. 24.

paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10° 20' até encontrar o rio Javary. **Si o Javary tiver as suas nascentes no norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a **origem principal do dito Javary.****⁵⁹³

A origem do Javari, o rio martirizante para Castilhos Goycochea, era, de fato, o grande enigma da questão, já que “ninguém, absolutamente ninguém, sabia a posição em que ficavam as nascentes do Javari. Era o rio-mistério, totalmente desconhecido, porque nunca explorado. Sobre ele só havia lendas, hipóteses, fantasias”.⁵⁹⁴ Junte-se a esse problema a afirmação de Leandro Tocantins sobre o rio Madeira: “nunca houve, talvez, uma geografia tão confusa, hesitante, cheia de erros e de reticências do que a do ocidente do rio Madeira, durante os tempos coloniais”.⁵⁹⁵ Para Tocantins, há também que se ressaltar que os cálculos sobre a região eram calcados em suposições, tanto que, até final do século XIX, ainda se corrigiam as cartas da região.

Um dos mapas utilizados para o Ayacuccho, o mapa da linha verde de Duarte da Ponte Ribeiro, substituía a então linha leste-oeste por uma linha obliquamente traçada em verde, daí o nome, que marcava a suposta nascente do Javari no paralelo 10° 20'.⁵⁹⁶ Dessa forma, apesar de a região ao norte do paralelo ser considerada pelo império como uma região boliviana, a Bolívia não tinha de fato domínio ou passagem pelo local, já que a acessibilidade ao local era feita pelas vias fluviais amazônicas brasileiras, o que reforçava o argumento de a região de ser dependente geograficamente do Brasil. Segundo o artigo 28

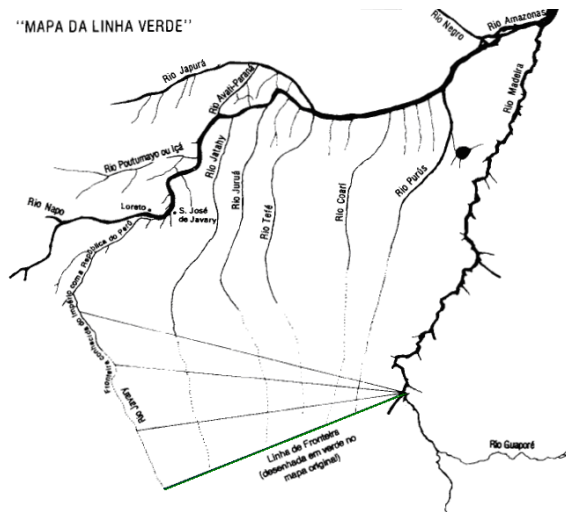
⁵⁹³ Grifo da autora. Brasil-Bolívia, Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extredição, (tratado de Ayacucho) La Paz, 23 de março de 1867. Brasília: MRE, DAI, 917, Série 167. Vigência: Estão em vigor, apenas o art. 2º, modificado, e o artigo 5º que trata da permuta de territórios, já efetuada. Os artigos 3º e 4º eram de natureza temporária. As demais cláusulas deixaram de vigorar a partir de 06sep1984, denunciadas pelo Brasil.

⁵⁹⁴ CASTILHOS GOYCOCHEA. **Op. Cit.**, p. 25.

⁵⁹⁵ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, vol. 2, p. 387.

⁵⁹⁶ A dúvida sobre a região ser brasileira ou mesmo boliviana estava historicamente atada ao fato de a fronteira estar estabelecida por três trechos distintos, conforme ressaltado por Synésio Góes. “Ao norte, região inabitada, só conhecida por alguns intrépidos exploradores, era constituída por uma única linha geodésica, ligando a foz do Beni (no rio Madeira) às nascentes do Javari. Ao sul os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam, ligando as lagoas de uma área pantanosa, resguardar para o Brasil os estabelecimentos brasileiros e o Rio Paraguai; e reservar para a Bolívia os estabelecimentos bolivianos (como San Matias, para dar um exemplo de um local onde a linha praticamente contorna o povoado). No trecho interrompido, o tratado de 1867 confirmava o tradicional limite do Rio Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madrid. À exceção desse segmento de fronteira, o único, aliás, das fronteiras amazônicas, sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX, os dois outros foram muito criticados na Bolívia e em outros países de fala espanhola.” GOES, Synésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – Aspectos da descoberta do continente da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia.** Brasília: FUNAG/IPRI, 1991, p. 134 -135.

do Tratado de Ayacuccho, todas as estipulações do que não se referiam a limites teriam vigor por espaço de seis anos, contados da data da troca das respectivas ratificações. Com isso, apesar de o território haver sido povoado e colonizado por brasileiros, ele pertencia juridicamente à Bolívia.



Mapa da Linha Verde

FONTE: GOES, Synésio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – Aspectos da descoberta do continente da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Pág. 136.

A dificuldade de ingresso na região também norteou as comissões de demarcações de 1874, 1895 e 1897. Na de 1874, chefiada pelo barão de Tefé e por Guilherme Blake, das “82 pessoas que penetraram as águas do Javari em 17 de janeiro, só 55 alcançaram regressar ao Solimões. Os restantes [...] ou sucumbiram à febre, à fome, ou às flechas ervadas dos Mayorunas”.⁵⁹⁷ Em 1898, o relatório da última comissão gerou um debate sobre a região em torno de três pontos: a correção da demarcação do barão de Tefé em 10 minutos, a sustentabilidade do princípio do *uti possidetis* e a redação do artigo 2º. Porém, o então chanceler brasileiro, Dionysio Cerqueira, não deu atenção ao debate, notificando o representante boliviano no Rio de Janeiro, José Paravicini, que a demarcação de fronteiras não prosseguiria. Goycochea ressaltou que o diplomata boliviano sequer respondeu à nota, mas obteve, a 23 de setembro de 1898, a “permissão para instalar uma alfândega no Acre”.⁵⁹⁸

Concomitante ao problema da demarcação, a região começava a despertar o interesse da economia mundial por causa da borracha, cujo processo de vulcanização havia

⁵⁹⁷ CASTILHOS GOYCOCHEA. *Op. Cit.*, p. 32.

⁵⁹⁸ *Idem*, p. 26.

sido descoberto por Charles Goodyear em 1839, dando vazão à fundação de importantes indústrias.⁵⁹⁹ A busca por matéria-prima fez o Acre se transformar de uma região, em 1870, que era uma vaga expressão geográfica, para uma que, após as grandes secas nordestinas de 1877/79 e 1888/9, tornou-se um pólo atrativo para os que buscavam terra produtiva. Ernani da Silva Bruno disse uma vez que a incorporação do Acre começou pela conquista mansa dos seringueiros, raciocínio este que pode ser completado por Euclides da Cunha que, em seu *À margem da história*, afirmou que “o povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso”.⁶⁰⁰ Euclides tinha razão. Cassiano Ricardo afirmou que, em 1877, a transumância elevou-se de catorze mil para cinquenta e quatro mil cearenses no ano seguinte. Em 1900, os registros do fluxo averiguaram a chegada de 47.934 migrantes pelos dos rios Juruá e Purus.⁶⁰¹ Esse *boom* humano incrementou o fluxo de exploração da borracha: 1870 (6.000 toneladas), 1880 (11.000 toneladas), 1890 (21.000 toneladas) e 1910 (35.000) toneladas.⁶⁰²

Conforme Leandro Tocantins, a Amazônia, ao final do século XIX, além de deter 65% da produção de borracha mundial, tinha o produto de melhor qualidade.⁶⁰³ Assim, a migração crescente, aliada ao interesse econômico da borracha, levou a Bolívia a criar, em 1898, na cidade de Puerto Alonso, uma sede para arrecadação de impostos provenientes da extração do produto, uma medida que provocou prejuízo na receita do Estado do Amazonas. Em 30 de abril de 1899, brasileiros liderados por José Carvalho expulsaram a delegação boliviana, abrindo espaço para a proclamação do Estado independente do Acre, sob a presidência do espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aurias. Mesmo com a população local sendo brasileira, o sucessor de Dionysio Cerqueira, Olyntho de Magalhães, entendeu

⁵⁹⁹ 1845 – *The Boston Belking Co* nos Estados Unidos, 1849 – *Vereignigte Berlim-Frankfurter Gummiwren-fabriken*, 1850 – *Herburger Gummiwerke Louis und Albert Cohen* na Alemanha; *North British Rubber Company Ltd* e a *Liverpool Rubber Company* na Inglaterra e os *Établissements Hutchison* na França. *Apud*: TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 130.

⁶⁰⁰ CUNHA, Euclides. **A margem da história**. Livro eletrônico, p. 20.

⁶⁰¹ RICARDO, Cassiano. **O tratado de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954, p. 85.

⁶⁰² *Idem*.

⁶⁰³ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 140.

que o Brasil não deveria intervir, pois o governo brasileiro não reconhecia aquela região como parte do seu território,⁶⁰⁴ cabendo então à Bolívia a resolução do problema.

Félix Aramayo, à frente da legação boliviana em Londres, preocupava-se com a situação, condenando a negligência governamental ante o caso. Em sua opinião “*si ahora Bolívia no hace valer sus derechos, esta expuesta a perdelo todo*”.⁶⁰⁵ Assim, quando Salinas Vega, ministro na Legação do Rio de Janeiro, informou-lhe sobre a sugestão do ministro da Inglaterra, de a Bolívia arrendar as alfândegas do Acre e do Purus a um sindicato internacional, Aramayo dedicou-se ao caso. Apesar de o Brasil haver debelado o regime de Galvez, Aramayo preocupava-se com o fato de não haver nenhum elemento credenciado boliviano na região. Assim, com a resposta positiva do seu governo que chegou juntamente com instruções para que ele organizasse uma empresa que ficasse “encarregada da exploração, administração e colonização das regiões do noroeste boliviano, entre os rios Javari e Madeira. E bem amplos poderes para ele agir na Inglaterra, Bélgica, França e Alemanha, visando à constituição de uma sociedade anônima com capital nominal de 300.000 libras esterlinas, ou mais, em sua totalidade subscritas pelos acionistas, obrigando-se o Governo boliviano a aceitar ações no equivalente de 50.000 libras”.⁶⁰⁶ De La Paz, o ministro Eliodoro Villazón ainda aconselhava Aramayo a dividir o território em duas zonas de influência, “do rio Purus, que seria entregue a um sindicato europeu, e a do rio Acre, sob a administração de um sindicato norte-americano”.⁶⁰⁷ A palavra de ordem, porém, era quanto à indispensabilidade de um sindicato europeu. A princípio, a empreitada não atraiu o interesse de financistas, por ser longe e sem estabilidade social. O trabalho de Aramayo aumentou quando ele soube da renúncia de Salinas Vega. Um ano depois, porém, ele teve sucesso.

⁶⁰⁴ “Em nota ao ministro boliviano no Rio, dizia o Ministro Olinto de Magalhães, em 31 de março de 1900: O Governo Boliviano entende que o território ao sul da linha Cunha Gomes pertence à Bolívia e o Governo Brasileiro, que assim também pensa, mais de uma vez o tem declarado. Não há, portanto, litígio. Haveria se os dois Governos não estivessem de acordo porque só a eles compete a decisão oficial do caso.” LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 265.

⁶⁰⁵ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 30.

⁶⁰⁶ Idem, p 34.

⁶⁰⁷ Instruções do Governo boliviano em 15 de março de 1900, assinadas pelo Presidente Pando e seus Ministros em ARAMAYO, Felix Avelino. **La Cuestion del Acre y la legación de Bolívia em Londres.** Londres, 1903. **Op. Cit.**, p 34.

circunstancias excepcionales verdaderamente providenciales, me pusieron em contacto com un grupo de capitalistas norte-americanos que habian tenido ocasión ya en nuestro solo, y ayudado del prestigioso explorador Sir Martin Conway, ventajosamente conocido ya en nuestro país, logré interesalos a tal punto, con mis informes, que uno de ellos, el distinguido abogado de la casa Vanderbilt, Mr. Willingford Whitridge, fue delegado par tratar conmigo en Londres.⁶⁰⁸

Nasceu, assim o *Bolivian Syndicate*, em 14 de julho de 1901. Com sede em Nova Iorque, composto por um conglomerado anglo-americano, “que congregava as firmas *Cary & Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber*”,⁶⁰⁹ ele dispunha de um capital de 500 mil libras esterlinas e exercia uma imensa influência política. Tinha como diretor o geógrafo inglês Martin Conway, conhecedor dos andes bolivianos e, entre os acionistas, os Vanderbilt, a *City* e a *Wall Street*. Domício da Gama, ainda em Bruxelas, reuniu informações sobre a formação do *Bolivian Syndicate* por intermédio de um amigo, descobrindo que o rei Leopoldo II⁶¹⁰ da Bélgica também estava de posse de duas quintas partes do Sindicato, enquanto Pierpoint Morgan,⁶¹¹ de outro um quinto. “E como este último também entra no *Bolivian Syndicate* talvez haja alguma filiação no pedido de informações que em fez o Secretário do Rei sobre a questão do Acre, a pretexto de recomeçar-se aqui a procura de capitais para o tal sindicato”⁶¹². Quatro meses depois, ele voltou a informar a Rio Branco sobre as intenções dos sócios:

Voltam ás informações mais precisas, que me parecem ser o que mais lhe interessava, e, falando da concessão do Tocantins, fingi acreditar que o embaraço para a formação da companhia aqui provém da nossa legislação relativa à navegação de cabotagem. O rei, porém, ouvira falar em uma melhoria da concessão por meio de “uma garantia de juros de não sei quantos por cento”. Revelei-lhe então o que ele bem deve saber, e talvez melhor do que eu, que tal

⁶⁰⁸ Idem, p 40.

⁶⁰⁹ De acordo com Moniz Bandeira O Bolivian Syndicate foi formado com recursos fornecidos pela Central Trust Co., Varmilye Co., Metropolitan Life Insurance Co., Morton Bliss & Co., Brown Brothers & Co., bem como por K. Twombly, S. W. Cross, Adrian Iselin Jr., E. Emelen Roosevelt, bem como do Lord Avebury, do Banco Lubbock, e August Belmontt, representante Casa Rothschild. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 43, n. 2, 2000, 154.

⁶¹⁰ O rei Leopoldo II, que se via como filantropo tinha como palavra de ordem o livre comércio e por isso entendera, no Congresso de Berlim de 1884/5 que a Bélgica deveria participar da partilha da África. A população do Congo, parte que coube à Bélgica, sofreu com a introdução da prática de torturas tais como mutilações das mãos e pés e as decepagem de cabeças.

⁶¹¹ John Pierpoint Morgan, considerado o maior financista da história dos Estados Unidos da América. Morgan viu seus negócios crescerem com a guerra civil norte americana.

⁶¹² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 31 de outubro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

concessão iria do encontro à política financeira do governo que me parecia difícil de obter.⁶¹³

O *Syndicate* tinha a permissão de exploração de trinta anos, ficando com 40% dos lucros, enquanto que 40% iriam para o governo boliviano. Aramayo assumiu, perante o congresso boliviano, que o *Syndicate* havia sido feito nos moldes de outras companhias africanas e asiáticas. Apesar das críticas que o contrato enfrentou na Bolívia, Aramayo defendeu-o, alegando que era uma forma de abrir caminho para o Atlântico. A falta do caminho para o mar, após a perda do território que levava a Bolívia ao Pacífico, havia sido sempre um ponto fraco e influenciou no pensamento pessimista que considerava a Bolívia incapaz de cuidar da região sozinha, já que, além de não conseguir povoá-la, não tinha capital interno para tal empreitada. Assim sendo, antes entregar o espaço ao capital de uma *chartered company* que poderia não somente explorar a região preferiu-se ajudá-los a ter algum lucro a perder outra região boliviana para outro vizinho. O presidente Pando teria dito, conforme informações repassadas ao ministro brasileiro em La Paz, “preferir que o Acre fosse *yankee* a ser brasileiro”.⁶¹⁴ Em 17 de dezembro de 1901 o *Bolivian Syndicate* foi aprovado pelo congresso boliviano. Apesar de todos os temores históricos bolivianos, o contrato em si foi um ato de submissão governamental ante uma iniciativa privada, já que a Bolívia cedeu parte de seu território a uma sociedade privada, firmando a autoridade do *Syndicate* quanto ao

governo civil e a administração do território e teria poder e autoridade, únicos, absolutos, exclusivos e independentes para arrecadas rendas, regalias, impostos, direitos e contribuições, e ‘geralmente para fazer administrar, exercer e executar, pôr em vigor, velar e possuir dentro dos limites do território e com sujeição às leis do estado, todos os negócios, atos, funções, obrigações, direitos, poderes e privilégios de qualquer espécie que ora competem ou venham a competir ao Governo e que lhe pertençam ou sejam por ele possuídos.’, e o Governo transferiria à companhia, “pelo tempo de concessão todas as terras públicas ou do Estado, edifícios, propriedades e direitos de todo o gênero dentro dos limites do território”. A Companhia (cláusula g) pagaria “os salários do delegado nacional, e dos juízes mais empregados nomeados pelo Governo”, como também as despesas da comissão de limites com o Brasil.⁶¹⁵

Para Rio Branco, o contrato foi uma “monstruosidade em Direito, importando alienação de soberania feita em benefício de sociedade estrangeira sem capacidade

⁶¹³ Idem.

⁶¹⁴ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 69.

⁶¹⁵ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 266 e 267.

internacional. É concessão para terras da África, indigna do nosso continente”.⁶¹⁶ Os *Syndicates*, assim como os cartéis alemães, eram associações que “desfrutavam do beneplácito governamental”.⁶¹⁷ Esses conglomerados eram frutos do período entre 1875 e 1914, uma “era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que, com uma facilidade que raiava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios”,⁶¹⁸ por trás dos trustes, cartéis e *syndicates* que proliferaram à época. Conforme mostrado anteriormente, o problema do monopólio já era uma preocupação para os norte-americanos, desde a década anterior, quando havia concebido uma legislação antimonopolista, o *Sherman Anti-Trust Act*. Era, porém, uma preocupação interna, que os monopólios não proliferassem em seu território, mas não os impedia a entrar em outros territórios. Logo após a ascensão de Theodore Roosevelt à presidência, Assis Brasil, então sediado em Washington, informou ao Itamaraty que percebera que o então Secretário de Estado norte-americano, John Hay, estivera sob poderosas influências,⁶¹⁹ ou seja, influências do jogo de poder em torno do *Syndicate*, já que o próprio Hay o havia recomendado em cartas particulares.⁶²⁰

O perigo de uma associação dessa magnitude deixou o Brasil em estado de alerta. Onze dias antes de o Congresso boliviano aprovar o contrato, Olyntho de Magalhães telegrafou ao seu ministro em La Paz, Eduardo Santos Lisboa, solicitando que, “em conferência urgente com ministro exterior diga-lhe que contrato com Sindicato Acre há de ter graves conseqüências para Bolívia PT. Também interessa Brasil tomaremos resoluções convenientes é prudente não seja aprovado PT”.⁶²¹ Afinal, se o *Bolivian Syndicate* florescesse na região, a Amazônia inteira correria risco. O caso da canhoneira Wilmington, em 1899, era recente demais para que o país não atentasse para esse fato. Segundo uma então denúncia do jornalista Luiz Galvez, no Jornal Província do Pará de 3 de junho de 1899, “a canhoneira Wilmington estaria levando para o presidente William McKinley as

⁶¹⁶ Circular telegráfica de 24 de janeiro de 1903. AHI, APBRB, 415.2.11.

⁶¹⁷ HOBBSAWM, Eric (1988) **A Era dos Impérios** - 1875-1914. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 70.

⁶¹⁸ Idem, p. 24.

⁶¹⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Op. Cit.**, 155.

⁶²⁰ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 275; TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 63.

⁶²¹ TOCANTINS, Leandro. Idem, p 62.

bases de um acordo com a Bolívia”.⁶²² Foi uma notícia preocupante, principalmente pelas notícias vistas nas entrelinhas:

cinco dias depois, no Jornal Commercio, de Manaus, os E.U.A auxiliariam a Bolívia a defender seus direitos sobre os territórios do Acre, Purus e Iaco, por via diplomática ou, no caso de guerra com o Brasil, fornecendo armas e financiamento e recebendo em hipoteca as rendas das alfândegas bolivianas. Também exigiriam que o Brasil nomeasse uma comissão, para demarcar, juntamente com a Bolívia, as fronteiras definitivas entre o Purus e o Javari, e concedesse livre trânsito pelas alfândegas de Belém e Manaus às mercadorias bolivianas. A Bolívia, por sua vez, concederia abatimento de 50% sobre os direitos de importação a todas as mercadorias americanas e 25% sobre a borracha destinada aos portos dos E.U.A, pelo prazo de 10 anos. Caso tivesse que apelar para a guerra com o Brasil, a Bolívia denunciaria o tratado de 1867 e a linha de fronteira passaria a correr pela boca do Acre, ficando com os E.U.A, em livre posse, o território restante.⁶²³

Os Estados Unidos da América pareciam estar, de acordo com Assis Brasil, em estado de espírito belicoso, após as vitórias contra a Espanha no caso cubano. Em abril de 1902, o representante boliviano ofereceu a Olyntho de Magalhães a possibilidade de os capitalistas brasileiros poderem participar da empreitada, mediante a subscrição de 100.000 libras esterlinas. A Bolívia estava oferecendo cotas de associação a quem pagasse mais. A resposta de Olyntho de Magalhães assinalava que o governo brasileiro não aceitaria a proposta, para não perder o direito de resposta ao caso. Assim, as legações brasileiras na Europa – em especial, em Londres, Paris e Berlim – e nos Estados Unidos da América receberam ordens de iniciar uma discreta campanha contra o *Syndicate*.

Em 8 de agosto, o Brasil usou um grande trunfo que tinha em suas mãos: o acesso à região. Protestando contra a presença estrangeira, retirou do congresso um tratado de comércio e navegação com a Bolívia, suspendendo o livre acesso aos rios do país. Entretanto, apesar dos sucessos na Europa, foi a mudança na posição dos Estados Unidos da América que preocupou o Brasil. Os relatórios de Assis Brasil sobre seus encontros com o secretário John Hay demonstram claramente a mudança de posição do país. Nas entrelinhas, Hay chegou a alegar que o Brasil havia deixado de completar o tratado para impossibilitar a conclusão o negócio do *Syndicate*. O diplomata brasileiro perguntou então a Hay: “Se esses capitalistas tivessem com isso algum prejuízo, porque não pedir

⁶²² MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Op. Cit.**, 150-151.

⁶²³ Idem.

indenização a quem lhos causou?” A resposta de Hay foi um sinal do caminho que viria a ser seguido por Rio Branco: “Mas a Bolívia é muito pobre, nada há a esperar dela”.⁶²⁴

Na região, os acreanos sentiram-se espoliados. Plácido de Castro, percebendo que o Brasil não poderia empregar a força contra os Estados Unidos da América,⁶²⁵ optou por arregimentar forças entre os seringueiros, atacando a guarnição boliviana em 6 de agosto de 1902, dando início à campanha que duraria até janeiro de 1903. Foi exatamente neste ponto da situação que o barão do Rio Branco recebeu o caso e, ao contrário dos antecessores, optou por tratar o problema pelo viés político e diplomático: voltou-se para o tratado de Ayacuccho, passando a defender a linha leste-oeste e o paralelo 10° 20' como fronteira e a reivindicar aquela região como brasileira.⁶²⁶ A intenção de Rio Branco, conforme ele disse a José Veríssimo, era evitar uma guerra que o Brasil não tinha condições de vencer, e, por essa razão, Rio Branco propôs à Bolívia uma compensação pelo Acre e a assunção dos entendimentos para com o *Syndicate* pelo Brasil.

Com a negativa da Bolívia e a vitória das forças de Castro, em 24 de janeiro, o presidente boliviano José Maria Pando enviou tropas para o local. Moniz Bandeira aventou a possibilidade de essa reação haver acontecido devido à pressão do *Syndicate*, em busca de soluções para o caso Castro, e ao ato oficial do fechamento do Amazonas à Bolívia.⁶²⁷ Rio Branco advertiu ao governo boliviano que as tropas não ultrapassassem o paralelo 10°20'. Rodrigues Alves, em resposta a Pando, autorizou a mobilização de efetivos do Ministério da Guerra e da Marinha. A pressão exercida pelas tropas de Castro, pela mobilização do efetivo do exército brasileiro para Mato Grosso e Manaus, bem como da marinha brasileira, além da proibição da navegação boliviana nos rios brasileiros, colocou a Bolívia e o *Syndicate* em xeque: como escoar a produção sem livre acesso aos rios? A

⁶²⁴ Ofício de Assis Brasil a Olyntho de Magalhães, Washington 31 de julho de 1902 *Apud*: TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 90.

⁶²⁵ Compartilha-se aqui a mesma surpresa de Leandro Tocantins quanto à capacidade de percepção de Plácido de Castro. Este, sem saber da movimentação diplomática brasileira, anotou em seus Apontamentos: “Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos, desde então, a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada”. *Apud*: TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 127.

⁶²⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Op. Cit.**, 156.

⁶²⁷ *Idem*, 158.

Bolívia então aquiesceu e permitiu a ocupação militar e administrativa do território por parte do Brasil.

Concomitante a isso, o agente brasileiro na Grã-Bretanha, o barão Rothschild intermediava negociações diretas com o *Syndicate*, propondo ao presidente Rodrigues Alves que este aceitasse a intermediação da Grã-Bretanha. Rio Branco, porém, discordava da sugestão de Rothschild, por ser contrário a qualquer tipo de arbitragem por países da região, pelo fato de o governo brasileiro haver, por trinta e seis anos, considerado a região como parte da Bolívia. Além disso, seria perigoso aceitar a intermediação de um representante que se guiava pelo lema *império é comércio*. Assim, o Barão, concordando com a idéia de Assis Brasil, a partir da conversa com Hay, defendeu a saída da compensação, por ser a mais sensata no caso. Ante o quadro, o *Syndicate* aceitou negociar. Rothschild, segundo instruções do governo brasileiro, ofereceu ao *Syndicate* a quantia de £ 100.000, o equivalente a US\$ 500.000, podendo aumentá-la para £ 125.000 ou US\$ 625.000. O acordo final girou em torno de £ 110.000 “para os sócios de Whitridge no Bolivian *Syndicate*, £ 1.000 para o advogado e £ 3.000 para August Belmont, o intermediário das negociações”.⁶²⁸ Os termos de renúncia do *Syndicate* foram assinados em Nova York, com a assistência de John Bassett Moore, a 26 de fevereiro de 1903. Sanado o problema do *Syndicate*, iniciou-se a fase das negociações entre Brasil e Bolívia. Devido à instabilidade da região, o presidente Pando havia postado que somente negociaria após a total pacificação do Acre. Enquanto isso, Rio Branco preparou um *modus vivendi* juntamente com Cláudio Pinilla, o representante peruano. Segundo Eduardo Lisboa, o clima na Bolívia era o de não haver opção, senão se sujeitar às exigências brasileiras. Por isso, o *modus vivendi* só veio a ser aceito em 20 de março de 1903.

3.1.2 – O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Com o estabelecimento do prazo de quatro meses para a construção de um tratado estabelecido pelo *modus vivendi*, Rio Branco defendia a compensação, e não a troca do território, porque tinha ciência da falta de equivalência territorial, e instruíu Eduardo

⁶²⁸ Correspondência de August Belmont para N. M. Rothschild & Sons, Nova Iorque, 13.2.1903. RAL II/55B/14 19030113. *Apud*: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Op. Cit.**, p.15.

Lisboa, representante do Brasil em La Paz, a trabalhar neste ponto. Por Rio Branco, a negociação teria se iniciado logo após a assinatura do *modus vivendi*; porém, a Bolívia via-se às voltas com movimentações pré-eleições presidenciais. O indicado para negociar com ele foi o mesmo plenipotenciário encarregado de tratar do caso nos Estados Unidos da América, Fernando Guachalla, sobre o qual pesava não somente a impossibilidade de falhar por causa do país, como também para manter viva a sua candidatura à suprema corte. Para Lisboa, Guachalla pretendia “voltar as armas contra eles, não celebrando acordo que, seja qual for, provocará a animosidade de seus concidadãos, e sim encastelando-se na proposta de dirimir a questão por arbitramento”.⁶²⁹

Para compor o quadro que viria a negociar o tratado, Rio Branco escolheu Joaquim Francisco de Assis Brasil e o senador Ruy Barbosa. O primeiro tinha experiência no caso, pois havia participado de todo o processo, mas Barbosa foi uma escolha atípica. Além de o ministro peruano Eliodoro Villazon vê-lo como um inimigo fidalgal da Bolívia, Barbosa havia combatido o tratado de 1867 desde 1900, por entender que a linha de fronteira era o paralelo, e não a linha oblíqua, além de que era favorável ao arbitramento, opção que Rio Branco não queria. Por que então ele foi escolhido para compor a equipe de negociação? Álvaro Lins sustentou a hipótese de Rio Branco haver feito isso em gratidão sobre as palavras referentes às vitórias de Washington e Berna. Entende-se, contudo, que o que pesou de fato na escolha de Rio Branco foi a influência de Ruy no cenário político interno e no Senado.

Assim, quando Fernando Guachalla, após várias postergações e atrasos, considerados por Assis Brasil como intencionais e ordenados pelo governo de La Paz, finalmente chegou ao Rio de Janeiro a 2 de julho de 1903, a feitura do tratado tornou-se iminente. Ele trazia na bagagem a proposta de negociar sobre a base de uma permuta equitativa de territórios ou sobre a do arbitramento para a interpretação do art. 2º do Tratado de 1867. Rio Branco, que discordava das idéias apresentadas, contrapropôs:

1º) o pequeno território triangular entre o Madeira e o Abunã, cuja área, calculada apressadamente então, supúnhamos ser de três mil e quinhentos quilômetros quadrados; 2º) um encravamento de dois hectares, à margem direita

⁶²⁹ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco, La Paz, 07 de abril de 1903. AHI. MDB. Bogotá. Ofícios. 1903-1907, 204.2.08.

do Madeira, junto a Santo Antônio, para que aí estabelecesse um posto aduaneiro; 3º) uma indenização de um milhão de libras esterlinas; 4º) a construção, em território brasileiro, desde a primeira cachoeira do Rio Mamoré, que é a de Guajará-Mirim, até à de Santo Antônio, no Rio Madeira, de uma ferrovia, concedendo nós à Bolívia as facilidades declaradas no tratado que se concluiu no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1882 e não entrou em vigor. A oferta dos dois hectares em Santo Antônio tinha por fim facilitar a nossa resistência à cessão das duas margens do Madeira acima de Santo Antônio. Em outubro, conseguimos retirar, embora com dificuldade, essa oferta, fazendo valer as outras compensações posteriormente oferecidas ou concedidas, e demonstrando que uma alfanega assim destacada e isolada nenhuma utilidade prática teria para a Bolívia.⁶³⁰

Os bolivianos consideraram esta proposta como inaceitável, em 24 de julho, e, em 13 de agosto, e defenderam o seguinte ponto de vista:

1º) ao sul da linha oblíqua Javari-Beni, ficaria pertencendo ao Brasil apenas uma terça parte do território que pedíamos, isto é, o que se estende a oeste do Rio Iquiri, tendo por limites, ao sul, o paralelo que passa pela boca do Xapuri, afluente da margem esquerda do Acre, depois o curso do mesmo Xapuri, e, a oeste, a linha de 70º de longitude ocidental do meridiano de Greenwich; 2º) passariam a pertencer à Bolívia: - no norte (Amazonas e Mato Grosso): a) as duas margens do Madeira acima, ou ao sul, da boca do Javari, compreendendo duas zonas limitadas, a oeste, por uma linha reta traçada desde o paralelo da boca desse afluente até a confluência do Rapirã e do Iquiri, e, a leste, por outra reta tirada da boca do mesmo Javari, à confluência do Mamoré; - no sul (Mato Grosso), os territórios situados: b) a oeste de uma linha traçada desde o chamado "Marco do Fundo da Baía Negra" até o desaguadouro da Lagoa de Cáceres; c) a oeste do Rio Paraguai, o qual ficaria servindo de limite, desde esse desaguadouro até a confluência do Jauru; d) a oeste do Jauru e ao sul do seu afluente Bagres; ao sul e a oeste do alto Guaporé até o lugar em que recebe, pela margem esquerda, o Rio Verde, passando assim para a Bolívia todos os terrenos banhados pelo Aguapeí, afluente do Jauru, e pelo Alegre e Verde, tributários do Guaporé.⁶³¹

Os bolivianos insistiam que a ferrovia Madeira-Mamoré deveria ser plenamente boliviana, pelo fato de o território acreano ser mais rico e rendoso do que o que eles pediam ao Brasil. Rio Branco negou a contraproposta e, em inúmeras reuniões particulares com Assis Brasil, tentava achar uma saída para o caso. Na carta a Rodrigues Alves, ele assume haver deixado Ruy Barbosa de fora dessas reuniões, por considerar que não poderia “razoavelmente pedir que se distraísse dos seus trabalhos no Senado para participar de tão largas e enfadonhas tentativas. Tinha eu, porém, o cuidado de o informar de tudo

⁶³⁰ Carta do barão do Rio Branco ao presidente Rodrigues Alves, Rio de Janeiro 27 de dezembro de 1903. *Apud*: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 1996.

⁶³¹ Carta do barão do Rio Branco ao presidente Rodrigues Alves, Rio de Janeiro 27 de dezembro de 1903. *Apud*: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Op. Cit.**

quanto de substancial se ia passando e de lhe pedir sempre o seu parecer.”⁶³² Se Ruy Barbosa era também um plenipotenciário, entretanto, porque teria sido ilógico atrelá-lo a tais “enfadonhas tentativas”? Teria sido porque Rio Branco, ciente não somente da opinião de Barbosa sobre o assunto, porquanto ele as havia publicado durante anos, poderia dificultar mais ainda o processo, ao insistir na arbitragem que Rio Branco não pretendia utilizar, e, por tal razão, ele o teria afastado o quanto pôde do processo negociador? Segundo Leandro Tocantins, “a divergência de Ruy surgiu no momento em que percebeu o desagrado de certas correntes políticas pela cessão do triângulo Madeira-Abuña, o que o senador baiano já havia assentido. Quando Rio Branco aceitou em transferir mais 2.300 km² em Mato Grosso, Rui Barbosa valeu-se do fato para afastar-se da comissão”.⁶³³ Desse modo, três meses depois de as negociações se iniciarem, Ruy pediu exoneração do cargo.⁶³⁴ Com essa saída, teria Rio Branco pensado em preenchimento da vaga com outra nomeação oficial? Teria ele pensado em Domício da Gama? Dificilmente, porque Gama estava não somente cuidando do Gabinete, mas como ajudando no caso quando necessário.

De acordo com Rio Branco, o tratado tinha como meta descrever com minúcia e clareza as novas linhas de fronteiras. Definindo o que vinha a ser o Aquiri, ou o Acre, listou ali mais de sessenta mil brasileiros ocupando o local, bem como mais vinte mil brasileiros ocupando o Alto Acre, o que dava uma diferença fundamental ante o quadro de 1867. Explicou a Rodrigues Alves porque optou pela linha leste-oeste, em lugar da chamada linha oblíqua:

Para a determinação dos limites, no Tratado de 1867, adotou-se a base do *uti possidetis*, a mesma sobre que foram assentados todos os nossos ajustes similares com as repúblicas vizinhas, e, em vez de procurar fronteiras naturais ou arcfínias, seguindo a linha do *divortium aquarum*, que nos deixaria íntegros todos os afluentes os Solimões, entendeu-se, com vantagem para a Bolívia, que o direito resultante da posse ou das zonas de influências dos dois povos podia razoavelmente ficar demarcado pelo paralelo da confluência do Beni e Mamoré, isto é, pelo de 10° 20' desde esse ponto, a leste, até o Javari, a oeste, cuja nascente se supunha estar em latitude mais meridional. Por isso, o art. 2o, no seu

⁶³² *Idem*.

⁶³³ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p 315.

⁶³⁴ “O Sr. Senador Rui Barbosa solicitou, em carta de 17 de outubro, a sua exoneração e insistiu por ela, acreditando, sem dúvida porque me expliquei mal, que os plenipotenciários bolivianos estavam irreductíveis, caso em que ele preferia o arbitramento. Desde aquela data separou-se de nós o eminente brasileiro, com grande sentimento de V. Exa, meu e do Sr. Assis Brasil, que assim nos vimos privados do precioso concurso e dos leais conselhos que até então nos havia dado.” Carta do barão do Rio Branco ao presidente Rodrigues Alves, Rio de Janeiro 27 de dezembro de 1903. *Apud*: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Op. Cit.**

penúltimo parágrafo, estabeleceu a fronteira por essa linha paralela ao equador, e no seguinte empregou a expressão “linha leste-oeste”. [...] Tenho lido que, durante as negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867, o nosso plenipotenciário, Lopes Neto, apresentara mapas desenhados sob a direção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quais já figurava a linha oblíqua, mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial. Desses mapas, o mais antigo, que me foi mostrado e em que encontrei a linha oblíqua, tem a data de 1873.⁶³⁵

O Tratado de Petrópolis, ou Permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia, foi assinado em 17 de novembro de 1903, e por meio dele o Brasil incorporou cerca de duzentos mil quilômetros quadrados, habitados por brasileiros, oferecendo, em troca, uma área de 2.296 quilômetros quadrados, dois milhões de libras esterlinas e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.⁶³⁶ Para Álvaro Lins, foi uma obra de “geógrafo, diplomata e de político”.⁶³⁷ Para Tocantins, essa obra só foi possível porque Rio Branco demonstrou ímpeto político, ao contrário dos seus antecedentes, cuja “diplomacia arrimava-se em preceitos formalísticos, sem considerar a realidade nova, de fenômenos sociais comuns a um país em desenvolvimento como o Brasil”.⁶³⁸



Foto tirada em Petrópolis na ocasião da assinatura do tratado de Petrópolis.

Da esquerda para a direita: Fernando Guachalla, Ernesto Ferreira, Jose Candido Guilhobel, Assis Brasil, Cláudio Pinilla, Zacarias de Góes, Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradedda, Pecegueiro do Amaral, Paula Fonseca e Emílio Fernandes.

Apesar de sanar um problema de longa data, o tratado, que Domício da Gama qualificou de importância capital, sofreu internamente críticas pesadas. Ruy Barbosa,

⁶³⁵ Carta do barão do Rio Branco ao presidente Rodrigues Alves, Rio de Janeiro 27 de dezembro de 1903. *In*: Idem.

⁶³⁶ Texto completo anexo A.

⁶³⁷ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 283.

⁶³⁸ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p. 226.

Lauro Sodré, Joaquim Murinho e Barbosa Lima, na câmara dos Deputados, e Edmundo Bittencourt⁶³⁹ e Gil Vidal, na imprensa, opuseram-se violentamente a ele. Bittencourt afirmava no *Correio da Manhã* que o tratado do Acre seria “uma grande mancha negra em nossa história”,⁶⁴⁰ que Rio Branco havia destruído “sacrílega e criminosamente a obra que os nossos antepassados cuidadosamente trabalharam”.⁶⁴¹ A perspectiva de uma possível unanimidade em torno de Rio Branco volta a ser quebrada, quando os ataques de Bittencourt, que chegaram não somente à pessoa de Rio Branco, mas também a sua família: “mestre do patriotismo, por quê? Até o filho Paulo é cidadão francês e não incutiu nele o sentimento de amor à sua Pátria?”.⁶⁴² Ruy continuava a considerar o acordo generoso por demais. Os monarquistas opuseram-se ao tratado, assim como os positivistas, que o tacharam de imperialista e de atentar contra a Bolívia.

Ante o quadro, Rio Branco utilizou em seus artigos, por várias vezes, o pseudônimo Kent, para defender o tratado, lembrando que o processo de compra territorial não era incomum, exemplificando as ações dos Estados Unidos da América para com a França, Rússia, Espanha e México. Assim, enquanto que na Bolívia o tratado foi, “após veementes debates”,⁶⁴³ aprovado nas Câmaras por 41 votos a 11, no Brasil a discussão continuava. O teor dela alcançou tal fervor que o presidente Rodrigues Alves chegou a afirmar que, se o congresso não aprovasse o tratado, ele renunciaria à presidência da república.⁶⁴⁴ Essa reação do presidente não era dissonante da de Domício da Gama, cuja opinião era a de que Rio Branco tinha um bom trânsito no gabinete, já que “os ministros militares teem por elle verdadeira afeição e o Seabra e o Bulhões são seus camaradas. E o Presidente está sempre com ele”.⁶⁴⁵

Dessa forma, Rio Branco, um ano e meio depois de assumir o ministério, ainda encontrava-se às voltas com o Acre, agora por conta dos destinos do tratado de Petrópolis. Domício da Gama afirmou a Graça que, quando se falava em “outra coisa que não seja

⁶³⁹ Fundador do *Correio da Manhã*.

⁶⁴⁰ Artigo de Edmundo Bittencourt, *Correio da Manhã*, edição de 09 de dezembro de 1903.

⁶⁴¹ Artigo de Edmundo Bittencourt, *Correio da Manhã*, edição de 20 de dezembro de 1903.

⁶⁴² Artigo de Edmundo Bittencourt, *Correio da Manhã*, edição de 26 de dezembro de 1903.

⁶⁴³ Telegrama de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco, La Paz, 24 de dezembro de 1903. AHI. MDB. Bogotá. Offícios. 1903-1907, 204.2.08.

⁶⁴⁴ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 283.

⁶⁴⁵ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

Acre elle se escuda com a obrigação mais urgente: que tem que terminar o seu relatório annual que assim tem sido adiado de mez para mez, depois de o ter sido de uma semana para a seguinte”.⁶⁴⁶ Rio Branco defendeu o seu tratado com o mesmo vigor com que o fizera através dos jornais e mesmo pessoalmente – ato necessário devido à instabilidade da situação, conforme Domício da Gama informou a Rio Branco por carta, ao descer ao Rio de Janeiro. Apreensivo com o que vira na cidade, alertou a Rio Branco sobre a “manifestação que o ameaça e que convém evitar a todo custo. Mesmo que ela assumisse uma unanimidade que difficilmente conseguiria com este calor tórrido, qual seria a expressão de aplauso público que se pudesse comparar com a sua recepção há um ano atrás? E não convém facilitar à massa flutuante essa comparação feita em plena luta, quando ainda não foram apurados os resultados do seu grande esforço”.⁶⁴⁷ A Graça ele detalhou a questão, revelando a sua própria posição ante o problema:

O João Ribeiro me disse q elle extranhou q eu ignorasse a sua presença no grupo em que conversavam no Garnier, quando lá entrei uma tarde d´estas. Estimei que notasse a minha sincera manifestação de desagrado. Posso respeitar adversários do Barão da sua política e das atenções que lhe attribuem; não posso deixar de notar a injúria feita por um homem qualificado ao seu antigo amigo que é hoje uma glória nacional e que elle tenta enxovalhar. Isto eu disse aos nossos amigos todos: Veríssimo, Machado, João Ribeiro, Caldas Vianna, Constância, Carlos de Carvalho, Mario de Alencar, S. de Bulhões, Tristão da Cunha.⁶⁴⁸

Apesar disso, Rio Branco não mudou sua conduta pessoal na secretaria, segundo Gama disse a Graça, ele continuava “a trabalhar sempre risonho e respondendo promptamente aos meus gracejos quando mesmo seria ocasião de se indignar contra toda esta miséria de pequeninos interesses oppostos ao grande interesse nacional em jogo”.⁶⁴⁹ Gama afirma que foi esse comportamento que o manteve firme, quando recebeu ataques de pessoas que ele considerava como amigos:

E só esta segurança de trabalhar para o patrimônio de nós todos o endurece contra as defecções e as aggressões de alguns q elle tinha por amigos. A última é a q mais lhe doeu foi a de Jaceguay, açulando pelos Penedos contra o seu velho camarada que hoje está no caminho que só tem a esperar das possibilidades revolucionarias que um governo forte exclua. O Jaceguay, depois de ter sido divulgado em confidencias de livreria e segredo respeitosaente ignorado por

⁶⁴⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 28 de janeiro de 1904. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁴⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1904. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁶⁴⁸ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 28 de janeiro de 1904. **Op. Cit.**

⁶⁴⁹ Idem.

todos da origem ilegítima da actual família do seu amigo, rompeu c/ elle em artigo escripto como se fosse contra um inimigo público. Publicou-o na Notícia e o fez transcrever no Correio da Manhã e nos pedidos do jornal, c/ as indicações mais claras sobre a sua autoria. O Guanabara, na Nação, o Salamonde no Paiz e muitos outros lhe rebateram victoriosamente os argumentos pessimistas e infundados e mentirosos.⁶⁵⁰

Após o discurso de Gastão da Cunha, defensor do tratado na Câmara, o mesmo foi posto em votação, sendo aprovado por esta Casa por 118 votos contra 13. No Senado, a questão também sofreu longo processo de discussão, devido a ataques de Ruy Barbosa e Lauro Sodré. Enquanto o primeiro listava as razões do seu desacordo com Rio Branco,⁶⁵¹ Sodré preocupava-se com a possibilidade do enfraquecimento da defesa do Mato Grosso e da integridade da pátria, reprovando a política imperialista do Barão: “O Brasil entrou no período de conquistas, pretendendo aplicar a política da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos”.⁶⁵² Ao contrário dos outros, porém, o Brasil não tinha um exército e uma marinha poderosos, o “que com seu imperialismo de última hora, torna-se ridículo”. Para Sodré, o Brasil não teve vantagem com o Tratado de Petrópolis, pois deu à “Bolívia grande remuneração, uma estrada de ferro que serve à Bolívia grande remuneração, uma estrada de ferro que serve aos interesses bolivianos, e ainda mais, a melhor linha de defesa e de ataque”.⁶⁵³ Entretanto, apesar da resistência dos opositores ao governo Rodrigues Alves, o Senado aprovou o Tratado, a 12 de fevereiro de 1904: 27 votos contra 4,⁶⁵⁴ com 13 senadores ausentes. O resultado foi que, ao final, Rio Branco, festejado pela população e dispondo de total apoio do presidente, saiu fortalecido do caso.

3.2 – OS “MOSQUETEIROS INTELECTUAIS” DE RIO BRANCO

A secretaria do Gabinete Rio Branco era, de fato, um espaço atribulado, em meio a um ambiente eletrizado por paixões, não somente patrióticas, mas também ambições pessoais. Lidar com o peso das adversidades e a complexidade das motivações humanas era um desafio a mais para Domício da Gama. Jean-Baptiste Duroselle ressalta que sentimento é a mistura de racional e irracional, devendo, por isso, ser estudado

⁶⁵⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 28 de janeiro de 1904. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁵¹ Na ocasião Rui Barbosa apresentou sua Exposição de motivos do plenipotenciário vencido.

⁶⁵² Artigo de Lauro Sodré, *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1904.

⁶⁵³ Idem.

⁶⁵⁴ A saber, Lauro Sodré, João Cordeiro, Manuel Barata e Barata Ribeiro.

cientificamente, por agir “como se fosse motivado por uma série de funções heterogêneas, animal, racional, trabalhador, violento, valorizado ou lúdico”⁶⁵⁵. O que movimenta o homem e por que ele toma determinadas ações? No entender de Duroselle, há sempre uma tentativa, consciente ou não, de mostrar uma imagem melhor de si mesmo,⁶⁵⁶ mas nunca abertamente e sim de maneira tácita. O que não gera espanto, pois todos os “homens escondem uma parte de seus pensamentos, dissimulam algumas de suas ações e, consciente ou inconscientemente, tendem a mostrar uma imagem de si próprios geralmente melhorados⁶⁵⁷”. Então o desafio é ler as entrelinhas dos discursos. Segundo Michel Foucault, “os discursos não confrontam nem associam realidade e língua, léxico e experiência; nem devem ser vistos como conjuntos de signos que aí estão para remeter a este ou àquele conteúdo, a esta ou àquela representação. Discursos são práticas que formam os objetos de que falam”,⁶⁵⁸ o social e o discurso imerso por definição em relações de poder.

Ao contrário do Barão, que era um *workaholic* inveterado: “ministro, ministro, ministro, acordado ou dormindo, a todas as horas do dia e da noite⁶⁵⁹”, Domício da Gama procurava, “nos intervalos de cartas mercenárias”,⁶⁶⁰ escrever cartas, bilhetes e contos em qualquer papel disponível,⁶⁶¹ que eram invariavelmente acompanhados de desculpas de pressa, letra corrida ou mesmo quanto ao tamanho da escrita. Essa foi uma maneira que ele encontrou para manter sua correspondência pessoal, no decurso do tempo em que o Barão não precisava dele ou mesmo só para aproveitar o correio, como costumava dizer. Introspectivo e avesso a diários, ele utilizava esses momentos não somente para manter o contato com seu pequeno círculo de amigos, que diminuiu no decorrer do tempo, mas principalmente para externar pensamentos. Nada além do que ser lido, ou ter sua correspondência ordenada, passara por sua cabeça. Assim sendo, apesar de, em algumas cartas ou bilhetes, não haver indicação alguma de que elas foram realmente enviadas, a sua

⁶⁵⁵ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 45.

⁶⁵⁶ Idem, p. 117.

⁶⁵⁷ Ibidem.

⁶⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972, pág 56.

⁶⁵⁹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**

⁶⁶⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 18 de agosto de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁶¹ A saber, verso de papéis timbrados, pedaços de folhas ou verso de outros rascunhos de cartas.

importância não diminui, porque elas encapsulam o pensamento de Domício da Gama naquele momento.

A reunião de sua correspondência pessoal à oficial permite entender o que significou de fato o trabalho que Domício da Gama desenvolveu no Gabinete, bem como o fato de ir além de somente acompanhar a rota dos pedidos que chegassem à secretaria. Possibilitou também seguir os passos diacrônicos de sua linha histórica, captando as relações de poder do meio diplomático por meio de uma triangulação importante: a visão de Domício, a visão que tinham dele e o próprio meio na qual ele estava inserido. Surgiram então, além de amizades, pedidos de empregos, acusações, manifestações de ciúme e um anel de influências concêntricas, em redor do centro, ocupado pelo barão do Rio Branco. Os demais anéis estabeleceram-se progressivamente, em virtude dessa intimidade. Quanto maior a aproximação do anel central, maior a sua influência junto a Rio Branco para aproximações ou mesmo pedidos.

No segundo aro imediato estava a família de Rio Branco e Domício da Gama. Ressalta-se que esse posicionamento de Gama foi construído ao longo de catorze anos de convivência direta, não somente de Rio Branco, como também com sua família. Para os que não atentavam para esse aspecto, porém, o que chamava a atenção era o fato de ele morar no pequeno chalé ao lado da casa de Rio Branco na Westphalia. Um outro aspecto relevante relativo a isso é o tratamento de Rio Branco para com ele: variava entre Domício, Sr. Domício, Gama ou Sr. Gama e, nas cartas, de amigo Sr. Gama. Entende-se que a formalidade aparente do “Sr.” não significava afastamento, pois Rio Branco sempre era cerimonioso no trato com as pessoas, “até com os amigos e auxiliares de confiança. Escrevia sempre o “sr. Kant”, ou o “sr. Ortolan” ou “sr. Ahrens”.⁶⁶² Domício, em contrapartida, referia-se a ele, desde os tempos pré-missões, como o Barão, iniciando todas as cartas com Meu caro Sr. Barão, e encerrando-as com um “seu, de coração”. Suas cartas a Rio Branco continham uma liberdade de trato, uma abertura que, em outros protagonistas da época, não se observou.

⁶⁶² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 41.



A estreita casa ocupada por Domício da Gama aparece demarcada à esquerda na foto. Atualmente o seu interior foi inteiramente reformulada, ao contrário da casa principal, que veio a sofrer pequenas modificações. Hoje em dia é uma casa alugada para a secretaria de educação de Petrópolis. À noite funciona como escola para adultos.

Foto tirada pela autora em ocasião de uma visita à casa da Westphalia, em Petrópolis.

Essa confiança que Rio Branco depositou nele se traduziu em discrição, não somente durante o tempo em que ele era vivo, mas também depois que o Barão morreu. Na correspondência de Gama não há sequer uma nota sobre aspectos pessoais de Rio Branco. Apesar de vaticinar em 1901 que o “livro do barão do Rio Branco não está feito, apenas preparado”,⁶⁶³ ele nunca teve intenções de escrever sobre o Barão. Nenhum dos arquivos deixados por ele contém quaisquer indícios de que ele teria dedicado parte do seu tempo a registrar suas memórias sobre Rio Branco. A ele Gama dedicou somente um artigo, em que demonstrou admiração – “sua existência passou a ser para nós um orgulho e um exemplo” – e afirmou que Rio Branco tinha convicções, princípios, e “sempre foi sincero, sempre tomou partido e quando já a sua posição de funcionário público lhe não consentia intervir pessoalmente, nunca ficou indiferente perante as grandes questões nacionais”.⁶⁶⁴ Sobre a vida pessoal de Rio Branco, porém, silêncio.

Caso ele tivesse escrito um livro de memórias ou “causos” sobre o Barão, teria sido de grande valia memorial e testemunhal para a história. Rodrigo Otávio ressalta, em seu livro *Minhas memórias de outros*, que “Domício da Gama me havia contado coisas extraordinárias sobre sua dedicação à causa, a acuidade de seus esforços, a ginástica de sua argumentação, o ardor de sua atitude”.⁶⁶⁵ No entanto, ele só gostava de rememorar-las em

⁶⁶³GAMA, Domício da. “Rio Branco”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ano 24, nº 141, set 1933, p.64 a 70.

⁶⁶⁴Idem.

⁶⁶⁵RODRIGO OTÁVIO. *Op. Cit.*, p. 130.

voz alta e, mesmo anos depois da morte de Rio Branco, este ainda era um dos assuntos preferidos de Domício, conforme atestou, além de Rodrigo Octávio, também Heitor Lyra.

Todos estes pequenos episódios são muito interessantes, principalmente por se terem passado com um homem da gravidade, das responsabilidades de Rio Branco. De nossos grandes homens não há, por certo, quem tenha vida anedótica mais cheia de casos curiosos e significativos. Era ele, por vezes, de uma simplicidade surpreendente. Dentro da sua grande respeitabilidade, era, verdadeiramente, uma criança grande. É, por certo, de lamentar que o farto anedotário do Barão não tenha sido escrito. Podia tê-lo feito Domício da Gama, seu amigo e colaborador por muitos anos. Possuía um enorme repertório, e, quando ele se dispunha a contar histórias, com aquele ar discreto, de voz baixa, na singeleza do seu discurso, era um prazer ouvi-lo.⁶⁶⁶

Rio Branco colocou em prática uma política de valorização dos “mosqueteiros intelectuais”,⁶⁶⁷ ao cercar-se de membros da intelectualidade da época. Conforme ressaltado por Brito Broca, Rio Branco foi o primeiro a fazer essa política de valorização cultural, depois de Pedro II.⁶⁶⁸ Esse grupo listava, entre outros, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, José Veríssimo – comuns a ambos, Rio-Brando e Gama –, ou ainda outros que tiveram acesso a Rio Branco por intermédio de Domício da Gama, como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Heráclito Graça e Aluísio de Azevedo. Essa política incentivou o aumento da rede de pedidos pessoais, como também aumentou as suscetibilidades emocionais do meio já instável. A própria posição de Gama não era confortável, e sua visão do cargo foi mudando no decorrer do tempo. Em agosto de 1903, confessou a Graça a dificuldade de lidar com os inúmeros pedidos e mesmo de lidar com o meio:

Aqui a gente carece muito dos amigos como amparo moral, como tônico contra a depressão contagiosa. Eu creio que sirvo para esse efeito em muitos casos, mas tenho sempre medo de não servir bastante, e já tenho tido insinuações de que não sirvo como devia. São os que esperam de mim que eu me multiplique para arranjar coisas menores e a que me não julgo obrigado por amizade. Com a maior parte tenho de ser discreto e fingir descuido e rir e gracejar e que às vezes dá logar a más interpretações.⁶⁶⁹

Naquele ano, Gama ainda considerava “curiosa a vida que levo embora me fatigue por vezes, com a sua variedade de impressões. Aprendo cada dia e cada dia sou menos

⁶⁶⁶ Idem, p. 206.

⁶⁶⁷ Expressão de Nicolau Sevcenko para a geração modernista de 1870, mas que se entende como adequada ao presente caso. SEVCENKO, Nicolau. **Op. Cit.**, p. 78.

⁶⁶⁸ BRITO BROCA. **Op. Cit.**, p. 155.

⁶⁶⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1903. ABL, 10.3.13.

pessimista..”.⁶⁷⁰ No entanto, a lista de pedidos só crescia: “Meu caro Domício, uma palavra sua a favor do meu irmão Augusto Pilgo que não será preciso mais para ativar a bondade do Barão. [...] Receio, entretanto que fale a Augusto a simpatia que ele talvez perdeu ou não chegou a ganhar por causa da má estrela que o perseguia. Ampare-o V. e a sua generosidade será um grande benefício, um grande benefício, acredite, para todos uma família e particularmente para o seu Grato amigo e muito admirador”.⁶⁷¹

Em outros casos, além do pedido, havia a dificuldade até mesmo em estar diretamente na mesma sala que Rio Branco e lidar com ele. Quando o escritor João do Rio pensou em tornar-se diplomata, conseguiu a sua primeira entrevista com o Barão, por meio de Gama, que “fora discípulo de meu pai, quando estudava para engenheiro”, ficou constrangido ante o “homem extraordinário”.⁶⁷² Outro que também ficou inibido ante Rio Branco foi Euclides da Cunha. Interessado em ocupar um lugar na Comissão de Limites por ocasião do Tratado de Petrópolis, escreveu a Oliveira Lima, que transferiu o seu pedido a José Veríssimo, que por sua vez solicitou a Domício que o apresentasse a Rio Branco. Gama organizou o encontro, em que ocorreu a conversa que rendeu à Euclides não um cargo de auxiliar da Comissão de exploração do Purús, mas a própria chefia. O barão o havia aprovado “com distinção”.⁶⁷³

Acompanhei Euclides uma noite, depois do jantar, a casa do barão, em Petrópolis. Deixei-os conversando às nove horas, o barão sentado à mesa entre as duas janelas do quartinho que lhe servia de escritório, dando sobre a estrada sossegada da Westfália e o Piabanha rumoroso embaixo; Euclides pousado incomodamente sobre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame. Não é que o barão o examinasse. O barão conversava, contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse por seu interesse pelos assuntos que ele eram caros, e de fronteiras, de relações internacionais de da história diplomática do Brasil, em que aquele em engenheiro militar parecia bacharel senão doutor. Às 10h, voltando com um papel, encontrei-os na mesma posição, disreiteando quietamente; o barão sempre despretenso e lhano, despreocupado de efeitos, sem veemência nem gestos, apenas uma pena tomada distraidamente e logo deixada cair sobre as rumas de papéis que lhe atulhavam a mesa, ou o cuidadoso acender do cigarro de palha,

⁶⁷⁰ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 19 de setembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁷¹ Carta de Mário de Alencar a Domício da Gama Rio de Janeiro 22 abril 1904. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2, Pasta 3. Domício da Gama (Terceiros).

⁶⁷² FUNAG – Centro de História e Documentação Diplomática (Org.) **O barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos**: Série de artigos publicados pela Revista Americana em abril de 1913. Brasília: Funag, 2002, p. 219.

⁶⁷³ GAMA, Domício da. “Euclides da Cunha” *Apud*: **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. XXV, Rio de Janeiro, setembro de 1927, p. 444 a 447. 09.4.09.

que se lhe apagava é frequentemente. Euclides parecendo cada vez mas intimidado e mal a vontade, como o se o oprimisse o respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público tão bondoso e simples mas tão pouco familiar. Às onze horas vim lembrar-lhe que a porta da casa de seu primo Urbano de Gouvêa, onde devia dormir, fechava se as dez horas, e ofereci-lhe um quarto para passar a noite na minha casinha ao pé da do barão.⁶⁷⁴

Na contramão de Euclides estava Graça Aranha, que não queria servir com Rio Branco por duas razões: a primeira era que temia ser sobrecarregado de trabalho, e a segunda era devido ao “meio de ambições e intrigas que o cercava”.⁶⁷⁵ No caso a expressão de Graça era um axioma adequado referente ao ambiente da secretaria, pois de fato a movimentação diplomática do Gabinete de Petrópolis se viu em segundo plano, ante o nível de urgência imposta pelo Acre. Com isso, a urgência da movimentação estrutural de feitura do tratado impôs ao Gabinete um ritmo de existência mais lento, devido a que, por vezes, não eram somente as nomeações que se acumulavam, mas também os problemas no *front* diplomático brasileiro:

Você terá sabido de algumas disponibilidades (Abílio, Albofarado) e da remoção do Guimarães J.or para La Paz. Agora vae o Stockler ser posto em disponibilidade por ter rompido violentamente com o Amaral (e por incapacidade absoluta). O Beltrão está muito doente e não quer voltar para Madrid. O Assis Brasil não volta para Washington e quer deixar a carreira (sou hoje amigo d'elle, que admiro como caráter ainda mais que como inteligência). O Oliveira Lima poderá partir de um momento para outro logo que o Barão lhe dê as suas instruções para o Peru, onde as coisas se tem complicado. Longe de ganhar com a sua estada no Rio, esse perdeu, por indiscreção. Escreveu para o Correio da Manhã artigos em desaccordo com as vistas do chefe (e por isso perdeu as entradas no Jornal) sobre reforma diplomática e depois em conversações manifestou-se contra a política internacional do Barão no Perú e na Bolívia. Não faltou quem trouxesse a R.B. informado d'isso.⁶⁷⁶

O fato de ser entreposto de pedidos não era uma posição que o agradasse. “Nem posso ter completa independência no trabalho sempre interrompido para attender ao serviço assás tedioso de ouvir gente que vem cuidar dos seus preciosos interesses. E muitas vezes as cartas começadas ficam sobre a mesa, attestando apenas a boa vontade de se manter o commércio da amizade com os que estão longe”.⁶⁷⁷ Um exemplo de incredulidade pode ser visto na carta de Hilário de Gouveia a Joaquim Nabuco, em que aquele disse:

⁶⁷⁴ Idem

⁶⁷⁵ AZEVEDO, Maria Helena Castro. **Um senhor modernista**: biografia de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 101.

⁶⁷⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁷⁷ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, 19 de abril de 1905. Fundaj, CP P159 DOC 3301.

“Não posso crer que [...] não tenha achado em momento para levar a v. algumas palavras sobre o seu formidável esforço”.⁶⁷⁸ Já o exemplo de ciúme pode ser depreendido na carta da esposa de Salvador de Mendonça à esposa de Oliveira Lima, em que esta se referiu a Gama como “sua alteza Domício também costumava ir, quase diariamente, para tomar chá, fazendo-se muito agradável”.⁶⁷⁹ Na mesma carta, ainda é possível depreender outras perspectivas, já que eram visões do quadro advindas de duas pessoas diretamente ligadas a dois nomes que haviam se indisposto com Rio Branco: Salvador de Mendonça e Manoel de Oliveira Lima.

Eu estou sempre pensando se você irá à Venezuela. Desde a conversa de Manuel com Seabra, quando o visitante assegurou que Rio Branco se retiraria do gabinete em dezembro, eu tenho tido esperanças que quando você partisse de Pernambuco, iria para algum posto desejável na Europa. Qual. Eu não acredito que Rio Branco desista da sua posição; ele goza por demais sua breve autoridade para desistir dela tão cedo. Nabuco vai para Washington como embaixador com 35 contos por ano. Que pena (já que não pode ser Salvador) que não seja Manuel. Eu ficaria contente se você pudesse ter os 35 contos, mas isto não é o que eu queria dizer. É a posição e o que esta pede, para a qual Manuel está tão preparado e eu gostaria de ver você brilhar lá, para o que Madame Nabuco não está à altura, pelo que eu ouço dizer; pois ela, creio eu, não se importa com sociedade. Eu vejo que o Assis não deseja ir para Buenos Aires mas quer uma legação na Europa. Eu me lembro que quando saiu a notícia de que ele iria se aposentar da diplomacia, você disse que ele não faria tal coisa. Como você conhecia bem a natureza do animal. Eu fico pensando agora que ele reflete nos 35 contos em Washington: ele não gosta de deixá-los e não pode tê-los; não está ele exigindo Londres? Eu espero que ele atormente a vida do nosso caríssimo chanceler. Que par de impostores! Salvador não tem visto Rio Branco muito antes de nós termos partido para Petrópolis. Outro dia, alguém, ou melhor, há um mês atrás mais ou menos (acho que foi o Veríssimo), disse a Salvador que Rio Branco pergunta por ele freqüentemente, etc. Salvador replicou: -ele sabe meu endereço...⁶⁸⁰

3.3 – A MOVIMENTAÇÃO DO MEIO DIPLOMÁTICO E A REFORMA DA SECRETARIA

Quando Domício da Gama aconselhou Rio Branco a aceitar o ministério, ele afirmou que haveria prestígio para os atos de sua administração e que “lá chegando o Sr. nem pensará em reformar a Secretaria (ela se reformará por si, diante da sua atividade)

⁶⁷⁸ Carta de Hilário de Gouveia a Joaquim Nabuco Paris, 20 de maio de 1904. Fundaj CP P132 DOC 2753.

⁶⁷⁹ Carta de Amélia Clemência Lúcia de Lemos (sra. Salvador de Mendonça) à Flora Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1905. Lima Library.

⁶⁸⁰ Idem.

ocupado desde logo em gerir a política exterior do Brasil, que anda tão carecida de direção”.⁶⁸¹ Um dos pontos fixados no seu relatório de 1903, datado de 12 de outubro de 1904, era a reforma da secretaria, necessária não somente do ponto de vista de Rio Branco, mas também de seus predecessores, principalmente pela insuficiência numérica do pessoal. Nele, Rio Branco não somente lutava pelo aumento numérico do pessoal, mas também pelo aumento de vencimentos do quadro que conservava “quase os mesmos estabelecidos pelo Regulamento de 19 de fevereiro de 1859”,⁶⁸² algo que já havia sido reconhecido pela comissão de orçamento da Câmara dos Deputados desde 1903. Após listar seus argumentos, ele apresentou o pedido de aumento de pessoal para quarenta empregados, sendo oito de portaria e para as suas dependências, tendo por base o *Quay d’Orsay*, com 207 funcionários e o *Foreign Office*, com mais de 160:

	Em 1859	Depois de 1868	Depois de 1890
Seção de estrangeiros do Conselho de Estado	3	3	0
<i>Secretaria</i>			
Consultor	1	-	-
Director Geral	1	1	1
Directores de Secção	4	4	4
1 ^{os} Officiaes	10	6	4
2 ^{os} Officiaes	6	6	4
Amanuenses	4	4	7
Praticantes	0	5	0
Traductor e compilador	1	0	0
Archivista	0	0	1
Porteiro	1	1	1
Ajudante	0	0	1
Contínuos	2	2	2
Correios	5	3	2
Total	38	35	27

FONTE: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, pág. 84 e 85. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>

Como dito anteriormente, foi o que aconteceu no gabinete de Petrópolis. Às voltas com o Acre, Rio Branco passou a ter um conhecimento apenas sucinto do que acontecia na

⁶⁸¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 04 de setembro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁶⁸² FONTE: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, p. 87. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2003.

secretaria “para despachar de tempos em tempos”.⁶⁸³ Com essa ingerência, Domício da Gama passou a ter uma vida “atropeladamente ativa”⁶⁸⁴ para poder dar conta dos inúmeros afazeres que passaram a ser de sua responsabilidade. Tais deveres, invisíveis até a reunião da sua correspondência, estão profundamente atados à rede relacional do gabinete. Assim, a própria personalidade de Domício da Gama ajudou a estabelecer os espaços de sociabilidade e o modo como eles se movimentavam. Depreende-se de sua correspondência que, dependendo do interlocutor, com quem ele tivesse maior ou menor grau de confiança, ele revelava sentimentos pessoais, impressões sobre o cenário político e diplomático da época. A Graça Aranha, ele relatou não somente a pressão sob a qual a secretaria vivia, mas também o fato de ele ter de se multiplicar para atender a todos os pedidos e encargos da secretaria. Além de atender aos ministros estrangeiros que vinham em busca de respostas mais apressadas, “quasi todos os dias ando a correr as secretarias por isso”,⁶⁸⁵ responder aos pedidos de nomeação ele ainda tinha que dar conta das suscetibilidades humanas por conta do fato de ele ser um do gabinete.

Durante 1903 e meados de 1904, do ponto de vista pessoal, essa vida atribulada fizera bem a Domício da Gama. Ele se sentia mais confiante e mais seguro de “bem-servir no que faço, sem bulha nem matinada. Devo dizer-lhe que o Barão me ajuda muito neste caminho que vou trilhando de confirmar o conceito que me atribuíam por simples presunção. Por esse lado ainda a minha estadia aqui me tem servido pessoalmente”.⁶⁸⁶ Segundo João do Rio, que não era não do círculo próximo a Domício da Gama, ele tinha “uma inteligência penetrante e cauta, de uma polidez perfeita, eu o sentia dessa fornada de homens cujo poder mental se alia à habilidade de não querer contrariar o semelhante, de criar simpatias”.⁶⁸⁷ O jeito circunspecto de tratar dos assuntos diplomáticos, traço de sua personalidade ensimesmada, servia a Rio Branco e ao trabalho de gerenciamento que ele desenvolveu. O tom das suas cartas mostra-se discreto ou conciliatório, como no caso das nomeações, ao pedir paciência a Henrique Coelho Netto: “É este maldito Acre que demora tudo: relatório annual, reforma da Secretaria, movimento diplomático, litteratura de

⁶⁸³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁸⁴ *Idem*.

⁶⁸⁵ *Ibidem*.

⁶⁸⁶ *Ibidem*.

⁶⁸⁷ FUNAG – Centro de História e Documentação Diplomática (Org.) **Op. Cit.**, p. 216.

imaginação e epistolar, expediente das Legações estrangeiras e das nossas, tudo o que depende da especial atenção do Barão”.⁶⁸⁸ Outras vezes, se necessário, lançava mão de outros canais, como a utilização de um intermediário próximo ao sujeito do problema, para tratar de um assunto que exigia mais do que uma resposta oficial:

Acabo de receber a sua cartinha de antehontem, o que muito sinto não poder dar uma resposta satisfatória. Escrevi no dia 31 de março ao Luis Guimarães offerecendo-lhe (para tiral-o do apuro que parecia achar-se em Montevideo) a sua remoção para Buenos Aires, porém sem ajuda de custo para não gravar esa verba já muito perto de esgotar-se. Por carta datada de 13 d'este mez elle recusa Buenos Aires para "esperar mais uns tempos e ir depois para a Europa, nas condições em que tem ido os outros collegas"(Tradução: com ajuda de custo). Ora, isto prova primeiramente que elle não está em apuros em Montevideo, e não aceitaria a sahida que lhe offereço, e em segundo logar que o que elle pretende, sobretudo é ter a ajuda de custo de remoção (que já não será dada agora senão a quem for removido sem ser a pedido, seja este indirecto e particular embora). Montevideo e Buenos Aires não são Legações em que se marca passo meu caro Alberto. Quem é intelligente e trabalhador acha ahi tanta occasião para distinguir-se quanto em Paris, Londres, em Lisboa. O Guimarães está ganhando fama de pidão na Secretaria. Você que é amigo d'elle, dê-lhe com jeito o conselho de não abusar dos empenhos. Elle não tem nem serviço, nem antiguidade que o recomende particularmente (há pouco mais de um anno foi nomeado par ao serviço diplomático) e com preferência sobre outros. O Barão é homem do officio e conhece todas as trias de Secretários e gota muito de proceder por si; como responsável que é pelo serviço a seu cargo. É por isso que não insisto pela remoção do Guimarães que não corresponde a uma necessidade de serviços nem a um apuro pessoal e interessante. Não veja nesta resposta dureza da minha parte, meu bom Alberto. É para clarear-lhe a situação e para que o Guimarães não se estrague de reputação para o seu futuro diplomático. Nesta carreira, ainda mais do que em outras, a habilidade consiste... Em descrição e reserva.⁶⁸⁹

Ou, ainda, exprimia um caráter aconselhador quanto ao tipo adequado de comportamento no momento:

Recebi ontem a sua carta de 31, como recebi todas as outras anteriores, sobre as nossas questões políticas, sobre a Stockler, etc. Elas têm produzido impressão muito favorável, não só sobre mim, que sei o que v. vale, mas sobre o barão, que já o tem evitado em conversa, como uma das raras esperanças da carreira. Isso significa que basta que v. persevere nessa toada inteligente e criteriosa, zelando pelo serviço público e pela sua dignidade de particular e de funcionário ao mesmo tempo. Você pode prestar muito serviço "Sem brilho nem motivado", como diz. Tenho a certeza de que saberá portar se sem despertar ciúmes nem

⁶⁸⁸ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto em 01 de fevereiro de 1904. CCN, Seção de Manuscritos BNRJ, I - 01,03,031.

⁶⁸⁹ Carta de Domício da Gama a Alberto de Oliveira, Petrópolis 23 de abril de 1903. ABL. CDG, 09.4.03.

ofender suscetibilidades. Já terá percebido que anda amparado por cá: não convém que os outros o sintam.⁶⁹⁰

No entanto, quando Guachalla chegou, Rio Branco voltou-se totalmente para o Acre acontecendo o que Domício da Gama disse a Henrique Coelho Netto: “Não tem o Barão tempo para tratar da criação de postos, ou antes, do seu provimento, porque já foi para o Congresso o projecto no orçamento geral”.⁶⁹¹ Seis meses depois, o projeto não havia andado o que afetava a estrutura diplomática: “Não haverá movimento diplomático por enquanto, nem provimento de Legações creadas. A reforma da Secretaria lá ficou entre mãos do presidente, que não quiz n’um fim de sessão atrapalhar o Congresso no seu trabalho, mandando-lhe um pedido de augmento de despeza (145 contos mais). Esperemos que seja approvedo o tratado, para que possa occupar-se com isso o nosso chefe”.⁶⁹² Esses contratempos, porém, não dissipavam expectativas, pelo contrário, aumentavam-nas, juntamente com a expectativa gerada em torno da movimentação, como pode ser visto nos três exemplos abaixo, entre 1903 a 1905, de três fontes diferentes:

Annunciaram-me de Paris que haveria em breve um grande movimento diplomático, fallando-se em dous novos Ministros dous Encarregados de Negócios, quatro primeiros secretários e vários segundos. Quaes serão os nomeados? Rogo a V.Exa. queria fazer-me o obsequio de dizer qualquer notícia que chegar ao seo conhecimento a tal respeito, principalmente acerca do nosso segundo secretario desta Legação⁶⁹³.

Só ontem à noite pude conversar longamente com o Domício. E de tudo o que dele ouvi concluo que v. deve desistir da candidatura a um lugar na missão de Bogotá e fiar-se na pretensão ao cargo de adido em Londres. Domício dá como certa esta nomeação. A sua entrada para o quadro, porém, não me parece tão próxima, como a v. vorri... Tenho que é negócio para mais de ano de espera e digo-lhe então para que saiba claramente a situação. A palavra cabe ao [ilegível] bom papai.⁶⁹⁴

Meu caro Domício, vim procurá-lo e soube que está em Petrópolis e não descerá hoje. Disse-me o Sr. Vasco Smith de Vasconcelos que o Dr. Dutra, adido à Secretaria, vai pedir demissão 2ª feira, depois de amanhã. Ele deseja o lugar para si, e já uma vez lhe falei disto, pedido dele; é estudante do 1º ano de direito. Pode você interceder por ele? Não desejo incomodar diretamente o nosso Rio Branco a

⁶⁹⁰ Carta de Domício da Gama a Sylvino Gurgel do Amaral, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1904. AHI, ASGA. Lata 346, Maço 3, Pasta 34.

⁶⁹¹ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto, Petrópolis, 14 de julho de 1903. BN, CCN, I - 01,03,027.

⁶⁹² Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL, AGA 10.3.13.

⁶⁹³ Carta de José Manuel Cardoso de Oliveira a Joaquim Nabuco Londres, 18 de fevereiro de 1904. Fundaj, CP P127 DOC2654.

⁶⁹⁴ Carta de Graça Aranha a José Francisco. Petrópolis, 25 de janeiro de 1905. ABL, AGA, 10.3.07.

este respeito, nem sei se lhe poderia falar hoje. Escrevo também ao Graça Aranha.⁶⁹⁵

Lidar com estas expectativas era não somente uma realidade criada pelo em torno do gabinete Rio Branco, mas um comportamento repetitivo do meio político brasileiro. Quando das nomeações para Palmas, a instabilidade do cenário havia colocado o próprio Gama frente a uma realidade que lhe era desconhecida à época: o bastidor do poder das movimentações políticas. Dez anos depois ele, à frente do Gabinete de Petrópolis, foi obrigado a lidar diretamente com este entremeadado jogo dos conchavos de gabinete em torno de Rio Branco. E experimentar os dois lados da questão não o agradara. Naquele momento a maior vantagem que pode ser depreendida de sua nomeação para o Peru foi a superação do *In Partibus* e, subseqüentemente, do momento *criatura tutelado*. Então, inicia-se a caminhada para o seu desafio de superar o terceiro e último momento *criatura*: o de sair de sob a sombra de Rio Branco.

⁶⁹⁵ Carta de Machado de Assis a Domício da Gama, Rio de Janeiro 29 de dezembro de 1906. Apund in: ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio. **Obra completa**. Rio de Janeiro: J Aguilar, 1959.

CAPÍTULO 4 – FIM DO *IN PARTIBUS*: DOMÍCIO DA GAMA NA REPÚBLICA DO PERU

I arrived here two months ago and I do not know yet how long I shall stay in Lima. [...] I am always representing, always under pressure and as you know I do not take easily good words for real friendship. This moral solitude after many years of live among true friends is one of the motives for me not to wish to get old here. The other is the dreariness of the country around Lima that is not by itself a pretty town. No walks, no trees, no grass, barren dark land where every step makes dust: it is a dismal sight for eyes used to own magnificent landscapes.

Carta de Domício da Gama a David E. Thompson

O Peru era um degredo. E, no entanto, veja o senhor, tenho saudade de algumas pessoas, de alguns aspectos de lá. Assim é o nosso coração, que se não conforma com a idéia das separações para sempre.

Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco

4.1 – O LONGO FIM DO *IN PARTIBUS*

Se em face do Acre, o gabinete de Petrópolis administrava-se sob o olhar de Domício da Gama, o quesito movimentação diplomática dependente diretamente das decisões de Rio Branco aguardava. Desse modo, o maior desafio de Domício da Gama, após o tratado de Petrópolis, não era lidar com a secretaria, com suas crises de saúde ou com o eletrizado meio da secretaria, mas sim sair de sob a sombra de Rio Branco rompendo assim com o momento de criatura-tutelada em busca de seu próprio espaço. O retorno ao Brasil, que ele havia visto como *in partibus*, estendera-se por longos quatro anos. Após a resolução do caso com a Bolívia, agora era a vez do Peru. Domício da Gama desdobrava-se em apoiar a Rio Branco, não somente na administração do gabinete, mas fazendo também as vezes de secretário. A sua correspondência reforça esse aspecto: “Não descí causa constipação. Ministro Oriental deseja falar-lhe com urgência e vai tentar

audiência de manhã. Japonês pede dia para entregar carta de gabinete ao presidente”;⁶⁹⁶ “Recebi seus telegramas e carta já providenciei. Rio Branco”;⁶⁹⁷ “Se refere a pedido feito há vários meses demora resposta prejudicado por estrago mercadoria e despesa armazenagem. Gama.”⁶⁹⁸ Ou, ainda: “Esqueceu-me dizer-lhe que o Sr. Elizalde, Secretário do Equador, chegou ontem, precedendo de alguns dias o seu Ministro, e deseja apresentar-lhe os seus respeitos. Ele virá amanhã ao Ministério”.⁶⁹⁹

Domício da Gama torcia pela resolução total da questão do Acre para organizar o andamento das nomeações e resoluções das pendências administrativas. Os boatos sobre as transferências de cargos tomavam corpo, até mesmo sobre a sua. De Londres, José Manuel Cardoso de Oliveira afirmava a Joaquim Nabuco que “não sei se é certa a notícia que correio há pouco tempo de ter sido o Domício 1º secretário em Paris.”⁷⁰⁰ Porém, somente sete meses depois ocorreu a primeira tentativa de saída de Domício da Gama de Petrópolis para uma Paris, no mesmo cargo do primeiro-secretário.⁷⁰¹ Ele seguiu viagem, mas não conseguia se desvencilhar do gabinete de Petrópolis. Um mês e meio depois, Rio Branco chamou-o de volta ao gabinete, como adido, para apoio ao gabinete. Assim, Gama retornou, em plena revolta da vacina, para trabalhar em Petrópolis, mas continuando lotado em Paris. Reinsereu-se à rotina de antes, como os pedidos de intercessão administrativa. Euclides da Cunha envolvido com a organização da comissão de demarcação das fronteiras, pediu sua ajuda direta no caso, afirmando que “cada conferência com o venerando visconde de Cabo Frio, faz-me o efeito de uma ducha enregelada, desinfluindo-me, tais as complexas formalidades que aparecem ainda não cumpridas - e que vão da

⁶⁹⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Petrópolis, 07 de janeiro de 1904. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁶⁹⁷ Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama Rio de Janeiro, [Rio de Janeiro] 08 de janeiro de 1904. AHI, APBRB, Parte III (34), Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ Bilhete de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Rio de Janeiro, 15 janeiro 1904 AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁷⁰⁰ Carta de José Manuel Cardoso de Oliveira a Joaquim Nabuco Londres, 18 de fevereiro de 1904. Fundaj, CP P127 DOC2654.

⁷⁰¹ O Presidente da república dos Estados Unidos do Brasil resolve designar a 1º Secretário Sr. Domício da Gama, para exercer o seu cargo na Legação em Paris. Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1904, 16º dA *República*. FCO Rio Branco Folha 10v – livro 9 12/08/1904 – MRMenezes Carimbo: Registrado a fls. 10v do livro 9 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 12 de agosto de 1904. MRMENEZES – 2º Official. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

escolha do resto do pessoal à simples aquisição dos instrumentos astronômicos ou topográficos”.⁷⁰²

Desanimado, enfrentou o retorno de sua depressão. A Graça confessou que sentia como se “às vezes se me aperta o coração de pensar em tanta companhia que ainda hei de ter no futuro, no meu futuro de vagabundo pelos países e pelos corações estranhos. Hoje faz um dia de verão chuvoso e estou triste.”⁷⁰³ Ao final do mês, ele ainda não havia melhorado, como pode ser percebido na resposta à carta de Sylvino Gurgel do Amaral:

Compreendo muito bem a sua ansiedade e a urgência de uma solução qualquer para a situação do seu irmão. Mas v. sabe que o tempo é o grande fator das coisas. A minha única mesinha para as contrariedades e amofinações é a certeza do “Dia depois do outro”. Às vezes como agora em que mal posso escrever escrevendo, enjoado, deprimido por uma nevralgia insistente sobre os olhos (conseqüência de uma furiosa constipação apanhado em S Paulo, donde voltei para assistir ao fim das desordens no Rio), às vezes fico trêmulo de cólera e vêm me a boca o amargo da bÍlis remexida. Mas logo me acalmo, pensando que ninguém tem culpa do que acontece e que o empregado público deve ter pelo menos tanta paciência quanto o tipógrafo, o marinheiro, o médico e até o padre confessor. Não posso escrever o sobre o que se passou no Rio. Você terá lido os jornais, sobretudo o Paiz que teve as melhores informações de gente connected with the fear. A rapidez com que tudo se decidiu produziu o mais salutar efeito. Agora é a tarefa desagradável de apurar responsabilidades e distribuir justiça, a precária justiça. A ordem está garantida.⁷⁰⁴

A resolução do caso Henrique Coelho Netto foi um que o deixou decepcionado, considerando-se que havia passado quase um ano e meio transmitindo garantias de Rio Branco a Netto: “Antes que eu lhe falasse no seu nome, disse-me o Barão que considerava uma honra para o Corpo Diplomático a sua entrada para o serviço do Brasil no estrangeiro e que na primeira oportunidade quando forem criados novos postos (o que será talvez este ano) você não será esquecido”.⁷⁰⁵ Além disso, havia a expectativa sobre a finalização do caso: “Depois virá o socego, o trabalho silencioso, a abertura das portas para os que querem trabalhar. Você entrará, esteja seguro, meu Netto. É a única promessa de que o Barão faz menção quando fala em compromissos tomados para a nomeação de secretarias. Bem pode imaginar quantas dezenas de pedidos elle tem recebido. Mas não duvide e tenha

⁷⁰² Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1904. Apud: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 235.

⁷⁰³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1904 ABL AGA, 10 3 13.

⁷⁰⁴ Carta de Domício da Gama para Sylvino Gurgel do Amaral, Petrópolis 24 de novembro de 1904. ASGC. Lata 346, Maço 3, Pasta 35.

⁷⁰⁵ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto, Petrópolis, 22 de março de 1903. BN, CCN, I-01,03,026.

paciência: o seu enterramento vae cessar”.⁷⁰⁶ Ele incumbiu-se de informar a Coelho Netto que a sua possível entrada no ministério não aconteceria em duas oportunidades: a primeira vez em julho⁷⁰⁷ e a segunda, cinco meses depois. Na carta, o mesmo tom de abatimento da missiva a Gurgel do Amaral:

Perdoe-me esta demora em responder à sua carta de 8. Andei doente e triste. Andei também com esperança de que a reforma, que se lhe afigura “um facto”, se realizasse sem as mutilações capitaes que lhe fizeram os bárbaros orçamenteiros. Entre os logares propostos havia um que lhe servia: a de redactor. Cortaram-no sem piedade. O Jornal se pronunciou contra o luxo de redactores externos. Os outros não lhe servem. Você não pode ser amnamense. Queria falar-lhe, quando não fosse senão para certificá-lo de que V. não foi posto de lado. Você andará cansado de promessas, e isso mesmo uma vez o pagamento do que lhe é devido...⁷⁰⁸

Eram tempos agitados na política interna brasileira. O Brasil defrontava-se com preparação para a campanha presidencial. O nome de Rio Branco surgiu como um possível candidato. Em resposta ao jornal A Nação, ele afirmou que a história não tinha fundamento. A questão da candidatura era o nó do processo de sucessão presidencial. Para Graça, a crise era militar e lembrava os momentos anteriores à República; por isso, a sucessão presidencial era apenas uma desculpa para a agitação geral. “O Presidente aceitou a candidatura do Bernardino de Carmos – e está apoiado pelo Lauro Müller e pelo Bulhões. O Bernardino tem contra si uma repulsa geral da opinião – é combatida pelo exército e pela marinha sem divergência. O Bulhões não dá importância a estas forças (que eu ainda julgo as mais vivas da Nação) e quem que eram grupo de governadores pode impor o Presidente”.⁷⁰⁹ Preocupado, Domício via o quadro como instável, “já estiveram mais claros os horizontes, já houve mais esperança de que tivéssemos enfim entrado no bom caminho”.⁷¹⁰ Por conta da presença do que ele chamava de a oposição permanente, ele previa um fim “tempestuoso e cheio de maus momentos⁷¹¹” para a administração Rodrigues Alves:

⁷⁰⁶ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto em 01 de fevereiro de 1904. CCN, Seção de Manuscritos BNRJ, I - 01,03,031.

⁷⁰⁷ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto. Rio de Janeiro 07 de julho de 1904. BN, I-01,03,029 Coleção Coelho Netto.

⁷⁰⁸ Carta de Domício da Gama a Coelho Netto, Petrópolis, 18 de dezembro de 1904. BN, CCN, I-01,03,030.

⁷⁰⁹ Carta de Graça Aranha a Joaquim Nabuco Petrópolis 26 de abril de 1905. Fundaj, CP P160 DOC 3311.

⁷¹⁰ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, 19 de abril de 1905. Fundaj, CP P159 DOC 3301.

⁷¹¹ Idem.

E para resistir ao novo governo congregam-se os agitadores tão ameaçadoramente que, mesmo que se ponha agora em prática o recurso das subvenções, a opinião feita não poderá senão receber mal o novo Presidente. Imagine que preferem Campos Salles depois Antonio Prado, depois Rio Branco os jacobinos, que ainda são os indicadores dos caminhos políticos entre nós! D'estes três só o primeiro é candidato e ainda muito bem cotado, mas penso que, por sacrifício ao bem público, qualquer dos outros aceitaria o posto cada vez menos desejável para quem seja sensível à injúria e à ingratidão.⁷¹²

Enquanto isso, Domício da Gama parecia reviver os anos Olyntho de Magalhães, quando era nem transferido, nem promovido. A tutela de Rio Branco parecia infinita e não admitir possibilidades de afastamento. Em dezembro de 1904, ele recebeu um despacho do visconde de Cabo Frio, que remetia um decreto presidencial que o promovia a ministro residente na Colômbia,⁷¹³ mas, ainda assim, ele não foi deslocado para o posto, continuando adido em Petrópolis. O período de tempo entre esse despacho de Cabo Frio e o próprio decreto é de três meses.⁷¹⁴ As promessas de liberação e as subseqüentes retenções afetavam diretamente o seu ânimo. Nem a elevação da legação brasileira nos Estados Unidos da América à embaixada animou-o, já que afinal Rio Branco não o enviaria para lá, conforme ele e Nabuco haviam pedido três anos antes. “Eu penso que Wash. deve ser a nossa primeira Legação no presente estado do equilíbrio político ‘mundial’, e creio ter dito ao Domício que a nomeação d’elle para Washington como primeira nomeação, a menos que primeiro como secretário em Wash”.⁷¹⁵

O tom alquebrado transparecia nas cartas dirigidas a pessoas próximas a ele. A um pedido de sua opinião sobre a imigração e a colonização em São Paulo, feito por Antônio Prado, apesar de se avaliar previamente como “sem autoridade para tratar do assumpto por não ser nem administrador, nem jurista, mas um simples empregado subalterno”,⁷¹⁶ ele

⁷¹² Ibidem.

⁷¹³ Telegrama de Domício da Gama ao visconde de Cabo Frio, Dezembro 1904. In: IHGB, CDG, Lata 645, Pasta 5.

⁷¹⁴ “O Presidente da república dos Estados Unidos do Brasil resolve promover a Ministro residente na *República* da Colômbia, o Primeiro Secretário da Ligação em Paris, Sr. Domício da Gama, com os vencimentos da Lei. Rio de Janeiro 16 de março de 1905 – 17º Rep. Presidente Rio Branco Carimbo: Registrado a fls. 50v do livro 9 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 08 de julho de 1905. MRMENEZES – 2º Official“. Nomeação de Domício da Gama, Rio de Janeiro 16 de março de 1905. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

⁷¹⁵ Carta de Joaquim Nabuco ao barão do Rio Branco, s.l. abril de 1903, Fundaj, CA P21 DOC 411.

⁷¹⁶ Carta de Domício da Gama a Antônio Prado. Petrópolis, 25 de fevereiro de 1905. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 16.

respondeu tanto com uma análise sobre a matéria como, por extensão, com a sua visão do país:

Parece-me que não é preciso ser grande especialista na matéria para ver que no Brasil os males estão logo ao pé dos remédios a que nem os males são constitucionaes, nem na grande resistência a reformar que não podem senão trazer benefícios para a grande massa, ainda que firam interesses de um pequeno grupo. O respeito supersticioso da lei não tem cabimento entre nós, que fizemos a lei precipitadamente e não podemos ter a pretensão de ter attendido nella a todas as necessidades presentes e futuras do regimen do trabalho no Brasil. É preciso reformar, é preciso organizar essa matéria. Vossa Excellencia, com a sua autoridade, pode promover o movimento nesse sentido com toda segurança de bom êxito. E será mais um serviço a ajuntar aos tantos que já lhe deve não somente o seu estado, mas o paiz inteiro. Não há economias, não há artificios financeiros que ou augmentem a riqueza nacional se a população laboriosa do paiz, não augmentar na proporção dos encargos crescentes que deve ter uma nação civilizada, em concorrência com os vizinhos. O balanço financeiro de um povo deve aferir-lhe o valor, hoje em dia. E o nosso, à vista do immenso capital que temos improdutivo, é ridiculamente pobre. E por isso que chego a pensar que o problema único do Brasil é a sua valorisação, é o seu povoamento. Quando formos cincoenta milhões de brasileiros haverá sempre margens no orçamento para empreendimentos de que nos orgulhamos e será cessado esse receio puerilmente pessimista de sermos absorvidos. Deante de tal problema o que valem leis de segunda ordem e lettras de uma constituição precária?⁷¹⁷

Ao final dessa opinião politicamente forte e consciente do seu país, ele afirmou que, “apezar de parecer preguiçoso e indifferente, sei me interessar pelas causas que valem a pena de se trabalhar por ellas. E o meu desejo é ser útil”.⁷¹⁸ Uma utilidade que não parecia ter fim, já que, para a Domício da Gama, a situação continuava indefinida, apesar de aparentemente agitada. Afora a nomeação para Paris, o retorno como adido não-oficial em Petrópolis, a nomeação para a Colômbia assinada, mas não publicada, ainda em junho, duas correspondências diferentes davam a ele dois destinos diversos: enquanto Nabuco dizia a Graça que tinha a impressão de que ele se preparava para dirigir a secretaria,⁷¹⁹ Domício recebia um telegrama de congratulações de José Joaquim Seabra: “Sinceros parabéns pela sua nomeação para logar ministro Equador. Tenho grande satisfação vê-lo promovido posto para o qual o indicava seu real merecimento. Afetuosas saudações. Seabra Min. Interiores”.⁷²⁰ A instabilidade da situação de Domício da Gama reafirma o fato

⁷¹⁷ Carta de Domício da Gama a Antônio Prado. Petrópolis, 25 de fevereiro de 1905. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 16.

⁷¹⁸ *Idem*.

⁷¹⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha. Washington, 21 de junho de 1905. Apud: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, p. 217-219.

⁷²⁰ Telegrama de José Joaquim Seabra a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1905. IHGB CDG, Lata 645 Pasta 17.

de Rio Branco repetir para com ele o mesmo comportamento tutelar do pai, o que levava Gama a estar satélite do Barão. Permaneceu preso à sua órbita nesses quatro anos, não por escolha ou por incapacidade profissional, mas, pelo contrário, exatamente por ser capaz. Essa capacidade pessoal leva a outra possibilidade, porque Rio Branco, que precisava tanto de um ministro capaz no Peru, não o enviou antes? Ou ainda por que ele, sabendo que Domício desejava, antes de voltar para o Brasil, ir para Washington, não o enviou para lá, quando criou a embaixada, se Assis Brasil já havia deixado claro que para lá não voltaria?

Nesse momento, cabe retornar ao ponto já visto, da unanimidade da opinião positiva sobre o Barão no plano nacional, e completar a pergunta: qual foi a real unanimidade e autonomia de Rio Branco? Quanto à unanimidade, percebe-se que ele lutou não somente contra a mesma oposição permanente, que causou tempos difíceis a Rodrigues Alves, mas também contra seus próprios detratores. Medeiros e Albuquerque afirmou que, quando os positivistas queriam atacá-lo, alcunhavam-no de simples cartógrafo, mas, “em compensação, foi endeusado por muitos que o consideravam um homem superior. Ele foi um extraordinário patriota. A sua singularidade estava no fato de ser um ministro que viveu cerca de dez anos, inteiramente, completamente, exclusivamente para o serviço nacional. Não tinha preocupações de família não cogitava de política interna”.⁷²¹ A essa análise une-se a capacidade de Rio Branco de jogar contra seus opositores por meio dos jornais, tática que o manteve popular e sempre na roda dos assuntos do dia. Uma inserção que ele escolhia como deveria ser debatida.

Já quanto a real autonomia, há algumas dúvidas, aqui tratadas porque vêm ao encontro objetivo do trabalho, que podem ajudar a responder a mudança do próprio *status* de Rio Branco no decorrer das presidências. O cenário do Brasil à época ainda era instável e crivado de paixões políticas onde as nomeações eram disputadas. Um exemplo disso pode ser visto no ataque que a nomeação de Assis Brasil sofreu por Pinheiro Machado, que temia o renascimento da influência de Assis Brasil no sul. Rio Branco não estava totalmente acima dessas paixões políticas. Ele optara por não lidar diretamente com a política interna brasileira, mas elas debatiam e acompanhavam cada passo seu. Por essa perspectiva, mesmo as nomeações da alçada do Ministério das Relações Exteriores

⁷²¹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**, p. 149.

poderiam ser travadas por movimentações políticas. Por essa razão, ele utilizou e alimentou conchavos de gabinete, para dispor dos agentes que julgava necessários ao seu ministério. Essa possibilidade mostrava-o disposto a manter em torno de si um anel de influências, composto por pessoas com as quais ele pudesse contar e as quais conseguissem controlar, um comportamento que o diferenciava dos demais ministérios que se abriram à influência federal. Essa perspectiva ganha corpo com o fato de ele mesmo haver assumido a Graça que estava sem força no Senado, para manter a sua nomeação enquanto ministro:

O Rio Branco foi muito amável commigo offerendo-me collocar-me definitivamente no Corpo diplomático. **Deseja nomear-me Ministro. Não se julga, porém com força de propor ao Senado a minha nomeação.** S'embleé e por isso suggeriu-me o alvitre de nomear-me segundo secretário de Legação, [...] eu dentro de um mês, sem posto designado, servindo no Tribunal como tive a antiguidade da Missão o que me colloca acima do Cardoso e depois fazer minha formação. O Sr. comprehende que eu não podia [...] esta peregrinação. Os meios são honestos e [...] por chegar a um bom resultado, e depois tive o prazer de reconhecer boa vontade da parte do Rio Branco. Uma vez Ministro falou me o Domício que eu irei para o México. Não sei. Em todo o caso se isto nao se for, pediria então para ir servir com o Sr. em Washington que é a minha única aspiração. Este plano de Rio Branco fica entre nós. Sinto que elle contrarie o Barros Moreira e o Cardoso de Oliveira. Mas quem sabe. Não tenho pressa.⁷²²

Trazer para a capital, em agosto de 1905, o Congresso científico latino-americano e a Terceira Conferência Internacional Americana em 1906 deu visibilidade e ajudou na construção de uma política de prestígio do próprio ministro. E essa constante disputa política, inerente à vida no Rio de Janeiro, se espalhava por todos os espaços sociais, perpassando a política e alcançando a eleição para a Academia Brasileira de Letras. A política de valorização dos “mosqueteiros intelectuais”, maioria quase absoluta da ABL, aprofundou a entrada da política no terreno das letras. Um ressentido Lima Barreto manifestava grande desprezo pelos intelectuais que chamava de protegidos de Rio Branco, chegando a, em *Vida e morte de Gonzaga de Sá*, a afirmar que “Este Juca Paranhos faz do Rio de Janeiro a sua chácara... Não dá satisfação a ninguém..”⁷²³

Gama, após receber uma homenagem inesperada da sociedade científica de São Paulo, ecos dos tempos em que se vira transformado em geógrafo, sendo eleito sócio

⁷²² Grifo da autora. Carta de Graça Aranha a Joaquim Nabuco Petrópolis 26 de abril de 1905. Fundaj, CP P160 DOC 3311.

⁷²³ BRITO BROCA. **Op. Cit.**, p. 157.

correspondente,⁷²⁴ viu-se às voltas com uma missão diferente das quais estava acostumado: Rio Branco tomou para si o encargo de eleger Mário de Alencar para a vaga de José do Patrocínio na ABL. Essa atitude deveu-se ao fato de o adversário ser ninguém menos do que um antigo desafeto dos tempos da missão Palmas, Domingos Olímpio. Par tal, contou com a ajuda de Graça Aranha e de Domício da Gama, que chegaram a enviar telegramas para arrecadar os votos necessários à eleição de Alencar: “Eleição academia 21 Mário Alencar nosso candidato preço telegrape voto. Domício”.⁷²⁵ Quando a rotina do gabinete o impediu de descer para votar, ele enviou um telegrama a Rodrigo Otávio, pedindo que aceitasse uma procuração “para votar o nome Mário de Alencar. Afetuosa saudações. Domício da Gama”.⁷²⁶ O resultado final contabilizou: Mario de Alencar, 17 votos; Domingos Olympio, 10 votos; Padre Severiano de Rezende, 1 voto.⁷²⁷

4.1.1 - NO COMPASSO DA QUESTÃO ACREANA

Toda a estratégia da negociação de Rio Branco da questão acreana jamais previra arbitragem ou a negociação em conjunto com a Bolívia, Peru e o *Bolivian Syndicate*, mas sim a negociação em separado com cada um dos interessados. Ao peruano Hernán Velarde, Rio Branco alegou que essa opção devia-se ao fato de o Brasil haver passado por uma complexa experiência triáde logo após a Guerra do Paraguai: “A discussão durou anos e deu lugar a incidentes que quase produziram uma nova guerra. O tratado em separado com o Paraguai, primeiro o Brasil e depois a Argentina, foi possível chegar à solução que de balde procuraram os aliados obter negociando conjuntamente. Começada em 1869, a questão só terminou em 1876”.⁷²⁸ Quando, em janeiro de 1903, Rio Branco assegurou ao Peru que as negociações com eles se iniciariam assim que se finalizassem as com a Bolívia, ele obstou-se não somente à tríplice, mas como à utilização do tratado de 31 de

⁷²⁴ Carta de Erasmo Braga a Domício da Gama, São Paulo, 25 de agosto de 1905. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 13.

⁷²⁵ Telegrama de Domício da Gama a Joaquim Nabuco Petrópolis, 29 de outubro de 1905. Fundaj, CP P172 DOC 3557.

⁷²⁶ Telegrama de Domício da Gama a Rodrigo Octávio, Petrópolis, [outubro de 1905], ABL, ADG, 09.4.03.

⁷²⁷ Acta da sessão de 31 de outubro de 1905. ABL.

⁷²⁸ Nota de Rio Branco a Hernán Velarde, Petrópolis, 28 de julho de 1903. In: TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p. 431.

dezembro de 1902,⁷²⁹ sobre uma região maior que “nossos Estados de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo”:

Região ao sul do Madre de Dios (93.000 km), Região entre o Madre de Dios, Abunã, Acre Meridional e paralelo 11° (73.000 km), Região a oeste da linha Inambari-Javari (130.000 km), Região ao norte do paralelo 11° até a linha de Santo Ildefonso, conforme as últimas pretensões peruanas (424.000km) Total 720000 km. De acordo com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 que imprimira a linha Madeira-Purus sob a guarda peruana foi nulificado pelo Tratado de Badajós de 1801. Assim, quando em 23 de outubro de 1851, o Brasil e o Peru assinaram a Convenção Especial de Comercio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites adotaram no artigo VII o *uti possidetis* como princípio regulador de fronteira e “como fronteira a povoação de Tabatinga; e dahi para o norte em linha recta a encontrar o rio Japurá, defronte da foz do Apoporis;⁷³⁰ e de Tabatinga para o sul, o rio Javary, desde a sua confluência com o Amazonas.⁷³¹

Álvaro Lins afirmou que as “divergências com o Peru, em 1904, apresentavam um carácter mais apaixonado e mais perigoso do que se verificara na discussão brasílioboliviana”.⁷³² Ele tem razão, tendo em vista todo o cuidado dispensado por Rio Branco para não ferir as suscetibilidades peruanas quanto ao triangulo formado pelas bacias do Alto Purus e Alto Juruá, reclamada pelos peruanos desde a primeira proposta feita a eles, em 23 de julho de 1903. Ao tratar de limites, a proposta descreveu no artigo 3 alínea d: “por uma linha este-oeste que seguirá o paralelo dessa nascente até ao ponto de encontro com a fronteira do Peru”.⁷³³ No entanto, enquanto Rio Branco aguardava a chegada do plenipotenciário boliviano Fernando Guachalla, o Peru havia apresentado à Bolívia⁷³⁴ os seus protestos contra o estabelecimento de um *modus vivendi* sem a sua presença, e o ministro do Peru baseado em La Paz ameaçava represálias ante o prosseguimento das negociações sem o seu país. Ante tal reação, Rio Branco recomendou a Eduardo Lisboa, em 12 de agosto de 1903, que “sobre ameaças Peru diga, como coisa sua, que poderemos pedir explicações e poderemos declarar que consideramos qualquer agressão à Bolívia como feita a nós”.⁷³⁵ Desse modo, pode-se perceber que o artigo VIII do tratado de

⁷²⁹ “A questão de limites entre a Bolívia e o Peru, submetida pelo Tratado de arbitragem de 31 de dezembro de 1902 ao juízo e decisão do governo argentino, envolve a maior superfície territorial que ainda se discutiu entre dous Estados”. Apud: CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975, p.1.

⁷³⁰ Trecho mais tarde negociado com o Equador, 1904, e finalmente com a Colômbia, 1907 e 1928.

⁷³¹ CUNHA, Euclides da. **Op. Cit.**, p.1.

⁷³² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 293.

⁷³³ TOCANTINS, Leandro **Op. Cit.**, p. 304.

⁷³⁴ Idem, p. 300.

⁷³⁵ Telegrama de Rio Branco a Eduardo Lisboa, Rio de Janeiro 12 de agosto de 1903. Apud: Ibidem, p. 312.

Petrópolis,⁷³⁶ ao estabelecer a negociação direta entre o Brasil e o Peru, sem responsabilidade alguma para a Bolívia, foi o cumprimento da promessa de 12 de agosto.

Perante a insistência do governo peruano em prol do arbitramento, Rio Branco afirmou, em uma circular telegráfica às legações, que o Brasil nunca havia precisado recorrer: “ao juízo arbitral sem discussão prévia sobre a questão de direito e, no caso presente, só poderá entrar nessa discussão depois que o Peru fizer retirar os destacamentos militares que mandou para o Alto Juruá e Alto Purus, território esses que, sendo brasileiros, foram por nós cedidos à Bolívia em 1867 e recuperados agora pelo tratado de 17 de novembro de 1903”.⁷³⁷ Porém, conforme Moniz Bandeira, os informes da região mostravam que o Peru pretendia não somente permanecer no Alto-Purus e no Alto Juruá, como também avançar pelo Baixo-Juruá e ocupar várias cidades do Amazonas, inclusive Manaus. Esse postura, segundo Rio Branco, “não cria[va] direitos para o Peru, antes representa uma confissão de que eles não existem”.⁷³⁸ Em carta a Hernan Velarde, Rio Branco ressaltou que havia analisado o caso como um todo, levantando três possíveis vertentes: “O Peru ligava-se ao Brasil contra a Bolívia, o que só se poderia verificar sacrificando o Brasil ao Peru pelo menos a região do Alto Juruá, ocupada, e desde muitíssimos anos, por brasileiros; O Peru ligava-se à Bolívia contra o Brasil; A Bolívia ligava-se ao Brasil contra o Peru. No primeiro caso, ganhava o Peru e perdiam o Brasil e a Bolívia; no segundo, perdia o Brasil e ganhava o Peru; e no terceiro, nada perdia o Peru.”⁷³⁹ Em um editorial publicado na seção publicações a pedido de *O País*, de 13 de abril de 1904, e reproduzido no Jornal do Comércio de 14 de abril Rio Branco defendia a chancelaria brasileira, afirmando que:

a verdade, bem ao contrário do que afirmam os obstinados adversários do barão do Rio Branco, é que semelhante audácia resulta, não desta ou daquela estipulação do referido pacto internacional, mas da leviandade com que alguns órgãos do nosso jornalismo se prestaram a fazer, sem dar por isso, o jogo da

⁷³⁶ Artigo VIII: *A República* dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum. Ver anexo A.

⁷³⁷ Circular telegráfica de 26 de abril de 1904. AHI, 317.02.01.

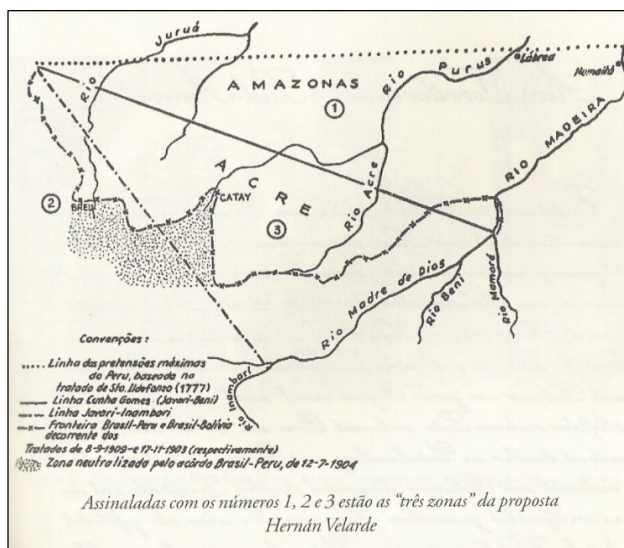
⁷³⁸ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 293.

⁷³⁹ Carta do barão do Rio Branco a Hernan Velarde, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da república do Peru. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904. Anexo à Circular telegráfica de 26 de abril de 1904. AHI 317.02.01.

chancelaria peruana, dando às suas pretensões uma gravidade e um alcance que nunca o Brasil lhes emprestou.⁷⁴⁰

A pergunta mais importante do mesmo editorial era: “Como se pode provar que as complicações com o Peru nasceram do pacto de Petrópolis?”. Com essa pergunta, o editorial abria espaço para defender a hipótese de que os editoriais contrários ao tratado de Petrópolis é que agravaram, de fato, o quadro. Rio Branco havia combatido os protestos internos, daqueles que criticavam o tratado de Petrópolis, por entender que eram justamente tais vozes que estimulavam os peruanos ao combate. Dizia que era inconcebível que se voltasse contra o barão do Rio Branco “os dentes em vez de fustigar com as mais rubras expressões de cólera a petulância dos invasores, que, assim tratados, convencidos de já terem aqui uma corrente de opinião a desculpá-los, senão a justificá-los, sentem-se naturalmente com mais coragem para novas espoliações e para maiores atentados ao direito e à integridade do Brasil”.⁷⁴¹

Nesse ínterim, o ministro Hernán Velarde levou a Rio Branco uma proposta, que este chamou de proposta das 3 zonas, conforme o mapa,⁷⁴² em termos que o brasileiro considerou como inaceitável. Essa proposta foi levada por Domício da Gama ao presidente Rodrigues Alves. A recusa verbal de Rio Branco quase levou os dois países a uma marcha a ré nas negociações.



No contexto de discursos endurecidos e com tendências *manu militari*, essa negativa poderia parecer uma provocação.

Um fator complicador extra da situação foi adicionado com a chegada das encomendas feitas pelo Peru no vapor Assuan: “trae de Europa cañones de tiro rápido;

⁷⁴⁰ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1904.

⁷⁴¹ *Idem*.

⁷⁴² TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**,

ametralladoras com sus montajes y accesorios; municiones de artillería; espoletas para bombas; tubos de percusión; proyectiles cargados; cargas para cañones; tubos para tiros eléctricos, casquillos de seguridad, llaves para espoletas, etc. etc".⁷⁴³ Para Eduardo Lisboa, os peruanos também tinham a intenção de projetar, artilhar o porto de Callas, assim como uma ilha, "San Lorenzo, situada em frente daquelle porto".⁷⁴⁴ Porém, depararam-se com outros problemas, pois, além de o porto ter construções obsoletas, inadequadas para a artilharia moderna, "o soldado peruano deixa muito a desejar sob o ponto de vista da disciplina, valor e instrução técnica, e que a missão franceza, que há annos instrue o exército deste paiz, pouco ou nada tem conseguido dos seus educandos".⁷⁴⁵ Assim, Rio Branco solicitou ao ministro da guerra, Francisco de Paula Argollo, que este enviasse homens para o Amazonas e os mantivessem prontos para tomar Iquitos. Havia especulações sobre a possibilidade de criação de um grupo semelhante ao *Bolivian Syndicate*.

Como essa situação mantinha o ministério em suspenso, Rio Branco, de acordo com Domício da Gama, não tinha tempo para mais nada. "Elle vive nos maiores apuros e não sabe para onde voltar-se primeiro. Como sei que V. é como se fosse meu irmão, digo-lhe que a previsão a fazer é de guerra próxima com o Peru, que se está armando há bastante tempo e conta não sei com que para ajudar nessa aventura louca. Dos Estados Unidos temos informações seguras que elles nada tem a esperar".⁷⁴⁶ Ante o recrudescimento da situação, Rio Branco obteve da Bolívia a promessa de apoio, em caso de o conflito irromper, chegando também a assinar com o Equador um pacto defensivo, em 4 de maio de 1904. Publicando o tratado, optou por analisar todas as conseqüências que ele traria para as relações do Peru com ambos os países. Como o tratado ainda não havia sido enviado ao Congresso brasileiro, o *El Comercio* se perguntava:

¿quién nos puede responder de que entre las veleidades del espíritu agresivo e inquieto del barón de Río Blanco, un día el antojo de alentar las ambiciones del vecino país? ¿ Viviremos eternamente como estamos, esperando asechanza, formando centros de explotación en el Madre de Dios, en el Yuruá, en el Purús, en el Putumayo, en todo el oriente peruano, para que aun vez formado, la tristeza

⁷⁴³ *El Comercio*, Lima, 22 de junho de 1903.

⁷⁴⁴ Ofício reservado n° 9 de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 22 de junho de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ Carta Domício da Gama a Martins. Petrópolis 21 de abril de 1904, IHGB CDG, Lata 645 Pasta 9.

del bien ajeno en los otros estados ó sus miras de ensanche territorial, los lancen sobre ellos?⁷⁴⁷

Eduardo Lisboa informou a Rio Branco que, apesar de a notícia causar uma forte impressão no país, em conversa com o chanceler peruano, este lhe havia garantido “em tom jocoso que o Peru não pensava de maneira alguma brigar com o Brasil e que, portanto não podia perceber o motivo deste ajuste”.⁷⁴⁸ Rio Branco manuscritou no mesmo ofício que Lisboa deveria explicar que o tratado foi uma saída, quando o rompimento parecia inevitável, bem como o envio dos navios brasileiros de guerra para a região, para dar guarda às represálias peruanas. “Confiávamos com uma acção diplomática commum, para chamar a razão o governo peruano que se mostrava aggressivo e intransigente em uma nova acção militar que a actitude do Peru parecia [...] conveniente, logo depois o[senadores] em vez de nos ajudar no terreno diplomático conseguindo um agito enquadrado de disputa de limites para um arbitramento”.⁷⁴⁹ O *El Comercio* reproduziu a declaração do Ministério das Relações Exteriores que assegurava que “*en el caso de que efectivamente existiera tal alianza, no podria conorcerse por el público ninguna de sus clausulas*”.⁷⁵⁰

De fato, foi uma resposta ambígua, já que, em um telegrama cifrado, ele havia pedido a Lisboa que “sobre tratado secreto Equador se lhe falarem nisso diga nada sabe de conversa Valverde partiu bem commigo nunca houve desintelligencia. Diga-me se publicado ou quantos artigos”.⁷⁵¹ No próprio ofício, Rio Branco manuscritou que “o tratado não teve andamento porque não foi submetido ao congresso dos dois países” e, no despacho, ele afirmou que, embora houvesse o tratado de aliança ofensiva e defensiva, não havia sido, “porém, ainda approved pelas Câmaras Brasileiras”.⁷⁵² Rio Branco afirmou que a data de assinatura do tratado falava por si só. “Parecia inevitável um rompimento, tínhamos então em Manaos e outros pontos do Estado do Amazonas 6.000 homens do exército e uma esquadra sufficiente para dar começo às represálias, occupando Iquitos e

⁷⁴⁷ *El Comercio*, Lima, 19 de maio de 1906.

⁷⁴⁸ Ofício reservado n° 5 de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 22 de maio de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁴⁹ *Idem*.

⁷⁵⁰ *El Comercio*, Lima, 22 de maio de 1906.

⁷⁵¹ Ofício reservado n° 7 de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 31 de maio de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁵² Despacho do barão do Rio Branco a Legação em Lima, Rio de Janeiro 7 de julho de 1906. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.2.

apresando os navios, de guerra e mercantes, do Peru no Amazonas, no Ucayalo e no Ica”.⁷⁵³ O que se destaca na argumentação do despacho, entretanto, é exatamente a estratégia diplomática, e não militar, que seguia a sua linha de pensamento:

Em maio (1904), portanto, encontrava-se o nosso interesse com o do Ecuador. Combinados com elle uma acção diplomática commum para chamar à razão o governo peruano, que até então se mostrava aggressivo e intransigente, e assentamos em uma acção militar que a attitude do Peru parecia tornar conveniente. Logo depois, o Ecuador, em vez de nos ajudar no terreno diplomático exigindo um ajuste immediato e directo da sua questão de limites com o governo de Lima, entendeu-se com elle para um arbitramento. O governo de Lima aceitou a nossa proposta. Não seria razoável que levássemos por diante o tratado de alliança. Não o devíamos submeter ao Congresso.⁷⁵⁴

Notícias de avanços peruanos sobre os territórios de Guasagoa e Sucre no Equador inquietaram Rio Branco, que solicitou a Lisboa que as averiguasse. De acordo com o *La Prensa*, “*agrégase que un ecuatoriano que vino a Quito á denunciar ciertos terrenos baldios, ubicados en aquella región, los encontro á su regreso ocupados por peruanos*”.⁷⁵⁵ A notícia, tida como falsa, levou o peruano *La Opinión Nacional* a cobrar do seu próprio governo que se apressasse a desmentir algo assim. “*De otro modo, ella tiene la culpa de que la propaganda adquiriera límites extremos, como ha sucedido últimamente en Quito, donde se publicó que los peruanos habían invadido el Ecuador – segunda edición de lo del Putumayo*”.⁷⁵⁶

Um mês depois, os jornais anunciavam a ocupação militar do rio Heath pelo general boliviano Pando, por ser “território boliviano esse rio, como el Tambopata, que também ocupará proximamente”.⁷⁵⁷ Lisboa informou Rio Branco sobre boatos que davam conta de que uma segunda expedição estaria sendo preparada em segredo pela Bolívia, o que levaria o Peru a movimentar a metade de um batalhão de Puno para a região ocupada. O *La Prensa* revoltou-se contra o fato de “*haber o governo apellado, aos bons officios do governo argentino para obrigar a Bolívia a respeitar o status quo estipulado entre ella e o*

⁷⁵³ Idem.

⁷⁵⁴ Despacho do barão do Rio Branco a Eduardo Lisboa, Rio de Janeiro 7 de julho de 1906. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.2.

⁷⁵⁵ *La Prensa*, Lima, 18 de junho de 1906.

⁷⁵⁶ *La Opinión Nacional*, 20 de junho de 1906. O caso do Putumayo refere-se aos massacres cometidos contra os *caucheros*, ou em português, seringueiros.

⁷⁵⁷ *La Prensa*, Lima, 24 de junho de 1906.

Peru”.⁷⁵⁸ No mesmo dia, um telegrama do Papa Pio X não somente intercedeu contra a possibilidade de um conflito armado entre os dois países na região de Putumayo, mas como sugeriu três motes: que a questão fosse submetida à arbitragem do Papa, que houvesse retirada de tropas e artilharia da região e que se estabelecesse um *modus vivendi*. No Peru, a oposição interna criticava profundamente o mutismo e a hesitação de seu governo ante a proposta. A hesitação durou até o dia 6 de julho, quando o *modus vivendi* foi aceito e assinado.

Assim, enquanto os jornais peruanos ainda debatiam os efeitos do *modus vivendi* especulando sobre a possível existência de uma aliança equatoriana-brasileira, o governo peruano aceitou o convite para participar, entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906, da Terceira Conferência Pan-Americana. Com a representatividade de 19 países, exceto do “Haiti, da Venezuela e do Canadá (este não foi convidado)”,⁷⁵⁹ o programa preocupou-se em excluir temas que pudessem suscitar controvérsias, como a do Peru, que tentou incluir na pauta a questão do arbitramento e a da Argentina, com a questão Drago. O Brasil, por meio de reuniões entre Joaquim Nabuco e o Secretário de Estado Elihu Root, organizou o programa sem tais tópicos. A própria conferência recebeu ampla cobertura dos jornais peruanos. Rio Branco foi mote de um editorial do *La Prensa* de 25 de julho, denominado de *La actitud de Rio Branco*:

Llama la atención que en el discurso ceremonioso y por ande banal con que el barón de Rio Branco acaba de inaugurar la tercera conferencia panamericana hoy en Río. La única idea que aparece acentuada por aquel estadista y que debe verse, estudiar realmente, como el pensamiento de la cancillería brasileña, es la necesidad en que se encuentra la América en mantener con Europa las estrechas y fecundas relaciones á que la invitan sus peculiares condiciones económicas y sociales, y una tradición cuatro veces secular, tanto en el orden de las ideas como en el de los intereses de toda especie. El estadista brasileño no se ha contentado con aludir á la conveniencia que hay para naciones “en gran parte inexploradas” del Continente, do estrechar, cada vez más, la amistad y el comercio con ese inagotable vivero de hombres, fuente prodigiosa de energías fecundas, que se llama la Europa. Ha querido dejar claramente establecido q la conferencia no se reúne en una mira de hostilidad ó siquiera de resistencia, hacia los viejos y lejanos países de los cuales “recibimos, incesantemente, apoyo y ejemplo y q constituyen “tan importante campo para al empleo de nuestra actividad comercial e industrial” “Nuestra presencia en esta conferencia – ha dicho -, debe alejar la

⁷⁵⁸ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 06 de julho de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁵⁹ BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integricionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 20, 1997/2.

sospecha de que se trata de una liga internacional contra intereses no representados aquí., Pero es necesario afirmar formal y categóricamente que todos los intereses serán respetados por nosotros, que en la discusión de los PROBLEMAS POLITICOS Y COMERCIALES QUE SE SOMETAN A NUESTRO EXAMEN NO TRABAJAREMOS CONTRA NADIE, teniendo únicamente por norte la mayor aproximación entre los pueblos americanos, su bienestar y su rápido progreso, con el cual Europa y las demás partes del mundo sólo tienen que ganar y nadie que perder⁷⁶⁰.

Para o peruano *La Prensa*, tendo em vista o caso da apropriação do canal do Panamá, “à raíz de la expulsión del poder español en América y el fracaso de la acción internacional europea en Venezuela, ha hecho de la regla América para los americanos algo como esencia y el rumbo general de los nuevos acuerdos continentales, tienen la mayor trascendencia.” O jornal entendia que o monroísmo trazia, de fato, um grande prejuízo para as repúblicas americanas e, em especial, “*las débiles*”. Esse fato daria aos representantes de “*la gran república del Norte*” uma situação de maior força ante as circunstâncias convencionadas “*injustas, talvez, y en todo caso egoístas*”.

O novo ministro do Peru no Brasil, Guillermo Seoane, que chegara com a missão de encetar novamente as negociações entre os dois países, ouviu de Rio Branco que ele não aceitaria arbitramento do território reclamado pelo Peru tendo por base a linha Madeira-Javari de Santo Ildefonso. Dentre as idas e vindas da negociação, José Pando, antigo ministro das relações exteriores, foi eleito presidente do Peru, um homem que, segundo seus opositores, era “*soberbo, avasalador, absoluto por temperamento, antidemocratico, imperativo y despótico, intransigente, vengativo y altanero por sus antecedentes*”.⁷⁶¹ Rio Branco já havia se mostrado receoso do resultado disso, já que, para ele, enquanto chanceler, havia se mostrado “*leviano, imprudente e provocador. O modo por que me atacou em um interview e as falsidades que disse então, sendo ministro das relações exteriores, mostram bem o que dele se pode esperar quanto Presidente*”.⁷⁶²

⁷⁶⁰ *La Prensa* de 25 de julho de 1906.

⁷⁶¹ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p. 474.

⁷⁶² Despacho de Rio Branco a Eduardo Lisboa, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1904. AHI, Despachos 1900 1905, Lima 213.3.01.

4.1.2 - FATUIDADES HUMANAS EM TORNO DA LEGAÇÃO DE LIMA

De acordo com Paulo Roberto de Almeida, Manoel de Oliveira Lima estivera preocupado com os boatos de sua remoção para o Peru, país que considerava “morto, um meio assim por dizer nocivo à atividade intelectual”,⁷⁶³ desde abril de 1902. Segundo ele, o visconde de Cabo Frio lhe havia dito, “em 1895, quando fui promovido a 1º secretário para Washington, que ‘Peru só na mesa, assado, e para quem gosta’. E eu não gosto”.⁷⁶⁴ Quando, em 14 de novembro de 1902, a ordem para a sua movimentação saiu,⁷⁶⁵ Lima tentou evitá-la a todo custo. Apesar de haver recebido um telegrama de Rio Branco em 17 de janeiro de 1903, informando-o da urgência de sua assunção do cargo, Oliveira Lima saiu do Japão a passos de tartaruga, iniciando o que Almeida chamou de *The longest diplomatic transfer, ever*.⁷⁶⁶ Durante dois anos, ele lançou mão de todos os recursos possíveis para evitar o lugar: ajuda de terceiros, remoção via itinerário mais longo possível, razões de saúde e licenças a que tinha direito de acordo com a lei. “Quando Oliveira Lima finalmente se apresenta ao barão do Rio Branco, no início de julho de 1903, tinham-se passado quase seis meses depois do telegrama deste último solicitando o rápido deslocamento do primeiro para o novo posto e quatro meses desde o embarque de Oliveira Lima em Kobe.”⁷⁶⁷ Ele optou por manter esse comportamento, mesmo após ser advertido por Nabuco, de que Rio Branco dava grande importância à questão do Peru e, por isso, estava nervoso pela falta de um ministro de sua confiança por lá. Nabuco avisou a Lima que:

ele não suporta bem o estado nervoso como o Sr. também o não suporta. [...] O prazo que ele tem pelo acordo com a Bolívia é muito curto e vejo que tomará parte nas negociações o ministro do Peru. Os termos do telegrama mostram apenas a urgência que ele tem de dar uma solução sobre o caso da nossa representação diplomática em Lima. A sua carta prescinde dessa urgência e da importância da questão, vendo no telegrama uma descortesia pessoal, que absolutamente não existe. Evidentemente há outro modo de ler o telegrama. O

⁷⁶³ ALMEIDA, Paulo Roberto. O barão do Rio Branco e Oliveira Lima – Vidas paralelas, itinerários divergentes. In: Rio Branco, **a América do Sul e a modernização do Brasil**. **Op. Cit.**, p. 251.

⁷⁶⁴ Barbosa Lima Sobrinho cita carta na “Seção de Manuscritos” da Biblioteca Nacional, publicada por Hélio Viana em *Cultura*, setembro de 1967, p. 14 e 16; cf. *Obra Seleta*, **Op. Cit.**, p. 97 e 130. Apud: Idem, p. 251.

⁷⁶⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, p. 67. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>>. Acesso em 28 de janeiro de 2003.

⁷⁶⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto. O barão do Rio Branco e Oliveira Lima – Vidas paralelas, itinerários divergentes. In: **Op. Cit.**, p. 252.

⁷⁶⁷ Idem.

seu não me parece o correto. É um apelo forte, mas é somente um apelo. Ele conhece o seu mérito, e se tem favoritos, o Sr. é um dos primeiros. A sua infelicidade neste caso é ser capaz.⁷⁶⁸

Lima não considerou o elogio contido na leitura sugerida por Nabuco e iniciou, no Rio de Janeiro, uma série de artigos galhofeiros sobre o Peru, n’*O País*, e de questionamentos sobre a condução da política exterior brasileira, no *Correio da Manhã*, intitulados de *Reformas diplomáticas*. Nesse contexto, conforme dito anteriormente, Domício da Gama afirmou a Graça Aranha que, “longe de ganhar com a sua estada no Rio, esse [Lima] perdeu, por indiscreção. Escreveu para o Correio da Manhã artigos em desacordo com as vistas do chefe (e por isso perdeu as entradas no Jornal) sobre reforma diplomática e depois em conversações manifestou-se contra a política internacional do Barão no Peru e na Bolívia. Não faltou quem trouxesse a R.B. informado d’isso”.⁷⁶⁹ Assim, ante a necessidade e a urgência de vencer as resistências peruanas, Rio Branco optou por movimentar Eduardo Lisboa de La Paz para Lima.

Manoel de Oliveira Lima era um dos nomes mais importantes do cenário político brasileiro no início do século XX, principalmente por sua larga contribuição às letras. Conhecido historiador, ele afirmara que a profissão de diplomata exigia qualidades invulgares. “O que noutra profissão seria erro passageiro ou engano desculpável torna-se dele, pela importância das questões, conspicuidade real ou convencional dos personagens e gravidade dos desenlaces, crime imperdoável e desgraça irremediável”.⁷⁷⁰ O fato de ele estar completamente ciente dos meandros da diplomacia leva-nos a afirmar que o seu comportamento, além de caprichoso do ponto de vista pessoal, não demonstrou interesse em se adequar ou entender a visão de Rio Branco. Nem nessa ocasião, nem mais tarde, com a Argentina e Estanislao Zeballos.⁷⁷¹ E foi esta sua dissidência que o deixou fora dos trabalhos de uma legação durante quase dois anos.⁷⁷² O que Lima não percebeu, ou não

⁷⁶⁸ Carta de Joaquim Nabuco a Manuel de Oliveira Lima, Genova, 27 de maio de 1904. Apud: NABUCO, Carolina. **Op. Cit.**, p. 164-5.

⁷⁶⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Petrópolis, 21 de dezembro de 1903. ABL,AGA 10.3.13.

⁷⁷⁰ OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Cousas diplomáticas**. Lisboa, 1908, p. 56 in: LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 262.

⁷⁷¹ Para maiores detalhes. ALMEIDA, Paulo Roberto. O barão do Rio Branco e Oliveira Lima – Vidas paralelas, itinerários divergentes. **Op. Cit.**

⁷⁷² “Segundo registros funcionais de Oliveira Lima, ele permaneceu “aguardando ordens”, de 7 de março de 1903 a 20 de novembro de 1904, provavelmente um recorde no gênero nos assentamentos administrativos do Itamaraty. No intervalo, mais exatamente em 11 de agosto de 1904, foi removido como enviado

quis perceber, foi que, no meio político e no diplomático, grupos de diferentes naturezas *ad hoc* e de pressão⁷⁷³ representavam forças fundamentais pela solução eficaz do caso. Ao assumir no Peru, ele estaria, de fato, à frente da mais importante legação naquele momento, por conta da importância da questão para o Brasil e de toda a complexidade dos desdobramentos históricos, geográficos, diplomáticos, políticos e econômicos⁷⁷⁴ da questão. A partir desta assunção, ele poderia negociar a sua saída para outro lugar, conforme ele desejava.

Todo o caminho dissidente que Lima optou por trilhar, na diplomacia e fora dela, divergia totalmente do mundo de Rio Branco. Este, enquanto *homo ludens*, não era suscetível a dar atenção a obstinações personalistas, ainda mais em face da importância do trabalho que necessitava ser feito. A própria história de Gama reforça este aspecto. O mais próximo de Rio Branco no anel de influência não havia tido sucesso em pedir algum de sua movimentação própria, o que é consistente com o fato de o Barão não levar em consideração os pedidos pessoais de movimentação a não ser que o interessasse. Cabe ressaltar que a documentação não indicou em nenhum ponto que Rio Branco tenha pensado, nesse momento, em enviar Domício da Gama para Lima. Se o Barão tinha urgência em resolver o caso e precisava de alguém de confiança, porque não moveu Gama, experiente e conhecedor da sua política e que estava ao seu pé? A resposta está no espaço temporal. Naquele ano, ainda às voltas com o prazo do *modus vivendi* com a Bolívia, o Barão precisava dele à frente do Gabinete de Petrópolis. Esse fato, aliado à repetição do comportamento tutelar herdado do seu pai, levou-o a postergar o máximo possível a saída de Gama de Petrópolis, mesmo sabendo que este queria sair dali.

Desde setembro de 1906, Eduardo Lisboa dava ciência a Rio Branco sobre os rumores insistentes que asseguravam que ele continuaria na pasta. “[A]lém de todas as vantagens que aufeririam os assumptos dependentes desse ministério teria como uma consequência forçosa uma rápida solução da questão de limites entre o Brasil e esta

extraordinário e ministro plenipotenciário na Venezuela, permanecendo, contudo, afastado do posto por vários meses mais, uma vez que só assumiu em 12 de março de 1905, após igualmente longo trânsito pela Europa. Tinham-se passado dois anos, portanto, desde sua partida relutante de Kobe e seu mais que relutante trânsito pela Europa e no Brasil, à espera de algum posto europeu que o contentasse em seus propósitos de pesquisa”. In: Idem, pág. 255-56.

⁷⁷³ Classificação das forças. DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 183.

⁷⁷⁴ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 262.

república”.⁷⁷⁵ Medeiros e Albuquerque, ao comentar a possibilidade de substituição de Rio Branco, afirmou n’*A Notícia*: “Essa não é das pastas políticas disputadas. Por mais que o ditado assevere que pretensão e água benta cada um toma a que quer, a verdade é que, felizmente, não se descobre quem teria a pretensão de poder substituir facilmente o primeiro ministro das Relações Exteriores que fez o Brasil entrar no convívio internacional assumindo a categoria que lhe competia”.⁷⁷⁶

Em 13 de dezembro de 1906, ou seja, um mês após a ascensão de Afonso Pena e a confirmação de Rio Branco no cargo, Domício da Gama foi nomeado como ministro em Lima. Note-se que, à ocasião, ele constava como ministro residente na Colômbia, e não como adido em Petrópolis.⁷⁷⁷ Ainda que não seja uma tarefa do historiador, uma pergunta indubitavelmente vem à tona: e se Rio Branco não houvesse sido mantido no cargo? Haveria Domício da Gama ido para o Peru ou para a Colômbia? Eduardo Lisboa, por falha da telegrafia do período, não recebeu o telegrama que o movimentava para a Haia, descobrindo, pelos jornais, duas notícias diferentes: uma informando que Domício da Gama iria para a Haia e outra noticiando a nomeação de Gama para Lima. O *La Prensa* de 13 de dezembro de 1906 havia estampado em suas páginas que corria “*el rumor de que el barón de Río Branco nombrará para la legación en Lima á un diplomático que estará habilitado para conocer en todos sus detalles el pleito de fronteras entre los dos países á fin de decidir en breve el asunto*”. Já o *El Comercio* do mesmo dia repetiu a nota, quase com as mesmas palavras: “*Circula el rumor de que se nombrará un diplomático, habilitado para conocer del asunto de fronteras con el Peru y autorizado para resolver sobre el particular*”. O teor das notícias perturbou profundamente a Eduardo Lisboa que sentia que a sua própria imagem no país havia ficado abalada, em dois telegramas seguidos a Rio Branco:

⁷⁷⁵ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 19 de setembro de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁷⁶ *A Notícia*, 2 de junho de 1906.

⁷⁷⁷ O Presidente da república dos Estados Unidos do Brasil resolve promover a enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na *República* do Peru, o Ministro Residente na de Colômbia Sr. Domício da Gama com os vencimentos da lei. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1906, 18 da república Affonso Penna - Rio Branco. Carimbo: Registrado a fls. 108 do livro 9 de leis, Decretos e Portarias. 1ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores 19 de dezembro de 1906. MRMENEZES – 2º Official. Nomeação de Domício da Gama pelo presidente Affonso Penna. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1906. IHGB, CDG, Lata 645 Pasta 5.

Pela publicidade dada aquella notícia não escapará ao alto critério de V. Exa. que a minha situação como representante do Brazil fica neste Paiz absolutamente privada de prestígio, visto como indirectamente me qualificavam de incompetente. Não podendo acreditar que, à vista das reiteradas provas da mais honrosa consideração com que V. Sa. sempre me tem distinguido, eu tinha merecido um juízo tão contrário a essas demonstrações, e desejando provar ante o público deste Paiz que essa notícia, ou não era exacta ou não explicava o meu descrédito como empregado público, roguei a V. Ex. no meu telegramma n.º 182 que se dignasse proporcionar-me o meio de rehabilitar-me ante a opinião pública. Se neste meu desforço houve a menor falta de correção para V. Ex. m'a releve, attendendo a que, após trinta annos de serviços, que tive a fortuna de ver elogiados mais de uma vez, era-me doloroso deixar correr à revelia uma interpretação tão prejudicial ao meu crédito como, ousou dizer, immerecida.⁷⁷⁸

Ante tal desabafo, Rio Branco publicou nos jornais notas⁷⁷⁹ de apreço ao trabalho desenvolvido por Lisboa e esclareceu a verdade sobre os boatos inverídicos da ida de Gama para a Haia. E àquele afirmou que o tinha alta estima pelos serviços prestados, ao que Lisboa agradeceu “penhoradíssimo honrosas referencias meu respeito”.⁷⁸⁰ O telegrama de Rio Branco foi publicado no *La Prensa* de 18 de dezembro, bem como toda explicação sobre o caso, ou seja, sua nomeação:

Rio de Janeiro, 16 - Recebido 182. Noticia telegrafada para Lima fué pura invención publicada acá por periódico que nada sabía sobre nombramiento proyectado y aun anunciaba nombramiento Gama para Holanda. V.E. sabe estimación en que tengo sus servicios, particularmente los de 1903, y habrá visto prueba de ello en su nombramiento para la Haya, en donde va a ser uno de los delegados del Brasil en la segunda conferencia de paz. Quiera visitar doctor Prado Ugarteche decirle senti su renuncia. Aprecio debidamente buenas relaciones oficiales que tuve con el mientras fué ministro y deseo á él todas la felicidades en su vida pública y particular. Rio Branco.⁷⁸¹

Após essa passagem relativa a Lisboa, o episódio da nomeação para o Peru estava finalmente encerrado. Ao todo, a movimentação levou todo o primeiro mandato de Rio Branco; um caso que correu paralelamente a uma negociação que, por si só, levou cinco anos ao todo para ser completada, passando por vários representantes brasileiros em Lima e mesmo no ministério das relações exteriores peruano. Só um nome, porém, manteve-se imutável ao longo de toda a negociação: Rio Branco. Esse ponto foi um fator fundamental dentro do contexto, principalmente porque o governo peruano esperava que, com a

⁷⁷⁸ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 15 de dezembro de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁷⁹ *La Prensa*, Lima 18 de dezembro de 1906; *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1906, seção Várias Notícias.

⁷⁸⁰ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio Branco Lima, 20 de dezembro de 1906. AHI, MDB, Lima, 212.4.5, Ofícios 1906-1907.

⁷⁸¹ Idem.

mudança de governo, a posição do Itamaraty fosse também se modificar, principalmente tendo em vista o aspecto ressaltado por Lins: “divergências com o Peru apresentavam um caráter mais apaixonado e mais perigoso do que se verificara na discussão brasílo-boliviana”.⁷⁸² A permanência de Rio Branco durante todo o processo foi fundamental para o resultado a favor do Brasil em 1909.

O fato de *in partibus* ser direcionado para o Peru foi um *dejá vu* para Domício da Gama. Desde 1902. Ainda sob o tempo Olyntho de Magalhães, este país já aparecia em sua correspondência, de um modo ligado ao que ele taxou de “legenda intrigante e de baixa política”.⁷⁸³ Em janeiro de 1902, ele afirmou a Graça Aranha que havia recebido uma carta de Sylvino Gurgel do Amaral, “que não receia que eu lhe faça concorrência para a promoção no Peru, porque sabe-se que eu não quero sahir d’aqui senão para Pariz”.⁷⁸⁴ Até então, o Peru não havia aparecido como opção alguma para ele. No entanto, seis meses depois, ele se conscientizou da existência real de uma vaga no Peru, por meio de Leopoldo de Bulhões. Comentou sobre a vaga com Graça por duas ocasiões diferentes, e também por dois tipos de humores. Na primeira, em 5 de outubro, afirmando que preferia colaborar na política de Rio Branco de longe “no Peru, na Bolívia, em Washington”⁷⁸⁵; e, na segunda, com uma ponta de ressentimento quanto a Olyntho que, à época, ainda considerava amigo: “Stockler empenha-se para que ‘o irmão seja promovido, alegando a antiguidade’. Veja o sr. que para o Olyntho até o Stockler me deve ser embaraço”.⁷⁸⁶

A reação sobre sua nomeação, contudo, não transpareceu imediatamente, e sim entremeadada em sua correspondência ao longo dos anos. A perspectiva mais imediata foi a de ser um novo dever, uma “responsabilidade funcional pela primeira vez precisa”.⁷⁸⁷ Essa nomeação, após o longo período do *in partibus*, o deixou com a percepção de “distância no tempo, que aqui tenho a cada passo, é para mim das mais pungentes”.⁷⁸⁸ Em 15 de abril de 1907, ele escreveu duas cartas, a Graça Aranha e a Rio Branco, sobre como via a sua promoção. Ao primeiro, ele teve o cuidado de “quem escreve para quem lê entrelinhas. O

⁷⁸² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 293.

⁷⁸³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 21 de janeiro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁷⁸⁴ *Idem*.

⁷⁸⁵ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 05 de outubro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁷⁸⁶ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 25 de outubro de 1902. ABL, AGA 10.3.13.

⁷⁸⁷ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 15 de abril de 1907. ABL, AGA 10.3.13.

⁷⁸⁸ *Idem*.

Barão as lê o que a gente escreve como assenta a um homem de idéias claras e com um só fio de pensamento”.⁷⁸⁹ No entanto, as duas cartas contêm um aspecto em comum: a presença de um *gato*. A Rio Branco, ele disse: “continuo no hotel e ainda fora dos meus espíritos. O homem é, como o gato, um animal de hábitos. A saudade do Rio é grande. Se no Rio houvesse menos gente que pede coisas a gente, que a terra encantadora seria!”⁷⁹⁰ Já a Graça, leitor de entrelinhas, ele recontou o *gato* sob outro aspecto:

Eu nunca lhe falei dos meus balanços vertiginosos na História, quando tinha vinte annos? E depois a melancolia desoladora de que me encheu a leitura da *Time machine* de Wells... É a conclusão deprimente da inanidade do esforço, é a repulsa da idéa da Humanidade em progresso collectivo, é a fadiga máxima para o espírito de escolher entre os pousos da jornada incerta e sem destino. Nunca lhe contei a história de um nosso gato, que era muito affectuoso e nos acompanhava com prazer nos passeios pelo matto? Esse gato um dia teve uma grande afflicção quando no alto de uma serra nos separamos para tres ou quatro direcções differentes e elle não sabia qual de nós, seus amigos, senhores ou deuses devia acompanhar. A agonia do nosso gato amarello e branco, tão complacente e manso, que sabia amar, mas não sabia escolher, enterneceu-me naquelle dia e me vem sempre à mente nas minhas indecisões sentimentaes. O critério para a escolha Graça!, que caso pode fazer de critérios um homem que já chegou a comer indifferentemente de marmelos ou de figos? Diga isto a Heloisa e ella terá pena de mim. Haverá grandes gozadores subjectivos? Não o creio. A referênciã a si próprio das grandes ou das finas sensações traz forçosamente inconciliações esthéticas, inconciliações pessoaes. Nem sempre é indifferente comer doce de marmelo ou de figos às sobremesas da vida.⁷⁹¹

4.2 – ENVIADO EXTRAORDINÁRIO E MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO NO PERU

Enquanto os peruanos aguardavam pelo novo ministro, o officioso *El Comercio* publicava, em 1º de março de 1907, a foto de Gama, bem como dados biográficos, ressaltando que ele havia participado de todas as questões e incidentes “*suscitados en el Acre, Alto Yuruá y Alto Purus, que originaron los tratados entre el Brasil y Bolívia (firmado en Petrópolis el 17 de noviembre de 1903) y entre el Peru y el Brasil concluído el 12 de julio de 1904*”. O jornal também ressaltava o fato de ele ser um dos colaboradores de maior confiança do chanceler brasileiro. Pode-se deprender disso que, na visão peruana, o Brasil estava dando importância à negociação. Isso era relevante, principalmente porque

⁷⁸⁹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 30 de janeiro de 1908. ABL, AGA 10.3.13.

⁷⁹⁰ Carta de Domício da Gama a Rio Branco, Lima 15 de abril de 1907. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁷⁹¹ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 15 de abril de 1907. ABL, AGA 10.3.13.

eles estavam vivenciando outra negociação complexa: a de Tacna e Arica com o Chile.⁷⁹²

Como previsto por Rio Branco, Domício da Gama não chegou ao Peru antes de março de 1907. De fato, ele aportou em Lima a 2 de abril de 1907, trazendo ordens adstritas de apresentar uma proposta que viria a reconhecer o “limite oriental do Perú e rio Purús com toda a margem direita desse rio”.⁷⁹³ Lá ele encontrou “muita pobreza. Passei um pouco a pé por isso. Fora da cidade não há passeios. A poeira pelas estradas horríveis entre muros de adobes, sem árvores à beira”.⁷⁹⁴ A Nabuco ele disse que não foi “recebido com flôres, porém fui bem recebido”.⁷⁹⁵ A audiência com o presidente Pando ocorreu doze dias depois de sua chegada. Lá ele fez um discurso curto e em tom cordial:

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. a carta autographa que me acredita na qualidade de E.E.e M.P. dos E.U. do Brazil junto ao governo da República do Peru. Cumprindo a grata incumbência de imprimir a V. Ex. os votos que faz o presidente da República pela crescente prosperidade e glória da nação Peruana e pela [...] pessoal do seu illustre mandatário; seja-me dado manifestar-lhe ao mesmo tempo o meu grande contentamento de seu chamado a residir em serviço do meu paiz, nesta terra hospitaleira e amiga, por tantos títulos prestigiosa aos olhos dos brasileiros. Que o governo peruano veja sempre em mim o mensageiro fiel e diligente das palavras amistosas, significativas de sentimentos cordiaes do meu governo, cujo desejo ardente é ver esclarecidos os direitos e resolvidos as [...] ainda pendentes entre nós e com isso me facilitará sobremaneira o propósito que trouxe de conhecer de perto e apreciar devidamente este nobre Povo que já de longe admirava, e ao qual um radioso futuro de reserva na história do nosso continente.⁷⁹⁶

⁷⁹² Consequência da Guerra do Pacífico cujas tentativas de acordo intentavam reaver faixas de terras perdidas. O *El Comercio* ressaltou que o “*motivo por lo cual en los círculos políticos y diplomáticos de aquella republica, como nos anunció el cable, el nombramiento ha sido objeto de variados comentarios. Desde luego, entre nosotros, el nombramiento de persona tan distinguida y conocedora de los intereses del Perú y el Brasil no puede ser objeto sino de merecido aplauso. Se presenta la oportunidad de entrar francamente en la solución de las cuestiones que hace tanto tiempo existen sobre las posiciones hispano-portuguesa en Sud América y que es necesario resolver definitivamente antes de que las comarcas amazónicas sean entregadas á la expansión comercial que engendra siempre graves y peligrosas cuestiones de orden internacional. El barón de Rio Branco, comprendiendo indudablemente la importancia de estas cuestiones ha confiado esa misión tan delicada a persona de su completa confianza cuyas in formaciones, estamos seguros, han de contribuir para consolidar las buenas relaciones políticas y comerciales de estas dos republicas que, para el progreso y civilidad americana, necesitan vivir so la una completa armonía. El Comercio*, Lima, 01 de março de 1907.

⁷⁹³ Despacho do barão do Rio Branco a Carlos Rostaing Lisboa, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1909. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.02.

⁷⁹⁴ Carta de Domício da Gama a Rio Branco, Lima 15 de abril de 1907. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁷⁹⁵ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1907. Fundaj, CP P222 DOC 4555.

⁷⁹⁶ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 14 de abril de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05

A Graça, afirmou que “li o discurso de apresentação de credencial com uma voz tão alta e clara que até parecia alegre, como se estivesse cheio de entusiasmo e bom humor. É verdade que degelei um pouco o Presidente na conversa consecutiva aos discursos. E disseram-me três dos seus ministros que agradei muito ‘a Sua Excellencia’. Em boa hora, que não espero ser-lhe sempre agradável!”.⁷⁹⁷ Enquanto seu discurso foi muito bem visto pelo *El Comercio* e pelo *La Prensa*, este último considerou que a resposta do seu presidente conteve uma altivez desnecessária ao tom do discurso do brasileiro. “*Vivimos ciertamente quejosos y ofendidos de la actitud inamistosa y agresiva que el Brasil observa con el Perú desde varios años atrás. Todos nuestros esfuerzos para conseguir que se ponga término a la sistemática absorción y conquista del Oriente peruano han resultado infructuosos. [...] Pero el Presidente ha olvidado las elementales naciones de prudencia y sagacidad diplomática que un jefe de Estado se encuentra obligado a poner en práctica.*”⁷⁹⁸ A controversia entre os jornais também apareceu nesse caso, quando o *La Opinión Nacional*, sob o título *Siempre la insidia!*, defendeu veementemente o presidente peruano ante o *La Prensa*: “*¿Que hay en lo interior que no esté dentro del más severo y discreto formulario de la verdad y de la cortesía? ¿O se profesa la doctrina de Tayllerand de que la palabra se ha inventado para ocultar el pensamiento? No*”.⁷⁹⁹

Esse debate não impressionou Gama, que avaliou os tons dos jornais como “costumado nas diversões de jornais”,⁸⁰⁰ apesar de haver discordado do conteúdo do *La Prensa*, entendendo que seu artigo “foi pura interpretação malevolente. Convém não esquecer que o Presidente é moço e tem a natural ambição de representar o sentimento do seu paiz nesses assumptos capitaes. Qual o chefe de Estado de sua idade e caracter que não corteja a popularidade? E enquanto não chega a hora das concessões necessárias tonificam e estimulam o espírito público essas declarações orgulhosas e confiadas de direitos

⁷⁹⁷ Carta de Domício da Gama a Rio Branco, Lima 15 de abril de 1907. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁷⁹⁸ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 14 de abril de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁷⁹⁹ *La Opinión Nacional*, Lima, 17 de abril de 1907.

⁸⁰⁰ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 18 de abril de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

improváveis e indefensáveis”.⁸⁰¹ No dia seguinte, ele remeteu uma carta pessoal a Rio Branco, em que detalhou sua impressão do encontro, sem a formalidade necessária às correspondências oficiais:

A primeira entrevista com o presidente não foi antipática. Eu receiava muita frieza e acentuação das usuais declarações de direitos reclamados de nós. E apenas notei nele gravidade buscada, embora com tenção de ser amável, como um desejo de tratar de cima, que é próprio dos chefes provisórios. Disse-me o Rostaing que enquanto eu lia (li com voz alta e quase alegre) os olhos do Pardo [José Pardo y Barreda] corriam-me de alto a baixo. Mas na conversa na outra sala ele chegou a sorrir e quebrar a gravidade, a gravidade augusta quando eu lhe disse que a minha carreira diplomática tem sido como um curso de geografia de fronteiras, restando-me aprender parte das de oeste. Replicou-me praenteiro que "isso é o mais fácil". E falou me de viagens, da minha viagem à montanha logo ao chegar, e do agrado que esperava me fizessem os [Lizembos] etc. Disse-me depois o Pólo (e mais tarde Velarde e ainda ontem o Ministro da Justiça) que eu produzira a melhor das impressões no espírito de "sua excelência". Parece-me preferível fazer proposta firme e, se eles a não tornarem pública, deixar que por indiscrições ela se faça conhecida e adotada pela opinião entre nós. Já conversei com o Elinore, que é muito simpático e a quem disse toda a estima e a consideração em que o senhor o tem. Como ele me oferecesse a sua cooperação para o bom êxito da "minha missão" (conto bem não ter de reclamar o cumprimento dessa promessa) eu lhe faltei na propaganda a fazer, na preparação para os sacrifícios recíprocos necessários para as boas relações entre os dois países. E ele declarou que sempre achara absurda a idéia de uma guerra entre o Peru e uma nação poderosa como é o Brasil. Repliquei-lhe que, sem se tratar de guerra, que não entra como meio de ação política da parte do Brasil, há estados de paz muito desagradáveis e nocivos às relações de boa vizinhança entre os povos. Falei-lhe na conveniência de suprimir as possibilidades de conflitos com os vizinhos, depois que cada um dos nossos países entrou no caminho da exploração dos seus recursos naturais e com essas seguranças de paz tanto interna como externas atrair capitais estrangeiros e disse-lhe como que prazer eu tinha visto o renascimento da confiança dos estrangeiros na prosperidade deste país. etc. Ao Prado y Ugarteche (eles todos têm vindo fazer a primeira visita, entre eles o G. Seoane que se interessou pela sua saúde), que é muito risonho e amável, também pedi que contribuísse para esclarecer a opinião no sentido mais liberal, que no Brasil nós sabíamos explicar ao público as conveniências e necessidades da política internacional tendo em vista o futuro etc. Mas creio que ele é dos que mais recebem a impopularidade. É bem moço e não gosta de lutas. Um que me pareceu enérgico e sabendo do seu ofício é o sr Leguia, o ministro da fazenda. Conversamos pouco em inglês. Em suma, ainda não tenho esperança alguma de que consigamos acordo sem pressão. Por isso mesmo convém ser positivo na proposta. Estou sem dúvida escrevendo ociosamente, se o senhor já apresentou a sua. Se achar que devo fazer alguma coisa para o ajudar aqui... Sinto muita falta de um código particular entre nós dois. Esta carta, como a primeira que daqui lhe mandei; vai sobrescrita ao Leitão da Cunha. Peço-lhe que não num simples cartão me acuse recebimento delas.⁸⁰²

Apesar de haver escutado que o seu português era entendedor, ele recusou-se a

⁸⁰¹ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 14 de abril de 1907. Idem.

⁸⁰² Carta de Domício da Gama a Rio Branco, Lima 15 de abril de 1907. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

falar espanhol em público, até que ele tivesse mais prática com a língua. Para tal, passou a tomar lições diárias com um frade Agostinho, frei João Rodrigues, português de Bragança, criado e educado na Espanha. Constatou também que ninguém conhecia os escritores brasileiros, o que o levou a pedir a Graça que arranjasse livros brasileiros e que visse com o Garnier “vender-me com um grande desconto livros editados pela casa (attendendo ao fim de propaganda)”⁸⁰³ e que intermediasse o mesmo pedido junto a Capistrano de Abreu e a José Veríssimo. Também escreveu a Nabuco para que este também enviasse suas obras para a Bibliotheca Nacional de Lima, “que tem apenas 40.000 volumes e se está refazendo muito lentamente do saque dos chilenos durante a ocupação da cidade”.⁸⁰⁴ A admiração que ele tinha por Nabuco levou-o a dizer a este que “o seu retrato figura no meu salão-escritório, defronte do Rio Branco. ‘*Buen mozo*’, acham-no os Peruanos...”.⁸⁰⁵

Examinando a rotina da legação peruana do seu tempo, percebe-se que as reclamações de brasileiros, como o morador da margem esquerda do Amazonas em *Asnacaño*,⁸⁰⁶ sobre maus tratos advindos dos peruanos, que chegavam ao ministério em Petrópolis, não ocorreram em número expressivo ou de forma rotineira. De acordo com os ofícios de Domício da Gama, houve somente um caso que chegou à Legação: o da violência sofrida pelos brasileiros Antônio Jeronymo de Souza e João Reinaud de Almeida, que ele levou à atenção do ministro das relações exteriores do Peru, conforme relatou a Rio Branco.⁸⁰⁷ Dessa forma, durante o período em que Gama lá esteve, a ocorrência de choques entre peruanos e brasileiros da região em litígio não pode ser considerada um problema que viesse a abalar a relação entre os dois países ou que tomasse a atenção administrativa da Legação.

Uma preocupação peruana externada por Sólon Pólo a Domício da Gama foi quanto à imigração de origem asiática e africana. Pólo consultou Domício da Gama porque queria, com base na experiência brasileira, impedir “o affluxo de immigrantes de raças

⁸⁰³ *Idem.*

⁸⁰⁴ Carta de Domício da Gama a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1907. Fundaj, CP P222 DOC 4555.

⁸⁰⁵ *Idem.*

⁸⁰⁶ Despacho do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 10 de abril de 1907. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.2.

⁸⁰⁷ Despacho do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 04 de junho de 1907. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.2.

inferiores para o território peruano”.⁸⁰⁸ Em resposta, Gama ressaltou que o Brasil não poderia ser utilizado como exemplo, não somente porque “relativo ao povoamento do solo nacional oferece facilidade a todos os imigrantes sem distinção de nacionalidades”,⁸⁰⁹ mas também porque “as companhias introdutoras de imigrantes no Brasil poderiam querer ir buscar em Ásia e África o reforço necessário para completar [...] esses com tratos em vista das dificuldades opostas pelos governos dos países europeus a saída de seus nacionais. A abolição dessa medida restritiva significa apenas que não só pela distância como pelas condições diferentes”.⁸¹⁰

Após testemunhar um desfile militar de 1800 homens das três forças, Gama recomendou que se nomeassem adidos militares para as três mais importantes legações na América do Sul. “A impressão que me deu o desfile desses 1800 soldados foi de ser excelente o pequeno casco de exército destinado a enquadrar e adestrar recrutas e reservistas que o engrossem em tempo de guerra”.⁸¹¹ A alusão para a criação desse cargo veio a partir de uma autoconstatação: “falta-me, porém, a instrução técnica necessária para tratar do assumpto convenientemente, de modo a tornar utilizável a minha informação, que poderia ser minuciosa. E tal deficiência, muito natural em quem não é como V. Ex. amador e conhecedor de coisas de guerra, leva-me a submeter à sua consideração esclarecida a idea de crear addidos militares para as legações nos três países da América do Sul que mais nos interessa conhecer”.⁸¹² Para ele, o adido em questão deveria necessariamente ter tato – uma condição que lhe pareceria “mais delicada e difícil de satisfazer, tratando-se de um caso tão especial. O official que para cá viesse careceria de ainda mais cuidado por seus gestos e fallas que o próprio agente diplomático do Brasil, que esse pode reservar-se sem parecer reservado e ser sociável sem intimidades.”⁸¹³ No entanto, apesar de Rio Branco, conforme anotado por ele no referido ofício, ficar de dar uma

⁸⁰⁸ Ofício reservado de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 17 de julho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸⁰⁹ Idem.

⁸¹⁰ Ibidem.

⁸¹¹ Ofício reservado de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 18 de junho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸¹² Idem.

⁸¹³ Ibidem.

resposta,⁸¹⁴ os demais despachos advindos do Rio de Janeiro não tocaram no assunto. Entende-se que Rio Branco não levou adiante a sugestão, já que, de acordo com Flávio Mendes de Oliveira, o posto de oficiais de mar e terra, como adidos – naval e militar –, somente vieram a constar a partir do regulamento Nilo Peçanha, sob o decreto nº 12.997 de 24 de abril de 1918.⁸¹⁵

Apesar de Leandro Tocantins afirmar que Domício da Gama chegou a Lima com a missão de “conquistar as graças do esquivo presidente Pardo”,⁸¹⁶ não se percebeu este objetivo como capital na rotina de trabalho de Domício da Gama. Não há, em seus ofícios, uma única palavra sobre o presidente ou sobre sua diligência nessa tarefa, mas sim empenho em melhorar a visão dos peruanos sobre o Brasil. Seu maior resultado nesse posto foi conseguir amenizar o tom duro dos jornais contra o Brasil. Três meses depois, o resultado de seu trabalho aparecia conforme seu próprio relato. “Há já algumas semanas nenhum adjectivo acerbo aparece manifestando rancor ou simples malevolência contra nós. Talvez alguma amabilidade da nossa imprensa, a propósito de nomeações diplomáticas ou por ocasião da data nacional (28 de julho) produzisse bom efeito na imprensa peruana”.⁸¹⁷

Uma das estratégias utilizadas por ele foi pedir a “Gilberto Ulloa, redator chefe do *Prensa* que sem prejuízo das suas opiniões sobre a matéria atenuasse quanto pudesse o ardor patriótico dos seus redactores ao tratar das nossas questões internacionais”.⁸¹⁸ Em conversa com Ulloa, Gama lhe fez ver “o mal que pôde fazer um adjectivo offensivo, sem proveito nenhum para a defesa da causa, e discorri sobre a conveniência de darem os guias da opinião pública exemplo de moderação e calma na apreciação dos argumentos com que a parte contrária defende o seu direito”.⁸¹⁹ Optando por lisonjear o jornalista e acabou por

⁸¹⁴ Ibidem; Despacho do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 31 de junho de 1907. AHI, Despachos 1906-1909, Lima 213.3.02.

⁸¹⁵ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 242.

⁸¹⁶ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p. 503.

⁸¹⁷ Ofício reservado de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 06 de junho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸¹⁸ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 16 de agosto de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸¹⁹ Idem.

descobrir não somente que Ulloa estivera por dezesseis anos no serviço diplomático, mas como fora o responsável pela organização do arquivo de limites,

que é o arsenal contra nós. [...] Entramos depois no estudo dos pontos de vista brasileiro e peruano sobre os nossos limites e a propósito do trecho de uma geographia peruana que lhe citei, elle me disse que V. Ex. mesmo defendera o tratado de san Ildefonso na memória de Washington. Affirmei-lhe que nessa como em outras circunstâncias o Tratado preliminar de 1777 nunca foi citado pelo Brasil senão a título informativo em referencia a linhas geográficas nelle mencionados sem admitti-lo o por fundamento de nenhum direito. Replicou-me que conhecia o ponto de vista brasileiro da questão, fallou na discussao entre os commissários demarcadores brasileiros e peruanos a propósito da linha Javary-Madeira, para contudo a antiguidade das reivindicações peruanas sobre essa parte da fronteira etc. Mas não me pareceu muito convencido ou esperançado quanto ao resultado das negociações, que elle pensa deverem prolongar-se indefinidamente, pois que chegou a affirmar-me que o erro dos actuaes homens de governo é cuidar do oriente como se ahi estivesse o futuro do Peru, que segundo elle, está na costa, ao Sul e sobretudo a norte.⁸²⁰

A conversa serviu como uma aproximação diplomática, além de render um pedido de Ulloa para que Domício da Gama lhe indicasse um “moço intelligente da imprensa fluminense para mandar a Prensa correspondência políticas, e de notícias geraes sobre a vida pública brasileira”. Gama sugeriu então a Rio Branco que listasse alguém do “ministério e ao pé de V. Ex. há mais de um moço intelligente relacionado com a imprensa a quem se poderia com a imprensa a quem se poderia confiar essa tarefa de informar sobre as nossas coisas”, alegando que

A *Prensa* é aliás a mais bem feita das folhas peruanas e ao menos não transcreve os telegramas da *Prensa* de Buenos Aires, que nos são geralmente desfavoráveis e que os jornaes do Chile publicam fielmente. Atrevo-me, a pedir a V.Ex. que, ponderando sobre a falta de proteção em que nos encontramos perante a opinião nestes países de outra língua, outro sangue e outras idéias políticas, e de accordo com o presidente da república, que muito avisadamente me recommendou a acção indirecta sobre a imprensa peruana, me habilite, ou pelo correio ou melhor, pelo telegrapho confirme este público sobre o quanto se passa mais interessante sobre nós.⁸²¹

4.2.1 - A CADÊNCIA DAS NEGOCIAÇÕES TRATADÍSTICAS

Enquanto Domício da Gama esteve no Peru as negociações sobre o tratado foram marcadas por dois aspectos: a tentativa de mudança da base das negociações para Lima por

⁸²⁰ Ibidem.

⁸²¹ Ofício reservado n° 3 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 16 de agosto de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

parte dos peruanos, e pelo ritmo lento das conversas. Apesar de Rio Branco já haver adiantado antes da chegada de Gama a Lima que as negociações não estavam radicadas em Lima e sim no Rio de Janeiro o ministro Sólon Pólo, substituto do então ministro Eugenio Larrabure y Unanue, continuava a insistir neste ponto. Em um ofício reservado a Rio Branco Gama ponderava dois aspectos para que a base das negociações não mudasse: o inconveniente das negociações via telégrafo bem como o seu “natural receio de me encontrar em posição de inferioridade já quanto à preparação técnica, já pela insegurança de nos entendermos falando línguas diferentes, não me pareceu que devêssemos, attendendo aos Peruanos, conceder-lhes essa vantagem de negociar em casa⁸²²”. Posição esta que voltou reafirmar três meses depois.

No dia 2 de julho, indo eu ao ministério tratar do caso Rabello Mendes, de Iquitos, o Sr. Pólo perguntou-me se V. Ex. ainda não havia respondido à suggestão de se iniciar aqui a negociação para a solução da questão de limites, suggestão que, a pedido d’elle, tive a honra de fazer a V.Ex. na segunda parte do meu telegramma de 4 de maio último. Telegraphiei immediatamente a V. Exa. expondo-lhe a razão de maior urgência alegada pelo Sr. Pólo, e que era a conveniência de figurar na Memória do Ministério este anno alguma coisa mais do que o que foi dito nos passados. Não tive nenhuma anciedade pela resposta a esse telegramma, expandido por comprovar. Imagino mesmo que, tendo recebido o meu officio n° desta série, datado de 15 de maio, e uma carta particular encaminhada pelo Sr. Leopoldo de Bulhões, V. Exa tomasse em consideração as razões que tinha e tenho para não solicitar a honra de ser mais do que agente auxiliar e secundário em uma negociação de tal importância, em que nenhuma vantagem se deve desprezar, sendo o do logar das conferencias uma muito valiosa para o nosso caso. Mas isso mesmo ainda não bastaria ao Sr. Pólo e ao Presidente. O que elles querem agora é negociar sobre limites, é adiantar matéria, sem dúvida, para depois alegarem o serviço de haver assentado a questão, levantado a bandeira peruana deante do estrangeiro invocar a prepotente. Estas coisas produzem effeito nos relatórios d’aqui, que são tão inconvenientes e nos artigos de jornaes, ainda peiores.⁸²³

A cadência da negociação com o Peru foi pachorrenta, ao contrário da boliviana, e, até que fosse finalizada, em 1909, houve várias solicitações de prorrogações do *modus vivendi*. Quanto aos entendimentos formais tratadísticos no tempo de Domício da Gama, lista-se a preliminar de maio de 1908 e dois adiamentos do *modus vivendi*, em 30 de maio até setembro de 1907,⁸²⁴ e depois, até 31 de maio de 1908. Na preliminar, Rio Branco frisou que “todo o território neutralizado, menos a margem direita do Purus, de Catai para

⁸²² Ofício reservado de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 18 de maio de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸²³ Ofício 2ª Seção, reservado n° 3 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 17 de julho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸²⁴ Idem.

o sul, ficaria pertencendo ao Peru. Que o Brasil jamais admitiria o Tratado de 1777, já reconhecido como nulo pelo Peru em 1851. Que nada tinha a ver o Brasil com os títulos espanhóis (advertência a respeito do processo arbitral de Buenos Aires do qual o Brasil não era parte e nem estava obrigado a respeitar o aresto)”.⁸²⁵

Os quatro meses de ausência de Lima e do então ministro peruano Eugenio Larrabure y Unanue, que já havia inclusive negociado uma prorrogação diretamente com Rio Branco, pareciam a Gama favorecer ao Brasil.⁸²⁶ Para Gama, a vitória havia sido “fácil demais contra um contendor tão mal armado de senso, ia dizer jurídico, direi comum”.⁸²⁷ O que o preocupava no caso como um todo era a existência do que ele chamou de um “impertinente esmiuçar das nossas proposições é a perpétua suspeita de que sempre estejamos de má fé. A desconfiança salutar nestes assumptos é contra producente quando chega ao exagero”.⁸²⁸ No dia seguinte, Gama relatou que os peruanos decidiram adiantar a matéria, mas “a razão de maior urgência alegada pelo Sr. Pólo e que era a conveniência de figurar na memória do Ministério este anno alguma coisa mais nova do que o que foi dito no passado”.⁸²⁹

No mesmo ofício, Gama afiançou a Rio Branco a necessidade de o governo peruano conhecer a posição brasileira, antes de serem apresentadas “propostas transaccionaes”. O telegrama de Rio Branco sobre o acordo de navegação com a Colômbia e a busca de uma postura igual para o Peru, “*mutatis mutandis* ao de 29 de setembro de 1876 que temos para a navegação do Içá ou Putumayo número 589 página 212 e seguintes”,⁸³⁰ foram recebidos, de acordo com Domício da Gama, com particular agrado pelos peruanos. Porém, isso não fez os peruanos esquecerem a proximidade entre Brasil e Equador. Solón Pólo havia garantido a Gama que esse acordo talvez fosse a causa de conflitos entre os dois países. Gama replicou a Pólo que “a navegação na parte brasileira de um rio não pôde ocasionar conflictos na parte estrangeira d’esse rio. Se elles impedem ao

⁸²⁵ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, vol. 2, p. 515.

⁸²⁶ Ofício reservado de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 18 de maio de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸²⁷ Ofício nº 10 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 16 de julho de 1907. Idem.

⁸²⁸ Idem.

⁸²⁹ Ofício 2ª Seção, reservado nº 3 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 17 de julho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸³⁰ Telegrama do Barão do Rio Branco a Domício da Gama, 15 de julho de 1907, Apud: Idem.

Ecuador a navegação na parte litigiosa do Japurá, o mais que póde acontecer é não navegarem os ecuatorianos na parte brasileira, se isso lhes não convier, por acharem o rio um becco sem sahida. O Ministro riu-se”.⁸³¹

No entanto, a questão peruana prosseguiu sem a participação de Gama, pois o caso só veio a finalizar em 1909, quando ele já estava na Argentina. A sua separação direta do caso ocorreu em maio de 1908, porque ele recebeu um aviso de movimentação urgente para Buenos Aires, o que comunicou logo em seguida ao ministro Pólo, acreditando Carlos Rostaing Lisboa como encarregado de negócios do Brasil⁸³². Na resposta de Pólo o retrato que Gama deixava no país. “*Apreciador más directo de esas prendas de cultura y de carácter, solo encuentro yo lenitivo a dicho natural sentimiento en la afirmación de Vuestra Excelencia relativa al recuerdo que ha de llevara de las atenciosas que me ha sido grato ofrecerle durante su acertada y sagaz actuación diplomática en el Peru*”.⁸³³

Concomitante a esse processo, o Peru acompanhava a notícia de uma possível aliança entre Argentina, Brasil e Chile com muito interesse. Por telegrama de 26 de agosto de 1907, Gama disse a Rio Branco que os jornais comentavam as possíveis conseqüências para a política sul-americana caso esta aliança se embasasse em acordos comerciais. Enquanto o *El Comercio*, com um artigo de tom moderado, recusava-se a ver nessa aliança um perigo para os vizinhos, o *La Prensa* aplaudia a iniciativa, defendendo que o Peru deveria ser *cas échéant* e se incorporar a ela: “Consulto se devo discretamente contestar boato, acentuando inutilidade, inoportunidade, inconveniencia tal alliança, assim como tratados commércio.” Para Rio Branco, era impossível ao Brasil “negar que o boato tinha certo fundamento e também porque não devemos estar a desmentir todos os boatos. Se o fizéssemos, o nosso silêncio noutros casos importaria em confirmação”.⁸³⁴ O que ele afirmava a Gama era que o tratado comercial não era verdadeiro

⁸³¹ Ofício 2ª Seção, reservado n° 3 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 17 de julho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸³² Anexo ao ofício n° 7 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 23 de junho de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸³³ Idem.

⁸³⁴ Despacho reservado n° 5 do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 28 de outubro de 1907. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.02.

no tocante ao Brasil, mas é certo que a Argentina procura com empenho entender-se a tal propósito com o Chile. Quanto à procedida intelligencia entre os três governos em se tratando do assunto de natureza política representa isso um desejo do governo brasileiro, manifesto desde 1903, e que não pode ter andamento algum pela frieza com que foi acolhido em Buenos Aires, onde até o divulgaram em 1906, durante o Pan-Americano, dando isso logar na imprensa portenha, a intrigas e a ataques contra o Brasil. [...] Em 24 de agosto último sr. Luiz de Lima e Silva ministro de negócios interino em Santiago do Chile a pedido do ministro das relações exteriores F. Puga Borne transmittiu-me em cifra o seguinte: Los gobiernos de la Rep Argentina e Chile deveras de perfeccionar la buena intelligencia que ya existe entre las três naciones amigas, están buscando la mejor forma de llevar esse propósito a la pratica y han convenido em proponer oportunamente al gobierno del Brasil la fórmula que hayan adoptado como base de um arreglo comum. Occupado com os assuntos da Conferencia Internacional da Paz na Haya só no dia 2 de setembro telegraphiei, lembro em cifra a Lima e Silva dizendo-lhe: Pode responder que recebimento com muita sympathia e prazer essa comunicação”.⁸³⁵

Esse tom cuidadoso revelava a Gama que a sua intenção era a de um tratado de cordial intelligência, mas não entre Argentina Brasil e Chile somente, nem tampouco incluindo somente o Peru ou Bolívia. O que ele previa era uma aliança maior que envolvesse o México, bem como a relação entre os quatro países e os Estados Unidos da América:

Desde muito pensamos aqui na alta conveniência de uma cordial intelligencia entre os governos da Argentina, do Brasil, do Chile e do México para que procurem chegar a acordos ocasionaes, mostrando-se tão unidos quanto possível sempre que se trate de interesses geraes da América Latina, e entre esses quatro governos e o de Washington quando se trate de interiores de todo o continente o procedendo os cinco na América como costumam proceder os das seis grandes Potencias europeias. Só uma vez apparecemos os quatro unidos em occasião importante. Infelizmente as campanhas que certos jornaes de Buenos Aires abrem periodicamente contra o Brasil têm estragado e intitulado por vezes o trabalho dos dois governos, brasileiro e argentino. [...] Até agora nenhuma outra comunicação recebi nem de Santiago do Chile, nem de Buenos Aires, e dada a conhecida inconstância do governo argentino, que, aliás communicou logo essa tentativa à sua delegação na Haya, – é provável que não tenha seguimento algum este negócio.⁸³⁶

Ressalte-se que o ponto de apoio para o sucesso do pacto estaria dentro de uma relação condominial de poder, que se tornou impossível devido aos descompassos entre Brasil, Argentina e Chile: a aproximação dos dois primeiros gerou um desconfiado afastamento do terceiro, ao mesmo tempo em que a aproximação do Brasil e do Chile significou um sinal de alerta para a Argentina. Rio Branco, ao visualizar a inserção

⁸³⁵ Idem.

⁸³⁶ Ibidem.

mexicana para o pacto, acrescentou uma variável de peso ao assunto. O México era advindo de uma realidade política na qual a sua movimentação seria quase nula, por conta de uma vizinhança dura ao norte e da falta de uma identificação direta com seus vizinhos ao sul, o que poderia significar um equilíbrio fundamental para a relação condominial do sul. Advindo de uma realidade em que não havia desconfianças, ele poderia haver sido o ponto de apoio para o real estabelecimento do pacto.⁸³⁷

Um aspecto indireto que acabou por influenciar as negociações foi o caso Tacna e Arica, já que, sob a ótica peruana, as duas negociações guardavam possíveis semelhanças e, com isso, haveria a possibilidade de soluções comuns. Sólon Pólo tentou também arrastar o Brasil para o caso Tacna y Arica, pedindo que Rio Branco desse um parecer sobre a nova proposta chilena ao Peru, que previa como base para a solução da questão, comunicada aos Estados Unidos da América: “1° elevar indenização três milhões esterlinas em vez de um, 2° Plebiscito presidido por Chile; 3° votarem não só regiuncolas, como determinou tratados Ancon, mas também chilenos e todos estrangeiros”.⁸³⁸ As razões de Pólo, ao solicitar uma opinião de Rio Branco, embasavam-se no fato de que ele esperar que pudesse influir na solução do caso. Ele “instou [que] telegraphasse hoje mesmo e prometti. Parece bom ensejo para gesto amistoso útil, quiçá proveitoso”.⁸³⁹ No dia seguinte, Gama voltava a transmitir a opinião do governo peruano, frisando que era pedido de Pólo, que sempre procedia de acordo com o presidente Pardo, para que Rio Branco não declinasse de intervir na questão com bons ofícios na matéria. Era, pois, “um pedido formal e que não póde, sem offensa, ficar sem resposta. Por isso suggeri a V. Ex., enviar-me um telegramma amistoso, que eu lhe pudesse mostrar dando-lhe assim satisfação, embora sem compromisso expresso”.⁸⁴⁰ Em 23 de dezembro de 1907, o *El sol de Cuzco* repetia uma preocupação já expressada pelo *La Prensa* quanto aos casos: “*solo podría aplicarse a un futuro y eventual arbitraje con el Peru por la región de Purus y del Yuruá, que el Brasil posee y que está habitada en su mayor parte por brasileños*”.

⁸³⁷ A possibilidade do quarteto ABCM demonstra que no período ainda há que se pesquisar sobre o período através de pesquisas que abarquem as chancelarias argentinas, brasileiras e chilenas para que se possa verificar não somente quanto ao significado do Pacto do ABC como também sobre o convite mexicano haver ocorrido ou não e as conseqüências do caso.

⁸³⁸ Despacho reservado n° 3 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Rio de Janeiro 21 de abril de 1907. AHI, Despachos 1908 1909, Lima 212.4.06.

⁸³⁹ Idem.

⁸⁴⁰ Ibidem.

4.3 – TECENDO RELAÇÕES HUMANAS

Em 22 de novembro de 1907, Domício da Gama solicitou a Rio Branco que lhe concedesse uma licença para que ir à Bolívia. Com a devida autorização, ele embarcou dois dias depois em Callao em direção à La Paz, deixando Carlos de Rostaing Lisboa como Encarregado de Negócios. Durante um mês, ele ficou hospedado em casa do casal Antônio Carneiro B. do Nascimento Feitosa, responsável pela legação brasileira, regressando no dia 26 de dezembro à bordo do transporte de guerra peruano *Iquitos*, por insistência do prefeito de Arequipa. A cortesia com que foi tratado levou-o a aumentar o círculo dos convidados para o jantar que ofereceu em 30 de dezembro, incluindo o comandante do *Iquitos*, Ernesto Caballero y Castro, juntamente com Larrabure e outros.

Foi no retorno dessa viagem que Gama recebeu a informação de Rio Branco sobre sua remoção para Buenos Aires. Em resposta ao Barão, afirmou que considerava “uma promoção honrosa”⁸⁴¹. A Graça confessou que:

a notícia da minha remoção, recebida ao sahir de um jantar de cerimonia na Legação, tirou-me o somno nessa noite (14 para 15 de Dez°) Foi assim quando recebi em Bruxellas o telegramma chamando-me ao Rio. Involuntariamente a gente estuda por conjecturas, perscruta o futuro nessas occasiões. Está claro que d'esta vez foi sem anciedade: o homem à medida que reduz as suas certezas philosophicas theoreticas perde o receio da responsabilidade de acções materiaes. Agora eu sei que se tivesse sido meu chefe aos 35 annos, teria tido desde então a mesma integridade, por mais que errasse em detalhe. Será talvez uma illusão do meu eu actual, que obstruiu o primeiro plano e vicia a visão retrospectiva... Como quem que seja “imaginei” muito nessa noite e nos dias seguintes de viagem através da Bolívia e do Peru e ainda a bordo de um transporte de guerra que me trouxe de Mollendo ao Callado Você diz bem: é o prestígio pessoal... Cada um dos meus amigos deve estar contente de verificar-se a predicção da sua confiança em mim É bom que haja d'essas verificações para que haja confiança, uma certeza innocentes, porque versa sobre as possibilidades alheias. Se eu lhe disser que os principios [pessoaes desdo]braram de attenções commigo, contentes de vêr que estavam tratando com um personagem (psychologia facil, corrente) necessário em outro posto importante da América...⁸⁴²

A essa altura, ele já se sentia mais seguro de si e disse a Rio Branco que, apesar de saber que encontraria um ambiente irredutível na Argentina, esse aspecto não importava. “Eu tive mais medo cá e não o mostrei e talvez por isso mesmo seja melhor partir sobre a

⁸⁴¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Arequipa, 18 de dezembro de 1907. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁴² Carta de Domício da Gama a Graça Aranha em 30 de janeiro de 1908. ABL, AGA 10.3.13.

boa impressão das amabilidades trocadas.⁸⁴³ Aproveitando para pedir a Rio Branco que o deixasse levar Rostaing para Buenos Aires, por já estar “muito acostumado ao serviço e a amizade do Rostaing e desejaria levá-lo comigo, se ele quiser deixar Lima. Ele é ao mesmo tempo macio e leal, e precioso auxiliar nas coisas práticas, em que tem um tato quase feminino. A ele próprio penso que convirá deixar Lima, onde se tornou parte integrante da sociedade. Em Buenos Aires tem parentes, tias”.⁸⁴⁴

No entanto, a sua remoção não foi imediata, pois ele ainda permaneceu por mais seis meses. Nesse ínterim, em março de 1908, o navio escola brasileiro Benjamin Constant visitou o Peru. Uma série de banquetes foi oferecida para recepção dos brasileiros, cuja visita foi amplamente coberta pelos jornais locais. Para o *La Prensa* de março de 1908, “*De tan grato concierto sólo permaneció relativamente alejado el Brasil cuya falta de afinidades políticas y de rara con las otras naciones sudamericanas, unida a las agitadas incidencias de sus complicados problemas incidencias de sus complicados problemas territoriales, lo mantuvieron – durante el Imperio – huraño a los estímulos del común interés ó del común afecto*”. Em 24 de abril de 1908, por meio de um ofício reservado a Rio Branco, Gama afirmou que

Presidente Pando é que muito desgraciosamente fez-me sentir o contraste entre as festas aqui dadas aos officiaes brasileiros e a publicação do decreto em que se assentava a nossa jurisdição sobre terras em litígio e até sobre terras que nunca haviam reclamado, que nisso importa o havermos adoptado a linha da pretensão boliviana, só ultimamente apresentada para fins do arbitramento. E, como eu lhe perguntasse – poisque me dissera ter recebido o texto integral do decreto, que eu ainda ignoro – se não se fazia nelle a costumada ressalva do litígio com o Peru, elle observou que a menção dos direitos do Peru foi o meio de que se serviu o Brasil para abrir a questão do Acre com Bolívia. Affirmei-lhe então que o Brasil não necessitava d’esse meio para intervir em favor dos acreanos e que o declarar-se que o território era também litigioso com o Peru foi apenas um argumento accessorio, para contestar a Bolívia o direito de ceder a uma companhia colonial semi-soberana terras do continente americano. O Presidente ficou calado e eu levantei-me. Fiquei sabendo por esse incidente que a sua má vontade contra nós é irreductível. Esperemos que seja mais cordato e ponderado o Sr. Leguia.⁸⁴⁵

Entende-se que o maior resultado diplomático de Domício da Gama na República do Peru foi aplinar as arestas no relacionamento entre os dois países. Uma iniciativa

⁸⁴³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Arequipa, 18 de dezembro de 1907. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁴⁴ Idem.

⁸⁴⁵ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 24 de abril de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

pessoal, e não indicada por Rio Branco, pode ser vista desde a sua chegada no país, quando encontrou um clima irritadiço. Se, conforme ressaltado por Leandro Tocantins, a opinião pública peruana estava “intoxicada das versões desconexas que o governo fazia propalar sobre o caso de suas fronteiras com o Brasil”,⁸⁴⁶ o trabalho que Gama lá desenvolveu, não somente nos jornais, mas também na sociedade, inverteu o quadro em favor do Brasil. Ele buscou sedimentar as relações para com os peruanos ao ajudar a reconstituir a Biblioteca Nacional limenha, que se refazia do saque chileno.

Ajudou também a positivar a visão dos peruanos que haviam qualificado Rio Branco “em 1904 ou 1905, de ‘ogro’, não sei se nesse mesmo jornal, e agora vejo que sou um “*leopardo político, listo siempre a todos los ruidos y a todos los aleteos que animan la selva...*”⁸⁴⁷ Essa atitude também aconteceu de modo inverso, pois, quando Rio Branco pediu para que ele confirmasse ou não a impressão de Eduardo Lisboa, de que o então senador Sólon Pólo era “impertinente”,⁸⁴⁸ Gama, além de não a confirmar, passou ao Barão uma impressão inversa.⁸⁴⁹ Suas iniciativas não passaram despercebidas aos peruanos. O *El Diálogo* de 27 de março de 1908, em matéria intitulada: “Excmo Sr. Domício da Gama – Enviado Extraordinário y ministro plenipotenciário del Brasil”, mostrou que a sua figura ali era vista como positiva. “*Hombre de temperamento equilibrado y sereno, abierto a todos los cientos del espíritu, no caben las miserias de una política nacional injusta y estrecha, y su influencia, destinada a crecer de continuo, se habará de ejercitar más.*” A seus jantares compareciam o ministro das relações exteriores, o presidente da câmara dos deputados, membros da suprema corte, o alcaide de Lima, além de outros peruanos de distinção.

Dr. Calle nas 4 vezes em que nos vimos e sinto deveras não te-lo conhecido antes. Não duvido que V. Exa. encontre nelle ate mesmo um auxiliar para a nossa política internacional, pois me parece sagaz e ponderado. Em todo o caso elle tem conhecimentos geraes e especiaes necessários para bem ver as nossas coisas e seria conveniente que o Dr. Gastão da Cunha, tratando-o com a amizade, o puzesse em relações com os nossos juristas e legisladores, no interesse das

⁸⁴⁶ TOCANTINS, Leandro. **Op. Cit.**, p. 505.

⁸⁴⁷ Despacho n° 2 do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 28 de dezembro de 1907. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.02.

⁸⁴⁸ Despacho do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 11 de maio de 1907. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.02.

⁸⁴⁹ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 16 de agosto de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

nossas leis especiaes, sobre remuneração, por exemplo, em que elle é autoridade sobre este assunto pedi-lhe que conversasse com o Dr. Miguel Calmon, com o presidente de Minas Gerais, com o Sr. Calógeras, que não sei se já estará de volta ao Rio de Janeiro.⁸⁵⁰

O presidente Pando, em nenhum momento público, deixou-se conquistar, mas, segundo o próprio Domício, o “presidente é moço e tem a natural ambição de representar o sentimento do seu paiz nesses assumptos capitães”.⁸⁵¹ Ressalta-se, porém, que, durante o tempo em que ele lá esteve, não houve nenhuma hostilidade aberta ou mesmo posturas de desinteresse em conhecer a ele ou ao Brasil. Suas recepções eram concorridas mesmo e, nas palavras do *La Prensa*, “*contribuyeron siempre á esa corriente los distinguidos diplomáticos que el Brasil supo acreditar ante nuestra cancelleria, y contribuye hoy á hacerla más intensa y vibrante la manera afable, cariñosa y caballaresca con que el Excmo, señor Domício da Gama, enviado extraordinário del Brasil, há sabido captarse la estimación de nuestra sociedad. Puede considerarse su misión como laso de concórdia y afecto*”.⁸⁵² O encanto dos peruanos multiplicou-se em vários veículos de imprensa, como a Revista Actualidades, que o considerou como *Um diplomático modelo*, afirmou:

Acaba de abandonar el Perú después de una actuación brillante y eficaz, el distinguido representante del Brasil, Excmo. Señor Domício da Gama. No son muchos los diplomáticos que pueden vanagloriarse de dejar en el país en que han ejercido su representación, un sentimiento más unánime de pesar, que el Sr. Da Gama entre nosotros. Verdad que reúne en la figura simpática y distinguida, tacto superior, talento cultivado, cultura incomparable y dotes especiales de hombre de letras y de sociedad. No era pues de extrañar que, dados tan poderosos motivos, las manifestaciones y agasajos á su persona, y por acción refleja á su país, se multiplicaran en vísperas de su partida. Una de ellas, la ofrecida en la casa Klein por un numeroso grupo de caballeros, es la que representa nuestro grabado; y ella dió oportunidad al galante y elocuente diplomático para dejar oír el verbo fascinados de su palabra.⁸⁵³

Depreende-se que Domício da Gama ultrapassou as estritas ordens recebidas para apresentação da proposta de “limite oriental do Perú e rio Purús com toda a margem direita desse rio”,⁸⁵⁴ e contornou seu medo ante o novo encargo, expresso anteriormente a Rio

⁸⁵⁰ Ofício nº 10 de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 16 de julho de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸⁵¹ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Lima, 14 de abril de 1907. AHI, MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907, 212.4.05.

⁸⁵² *La Prensa*, 15 de noviembre de 1907.

⁸⁵³ *Revista Actualidades*. Un diplomático modelo. Lima, 6 de junho de 1908, p. 506. IHGB, CDG, Lata 645, Pasta 23.

⁸⁵⁴ Despacho do barão do Rio Branco a Carlos Rostaing Lisboa, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1909. AHI, Despachos 1906 1909, Lima 213.3.02.

Branco, “não o mostrei e talvez por isso mesmo seja melhor partir sobre a boa impressão das amabilidades trocadas”.⁸⁵⁵ Os resultados pelo aplainamento das arestas de relacionamento entre os dois países talvez tenha causado espanto ao próprio Domício da Gama. A numerosa comitiva diplomática e social que foi se despedir dele na estação ferroviária *Desamparados*, de onde ele seguiria para Callao, onde tomaria o vapor Tucapel para Buenos Aires, foi uma amostra do quanto ele foi bem sucedido na missão. De acordo com *El Diáριο*, a numerosa comitiva acudiu pelo fato de “*las grandes simpatías con que el distinguido diplomático cuenta en nuestra sociedad, en partida dió motivo para que se reunieran ayer en los andares de la estación del Central un grupo numeroso de miembros del cuerpo diplomático, de representantes del gobierno y de sus amigos particulares, que presurosos acudieron a darle la despedida*”.⁸⁵⁶ O *El Comercio* também destacou a partida, descrevendo a lista dos que lá foram se despedir dele:

La estación de Desamparados se vio invadida á esa hora por un grupo de distinguidos caballeros del cuerpo diplomático y de nuestro mundo social. Entre la numerosa concurrencia pudimos distinguir a los señores que siguen: Solón Polo, ministro de relaciones exteriores; Ricardo Orifa de Cevallos, presidente de la corte suprema, Salvador Cavero, vice-presidente de la republica, Mons. Dolci, delegado apostólico, Conde de Mazza, ministro de Itália, Ricardo Mujía, encargado de negocios de Bolivia, D. Garcia Mansilla, ministro de la Argentina, Emilio Althana, oficial mayor de relaciones exteriores. G. Arroyo y Moret, ministro de España, Excmo. Señor Pedro Merlou ministro da Francia, P. Leon Guislain, encargado de negocios de Bélgica, Mons. P. Gobbial, secretario de la delegación apostólica, C. Rostaing Lisboa, secretaria de la legación del Brasil, Gerruán Cisneros y R. introductor de ministros, Chang Cheng Chog, encargado de negocios de la China. J. Simon, secretario de la legación de Bélgica, C. Cordier, adjunto militar de legación de EE. UU, Richard Neil, encargado de negocios de EE.UU., Pedro Goltia, cónsul de la Argentina, Barrera Gómez, cónsul de Colombia, Pérez Canto, secretario de la legación de Chile, Navarrete, adjunto militar de la legación de Chile, Alberto Falcon, Javier Prado y Ugarteche. Hernan Velarde, J. A. Bianchi, Hildebranco Fuentes, Luis Miró Quesada, Pedro Oliveira, Luis N. Brayce, Clemente Palma, Andrés Alvarez Calderón, Anselmo Barreto, D.M. Tolmos, Miguel Girlean, J. Schawalt, C. Zavala, L. Melchioer, Ortiz de Zavallos, Salvador del Solar, Federico Figuera, alcalde de Lima, Pablo La Rosa, Nicolás de Mendiburu, Manuel Irigoyen, Antonio Miro Quesada, Félix D’Androé, Ramón Irigoyen, Michaelles, ministro alemao, Encargado de negocios de Inglaterra, Baldomero Asquillaga, Victor Aspillada, Victor A. Belaunde, Luis Rospigliosi, Francisco Mendoza y Barreda, Manuel A. San Juan, Jose de la Riva Agüero, Enrique D. Barreda, Clemente Althaus, Miguel Miro Quesada, Gustavo Hendelberti, Henry Bryght, y otros cuyos nombres sentimos no recordar.

⁸⁵⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Arequipa, 18 de dezembro de 1907. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁵⁶ *El Diáριο*, 05 de junho de 1908.

CAPÍTULO 5 – CONSEQÜÊNCIAS DO SISTEMA DO BOMBO: DOMÍCIO DA GAMA E AS ANTINOMIAS ARGENTINAS DE 1908

Se eu pudesse seguir-lhe a obra literária desde os seus princípios, mostraria nela a alma brasileira refinada e grande, maior, mais compreensiva, mais inteligente que este infinito formigueiro de instintos e ambições pessoais e reduzidas em que vive um ministro diplomático. E seria uma lição para uns, um motivo de desvanecimento para outros, um tônico para os fracos e desconfiados de si e dos destinos nacionais.

Carta de Domício da Gama a Machado de Assis

En cuanto a mi – perdóneseme si obligado por la defensa me pongo en línea con tan preclaros varones –, no hay una palabra, ni una frase en toda mi vida, que autorice a nadie y mucho menos a ciertos argentinos, a entregar mi nombre al odio del Brasil, del Uruguay y del Paraguay. Eso es tanto como incitar a odiar a la República Argentina. Saben las cancillerías de dichos estados y de Chile y de Bolivia, que no he trabajado por alterar el mapa de estas regiones, sino al contrario, por mantenerlo y por tranquilizar a sus moradores.

Estanislao Severo Zeballos – *Diplomacia Desarmada*

5.1 – O SISTEMA DO BOMBO E O EQUILÍBRIO REGIONAL

Ante o sucesso de sua missão no Peru, Domício da Gama sentiu-se mais seguro de sua capacidade profissional, encarando essa remoção com maior tranquilidade pessoal do que a anterior. Suas dúvidas iniciais resumiam-se a duas: se Rio Branco realmente o queria em Buenos Aires ou era apenas uma nomeação de passagem, e o motivo da saída de seu antecessor: “não sei como o Assis Brasil deixou o lugar”.⁸⁵⁷ Porém, a certeza que carregava era a de que iria encontrar ali um clima de hostilidade mais complexo do que no Peru. Segundo o que havia afirmado a Rio-Branco, “o Sr. sabe tão bem como eu que os argentinos não se deixam engambelar como os peruanos e que a hostilidade do ambiente lá é irredutível”.⁸⁵⁸ Essa crueza vocabular demonstra liberdade de trato e conhecimento do

⁸⁵⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, Arequipa, 18 de dezembro de 1907. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁵⁸ Idem.

raciocínio de Rio-Branco,⁸⁵⁹ como também a certeza de que ele teria pela frente uma dura tarefa.

A irredutibilidade a que Gama se referia era o acumulado histórico argentino. “A disputa com o Uruguai e com a Bolívia, a respeito do território do Chaco, a Puna de Atacama e a província de Tarija, recebeu a atenção da Chancelaria Argentina; contudo, a controvérsia mais grave, e a que esteve mais perto de levar a uma conflagração, foi a sustentada com o Chile, que se prolongou por três décadas, combinando ciclos de hostilidade com outros de relativa distensão”.⁸⁶⁰ Essa situação havia levado os dois países não somente a uma penosa corrida armamentista, mas também a contração de sérias dívidas, com elevadas taxas de juros. A distensão ocorrida em 1902, com os Pactos de Mayo, foi uma saída conciliatória,⁸⁶¹ apesar de o então presidente argentino Júlio Roca a haver considerado como “*paz perpetua entre los dos países*”.⁸⁶² Os Pactos, além de preverem julgamentos arbitrais para casos de desentendimento, trouxeram também um compromisso de manutenção de uma equivalência discreta entre as esquadras. Em seu rastro veio não somente “a gravíssima situação financeira dos anos 1901-1902 que Carlos Pellegrini atribuiu à ‘política de paz armada que temos seguido nos últimos dez anos’”,⁸⁶³ mas como a lei da consolidação, que previa a “unificação das dívidas interna e externa sob um único título”⁸⁶⁴ levando o país a uma séria crise política interna.

Foi nesse contexto argentino que Rio Branco assumiu a chancelaria brasileira intencionando, conforme afirmado anteriormente neste trabalho, “recuperar o status que o ministério das relações exteriores detivera no Império retornando às tradições, não como uma prisão do passado, mas como um espaço que permitisse o avanço da política externa

⁸⁵⁹ Para Medeiros e Albuquerque este raciocínio era de uma diplomacia à Talleyrand ou à Metternich: uma arte elegante de enganar os outros.

⁸⁶⁰ PARADISO, José. **Op. Cit.**, p. 40.

⁸⁶¹ Ante sucesivas reivindicaciones del espacio patagónico por parte de las autoridades chilenas, la Argentina logró concluir en 1881 un tratado de límites con el país vecino. Pero surgieron nuevas desavenencias entre las dos naciones dada la diferente interpretación de dicho acuerdo, lo que generó una carrera armamentista por parte de ambas Fuerzas Armadas, alcanzando gran tensión hasta mayo de 1902 en que suscribieron los llamados Pactos de Mayo que pusieron fin al conflicto. RAPOPORT, Mário. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)** Buenos Aires: Macchi, 2000, p. 22.

⁸⁶² LUNA, Felix. **Op. Cit.**, p. 330.

⁸⁶³ PARADISO, José. **Op. Cit.**, p. 41.

⁸⁶⁴ Idem.

brasileira”.⁸⁶⁵ Esse argumento volta-se a partir de agora à busca dos efeitos diretos desse discurso na Argentina, já que, entre 1904 e 1906, tanto a presidência brasileira quanto a argentina sofreram mudanças. E, se, em 1904, Julio Roca deixara o governo e os dois países em um elevado nível de concórdia, o ano de 1906 marcou a abertura de outro momento político: a ascensão de duas novas figuras presidenciais – José Figueroa Alcorta na Argentina e Afonso Pena no Brasil – enquanto que suas respectivas chancelarias traziam Estanislao Zeballos e Rio-Branco.

A primeira constatação foi a de que a nomeação de Rio Branco causou em Buenos Aires o receio de um possível retorno brasileiro à “orientação do Império em matéria de política exterior”,⁸⁶⁶ ou ao que Assis Brasil chamou de orientação do Império, “a de Cotegeipe, que simboliza aqui o elemento invasor e astuto”.⁸⁶⁷ Uma segunda percepção feita por eles é a existência de um viés expansionista, tanto pelos seus trunfos diplomáticos,⁸⁶⁸ como pela lei de rearmamento naval de 1904,⁸⁶⁹ seguida da compra dos encouraçados *dreadnoughts*, os mais avançados da época, em 1907.⁸⁷⁰ Bradford Burns afirmou que: “para executar a sua política externa, ele [Rio-Branco] recebeu carta branca do governo brasileiro e, durante quase um decênio, nem fez política interna nem aconselhou medidas internas a nenhum líder governamental [...] o estudo desse período não revela um único exemplo de falta de confiança ou entusiasmo do governo com a política seguida pelo Itamaraty”.⁸⁷¹

Na presidência Afonso Pena, contudo, houve interferências diretas e indiretas no Ministério das Relações Exteriores do governo, bem como uma declaração de Rio Branco acerca de seus próprios limites, o que contraria esse argumento de Bradford Burns. Um ato

⁸⁶⁵ Página 138 desta tese.

⁸⁶⁶ BUENO, Clodoaldo. O rearmamento naval brasileiro e a rivalidade Brasil-Argentina em 1906-1908. *História*. São Paulo, 1: 21-35. 1982, p. 24.

⁸⁶⁷ BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república e os anos de apogeu* (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 231.

⁸⁶⁸ Tratado de Petrópolis, como também às criações do primeiro cardinalato brasileiro, da Embaixada brasileira em Washington e no Rio de Janeiro, de haver sediado a conferência internacional americana.

⁸⁶⁹ “Pela lei de 14 de dezembro de 1904 estabelecia-se um programa naval: três encouraçados; três cruzadores; seis caça-torpedeiros; três submarinos; um carvoeiro; um navio-escola”. LINS, Álvaro. *Rio-Branco*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995, p. 377.

⁸⁷⁰ “O programa naval de 1907 veio modificar o de 1904, substituindo os três encouraçados de 13.000 toneladas por outros de 19.281, os famosos *dreadnoughts*”. LINS, Álvaro. *Op. Cit.*, p. 377.

⁸⁷¹ BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed, 2003, p. 54.

de ingerência direta no Ministério das Relações Exteriores ocorrera quando Rio Branco preparava o envio de Joaquim Nabuco à Haia, Edmundo Bittencourt, por meio do seu *Correio da Manhã*, liderou uma campanha pela nomeação de Rui Barbosa, levando Rio Branco a convidá-lo.⁸⁷² Junte-se a esse fato que Afonso Pena, para quem os ministros eram executores de seu pensamento e que já afirmara “quem faz política sou eu!”, tinha uma dívida de gratidão pessoal para com Barbosa. Dois anos antes o senador baiano havia declinado de sua candidatura à presidência em favor de Pena, passando a apoiá-lo bem como a Nilo Peçanha, no *Manifesto à Nação*. Infere-se então esse ponto como respeitável no decreto presidencial para a investidura de Barbosa como embaixador extraordinário, ministro plenipotenciário e delegado do Brasil para a Haia em 24 de abril de 1907.

Uma segunda interferência, agora indireta, do governo Afonso Pena na política exterior foi na questão dos *dreadnoughts*, objeto de largo debate no senado brasileiro. Ali, o senador cearense Joaquim de Oliveira Catunda perguntava em 1906, “República, que fizeste da Armada Nacional?”⁸⁷³ declarando que os “navios de guerra do País serviam apenas para dar salvas nos dias de festa nacional”⁸⁷⁴ no que era secundado por Lauro Sodré para quem “todas as nações do mundo se armam e fortificam. Façamo-lo igualmente nós, embora fiquemos dentro dos marcos já traçados”.⁸⁷⁵ Com isso, antigas preocupações do Parlamento brasileiro com os dias de glória da Armada brasileira voltaram à tona. Afinal, na década de 1820, “o Exército e a Marinha brasileiros eram então comparáveis, possivelmente superiores, às forças dos Estados Unidos, o que representava uma tentação para aventuras no sul, onde se agravava o conflito com Buenos Aires em torno da Cisplatina”.⁸⁷⁶ Conforme Cervo & Bueno,

com relação à política platina, o Parlamento esteve coeso e unânime em aprovar os recursos para manter a guerra contra Buenos Aires, cuja conduta confiou ao Executivo, sem contestação. Nem todos concordavam com a justiça da guerra movida pelo governo brasileiro. Eram, porém, muito sensíveis à guerra de

⁸⁷² LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 353; BURNS, E. Bradford. **Op. Cit.**, p. 148.

⁸⁷³ BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 1982, p. 26.

⁸⁷⁴ *Idem*, p. 27.

⁸⁷⁵ Anais do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1906, volume2, p. 449. Apud: BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 1982, p. 27.

⁸⁷⁶ BUENO, Clodoaldo. *Idem*, p. 32.

opinião' desencadeada desde Buenos Aires contra as instituições brasileiras, tidas por eminentemente superiores às congêneres do continente.⁸⁷⁷

A esse debate no senado brasileiro adiciona-se a declaração do próprio Rio Branco a Domício da Gama: “Eu não tenho neste nosso meio e na situação em que nos achamos a liberdade de proceder que o Snr parece suppor”.⁸⁷⁸ Rio Branco temera a fraqueza da defesa brasileira desde que assumira o ministério, tanto que havia solicitado “a compra de uns navios de guerra ingleses, compra que nos daria logo esquadra superior à Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto”.⁸⁷⁹ Porém, para Pandiá Calógeras, o chanceler brasileiro não teve influência alguma na aquisição dos *dreadnoughts*, os mais modernos do mundo, mas sim o presidente Afonso Pena⁸⁸⁰ e o contra almirante Alexandrino de Alencar.⁸⁸¹ A sua proposta de compra imediata de dois navios da armada inglesa, apesar da inclinação favorável do presidente, foi recusada por Alencar que receava que a compra viesse a “prejudicar a inteira execução do seu programa de navios mais modernos e perfeitos”.⁸⁸² O meio político interno brasileiro não sopesou a visão do chanceler brasileiro, cuja opinião sobre o caso ainda se mantinha como no decênio anterior: “Com seis encouraçados menores estaríamos melhor. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos dois, ficaríamos apenas com um. Não concorri para a adoção desses planos.”⁸⁸³

Assim sendo, não se percebe que Rio Branco estivesse “encampado com o setor da opinião nacional identificado com o rearmamento”,⁸⁸⁴ por esse raciocínio não refletir a

⁸⁷⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.49.

⁸⁷⁸ Carta do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 15 de dezembro de 1908. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁷⁹ Ibidem.

⁸⁸⁰ PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Introdução, cronologia, nota bibliográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 384-385.

⁸⁸¹ Alencar, cujos lemas eram: *Tudo pela Pátria e Rumo ao Mar*, foi senador, ministro do supremo tribunal militar e ministro da marinha nos períodos de 1906 a 1910, 1913 a 1918 e 1922 a 1926 sob cinco presidências: Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás e Delfim Moreira. É conhecido na história da marinha como o reorganizador das forças navais, não somente pela incorporação dos encouraçados São Paulo e Minas Gerais, como também de contra torpedeiros.

⁸⁸² Ibidem.

⁸⁸³ Carta do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 15 de dezembro de 1908. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

⁸⁸⁴ BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.** 1982, p. 33.

ação política do chanceler brasileiro. Ainda que não houvesse excluído o rearmamento de sua pauta, ele não o encampou, como o ministro argentino Estanislao Zeballos. Sua preferência era por outro caminho, conforme pode ser depreendido de sua conversa com o ministro argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga. Ele era a favor da assinatura de um “Tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a República Argentina, e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas Repúblicas e a do Chile”, tendo em vista o fim das revoluções no Cone Sul”.⁸⁸⁵ Para Miguel Angle Scenna, esse comportamento o diferenciava frontalmente do chanceler argentino:

*Contra lo que creía Zeballos, Río Branco de ningún modo quería la guerra. Era lo bastante estadista, lo suficientemente talentoso como para ver cuánto de azaroso, de aleatorio y de ruinoso tiene un conflicto bélico. Para él, que había engrandecido al Brasil sin gastar una bala, no había mejor ejército que la diplomacia. Brasil debía tener armas suficientes y poderosas, pero aceitadas y bien guardadas como elemento disuasorio, no compulsivo. Además, entreveía una política novedosa: para cubrir el flanco sur brasileño e impedir una alianza que cercara a Brasil liderada por la Argentina, el camino no era andar a los puntazos con Buenos Aires, sino lograr la alianza argentina. Trazado el eje Río de Janeiro-Buenos Aires, que hacía extensivo a Santiago de Chile, el resto del continente debía girar en su torno. Río Branco estaba convencido de que era el único sistema para terminar con las guerras en Sudamérica y descontaba que Itamaraty sería el conductor del pacto tripartito.*⁸⁸⁶

Para Rio Branco, havia a necessidade de se ponderar o equilíbrio regional por ser essa “a melhor maneira de se proteger contra atentados à soberania era garantir a estabilidade política da região”.⁸⁸⁷ Desde 1905, ainda com Assis Brasil à frente da legação brasileira em Buenos Aires, Rio Branco havia salientado que as impetuosas movimentações da esquadra argentina ante as festas do centenário uruguaio poderiam ser politicamente ameaçadoras: “é perigoso fomentar insurreições nos países vizinhos. O mal é contagioso”.⁸⁸⁸ Sua preocupação abarcava não somente o âmbito interno, mas também o regional, em especial os argentinos e os peruanos, com quem ainda tratava o caso do Acre. “Os argentinos já têm, foi dito na discussão, - 500 [canhões modernos de campanha], e o projeto mais moderado, que é o do Senado argentino, mandavam encomendar mais 40 baterias de 6, isto é, mais 240 canhões”;⁸⁸⁹ enquanto que em relação ao Peru, “nas

⁸⁸⁵ BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 2003, p. 133.

⁸⁸⁶ SCENNA, Miguel Angel. **Op. Cit.**, p. 295.

⁸⁸⁷ BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 2003, p. 133.

⁸⁸⁸ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1905. AHI, Despachos, Buenos Aires 1905-1906, 207.4.9.

⁸⁸⁹ Idem.

vizinhanças de Iquitos os peruanos tem 20 canhões de tiro rápido que podem facilmente seguir, pelo Ucayale para os vazadouros do Juruá e do Purus. Nós não temos um só no Amazonas”.⁸⁹⁰

Se a realidade brasileira não estava propícia, por terra “não estamos em menos deploráveis condições. Linhas telegráficas em construção, estradas de rodagem, caminhos de ferro, miseráveis picadas, tudo é estratégico. As brigadas, na nova organização do exército, também são chamadas agora estratégicas. E com tudo isso, nada temos”.⁸⁹¹ A diferença no quesito artilharia era que o Brasil estava um pouco melhor que nos demais planos, mas, ainda assim, “porque insisti muito em 1904 quando o Peru encomendou seis baterias de seis canhões de tiro rápido, fizemos igual encomenda. Temos, portanto, apenas 36 canhões modernos de campanha, e encomendamos agora 48, ou 12 baterias de 4. Ficaremos com 84 canhões.”⁸⁹² Apesar de esse ser um quadro que colocava o Brasil em uma escala militar mais vulnerável que seus vizinhos mais próximos, afinal a esquadra brasileira que estava “quase sem munições para combate”,⁸⁹³ Rio Branco tinha ciência dos efeitos que o período de construções dos navios poderia causar no “tresloucado Governo Alcorta”.⁸⁹⁴ Uma situação que colocava o Brasil muito longe do que supunha Estanislao Zeballos e, conseqüentemente, a chancelaria argentina.

Afora o problema logístico, outra variável sobre a qual Rio Branco não tinha controle direto: era sobre o quesito cautela comportamental da política interna brasileira. Por mais que ele pedisse “aos ministérios militares que guardem reserva sobre os melhoramentos empreendidos, tudo é logo dado a público pelos repórteres que passam o dia nessas repartições”.⁸⁹⁵ Quiçá esse haja sido o fator mais alarmante de toda a situação, por criar o que Rio Branco chamou de “Sistema do Bombo, com que alarmamos os vizinhos, produzindo a impressão de que nos armamos até os dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa”.⁸⁹⁶ O acionamento deste sistema desequilibrou o delicado equilíbrio regional, assustando a Argentina e

⁸⁹⁰ Ibidem.

⁸⁹¹ Ibidem.

⁸⁹² Ibidem.

⁸⁹³ Ibidem.

⁸⁹⁴ Ibidem.

⁸⁹⁵ Ibidem.

⁸⁹⁶ Ibidem.

permitindo o crescimento interno do discurso armamentista argentino do belicoso ministro Estanislao Zeballos.

A falta de uma ação ministerial conjunta brasileira pode ser concebida em uma frase de Rio Branco para Domício da Gama: “Um oficial de marinha que me trouxe desagradável notícia, ignorada por Alexandrino de Alencar e por mim. O Campista disse-lhe que trabalha para que se venda à Inglaterra o segundo *dreadnought*.”⁸⁹⁷ E isso quando a construção do terceiro ainda não havia se iniciado. Dessa forma, o meio político interno brasileiro, sem se aperceber que havia acionado o Sistema do Bombo, optou por se desfazer dos *dreadnoughts* criando outra variável a ser contornada pela chancelaria brasileira: o restabelecimento do equilíbrio regional, ou o desligamento do Bombo. Para Rio Branco, “se cedermos à Inglaterra o segundo encouraçado, ficaremos desmoralizados”,⁸⁹⁸ bem como o problema de que “todo o mundo dirá e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do Governo de Buenos Aires”.⁸⁹⁹

A frustração e a impotência de Rio Branco ante o quadro ministerial saltam à atenção. “Sabe como as coisas se passam aqui. No despacho coletivo cada Ministro trata com o Presidente. Os outros conversam. Por isso só chego no fim do despacho. Os assuntos mais importantes são tratados com o Presidente fora do despacho.”⁹⁰⁰ Destarte, entende-se que esse hábito haja sido criado pela impotência, e não pelo prestígio, para tentar conseguir do presidente uma atenção mais direta para o caso, ao mesmo tempo em que procurava manter alguma influência junto a este. Ainda é cabível afiançar que, com isso, houve uma possível diminuição da influência política do Barão, pois a sua margem de ação em 1908 era muito menor do que o fora em 1902, recém-chegado da Europa, caso contrário, a sua opinião haveria sido ouvida no caso do rearmamento, que envolvia não somente política externa quanto interna, o que não ocorreu.

Todo esse contexto não somente reforça a idéia de Calógeras, quanto a falta de influencia do chanceler brasileiro na aquisição dos *dreadnoughts*, como ressalta a pressão política que Rio Branco enfrentava, bem como a postura da política interna brasileira, que

⁸⁹⁷ Ibidem.

⁸⁹⁸ Ibidem.

⁸⁹⁹ Ibidem.

⁹⁰⁰ Ibidem.

não se preocupava com os ecos regionais de suas atitudes. Nesse quesito, a visão de Rio Branco mostrou-se acertada, já que, em 1908, houve uma intensa alteração nas relações entre Brasil e Argentina. Os aspectos consequenciais dessa ação podem ser vistos no decorrer do ano de 1908, quando a política interna argentina reagiu intensamente ao discurso armamentista liderado pelo seu chanceler, Estanislao Zeballos. Rio Branco, que necessitava lidar com as conseqüências do Sistema do Bombo, cujos ecos retornaram não somente ameaças do governo argentino, como também a modificação do plano brasileiro, como “um vergonhoso desastre e um golpe mortal no nosso prestígio”.⁹⁰¹

Entende-se que a movimentação de Domício da Gama do Peru para a legação de Buenos Aires foi um ato estratégico de Rio Branco que precisava ali de um ministro que fosse de sua inteira confiança, mas também que conhecesse o chanceler argentino e o meio político brasileiro, além de ser capaz de trabalhar sob a pressão do Bombo. Duroselle aponta que não é possível desconsiderar o contexto doméstico em detrimento da ação externa do Estado. Segundo ele, uma tomada de decisão externa não pode deixar de ser avaliada sem que se incorporem elementos de política interna. Principalmente porque uma decisão de política externa tem efeito de propaganda interna, por causa das reações a partir de suas repercussões externas.⁹⁰²

Para ele, as relações internacionais são analisadas a partir de dois conceitos: a *finalidade*, correspondente às ações conscientes de agentes que adotam metas e buscam meios para sua realização; e a *causalidade*, relativa às forças naturais, demográficas, econômicas e valorativas que condicionam a satisfação de tais objetivos. Com isso, o perfil dos agentes das relações internacionais subestabelece-se a partir de duas categorias: os estratégicos, que são os fixadores de objetivos, meios e riscos; e os táticos, que lidam com os objetivos prescritos pelos estratégicos.⁹⁰³ Usando essa classificação, percebe-se que Domício da Gama desempenhou, neste momento na Argentina, o papel de tático, ao buscar a melhor maneira de lidar com a missão que lhe foi confiada: lidar com as conseqüências diretas do Sistema do Bombo na Argentina de 1908.

⁹⁰¹ Ibidem.

⁹⁰² DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 56-59.

⁹⁰³ **Idem**, p. 101-102.

Para tal função, Gama precisou conhecer a estrutura relacional argentina, além de lidar adequadamente com o meio e a circulação individual dos homens e das idéias,⁹⁰⁴ cuja agitação pode ser comparada ao que a teoria musical chama de *Crescendo*, *Sforzando* e *Diminuendo*. O *Crescendo* é um aumento gradual de volume ao longo de muitas notas de uma frase musical; o *Sforzando* é um aumento súbito na intensidade de uma única nota; enquanto que o *Diminuendo* é a gradativa diminuição do volume. Entende-se aqui que a movimentação de Domício da Gama para Buenos Aires foi causada pelo *Crescendo*, movida por um longo *Sforzando* causado pelo telegrama numero 9 e todo o seu trabalho de buscar a reconstituição das relações brasileiro-argentinas como um *Diminuendo*.

5.1.2 – UM CRESCENDO DE HOSTILIDADES REGIONAIS: O LONGO ANO DE 1908

Desde a segunda metade do século XIX, a Argentina debatia acerca de sua inserção regional. Rufino Elizalde, chanceler de Bartolomeu Mitre, concebia a política exterior argentina como uma necessária união dos povos da América, devendo ser realizada através de uma ação legislativa e de tratados.⁹⁰⁵ Para Juan Alberdi, a política exterior era tanto causa como resultado do desenvolvimento e do engrandecimento do país: “acredito que as duas coisas se explicam, apóiam e supõem mutuamente”.⁹⁰⁶ Já Domingos Faustino Sarmiento, investidor da modernização argentina, defendia uma ação de “paz com todas as nações, aliança com nenhuma”,⁹⁰⁷ mostrando sua preferência por alianças parciais “entre a República Argentina e o Chile, e entre esses Estados, a Bolívia e o Peru”,⁹⁰⁸ o que viria a justificar a sua defesa de um projeto de união aduaneira no Cone Sul, uma idéia precursora do Mercosul.

Ante o Brasil, as opiniões pessoais e comportamentos periodistas apresentam uma tendência dual: Enquanto Norberto Quirno Costa, Roque Saenz Peña, Julio Roca, Bartolomeu Mitre e Sarmiento eram tendentes à amizade e à colaboração; Alberdi, opositor da guerra do Paraguai, veio a se tornar “o intérprete de um ódio violento e

⁹⁰⁴ BRAUDEL, Fernand. **Op. Cit.**

⁹⁰⁵ PARADISO, José. **Op. Cit.**, p. 25.

⁹⁰⁶ *Idem*, p. 34.

⁹⁰⁷ *Ibidem*, p. 34.

⁹⁰⁸ *Ibidem*, p. 31.

absoluto ao Brasil”⁹⁰⁹ tendo por seguidor Estanislao Severo Zeballos. O mesmo estende-se à imprensa portenha: *La Nación*, *El Diário e El País* podem ser classificados de oposi o e tendentes à amizade com o Brasil. Já o *La Prensa*, *El Sarmiento*, *La Razón*, ao que se pode adicionar o *El Nacional*⁹¹⁰ e o *Diário del Comercio*,⁹¹¹ eram jornais ligados à oposi o ou zebalinos.

Quando, em novembro de 1906, o então presidente argentino Manuel Quintana faleceu, sua vaga foi ocupada pelo seu vice Jose Figueroa Alcorta, que convidou o rosarino Estanislao Zeballos⁹¹² para assumir a pasta das rela es exteriores pela terceira vez. Roberto Etchepareborda em seu *Historia de las relaciones internacionales argentinas*, ao analisar a linha de pensamento da elite dirigente argentina do final do século XIX e início do XX, chamou-a de “*la generación argentina del destino manifesto*”. Este grupo, que adotava posi es t picas da escola realista das rela es internacionais, tinha em Estanislao Zeballos sua figura de maior expressão. Defensor da paz armada como “uma lei universal, como as correntes do oceano e os terremotos”,⁹¹³ Zeballos entendia que a Argentina deveria engrandecer-se por meio da guerra.⁹¹⁴

A sua ascensão ao Ministério das Rela es Exteriores foi muito bem recebida pelo Peru, por conta da defesa que havia feito dos peruanos contra os chilenos. Isso não havia causado espanto na chancelaria brasileira, já que o próprio Rio Branco estava ciente do fato de o “*La Prensa* discorre[r] contra o Brasil e o Chile e a favor do Peru”.⁹¹⁵ Segundo

⁹⁰⁹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 368.

⁹¹⁰ Teffé afirmou que Zeballos havia tentado, por várias vezes sem sucesso, conseguir junto ao ministro da Fazenda Sol n uma verba de dez mil pesos para este recém fundado jornal. Ofício de Oscar de Teffé von Hoonholtz ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 24 de março de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho1908, 206.2.03.

⁹¹¹ Segundo Domício da Gama o *Diário de Comercio* era zeballista e alarmista. Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de setembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro1908, 206.2.04.

⁹¹² “*El presidente Figueroa Alcorta lo designa interinamente Ministro del Interior (VI a IX-1906). En tal cargo, y para paliar la inquietud política, aconseja al mandatario: “necesitamos pacificar el país, estar unidos para cualquier emergencia; hacer cómoda la vida de los radicales, y si son mayoria, que tomen el gobierno. Si son un peligro para la Republica, el gobierno los gastar , porque es el agua disolvente de todos los partidos.” Estanislao S. Zeballos – Perfil universal de un legislador. Orlando Mario Punzi (prólogo). Op. Cit., p. 20.*

⁹¹³ PARADISO, José. **Debates y trayectoria de la política exterior argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor latinoamericano, 1993, p. 56.

⁹¹⁴ ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 117.

⁹¹⁵ Despacho do barão do Rio Branco   Assis Brasil, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1905. AHI, Despachos 1905 1906, Buenos Aires 207 4 9.

Eduardo Lisboa, os peruanos ressaltavam não somente que Zeballos era “um dos mais ardentes inimigos do Brasil”, mas como o fato de ele haver provocado, por ocasião “do laudo do Sr. Cleveland profunda desinteligência pessoal com V.Ex [Rio Branco]”.⁹¹⁶ Para Lisboa, talvez esse aspecto pudesse ser visto como “muito provável, pelo prurido predominante no carácter peruano de adular aqueles de quem esperam proveito e apoio”.⁹¹⁷ Rio Branco não afirmou se concordava ou não com essa opinião de seu ministro, porém manuscreeu no ofício o fato de Zeballos ter uma grande amizade por aquele país.

Os jornais peruanos chegaram ainda a sublinhar a esperança de que as suas ações pudessem afetar o Brasil. O *El Comercio* de 22 de novembro de 1906 havia afirmado que “*la actitud del notable escritor, en determinada ocasiones, respecto del Brasil y de Chile, prueba que estaba animado por el espíritu de la tradicional política argentina que ahora recordamos, dentro de la cual cabe, sin duda, la contemplación de los intereses patrios.*” No mesmo artigo, mais adiante, o jornal afirmou que o Barão havia enfrentado o caso corajosamente, ao se defender contra a pecha de militarista que lhe foi imputada por Zeballos:

Nunca fui conselheiro da instigação de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me lembrar, como tantos outros patriotas a necessidade de após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e de ataque muito superiores aos nossos.⁹¹⁸

Para Zeballos, a modernização naval brasileira significava um alerta para a Argentina. De acordo com Carlos Escude e André Cisneiros, foram as autoridades chilenas que alertaram Buenos Aires do rearmamento brasileiro: “*El aviso chileno condujo a una serie de reuniones en Buenos Aires. En una de ellas, efectuada en la casa del presidente Manuel Quintana antes de su muerte, Figueroa Alcorta había señalado: ‘no podemos permitir que otro país sudamericano nos aventaje en poder naval. Ningún sacrificio nos*

⁹¹⁶ Ofício de Eduardo Lisboa ao barão do Rio-Branco, Lima, 26 de novembro de 1906. AHI, Ofícios 1906 1907, Lima 212.4.5.

⁹¹⁷ Idem

⁹¹⁸ Idem.

debe detener”⁹¹⁹ Escudé e Cisneros assinalaram que havia sido a mútua desconfiança entre Zeballos e Rio Branco, ancorada na questão armamentista, que levantou “*una suerte de paz armada*”.⁹²⁰ Infere-se que a mútua desconfiança pessoal existia de fato, mas não havia sido ela o fator preponderante, mas sim o acionamento do Sistema do Bombo que havia aberto caminho para esse clima de paz armada. A certeza de Zeballos de que o Brasil estava se preparando para a guerra confirmou-se com a compra brasileira dos *dreadnoughts*. A *Machtpolitik* que ele passou a empreender foi embasada na brasileira, por essa razão, perdurava a necessidade de denunciar o pacto de equivalência naval.

Em janeiro de 1908, o governo Figueroa Alcorta lidava com uma declarada oposição roquista no senado e com uma problemática maioria na Câmara, liderada por Marcellino Ugarte, que pretendia garantir seu nome à presidência. Ao mesmo tempo e sem o apoio de um partido determinado, Alcorta via a discussão sobre o orçamento se prolongar, visando as eleições de março, que renovariam metade da Casa. O temor da Casa era de que uma vez que fosse sancionado, todos os demais assuntos fossem retirados e Alcorta estaria com liberdade para eleger seus candidatos, e eles não conseguiriam estabelecer uma maioria para escolher o novo presidente. Destarte, em 25 de janeiro, em meio a uma onda de boatos que indicavam a possibilidade de deposição de Figueroa Alcorta após as eleições, a Argentina foi surpreendida com um decreto presidencial que não somente encerrava as sessões extraordinárias, mas também colocava em vigor o orçamento do ano anterior.⁹²¹

De acordo com o encarregado de negócios brasileiro, Oscar de Teffé, esse ato “unicamente pode ser explicado pelo auxílio que ele encontrou de parte do general Ortega, chefe de grande prestígio no exército. Apoiado por este e aproveitando-se da apatia da população cosmopolita desta capital talvez consiga agüentar-se caso não hajam movimentos subversivos nas Províncias, até a reunião das câmaras em maio”.⁹²² Com isso, Alcorta encerrou suas tentativas de reconciliação com Marcellino Ugarte, chefe da maioria

⁹¹⁹ *El enfrentamiento Zeballos-Río Branco y la competencia armamentista argentino-brasileña* ESCUDÉ, Carlos, CISNEIROS, André. **Op. Cit.** Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/7/7-052.htm>>. Acesso em 16 de junho de 2006.

⁹²⁰ *Idem.*

⁹²¹ *El decreto-bomba. La Nación*, 26 de enero de 1908.

⁹²² Ofício de Oscar de Teffé von Hoonholtz ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 30 de janeiro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho 1908, 206.2.03.

da Câmara dos Deputados, que buscou aliança com Júlio Roca e Emílio Mitre. Alcorta estava, de fato, rodeado de ministros heterogêneos, contando “unicamente com o partido radical, partido autonomista e a ponta das baionetas”.⁹²³ Em meio às manifestações unanimemente contrárias, “*agentes del escuadrón, del departamento y de la comisaria já rodeaban la manzana del palácio del congreso*”.⁹²⁴

Em meio a essas movimentações argentinas, Theodore Roosevelt enviou ao presidente brasileiro “*messengers of friendship and good will commissioned to celebrate with you the long continued... amity... of the two great Republics*”⁹²⁵ por ocasião da passagem de dezesseis vasos de guerra norte-americanos através do Estreito de Magalhães até San Francisco, cuja rota incluía o Rio de Janeiro, mas não Buenos Aires.⁹²⁶ Zeballos considerou a não passagem dos barcos norte-americanos por Buenos Aires como um ato de hostilidade. Ele “*caustically upbraided his minister in Washington for inactivity, and ordered him, even at that late hour, to obtain visits of some ships to Buenos Aires or Bahia Blanca. Helpless, but without losing his sense of humor, the Argentine envoy converted himself into a boue emmissaire and begged Root to tell him what to reply*”.⁹²⁷ Todos os esforços de Elihu Root para acalmar Zeballos, ponderando que os navios eram apenas para propósitos de treinamento, não surtiram efeitos. Todavia, um mês depois, o *El País*⁹²⁸ publicou seis telegramas trocados entre Zeballos e Elihu Root sobre um banquete que seria oferecido não somente a Root, mas como aos plenipotenciários que haviam votado em prol de Buenos Aires para a reunião do próximo congresso panamericano.

A visão corrente na Argentina era a de que os Estados Unidos tinham uma amizade preferencial pelo Brasil. “*Is there any way of convincing them that we love them just as much as the Brazilians?*”, se perguntava Spencer F. Eddy, ministro norte-americano

⁹²³ Idem.

⁹²⁴ *La Nación*, 28 de janeiro de 1908.

⁹²⁵ Asst. Secretary of Navy to Secretary of State, vol 597, case 8258/ no number. Apud: PETERSON, Harold. **Argentina and the United States – 1810-1960**. New York: State University of New York, 1964, p. 292.

⁹²⁶ De acordo com Burns a passagem da esquadra norte-americana foi visando o bom relacionamento entre os dois países que havia sofrido pequenos desentendimentos por conta da atuação de Rui Barbosa na Haia. Barbosa, inclusive recusou-se a saudar os norte-americanos no banquete a eles oferecido em 20 de janeiro. BURNS, E. Bradford. **Op. Cit.**, p. 132-133.

⁹²⁷ Zeballos to Portela and Portela to Root, jan 16, 1908. Apud: PETERSON, Harold. **Op. Cit.**, p. 293.

⁹²⁸ *El País*, 14 de fevereiro de 1908.

em Buenos Aires, ao Secretário de Estado Root, em 16 de setembro de 1908.⁹²⁹ Emily Rosenberg,⁹³⁰ ao examinar o crescimento da preponderância norte-americana na América Latina, ressaltou que o embaixador norte-americano Frederick J. Stimson chegou a utilizar, em memorandos, a argumentação de que, a toda e qualquer posição tomada pelo Brasil, a Argentina tomaria imediatamente posição contrária. Segundo Stimson, o problema estava em torno da vaidade nacional argentina. Em outro olhar, o representante francês no Rio de Janeiro observou que, embora houvesse entre o Brasil e a Argentina uma disputa hegemônica na América do Sul, de fato, a *vive rivalité* era mais tática do que real, uma vez que os dois países estavam suficientemente absorvidos por seus interesses internos, sem demonstrar necessidade de estender-se além de suas fronteiras. Ou seja, mesmo não havendo uma *rivalité* de fato, apesar da tensão por conta do caso do telegrama número 9, a idéia constava no meio diplomático.

Nesse quadro politicamente instável, a opinião pública argentina tomou conhecimento, em fevereiro de 1908, de um folheto denominado *Correndo o veo*. Veiculado em Montevidéu, dizia-se que havia sido feito em São Paulo, sob a autoria de brasileiro chamado Amílcar Sanabria. O documento era a cópia de um discurso de Estanislao Zeballos feito na reunião convocada pelo presidente Alcorta em setembro de 1906, para tratar do assunto dos armamentos, chamada de *Junta dos Notáveis*. Os componentes foram ex-ocupantes do governo (José Urriburu, Bernardo de Irigoyen, general Benjamim Victorica, Antonio Bernuejo, Juan Jose Romero⁹³¹) e atuais (Zeballos, Marco Avellaneda, Calixto de la Torre, Guillermo Udando). Naquela ocasião, as opiniões de Victorica e Romero foram refutadas por Zeballos. De acordo com Luiz Santiago Sanz, esta reunião deu-se dois meses depois da outra, quando Figueroa Alcorta convidou Estanislao Zeballos para fazer parte do governo⁹³². Ação esta que reforça o pensamento de Julio Roca, de que a política de Zeballos era “*un ejemplo de lo que no debía hacerse y sin embargo se*

⁹²⁹ Zeballos to Portela and Portela to Root, jan 16, 1908. Apud: PETERSON, Harold. **Op. Cit.**, p. 293.

⁹³⁰ ROSENBERG, Emily S. **World War I and the growth of United States preponderance in Latin America**. 1973. 263 p. Thesis (Ph.D. in History). University of New York at Stony Brook.

⁹³¹ Respectivamente ex-presidente da *República*, ex ministro de relações exteriores y del interior, ministro da guerra y da marinha, ex-ministro de justicia, ex-ministro da hacienda.

⁹³² SANZ, Luis Santiago: **Zeballos**. El tratado de 1881. Guerra del Pacífico. Un discurso académico y seis estudios de historia diplomática. Buenos Aires: Pleamar, 1985, p. 60.

hacía, con la aquiescencia del presidente”.⁹³³ A preocupação de Julio Roca estendia-se também aos atos internos, como anistia aos civis e o perdão aos militares rebeldes de 1905,⁹³⁴ “*que a mi juicio sentaban un peligroso precedente para la disciplina del Ejército*”.⁹³⁵

Apesar de Zeballos haver negado qualquer vinculação ao folheto, Sanz afirmou que o discurso havia sido impresso por sua ordem à época da reunião da Junta. O aparecimento do mesmo dois anos depois indicava que uma oposição interna a Zeballos ganhava espaço. Os debates gerados pelo folheto bombardearam diretamente a opinião pública argentina de informações e preleções dos jornais apresentados de acordo com seu posicionamento político. Na posição de não-alinhado, o *Le Courier de La Plata* ponderava que, antes de tudo, dever-se-ia averiguar sobre a origem do folheto, “*nous ignorons si la pièce est authentique*”,⁹³⁶ ao contrário do *La Argentina*, que optou por destacar o conteúdo do folheto por tópicos: “*Las declaraciones del dr. Estanislao Zeballos – Dice que la Isla de Martin García no es reconocida argentina por los tratados – La hegemonía argentina contra la brasileña – La posibilidad de formar una nueva república con el Uruguay y algunos estados brasileños – La reconocido de um “causus bella”- El Brasil está en la obligación de hacer cumplir los tratados*”.⁹³⁷

Dos periódicos situacionistas – *La Nación*, *El País*, *El Diálogo* – a abordagem em comum era inquirir sobre as pretensões do chanceler argentino e as conseqüências regionais em caso de sua permanência no cargo. O *La Nación*, que tratara o tópico como “*rumores de crise – ministro em capilla*”, optou por ressaltar que não havia “*dos opiniones respecto de la renuncia que estaba obligado a presentar el ministro Dr. Zeballos después de la publicación del discurso*”. Ponderava, porém, que a permanência do chanceler poderia trazer “*consecuencias desagradables para el presidente*”.⁹³⁸ Já para o *El País*, era a abertura de uma *pugna* que deixaria o Brasil em dúvida se Zeballos poderia ser visto como

⁹³³ LUNA, Felix. **Op. Cit.**, p. 330.

⁹³⁴ Roca se referia à lei Nº 4939 que anistiou a todos os participantes da Revolução Radical De 1905, organizada por Hipólito Irigoyen, e que, contando com apoio de grupos civis e militares, ocorreu em Buenos Aires, Cordoba, Santa Fé e Mendoza.

⁹³⁵ LUNA, Felix. **Op. Cit.**, p. 330.

⁹³⁶ *Le Courier de La Plata*, 19 de fevereiro de 1908.

⁹³⁷ *La Argentina*, 18 de fevereiro de 1908.

⁹³⁸ *La Nación*, 20 de fevereiro de 1908.

“un leal amigo, ni siquiera un franco enemigo”, e, com isso, as relações iriam se “relejando más”. O jornal se perguntava se as atitudes eram questões de “¿alienación o impertinencia? – El delirio de las persecuciones – Guerra con todo el mundo”,⁹³⁹ respondendo que o discurso contido no folheto não somente desvendava o comportamento do chanceler, mas como a sua política:

la clave para comprender todo el desastre que ha resultado nuestra política internacional, desde que la dirige el actual ministro. Ahora se explica cómo han podido esfriarse las relaciones con el Perú, Bolivia el Paraguay y Chile; Como hemos podido distanciarnos del Uruguay y del Brasil; ahora, en fin se dirá si los que combatimos desde hace tiempo al doctor Zeballos, teníamos razón al afirmar que su presencia en la cartera de relaciones exteriores era un obstáculo y una amenaza para la conservación y el afianzamiento de la amistad que nos liga a los países sudamericanos.⁹⁴⁰

Dentre os jornais publicamente alinhados ao chanceler argentino, o *La Razón*, além de afirmar que eram “*suspicias sin motivo*”, levantava a hipótese de o desconhecido Sanabria ser, “*tal vez fantasía creada por el canciller de Río, ha hecho circular*”.⁹⁴¹ Para o periódico, o discurso não era diferente do que poderia produzir qualquer outra chancelaria de qualquer outro país, porém defendendo que:

si trasciende de sus palabras una aspiración a la hegemonía argentina en Sud América, mr. Root en Norte América y el Barón de Rio Branco en el Brasil han expresado sin reservas esa aspiración y todo su trabajo diplomático, especialmente del segundo, tiene por objetivo ese propósito que empieza a cumplirse enajenando simpatías a la Argentina por medio de insidias en las cancillerías de América y presentando á la faz del mundo sus preparativos bélicos para proveerse de la fuerza necesaria a sostener su hegemonía⁹⁴².

No dia seguinte, 19 de fevereiro, o mesmo *La Razón* destacou em suas páginas a abertura de uma séria investigação sobre o caso no Brasil, pelo barão do Rio Branco, para que se pudesse descobrir a origem do folheto, além de que assegurou que o presidente Roosevelt estaria estudando a questão, “*por ser de transcendencia para la marcha de la política americana*”.⁹⁴³ Dois dias depois, o mesmo o *La Razón*, apesar de afirmar que o caso fora nada mais do que uma campanha do Brasil contra Estanislao Zeballos, acentuou a delicada situação do governo argentino e, por isso, decretou: “*La renúncia: única*

⁹³⁹ *El Diáριο*, 18 de fevereiro de 1908.

⁹⁴⁰ *El País*, 14 de fevereiro de 1908.

⁹⁴¹ *La Razón*, 18 de fevereiro de 1908.

⁹⁴² *Idem*.

⁹⁴³ *La Razón*, 19 de fevereiro de 1908.

solución”.⁹⁴⁴ O *La Prensa*, ao contrário do *La Razón*, optou por destacar, além do movimento econômico de 1907, e os atos da chancelaria argentina: como a inauguração do novo cerimonial, bem como concursos navais e de tiro, dando à questão um caminho de levou ao arrefecimento da discussão, o que o levava a defender o atual governo.

Rio Branco ressaltou a Teffé que o folheto claramente havia sido produzido no Prata, não somente devido aos erros claros de português, mas como aos *hespanholismos* do prefácio.⁹⁴⁵ Após uma rápida investigação levada a cabo pela chancelaria brasileira, Oscar de Teffé recebeu em 19 de fevereiro um telegrama de Rio Branco, que afirmava que Amílcar Sanabria não existia em São Paulo. Essa resposta resultou de um inquérito feito pelo Secretário de Justiça de São Paulo, que também constatou que “nenhuma typographia da capital imprimiu semelhante folheto. Não houve expedição alguma dos pacotes impressos para Montevideo pelo Amazon nem pelo correo como encomendas postaes, nem pela alfândega de Santos como carga”.⁹⁴⁶

O telegrama ainda inferia que, para o Itamaraty, estava “portanto, fora de dúvida que o folheto foi impresso no Uruguay ou na República Argentina”.⁹⁴⁷ No dia seguinte, Teffé visitou o chanceler argentino para garantir que o folheto não havia sido impresso no Brasil. No entanto, Zeballos não repassou aos jornais desmentido algum do caso, o que levou a Teffé a telegrafar-lhe solicitando que assim procedesse.⁹⁴⁸ No entanto, tal atitude ficou restrita ao âmbito ministerial, não ganhando destaque algum na imprensa portenha, já que o folheto foi sobrepujado pela notícia do atentado contra o presidente da República em 28 de fevereiro, por um *salteño* de 20 anos, Francisco Solano Reggis.

O mês de março caracterizou-se por uma série de provocações no Brasil. O *La Prensa* e o *La Razón* destacaram os possíveis conselhos dados por Rio Branco veiculados

⁹⁴⁴ *La Razón*, 20 de fevereiro de 1908.

⁹⁴⁵ Telegrama do barão do Rio Branco a Oscar de Teffé, 09 de março de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho1908, 206.2.03.

⁹⁴⁶ Ofício de Oscar de Teffé von Hoonholtz ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 19 de fevereiro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho1908, 206.2.03.

⁹⁴⁷ Idem.

⁹⁴⁸ Telegrama de Oscar de Teffé ao barão do Rio-Branco, 03 de março de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, 1906- setembro 1908, 208.1.07.

pelo *La Prensa* e pelo *La Razón*⁹⁴⁹ ao Uruguai. O chanceler brasileiro garantiu a seu encarregado de negócios que ele nunca se manifestou ou mesmo utilizou tais termos. Apesar disto, o *La Razón*⁹⁵⁰ destacou suas declarações feitas ao ministro argentino no Rio de Janeiro, Júlio Fernandez. “*El barón de Rio-Branco, á su nombre y en el de su gobierno, reiteró al ministro argentino protestas de cordial amistad, agregando que esperaba que el malhadado incidente no disminuyera las buenas relaciones entre ambos gobiernos y sus respectivos pueblos*”.⁹⁵¹ Com isso, o jornal considerou como encerrado o *desagradable asunto*.

A notícia da criação de uma revista naval foi recebida com muitas críticas pelos jornais portenhos, que observaram o ato desnecessário ante a desorganização da esquadra argentina. No rastro destas críticas, o *La Razón* e o *La Prensa* iniciaram uma série de artigos sobre o que o primeiro chamou de propósito secreto da diplomacia brasileira no Prata. Já o segundo considerou que os jornais brasileiros haviam sido tomados de paixão, que os levaram a atacar a diplomacia argentina de todas as formas. O *La Razón* aproveitou também para afirmar que “*no somos zeballistas como graciosamente la prensa extranjera tilda a la que aquí defiende los procedimientos de la cancillería.[...] a nuestro juicio, de la línea de discreta defensa que, por ahora guarda el ministerio de relaciones exteriores, en la defensa de los interés argentinos*”.⁹⁵² Completando a tríade dos jornais ligados à discreta defesa do ministério, o *El Sarmiento* aproveitou para analisar o exército argentino frente à situação internacional, sugerindo que houvesse um aumento da artilharia ante a “*potencia sudamericana, a pesar de sus declaraciones amistosas, de las excelentes relaciones oficiales, ha elevado sus fuerzas militares y fuerzas marítimas mucho más allá de sus necesidades e inaugurado en este continente el costoso sistema de la paz armada*”.⁹⁵³

La Prensa garantiu haver recebido “*informaciones de muy buen origen*”⁹⁵⁴ dando conta de que o governo brasileiro havia encomendado à Alemanha 40.000 fuzis e 10.000 carabinas, ao mesmo tempo em que a fábrica Krupp construía baterias de 7.5 centímetros.

⁹⁴⁹ Ambos de 5 de março de 1908.

⁹⁵⁰ Telegrama do barão do Rio Branco a Oscar de Teffé, 09 de março de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho1908, 206.2.03.

⁹⁵¹ *La Razón*, 10 de março de 1908.

⁹⁵² *La Razón*, 21 de março de 1908.

⁹⁵³ *El Sarmiento*, 21 de março de 1908.

⁹⁵⁴ *La Prensa*, 24 de março de 1908.

Aliado a esse fato, o governo brasileiro os havia destinado para o Paraguai e o Alto Paraguai, ao mesmo tempo em que o dique Chaná de Montevideu estava armado de *buenos cañoneros*. Enquanto isso, nas fortificações do Rio de Janeiro, haveria uma febril atividade de blindar as suas torres e armá-las com canhões de 28 centímetros. Enquanto o *La Prensa* destacava as manobras e as evoluções da esquadra argentina no rio da Prata, como um “*gran festival marítimo*”,⁹⁵⁵ o *La Nación* a considerava como “*simulacros y pantominas*”.⁹⁵⁶ Nas páginas do *El Sarmiento*, os fatos uruguaios aliados à movimentação brasileira eram comparados à fábula *agnus et lupus* – O lobo e o cordeiro –, já que o jogo do Brasil imperialista havia muito era conhecido.⁹⁵⁷ De acordo com este jornal, Assis Brasil afirmou em uma carta *indiscreta y solapada* que a sua permanência em Buenos Aires “*pues el Baron de Rio Branco no podia tolerar que se perturbara la marcha política de concórdia con la Republica Argentina, que forma su programa actual*”.⁹⁵⁸ Assis Brasil que, aposentado, havia se retirado para sua propriedade de Pedras Altas, protestou, afirmando contra a inexatidão do artigo.

A propaganda provocativa prosseguia dando espaço a rumores crescentes, a indicar que uma guerra se avizinhava.⁹⁵⁹ O *El Diáριο* ponderava que os rumores pessimistas não eram somente internos, mas também advindos da Europa, ainda que “*nuestro gobierno hace lo posible por fomentarlos*”.⁹⁶⁰ Nesse contexto, Estanislao Zeballos apresentou, a 10 de junho, um plano ao governo argentino, “*el cual incluía un ultimátum a Río Branco, instándolo a la división de la escuadra con la Argentina. Además, el plan de Zeballos comprendía la movilización de la escuadra argentina y de 50.000 reservistas del ejército, e incluso la idea de una eventual ‘ocupación de Río de Janeiro*’”.⁹⁶¹ De acordo com Zeballos, o seu plano havia sido aprovado por unanimidade pelo gabinete, devendo passar pelo Congresso para solicitação de fundos. No dia seguinte, porém, o *La Nación* publicou

⁹⁵⁵ *Idem.*

⁹⁵⁶ *La Nación*, 19 de abril de 1908.

⁹⁵⁷ *El Sarmiento*, 30 de março de 1908.

⁹⁵⁸ *Idem.*

⁹⁵⁹ 4 de maio entrevista com Carlos F Melo e 06 de maio com Ernesto Frias. Segundo Oscar de Teffé, Frias era inimigo pessoal de Zeballos e investigador da campanha levantada contra ele pelo *La Nación*. Ofício de Oscar de Teffé von Hoonholtz ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de maio de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios janeiro-junho1908, 206.2.03.

⁹⁶⁰ *El Diáριο*, 05 de maio de 1908.

⁹⁶¹ *La "diplomacia de los acorazados" (1908-1914)*. ESCUDÉ, Carlos, CISNEIROS, André. **Op. Cit.** Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-ree/7/7-053.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2007.

o plano e o teor da reunião. Com isso, tanto a opinião pública como a oposição mostraram-se desfavoráveis ao projeto. O tom da crítica pode ser medido por Julio Roca que, em suas memórias, afirmou entender que a gestão de Figueroa Alcorta quisesse governar ao seu modo e com sua gente, mas não o fato de que eles o faziam “*a costa mía ni destruyendo lo que habíamos contruido*”.⁹⁶²

O *El Diáριο* de 19 de junho de 1908 afirmou que a renúncia do chanceler argentino seria ocasional e que “*la suerte que cobrió de lauros al estadista brasileño, no fue propicia con el negociador argentino. Y desde entonces hasta bien poco tiempo, el nombre de Zeballos estaba proscrito de todas las combinaciones de la alta política argentina*”.⁹⁶³ Para o *El Diáριο*, havia sido a violenta campanha aliada a polêmicas agressivas que utilizava “*El mitin, la cátedra, la revista, el periódico, todo lo utilizaba para la difusión de sus ideas*”,⁹⁶⁴ a causa de sua renúncia. Além disso, o seu comportamento era oposto ao do então conservador Congresso argentino, que lhe havia pedido que deixasse de “*imitar al Brasil y que ponga un poco más en orden los asuntos de la propia casa*”.⁹⁶⁵ Afinal, a dificuldade em conseguir se armar não era somente argentina: “*Ni más ni menos que la contestación del senado norteamericano al presidente Roosevelt, que pidió hace pocos meses cuatro grandes acorazados, y sólo le dieron facultad para comprar dos*”.⁹⁶⁶

Com o acirramento do debate, a situação galgou perigosos degraus, em que a espiral ameaçava alcançar Figueroa Alcorta. Assim sendo, ele sugeriu a Zeballos a sua transferência do Ministério das Relações Exteriores para o de *Justicia e Instrucción Pública*, o que não agradou ao chanceler, levando-o a renunciar em 22 de junho de 1908. Segundo a versão de Zeballos, o presidente Alcorta, enfermo à época, estava “*contrariadísimo, porque dice que lo han obligado a sacrificarme*”.⁹⁶⁷ Zeballos, porém, não estava preocupado com sua queda, porque havia “*caído de pie y mi personalidad ha crecido, si hemos de creer el testimonio de los millares de visitas, de cartas, de telegramas*

⁹⁶² LUNA, Felix. **Op. Cit.**, p. 330.

⁹⁶³ *El Diáριο*, 19 de junho de 1908.

⁹⁶⁴ *Idem.*

⁹⁶⁵ *Idem.*

⁹⁶⁶ *Idem.*

⁹⁶⁷ ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 48.

y de tarjetas que recibo de toda la república".⁹⁶⁸ Um fato intrigante é o porquê de Zeballos haver escrito uma carta de despedida a Roque Saenz Peña, frisando "*Tenía unas pruebas escritas y firmadas por el mismo barón de Río Branco de que se prepara a agredir a la República Argentina, una vez que tenga su supremacía naval absolutamente asegurada, son sus palabras*".⁹⁶⁹ Por que à Saenz Peña?

A sua saída do ministério confirmou a tese do *La Nación*, para quem Zeballos era um obstáculo à harmonia internacional, podendo vir a quebrar o delicado equilíbrio das relações entre os dois países e voltar a acirrar as prevenções brasileiras. Percebe-se que a historiografia sobre o tema é concordante com esta hipótese. Para Warren Schiff, o afastamento de Zeballos foi sugerido pela Inglaterra por considerá-lo como "*elemento perturbador de las relaciones pacíficas en la subregión*".⁹⁷⁰ O fator elemento turbulento da região também foi assinalado por Roberto Etchepareborda e José Paradiso. Para Gustavo Ferrari e Fabián Bosoer, a queda de Zeballos foi provocada por *sectores mitristas y roquistas*. Bosoer ressalta, ainda, que foi uma exigência em troca da aprovação de fundos para o governo.

Nestes seis meses iniciais de 1908, o *Crescendo* se estabeleceu. Dentre as várias notas do cenário, podem ser assinalados o acirramento da disputa dos grupos da política interna, o *Correndo o veo*, os alarmismos da imprensa portenha e a renúncia de Zeballos. A instabilidade não dava provas de recuo. A campanha zeballista em favor do rearmamento naval alcançou, além da denúncia do pacto de equivalência, também a decisão de construção de dois *dreadnoughts* e barcos menores.⁹⁷¹ Ressalta-se que, apesar da renúncia de Zeballos, nesse momento não havia provas de buscar uma diminuição nas tensões; ao contrário, o alarmismo dos jornais continuou a alimentar desconfiâncias e a estar presente nas relações sociais e políticas. O *modus operandi* visto no *Correndo o veo* voltava à cena política na forma do telegrama numero 9, levantando uma acirrada série de acusações alarmistas.

⁹⁶⁸ Idem, p. 50.

⁹⁶⁹ Carta de Estanislao S. Zeballos a Roque Sáenz Peña, Buenos Aires, 27 de junho de 1908, Archivo General de la Nación, Archivo Ernesto H. Celesia, VII-21-2-10, citada em R. Etchepareborda, **Op. Cit.**, p. 40 a 46.

⁹⁷⁰ SCHIFF, Warren "The Influence of German Armed Forces and War Industry on Argentina", **Hispanic American Historical Review**, vol. 52, August 1972, p. 449. Apud: ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 83.

⁹⁷¹ ETCHEPAREBORDA, Roberto, **Op. Cit.**, p.39.

5.2 – DOMÍCIO DA GAMA NA ARGENTINA

Apesar de Gama estar ciente de sua transferência para Buenos Aires desde dezembro de 1907, a autorização para a sua saída só chegou em 30 de maio de 1908, e em caráter de urgência. Com isso, ele finalizou as pendências no Peru partindo em direção ao Rio de Janeiro com paradas em Santiago, no dia 19 de junho e, dez dias depois em Punta Arenas, Chile. A instância do chamado pode ser percebida pelo fato de, além de ser colocado a par da situação durante o trajeto, por meio de telegramas, o seu destino final seria o Rio de Janeiro, e não Buenos Aires. Em 26 de junho, enquanto Gama estava entre Santiago e Punta de Arenas, o Barão instruiu a Oscar de Tefé que deixasse Ipanema Moreira como Encarregado de Legação e seguisse viagem para o Rio, a fim de participar de reuniões com ele e Gama. No dia seguinte a esta ordem, ele encaminhou um despacho à legação de Buenos Aires com instrução de consultar o governo argentino sobre a nomeação de um adido naval.

Concomitante a esta movimentação, no dia 3 de julho, o ministro da guerra brasileiro foi informado por seu general comandante do 5º distrito militar em Curitiba que o príncipe Francisco de Windisch Graetz,⁹⁷² instrutor do exército argentino, “licenciado segundo consta, resolveu fazer uma viagem de reconhecimento às estradas estratégicas” que haviam sido espalhadas pelo rio da Prata.⁹⁷³ Para Rio-Branco, essa pretensão havia sido fustigada por interessados na venda de armamentos, atraídos pelas falsas notícias disseminadas por jornais aliados de Zeballos sobre a situação entre os dois países. “Dahi a invenção de que secretamente concentramos 23.000 homens no Iguassú, abrimos vias estratégicas e construimos naquella região grandes quartéis. Se pensássemos em invadir a

⁹⁷² Segundo anotações de Rio Branco o príncipe Francisco esteve “durante dois anos em São Paulo, onde não foi feliz como fazendeiro, nem podia ser bem sucedido porque foi sempre um perdulário, sem cabeça para dirigir os seus negócios. Passou depois em Petrópolis, onde o conhecia, alguns meses, e seguiu-se bem me lembro, em princípios de 1905 para Buenos Aires. Ahi, depois ou antes de um pequeno escândalo de que muito falaram os jornaes, obteve um emprego de instructor militar ainda que, para bem o descrever-lhe falta inteira competência”. Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1908. AHI, Despachos Buenos Aires 1907-1908, 207.4.10.

⁹⁷³ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1908. AHI, Despachos Buenos Aires 1907-1908, 207.4.10.

Argentina seria insensato atacá-lo no seu quase deserto território de misiones entre o Iguassú e o Uruguay”.⁹⁷⁴

As percepções de Domício da Gama sobre o teor das reuniões com Rio Branco não ficaram anotadas em lugar algum, todavia, ele contou a Nabuco o que aconteceu após os trinta e quatro dias de viagem e a estada no Rio de Janeiro. Foram “vinte dias atulhados de estudo de informação, de trabalho desordenado, vivendo no Itamaraty ao lado do chefe absorto, *rageur* e atormentado por ocupações dispersivas e a entrada em operações neste novo posto, que todos acham ‘bonito, mas difficil’”.⁹⁷⁵ Para ele, esse seria um posto “interessante, porque ainda me interessa a experiência da acção pessoal e gradual da propaganda de cavalheiro brasileiro em um meio francamente hostil, em que jornaes dirigidos por homens públicos conhecidos não hesitam em offender pessoalmente ao ministro do Brasil, chamando-o de intrigante e mentiroso, como o desprestigiar previamente”.⁹⁷⁶

Em sua primeira carta a Rio Branco, enviada no dia seguinte ao de sua chegada em Buenos Aires, 2 de agosto de 1908, ele relatou que havia encontrado uma gente inquieta com as intenções brasileiras: “Em conversas de cafés falla-se em guerra como de coisas muito possível. Uma estrangeira minha conhecida de Bruxellas disse-me que o sentimento argentino é-nos hostil como se já se tratasse de defesa nacional”.⁹⁷⁷ Não somente a votação da lei de armamentos lhe parecia possível, mas também lhe parecia certo de que a culpa seria lançada ao Brasil e ao Chile e, por essa razão ele, com base nas conversas mantidas com Assis Brasil, aludiu que era o momento de “talvez promover a tríplice *entente*, como um impedimento ao mau passo que elles querem dar. Mande-me instruções nesse sentido, para adeantar-me enquanto o Sr. não formula a nota que a institua. Mas é preciso que nos antecipemos ao Congresso Argentino, p.a o aviso produzir effeito”.⁹⁷⁸ Ao contrário de Assis Brasil, porém, ele não acreditava que essa medida

⁹⁷⁴ Idem.

⁹⁷⁵ Carta de Domício da Gama à Joaquim Nabuco, Buenos Aires, 15 de agosto de 1908. Fundaj, CP P252 DOC 5163.

⁹⁷⁶ Idem.

⁹⁷⁷ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 03 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

⁹⁷⁸ Idem.

alcançasse resultados efetivos: “Basta que não seja votada a autorização pa. os armamentos e um gesto amistoso nosso (a *entente*?) promoverá a *détente*”.⁹⁷⁹

Outra sugestão imediata que ele fez a Rio Branco versou sobre a utilização de concessões aduaneiras em lugar das “imprudentes” convenções comerciais. Gama propunha uma diminuição no ponto das farinhas, já que “os moinhos brasileiros já beneficiaram bastante tempo da diferença do imposto do trigo em grão (10. por k.o) para o da farinha (25 reis) que representa cerca de 40% de vantagem (segundo dizem os americanos) em favor d’elles. Se quizer que eu escreva ao Campista sobre isto”.⁹⁸⁰ Esse raciocínio mostrava-se em consonância com os pedidos argentinos. Um levantamento feito pelo *La Nación* de 18 de maio sobre a situação da farinha argentina em comparação com a brasileira e a norteamericana, deu ao produto argentina superioridade frente aos demais. Para Gama, esse assunto poderia ser conduzido com uma simples questão de bom senso, em lugar do comportamento de “dizer não em toda a linha”.⁹⁸¹

Em tom reflexivo, Gama disse a Rio Branco: “Zeballos veio deixar-me cartão na Legação. Tenho de visitá-lo antes do Pte? Creio que sim”.⁹⁸² Em sua segunda carta, porém, ele afirmou não haver retribuído a visita, apesar de havê-lo encontrado em uma recepção: “Retribui apenas de cartão a visita do Snr Zeballos, mas não faço tenção de frequentar-lhe a casa porque prefiro ser menos attencioso a figurar talvez mais tarde nos seus artigos intrigantes. Sem contar que mesmo em política é bom mostrar ressentimento”.⁹⁸³ Gama não tinha nenhuma ilusão quanto a ele, por causa do seu longo conhecimento de seu comportamento e também pelo fato de que, quando de sua viagem para o Peru, ele havia feito uma parada em Buenos Aires, onde almoçara com Gorostiaga, jantara com Zeballos e havia sido recebido pelo presidente Alcorta.⁹⁸⁴ Seis dias antes de partir da cidade, ele enviou um telegrama a Rio Branco, em que o alertava para o fato de o *La Prensa* haver

⁹⁷⁹ Ibidem.

⁹⁸⁰ Ibidem.

⁹⁸¹ Ibidem.

⁹⁸² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 03 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

⁹⁸³ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de setembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro 1908, 206/2.04.

⁹⁸⁴ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, Buenos Aires, 05 de março de 1907. AHI, MDB. Buenos Aires, telegramas recebidos, 1906-1908 setembro, 208.1.07.

publicado uma reportagem atribuindo a ele informações que ele não havia dito. Antes de partir para Santiago, ele solicitou a Zeballos que houvesse retificação do caso.⁹⁸⁵

Apesar de haver afirmado a Machado de Assis que não estava infeliz em seu novo posto, “tomo um grande interesse em tudo o que se passa”,⁹⁸⁶ a carta a Joaquim Nabuco, quatro dias depois, deixava transparecer que os velhos dilemas existenciais de 1901-1902 ainda não estavam totalmente solucionados. O estudo sobre Nabuco, que ele chamava de “figura social, política e litteraria para não entregar o assumpto”,⁹⁸⁷ não havia sido concluído. Ele culpara a atmosfera que o debilitara tanto estéticamente como fisicamente, deixando-o “fora de contato” e com receio do que chamou de “escrever à hespanhola, com essa deplorável facilidade de estylo, que se contenta com a fluencia musical dos períodos, e renunciei ao trabalho litterario para fazer ‘representação’ e política. Dizem que fui bem sucedido. Na parte social da minha missão visivelmente agradei. Na política, o Barão aprovou-me a pouca acção individual”.⁹⁸⁸

Ele estava inquieto e receoso, mas afirmara a Rio Branco que procurava superar esse estado, porque “está claro que assim como o Sr. conta commigo é no Sr. que me apoio. Verá que *‘lo todo resultará bien’*”.⁹⁸⁹ Tramitar pelo meio social foi um desafio para Domício da Gama, já que, quando era apresentado às pessoas escutava sobre alguns, “esse é amigo do Brasil”.⁹⁹⁰ Isso o deixou desconfiado. Daí, quando falavam “razoavelmente eu penso que me estará recitando algum discurso insincero. Só a Catalinista Mendez Frias é incondicionalmente brasilóphila. Mas isso é ardor de quem descobriu o Brasil”.⁹⁹¹ Ele percebia que a hostilidade do meio era realçada pelo patriotismo, obrigando-o “a uma ginástica de defesa absorvente”,⁹⁹² como afirmou a Rio Branco⁹⁹³ e a Machado de Assis.⁹⁹⁴

⁹⁸⁵ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, Buenos Aires, 11 de março de 1907. AHI, MDB. Buenos Aires, telegramas recebidos, 1906-1908 setembro, 208.1.07.

⁹⁸⁶ Carta de Domício da Gama a Machado de Assis Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. ABL, **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, págs. 494 e 495.

⁹⁸⁷ Carta de Domício da Gama à Joaquim Nabuco, Buenos Aires, 15 de agosto de 1908. Fundaj, CP P252 DOC 5163.

⁹⁸⁸ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

⁹⁸⁹ Idem.

⁹⁹⁰ Ibidem.

⁹⁹¹ Ibidem.

⁹⁹² Ibidem.

⁹⁹³ Ibidem.

Mesmo os “mais amigos” o aconselhavam a trabalhar em prol da redução dos armamentos brasileiros. Entretanto, “ao terceiro que me tocou nessa tecla já respondi com uma quasi impaciência que mesmo que nos convencêssemos de que havíamos errado construindo navios grandes não cederíamos a uma pressão exterior acintosa em matéria de dignidade nacional, e que ninguém pode crer que a lei de armamentos na Argentina seja uma consequência da nossa”.⁹⁹⁵ Este agastamento de Gama pode ser traduzido pela idéia que lhe era a mais cara de todas: a não intromissão em assuntos internos de um Estado, cerne do conceito que ele irá chamar de *self made nation*, mote do próximo capítulo.

Domício da Gama teve de esperar dezoito dias por sua recepção oficial pelo governo argentino. Em primeiro lugar pelo protocolo, estabelecido por Zeballos e mantido por La Plaza, que determinava o pedido de audiência ao chanceler e, depois desta entrevista, a visita ao presidente poderia ser solicitada. Depois, porque tanto o chanceler quanto o presidente estavam com influenza. A curiosidade dos argentinos sobre o novo ministro brasileiro, porém, era tão grande que a revista *Diário* de Buenos Aires entrevistou Domício da Gama logo no dia seguinte à sua chegada ao país. A primeira impressão do periódico foi a de que ele era, de fato, “*formado en la escuela del barón de Rio Branco, tiene como aquél, la característica de una franqueza llana y sin esas reticencias mentales que tan á menudo creen deber dejar ver los hombres del oficio*”.⁹⁹⁶ Para o *Diário*, o Brasil havia feito uma boa escolha, para a circunstância que exigia alguém direto e não *contradanzas de espadín*. A impressão que Domício da Gama passara fora o de alguém que expressava:

sus ideas de una manera neta y cabal, como quien pisa siempre en firme. Hablando con entera corrección el castellano, conoce las formas más concretas de expresar lo que piensa en nuestra lengua, siendo visible su predilección por el estilo llano y sustantivo, sobrio y correcto como sus maneras y distinción de hombre de mundo.⁹⁹⁷

⁹⁹⁴ Carta de Domício da Gama a Machado de Assis Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. ABL, **Revista da Academia Brasileira de Letras**, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, págs. 494 e 495.

⁹⁹⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

⁹⁹⁶ “*El nuevo ministro del Brasil - entrevista com el Sr. Da Gama*”. **Diário**, Buenos Aires 03 de agosto de 1908. IHGB CDG, Lata 646, Pasta n. 6.

⁹⁹⁷ Idem.

O discurso de Domício da Gama na entrega de suas credenciais buscou ressaltar a conciliação. Afiançando ter orgulho em representar uma linha sucessória de diplomatas em um lugar cuja representação do Brasil impunha deveres especiais a seus ministros. “Consiste o principal dentre elles em procurar desenvolver cada vez mais o espírito de cordial amizade entre as duas nações, acompanhando ao mesmo tempo e assignalando a atenção dos governos e dos directores da opinião pública.”⁹⁹⁸ Destacou a histórica associação entre os dois países, afirmando que o paralelismo natural e necessário na marcha dos dois povos era a “fortuna do Brasil e da Argentina”.⁹⁹⁹

Se alguma vez o patriotismo ardente dos guias da opinião pública encontra motivos para suspeita das simples manifestações de crescimento dos vizinhos, no seu desenvolvimento por assim dizer muscular, orgânico, em todo o caso desaparece essa suspeita logo que se considera o illimitado campo aberto à nossa actividade desimpedida dentro das próprias fronteiras e facilmente harmônica no continente. A perfeita e cordial intelligência pela mútua estima e confiança entre os dois povos e seus governos só pode dar os grandes resultados que já deu, em beneficio commum, nos gloriosos momentos históricos em que ella mais se affirmou.¹⁰⁰⁰

Figuerola Alcorta concordou com o paralelismo apontado pelo ministro brasileiro, bem como com as vinculações históricas entre os dois países e a união dos respectivos povos. Para o presidente argentino, era um momento de realização, de progresso e, conseqüentemente, de engrandecimento. Desse modo, as bases da harmonia, amizade e simpatia estariam fincadas sobre uma mútua consideração e respeito de ambas as partes, para que se pudesse contribuir para manter “*incólumes los intereses de la civilización en esta parte del continente*”.¹⁰⁰¹ Apesar de Alcorta não haver replicado uma letra sobre o quesito opinião pública levantado por Gama, este considerou a resposta a seu discurso como cordial. O *El Diálogo*, listado como de oposição, ao analisar os discursos perguntou a quem se pretendia enganar, se ao povo argentino, ao qual se pede dinheiro para armar-se a Nação contra o Brasil que a ameaça, ou ao governo brasileiro, quando “se declara solemnemente que não há motivos para conflictos entre os dois países”.¹⁰⁰²

⁹⁹⁸ Discurso de Domício da Gama, agosto de 1908, AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 880 Maço 1 Pasta 1 – Diversos.

⁹⁹⁹ Idem

¹⁰⁰⁰ Ibidem.

¹⁰⁰¹ Ibidem.

¹⁰⁰² Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de setembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro 1908, 206.2.04.

Para Gama, essa postura do *El Diário* era indicativa de que a opinião pública estava, de fato, contrária ao Brasil, pois cada demonstração e “mostras de paz com amizade são levados a conta de dissimulação, para que se não reforce a esquadra argentina e nos impeça de dictar a lei na América do Sul”.¹⁰⁰³ Gama ainda mantinha a mesma impressão do mês anterior, de que não haveria jeito de “desminizar”¹⁰⁰⁴ estes sentimentos da opinião pública que havia plasmado a visão de um Brasil que “por muitos annos ainda será o inimigo, embora imaginário”.¹⁰⁰⁵ Tais sentimentos da opinião pública por um longo tempo foram trabalhados por “uma imprensa interessada em manter e desenvolver a animosidade contra nós”.¹⁰⁰⁶ Uma propaganda endógena e problemática pelo alcance:

É a força da propaganda contra nós é tão grande que os próprios jornaes escriptos em linguas estrangeiras nos são infensos. Parece que esta terra nacionaliza o imigrante mais depressa do que a nossa. Em todo o caso o filho do estrangeiro nascido no paiz é um patriota ardente. Verifiquei isto em uma longa conversa com o director do Banco Alemão Transatlântico que eu, suppondo-o allemão esperava que me servisse de informador em assumptos de commercio, finanças e atí política e sahume um argentino basofo. E as inglezas d'aquí nos desprezam ainda mais aggressivamente, É sem dúvida a nova mestiçagem que lhe repugna. Aqui o homem é claro, e geralmente limpo de pelle.¹⁰⁰⁷

Preocupado com este quadro, afinal não há nenhum ato político exterior que não contenha aspecto de política interna,¹⁰⁰⁸ Gama opôs-se ao plano de visita de intendentes municipais do Rio de Janeiro a Buenos Aires, pois até atos de cortesia poderiam ser adversos ao Brasil, e essa visita “seria inoportuna a meu ver”.¹⁰⁰⁹ Principalmente porque, conforme ele disse ao ministro francês Thiébaud, “*por más que nosotros multipliquemos nuestras gentilezas, los argentinos no quieren saber nada*”.¹⁰¹⁰ A sua própria linha de ação era a mais discreta possível, não se recusando “a apparecer, mas não chamando a atenção sobre mim por modos ou propósitos de quem se attribue um grande papel político”.¹⁰¹¹

¹⁰⁰³ Idem.

¹⁰⁰⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

¹⁰⁰⁵ Idem.

¹⁰⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁰⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 252.

¹⁰⁰⁹ Idem.

¹⁰¹⁰ 1908, Octobre, 5. Bue, desp. 112. El ministro francés sobre el conflicto con Brasil, la renuncia de Zeballos y sus publicaciones. *Apud*: MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Op. Cit.**, p. 255.

¹⁰¹¹ Ibidem.

5.2.1 – O FATOR ESTANISLAO ZEBALLOS

José Paradiso asseverou que Estanislao Zeballos foi, “durante quase meio século, um protagonista ativo de todos os grandes debates sobre a política exterior argentina”¹⁰¹² e quem mais influiria na difusão de uma imagem de descontinuidade e ineficiência da política do seu país.¹⁰¹³ Já para Roberto Etchepareborda, “Zeballos estuvo a la altura de las circunstancias peligrosas que atravesaba el país”.¹⁰¹⁴ Para Orlando Punzi, uma das maiores características de Zeballos era o intervir em “todo y para todo”.¹⁰¹⁵ No olhar estrangeiro, as opiniões praticamente se encontravam. Para Luis de La Barrera, da legação espanhola em Buenos Aires, Zeballos era um “hombre tan agitador y agresivo”,¹⁰¹⁶ cuja situação havia ganhado precedentes perigosos na região desde o caso do folheto. Para o ministro Thiébaud, da legação francesa em Buenos Aires, foi um caso em que “la diplomacia de franqueza’ del Rio de Janeiro opuso la política agresiva, desconfiada del de Buenos Aires”, sendo que os efeitos acumulativos tornaram-se incontornáveis.¹⁰¹⁷ No entanto, para Gustavo Ferrari, apesar da folha “tan abrumadora”, ele estaria padecendo em alguma medida de efeitos “de una conspiración del silencio; es suya una figura en la penumbra de la historia argentina”.¹⁰¹⁸

No Brasil, apesar de seu papel de destaque em pelo menos três momentos da sua história, Zeballos é uma figura pouco ou praticamente não estudada, a aparecer na forma de citações em meio a estudos, ou ainda em memórias ou depoimentos, sempre de uma maneira dicotômica: um grande argentino ou apenas um irrequieto com o qual se deveria tomar cuidado. Segundo Álvaro Lins, ao lado de sua natureza brilhante, discursiva, exuberante de professor, havia uma na “sua natureza humana uma zona de leviandade, de irresponsabilidade, de mórbida fantasia, para a qual não encontrou compensação nem nos estudos nem na experiência da vida política”.¹⁰¹⁹ Carlos de Laet havia afirmado que

¹⁰¹² PARADISO, José. **Op. Cit.**, p. 44.

¹⁰¹³ Idem, p. 33.

¹⁰¹⁴ ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 38.

¹⁰¹⁵ PUNZI, **Op. Cit.**, p. 15.

¹⁰¹⁶ 1908, Julio 1. Bue, desp. 78. El ministro plenipotenciario español sobre la renuncia del Ministro Zeballos y la política internacional riograndense. *Apud*: MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Op. Cit.**, p. 250.

¹⁰¹⁷ 1908, Octubre, 5. Bue, desp. 112. El ministro francés sobre el conflicto con Brasil, la renuncia de Zeballos y sus publicaciones. *Apud*: MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Op. Cit.**, p. 252-253.

¹⁰¹⁸ FERRARI, Gustavo. Prólogo. *Apud*: ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. IX.

¹⁰¹⁹ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 381.

Zeballos era um detrator do Brasil e um “sujeito que não se resigna ao seu papel de vencido na questão das Missões, onde, aliás, após a sentença arbitral, tão cavalheirosa se mostrou a Argentina, respeitando o arbitramento que lhe foi desfavorável, assim como nós o teríamos acatado na hipótese contrária, e, com efeito, o fizemos em nosso litígio com a Inglaterra, na Guiana”.¹⁰²⁰ O barão do Rio Branco preocupou-se em separar o Zeballos jornalista do Zeballos ministro, a despeito da certeza absoluta do seu papel no *La Prensa* e das tentativas de procurar “intrigar connosco o General Roca”,¹⁰²¹ ou dos “exemplo[s] da má-fé”,¹⁰²² chegando mesmo a defendê-lo perante as ações do *Diário*: “o sr. Zeballos não é responsável pelo que diz uma folha dirigida por um inimigo pessoal seu”.¹⁰²³

No acervo da Fundação Joaquim Nabuco, existem três cartas¹⁰²⁴ trocadas entre Zeballos e Joaquim Nabuco 1889 e 1898. As duas primeiras envolvem marcação de encontro e jantar, enquanto que, na terceira, Zeballos não somente comunicava a fundação da sua *Revista* como pedia a Nabuco um artigo e seus dados pessoais para publicação. O teor das mesmas não coloca Nabuco no mesmo patamar do jornalista Sertório de Castro, para quem Zeballos fora inesquecível, por conta do seu encantador convívio e da hospitalidade na sua casa na *Calle Libertad*,¹⁰²⁵ alguém que alimentava uma “perfeita cordialidade”¹⁰²⁶ para com o Brasil. Para Joaquim Nabuco, a campanha de imprensa entre os dois países e a atitude de Zeballos fora deplorável: “Não seremos o choque das duas políticas contrárias. E sendo assim porque essa irritação inútil?”.¹⁰²⁷

O maior defensor de Estanislao Zeballos no Brasil foi Manuel de Oliveira Lima, para quem o argentino fora o homem mais representativo de sua geração em sua terra.

¹⁰²⁰ LAET, Carlos de. **Futurismo**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1910.

¹⁰²¹ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1907. AHI, Despachos, Buenos Aires 1907-1908, MDB, 207.4.10.

¹⁰²² Artigo do barão do Rio Branco. S.d., s.a. AHI, Lata 880 Maço 1 Pasta 1 – Diversos.

¹⁰²³ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1907. AHI, Despachos Buenos Aires 1907-1908, MDB, 207.4.10.

¹⁰²⁴ Carta de Estanislao S. Zeballos a Joaquim Nabuco. FUNDAJ, Acervo Joaquim Nabuco. S.L., 1889. 1270 [CA P342 DOC 6954]; Carta de Estanislao S. Zeballos a Joaquim Nabuco. FUNDAJ, Acervo Joaquim Nabuco. S.L. – 27 de novembro de 1889. 1367 [CP P344 DOC 7001]; Carta de Estanislao S. Zeballos a Joaquim Nabuco. FUNDAJ, Acervo Joaquim Nabuco. Buenos Aires - 07 de maio De 1898, 1804 [CP P43 DOC 975].

¹⁰²⁵ CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 26.

¹⁰²⁶ Idem.

¹⁰²⁷ Carta de Joaquim Nabuco a Domício da Gama, 31 de outubro de 1908, Fundaj, CA P60 DOC 1200.

Descrevendo-o como um homem de gostos discretos praticante de equitação e esgrima,¹⁰²⁸ entendeu que o argentino havia sido mal julgado ao ser acusado de fomentador da discórdia internacional, quando na verdade fora dominado, não em detrimento da altivez nacional, mas por um fervor pan-americanista. Oliveira Lima, ao defender Zeballos, acabou por, inconscientemente, ressaltar que Zeballos e o barão do Rio Branco tiveram uma paixão em comum: os livros. O acumular dos livros, as anotações e críticas foi um hábito que Rio Branco, por questões de dedicação completa ao trabalho, foi aos poucos deixando de fazer, o que Zeballos, porém nunca deixou. Oliveira Lima retratou um Zeballos diferente do conhecido pelos brasileiros. Teria ele feito isso por conta das desavenças ocorridas com Rio Branco ou apenas por questões pessoais?

De fato, para buscar as diversas opiniões sobre Estanislao Zeballos, há que retirá-lo de sua zona de penumbra para analisar o alcance das meias opiniões ou meios elogios por ele suscitados dos dois lados, algo que ultrapassa os horizontes dessa tese. Todavia, a pergunta que aqui cabe é: o que teria impelido Estanislao Zeballos a empreender uma inflada campanha contra o Brasil? Para Medeiros de Albuquerque e o ministro francês Thiébaud, contemporâneos do argentino, a questão de Palmas fora o ponto inicial de todo o *turmoil* personalista da questão. Após o laudo, Zeballos havia afirmado que esse resultado não tivera importância nem para o Brasil ou para a Argentina já que a “*causa que material, geográfica y diplomáticamente, era nímia: ¡700 léguas de desierto tropical!...*”,¹⁰²⁹ mas, que ela havia servido sempre de motivo para o Rio de Janeiro “*condensar los antagonismos de três siglos entre portugueses y españoles, y de um siglo entre argentinos y brasileños*”.¹⁰³⁰ Para Medeiros e Albuquerque, porém, foi dessa decepção que nasceu a antipatia do argentino por Rio Branco,¹⁰³¹ enquanto que Thiébaud afirmou que a questão era um calcanhar de Aquiles para Zeballos: “*Hacer alusión a su derrota en el asunto de Misiones era tocar el punto más sensible de Zeballos, quien ha anunciado en ‘La Prensa’*

¹⁰²⁸ LIMA, Manuel Oliveira, **Obra Seleta de Manuel de Oliveira Lima**. Alexandre Barbosa Lima (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 317 e 318.

¹⁰²⁹ ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 263.

¹⁰³⁰ Idem, p. 265.

¹⁰³¹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Op. Cit.**, p. 145.

*que respondería punto por punto basándose en documentos, a todas las alegaciones del barón de Rio Branco”.*¹⁰³²

Desse modo, a rivalidade pessoal passou a ser a rivalidade das nações, quando Zeballos assumiu a chancelaria argentina, ao mesmo tempo em que seu antigo antagonista. A cena política abriu espaço para um aspecto fundamental das forças profundas renouvinianas, enquanto arcabouço estruturado em concepções, métodos, e relações sentimentais, essenciais para as relações internacionais. Por conseguinte, a Argentina de 1908 passou a vivenciar um espaço permanente de tensão entre a esfera individual e a coletiva, força motriz por trás da série de situações antinômicas, em lugar das sintônicas estabelecidas à época de Roca, no período anterior. O fato de Estanislao Zeballos, defensor da paz armada e para quem a Argentina deveria se engrandecer por meio da guerra, não deixar de reagir à presença de Rio Branco enquanto lembrança freqüente de sua batalha perdida confirma, em parte, a hipótese de Escudé e Cisneros sobre a “*suerte de paz armada*”.¹⁰³³

Ao contrário dos dois historiadores argentinos, entretanto, não se percebe que tenha sido a mútua desconfiança pessoal, mas sim a necessidade de se quebrar o pacto de equivalência naval com o Chile, o ponto fundamental da questão. Foi essa razão que teria trazido de volta à cena os defensores de uma Argentina grande na linha de pensamento de Juan Alberdi. Estanislao Zeballos foi apenas um dos seguidores desse raciocínio, mas não o único. Em metade do ano de 1908, percebe-se a existência de um forte embate político interno no país. As forças tendentes à amizade e colaboração para com o Brasil estariam não só em busca de seu próprio lugar, mas como haveriam tentado utilizar a escalada dos acontecimentos para derrubar Figueroa Alcorta. Todo o embate visto no ano de 1908 foi em torno disso, tanto que Alcorta só se desvencilhou de Zeballos quando percebeu que o perigo finalmente poderia derrubá-lo do poder, e não seis meses antes, quando se manteve no poder com apoio militar. Dessa forma, infere-se que Estanislao Zeballos não foi um protagonista, mas um coadjuvante, cuja *Machtpolitik*, que não era novidade no cenário, e

¹⁰³² 1908, Octubre, 5. Bue, desp. 112. El ministro francés sobre el conflicto con Brasil, la renuncia de Zeballos y sus publicaciones. *Apud*: MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Op. Cit**, p. 252-253.

¹⁰³³ *El enfrentamiento Zeballos-Río Branco y la competencia armamentista argentino-brasileña* ESCUDÉ, Carlos, CISNEIROS, André. **Op. Cit**. Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/7/7-052.htm>>. Acesso em 16 de junho de 2006.

sentimentos pessoais foram oportunos para derrubar o grupo no poder pós Manuel Quintana. A esse grupo, Gama irá assinalar como “interesses conservadores indiferentes a tudo o que lhes parece simples jogo político ou divertimento de ambiciosos e exibicionistas, porém que se levantarão para reprimir qualquer tentativa ou ameaça de prejuízo para a vida material da nação”.¹⁰³⁴

A análise de Domício da Gama sobre o fato de o rearmamento argentino não poder ser justificado ou embasado pelo rearmamento brasileiro foi certa, por ser oportuna em busca da denúncia do pacto de equivalência naval. Com isso, afirma-se que o Sistema do Bombo na Argentina, acionado desde a crise com o Chile, não havia sido desligado, mas sim alcançava um *sforzando* contra o Brasil. Desse modo, as relações bilaterais pareceram ser um embate polarizado entre a veemência de Zeballos e o absorvimento de Rio Branco. A presença de Domício da Gama trouxe à cena um pragmatismo que se recusava a alimentar os “silogismos”¹⁰³⁵ ressentidos de Zeballos, não somente contra Rio Branco, mas também contra os setores mitristas e roquistas.¹⁰³⁶

5.2.2 – AS FORÇAS PROFUNDAS DE UM *SFORZANDO*: O TELEGRAMA Nº 9 *VERSUS* O TRATADO GERAL DE ARBITRAMENTO

A campanha de Zeballos na *Revista de Derecho Historia y Letras* bem como no *La Prensa* e no *La Razón* iniciou-se em fins de agosto e início de setembro de 1908. Os ataques enfocavam, além da política brasileira, também “a perfídia e a má fé dos seus homens públicos nas suas relações com a Argentina”.¹⁰³⁷ Em seu *Diplomacia Desarmada*, coletânea dos textos escritos entre setembro de 1908 e maio de 1910, Zeballos afirmou a existência de um *leitmotiv* por trás das ações de Rio Branco. Para ele, os artigos publicados pel’*A Imprensa* em maio de 1908 eram revisados e corrigidos no palácio do Itamaraty,¹⁰³⁸ de modo a buscar “*justificar los motivos imaginarios y como tales injustificables, que*

¹⁰³⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹⁰³⁵ Conforme carta de Assis Brasil a Rio Branco durante a época das missões. ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Op. Cit.**, p. 37. VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 177.

¹⁰³⁶ BOSOER, Fabián. **Generales y embajadores** – Uma historia de las diplomacias paralelas em la Argentina. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2005, p. 53.

¹⁰³⁷ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de setembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰³⁸ ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 20.

asisten al Brasil para armarse hasta lo inverosímil, a fin de hacer buena en los hechos de la política 'imperial' (e 'imperialista') cuyos orígenes he rastreado".¹⁰³⁹ Zeballos afirmou que as legações brasileiras em “*Buenos Aires, Montevideo, Assunção, Bolivia, Santiago, Lima e Washington y probablemente en Europa*”,¹⁰⁴⁰ estariam divulgando que a República Argentina perseguiria uma

vanidosa conquista de los países débiles, cuya independencia protege el Brasil y asegurará una vez que haya recibido sus formidables armamentos. Existen en Buenos Aires las pruebas escritas de esta propaganda inamistosa y sin fundamento. Del Pacífico han llegado, a porfía, esas pruebas. El canciller del Brasil, en efecto, ordenaba en 1908 a uno de sus agentes, lo que sigue: Divulgue las pretensiones 'imperialistas' de la República Argentina, haciendo saber en los altos círculos políticos que en su vanidad sueña con el dominio de Bolivia, del Paraguay, del Uruguay y también de nuestro Rio Grande. Demuestre que el Brasil, en homenaje a la justicia ampara a los débiles en defensa de los intereses internacionales, con cuyo proceder humanitario muéstrese conforme la cancillería de Washington. ¡He ahí el leitmotiv de 1844 y de 1875 en 1908!¹⁰⁴¹

Rio Branco, ante os ataques recebidos contra ele e Assis Brasil, solicitara os artigos para que ele pudesse fazer retificações. Domício da Gama atendeu ao pedido de envio dos artigos, ainda que não concordasse com essa atitude. “Rectificação será tarefa longa satisfará objecto do auctor que é não deixar-se esquecer”.¹⁰⁴² Para Gama, Zeballos estava em busca de publicidade para a sua candidatura a deputado e, por isso, sugeriu a Rio Branco não alimentar polêmica e a aconselhar a imprensa brasileira a guardar silêncio. Para ele, a saída era deixar Zeballos cansar a atenção pública. “Ora essa fadiga não virá se lhe interrompermos o monólogo com contestações se entrarmos em diálogos com elle. [...] Discutir com elle é, portanto, favorecer o seu jogo”.¹⁰⁴³ Domício da Gama assinalou que Zeballos tinha mais inimigos que amigos, e nenhum amigo de fato: “Os que o conhecem de longa data sabem que nada o abate e mortifica tanto como o silêncio feito em torno de sua espectacular pessoa”.¹⁰⁴⁴ Rio Branco ignorou Gama, publicando um desmentido no Diário Oficial de 19 de setembro:

Tudo quanto afirmou o Sr. dr. Zeballos nas linhas transcritas só pode ter pó base a informação de algum homem da mais requintada má fé. O atual ministro das

¹⁰³⁹ Idem.

¹⁰⁴⁰ Ibidem, p. 23.

¹⁰⁴¹ Ibidem.

¹⁰⁴² Ibidem.

¹⁰⁴³ Ibidem.

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

relações exteriores do Brasil nunca dirigiu aos representantes desta República no estrangeiro – nem em despacho oficial pelo telégrafo ou pelo correio, nem em carta particular ou confidencial – instruções que tenham sequer a mais remota semelhança com as que lhe foram atribuídas. A ordem que o Sr. dr. Zeballos apresenta entre aspas e que lhe disseram ter sido dirigida a um dos agentes brasileiros no Pacífico é falso no fundo e na forma.¹⁰⁴⁵

A postura de Domício da Gama, de não alimentar polémica, não excluía, entretanto, buscar uma saída diplomática para os ataques recebidos. Uma solução seria o tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a República Argentina, combinado no Rio de Janeiro por Rio Branco e Manuel Gorostiaga, em 1905. Utilizando-se do discurso de Carlos Rodriguez Larreta sobre o assunto, Gama perguntou a Rio Branco se poderia inquirir Victorino La Plaza sobre os caminhos do documento. A ordem recebida foi: “Não convém lembrar ou mostrar empenho. Larreta se ocupará disso”.¹⁰⁴⁶ Nove dias depois, ainda inquieto acerca do caso, Gama voltou à carga com Rio Branco, alegando que, para Norberto Quirno Costa, o tratado era “a prova mais evidente do nosso ânimo para com o seu país”.¹⁰⁴⁷ Esse argumento surtiu efeito. Rio Branco respondeu no mesmo dia: “Acabo de pedir ao relator Rivadávia Correa que active tramitação do Tratado, esperando lá que se proceda mesmo modo, porém sem intervenção sua porque não seria digno intervir, os nossos amigos interpretariam como acto de fraqueza”.¹⁰⁴⁸

Seis dias depois, Gama sugeriu: “Poderíamos talvez adeantar-nos promovendo [a] passagem [do] tratado no Congresso como tramitação regular projecto de lei tirando assim todo pretexto digam estamos manobrando”.¹⁰⁴⁹ Rio Branco passou a trabalhar por esta idéia, conseguindo que o tratado entrasse imediatamente em discussão e fosse unanimemente aprovado e enviado para o Senado. Para o *La Nación*, o tratado era “un

¹⁰⁴⁵ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p. 384.

¹⁰⁴⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 12 de setembro de 1908. Anexo ofício reservado n° 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁴⁷ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 21 de setembro de 1908. Anexo ofício reservado n° 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁴⁸ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 22 de setembro de 1908. Anexo ofício reservado n° 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁴⁹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 28 de setembro de 1908. Anexo ofício reservado n° 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

nuevo vínculo de solidaridad entre la Argentina y el Brasil".¹⁰⁵⁰ Concomitante a isto, Gama relatou que Carlos Larreta esforçava-se junto ao presidente para a inclusão do tratado nos assuntos da prorrogação do Congresso. Larreta ainda afiançou a Gama que o "presidente descontente com Zeballos, não apoiará candidatura deste pela Capital. Disse mais que na *Prensa* já acham que Zeballos está forçando a nota e vão esfriar gradualmente. Isto, porém, não é provável por ora".¹⁰⁵¹ O tempo acabou por provar que ele teria razão. Ainda não haveria de ser esse o momento final das notas jornalísticas.

Para Gama, foi somente por causa da diligência do congresso brasileiro¹⁰⁵² que o senado argentino aprovou o tratado em 1 de outubro, seguindo-se a concordância presidencial para a inserção do assunto na pauta da prorrogação da câmara. Ainda que não houvesse significado inclusão imediata, este era um momento de política interna. Além disso, conforme Gama assegurou a Rio Branco, era uma ocasião não somente de manifestações da imprensa conservadora, mas como para a atuação de Carlos Larreta. Com isso, ele garantia a Rio Branco que "não somos nós que estamos manobrando e isso é o essencial".¹⁰⁵³ Dois dias depois, o informava que o presidente argentino havia incluído o tratado na pauta da prorrogação da Câmara. Neste momento, o clima político parecia se encaminhar para uma *détente*. Gama creditava esse resultado aos que haviam prometido que dissipariam a inquietação, criada tanto pela agitação zeballista, como pelos que queriam votar a lei dos armamentos, além do desprestígio crescente de Zeballos, o "escandaloso charlatão".¹⁰⁵⁴

Para Thiebaut, Domício da Gama tinha "*mucha sangre fría: su opinión es dejar al Gabinete de Buenos Aires todo el tiempo necesario para que vuelva a una actitud más*

¹⁰⁵⁰ *La Nación*, 29 de setembro de 1908.

¹⁰⁵¹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 30 de setembro de 1908. Anexo ofício reservado nº 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁵² Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 01 de outubro de 1908. Anexo ofício reservado nº 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁵³ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 03 de outubro de 1908. Anexo ofício reservado nº 13 da 2ª Seção da legação do Brasil em Buenos Aires de 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios, julho - dezembro 1908, 206.2.04.

¹⁰⁵⁴ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 19 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires. Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

conciliatoria”.¹⁰⁵⁵ Entretanto, Gama, apesar de todo o seu empenho diplomático e pessoal, continuava pessimista, a afirmar que “o espírito argentino não nos é favorável e propende antes a admitir todas as possibilidades antipáticas contra nós”.¹⁰⁵⁶ Ainda, apesar de ele manter uma linha *low profile*, não percebia ainda qualquer mudança no meio, em relação àquilo que ele havia encontrado em agosto:

Não vou senão aonde me convidam, em cumprimento de cortezia social. Assim não me exporei a que me tratem com reserva ou que me evitem a frequentação. Devo dizer a V.Ex. que não estou em falta para com nenhum particular ou funcionário, não tendo deixado de ir na primeira ocasião apresentar os meus respeitos à senhora do Presidente da República. Mas faço tudo um açodamento, como se estivesse em outro posto, onde não fossem tão discutidos o Brasil e a sua política, que asentou-se chamar antiargentina. Do tempo e da nossa serenidade diante das provocações insistentes espero que venha o remedio para esta inquietação injustificada, que eu classificaria de mórbida, se não soubesse que é simulada. No Despacho de V.Ex., reservado n.º 5 de 22 de setembro, encontro a verdadeira maneira de encarar este estado de cousas, enervante pela sua artificialidade e carácter tendencioso, mas que só poderia modificar-se por uma interpelação directa de nossa parte, o que seria talvez precipitado e simpolítico.¹⁰⁵⁷

Zeballos continuava a sua campanha alarmista. Ele publicou no *La Prensa*, nos dias 17, 18, 19 e 20 de outubro, uma série de artigos com “*denuncias y revelaciones graves*”¹⁰⁵⁸ à chancelaria do Rio de Janeiro, pretendendo denunciar as intrigas que Rio Branco teria feito em Lima, La Paz, Assunção, Montevideu e Santiago. O primeiro artigo iniciava com as ratificações de Rio Branco de oito de setembro, que Domício da Gama havia desaconselhado, assinalando as diferenças entre as duas publicações – uma, em Buenos Aires, e outra, no Rio de Janeiro. Zeballos afirmava que não se sabia precisar se Rio Branco havia autorizado ou não a primeira publicação, então, optou por afirmar que “*todo hombre de Estado que habla con periodistas, sabe que sus respuestas serán publicadas.*”

Para o jornal, a primeira utilizava uma linguagem “*sutil y evasivamente*”; já a segunda, era “*más categórico*”.¹⁰⁵⁹ Ante tais ataques, Gama telegrafou a Rio Branco

¹⁰⁵⁵ 1908, Octubre, 5. Bue, desp. 112. El ministro francés sobre el conflicto con Brasil, la renuncia de Zeballos y sus publicaciones. *Apud*: MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Op. Cit.**, p. 260.

¹⁰⁵⁶ *Idem*.

¹⁰⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁸ *La Prensa*, 19 de outubro de 1908.

¹⁰⁵⁹ “Publicación del 8 de septiembre en Buenos Aires: Es cierto que contestó algunas preguntas que hiciera un redactor de “La Nación”. “Pero no puede todavía saber si la forma y el fondo de sus contestaciones”

voltando a alertar que a “violência [da] linguagem de Zeballos tem por fim provocar entre nós agitação que não conseguiu aqui. Conviria avisar nossa imprensa que não favoreça jogo vendedores armamentos e trate com desdém essas [ilegível] mentiras”.¹⁰⁶⁰ No dia 20, porém, o artigo afirmou que “*revise El Baron de Rio Branco su archivo secreto del pacífico y lea el documento original que em el existe, com las siguientes señas: 17 de junho de 1908, a las 6 horas e 57 minutos, número 9, quarta 17. Ponto*”.¹⁰⁶¹ Zeballos ainda incluía um insólito desafio: Rio Branco poderia indicar três ministros europeus que comporiam um tribunal diplomático que informaria se o telegrama existia ou não. Rio Branco, em telegrama para Domício, afirmou “é meu telegrama para Chile numero nove de quarta feira dezessete de junho”.¹⁰⁶²

O *El Diáριο* de 22 de outubro lançou uma matéria intitulada “*Fracasos alarmistas*”, sobre o caso, alertando para “*el estado de alucinación del autor al incluir y comentar em sus documentos determinados datos*”. O mesmo jornal ressaltou ainda a resposta de Ruy Barbosa sobre o verdadeiro fato no tribunal, em que a situação argentina¹⁰⁶³ havia ocorrido devido a uma moção desfavorável dos Estados Unidos da América. Em meio ao alvoroço levantado pelos artigos, o assunto da equivalência naval voltou à tona, exatamente como intencionado pelas ações de Zeballos. Em 23 de outubro, Gama consultou a Rio Branco se poderia indiretamente declarar que “não admittiremos insinuações sobre equivalência naval e que prosseguiremos organização nossa esquadra sem attencao a agitação sincera ou tendenciosa a que ella serve de pretexto”.¹⁰⁶⁴ Três dias depois, aumentou o escopo da sua sugestão, afirmando que “se me apertarem direi mais que não estrañhem se respondermos aos desnecessários armamentos argentinos com novo

fueron tomadas con rigorosa exactitud. No es fácil reproducir con entera exactitud lo que se dice en una conversación de veinte minutos sobre asuntos varios.; Original publicado em Río: Nao teve ‘interview’ algum para ser publicado”. Conversava com um redactor de ‘La Nación’, “de passagem para a Europa”. Respondeu a algumas perguntas, mais não pode saber se as suas respostas foram transmittidas com rigorosa exactidão. Não é fácil reassumir com inteira fidelidade o que se ouve em uma palestra de veinte minutos”. *La Prensa*, 19 de outubro de 1908.

¹⁰⁶⁰ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 20 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁶¹ *La Prensa*, 20 de outubro de 1908.

¹⁰⁶² Telegrama do barão do Rio Branco para a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1908. AHI, MDB, Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

¹⁰⁶³ Os argentinos voltaram à carga com a defesa do não intervencionismo, teor da nota de Luis Drago de 1902.

¹⁰⁶⁴ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 23 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

reforço aos nossos. Diga-me se aprova o *bluff* que alias parece indicado. Congresso não tem trabalho, senado e camada fazendo jogo desmoralizador política presidencial.”¹⁰⁶⁵

A situação de desconfiança havia aumentado a tal ponto que, em 28 de outubro, Gama assinalou o retorno ao Brasil do comandante Batista Franco por não ter “podido cumprir sua missão de estudar progressos navaes d’este paíz cujo governo recusou lhe permissão visitar portos e estabelecimentos militares.”¹⁰⁶⁶ O desejo de Rio Branco era não demorar a resolução do caso do 9, “pois convém desmascarar o embuste antes do voto sobre os armamentos”.¹⁰⁶⁷ A urgência então era por conseguir uma das cópias do telegrama de Zeballos. Rio Branco deu instruções a Gama para que ele procurasse Victorino de La Plaza com uma nota pedindo “pela repartição competente”,¹⁰⁶⁸ o preparo de três cópias autênticas de um telegrama cifrado dirigido à legação brasileira em Santiago. O telegrama brasileiro começava com “numero 9 quarta 17. Assinado Rio Branco e tem o número onze mil contém a nota 357 463 palavras. For expedido às seis horas e 57 minutos p.m. via Porto Alegre, Montevideo, Buenos Aires, e pelo telegrapho nacional argentino transmitido de Buenos Aires a Santiago”.¹⁰⁶⁹

Em 28 de outubro, Gama conseguiu ter acesso ao teor do documento de Zeballos por meio de terceiros, que leram partes para ele. Considerou-o como completa invenção, e sequer se tratava de assunto do verdadeiro telegrama e, de fato, um dos trechos citados na “*Revista Derecho* setembro, mas alterado na forma. Dizem-me há muitas cópias Buscarei obter uma d’ellas. Aqui mesmo farão justiça ao embuste quando for publicado o que não tardará.”¹⁰⁷⁰ Em meio ao debate, o mesmo *El Diáριο* publicou, em 28 de outubro, sob o título *Por la paz y el progreso* uma nota de Manuel Gorostiaga, chamando a atenção para o fato de as negociações do Tratado de Arbitragem, que haviam sido iniciadas por ele e Rio

¹⁰⁶⁵ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 26 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁶⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 28 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁶⁷ Telegrama do barão do Rio Branco para a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908. AHI, MDB, Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

¹⁰⁶⁸ Telegrama do barão do Rio Branco para a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1908. AHI, MDB, Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

¹⁰⁶⁹ Idem.

¹⁰⁷⁰ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 28 de outubro de 1908. **Op. Cit.**

Branco em 1905, ainda sob a administração Quintana, foram suspensas em 1906, quando Zeballos estava à frente da chancelaria argentina.

Gama percebeu, nesta tentativa do *El Diáριο*, não somente uma busca pela veracidade do caso pelos próprios argentinos, mas também que a “verdade viria a aparecer”.¹⁰⁷¹ Em 29 de novembro, Rio Branco respondeu a Gama: “Logo obtiver uma [cópia] avise me e direi como devemos proceder aqui, em Buenos Aires e Santiago. Supponho tem ahi decifração”.¹⁰⁷² Gama não tinha a decifração, mas somente a memória do verdadeiro telegrama. No dia seguinte, a cópia do documento de Zeballos foi publicada no *Diario del Comercio* e no *La Argentina* e nos dias seguintes republicadas em vários outros jornais.¹⁰⁷³

A primeira incorreção, além da falta de decifração, é o fato de o mesmo ser dirigido a *Domingo* da Gama. O *Diario del Comercio* chamou-o de apócrifo, pois se o barão do Rio Branco fosse capaz de remeter semelhantes instruções sem razão alguma emergencial, seria “*él más indiscreto y ridículo de los estadistas [...] sino una personaje de comedia*”.¹⁰⁷⁴ Já o *La Prensa* afirmava ter certeza de que a situação de Rio Branco estava comprometida e que a opinião internacional estava à “*espera de su respuesta o defensa cuya tardanza no tiene explicación satisfactoria. ¿Será que cayó en sus propias redes y que nada puede decir en su descargo?*”¹⁰⁷⁵ Já o *La Razón* acrescentou, como dado novo no cenário, o depoimento de Assis Brasil no *La Razón* de Montevideú, sobre as acusações feitas pelo *La Prensa* argentino, mas, ao final, considerou que ele apenas estava seguindo ordens expressas do barão do Rio Branco.

Apesar de o *La Argentina* haver se perguntado no título *¿Fué firmado por él?*, o jornal poderou que “*si tan burda invención una muestra de la literatura que ocupaba la diplomacia del doctor Zeballos, El país puede felicitarse nuevamente de su eliminación de*

¹⁰⁷¹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 29 de outubro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recibidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁷² Telegrama do barão do Rio Branco para a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908. AHI, MDB, Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

¹⁰⁷³ Ver Anexo G.

¹⁰⁷⁴ *Diário del Comercio*, 31 de outubro de 1908.

¹⁰⁷⁵ *La Prensa*, 31 de outubro de 1908.

la escena.”¹⁰⁷⁶ O periódico julgou “*la pieza un caballo de batalla de todas las apasionadas invectivas del señor Zeballos, quien, con una credulidad que hace humor à su buena fié, pero deja horriblemente malparado su criterio, la compró por buena.*” Na mesma linha, o *El Diáριο* ressaltou que o documento era “*La carta del melodrama*”, em que “*el inquieto finado condimentaba sus mamotretos internacionales*”. A matéria apresentava o documento e terminava afirmando: “*El señor Da Gama ministro del Brasil en nuestra capital y a quien aparece dirigido el telegrama, ha manifestado ser completamente falso, burdamente falso, ridículamente falso!*”¹⁰⁷⁷ Para o *La Nación*, a história toda era “*una monumental tontería*”.¹⁰⁷⁸

Em primeiro de novembro, o *La Argentina* afirmou que o feito de Zeballos “*no tiene precedente en los anales de la diplomacia, ni aún de la sudamericana, con todos sus deslices e incorrecciones y deja el autor en una posición la más desairada, con la circunstancia desgraciada que parte del descrédito se refleja sobre el país mismo*”.¹⁰⁷⁹ O jornal aventou, porém, que “*el Brasil necesita dar-se cuenta de que, en realidad y dejando de lado todos ‘los aspavientos y declamaciones’ del ex canciller, esos armamentos y la actitud del Brasil en la cuestión de la jurisdicción de las águas del rio de la Plata dan motivo de receio á la opinión argentina*”.¹⁰⁸⁰ Ladeado a esta alusão, há uma marcação feita à caneta por Rio Branco, donde se infere que esta pode ter sido acatada pelo chanceler brasileiro no ano seguinte, em 30 de outubro de 1909, por ocasião do tratado da Lagoa Mirim entre Brasil e Uruguai.¹⁰⁸¹ Um fruto de um cálculo diplomático após o n° 9,¹⁰⁸² segundo Clodoaldo Bueno, e não uma largueza de Rio Branco e do povo brasileiro, apesar de Afonso Pena haver afirmado em mensagem ao Congresso Nacional que a cessão era um ato coerente, já que o mesmo tratamento havia sido dado a outros países com fronteiras fluviais com o Brasil.

¹⁰⁷⁶ *La Argentina*, 30 de outubro de 1908.

¹⁰⁷⁷ *El Diario*, 30 de outubro de 1908.

¹⁰⁷⁸ *La Nación*, 31 de outubro de 1908.

¹⁰⁷⁹ *La Argentina*, 01 de novembro de 1908.

¹⁰⁸⁰ *Idem*.

¹⁰⁸¹ Ver anexo I.

¹⁰⁸² BUENO, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 2003, p. 272.

No mesmo primeiro de novembro, Domício da Gama visitou o chanceler Victorino de La Plaza pensando que iria “liquidar o negocio”.¹⁰⁸³ Não conseguiu, porém, o seu intento, porque Plaza “informado [sobre o] motivo [da] visita e nota prometeu ocupar-se disso [e] ofereceu-me chá e desviou conversa pra vida mundana, litteratura inglesa, jornalismo etc. Senti-o muito vexado. Zeballos diz prepara outra andanada contra vocencia que lo aplastará”.¹⁰⁸⁴ No dia seguinte, o *La Razón* destacou a visita, “*Conferencia Plaza – Da Gama – La verdad y las intrigas diplomáticas*”, afirmando que o teor havia versado sobre a questão das ilhas do Uruguai porque, apesar de a conferência haver sido ordenada por Rio Branco, ao “*joven es secretario privado Da Gama, con el objeto de explorar si el ‘despacho numero 9’ está o no en el archivo oficial, pero ante la gravedad del dr. Plaza Da Gama se sintió vencido y salió con lo de las islas.*” O jornal ainda afirmava em sua história que:

No podía haber hecho el señor ministro brasileño las declaraciones que se le atribuyen, pues, sabiendo como saben à fondo el Dr. Plaza y el gobierno argentino todo lo que ha hecho y dicho en Lima y en Santiago de Chile dicho señor, esas declaraciones habrían sido interpretadas como una falta de respeto y como la más flagrante comprobación de la mentira y de la intriga con que procede la cancillería de Itamaraty.

El señor Da Gama no niega que haya sido fotografiado el archivo de la legación brasileña en Chile. Dice simplemente: “Yo no he recibido el despacho número 9”. Claro, porque lo recibió el ministro Ribero Lisboa en Santiago.¹⁰⁸⁵

Se Domício da Gama já havia demonstrado preocupação com o fato de Zeballos estar preparando seu próximo ato, esta matéria do *La Razón*, além de confirmar seus temores, deixava claro que o alvo realmente era Rio Branco. Gama temia os efeitos duradouros da campanha alarmista, por entender que “o receio e a má vontade ao Brasil não vencem o senso comum. Os efeitos da campanha alarmista serão, porém, mais duradouros do que seriam esses mesmos homens de bom senso, geralmente otimistas e descuidosos”.¹⁰⁸⁶ Desse modo, uma notícia auspiciosa, considerando o quadro volátil, foi a aprovação do tratado por unanimidade na câmara argentina, em 4 de novembro de 1908.

¹⁰⁸³ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 01 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recibidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁸⁴ Idem.

¹⁰⁸⁵ *La Razón*, 01 de novembro de 1908.

¹⁰⁸⁶ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 03 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro1908, 206.2.04.

Essa assinatura, para o *La Prensa*, era apenas um “*material para fabricar globos de jabón, vale poco*”,¹⁰⁸⁷ apontando que “*el famoso telegrama número 9, que seguramente no es único, se destaca hoy como cartelón sobre el estado diplomático del Rio de la Plata.*” Já o *El Diáριο* destacou a reunião como “*el espectáculo de una fiesta de la paz*”,¹⁰⁸⁸ e que o tratado não poderia ser visto como um plano de paz armada. Desse modo, “*El finado Zeballos era más lógico escondiendo el documento pues éste es efectivamente incompatible con el alarmismo, como lo demuestra la propia ocultación*”.¹⁰⁸⁹

Enquanto aguardava pela documentação brasileira, Gama informou a Rio Branco haver recebido notícias favoráveis tanto de Emilio Mitre “*très raisonnables et très cordiales pour nous amis brésiliens*”,¹⁰⁹⁰ como de Plaza, afirmando a próxima promulgação do tratado. Por essa razão, pediu a Rio Branco que, quando a esquadra argentina passasse pela costa brasileira, que isso não fosse visto como provocação.¹⁰⁹¹ Ao mesmo tempo, Gama entendia que a decifração do telegrama deveria acontecer no momento certo e que seria necessário evitar que houvesse qualquer obstáculo à promulgação do tratado de arbitramento no dia 9 de novembro. A expectativa em torno da publicação do telegrama brasileiro não era somente por parte do governo, mas também dos jornais que passaram a questionar outros aspectos do problema. O *El Diáριο* perguntou, na matéria *El papelón*, como um agente do governo “*se jacta de haber violado la correspondencia diplomática de un país amigo; hecho único según creemos en la historia diplomática?*”.¹⁰⁹² O *El País* tinha certeza de que “*la violación de la correspondencia oficial brasileña será siempre un baldón para el país, y esto aun en el caso de que ello nos hubiera evitando una agresión armada.*”¹⁰⁹³ Tentando mudar o foco desse ataque a Zeballos, o *La Prensa* ressaltava o silêncio, tanto da chancelaria como da imprensa brasileira, como “*terriblemente comprometedor*”.¹⁰⁹⁴

¹⁰⁸⁷ *La Prensa*, 06 de novembro de 1908.

¹⁰⁸⁸ *El Diáριο*, 05 de novembro de 1908.

¹⁰⁸⁹ *Idem*.

¹⁰⁹⁰ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 05 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹⁰⁹¹ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 05 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro1908, 206.2.04.

¹⁰⁹² *El Diáριο*, 03 de novembro de 1908.

¹⁰⁹³ *El País*, 04 de novembro de 1908.

¹⁰⁹⁴ *La Prensa*, 04 de novembro de 1908.

Quatro dias antes da promulgação do tratado na Argentina, o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro analisava o caso do telegrama numero 9. O *El Diáριο* analisou a matéria se perguntando: “¿*Quién fue el falsificador?*”. Em ofício da data de 6 de novembro, Gama remetia as duas das cópias solicitadas por Rio Branco à repartição competente de Buenos Aires”,¹⁰⁹⁵ deixando um terceiro arquivado na própria legação brasileira. Ele atentou para o fato de “as cópias [apócrifas] não terem outra marca de autenticidade além do carimbo da Administração Central dos Correios e Telegraphos”.¹⁰⁹⁶ A situação do governo argentino era, segundo as fontes de Gama, “das mais embaraçadas”.¹⁰⁹⁷ Para ele, havia no ar uma esperança de que “o silencio traga com o esquecimento o único remédio que lhes creou a malícia do Sr. Zeballos”.¹⁰⁹⁸ Quando da sua nova conversa com La Plaza, este tergiversou sobre “coisas extranhas à política apesar das minhas allusões e encaminhamentos”¹⁰⁹⁹ e ainda tentou retirar Domício da cidade: “ainda hontem organizou-me um programma de verão em Mar Del Plata, no Tigre e nas montanhas ‘logo que se vão os políticos’. Era conversa de quem não queria conversa”.¹¹⁰⁰

Para Gama, a serenidade da opinião pública brasileira havia “causado aqui excelente impressão”.¹¹⁰¹ Enquanto os ataques da imprensa ligada a Zeballos voltaram-se à ação de La Plaza, Gama continuava irrequieto com o meio, principalmente por causa da sessão secreta que acontecera no dia 10 de novembro. Ele afirmou a Rio Branco que “políticos que conheço reservam-se penso crise próxima”.¹¹⁰² Para o chanceler brasileiro seria ofensivo se o governo argentino considerasse como autêntico o texto do telegrama publicado,¹¹⁰³ o que Gama tinha certeza que já estava acontecendo.

Voltando a se reunir com La Plaza em busca de resultados, Gama assinalou a nova falta de resultados esperados, já que o chanceler argentino evitava toda e qualquer

¹⁰⁹⁵ Telegrama do barão do Rio Branco para a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1908. AHI, MDB, Ofícios jul dez 1908. 206.2.04.

¹⁰⁹⁶ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 06 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro1908, 206.2.04.

¹⁰⁹⁷ Idem.

¹⁰⁹⁸ Ibidem.

¹⁰⁹⁹ Ibidem.

¹¹⁰⁰ Ibidem.

¹¹⁰¹ Ibidem.

¹¹⁰² Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, Buenos Aires 11 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹⁰³ Idem.

manifestação sobre o apócrifo.¹¹⁰⁴ Gama ajuizava que, para tirar o chanceler argentino do que chamou de reserva deliberada, só mesmo uma ação do próprio Rio Branco, mas não seria algo urgente, “desde que seja publicada verdadeira decifração do numero 9”.¹¹⁰⁵ Três dias depois, Rio Branco publicou uma nota oficial com toda a documentação.¹¹⁰⁶

1º) O falso telegrama que circulou misteriosamente em Buenos Aires como tendo sido expedido pelo ministério das relações exteriores do Brasil; 2º) O mesmo documento falso como tal apareceu no *La Argentina* e no *Diario del Comercio* de 30 de outubro; 3º) A decifração exata dos telegramas cifrados n^{os} 9 e 10 de 17 e 19 de junho de 1908, dirigidos à Legação brasileira no Chile, acompanhados de notas explicativas; 4º) O confronto em duas colunas, do telegrama n^o 9 verdadeiro e do n^o 9 falsificado; 5º) a chave com que foram decifrados os telegramas n^{os} 9 e 10; 6º) o telegrama n^o 9 em cifra como foi cifrado e expedido, e a tradução interlinear de cada grupo de letras, letra por letra, para que se verificasse a inteira autenticidade da decifração.¹¹⁰⁷

Henrique Lisboa, da legação brasileira em Santiago, remeteu a Domício da Gama em 4 de novembro as cópias com os devidos registros da empresa de correio chilena, bem como selos de firmas reconhecidas, garantes de sua autenticidade. O ofício também explicitava que o telegrama “chegou com muitas cifras alteradas na transmissão. Eu a reconstitui ao decifral-o, mas talvez seja conveniente fazer esta declaração, si for pensamento de V.E. dar a decifração afim de que o documento possa ter o valor requerido”.¹¹⁰⁸ Desse modo, à publicação do n^o 9, seguiu-se a publicação das cifras e a comparação entre o verdadeiro telegrama e o apresentado pelos jornais argentinos.

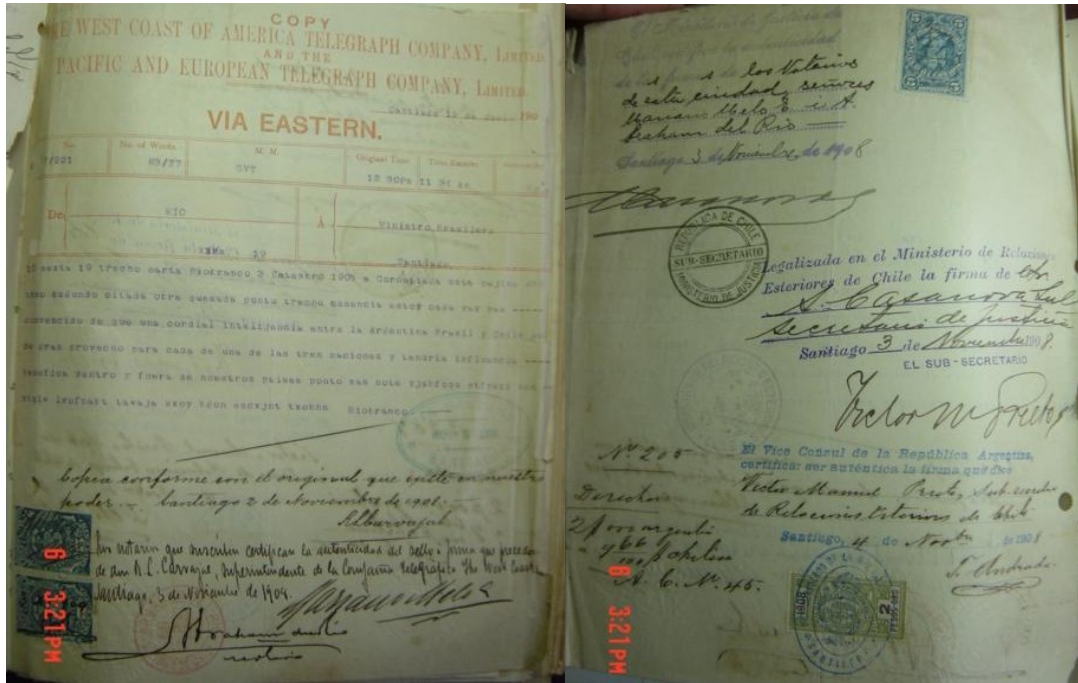
¹¹⁰⁴ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 12 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹⁰⁵ Idem.

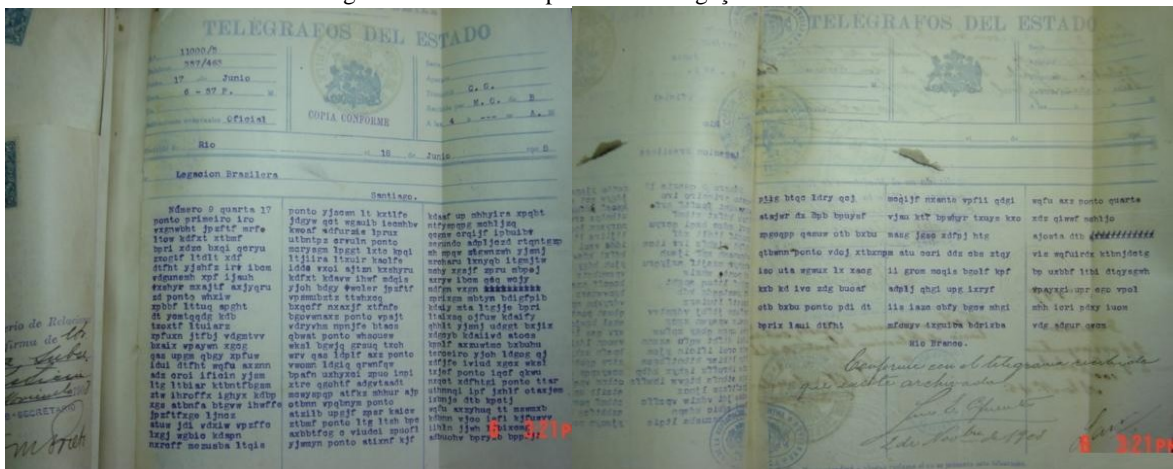
¹¹⁰⁶ Ver anexo H.

¹¹⁰⁷ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**,p. 387.

¹¹⁰⁸ Ofício de Henrique Lisboa ao barão do Rio-Branco, Santiago, 04 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.



Frete e verso do telegrama n° 9 enviado por Lisboa à legação brasileira em Buenos Aires.



Conteúdo do telegrama n° 9 recebido pela Legação brasileira em Buenos Aires.

5.3 – O INCIDENTE GAMA-LA PLAZA NO JOCKEY CLUB DE BUENOS AIRES

O *La Nación Argentina* da manhã e o *El Diário* da tarde aproveitaram-se da publicação do telegrama número 9 apresentada pelo governo brasileiro para atacar o “alarmismo que o governo decididamente encampou”.¹¹⁰⁹ Gama continuava preocupado

¹¹⁰⁹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 17 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

com a situação local, por causa da “cobiça impatriótica dessa gente”,¹¹¹⁰ principalmente porque sob o pretexto de que a campanha brasileira haveria gastado milhões, “muitos dos quais têm de ficar entre as mãos de agentes e promotores da campanha. O Sr. sabe a força do dinheiro, sobretudo em um paiz onde o elemento estrangeiro que domina. Se houvesse opinião nacional e efficaz, a patota conhecida de todos não chegariam a realizar-se. Aqui, a quadrilha no poder levará tudo de vencida”.¹¹¹¹ O mais importante para Domício da Gama era, porém, antes de tudo, manter a fleuma, não dando principalmente atenção para as manifestações patrióticas e para as intrigas do meio:

Não vale a pena occupar-se com a mentira multiforme dos artigos escriptos pelo Zeballos, no *Sarmiento*, *Nacional* e *Razón*, que são diluições da *Prensa*, também redigida por elle. O estylo o trahe. Ha um abandono geral do homem pelos que eram seus amigos desinteressados. Os outros, a começar pelo Governo, não se resolvem a largar para seu espoleta principal, quase único agora.¹¹¹²

O *La Prensa*, persistente em suas críticas ao Brasil, afirmava que a publicação do número 9 não convencia ninguém, enquanto que o *Razón* e o *Sarmiento* buscavam intrigar Rio Branco em relação ao Chile. Já o editorial do *El Diáριο*, sob o título *La pide*, ressaltou que o mais forte argumento em favor dos armamentos brasileiros havia se perdido, enquanto que o *La Nación* não somente ressaltou os boatos de retirada de Plaza da chancelaria, mas como atacou Zeballos. Para Domício da Gama, a impressão demonstrada pelos jornais, exceto os periódicos ligados a Zeballos, era a de cansaço geral do assunto.

Gama continuava a lidar com o meio político, segundo a sua própria estratégia de aparecer o menos possível. No entanto, tal comportamento não significou que ele estivesse isolado politicamente. O seu apoio neste meio advinha de “general Roca, Quirino Costa, Villanueva, Barnejo (Presidente da Corte Suprema), J. Uriburu, Norberto Piñero, os Generais Victorica e Zamundi, Bidau, Drago, Mitre”.¹¹¹³ Zeballos criticava essa aproximação, alegando que esse grupo estaria freqüentando a legação brasileira com o objetivo de fazer intriga contra os armamentos argentinos.

No dia 15 não sahi de casa o dia inteiro e elle disse que andei pelas redacções dos jornais amigos divulgando os papéis “antes de os entregar ao Governo

¹¹¹⁰ Idem.

¹¹¹¹ Ibidem.

¹¹¹² Ibidem.

¹¹¹³ Ibidem.

Argentino”. Devo dizer-lhe que tenho levado tudo maciamente, salvo quando me insinuam qualquer possibilidade de concessão nossa para acalmar os ânimos. Creio que as minhas declarações peremptórias desde o princípio têm produzido o com efeito de contar vellaridades no sentido de accordos de equivalência ou outros desaforos semelhantes. Accentuo a nossa serenidade neste assumpto enquanto são manifestações particulares de um sentimento não partilhado pelo Governo Argentino. Mas ellas ficam entendendo que não seria sempre assim, se os golpes à nossa dignidade nacional partissem de pessoa de consideração. É para que se movam afinal e tomem parte na resistência à campanha perturbadora os que se interessam de veras pela prosperidade nacional.¹¹¹⁴

No dia 18, Gama foi à chancelaria argentina tentar falar com Plaza para entregar instrumento de ratificação do tratado, mas não conseguiu falar com ele. Pessoalmente ele entendia que o melhor seria se Plaza saísse da chancelaria para “ver se outro teria mais iniciativa”.¹¹¹⁵ Prosseguindo com o seu dia, visitou Julio Roca, Norberto Quirno Costa e Cruchaga, confidenciando aos dois primeiros o seu “receio [de que] este governo não veja perigo [em] prosseguir política reservada e ambígua para conosco. Disse lhes suspeito incidente apenas como já é pode ser grave e disse lhes mais creio Zeballos continua inspirando governo”.¹¹¹⁶ A reação dos dois foi de surpresa ante a paciência brasileira com o caso: “Supponho agirão depois disto e do artigo do Jornal publicado Diário esta tarde que se diria eu lera antes. Diplomatas europeus admiram-nos a paciência penso, entretanto, devemos manter esta atitude ate offensa clara e directa. Amanhan telegrapharei ombou,¹¹¹⁷ estou muito cansado”.¹¹¹⁸

A campanha do *La Prensa*, contudo, não parecia ter fim. Na tentativa de defender Zeballos e a presidência, o jornal passou a advogar não somente o direito dos governos de interceptar correspondência suspeita, alegando segurança nacional, mas também a tese de que o telegrama publicado provava intrigas de Rio Branco no Chile.¹¹¹⁹ Este era um ponto-de-vista difícil de ser sustentado, haja vista que não havia justificativa para a violação da correspondência diplomática de um país, ainda mais tratando-se de um país amigo. Entretanto, infere-se que esse debate continuava aceso porque o governo não se

¹¹¹⁴ Ibidem.

¹¹¹⁵ Ibidem.

¹¹¹⁶ Ibidem.

¹¹¹⁷ Em meio à crise os Domício da Gama e Rio Branco voltaram a usar o codinome Ombou para troca de informações mais críticas.

¹¹¹⁸ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 17 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹¹⁹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 19 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

pronunciara, deixando pairar a dúvida sobre a documentação recebida. Domício da Gama tinha desconfianças sobre La Plaza, principalmente por duas razões. O primeiro, era por ter a certeza de que o documento havia sido lido na sessão secreta do senado argentino. A leitura na Câmara seria desnecessária porque ela já estava preparada. Assim sendo, não havia a necessidade de

provas de hostilidade do Brasil pra votar os armamentos ao Senado, sim, é que se buscou mudar o voto contrário aos projetos do Executivo e da Câmara, apresentando-lhe a prova evidente da atitude hostil do Brasil para com a República Argentina. D'esse corpo de Estado veio a divulgação do apocrypho, que logo começou a ser lido, sempre confidencialmente em rodas de políticos nos clubes, no "Progresso", mas precisamente. A divulgação que produzia impressões diferentes, conforme o caracter e a intelligencia de cada um dos ouvintes ou leitores, ia entrando envenenando a atmospheria política, sabido como é que não gozamos de sympathias aqui, e, apesar de grosseiro e embuste, não faltava quem quizesse crer nelle, até a rectificação cabal.¹¹²⁰

A segunda razão para desconfianças era sua afirmação de que não havia sido Zeballos "quem fez circular confidencialmente em Buenos Aires cópias da falsa interpretação do telegramma de V.Ex., nº 9 dirigido em 17 de junho d'este rumo à nossa Legação no Chile",¹¹²¹ deixa a entender que ele apontava para Plaza. O fato de o próprio Plaza continuar a não se pronunciar sobre o caso¹¹²² reforça a possibilidade de Domício da Gama estar com razão. Ciente dessa opinião, Rio Branco aconselhava-o a evitar o chanceler argentino. Gama procurou seguir esse conselho: "Está claro que nada farei escandalosamente, mas penso que devo manifestar frieza nas relações com o mundo official enquanto dure esta situação e mesmo apparecer pouco na sociedade. O trabalho na legação justifica, aliás, a minha esquivança neste momento".¹¹²³ Nesse ínterim, Rio Branco publicou no Diário Oficial brasileiro da documentação do nº 9, enviando a Gama 60 exemplares, os quais ele remeteu a Roca, Emilio Mitre, Luis Maria Drago, Senador Lañez, e outros "amigos nossos na Camara e no Senado, ao presidente e membros da Corte Suprema, e aos chefes das missões diplomáticas aqui acreditados".¹¹²⁴

¹¹²⁰ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 30 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹²¹ Idem.

¹¹²² Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 20 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹²³ Idem.

¹¹²⁴ Ibidem.

A expectativa de Domício da Gama era que o incidente finalmente terminasse. Emilio Mitre havia lhe assegurado que o governo estava disposto a encerrar o incidente “de maneira mais digna e cordial possível para que a situação volte a ser como era há dois anos”.¹¹²⁵ Para Gama, estava claro que a “relutância de Plaza [em] confessar [que] foi enganado explica essa demora prejudicial”.¹¹²⁶ No telegrama do dia seguinte, 22 de novembro, Gama apontou que o artigo do *La Nación* deste dia espelhava o resultado de uma das conversas que ele haveria tido no dia anterior, ao aconselhar um pronunciamento do governo sobre todo o caso do numero 9. A sua perspectiva era a de que Zeballos estivesse desmoralizado e a questão passasse para a resolução entre governos.¹¹²⁷ No entanto, o compasso de espera se prolongava e Plaza ainda abstinha-se de pronunciar-se. Quatro dias depois, Gama continuava pessimista:

Não creio Plaza toque assumpto que tanto tem esquivado. A Argentina não disse tal. Fallou em boas notícias vindas do Rio resposta Plaza pelo mesmo canal que seria [o ministro argentino no Rio de Janeiro] Fernandez. Tudo mentira como vê. Penso não devemos esperar mais e sim promover reclamação tanto mais quanto *Tribuna* desta tarde já o *Jornal do Comércio* e *Diário Popular de São Paulo* em termos de artigos para o Brasil e vocência e República publica hoje segundo artigo aconselhando enviar-se *ultimatum* ao governo brasileiro fim equivalência ou guerra immediata, e em outro artigo annuncia manobras da esquadra comprehendendo 4.000 homens. Acção decidida nossa parte abafará veleidades imprudentes e collocará coisas no seu lugar isto é cada paiz no que lhe cabe na América politicamente.¹¹²⁸

De Buenos Aires, Gama assinalava que os sinais estariam apontando para um pronunciamento governamental, que ele assegurava que seria algo evasivo, porém necessário para o cenário: “Convém não perder ocasião de firmar [as] nossas posições e valor dos respectivos na América”.¹¹²⁹ O *La Nación* de 30 de novembro afirmava que o silêncio dos “promotores da agitação antibrasileira” depois da publicação do texto do

¹¹²⁵ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 23 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹²⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 21 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹²⁷ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 22 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹²⁸ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 27 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹²⁹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 29 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

verdadeiro número 9¹¹³⁰ ocorrera porque o governo argentino havia dado demasiado crédito às afirmações de Zeballos – algo de que a legação e a chancelaria brasileiras já sabiam. Porém, na mesma matéria, duas outras notícias chamam a atenção. A primeira relatava a recusa de audiência a Zeballos pelo presidente, mediante a justificativa de que seria necessário impedir que houvesse má interpretação sobre o ato, mas que poderia confirmar o ponto de vista de Domício da Gama sobre a possível desmoralização de Zeballos.

A segunda notícia do *La Nación* era sobre o caso do telegrama nº 9. Os “documentos relativos ao nº 9 que apresentou o ministro brasileiro dr. Domício da Gama não foram acompanhados de nota, e que não sendo este, desde então, voltado ao ministério, o sr. La Plaza não pode agradecer-lhe a atenção do governo brasileiro explicando o texto do telegrama”.¹¹³¹ Ante as diversas visitas feitas por Gama ao ministro La Plaza, essa desculpa soava mesmo pueril. Adicione-se a esta nota o fato de que, no mesmo dia 30 de novembro, o *Diário del Comercio* afirmava que a intenção do barão do Rio Branco era humilhar o governo argentino, ao solicitar a declaração que “não deu fé ao apócrifo reconhecendo erro”.¹¹³² Para o *Diário*, o governo argentino não interveio na publicação do apócrifo que “não é obra sua nem foi por elle utilizado mesmo se lhe deu crédito para afirmar que não tem obrigação moral de desvirtuá-lo. Só ao Brasil interessa por as cousas no seu lugar e já o fez”.¹¹³³ Percebe-se, então, que os sinais evasivos temidos por Gama estavam encaminhando-se para algo ainda mais disparatado: o governo procurava uma saída que não o levasse a assumir o problema ou mesmo os desdobramentos dele para as relações entre os dois países; ou seja, o governo argentino estava se preparando para liquidar definitivamente o *affair* do número 9.

Domício da Gama chegou a sofrer ataques pessoais em seu tempo de Buenos Aires. Em seu arquivo no IHGB, consta um bilhete, cujo conteúdo é "*Mulatillo! Te acompaño un articulo des diario des Presidente de la República, por el que verás el éxito q. obtiene tu diplomacia y propaganda. Pronto tendrás que pedir tu carta de retiro, ate*

¹¹³⁰ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco, 30 de novembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro1908 - junho1909, 208.1.08.

¹¹³¹ Idem.

¹¹³² Ibidem.

¹¹³³ Ibidem.

ladhrán! ¡Ojo! - Café com banana - DIC 1º/008".¹¹³⁴ Quicá este bilhete, que ele guardou em seus documentos pessoais, juntamente com a busca de uma saída silenciosa do caso pelo governo argentino, haja em parte esquentado o seu sangue frio, assinalado por Thiebaut, ou apenas liberado o seu lado "facilmente esquentado".¹¹³⁵ Na longa carta do dia 4 de dezembro de 1908, Domício da Gama estava, de fato, irritado. Até aconselhamento a respeito da movimentação interna de pessoal do Itamaraty¹¹³⁶ ele fez e, em alguns momentos, ele chegou a usar palavras que não eram condizentes com a posição de um ministro falando a seu chanceler.

a demora foi devida à lerdeza do Cunha, que já nem para transmittir despachos serve. Deixe dizer-lhe mais uma vez a urgência que há em mandar para Montevideo um ministro que seja capaz de actividade e zelo intelligente. Torno a recommendar-lhe o H. Lisboa, por interesse do serviço e d'elle pessoal. O Sr. ganharia um bom auxiliar e tiraria o Gomes Ferreira do Rio, onde não pode senão prestar-se a murmurações a sua demora. Perdoe-me se pareço intrusonar-me na sua administração: é suggestão de quem se interessa pelo serviço e se julga de casa. O Enéas também deve partir já, poisque ahi veim o Velarde.¹¹³⁷

A falta de um pedido formal de explicações do governo argentino e a certeza de que os argentinos não procederiam deste modo ainda o levava a considerar que a semana seguinte à publicação do telegrama número nove havia sido o momento mais propício "para assentarmos as nossas relações no pé em que devem ficar: cordiais se mais de convém isso; tensas, se o preferem, ou mesmo interrompidas. Asseguro-lhe que o prejuízo para nós seria menor que para eles".¹¹³⁸ No entanto, não acreditava na real possibilidade de uma guerra.

Quanto à possibilidade de uma guerra, seria preciso mais que o sr. também se viciasse do nosso pessimismo nacional, para acreditar nela. E, de qualquer maneira, assim como um indivíduo deve manter a sua integridade ainda mesmo servindo-se da força, uma nação não deve recuar diante da necessidade de uma guerra, para manter o seu prestígio dentro e fora. Isto, porém, tratando deste caso, é puramente teórico.¹¹³⁹

¹¹³⁴ Bilhete insultuoso a Domício da Gama, embaixador brasileiro em Buenos Aires, 1908. IHGB, CDG, Lata 646 Pasta 2.

¹¹³⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹³⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 04 de dezembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹³⁷ Idem.

¹¹³⁸ Ibidem.

¹¹³⁹ Ibidem.

Ainda que descartasse a possibilidade de confronto armado, defendia a necessidade de rearmamento, não somente porque o Brasil estava desarmado, mas também porque não era conveniente que o país afrouxasse ou precipitasse a sua política, que ele entendia impressionar aos sul-americanos.

É o *sprit de suite*, que eles não têm, o que os faz pensar em programa imperialista nosso, que seria na América uma espécie de testamento de Pedro, o Grande da Rússia, uma política invasoras e absorvente. Melhor Assim! Pudesse esse receio mútuo instruir homens políticos entre nós, gente que ele continuasse o programa não intervir, inspirar respeito, atual pela presença unicamente, mas constantemente!¹¹⁴⁰

A saída para a crise política estaria em Plaza dizer “a palavra cordial”,¹¹⁴¹ porém, após uma conversa com o general Victorica, Gama percebeu a razão da mudez de Plaza: “ele não quer fallar, porque espera ser indicado p^a a Presidência por Alcorta. Já o general Roca me dissera o mesmo. Eu penso, porém, que julga que com o silêncio enterra o incidente e descobriu a fórmula de agradecimento como uma invenção genial de diplomata sagaz”.¹¹⁴² Gama recusava essa saída, por ser insuficiente para todos os envolvidos no caso, e isso foi dito diretamente a Plaza, depois do jantar no Jockey Club oferecido pelo ministro norte-americano Spencer Eddy. Ele seguiu a frieza nas relações com o mundo oficial¹¹⁴³ conforme informara a Rio Branco dias antes. A tradução oficial desse comportamento fora uma terceira falta às audiências de quinta-feira no Ministério das Relações Exteriores. Durante o jantar, sentado ao lado do introdutor de ministros da chancelaria argentina, ele escutou:

várias insinuações que fingi não perceber, que Plaza deseja fallar-me para me agradecer a comunicação dos papéis sobre o 9. Declarei a De Marci que não voltei ao Ministério por sentir que o assumpto do n^o 9 é desagradável ao Dr. Plaza, sendo essa, no entanto, o único que me interessa e do qual teria que lhe fallar e que, aliás, não me ausentei da cidade. Depois do jantar, que era no Jockey Club, plaza achegou-se a mim e estranhou amavelmente a minha falta nas quintas feiras. Respondi-lhe que era por não molestal-o e elle então, sério, disse-me que eu estava sendo *unfriendly* para com elle (fallávamos inglez nos primeiros momentos), mostrando-me desconfiado. O ministro americano convidou-nos a passar ao [...] e alli, sentados, discorremos os dois longamente durante quase uma hora sobre o assumpto desagradável. Não consegui d' elle

¹¹⁴⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. **Op. Cit.**

¹¹⁴¹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 04 de dezembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹⁴² Idem.

¹¹⁴³ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 20 de novembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

autorização para telegraphar a meu governo outra causa além dos agradecimentos do Argentino pela deferência que teve para com elle communicando-lhe os papéis sobre o assumpto. Perguntei-lhe se não podia ajuntar que nunca soffreram alteração os sentimentos de cordial amizade entre os dois paízes e elle me perguntou onde vi eu que tivesse havido mudança. Respondi-lhe que a voz publica o affirmara e a sua observação de que estamos dando demasiado importância à ninguém repliquei que vivemos sob o regimen da opinião pública e que em política convém não cingir-se a genten que é mas também cuidar do que parece ser. Apesar da minha insistência sobre o bem que fasia uma declaração mais completa, menos reservada do que o simples agradecimento, não autorizou a fazer suas as minhas palavras e manteve-se no simples agradecimento. Declarei-lhe então que isso não telegrapharia, que era insufficiente, e levantamo-nos sem chegar ao accordo. Muitas pessoas puderam ouvir a conversação em voz alta, levantando eu muito a voz várias vezes. Espero que no dia da troca de ratificações, no dia 7 talvez, tenha havido alguma modificação nelle.¹¹⁴⁴

O encontro foi mais duro do que essa carta deixa entrever. No telegrama de 5 de dezembro, Domício da Gama usou a frase “depois de uma hora acalorada discussão”¹¹⁴⁵ para explicar o que o deixara tão irritado em público, fato inédito em toda a sua vida diplomática. “Transmitir meu governo simples agradecimentos do seu pela comunicação dos papéis sobre assumpto”.¹¹⁴⁶ Os dois encontrar-se-iam no dia seguinte para a troca de ratificações dos tratados de arbitramento. E Domício da Gama advertira a Rio Branco que se La Plaza “se mostrar disposto a sahir da sua reserva ambígua pedirei que telegraphe a Fernandez¹¹⁴⁷ por não ter eu instruções tratar incidente”.¹¹⁴⁸ O encontro subsequente ocorreu, de acordo com Domício, de modo tranqüilo: “Trocamos ratificações conversamos uma hora amigavelmente sem fallar n^o 9. Pediu-me não tornar esquecer caminho do ministério e prometti voltar quinta. Continuum dizer-me só depende de Plaza palavra cordial annunciada. Faz-me pena situação delle”.¹¹⁴⁹ Os jornais noticiaram que, após esse encontro, Plaza declarou que o incidente do n^o 9 estava completamente terminado. Gama, no entanto, discordava, pois nada havia sido comunicado. Ele asseverou a Rio Branco que

¹¹⁴⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 04 de dezembro de 1908. **Op. Cit.**

¹¹⁴⁵ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 05 de dezembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹⁴⁶ Idem.

¹¹⁴⁷ Julio Fernandez, ministro argentino no Rio de Janeiro.

¹¹⁴⁸ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 05 de dezembro de 1908. **Op.**

Cit.

¹¹⁴⁹ Idem.

“não fomos informados desse termino. Convém não afrouxar, pois presidente bem disposto e momento político favorável”.¹¹⁵⁰

Os jornais argentinos – *La Prensa, Pueblo, La Nación, El País, Diario de Comercio* – de 12 e 13 de dezembro apresentaram, de modo quase uniforme, a falta de comentário sobre comunicação por parte do ministério. Somente o *Argentina* declarou que o ministério havia feito comunicação sobre o apócrifo. Gama asseverou a Rio Branco: “Mantenho meu juízo sobre conveniência não aceitar solução incidente sem declaração formal cordialidade inalterada deste lado, fazendo sentir podemos pedir mais. Preferível tensão a relaxação internacional”.¹¹⁵¹ Domício da Gama estava indignado com todo o caso e, principalmente, com o jeito como La Plaza estava evitando a situação. No mesmo dia, ainda reiterou a Rio Branco:

Se Vocencia receia que eu nao tenha bastante calma para tratar assumpto telegrama precedente pode fazel-o ainda melhor ahí mostrando-se, porém francamente aggravado por essa tenção revelada de negociar sob as armas. Conviria imprensa accentuasse procedimento infantil e malcreado indigno de Governo tratando com outro sério e respeitável. O *Diário* publicou artigos do *Jornal e Paiz* excellentes. Gama.¹¹⁵²

Concomitante a este momento, Rio Branco punha Nabuco a par da gravidade da situação pedindo a este que conversasse com Elihu Root: “Preparei-me para o pior, para o caso de termos de retirar a nossa legação daí, manifestando-nos queixosos das manifestações inamistosas que temos recebido”.¹¹⁵³ A resposta recebida por Rio Branco foi: “*I beg you say Baron Rio Branco Government U.S. sincerely hopes there will be no occasion for withdrawal of Brazilian representation from Argentina, but Itamaraty deplorable event should occur U.S. would consider on honor perform office friendship in directing its representative to take charge of Brazilian archives and Brazilian interests in Argentina.*”¹¹⁵⁴ Desse modo, ele instruiu Domício da Gama a “estreitar relações com o ministro norte-americano [Spencer Eddy] e ganhar sua confiança para que ele não se deixe

¹¹⁵⁰ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 06 de dezembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹⁵¹ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 13 de dezembro de 1908. AHI, MDB. Lima. Ofícios. Julho-dezembro 1908, 206.2.04.

¹¹⁵² Idem.

¹¹⁵³ Carta do barão do Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro 15 de dezembro de 1908. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁵⁴ Idem.

influenciar pela atmosfera de ódio e prevenções contra o Brasil em que vive. Devo informá-lo de que dias antes Root se oferecera a Nabuco para tratar da equivalência naval... Não se exalte nunca aí. Afete a maior calma. Isso não fica mal a ninguém”.¹¹⁵⁵ Nesse pedido, estava inerente a preocupação com a possibilidade de que esse ato fosse visto como o ministro brasileiro haver cedido às provocações e dado razão para os contra-ataques.

Na sua longa carta a Rio Branco de 22 de dezembro, Gama garantiu que nunca havia se exaltado na Argentina, o que de fato era procedente, além de que o incidente no Jockey Club fora intencional, “para que os assistentes (era o que se interessavam também pela nossa conversação) soubessem que havia desacordo entre mim e o Plaza eu pudesse depois dizer-lhes, sem indiscrição, em que consistia o desacordo (recusa de receber e transmitir os agradecimentos como maneira de encerrar o incidente etc)”.¹¹⁵⁶ Ainda analisou essa ação, como tendo retornado bons resultados, já que ela havia apenas acentuado “a gravidade que eu atribuía os incidentes e que a ele, o culpado, convinha atenuar”.¹¹⁵⁷ Domício da Gama defendia que, às vezes, falar alto e claro trazia bons resultados principalmente com

esta gente simplista e pouco diplomática do que insinuar-lhe conveniências. Eles não compreendem o não querem compreender simples insinuações. Ao “*suaviter in modo*” eles ligam sempre a idéia de “suaviter in re”. Está muito em começo, e nós não podemos refazer-lhes a educação política, que é de caráter pessoal e de raça e de meio, tão diferente dos nossos. A nossa prudência sempre será para eles. (p^a os desta geração, ao menos) receio deles ou motivo de receio p^a eles. Note que não são maus; se se trata com cada um individualmente, nós somos piores, mas antipáticos, personalistas e desdenhosos. Porém são impulsivos, crêem que fácil o que desejam, mudam de opinião e de resolução rapidamente, são perigosos como crianças com poder e liberdade para abusar dele. Assim os devemos tratar, gritando quando é preciso de uma abaixando tom quando se admiram de se haver “extra limitado”. Mas não temamos que seus destemperos nos leve a um rompimento. Há aqui interesses conservadores indiferentes a tudo o que lhes parece simples jogo político ou divertimento de ambiciosos e exibicionistas, porém que se levantarão para reprimir qualquer tentativa ou ameaça de prejuízo para a vida material da nação.¹¹⁵⁸

¹¹⁵⁵ Ibidem.

¹¹⁵⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁵⁷ Idem.

¹¹⁵⁸ Ibidem.

O incidente Gama-La Plaza pode ser visto como um último resquício do *sforzando* seguido de um *diminuendo* que durante permaneceu durante todo o ano de 1909. Durante os demais dois anos de Domício da Gama na Argentina não mais houve outro *sforzando* ou mesmo um *crescendo*. Desse modo, ao se averiguar o que foi, de fato, o ano de 1908, percebe-se, em primeiro lugar, que foi um ano especialmente atípico nas relações entre Brasil e Argentina, em especial por causa das respectivas reações ao sistema do bombo. Desse modo, historicizar o ano de 1908 esclareceu que as ações em torno do telegrama número 9 foram conseqüências diretas do sistema do bombo. Essa série sintomática de ações de 1908 nas relações entre os dois países expôs fragilidades de suas relações bilaterais, bem como a os atos da política interna que inferiram diretamente na política externa, devido às relações inter-pessoais.

5.3.1 – EM BUSCA DO DIMINUENDO: A DIPLOMACIA DA FRANQUEZA VERSUS A DIPLOMACIA DA DESCONFIANÇA

Victorino de La Plaza ofereceu dois almoços a delegados brasileiros e uruguaios a caminho do Congresso científico em Santiago. Gama optou por comparecer apenas a um deles, alegando oficialmente questões de saúde,¹¹⁵⁹ mas pessoalmente foi por considerar o ato como “manifestação de cordialidade que não existe”.¹¹⁶⁰ O chileno Miguel Cruchaga, tentando agradar a Domício da Gama, propôs que os brasileiros permanecessem por mais dois dias em Buenos Aires, para que ele pudesse convidá-los, bem como a Gama, para uma manifestação da amizade chilena brasileira. Gama recusou a proposta. O chileno então se ofereceu para dizer a La Plaza o que convinha fazer, “direta ou indiretamente”,¹¹⁶¹ oferta esta que foi aceita por Domício. No dia seguinte, um domingo, Domício da Gama recebeu a visita de Victorino de La Plaza. No encontro, a conversa desenrolada foi da seguinte forma:

Uma conversação mundana de mais de 1h declarou-me que supunha terminado o caso do ‘nº 9’ Respondi-lhe que de nada sabia de que ele observou que o senhor talvez estivesse muito ocupado. Disse-lhe que me alegrava com a notícia que ele

¹¹⁵⁹ Carta de Domício da Gama a Victoriano de La Plaza, Buenos Aires, 19 de dezembro de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 13.

¹¹⁶⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁶¹ Idem.

me dava e perguntei lhe então, a título de conversa, o que era isso de equivalência naval. Respondeu-me que eram histórias de jornais. Observei-lhe que no Brasil estavam muito zangados

— “Asi lo veo”, disse, “y sin motivo”.

— Como? Sem motivo? E as declarações no senado argentino de que o governo precisava da lei de armamentos para propor a equivalência ao Brasil? (eu poderia também perguntar-lhe pela sua impaciência, manifestada dias antes ao Ramirez, pela demora do senado, que o impedia de propor a equivalência ao Brasil, mas reservei isso para melhor ocasião se for preciso).

— Eu não estava lá. Só soube da sessão às 10h da noite, quando me vieram dizer que lá me tinham posto de “*aro y azul*” (maltratado).

— Foi o senador Delfino, amigo do governo, quem as afirmou essa coisa grave!

— Não estava autorizado para isso.

— Pois eu acreditei que estava, não vendo o seu discurso, com tais declarações, publicado na folha do governo. E depois os pequenos jornais, que *Ud.* não gosta que eu leia leu a falavam todos em mediação e estrangeira para esse fim...

— Se a lei apenas acaba de ser votada, disse ele.

— Ah! Mas não se trata do momento e sim da coisa em si. Nós não admitimos, agora nem nunca, proposições nesse sentido. Cada um de nós pode estar armado sem perigo para o outro. Pedir que se desarme o outro é uma suspeita ofensiva.

— De acordo (Claro!).

— Então não há projetos nem negociações sobre isto?

— Não há.

— Posso telegrafar dizendo que o governo argentino não tenciona propor ao do Brasil a equivalência naval?

— Pode.¹¹⁶²

Desse modo, a possibilidade de uma *détente* voltou a ser percebida no volátil cenário. Confirmando essa chance, ressalta-se a carta de 30 de dezembro de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Nela, Gama comenta e analisa um longo diálogo tido com Benito Villanueva¹¹⁶³ e seus possíveis desdobramentos. O encontro ocorreu em um jantar no penúltimo dia do ano de 1908, quando o político mendozino deixou seus hóspedes em

¹¹⁶² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁶³ Deputado entre 1890/1894, 1894/98, 1900/04; presidente da câmara dos deputados, senador e presidente do senado entre 1911/21.

casa, levando-o para conversar no parque Palermo. Ali, Gama não ouviu somente elogios sobre a serenidade na condução do caso do telegrama número nove e no plano “esboçado equivalência naval”,¹¹⁶⁴ mas como uma tentativa de clarificar o funcionamento da política interna argentina. De acordo com Villanueva, o quadro girava em torno de três fatores: “a completa ignorância do presidente em matéria de política internacional e que a ambição do velho Plaza de ser indicado para a presidência da república serviram, junto com Zeballos, para criar um alarmismo, que nunca foi sincero nem nacional e que já agora não tem mais razão de ser”.¹¹⁶⁵

Todavia, Gama estava desconfiado, por duas razões. A primeira, pelo fato de que, apesar de Villanueva haver garantido que havia sido amigo de Zeballos, mas que não mais o era, levando Gama a se perguntar, “até quando?”.¹¹⁶⁶ Para o brasileiro, Zeballos ainda não estava “morto”¹¹⁶⁷ e, além do mais, principalmente porque, em conversa com o general Victorica, este havia ressaltado que ainda se pensava em dar a “Zeballos um posto no estrangeiro para se livrarem dele depois dos desastros com o Brasil”.¹¹⁶⁸ A segunda razão era relativa à real intenção do mendozino. Para Gama, o argentino que tinha o que ele chamou de todos os predicados “superfícies e vinculações políticas, prática administrativa, tato e gosto mundano, viagem, conhecimento de línguas etc. [...] Força política, é muito rico e sabe mover os outros por todos os meios de persuasão aqui usados”.¹¹⁶⁹ O propósito de Villanueva era:

entrar em combinação com Roca e Figueroa para elegerem a Quirino Costa ou Mitre ou Bernejo, sendo ele o vice presidente (um vice com muita influência e atuação real, está claro). Resumindo, ele sente-se árbitro da situação da situação, dispondo de 60 votos presidenciais na capital e na província de B. Aires e 28 na de San Juan. Roca terá uns cem votos e Figueroa não mais de cento e vinte. O total dos votos é 300.¹¹⁷⁰

A preocupação de Villanueva em dar atenção a Gama, em lugar de seus hóspedes, no entanto, ao ponto de levá-lo para uma conversa em separado, resultou em enviar um

¹¹⁶⁴ Carta de Domicio da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 30 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁶⁵ Idem.

¹¹⁶⁶ Ibidem.

¹¹⁶⁷ Ibidem.

¹¹⁶⁸ Ibidem.

¹¹⁶⁹ Ibidem.

¹¹⁷⁰ Ibidem.

recado ao Brasil sobre o futuro. “Se dirigiu a mim para expandir-se em projetos, quase programa políticos, o sr. conjecturará, mais experto do que eu”.¹¹⁷¹ O tom confidente, “como quem fala a um amigo”, a atenção dispensada através de visitas e convites levou Gama a considerar que “o seu advento ao governo com Mitre, Quirino Costa ou Bernejo seria de proveito para nós”.¹¹⁷² Ele considerava que os próximos governos argentinos iriam trabalhar em busca de aproximação.

Este mesmo, que vai ser substituído dentro de dezoito meses, apenas utilizou a parlapática odienta do Zeballos para o fim do negócio dos armamentos. O Villanueva me fez notar que nem no governo eu encontrarei pessoas ocupadas com política exterior: o argentino que se ocupa da política cuida dos seus interesses locais e internos; nunca pensa no exterior: o argentino que se ocupa da política dos seus interesses locais e internos; nunca pensa no exterior senão com noções avulsas que lhes fornecem os especialistas e é por isso que tem sucesso os charlatães como Zeballos, falando a profanos sobre coisas ignoradas. Mas, removida a causa do aparente e superficial mal entendido, os interesses todos os materiais e morais da nação impõem a harmonia, a inteligência com o Brasil como uma necessidade nacional. Se eles carecem mais de nós que nós deles! Se, um futuro não mui longínquo, a nossa vizinhança contígua lhes permeará as populações de leste com o elemento brasileiro, mais forte porque ouvindo dos colonos do Paraná e Santa Catharina e Rio Grande, e assinado de outro nacionalismo! Sem falar na tal "ação de presença", no prestígio da nossa massa organizada na América...¹¹⁷³

Quatro meses depois da conversa com Benito Villanueva, entretanto, o quadro por ele previsto não se concretizara. Segundo relato de Domício:

Gorostiaga estava sumido há tempos, enquanto que “o Mitre está em mar del Plata desde dezembro. E o Quirino Costa acaba de perder um filho, que se suicidou. O B. Villanueva sempre amável, quase íntimo, meio desanimado da política. O Roca ausente. O velho general Victorica é que me procura quando o não vou ver. Também o Bernejo (presidente da Corte suprema, um dos presidenciais) que é um dos árbitros Peru- bolivianos. O Larreta em mar del Plata. Zeballos.”¹¹⁷⁴

Ressalta-se ainda como, em tons de *diminuendo*, outra consequência das ações de Zeballos, quando à frente do Ministério das Relações Exteriores: o estabelecimento do pacto entre o Brasil, Chile e a Argentina. O próprio Rio Branco asseverou a Domício da Gama que Zeballos havia recebido mal a ata de 20 de outubro de 1907, que continha a

¹¹⁷¹ Ibidem.

¹¹⁷² Ibidem.

¹¹⁷³ Ibidem.

¹¹⁷⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Buenos Aires, 02 de abril de 1909. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

proposta do Pacto, pelo fato de nele estar o Brasil. Essa certeza advinha de informações conseguidas por Henrique Lisboa no Chile.

Tendo o Sr. Pereira (Ismael Pereira, encarregado de negócios interino no Chile em Buenos Aires) vindo passar alguns dias em Santiago, deu-lhe aqui o Sr. Puga instruções para fazer sentir verbalmente ao Sr. Zeballos a inconveniência dessa grande demora na resolução do Governo argentino com relação à Acta por elle e o Sr. Anadon assignada em 20 de outubro. Escreve agora o Sr. Pereira que, ao dar cumprimento a essa incumbência, respondeu-lhe o Sr. Zeballos que essa acta nenhum valor tinha por não estar autorizado o Sr. Anadon a assignal-a e que ella só poderia ser aceita pelo Governo Argentino se o Chile annuisse a supprimir nella o nome do Brasil e a substituir a phrase Três Altas Partes Contractantes por Duas Altas Partes Contractantes. Observou-lhe então o Sr. Pereira que o Chile só aceitava essa negociação com a condição de que a alliança fosse entre as três repúblicas e que nunca poderia proceder de modo a contrariar ou desgostar o Brasil com quem estava ligado por uma tão antiga e fiel amizade. Isso declarava sem prejuízo do desejo do Governo Chileno de estreitar os laços de sua cordialidade com a Argentina. A isso retorqui o Sr. Zeballos que, sendo assim, a Argentina lhe não importava; que saberia viver isolada e trataria de aumentar seus armamentos.¹¹⁷⁵

Com isso, o caso do telegrama número nove pode ainda ser visto como uma variável no atraso no estabelecimento do Pacto ABC. Rio Branco insistira repetidas vezes para com seus emissários que a dianteira do Pacto deveria advir do Chile, alegando para tal que, depois da campanha do número 9, não ficaria bem ao Brasil retomar a dianteira do Pacto. Por que ele optou por esta saída, se estava trabalhando na efetivação desse pacto desde 1905? A primeira razão está atrelada diretamente ao telegrama nove. Segundo Rio-Branco, “durante essa inqualificável campanha, e depois de terminada, não recebemos do governo argentino nenhuma demonstração pública de amizade nem prova alguma de que condemnava os meios empregados pelos falsários nossos calumniadores”.¹¹⁷⁶ Mesmo assim, Rio Branco defendera a necessidade de realização do Pacto, tanto pelo equilíbrio regional ou para evitar que outro sistema do bombo fosse acionado, como pelo Chile; ou melhor, para “ser agradável ao governo chileno, e apesar de me parecer prematuro tratar agora da realização de um acordo político que o actual governo argentino parecia não desejar com o Brasil eu ia formular, sobre as bases apresentadas, o projecto que promettera à nossa legação no Chile”.¹¹⁷⁷

¹¹⁷⁵ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1909. AHI, Despachos Buenos Aires 1907-1908, 207.4.10.

¹¹⁷⁶ Idem.

¹¹⁷⁷ Ibidem.

Zeballos havia afirmado que “*el factor chileno tenía importancia decisiva*”¹¹⁷⁸ para o Brasil. Levando-se em consideração os esforços de Rio Branco pela dianteira chilena após a questão do número nove, Zeballos tinha razão. Em fevereiro de 1909, a proposta chilena tendia pela *entente cordiale* inicialmente proposta pelo Brasil e, por essa razão, quando, um mês depois, a Argentina propôs a assinatura do pacto sem o Brasil, o Chile recusou.¹¹⁷⁹ Para Rio-Branco, isso se deveu porque Figueroa Alcorta, que, em carta, havia garantido ao presidente chileno Montt que discordava da posição de Zeballos, havia mudado de idéia: “Se for certo que o Sr. La Plaza pretendeu eliminar o Brasil, será preciso concluir que o Presidente Figueroa mudou de pensamento e está agora de pleno acordo com o Sr. Zeballos na política de separar o Chile do Brasil”.¹¹⁸⁰ Em Buenos Aires, Domício da Gama alertou o ministro chileno de que, para o Brasil, *entente cordiale* nada tinha a ver com tratado de aliança, principalmente pela circunstância do telegrama numero nove.

vossa excelência sabe que nós não recebemos do governo argentino nenhuma demonstração ostensiva de reconhecimento de nossa lealdade e cordialidade em tudo o que se relaciona com o odioso incidente do falso telegramma ‘nº 9’ fossem quaes fossem os embaraços que elles encontraram para fazel-a nos que a ella tínhamos direito não fomos informados d’essas razões inhibitoriais e, se não prosseguíssemos, tampouco demos por encerrado o incidente. Nenhum facto ulterior veiu melhorar, distender esta situação penosa e tensa em que nos achamos. Bem ao contrário, como argumento supremo e decisivo contra a resistência que fazia o Senado Argentino à lei dos armamentos, o Governo lançou pela mão de um de seus bons amigos naquella proposição inconsiderada de que necessitava d’essa lei para poder negociar com o Brasil um accordo de equivalencia naval. É somente deante das manifestações, indignadas entre nós, escandalizadas aqui, que provocou o offensivo asserto, foi que o Ministro Plaza me declarou que não havia da sua parte tal propósito. Os homens não mudaram nem os seus sentimentos para connosco: como iríamos pois entrar em uma *entente cordiale*, que não poderia ser senão hypocrita, dadas as actuaes circunstancias. Occasionaes serão os impedimentos para um accordo internacional d’esta natureza de ação harmônica e convergente, necessitando, mais do que as alianças por interesses communs definidos, amizade sincera e confiança entre as partes.¹¹⁸¹

¹¹⁷⁸ ZEBALLOS, Estanislao. **Op. Cit.**, p. 266.

¹¹⁷⁹ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1909. AHI, Despachos Buenos Aires 1911-1914, MDB, 207.4.11.

¹¹⁸⁰ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 08 de março de 1909. AHI, Despachos, Buenos Aires, 1911-1914, 207.4.11.

¹¹⁸¹ Carta de Domício da Gama ao ministro chileno. Buenos Aires, 01 de março de 1909. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 15.

O fundamental era então saber como o pensava o atual governo argentino. Rio Branco entendia que era de “decidida hostilidade ao Brasil como no tempo de Zeballos”.¹¹⁸² Se realmente o governo argentino havia mudado de idéia, até quando o governo chileno manteria a sua postura? Com a questão de Tacna e Arica ainda em aberto, neutralizar a ação argentina era mais que somente uma questão política, mas de equilíbrio regional. Rio Branco afirmava que, nesse cenário, preferiria que a Argentina se conservasse “neutra e não procure embaraçar-nos na questão do território do Acre, nem ao Chile na de Tacna e Arica”.¹¹⁸³

Desse modo, para estar absolutamente inteirado do assunto, Rio Branco lançou mão do trabalho de um informante, de codinome Alex de Wind. Tratando diretamente com Wind, Rio Branco autorizou a Gama que fizesse “sobre Londres, o saque das £600 solicitadas, declarando que se trata de despesa reservada”.¹¹⁸⁴ O cuidado com a real identidade de Wind foi tal que Rio Branco garantiu que riscaria as referências a ele nas cópias dos despachos. O próprio Rio Branco aventava que “esse Wind deve ter algum sócio junto ao ministro Plaza ou no ministério ahi, e parece conhecer também algum auxiliar na Legação do Chile”.¹¹⁸⁵ Domício da Gama, porém, considerava Alex de Wind “perigoso e massador. Há dias não me deixa a porta. Fi-lo receber ontem pelo Ipanema, que lhe disse que eu não quero servir de intermediário para as suas informações. Vinha aceitar as £600 que desdenhosamente recusara há dias”.¹¹⁸⁶ E seu desgosto com a possibilidade de tratar com Wind era tão grande que pediu a Rio Branco:

não m’envolva mais nisto. Uma mulher que conheço em Bruxelas pôs-me em guarda contra esse Wind, que aqui se dá por negociante, sem loja, e vive em um hotel: “*Ils sont toute une bande et ils ne doivent rien faire de bon*”, disse-me ela. Por último disse-me que Wind me contara que lhe fazia um presente logo que concluísse um negócio diplomático que tinha comigo. “*Le ministre m’offert très peu, mais l’affaire est em bonne voie. I’y gagnerai vingt mille francs.*” A mulher, sem indagar mas, me preveniu contra os perigos de uma cilada do governo ou de

¹¹⁸² Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 08 de março de 1909. AHI, Despachos, Buenos Aires 1911-1914, 207.4.11.

¹¹⁸³ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1909. AHI, Despachos, Buenos Aires, 1907-1908, 207.4.10.

¹¹⁸⁴ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 08 de março de 1909. AHI, Despachos, Buenos Aires, 1911-1914, 207.4.11.

¹¹⁸⁵ Despacho do barão do Rio Branco à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 09 de março de 1909. AHI, Despachos, Buenos Aires, 1911-1914, 207.4.11.

¹¹⁸⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Buenos Aires, 02 de abril de 1909. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedita e Recebida.

chantagem do judeu, de quem ficaríamos escravos para que não nos vendesse. O que não impediria que nos vendesse. Imagine o gosto do Zeballos.¹¹⁸⁷

Esse tom indicava também uma constatação de peso quanto ao próprio comportamento de Domício da Gama. Prestes a fazer vinte e um anos de amizade com Rio Branco, “quando éramos ambos magros e de bigode bem preto”,¹¹⁸⁸ o processo argentino o havia mudado. Em uma carta incompleta de seu arquivo, ele havia assinalado que “não lhe digo que acabo por tomar isto a sério? Saiba que me bateu o coração, em certos dias, como não bateria pelo resultado de nenhuma partida em que empenhasse dinheiro. A esperança, a segurança de ganhar, com a alegria de ter acertado e o orgulho de me reconhecerem inteligência e carácter, isto é, força, não é d’isto que se faz a ambição? Sem o pensar, achei-me ministro deveras e plenipotenciário”.¹¹⁸⁹ A necessidade de ação não somente o havia deixado atento ao caso, mas também retirado de cena o Domício em dúvida sobre o que deveria fazer na sua carreira. Ele finalmente parecia haver se dado conta de que poderia desenvolver um trabalho junto a Rio Branco e não sob Rio Branco. A criatura, neste momento, havia saído de sob a sombra do criador, e assumira sua força em direção ao estrategista que defenderia o *Self Made Nation* como um caminho fundamental para o Brasil. Suas opiniões foram se fortalecendo. Afiado com todo o processo, inferia opiniões e conselhos a Rio Branco sobre o processo regional. Para ele, ante o interesse do presidente chileno Montt sobre a abertura de caminho para os tratados de comércio, “ideal a seu ver seria a cordilheira livre”,¹¹⁹⁰ o Brasil deveria se precaver. Ele disse como Rio Branco teria que agir:

Será bom que o senhor escreva ao Gomes Ferreira, o que aproveitará também ao Galvão. Dos dois espero muito como ação pessoal, sobretudo do Galvão cuja situação de secretário e dará mais facilidade para a informação como para a propaganda discreta. Aqui conversamos bastante e penso que estamos de acordo sobre a nossa ação política lá e aqui. O Lisboa aí vem e parece pesaroso de não ter completado a sua obra no Pacífico. Pessoalmente considero isso como um bem, o sr o sabe. Além de que qualquer aliança, pacto ou acordo tem sempre o inconveniente da prisão e obrigações restritivas da vossa ação individual, nós

¹¹⁸⁷ Idem.

¹¹⁸⁸ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Buenos Aires, 13 de abril de 1909. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁸⁹ Carta de Domício da Gama a [senhora] Buenos Aires, 28 de março de 1909. IHGB, CDG, Lata 645, pasta 18.

¹¹⁹⁰ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco. Buenos Aires, 02 de abril de 1909. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

não estamos educados para alianças na América, nem estas são necessárias senão para um fim indeterminado. O resto é sentimentalismo.¹¹⁹¹

Segundo Duroselle, a política interna não se separa da política externa, e esta, em especial, reflete seus efeitos. Desse modo, o ano de 1908 retornou três diferentes tons no relacionamento bilateral: *crescendo*, *sforzando* e *diminuendo*. No Brasil, a falta de um plano em comum que conjugasse a visão da política interna e a da externa pode ser visto como consequência direta do sistema do bombo. Na Argentina, a busca por uma definição interna sobre seus grupos políticos, seguidos por acontecimentos inesperados, como a morte do presidente Quintana, levou ao poder Figueroa Alcorta, que abriu espaço para Estanislao Zeballos que, de fato, não tomou decisão alguma sem o conhecimento do presidente, conforme afirmado por Julio Roca. Essa postura abriu espaço para o discurso armamentista, cujos reais interessados permaneceram por trás de Zeballos.

Domício da Gama, como no Peru, fez amizades e angariou respeito e confiança na Argentina – Julio Roca, Norberto Quirno Costa, Miguel Cruchaga, Benito Villanueva, Barnejo (Presidente da Corte Suprema), J. Uruburu, Norberto Piñero, os Generais Victorica e Zamundi, Bidau, Luiz Drago, Emilio Mitre –, mas também um antagonista: Estanislao Zeballos. Nesse caso específico, ele não escondeu seus pensamentos sobre o argentino. Em vários momentos, afirmou que ele era “um sem vergonha, não é um louco”,¹¹⁹² “representativo do espírito criollo argentino, no que ele tem de puerilmente odioso, mesquinho”,¹¹⁹³ “charlatão”,¹¹⁹⁴ um “canalha”.¹¹⁹⁵ O próprio Zeballos em uma ocasião mandou um recado por Cruchaga que “politica sendo aparte relações pessoas deseja eu não aceite seu cumprimento como dia 5 occasiao conferencia ministro americano escola direito”. O recado-resposta de Domício da Gama foi curto e direto: “não posso manter

¹¹⁹¹ Idem.

¹¹⁹² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

¹¹⁹³ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 16 de setembro de 1909. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁹⁴ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 30 de dezembro de 1908. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹¹⁹⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 16 de setembro de 1909. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

relações com quem me tem offendido directa e indirectamente ponto sem duvida buscara incidente commigo”.¹¹⁹⁶

Nesse contexto, o comportamento de Domício da Gama mostrou-se adequado ao caso, por ele haver conseguido lidar com as contraditórias mudanças do volátil meio argentino. Quando ele afirmou que o Brasil era apenas uma desculpa para a introdução de um novo plano argentino de armamentos, ele estava utilizando um raciocínio de levantar a ação das forças profundas de grupos comerciais e armamentistas. Isso se confirma, em parte, pelo próprio Estanislao Zeballos, quando este afirmou que o presidente havia se utilizado das palavras “fui obrigado a” retirá-lo do cargo. Não foi, porém, uma saída que levasse a um corte concreto nas relações bilaterais, por causa da abertura muito mais pelo contexto de um *diminuendo* pessoal do que por uma ação oficial do governo argentino. Se o telegrama número 9 pode ser visto como um elemento que distorceu as atenções, impedindo que o Brasil tomasse a dianteira nas negociações do Pacto entre os três países, isso se deveu, principalmente, por conta da estreita ligação entre as forças econômicas e a ação política do momento.¹¹⁹⁷ O discurso armamentista precisaria do discurso político, e este poderia levar a perigosos precedentes de intromissão de um país nas questões domésticas do outro. A própria falta de explicações sobre a violação da correspondência, bem como a falta de pedidos oficiais de desculpas, foram conseqüências de uma política descuidada, que se deixou determinar por veleidades humanas, e não por ações puramente políticas.

Domício da Gama foi enfático ao afirmar que era um meio difícil de ser lidado e compreendido, por sua volatilidade. Após os três anos em que lá passou ainda se sentia sem saber como avaliar claramente as atitudes argentinas. Apesar de ele haver ressaltado que não existia abertura para com ele, ou mesmo era o caso de falta de interesse para com a política externa, a realidade era “que todos se importam com o Brasil, para desconfiar dele, para desconfiar do sr., provisoriamente”.¹¹⁹⁸ Para Gama, “nem é próprio de argentino considerar-nos sequer como tendo direito a igual quinhão no Continente em importância e

¹¹⁹⁶ Telegrama de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 10 de outubro de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

¹¹⁹⁷ RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean, **Op. Cit.**, p 99.

¹¹⁹⁸ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 16 de setembro de 1909. AHI, APBRB, Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

consideração internacional”.¹¹⁹⁹ Em seu entender, a paz e a harmonia entre os dois países só poderiam ocorrer com reciprocidade, e o governo de Figueroa Alcorta, ao contrário do anterior, entendia que “qualquer manifestação sua de confiança para conosco seria contraproducente”.¹²⁰⁰ A falta de respostas oficiais e a tentativa de descer uma cortina sobre o caso não satisfizeram a Domício da Gama por causa de que uma nação deveria ter como uma característica direta de nacionalidade “idealismo, de força generosa, de vitalidades humana”.¹²⁰¹ Esse raciocínio era contrário ao que ele havia encontrado na Argentina. Ressalta-se também que o fortalecimento dessa consideração só foi possível por conta de todo o processo argentino. Foi a partir desse meio que Domício da Gama rompeu os limites do tático e passou a ocupar a categoria do estratégico, enquanto fixador de objetivos, meios e riscos.¹²⁰²

¹¹⁹⁹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 11 de agosto de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

¹²⁰⁰ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio-Branco. Buenos Aires, 07 de setembro de 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Ofícios julho-dezembro1908, 206.2.04.

¹²⁰¹ Carta de Domício da Gama à Joaquim Nabuco, Buenos Aires, 15 de agosto de 1908. Fundaj, CP P252 DOC 5163.

¹²⁰² DUROSELLE, Jean-Baptiste **Op. Cit.**, p. 101-102.

CAPÍTULO 6 – *SELF MADE NATION*: GÊNESE E LEGADO DO PENSAMENTO DIPLOMÁTICO DE DOMÍCIO DA GAMA

O julgamento de Domício da Gama, como homem e servidor público, está firmado na carta que a Hélio Lobo escreveu John Basset Moore: “Sua inteligência apreendia tudo muito rapidamente, suas conclusões eram seguras e firmes. Tinha um excelente discernimento e um caráter que equivale aos seus predicados. Nunca conheci ninguém mais reto e mais honrado, em todos os seus atos. A duplicidade ou o artifício jamais entraram em seus hábitos de pensamento e de ação. Aqueles que tinham de privar com Domício da Gama logo verificaram que podiam depositar inteira confiança em sua palavra; ele conseguiu assim para o seu país o que a outros seria impossível alcançar”. Ficou lavrado o juízo dos contemporâneos de outras plagas. Gente estranha, conhecendo a morte, lamentou-se no mesmo tom, porque, por onde ia, Domício deixava recordação de uma nobreza pura e de uma bondade refinada. Mas entre os seus tentaram diminuí-lo pela maledicência, pela inveja e até pelo remoque.

Recepção do Sr. Fernando Magalhães na Academia Brasileira de Letras – Cadeira 33

Em 17 de janeiro de 1910 o embaixador Joaquim Nabuco faleceu em Washington. Porém, apesar de os jornais argentinos especularem sobre a possibilidade de ele ser ocupado por Domício da Gama, o cargo ficou vago por ainda mais um ano.¹²⁰³ Enquanto os argentinos viam a possibilidade com agrado, os jornais brasileiros demonstravam outro tom. De acordo com *O Paiz*, era possível sentir nos comentários “o desagrado, a irritação, uma vontade mal-refreada de censuras fortes”.¹²⁰⁴ Tais comentários embasavam-se em duas premissas: A primeira na perspectiva de que o lugar antes preenchido por Joaquim Nabuco deveria ser ocupado por um “espírito de estatura igual, de nome culminante na galeria dos nossos homens de destaque pelo saber, pelos serviços à Nação”.¹²⁰⁵

A segunda razão era porque cada um dos censores tinha um determinado amigo para “este cobiçado lugar, o mais elevado da nossa diplomacia. Como essas previsões não se realizaram, desabafam o despeito, fazendo sentir pela reserva dos cumprimentos ao

¹²⁰³ *República*, 01 de fevereiro de 1911; *O Paiz*, 02 de fevereiro de 1911.

¹²⁰⁴ *O Paiz*, 22 de abril de 1911.

¹²⁰⁵ *Idem*.

nomeado o desacerto da escolha”.¹²⁰⁶ Neste momento, *O Paiz* considerava a escolha como acertada, porque o que se precisava em Washington era de um “hábil e penetrante diplomata. E o Sr. Domício da Gama possui esses requisitos especiais que uma preciosa educação literária sobredoura. [...] O Brasil há de ver que dessa vez, como das outras, o sr. Rio Branco acertou”.¹²⁰⁷

Manoel de Oliveira Lima ao analisar a carreira diplomática no Brasil e na Europa, sentenciou que no Brasil a “nossa educação diplomática parece toda ella visar a formar recadistas¹²⁰⁸”. Já Victor Vianna, em artigo para *A Imprensa*, afirmava “a Embaixada em Washington não é, positivamente, uma sinecura”,¹²⁰⁹ era um cargo de importância e responsabilidade. Apesar de ressaltar que Domício da Gama era conhecido por ter grande aptidão e talento de escritor, Vianna perguntava-se se ele realmente seria capaz de suceder Nabuco. Essa era a mesma preocupação ventilada pelo *Jornal do Comércio*, que afirmava ser uma lástima que Rio Branco se deixasse levar por suas preferências pessoais: “para encher um claro do tamanho de um sol, procura-se o satélite preferido da constelação Rio Branco e assina a nomeação”.¹²¹⁰ Dois dias depois, o mesmo jornal reiterava sua crítica à nomeação “por ser o Sr. Domício um homem de história curta demais para substituir a personalidade tradicional de Joaquim Nabuco, cuja longa vida foi, por assim dizer, uma vasta chronica de patriotismo, competência, sagacidade e abnegação”.¹²¹¹ Na edição da tarde do dia 27, o mesmo jornal ressaltou que Domício da Gama havia entrado para o corpo diplomático somente em 1900, tendo, portanto, dez anos e meses de serviço. Com isso, ultrapassaria outros diplomatas mais antigos.¹²¹²

¹²⁰⁶ Ibidem.

¹²⁰⁷ Ibidem.

¹²⁰⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *O Estado de São Paulo*, 9, 10 e 11 de março de 1910.

¹²⁰⁹ VIANNA, Victor, A sucessão de Nabuco. *A Imprensa*, 24 de abril de 1911.

¹²¹⁰ *Jornal do Comércio*, 24 de abril de 1911.

¹²¹¹ *Jornal do Comércio*, 26 de abril de 1911.

¹²¹² Abílio César Borges, nomeado em 18 de julho de 1885, quinze annos antes do Sr. Gama; João Fausto de Aguiar, nomeado a 12 de dezembro de 1890, dez annos antes do Sr. Gama; Magalhães de Azeredo, a 30 de novembro de 1894; Oscar de Tefé, a 27 de dezembro de 1894; Silvino Gurgel do Amaral, 2 de janeiro de 1896; Dario Galvão, 6 de outubro de 1896; Luiz Lima e Silva, 31 de dezembro de 1893; Hippolito de Araujo, 13 de outubro de 1896 (este ainda é 2º secretário de legação); Luis Dantas, 23 de janeiro de 1897; Almeida Brandão, 31 de dezembro de 1895; Raul Regis, 31 de dezembro de 1895; J. Murinerty, 17 de abril de 1897; Luiz Guimarães, 13 de setembro de 1898; Vianna Kelerb, 28 de janeiro de 1898; Ipanema Moreira, 16 de setembro de 1898. Promovido a ministro residente na Colômbia, o Sr. Domício ficou no Rio, até ser promovido a Enviado Especial e ministro plenipotenciário para o Peru, de onde mais tarde foi promovido

O Paiz de 30 de abril utilizou a mesma tática da lista utilizada pelo *Jornal do Comércio*, optando, porém, por analisar a carreira de Domício da Gama, inferindo que ele teria, na verdade, sete anos e meio a mais de serviços diplomáticos, por haver trabalhado em mais missões do que o *Jornal do Commercio* havia levantado. “Ninguém diz que Domício da Gama já é um ‘grande homem’, um ‘grande nome’; mas é incontestavelmente um homem de mérito, com qualidades de valor para a carreira que adoptou”.¹²¹³ Para ele, os pontos fortes de Gama eram “fala[r] e escreve[r] perfeitamente a língua inglesa. Está senhor de todas as questões políticas ou econômicas relacionadas com os nossos interesses e que podem ser ventiladas em Washington. Tem experiência de serviço e sabe estudar”.¹²¹⁴ E arrematou, afirmando: “com certeza – pelo que delle conhecemos – não será, em parte alguma, um diplomata brilhante e ruidoso; mas não são os de muito ruídos e esplendor os que alcançam vantagens de resultados práticos para o seu paíz”¹²¹⁵.

Os discursos sobre os possíveis candidatos continuavam no *Jornal do Commercio* e n’*O Jornal*. Cunha Vasconcellos, no *Policia*, afirmava que somente um bom Hermista daria um bom delegado. À essa afirmação, o *Jornal do Commercio* respondeu que “a transparência da allusão aos Sr.s Ruy Barbosa e Oliveira Lima obriga-nos a dizer que não se pode, sem grave injúria, attribuir semelhante pensamento ao Marechal Hermes”.¹²¹⁶ Severo Macedo, em artigo publicado n’*A República*, ao analisar as inquietações em torno da nomeação de Domício da Gama, rotulou as campanhas do *Jornal do Comércio* e d’*O Jornal* como “campanhas impatrióticas”: a do primeiro, por haver se “investido contra a personalidade eminente de Rio Branco”,¹²¹⁷ e a do segundo, como “intriguiha”.

Todavia, apesar de todo o burburinho em torno de nomeação uma série de problemas de saúde assolavam Domício da Gama e a casa dos Rio Branco. Enquanto

para Buenos Aires. Nestas duas últimas legações os seus serviços foram na verdade valiosos. Apud: *Jornal do Comércio*, 27 de abril de 1911. A mesma lista foi reproduzida n’*O Século* do mesmo dia, com uma diferença para o final. Enquanto o *Jornal do Commercio* reconhecia a lista de trabalhos de Gama *O Século* mudou para “Serviços do Sr. Gama (?): ter sido promovido a ministro residente na Colômbia e ter ficado no Rio, até ser promovido a Enviado Extraordinario e Mininistro Plenipotenciário para o Peru”.

¹²¹³ *O Paiz*, 30 de abril de 1911.

¹²¹⁴ *Idem*

¹²¹⁵ *Ibidem*.

¹²¹⁶ *Jornal do Comércio*, 01 de maio de 1911.

¹²¹⁷ *A República*, 2 de maio de 1911.

aguardava uma posição sobre sua possível nomeação, Domício da Gama passava por crises agudas de bronquite e inquietava-se com a saúde do barão do Rio Branco¹²¹⁸. Meses antes, em 9 de outubro de 1910, ele havia atendido a um chamado de Rio Branco para ajudá-lo com os afazeres do Gabinete.¹²¹⁹ O que era para ser uma rápida visita estendeu-se por três meses. Em fevereiro de 1911, enquanto os jornais debatiam sobre a possível nomeação de Gama, Raul Rio Branco sofreu uma congestão cerebral ficando entre a vida e a morte durante dias¹²²⁰. Este fato teve um efeito poderoso sobre a saúde de Rio Branco cujo estado era, segundo Hilário de Gouveia, além de ser “muito precária e ele faz tudo para piorá-lo mais. De sorte que tenho apreensões de que ele não vá muito longe”.¹²²¹ O fato era que Rio Branco, entretanto, apesar de se considerar velho e cansado, não diminuía a sua carga de trabalho. Segundo Maria Mendonça Rio Branco teria dito a alguém que a sua divisa era “do ministério para o cemitério”.¹²²²

Domício além de acompanhar a crise de Raul através de Enéas Martins, que lamentava a sua falta no Gabinete, aguardava alguma notícia sobre sua nomeação. Martins afirmava que a tramitação do decreto de nomeação ainda iria demorar um pouco mais. “Entretanto você vae poder despachar tudo para E. Unidos”.¹²²³ Seis dias depois, quando Rio Branco informou a Domício que a sua nomeação para os Estados Unidos da América estava assinada, mas não publicada,¹²²⁴ Gama ainda não havia se restabelecido totalmente, precisando ainda de mais tempo para se recuperar. Sua documentação privada, não guarda sinais de sua nomeação. A única indicação sobre seus sentimentos a cerca do cargo de embaixador está no discurso feito na sua apresentação oficial ao presidente William Howard Taft, em junho de 1911. À ocasião, Domício da Gama disse considerar como

¹²¹⁸ Essa havia sido uma das razões que o levava, em maio de 1909, a aconselhar Rio Branco a não aceitar a candidatura à presidência do Brasil, apesar de gostar de “vê-lo apontado por todos como o Presidente normal do Brasil. Mas não se deixe convencer e eleger Presidente. A sua posição é única: conserve-a. A situação política ainda não me parece ser das que reclamariam o seu sacrifício final. Os prêmios todos por bem fazer o senhor já os teve: guarde-os na pasta das relações exteriores e guarde-a definitivamente”. Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires, 21 de maio de 1909. APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹²¹⁹ Telegrama de Enéas Martins a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 13 de março de 1913. IHGB, CDG, DL 646,13.

¹²²⁰ Idem.

¹²²¹ VIANA FILHO, Luís. **Op. Cit.**, p. 373.

¹²²² Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1910. IHGB, CDG, DL 646,13.

¹²²³ Telegrama de Enéas Martins a Domício da Gama, 12 de abril de 1911. IHGB, CDG, DL 646,13.

¹²²⁴ Telegrama do barão do Rio Branco a Domício da Gama, 18 de abril de 1911. IHGB, CDG, DL 646,13.

”bom augúrio o facto de vir encerrar a minha carreira diplomática no mesmo país onde há muitos annos a comecei”¹²²⁵.

Quando, nove anos antes, Gama considerara Washington como uma súbita ambição, ele estivera em meio de uma grande crise pessoal. Ante a falta de comentários sobre essa movimentação, tanto antes ou em meio a ela, percebe-se que ele não estava pessoalmente animado sobre o assunto. Relendo o próprio Domício, percebe-se, nesse silêncio, o que ele havia dito em seu conto *Notas para o meu melhor leitor* de 1901: “o espetáculo incessantemente repetido das falências da ambição pessoal serviria apenas para provar que o fim da vida não é a felicidade definitiva e consciente do indivíduo, porém que dá esperança, do sonho do melhor, do incontentamento de cada um de nós se gera o movimento que aproveita a espécie”.¹²²⁶ Este fato, associado a o que ele havia escrito em Buenos Aires – “achei-me ministro de veras e plenipotenciário”¹²²⁷ –, compunha-se como uma brava tentativa de modificar o seu *inner self* para se dedicar somente ao trabalho.

Em 28 de abril de 1911, Domício da Gama saiu de Buenos Aires e, como no Peru, recebeu os cumprimentos do chanceler argentino, do presidente do Supremo tribunal Justiça, Norberto Quirno Costa, do chefe da política e do corpo diplomático da cidade. Desembarcando no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro cinco dias depois, foi recebido por Rio Branco e Moniz Aragão. Na ocasião, *O Paiz* descreveu-o como “uma das figuras mais sympáthicas do nosso corpo diplomático”.¹²²⁸ *A Gazeta de Notícias*, ao entrevistá-lo, ressaltou não somente a sinceridade de Domício em suas respostas, mas também o fato de que “para elle só há um Nabuco, assim como só existe um Rio Branco ou um Ruy Barbosa”.¹²²⁹ *O Correio da Noite* perguntava “por ventura os homens que escrevem no *Jornal do Commércio* estão mais habilitados que o sr. barão do Rio Branco para julgar qual dos nossos diplomatas está em melhores condições de substituir Joaquim Nabuco na nossa embaixada nos Estados Unidos?”¹²³⁰ Para o *Correio da Noite*, o ataque do *Jornal do*

¹²²⁵ Ofício de Domício da Gama a Philander Knox, Washington, 28 de junho de 1911. AHI, MDB, Washington, Offícios 1911 abr/dez, 234.1.12.

¹²²⁶ *Notas para o meu melhor leitor*, Londres 15 de maio de 1901. GAMA, Domício da. **Op. Cit.**, p. I-XVI.

¹²²⁷ Carta de Domício da Gama a [senhora] Buenos Aires, 28 de março de 1909. IHGB, CDG, Lata 645, pasta 18.

¹²²⁸ *O Paiz*, 03 de maio de 1911.

¹²²⁹ *Gazeta de Notícias*, 04 de maio de 1911.

¹²³⁰ *Correio da Noite*, 05 de maio de 1911.

Comércio era, de fato, intempestivo. O *Estado de São Paulo* levantou ainda a possibilidade de Rui Barbosa vir a impugnar, no Senado, a nomeação, “levando o seu voto por escrito, no qual declara entender que antes do Sr. Domício da Gama deveriam ser lembrados, em primeiro lugar, o Sr. Oliveira Lima, e depois os srs. Assis Brazil e David Campista”.¹²³¹ Para o *A República*, esse seria um ato de quem “sempre a dominar o terreno da intriga e do mexerico, o erudito conselheiro fará exibição escandalosa dos seus grandes méritos de cantor de ‘primeiro cartello’. Perturbando está no seu elemento!”¹²³².

Enquanto nos jornais o embate continuava, o meio diplomático seguia o seu rumo. Banquetes eram oferecidos a Domício da Gama pelo ministro argentino, pelo embaixador norte-americano, pelo presidente da República no Palácio da Guanabara. No dia 18 de maio de 1911, *O Paiz* publicava que a nomeação de Domício da Gama foi confirmada pelo Senado brasileiro, como também o parecer da Comissão de Constituição e Diplomacia pela aprovação, acabou por ser acatado e, em sessão secreta, por unanimidade, com 33 senadores presentes.¹²³³ Desse modo, Domício da Gama, aos quarenta e nove anos, seguia para os Estados Unidos da América como o segundo embaixador da história do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e, naquele momento, o único a ocupar este topo da hierarquia¹²³⁴.

Nos Estados Unidos da América Domício da Gama iria mergulhar imediatamente no problema que o café brasileiro enfrentava no mercado norte-americano. Lá também, ele receberia a notícia da morte do barão do Rio Branco e teria que aprender a trabalhar com uma pessoa que lhe era totalmente desconhecida, Lauro Müller. Foi a partir de uma sugestão para o programa político do novo chanceler que, o que para Domício da Gama era mais que apenas um ideal de vida, era uma postura de como um país deveria se portar no

¹²³¹ *A República*, 08 de maio de 1911.

¹²³² *Idem*.

¹²³³ A saber: Quintino Bocayuva, Jonathas Pedrosa, Arthur Lemos, Urbino Santos, Mendes de Almeida, Ribeiro Gonçalves, Pires Ferreira, Thomaz Accionlu, Pedro Borges, Tavares de Lyra, Antonio de Souza, Ferreira Chaves, Alvaro Machado, Walfrido Leal, Castro Pinto, Segismundo Gonçalves, Araujo Góes, Guilherme de Campos, Coelho e Campos, Oliveira Valladão, Severino Vieira, Bernardino Monteiro, Oliveira Figueiredo, Bernardino Monteiro, Francisco Glycério, Leopoldo de Bulhões, Generoso Marques, Alencar Guimarães, Felipe Schmidt, Hercílio Leme, Pinheiro Machado e Victorino Monteiro. Apud: *O Paiz*, 18 de maio de 1911.

¹²³⁴ Esta situação perduraria até março de 1914 quando a legação brasileira em Lisboa seria elevada à categoria de Embaixada.

meio sistêmico, que nasceu o termo *Self Made Nation*. Onde os interesses do Estado deveriam ser defendidos *motu-proprio*, colocando assim limites na ingerência interna de seus assuntos. Uma idéia tangencialmente contrária ao momento histórico marcado pelo *nihil obstat*¹²³⁵ advindo do atrito causado pelo choque entre as potências imperialistas onde a hegemonia norte americana substabelecia a britânica e imputava limitações sistêmicas às múltiplas independências regionais latino americanas.

6.1 – O *SELF MADE NATION* DE DOMÍCIO DA GAMA

Por quase vinte anos, o *Self Made Nation* foi muito mais uma intuição, um olhar, do que propriamente uma visão para Domício da Gama. Sua origem temporal pode ser datada do bombardeio do Rio de Janeiro por Custódio de Melo, quando Gama começou a pensar sobre os reais efeitos de uma intervenção estrangeira no Brasil. À época, Gama entendera que a dependência política poderia acarretar uma violação de território e uma subsequente intervenção. Com o tempo, esta idéia ficou adormecida sob seus conflitos pessoais e os períodos de trabalho sob a batuta direta de Rio Branco, voltando à tona somente quando ele veio a assumir a legação argentina.

O cerne do *Self Made Nation* é a defesa de uma não intromissão em assuntos internos de um Estado que deve manter a dignidade nacional e o mérito próprio enquanto nação independente sem buscar pelo aval de um terceiro Estado ou perguntar a ele como melhor proceder em assunto algum. O *Self Made Nation* exige uma nação zelosa de sua soberania e ciente da soberania alheia, cônica de haver se estabelecido no sistema internacional sem prejuízo do direito de outrem, detidora de uma dignidade nacional que não cede a pressões exteriores nem busca por um aval de um terceiro sobre como se portar no meio internacional. O *Self Made Nation* exige limites de tratamento entre nações, principalmente ante uma nação poderosa como os Estados Unidos da América, que Domício da Gama entendia não ser uma nação melindrosa no trato, o que não significava

¹²³⁵ Nada impede. PERKINS, Dexter. **Monroe doctrine**: 1867-1907(the). Gloucester: P Smith, 1966, p. 160; BUENO, Clodoaldo. **Política externa da primeira república e os anos de apogeu** (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 33.

que entendessem de “melindres nacionais alheios e isso por falta de experiência, que só dá a lição da História”¹²³⁶.

Ao afirmar que o *Self Made Nation* prescindia de adulação, Gama afirmava a necessidade de um tratamento *quid pro quod* para com os Estados Unidos da América, em um patamar de retribuição e não de adulação, o que era uma larga diferença para evitar qualquer confusão entre cortesia e amizade no plano internacional. Por entender que a amizade deveria ter como limites o interesse nacional, Gama considerava que o hábito intervencionista norte-americano beirava os limites da descortesia internacional, conforme ressaltado por ele em seu discurso perante a sociedade pan-americana. A mesma posição foi defendida no caso dos desentendimentos entre os Estados Unidos e o México entre 1914 e 1915. Conforme ressaltado por Arthur Link¹²³⁷, Domício da Gama se recusou a participar do projeto de violação da soberania mexicana durante a reunião pan-americana de 18 de setembro de 1915. Uma postura, de acordo com Link, correta e sensível.¹²³⁸

Tal raciocínio se aproxima de Adam Watson quanto este afirma que há no sistema de estados uma tensão inevitável entre um desejo de ordem e de independência¹²³⁹. Apesar de a ordem carregar paz e prosperidade, ela pode impor limitações quanto à liberdade de ação a seus dirigentes incorrendo em um sentimento de opressão. Buscar por independência é buscar por relaxamento dos comprometimentos que limitam a ação sistêmica de um estado. E se, nessa busca o preço significar insegurança econômica, militar e política, um obscurecimento da dignidade nacional, altaneira e de fronteiras próprias, esta procura deverá ser repensada.

No entanto, neste período pré-primeira guerra mundial, poucos governantes ou diplomatas teriam tido percepções do que significaria de fato um ordenamento internacional. O grau de acuidade de Domício da Gama quanto ao interesse norte-americano pode ser comparado ao de Jusserand, embaixador francês que morou em

¹²³⁶ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 03 de março de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹²³⁷ LINK, Arthur. **La política de los Estados Unidos em América Latina** – 1913-1916. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960, p. 212.

¹²³⁸ LINK, Arthur, **Op. Cit.**, p. 212.

¹²³⁹ WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2004, p. 27.

Washington entre 1902 e 1904. Para este, “os americanos estão em maioria e, além do mais, são refratários à propaganda estrangeira, sobretudo se ela é muito evidente¹²⁴⁰”. Gama entendia que exemplos de gentileza e boa vontade não poderiam ser atribuídos somente à cortesia, pois que a esta era atribuída, muito freqüentemente, à “fraqueza, o que é simples generosa condescendência ou desejo de ser agradável¹²⁴¹”. E, em política internacional não conviria parecer fraco. A expectativa era a de ter conhecimento e visão de sua própria força, enquanto sinônimo de segurança.

Deante dos Americanos não nos assenta nenhuma attitude que não seja de igual para igual, tranquilamente e naturalmente de maneira que elles o sitam mais do que o experimentem, já que por sorte nossa estamos longe de sua temerosa visinhança e as nossas serenas relações commerciaes e políticas ainda não degeneraram em luta de interesses inconciliáveis¹²⁴².

Domício da Gama entendia que a sua postura diplomática deveria ser a de alguém que deveria velar pelo interesse do Brasil e também pelas boas relações entre dois países. “Pois quem vela está attento e, por força, desconfiado: é a psychologia da sentinella.¹²⁴³” Uma attitude que condiz com sua personalidade: um pragmatismo profissional aliado ao bom senso de suas tomadas de decisões e ações. Esta postura o levava a buscar amizades nos locais onde trabalhara, mas sempre tendo em vista que havia um limite a ser alcançado: superar desconfianças e distanciamentos. O lado sentinela, porquanto pragmático e de bom senso, o levava a se afirmar um descrente de amizades coletivas. “Senão até a hora da sua prova; nesse momento do choque de interesse as boas palavras se esquecem e só ficam dous poderes em opposição¹²⁴⁴”. E neste momento o realismo se postaria, para ele como uma etapa insuperável entre as nações por ser embasada em seu tamanho ou importância. “Essa opposição não chega a violência se a inferioridade de um delles não for visível¹²⁴⁵”. Caso ficasse claro que uma delas era inferior, o jogo viraria em favor do país mais forte. E neste momento o mais fraco deveria estar totalmente vigilante ante o comportamento do mais forte, sabendo separar cortesia da boa vontade. A mesma linha de raciocínio de

¹²⁴⁰ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 115.

¹²⁴¹ Carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

¹²⁴² Idem.

¹²⁴³ Ibidem.

¹²⁴⁴ Ibidem.

¹²⁴⁵ Ibidem.

Domício da Gama pode ser visto na carta enviada ao presidente brasileiro, o Marechal Hermes da Fonseca:

os Estados Unidos formado com o concurso de tantos povos, julgam-se diferentes de todos elles e superiores a elles. Nenhuma sympathia os inclina antes para uma que para outra nação: a fineza natural de temperamento e a practica materialisante da vida de negocios supprimem nelles todo arranque de entusiasmo generoso que se pode esperar de outras nações diversamente constituídas; o duro egoísmo individual ampliou-se as proporções do que se poderia chamar de egoísmo nacional. Não veem que lhes aproveitem nenhuma alliança, nem com os mais poderosos impérios e nas manifestações de amizade que se lhe tribute prompto descobrem calculo de interesse. E como tem toda a rudeza dos primitivos fortes, rudeza que nós usamos chamar brutalidade ou falta de maneiras, pode sempre reccar-se do contacto com os seus homens de Estado improvisados (também nós sofremos do mesmo mal da improvisação, mas não fazemos soffrer os outros), qdo o interesse americano, seja elle nacional ou simplesmente articular, esteja em conflicto com o nosso¹²⁴⁶.

Ante a falta de resposta da carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, pode se aventar que na sua franqueza ao afirmar que suas previsões realmente tenham parecido remotas e “de pura imaginação temerosa, mas não são, nem eu vejo as cousas mais vagas do que a realidade¹²⁴⁷”. A política norte americana que, para Gama, era claramente perigosa por ser “revolucionária, desconcertante, destruidora das nações correntes do direito internacional, na parte relativa a soberania pelo menos¹²⁴⁸”, não era vista da mesma maneira no meio político interno brasileiro. O cenário interno brasileiro neste ponto, não diferia muito do cenário argentino explicado por Benito Villanueva “completa ignorância do presidente em matéria de política internacional¹²⁴⁹”.

Domício da Gama defendia que o Brasil deveria dar aos Estados Unidos da América amostras de consideração enquanto *retribuição* e não *adiantá-las*, o que seria não somente um açodamento como também um desprestígio. E esta precipitação poderia levar a um desequilíbrio nas relações bilaterais dos dois países. Este raciocínio de Domício da Gama está muito próximo à idéia de cooperação de John Nash, para quem há sempre algo a ser obtido da cooperação, em qualquer situação, até mesmo na guerra. No entanto, para

¹²⁴⁶ Carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

¹²⁴⁷ Idem.

¹²⁴⁸ Ibidem.

¹²⁴⁹ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 30 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

Domício da Gama, competição não era compatível para com o status do Brasil no sistema internacional por ser este considerado como nação pequena¹²⁵⁰.

Nós temos a necessidade tanto quanto o dever nacional de não ceder aos Estados Unidos senão o que for justo e útil, em vista de interesses maiores, isto é, de tratar com inteira independência, sem soffrer nenhuma imposição por ligeira que seja de que elles se possam autorisar do procedente para novos e mais pesados, que tenhamos de repellir por fim¹²⁵¹.

Domício da Gama era intransigente quanto às concessões feitas aos Estados Unidos por “interesse político¹²⁵²”, porque as acreditava como contraproducentes e mesmo indignas. “Ninguém sabe aonde vae parar no caminho das concessões, ninguém sabe conter-se no caminho das exigências¹²⁵³”. Deste modo, era aqui um contraponto ao alinhamento servil na diplomacia. Utilizando a perspectiva de uma densidade nacional enquanto um bloco de condições fundamentais derivadas e instrumentais, percebe-se o quanto o pensamento de Domício da Gama era diferente dos seus coetâneos. No caso do café, Gama entendia que havia se substabelecido ali uma relação onde os Estados Unidos da América estiveram se aproveitando das concessões brasileiras para dar azo às ameaças de um imposto sobre o café. Um comportamento que era um

instrumento de chantage de que há annos elles se vêm servindo para obterem no nosso mercado uma situação privilegiada. Os favores que lhe fazemos e que pesam sobre o nosso orçamento e nos trazem difficuldades internacionais não são por elles reconhecidos como sufficientes e em documentos de chancellaria se nos deixa prever para breve novas exigências, a que suppõem que teremos de ceder, de accordo com os precedentes. Ora é a isto que convém pôr um paradeiro, se não queremos reduzir-nos a simples província econômica dos Estados Unidos¹²⁵⁴.

Outra perspectiva embutida no *Self Made Nation* é a de que em negociações internacionais a identidade nacional deve ser sempre protegida. Deveria haver um limite entre as pretensões dos estados, seus relacionamentos e ingerências internas. No cenário por ele projetado, os interesses nacionais são paradigmas. Para Domício era questão de “dever nacional de não ceder aos Estados Unidos senão o que for justo e útil, em vista dos

¹²⁵⁰ Segundo Nash a teoria dos jogos compreende uma mistura de cooperação e competição o que o levou a provar a existência de pelo menos um ponto onde estratégias mistas seriam permitidas.

¹²⁵¹ Ibidem.

¹²⁵² Ibidem.

¹²⁵³ Ibidem.

¹²⁵⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.**, p. 139.

interesses maiores, isto é, de tratar com inteira independência, sem sofrer nenhuma imposição por ligeira que seja de que eles se possam autorizar do precedente para novos e mais pesador, que tenhamos de repelir por fim^{1255*}. Com isso, na prática não se poderia prescindir do ideário de que nas negociações internacionais deve-se sempre procurar proteger a identidade nacional. Ou seja, uma separação do que viria a ser interesse nacional do Brasil e os interesses nacionais de outros Estados.

Para um melhor entendimento do ideário do *Self Made Nation*, este estudo irá prosseguir analisando o ano de 1912 quando Domício da Gama passou por profundas mudanças profissionais a partir da morte do barão do Rio Branco e a ascensão de Lauro Müller. Às voltas com o caso da valorização do café, ele defendeu de modo desassombrado o seu *Self Made Nation* perante o novo chanceler das relações exteriores brasileira e uma platéia de diplomatas da sociedade panamericana nos Estados Unidos da América.

6.1.1 – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: DOIS EMBAIXADORES, DUAS VISÕES

Quando o Brasil elevou a sua legação nos Estados Unidos da América ao patamar de embaixada, o nome surgido para ocupar este lugar foi o de Joaquim Nabuco, então ministro em Londres. De Washington, Nabuco que havia ganhado destaque no cenário diplomático pela sua figura, seu comportamento e seu bom inglês, garantiu a Rio Branco que iria dedicar todo o resto de sua vida ativa a aproximar os dois países. O decorrer dos anos o tornara um entusiasta dos Estados Unidos da América. A Doutrina Monroe significava para ele que “politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou monroísta”.¹²⁵⁶ Conforme ressaltado por José Honório Rodrigues, Nabuco tinha por princípio marchar sempre de acordo com eles, se possível¹²⁵⁷.

Na relação com os Estados Unidos há que se fazer um cotejamento entre os dois únicos embaixadores brasileiros até então: de um lado o entusiasmado Joaquim Nabuco, e

¹²⁵⁵ Carta de Domício da Gama ao Marechal Hermes da Fonseca. Washington 29 de dezembro de 1912. **Op. Cit.**

¹²⁵⁶ NABUCO, Carolina. **Joaquim Nabuco** – Cartas a amigos. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2v, p. 402.

¹²⁵⁷ RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.55.

do outro o cauteloso e desconfiado Domício da Gama uma antítese, per se, do “*too american way*” de Joaquim Nabuco. Comparar a visão de Joaquim Nabuco à de Domício da Gama é perceber opostos. Nabuco via a Doutrina de Monroe como “apenas um aviso para os estrangeiros de boa-fé, um interdito possessório¹²⁵⁸”. E afirmou em entrevista ao Chicago Tribune, que a invocação da Doutrina Monroe pela América Latina era a certeza de que “todos dormimos profundamente com as portas abertas, enquanto ficas [] de vigia toda a noite”.¹²⁵⁹

Quando em 1908, Domício da Gama havia sido transferido para Buenos Aires, Nabuco o felicitou por carta onde aproveitou para afirmar que, apesar da sua amizade para com a Argentina e Chile, não era a favor da aliança A.B.C., por considerar como “um erro gravíssimo toda política que tire a liberdade do Brasil de se identificar cada vez mais com os Estados Unidos”¹²⁶⁰. Grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos, Nabuco se tornou como um forte “monroista”¹²⁶¹, chegando mesmo a afirmar que o ideal seria que se unificasse as Legações de Londres e Washington, por estas formarem uma só política.

Quando ainda servia na Argentina Domício da Gama soubera da existência de uma nota do então ministro norte-americano naquela capital, Spencer Eddy, insinuando sobre a conveniência de uma equivalência naval entre Brasil e a Argentina. “Diz que o presidente mostrava-se contente com isso e não pedia reserva para o fato, que a seu ver, já devia ser sabido¹²⁶²”. Porém, Eddy, com quem Domício havia estado uma semana antes da partida dele para casa, lhe havia garantido ignorar o que se passava sobre este assunto em Washington, e “não creio que mentisse. Informei-o minuciosamente da situação, que já me parecia aclarada¹²⁶³”. Para um melhor esclarecimento da situação, Gama chegara a sugerir a

¹²⁵⁸ Idem.

¹²⁵⁹ O Sr. Joaquim Nabuco e a Doutrina de Monroe. Jornal do Commercio, 23 de setembro de 1905 apud in: CADERNOS DO CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília: Ano IV - Número 7. 2º Semestre, 2005, p.266.

¹²⁶⁰ Carta de Joaquim Nabuco a Domício da Gama. S.l., 31 de outubro de 1908, FUNDAJ. [CA P60 DOC 1200].

¹²⁶¹ Carta de Joaquim Nabuco ao barão do Rio Branco, Londres, 07 de setembro de 1902. FUNDAJ. [CA P20 DOC 385].

¹²⁶² Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Buenos Aires 30 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹²⁶³ Idem.

Rio Branco que ele enviase alguém a bordo do navio para conversar com Eddy. Sua preocupação era com a possibilidade de que este assunto viesse a causar uma desastrosa impressão no Brasil pelo fato de “que todos veriam a colocação da América do Sul sob tutela. O Nabuco se perderia diante da opinião nacional e o sr. receberia um rude golpe, se não procedesse com coragem, repelindo a proposta e descartando responsabilidades¹²⁶⁴”.

Quando ainda estava à espera da palavra cordial em Buenos Aires Gama vira os boatos sobre a possibilidade de mediação estrangeira no caso crescer. Completamente contrário a qualquer ação que levasse a esta opção, Gama manuscitou em um telegrama, marcado como não expedido, e sim substituído, que a única opção política seria a não admissão de intervenção em assuntos internos. Neste momento ele escreveu que tal acontecera porque as “melhores razões conciliatórias não vencem necessidade [de] manter nosso prestígio que perderíamos na América se cedêssemos a esta tentativa¹²⁶⁵”. Este invólucro de testemunho condiz com o pensamento de Gama sobre o cenário que se descortinava à sua frente. Ele assegurara a Rio Branco “o receio, que, em política é o começo da sabedoria, e a única coisa que pode mover os ‘nossos amigos’ aqui a intervir nos negócios públicos, por defesa dos próprios interesses¹²⁶⁶”. Deste modo, ele ainda confessara que durante dias sentira-se receoso e bastante amofinado não pelo cenário, mas ante o fato de que “o pacifismo ou o americanismo do Nabuco pudesse dar azo a uma mediação americana. Eu sei que as coisas vistas de fora parecem outras e bem poderia o Nabuco ser induzido por Portella ou mesmo insinuações de Root a aconselhar que fizemos um jogo destes trapaceiros, com prejuízo do brio nacional e talvez perigo para a sua reputação de patriota.¹²⁶⁷”

Álvaro Lins ao cotejar o americanismo do barão do Rio Branco e o de Joaquim Nabuco afirmou que esta comparação só poderia ser feita em um plano acidental por causa das diferentes personalidades. Ao idealismo de Nabuco, Lins contrapôs o realismo de Rio

¹²⁶⁴ Ibidem.

¹²⁶⁵ Telegrama de Domício da Gama a Exteriores, Buenos Aires, 17 de dezembro de 1908. IHGB, CDG, Lata 646 pasta 12.

¹²⁶⁶ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, 22 de dezembro de 1908. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

¹²⁶⁷ Idem.

Branco.¹²⁶⁸ Rubens Ricupero via Rio Branco tendo utilizado a política e a diplomacia norte americana de modo bastante hábil para seus próprios objetivos. “Raramente concordou cem por cento com a diplomacia americana, que contestou ou da qual discordou quando sentiu não poder apoiá-la.¹²⁶⁹” Em 1913, Domício da Gama havia afirmado em carta a José Veríssimo que “nesta embaixada há muita prova de que o barão do Rio Branco o [Joaquim Nabuco] não acompanhava nesse caminho¹²⁷⁰”. Conforme Rubens Ricupero, Rio Branco não era obsequioso ou laçoi da política norte-americana, o que o fazia se aproximar do nacionalismo de Domício da Gama que o fazia ser contrário à qualquer tipo de ação intervencionista e desconfiado de amizades coletivas. De acordo com Francisco Iglésias, Joaquim Nabuco não percebeu o lado dominador e até perverso da política exterior dos Estados Unidos.¹²⁷¹ Já nas primeiras considerações de Domício da Gama sobre a Doutrina de Monroe, aparecidas juntamente com o seu *Self Made Nation*, percebe-se uma opinião inversa a de Joaquim Nabuco. Ele escreveu em 1893 que “*Il plaident la neutralité au nom du droit qu’ont les Brésiliens de decider leurs querelles entre eux et au faud c’est l’absurde douctrine de Monroe qu’ils défandent.*”¹²⁷²

Gama garantiu a Lauro Müller que os Estados Unidos, tinham uma política unilateral “que só assenta em relações com países de protectorado”. E em 1917, depois de seis anos enquanto embaixador naquele país não havia mudado uma vírgula de suas convicções de 1893 ou 1913 quando confirmou a Robert Lansing que o verdadeiro caráter da Doutrina de Monroe era a falta de reciprocidade.¹²⁷³ Com o *Self Made Nation* vindo à tona em terras e em tempos em que se dizia que diplomacia do dólar havia vindo para ficar porque era “*a good thing*”¹²⁷⁴, Domício da Gama estabeleceu um modo de agir e pensar tangencialmente diferente do novo chanceler brasileiro, Lauro Müller, que defendia o marchar com os Estados Unidos da América como um caminho único a ser seguido. O grau da acuidade de Domício da Gama ao sugerir que o Brasil se aproveitasse da situação

¹²⁶⁸ LINS, Álvaro. **Op Cit.**, p.337 a 338.

¹²⁶⁹ Apud RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*. O Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. p. 39.

¹²⁷⁰ Carta de Domício da Gama a José Veríssimo, Washington, 24 de fevereiro de 1913. Revista da Academia Brasileira de Letras.vol. 42, Rio de Janeiro, 1933, p. 120 e 121.

¹²⁷¹ IGLESIAS, Francisco. Prólogo. Apud: NABUCO, Joaquim. **Un Estadista del Imperio y otros textos**. p.LXX.

¹²⁷² Carta de Domício da Gama a Ceci, 11 de outubro de 1893. IHGB. CDG, Lata 645 Pasta 4.

¹²⁷³ Carta de Domício da Gama a Robert Lansing, june 4, 1917. **Records of the Great War**, Vol. V, ed. Charles F. Horne, National Alumni, 1923.

¹²⁷⁴ *New York Herald*, 01 de janeiro de 1912.

para conseguir favores tarifários antes que a alta os impedisse de retaliar, foi único. Era a ação a ser realizada e não manter o status de um tratamento preferencial alfandegário, conforme foi feito. O jogo duro, conforme expressão de Clodoaldo Bueno expôs que o país havia esquecido o *marchar se possível* do barão do Rio Branco para assumir o *marchar com* de Lauro Müller. A disputa do café foi além de uma mera questão comercial. Tratava-se de impor limites a ingerência norte-americana no país, e neste aspecto a atuação de Domício da Gama e seu *Self Made Nation* foi fundamental para impedir que houvesse um maior aprofundamento da dependência em relação à grande potência do norte.

Legítimo representante de uma diplomacia “sem excessos e sem subserviência, o espírito diplomático autêntico na defesa de nossos interesses”¹²⁷⁵, conforme as palavras de José Honório Rodrigues, estabeleceu as diferenças de visões entre os dois estados: Enquanto a questão do café trazia para o Brasil um *confronto* de interesses, para os Estados Unidos da América era uma questão de *prevalcimento* de interesses. Ou seja, segundo Domício da Gama não havia um grau de complementaridade na relação entre os dois países, e sim uma fictícia reciprocidade, onde o Estado brasileiro havia perdido o seu poder de barganha por causa do alto grau de concessões feitas aos Estados Unidos da América. “E seria um amargo despertar se continuássemos acreditando até lá no ‘espírito fraternal e civilizador’ desta nação poderosa¹²⁷⁶”. Percebe-se então que, seis meses antes do seu discurso na sociedade pan americana, ele já estava pronto a defender a sua visão de Brasil. “Ainda é tempo de resistir quebrando os precedentes. O gesto de resistência será útil, além de altivo. Já se preparam para a nossa exploração em forma de negócios a pretexto de aproximações e fraternidades internacionais como fizeram com os vizinhos¹²⁷⁷”. E, neste caso, Domício da Gama preferiu se expor ao presidente brasileiro e firmar a sua posição mesmo que este ato pudesse “estragar a minha situação pessoal se isso for necessário para defender a nossa situação comercial e não deixar que nos suspeitem de fraqueza política ou de carácter nacional¹²⁷⁸”.

¹²⁷⁵ RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 32.

¹²⁷⁶ Idem.

¹²⁷⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.**, p. 139.

¹²⁷⁸ Idem.

O desconhecimento sobre o pensamento de Domício da Gama era de tal monta que abarcava mesmo os amigos de longa data como Capistrano de Abreu. Este havia afirmado a Domício da Gama em 1916 que o Brasil não era em diplomacia aliado aos Estados Unidos da América e sim associados.

Não creio na amizade dos Estados Unidos, filho espúrio de Salvador de Mendonça, criado e chocado pelo Barão, pelo Nabuco, por V., talvez por Assis Brasil, que já tem a visão menos turva. O que vocês querem é colocar o Brasil relativamente aos Estados Unidos na relação de Portugal para com a Inglaterra. (...) O manual do Itamaraty deve ser a Ilusão Americana. Tem um? Deve ter, mas é o livro de um homem¹²⁷⁹.

Seguindo esta pergunta de Capistrano buscou-se pela edição do livro de Eduardo Prado na coleção particular de Domício da Gama na Academia Brasileira de Letras. Ali consta a segunda edição, já que a primeira foi confiscada, e nela uma dedicatória de Prado datada de 30 de novembro de 1895. Dando vazão à curiosidade, folheou-se o livro em busca de possíveis marcações que Gama teria feito no mesmo. Várias passagens estavam marcadas, algumas delas com cores diferentes como se tivessem sido feitas em momentos diferentes. A primeira delas parece responder diretamente a Capistrano: “Pretender identificar o Brazil com os Estados Unidos, pela razão de serem do mesmo continente, é o mesmo que querer dar a Portugal as instituições da Suissa, porque ambos os paízes estão na Europa¹²⁸⁰”. Outra passagem se parece sobremaneira com a visão de Domício: “Que os pretendidos laços que se diz existirem entre o Brazil e a república americana, são fictícios, pois não temos com aquelle paíz afinidades de natureza alguma real e duradoura¹²⁸¹”. Com isso afirma-se que a influência de Eduardo Prado sobre o raciocínio de Domício da Gama ainda era perceptível, dez anos depois de sua morte.

¹²⁷⁹Carta de Capistrano de Abreu a Domício da Gama. Santos, 11 de novembro de 1916. CAPISTRANO DE ABREU, João. **Op. Cit.**, vol. I, p. 262.

¹²⁸⁰PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 2ª edição. A 1ª edição foi suprimida e confiscada por ordem do governo brasileiro. Paris: Armand Colin ET C^{te}, Editeurs, 1895, p. 8.

¹²⁸¹Idem, p. 225.

6.2 – O CASO DA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Uma maneira de observar a posição ocupada pelo café na economia brasileira é recorrer a um ditado popular dos séculos XIX e XX que afirmava: o “Brasil é café”¹²⁸². Para Steven Topik, “o café do Brasil, ao contrário de outros produtos exportáveis de países latino-americanos, era quase todo produzido e em grande parte financiado pelos fazendeiros nacionais, dando à burguesia cafeeira do país uma posição extremamente poderosa¹²⁸³”. Destarte, quando entre 1895 e 1898 a cotação do café e as receitas públicas caíram em 1/3, houve um alarma público onde as acusações recaíram sobre os exportadores britânicos, norte-americanos e alemães que controlavam 90% das exportações¹²⁸⁴. Para Topik a causa real esteve muito mais atrelada em meios termos: os exportadores estrangeiros, a depressão mundial de 1893 e a superprodução do produto, onde a oferta superava a demanda¹²⁸⁵. Apesar do incentivo do governo do Estado de São Paulo para que se diversificasse a plantação, os agricultores continuavam a plantar este produto.

Em 1905, uma comissão brasileira viajou à Europa, em busca de ajuda financeira, incluindo os tradicionais banqueiros brasileiros os Rothschilds, no que não obtiveram sucesso¹²⁸⁶. Com isso, a comissão se voltou para os negociantes de café, em especial Herman Sielcken, um atacadista de Nova York conhecido como o rei do café. Conforme Steve Topik observou, Sielcken era sócio majoritário de uma firma importadora americana, que organizou um consórcio de grandes exportadores e importadores norte-americanos, alemães e franceses que assumiram o compromisso de comprar mais de dois milhões de sacas de café, ao preço médio de sete *cents* por libra-peso.¹²⁸⁷

Should the market rise above seven cents, the Paulista government promised to make no additional purchases, but should the price fall below the stated figure, the government had to make good the difference to the merchants. No more than

¹²⁸² TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987, p 72.

¹²⁸³ Idem, p 73.

¹²⁸⁴ Ibidem, p 86.

¹²⁸⁵ Ibidem, p 76.

¹²⁸⁶ SENSABAUGH, Leon F. “The Coffee-Trust Question in United States-Brazilian Relations: 1912-1913”. **The Hispanic American Historical Review**, vol.26. n° 4 (Nov. 1946), p.480.

¹²⁸⁷ Com isso a valorização incorreu na elevação dos preços de 7 *cents* por libra, em 1907-1908, para além dos 14 *cents*, em 1912. TOPIK, Steven. **Op. Cit.**, p 86.

500.000 bags a month were to be purchased and withdrawn from the market between October 1, 1906 and February 1, 1907. Interest, amortization and other charges were to be provided for by a surtax on each bag of exported coffee. Apparently the state government of Sao Paulo acted alone in the agreement, although the states of Rio de Janeiro and Minas Gerais originally considered the plan¹²⁸⁸.

Seguiu-se a criação da Comissão Executiva do empréstimo, composta por sete membros: quatro apoiados por *Schroder*, dois pela *Société Générale* e um pelo governo de São Paulo, Paulo Prado, da casa Prado Chaves. Cabia à Comissão pagar aos banqueiros o serviço de capital e juros do empréstimo, além das demais obrigações e de liquidar o estoque do café do governo de São Paulo. A Comissão, com reuniões periódicas em Londres, era remunerada com base de 1% sobre o produto das vendas do café que seria feita por Sielcken que o comercializaria diretamente aos negociantes americanos, que se comprometeram a não entregar suas compras à Bolsa de Café de Nova Iorque, o que, conseqüentemente, tornava o produto escasso e mais caro.

Com a queda na demanda mundial, os três governadores dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo reuniram-se, em 25 de fevereiro de 1906, na tentativa de valorizar o café, regular o comércio e promover o aumento do seu consumo. A urgência instava-se pelo próprio produto, que, diferentemente do trigo, não poderia ser estocado por anos, até que os preços melhorassem. Do encontro, surgiu o chamado Convênio de Taubaté, uma proposta *ad hoc* que ilustrou o nível do relacionamento do produto com a sustentação da economia do Estado. Dentre os 15 artigos do documento estavam: a fixação em ouro do preço do café de acordo com os diferentes tipos exportados em seu artigo 1º¹²⁸⁹; autorização ao Estado de São Paulo a negociar um empréstimo de 15 milhões de libras, sendo que o pagamento do empréstimo seria feito com o produto da sobretaxa arrecadada pela União (artigos 6º, 7º e 8º); priorização do aumento do consumo do café. Cabe constatar, entre as incoerências do Convênio, como a União foi relegada a um papel subordinado aos interesses do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Enquanto arrecadadora da sobretaxa do produto e mesmo um árbitro de qualquer questão que pudesse aparecer na execução do convênio, de acordo com o artigo 14º. Porém, sob o

¹²⁸⁸ SENSABAUGH, Leon F. **Op.Cit** , p.481.

¹²⁸⁹ Fixar o seu preço mínimo de 55 a 65 francos em ouro da moeda corrente do país, podendo ser elevado até o máximo de 70 francos, conforme conveniência do mercado.

artigo 8º e seus três parágrafos, encontra-se a maior de todas as discrepâncias do documento no trato para com a União:

Artigo 8º - Para a execução deste convênio, fica o Estado de São Paulo, desde já, autorizado a promover, dentro ou fora do País, com a garantia da sobretaxa de 3 frs., de que trata o art. 6º. e com a responsabilidade solidária dos três Estados, as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado como lastro para a caixa de emissão ouro e conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda. (...) § 3º. Caso se torne necessário o endosso ou fiança da União, para as operações de crédito, serão observadas as disposições do art. 2º, no 10, da Lei no 1.452, de 30 de dezembro de 1905.¹²⁹⁰

O montante do empréstimo citado era enorme, principalmente se comparados a outros feitos no Império e na República. Porém, conforme analisado por Afrânio de Melo Franco, o convênio continha alguns desajustes através dos quais a União não era obrigada a arrecadar taxa-ouro, criada pelos Estados, nem aplicá-la no pagamento de empréstimo externo negociado por eles. “Finalmente os governos interessados se obrigavam a não contratar qualquer outra operação de crédito sobre o café, antes da existente encontrar-se saldada.¹²⁹¹” O que o Convênio de Taubaté deixou claro foi a poderosa influência política dos plantadores de café, ao passar por cima das relações do governo federal, intermediando diretamente as relações econômicas com o exterior. A coadunação da representatividade pública com os interesses particulares também se propagou por meio do Congresso, que autorizou o presidente a concluir acordos com os estados para a sustentação do preço do café.

Tal permissão colocou o poder executivo como fiador de qualquer empréstimo de valorização que os estados responsáveis pelo empréstimo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fizessem. O Estado também serviria de lastro para a chamada Caixa de Conversão, cuja finalidade era a fixação do valor-moeda. Esta medida que lidava com o manejo cambial, consistia em uma medida que favorecia largamente o exportador, ao

¹²⁹⁰ Convênio de Taubaté, 26 de fevereiro de 1906.

¹²⁹¹ O produto da taxa, meio de liquidação do empréstimo, era entregue a câmbio fixo à casa exportadora [alemã] *Theodor Wille & Cia*, de Santos, que funcionava como agente dos dois primeiros bancos citados. Os títulos foram entregues a estes ao tipo de 93% do valor nominal, correspondendo à diferença à comissão dos banqueiros pelo lançamento. Além disso, os banqueiros tinham comissão sobre o pagamento parcelado dos juros e amortizações, bem como compensação por todas as despesas, tais como anúncios, telegramas, correspondência postal e outras. FRANCO, Afonso Arinos de M. **Rodrigues Alves** – Apogeu e declínio do presidencialismo. vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 197, p. 657 e 658.

comprar letras estrangeiras por preço superior ao mercado. Por isso, o convênio gerou protestos por parte dos produtores de açúcar, tabaco e borracha, que queriam ajuda federal do mesmo porte. Também há que se verificar que muitos fazendeiros mineiros e fluminenses seriam excluídos do plano, por produzirem um café considerado de qualidade inferior, originários de lavouras mais velhas, enquanto que o plano previa que apenas a produção do café de qualidade superior seria apoiada.

O então presidente da República, Rodrigues Alves discordava da criação da Caixa de Conversão ou Estabilizadora, por acreditar que o país não poderia arcar com tais despesas para controlar os preços nos mercados mundiais. Por haver sido ministro da fazenda de Prudente de Moraes, nos idos de 1894 a 1896, Alves conhecia os problemas da balança de pagamentos do país, além de haver se comprometido com o *funding-loan*. A posição dos tradicionais banqueiros brasileiros, os britânicos Rothschild, equiparava-se à do presidente, porém, Alves era um presidente em fim de mandato, daí os acordos só haverem sido aprovados pelo seu sucessor, Afonso Pena, a despeito da oposição de muitos políticos. Conforme observado por Steven Topik,¹²⁹² ao final, os paulistas haviam conseguido o apoio federal por causa do seu poder financeiro e de sua determinação política, o que lhes permitia iniciar uma valorização do produto quase que sozinhos.

No entanto, a recessão mundial de 1907 atrasou a promessa do governo federal de levantar fundos para que São Paulo pudesse sustentar a valorização. Este estado, que já contava com a ajuda, havia iniciado a valorização por conta de um empréstimo de um milhão de libras, concedido por um ano pela *Deutsche Discont Gesellschaft*, em 1906. Quando, apesar de todos os esforços ao final de 1907, o fracasso do esquema era evidente, a oposição dos Rothschild¹²⁹³ contribuiu para a desconfiança dos demais banqueiros europeus.¹²⁹⁴ Destarte, vendo-se acuados e sem dinheiro, os paulistas recorreram aos importadores e exportadores de café. Seguiu então um esquema para tentar salvar o investimento no café. Em dezembro de 1908, o governo de São Paulo concluiu um acordo no valor de quinze milhões de libras com o Banco Schroder, do inglês Henry Shroder, e a

¹²⁹² TOPIK, Steven. **Op.Cit**, p 85.

¹²⁹³ Note-se que os Rothschild, tradicionais banqueiros do governo brasileiro, não tinham interesses no comércio do café pela pouca saída do produto na Inglaterra.

¹²⁹⁴ VINHOSA, Francisco. Domício da Gama e a questão do truste do café (1912- 1913). **Revista do IFCS**. Rio de Janeiro, n. 1, janeiro/junho, 1981.

Société Générale. Dez milhões do Schroder e cinco da *Société*; porém, mais tarde a *Société* vendeu 2 milhões para os banqueiros norte-americanos, J.P.Morgan e *First National City Bank*.

O empréstimo foi garantido pela taxa especial de 3% ouro sobre cada saca de café exportada aos preços do Convênio de Taubaté e pelo valor do café comprado pelo governo paulista. Com o empréstimo, o governo de São Paulo repetiu a ação de 1905, comprando grandes quantidades e retendo uma parte para manter o preço, vendendo a outra para pagamento do empréstimo. Por volta de 1908, cerca de 11 milhões de sacas já haviam sido compradas pelo estado, sendo que aproximadamente 7 milhões estavam armazenadas, à disposição da Comissão, em Nova Iorque, Havre, Antuérpia, Londres, Rotterdam, Bremen, Trieste e Marselha. Assim, quando as sacas foram entregues aos banqueiros, estes as sobretaxaram. Para controlar a sua venda, criaram o Comitê da Valorização, com apenas um comerciante a controlar a venda, Herman Sielcken.

Os Estados Unidos da América tinham um *status* de comércio preferencial no mercado brasileiro, o que significava o recebimento de favores aduaneiros de 30% para uma série de produtos. Além de serem consumidores de cerca de 40% de toda a produção brasileira de café, ou seja, 7.200.000 sacas de café de 60 quilos. Em fevereiro de 1911, o deputado George Norris do Nebraska, solicitou um pedido de informações sobre a possibilidade de os Estados Unidos da América retaliar o Brasil nos impostos alfandegários. O pedido abriu espaço para a primeira das investigações por parte do Congresso norte-americano, sob o endosso do Departamento de Justiça. Norris alegava que o “grande truste internacional do café” estava não somente explorando o consumidor norte-americano, como também o plano da valorização custava a estes mais de 35 milhões de dólares por ano¹²⁹⁵. Norris protestou contra o governo de São Paulo, porque achava que esse precedente seria um sinal de nova fase na criação de trustes, em que “as próprias nações acabam participando nas grandes combinações para monopolizar a produção do próprio país às custas dos consumidores no resto do mundo¹²⁹⁶”. Rinaldo Lima e Silva, então encarregado da embaixada após a morte de Joaquim Nabuco, conseguiu que se

¹²⁹⁵ FISCHER, Bart S. **The international coffee Agreement** – A study in coffee Diplomacy. New York, Praeger Publishers, 1972, p. 13.

¹²⁹⁶ Idem.

amortecesse a proposta, que passou a deixar de referir-se diretamente ao Brasil. Com isso, o governo dos Estados Unidos preferiu reclamar por vantagens fiscais para os seus produtos.

Em 15 de maio de 1911, o barão do Rio Branco informou ao então presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, que o governo norte-americano havia solicitado a Lima e Silva informações sobre preços de venda, nos Estados Unidos e na Europa, de 1.200.000 sacas de café, por causa de um inquérito na Câmara dos Deputados. Foi este o ponto da situação encontrada por Domício da Gama quando este chegou aos Estados Unidos da América, em 11 de junho de 1911. Sua introdução oficial pelo presidente Taft ocorreu cinco dias depois. Na ocasião houve, como de praxe, uma troca de discursos onde o tom cordial e benevolente sobressaía dos dois lados¹²⁹⁷. Sete dias depois, Gama iniciou as conversações com Philander Knox sobre o caso do café. O seu argumento principal foi o de que o Governo de São Paulo não teve outro intuito, que não ser o de proteger os fazendeiros contra a baixa gradual dos preços do café. “Julgo necessário acrescentar que os preços alcançados actualmente não são superiores aos preços médios dos últimos vinte e cinco annos, apesar da alta de todos os artigos commerciaes, especialmente nos Estados Unidos”¹²⁹⁸.

O Departamento de Justiça norte-americano iniciou uma investigação sobre o caso instituindo William T Chantland para investigar a natureza das operações de valorização no país. Em seu relatório de 6 de setembro de 1911, ele declarou que:

¹²⁹⁷ “Aprecio devidamente a honra e a responsabilidade de haver sido escolhido para representar o meu país na grande nacao, leader da civilização na América e á qual nos ligam desde os primeiros dias de nossa existência política múltiplos laços de forte e constante amizade, em tantas occasiões manifestada. Mas para animar-me a bem cumprir a minha grata missão eu conto com o apoio benevolente do Governo Americano, sempre dispensado a nossa representação em Washington e particularmente ao grande homem público, que foi meu chefe e a quem agora, pela mais triste das circunstancias, que é a sua perda, venho substituir no posto que elle tão brilhantemente ocupou. E também considero de bom augúrio o facto de vir encerrar a minha carreira diplomática no mesmo país onde há muitos annos a comecei sob as ordens do estadista eminente que hoje felizmente dirige a política exterior do Brasil. E com estes sentimentos, senhor presidente, que eu venho trazer a vossa excellencia os cumprimentos do Presidente dos Estados Unidos do Brasil e os votos cordiaes que tanto elle como seu Governo e todos os Brasileiros fazemos pela felicidade pessoal de Vossa Excellencia e pela crescente prosperidade e gloria da nobre nação americana”. Ofício de Domício da Gama a Philander Knox, Washington, 28 de junho de 1911. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1911 abr/dez, 234.1.12.

¹²⁹⁸ Carta de Domício da Gama a Philander Knox, Washington, 19 de junho de 1911. AHI, MDB, Washington, Ofícios abr/dez 1911, 234.1.12.

value shall be the result only of natural market conditions of supply and demand and competition and that anything which seeks to and does fix prices artificially at a different level is frowned upon and made illegal in most States by statute, and illegal by federal statute where such artificially fixed prices are the direct result of some restraint upon interstate commerce if produced as a result of any contract or combination or conspiracy¹²⁹⁹.

Segundo Sensabaugh, Chantland acreditava que o governo norte-americano “*should not sit by supinely and see its people imposed on by coffee traders, financiers, and others who are operating to help out a foreign country in direct violation of our plain statutes*”.¹³⁰⁰ Para Chantland, o Brasil havia se beneficiado enormemente do plano de valorização nos Estados Unidos da América, recomendando, com base nas leis antitrustes norte-americanas, uma ação legal com base nos artigos 73 e 76 da lei tarifária de Wilson-Gorman, de 1894. Segundo Sensabaugh for a um ato similar ao *Sherman anti-trust act*¹³⁰¹.

Domício da Gama discordava do tratamento dispensado pelo governo brasileiro aos norte-americanos, porque estes entendiam a concessão como algo devido, e não como uma relação comercial de dois lados equilibrados. Neste momento ele está consoante ao discurso feito por Silvino Gurgel do Amaral em 1905 no Clube Comercial de Kansas City¹³⁰², ocasião em que este ressaltara que a reciprocidade mercantil entre os dois países só seria mais próxima se os homens de comércio vissem o potencial do mercado sul-americano. Em 18 de dezembro de 1912, o *New York American* publicou a matéria “*Brazil’s ambassador pleads for reciprocity*”,¹³⁰³ reproduzindo o teor completo da nota, bem como um retrato de Gama, que o embaixador brasileiro havia enviado ao jornal:

To the editor of the New York American: I am heartily in favour of anything which will go toward bringing a closer commercial union between the United States and Latin America. If a treaty could be made by which the commerce of both countries would be benefitted. I would gladly favor its adoption and feel sure that my country would do likewise. Not having a concrete proposition of the relative merits of specific points, I can say no more at the present time, but I do think that reciprocity on lines somewhat similar to that advocated so patriotically

¹²⁹⁹ SENSABAUGH, Leon F. **Op.Cit** , p.483.

¹³⁰⁰ Idem, p.484.

¹³⁰¹ Curiosamente a assinatura da *Sherman Anti-Trust* ocorreu no mesmo período em que Domício da Gama lá morou.

¹³⁰² Ofício de Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco, 04 de dezembro de 1906. AHI, MDB, wsh, Ofícios 234.1.5.

¹³⁰³ *New York American*, 19 de dezembro de 1911.

by Mr. Hearst would be to the advantage of all countries involved. Domício da Gama, ambassador from Brazil.¹³⁰⁴

No longo ofício de 31 de janeiro de 1912 ao barão do Rio Branco, Domício voltou a abalizar a permanência da situação denunciada por Silvino Gurgel do Amaral em 1906 sobre a reciprocidade mercantil entre os dois países. O próprio Domício havia se oferecido a Philander Knox para “informal-o com toda a franqueza sobre pontos pertinentes e concretos da política americana na América do Sul. Agradeceu-me, mas não creio que me consulte nunca, porque sabe que não concordamos fundamentalmente. É preferível, entretanto, que elle pondere essa opposição, para não exceder-se em pretensões connosco ou, pelo menos, ser cauteloso no apresental-as”.¹³⁰⁵ A grande preocupação de Domício da Gama era com a possibilidade de um apadrinhamento oficial à causa, o que poderia ser contraproducente para o Brasil, devido à “nossa extrema suscetibilidade tratando com nação poderosa”.¹³⁰⁶ Neste raciocínio ele estava acompanhado por Rio Branco¹³⁰⁷.

Essa preocupação de Domício da Gama sedimentava-se pelo fato de os próprios jornais norte-americanos começarem a indicar que haveria uma expansão da diplomacia do dólar. O *New York Herald* de primeiro de janeiro de 1912 haver cedido largo espaço à uma matéria intitulada “*dollar diplomacy’ to grow in 1912*” baseada na visão do assistente da Secretaria do Estado Huntington Wilson que afirmara que a “*dollar diplomacy has come to stay. It’s bound to stay because it is a good thing*”¹³⁰⁸. Três dias depois, em adendo à carta do marechal Floriano, Gama disse estar testemunhando o que chamou de

ânimo nacional americano em plena expansibilidade. Uma das francas e singelas declarações do Presidente foi que os Estados Unidos têm o direito de intervir como irmão maior (big brother) na vida política das irmãs intranquilas, para ensinar-lhes como se vive. E citou casos em que já disso tiraram proveito dois vizinhos (poderia citar mais se quisesse) e foi aplaudido. A novidade nesse manifesto politico e a afirmação do direito de tutela, posta em prática antes de se firmar doutrina. Esta será a doutrina Taft ou Knox, se Roosevelt não reclamar que lhe deem o seu nome.¹³⁰⁹

¹³⁰⁴ Idem.

¹³⁰⁵ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Washington, 31 de janeiro de 1912. AHI, MDB. Washington, Ofícios, 1912. 234.1.13.

¹³⁰⁶ Idem.

¹³⁰⁷ Ibidem.

¹³⁰⁸ *New York Herald*, 01 de janeiro de 1912.

¹³⁰⁹ Carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

Domício, desconfiado dos efeitos que a diplomacia do dólar teria sobre o comportamento norte-americano, dizia a Rio Branco: “sejamos nós a resistência salutar aos abusos de poder deste governo, a quem a adulação e subserviência geral fazem tudo fácil e assim nos mostraremos mais seus amigos, desviando deles antipatias e ressentimentos nacionais¹³¹⁰”. Aqui ele reproduz a visão de Jean Baptiste Duroselle sobre a diplomacia do dólar ser um aspecto de utilização da máquina diplomática do Estado para ajudar as operações financeiras no exterior¹³¹¹. Sendo sondado pela *Bethlemen Steel Company*, sobre a provável data de abertura de concorrência do mercado naval brasileiro para a construção de um porto militar no Brasil. O próprio Huntington Wilson pediu, cortesmente, a sua coadjuvação pessoal na movimentação comercial, sem reclamar privilégios. “A minha resposta foi apenas polida, e voluntariamente fria, diferente do que seria se não tivesse lido a nota do Encarregado de Negócios Rives, de 22 de dezembro, e se não tivesse recebido a carta do Sr. Clark, de 18 deste mez, impertinentes ambas. Já sobre mim ao menos tem acção contraproducente a ‘diplomacia do dollar’¹³¹²”.

6.2.1 – DA MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO À ASCENSÃO DE LAURO MÜLLER

No Brasil, o barão do Rio Branco havia se abalado profundamente com três problemas da política interna brasileira. Primeiramente, o próprio governo do marechal Hermes da Fonseca que seria segundo Álvaro Lins, uma verdadeira “desgraça nacional¹³¹³”. Em segundo lugar, a revolta da chibata¹³¹⁴ que foi segundo Carlos de Laet, um tremendo abalo para quem sonhara com “um Brasil forte”, o que lhe fez compreender “quão longe nos achávamos do seu ideal¹³¹⁵”. O terceiro e derradeiro problema foi o bombardeio na Bahia em 10 de janeiro de 1912, ante o qual ele chegara a pedir demissão do cargo. O tamanho do abalo do Barão pode ser medido pelas palavras de José Marcelino que, ao sair

¹³¹⁰ Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Washington, 31 de janeiro de 1912. AHI, MDB. Washington, Offícios, 1912. 234.1.13.

¹³¹¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**, p. 110.

¹³¹² Ofício de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Washington, 31 de janeiro de 1912. **Op. Cit.**

¹³¹³ LINS, Álvaro. **Op. Cit.** p. 467.

¹³¹⁴ Movimento ocorrido em 22 de novembro de 1910 liderado pelo marinheiro negro João Cândido contra o regime dos castigos corporais na marinha.

¹³¹⁵ LINS, Álvaro. **Op. Cit.**, p.468; RICUPERO, Rubens. **Rio Branco**. O Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000. p. 67.

do Itamaraty no final de janeiro afirmara: “Paranhos está morto”.¹³¹⁶ Ansioso por notícias Domício da Gama pedia notícias a Enéas Martins¹³¹⁷ que o inteirou do caso:

Pretexto cumprir habeas corpus dado por Juiz Federal a congressistas amigos Seabra e que anda não era exequível por prender recurso Supremo tribunal Federal tropa federal Bahia atacou forças estaduaes que ocupavam casa Congresso e praça STOP Bombardeados palácio e outros edifícios sendo aquelle incendiado STOP Foi uma vergonha além do mais estúpidamente levado a cabo mas que Hermes acha muito direito STOP Indignação é geral mesmo entre políticos dirigentes que agora procuram como concessão opinião ver se Seabra deixa o Ministério e General Sotero de Menezes que ordenou bombardeiro responda Conselho STOP Julgo não se conseguirá STOP Conseqüência dessa violência amigos Seabra puderam com forma aparentemente legal tomar conta Governo e presidir eleição daquelle para governador que deve ser 28 deste STOP Barão está findando reforma e desgostósissimo STOP Por crise moléstia está desde muitos dias Petrópolis mas para elle se voltam pedidos toda parte inclusive políticos sentido intervir junto Presidente ao menos salvar aparências STOP Nada posso affirmar se obtenha mas continuamos trabalhando e todos unidos mesmo sentido porém Seabra tem por si a família e a fraqueza do Presidente STOP Nossa situação interna me parece gravíssima.¹³¹⁸

Fisicamente, a luta do barão do Rio Branco pela vida começou em 5 de fevereiro de 1912, um ano exato após a congestão cerebral do filho Raul. Nos quatro dias seguintes, ele teve ataques de uremia, arteriosclerose, e cegueira seguida de delírios. Domício da Gama acompanhou o caso por intermédio de Enéas Martins: “crise mais grave que julgo Pnto Ainda difícil prognosticar”,¹³¹⁹ “Estado saúde Barão agravou se muito esta madrugada¹³²⁰”. Na madrugada do dia 9 de fevereiro, entrou em agonia, vindo a falecer às 9h10 da manhã do dia 10 de fevereiro. O *New York Herald* noticiou sua morte sob o título “*Grand old man of Brazil dead*”.¹³²¹ Na matéria, acompanhada de foto, o jornal afirmava que Rio Branco fora o homem mais popular do Brasil. O teor do telegrama oficial chegado à embaixada no dia seguinte dizia apenas: "Com profundo sentimento cumpro doloroso

¹³¹⁶ LINS, Álvaro. **Rio-Branco**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995, p. 442.

¹³¹⁷ Telegrama de Domício da Gama a Enéas Martins. 17 de janeiro de 1912. AHI, MDB. Washington, Telegramas Recebidos, 1911 a 1912. 235.3.6.

¹³¹⁸ Telegrama de Enéas Martins a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235.4.2.

¹³¹⁹ Idem.

¹³²⁰ Telegrama de Enéas Martins a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235.4.2

¹³²¹ *New York Herald*, 11 de fevereiro de 1912.

dever comunicar que nosso benemérito chefe barão do Rio Branco faleceu às 9 e 10 da manhã. Queira avisar consulados d’esse paiz.”¹³²²

De Lima, Mário de Alencar disse a Domício da Gama que, além da família, ninguém mais tinha direito a receber pêsames do que ele: “V. Que o conhecia como poucos, que o queria como ninguém¹³²³”. O alcance do abatimento de Gama pode ser percebido nas entrelinhas de duas notas uma a Enéas Martins e a outra a Lauro Müller. A Martins afiançou sentir-se dividido entre o dever a cumprir e o homem: “com calma abnegação coragem tratemos attenuar efeitos desgraça nacional que nos não deve abater sempre teremos seu exemplo magnífico nos animar guiar¹³²⁴”. E confirmando a intuição de Alencar afirmou “não vejo quem dar pêsames sinto-me o mais ferido¹³²⁵”. A Lauro Müller disse:

somente essa desoladora notícia poz termo à esperança que ainda nutríamos de que a sua poderosa resistência orgânica vencesse na crise que o prostrara cinco dias antes. Já os jornaes se tinham antecipado em annunciar sua morte e nas respostas aos telegrammas de pezames eu ainda exprimia a esperança, feita sobretudo de desejo, que ele escapasse. Não preciso insistir na manifestação do meu sentimento pessoal nestes dias escuros para todo coração verdadeiramente brasileiro. Vossa Excellência bem o pressentiu quando, depois de annunciar officialmente a sua tomada de posse como sucessor do barão do Rio Branco no Ministério telegraphou-me pessoalmente em termos que penhoram a minha gratidão.¹³²⁶

Enquanto se iniciavam os preparativos para o funeral a grande pergunta era sobre quem o sucederia. Houve uma intensa movimentação telegráfica entre Domício da Gama e Enéas Martins, em sua maioria cifrada, nos dias subseqüentes à morte de Rio Branco. “Entendo você deve tomar pasta 6889 chame Luis Dantas ajudalo ponto 3800 prometteu sinimbu directoria secção ponto Supponho 3800 12940 ter inconsciente minha resposta offerecimento sub secretarias ponto disponham pois de mim como for mais util ponto¹³²⁷”; “não sendo você Ministro Relações Exteriores poderia ser Lauro(13183)¹³²⁸”. No dia 11 de

¹³²² Telegrama do ministério das relações exteriores à embaixada brasileira em Washington, 10 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios recebidos, 1912. 233.1.13.

¹³²³ Carta de Mário de Alencar a Domício da Gama. Lima 17 de fevereiro de 1912. ABL, 09.4.09.

¹³²⁴ Telegrama de Domício da Gama a Enéas Martins. Washington, 10 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235.4.2.

¹³²⁵ Idem

¹³²⁶ Ibidem.

¹³²⁷ Ibidem.

¹³²⁸ Ibidem.

fevereiro, Gama dizia: “Communique Bu(4164) Chile(12944) es seguinte 27284 trate impedir algum político tome pasta exteriores 27285 necessário continuar política do 2800¹³²⁹”. A notícia sobre quem seria o sucessor foi enviada por Enéas Martins em telegrama “pessoal ao Embaixador Gama. Ministro será Lauro Müller que está accordo commigo só tendo eu aceito trabalhar com elle, como me pediu, se não tocar em nada da obra do Barão. Penso pormenores depois, mas pode fazer tranquillo porque [25678] normalmente de você. Estamos accordo¹³³⁰”. Segundo Mário Alencar, a nomeação de Lauro Müller havia produzido estranheza em Lima, porque haviam corrido notícias de que Domício da Gama havia sido chamado para suceder a Rio Branco.

Todo o mundo, como eu, achava que era essa a única solução, já que o barão estava perdido, a dificuldade que se encontrava o Brasil em escolher sucessor a um homem como ele. Ninguém como V. conhecia seu modo de pensar, sua política e era da sua confiança e tem no estrangeiro nome feito de diplomata, pelos serviços prestados nas legações em que V. esteve. O sucessor natural do Barão era V., afirmação unânime no Brasil e em outros países.¹³³¹

Em janeiro de 1910, o *La Noche* de Buenos Aires afirmava que o barão do Rio Branco tinha a intenção de sair do comando da chancelaria e passaria o seu lugar para Domício da Gama. Para o jornal, Gama representava não o tipo tradicional do diplomático latino americano, cerimonioso e frio, mas “*em él la acogida es franca e sonriente; el gesto, cordial*¹³³²”. Porém, não se percebe possibilidade alguma de Domício da Gama vir a substituir Rio Branco neste momento. Em uma carta escrita a Graça Aranha em 1902, Gama havia dito que mesmo que Rio Branco viesse a perder o seu prestígio, “popularidade, os resultados da sua actividade anterior sempre ahí estarão para attestar os que elle vale¹³³³”. Porém, no caso de Domício não havia no meio político brasileiro, nem popularidade ou reconhecimento, que o meio diplomático lhe angariava. Para o meio político brasileiro Domício da Gama era o satélite preferido de Rio Branco, e sobre o qual ainda pairavam dúvidas sobre a sua real competência. Em um artigo chamado *A obra do Itamaraty*, publicado em *O Paiz*, Gilberto Amado afirmou que o grande problema de Rio

¹³²⁹ O telegrama está parcialmente cifrado. Telegrama de Domício da Gama a Enéas Martins, 11 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Recebidos, 1911 a 1912. 235.3.6.

¹³³⁰ Idem.

¹³³¹ Carta de Mário de Alencar a Domício da Gama. Lima 17 de fevereiro de 1912. ABL, 09.4.09.

¹³³² *La Noche*, 27 de janeiro de 1910. IHGB, CDG, DL 646,13.

¹³³³ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 28 de julho de 1902. ABL, AGA, 10.3.13.

Branco fora a “ausência de intervenção nas questões de ordem econômica¹³³⁴”. Lacuna essa que teria se estendido até na escolha dos seus representantes. “Poder-se-hia jamais compreender ou figurar o sr. Domício da Gama em Washington, referindo-se num discurso à excellência de nosso café sobre o de Java ou preconizando o uso do nosso assucar de preferência ao de beterraba?¹³³⁵”?

Gilberto Amado considerou ainda mais dois aspectos: em primeiro lugar, a escolha de Lauro Müller, útil por haver sido este “um trabalhador activo e uma intelligência subtil como unanimemente commentaram os jornaes¹³³⁶”. O segundo enfoque foi o fato de que ele viria a iniciar uma diplomacia desconhecida no Brasil. O incógnito aqui estaria atrelado à ordem econômica, que no entender de Amado era uma área diferente da capacidade de abordagem de Domício da Gama. Deste modo, esta diplomacia desconhecida não daria espaço a um “satélite”, logo continuador, o que significaria ser, como Rio Branco, “mais um diplomata do direito internacional público que do direito internacional privado¹³³⁷”.

Pessoalmente esta perspectiva tampouco parecia atraí-lo. Seus telegramas enviados a Martins deixam transparecer muito mais a vontade de ascensão deste do que do próprio Domício. Não se consegue perceber naquele momento, em que ele se preocupava com a continuação do trabalho de Rio Branco, um átimo de ambição pessoal para ocupar o cargo de ministro das relações exteriores. A tentativa de modificar seu *inner self* não se concretizara e ele continuava a não ambicionar o generalato. De fato, Gama parecia pender muito mais para a indicação original do seu discurso de encerrar a carreira naquele posto do que ir para o ministério.

6.2.2 – DOMÍCIO DA GAMA E LAURO MÜLLER

Ainda que Gama tivesse se mostrado reticente quanto à exteriorização de seus sentimentos, e tivesse evitado se manifestar publicamente sobre Rio Branco, a dívida sobre

¹³³⁴ *O Paiz*, 22 de fevereiro de 1912.

¹³³⁵ *Idem*.

¹³³⁶ *Ibidem*.

¹³³⁷ *Ibidem*.

o real significado em termos geopolíticos sobre a troca de comando no Itamaraty se instalou. Alheio à movimentação brasileira, o continente assistia a uma revolução no Paraguai. Enquanto o Departamento de Estado norte-americano recebia um memorando da República Argentina sobre os motivos do rompimento das relações diplomáticas com o Paraguai¹³³⁸, o *New York Herald* do mesmo dia reportava a opinião de John Barret, Diretor da União Pan-Americana contrário a qualquer possibilidade de intervenção no caso. “É tempo de parar com essa descuidada conversa de intervenção nos negócios de nossos vizinhos¹³³⁹”. Neste contexto, Gama recebeu um convite para participar da sociedade americana de arbitramento internacional. Receoso pelos possíveis desdobramentos do caso ele sugeriu declarar ausência à época do evento supracitado evitando assim qualquer declaração contrária ao caso. “Julgo inconveniente assistir calado manifestações favor instituição perigosa soberania nações fracas, destruidora orgulho nacional, que é uma realidade necessária, por amor da justiça internacional que ainda é uma utopia; mas também penso melhor abster-me por ora declarações públicas, trabalhando, sim, propaganda particular persuasiva¹³⁴⁰”.

A suspeita de Domício da Gama quanto à proposta de arbitragem foi devido ao que chamou de grave declaração proferida pelo presidente Taft: a de querer que os tratados gerais de arbitragem fossem preliminares para a criação de uma “Corte de Arbitragem permanente, formada pelas nações poderosas e perante a qual possa ser acusada qualquer nação por outra que ella tenha offendido ou que julgue ter della recebido offensa. E a sentença que essa Corte Suprema pronunciar terá de ser cumprida compulsoriamente como a de qualquer outro tribunal distribuindo normalmente justiça de acordo com as leis nacionaes¹³⁴¹”. E segundo afirmou ao presidente brasileiro, o Brasil era uma nação considerada como pequena para o caso¹³⁴². E, para ele, esta ambígua solidariedade norte americana era dita da maneira mais clara possível:

¹³³⁸ Telegrama de Domício da Gama a Enéas Martins. Washington, 18 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Recebidos, 1911 a 1912. 235.3.6.

¹³³⁹ *New York Herald*, 18 de fevereiro de 1912.

¹³⁴⁰ Telegrama de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 21 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Recebidos, 1911 a 1912. 235.3.6.

¹³⁴¹ Carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

¹³⁴² Idem.

Aqui tem V. Excellencia desenhada toda a ambição política de uma nação mimosa da fortuna e que não duvida jamais que querer seja poder (...) se consideram povo eleito para guiar a humanidade... Grande perigo temos pela frente, Sr. Marechal, se não começarmos a pensar na resistência a essa dominação política anunciada em forma de tribunal que não seria senão uma aliança disfarçada para fazer a lei sobre povos menores. Por bem intencionado que seja essa intrusão, é uma revolução no direito internacional. Uma diminuição da soberania de Estados ao ponto de reduzi-los a simples personalidades dependentes, passivas de processo e julgamento e pena, do simples particulares sem privilegio deante dessa justiça superior de nações poderosas. E se não pudermos resistir isoladamente ao concerto político que nos trata de arraia miúda, não teremos acaso na América do Sul.¹³⁴³

A sugestão foi feita a Müller sem que este tivesse se manifestado sobre qual linha de trabalho iria adotar. Dois dias depois ele recebeu um telegrama de Lauro Müller sobre a situação paraguaia. Nele Müller afirmava que apesar da melhora nas relações com a Argentina, “não podemos ser indiferentes¹³⁴⁴” ao caso. Ante a preocupação de reestabelecimento da tranquilidade geral, Müller entendia que a melhor saída seria que tanto o Brasil quanto a Argentina observassem a mesma doutrina que os Estados Unidos. Segundo o chanceler, “República Argentina chegou insinuar ao tempo do meu antecessor em conversa necessidade de ter de ocupar qualquer porção de território especialmente o Chaco como satisfação. Não nos apercebemos insinuação¹³⁴⁵”. Ao final, Müller envia a primeira instrução a Domício da Gama:

Seria conveniente V. Ex. conversar com cautela ahi com Secretário de Estado no sentido de podermos falar certos do apoio dos Estados Unidos nesse sentido. Não podemos acceder à suggestão da República Argentina de intervir militarmente para pacificar o paiz, mas agora parece opportuno procurar pôr termo à situação de ruína do Paraguay e de inquietação e de sobressalto para os vizinhos. Ministro Argentino regressa até o fim do mês e queríamos até esse tempo conhecer por intermédio de V.Ex. opinião do Governo Americano com quem desejamos sempre marchar de accordo.¹³⁴⁶

Ao mesmo tempo, Enéas Martins despachava um telegrama pessoal a Gama, prevenindo-o que “insinuação sobre ocupação Chaco por Argentina segundo me telegraphou Motta não foi feita a elle. Barão, porém me autorizou communicar tal insinuação ao Presidente quando lhe fui falar pelo Barão em meados janeiro. Estou

¹³⁴³ Ibidem. Aqui esta ação pode ser vista como um alerta para o caso da entrada do Brasil na Liga das Nações.

¹³⁴⁴ Telegrama de Lauro Müller a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915, 235.4.2.

¹³⁴⁵ Idem.

¹³⁴⁶ Ibidem.

verificando como e onde foi feita. Mantenhamos isso somente para nós”.¹³⁴⁷ Com base neste telegrama, infere-se que Müller não estava totalmente informado sobre o caso paraguaio. Entende-se aqui que, o fator tempo *versus* necessidade de tomar decisões, pesava contra ele. Porém, a afirmação de buscar marchar de acordo com o governo norte-americano deve ter sobressaltado Domício da Gama, que em sua resposta buscou aconselhá-lo sobre a melhor atitude a ser tomada:

15. Sábado. Agradeço a Vossa Excellência excellente telegramma hontem resumindo situação Paraguay. Secretário de Estado ausente até abril visita Repúblicas vizinhas e Presidente da República preocupado acompanha reeleição talvez não prestasse atenção assumpto interesse remoto para elle. Mas ainda que aqui estivesse Secretário eu pediria a V.Ex. licença para não informal-o sequer do que pretendemos fazer na vizinhança, garantindo assim inteira liberdade acção como sempre tivemos, e evitando conselhos que porventura nos quizessem dar. Aliás, o próprio Secretário de Estado, quando há tempos insinuei conveniência aconselhar consiliação difficuldades Pacífico, manifestou propósito abstenção política sul americana e desejo que nós com Argentina e Chile exercéssemos mesma acção no sul que Estados Unidos no norte Revelando-lhe eu então receio de Nabuco que uma tríplice intelligência cordial fosse mal vista pelos Estados Unidos, elle affirmou não haver motivo para tal receio. Ora, independente de outras considerações que reservo correio, V.Ex. poderia aproveitar agora caso concreto Paraguay para assentar essa política de accordo entre nações mais adeantadas fim ajudar vizinhos nas suas difficuldades, promovendo paz sem outro interesse immediato em vista. E, se nossa proposta fosse acolhida friamente pela República Argentina, isso traria vantagem aclarar situação internacional para nosso procedimento ulterior. Penso, entretanto, não devemos buscar nos Estados Unidos nenhum conselho nossa política sul-americana, nem aprovação resoluções tomadas, para não abrir caminho, pretensões inadmissíveis, nesse e noutro terreno, como vai sendo tendência. Rogo V. Exa. dizer se concorda com esta opinião que manifesto lealmente como collaborador affectuosa. Devo declarar que aqui não fizeram à República Argentina nenhuma promessa auxílio ou cooperação, cousa que não entram nos seus usos. Gama¹³⁴⁸

A certeza de que Domício havia se preocupado com o discurso do chanceler está no fato de logo no dia seguinte Gama haver telegrafado a Enéas Martins perguntando sobre a reação de Müller ao seu telegrama. Nele, Gama aproveitou para pedir a Martins que convencesse Müller de que ele não era um homem de opiniões imprudentes e sim, alguém bem informado do ambiente interno norte-americano¹³⁴⁹. Com esta preocupação em mente, bem como a possibilidade de um marchar com os Estados Unidos da América à vista,

¹³⁴⁷ Telegrama de Enéas Martins a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Expedidos, 1911 a 1915. 235.4.2.

¹³⁴⁸ Idem.

¹³⁴⁹ Telegrama de Domício da Gama a Enéas Martins. 25 de fevereiro de 1912. AHI, MDB, Washington, Telegramas Recebidos, 1911 a 1912. 235.3.6.

Gama enviou um ofício a Müller, talvez o documento mais conhecido de toda a sua história, em que ele optou por embasar os perigos de um marchar com os Estados Unidos da América:

Sobre como deve ser o nosso procedimento político junto a este governo. Está bem claro que resistindo às pretenções que nos pareçam excessivas da parte de uma nação poderosa, nos lhe prestamos, ao mesmo tempo o serviço de indicar os limites além dos quaes seria inconveniente adeantar-se, por isso mesmo que é poderosa. Esta gente prática não é dada a ressentimentos injustos e sabe reconhecer direitos bem defendidos. Do que não entende muito é de melindres nacionaes alheios e isso por falta de experiência, que se dá a lições da história. Agora, para que não possam interpretar mal a nossa usual cortezia e deferência para com as nações amigas, eu proponho que aos Estados Unidos não de ao Brasil mais provas de consideração do que ao que d'elle receba, que nos colloquemos mesmo em postura de retribuir e não de adeantar, já que o açodamento só serviria pra nos desprestigiar, como a outros acontece. Vossa Excellencia sabe que este costume de adular aos Estados Unidos começou pela Europa. As esperanças de protecção ou de amizade efficaz, que durante tanto tempo alimentaram alguns paizes sulamericanos no meio das suas contendas com os vizinhos, não chegariam a servir de exemplo. Os seus desenganos, sim, nos ensinariam, se precisássemos d'essa licção. Mas as nações da Europa que, em sua interesseira condescendência, tanto tem contribuído para augmentar o orgulho d'este povo afortunado, allegou a necessidade de se não deixarem supplantar umas pelas outras, mudando de maneira para com elle. Ora o que as grandes nações europeias julgam que não podem cessar de fazer nós, nação ainda pequena mas attenta ao seu grande futuro, não devemos começar a fazer, sabendo quanto é difficil mudar uma política consagrada pelo tempo e por precedentes históricos. Nós temos sobre os outros as vantagens de não sermos pretendentes, de não termos compromissos internacionaes nem complicações internas de carácter orgânico ou herança, para cuja solução requeiramos apoio ou cooperação do estrangeiro. Esta situação de completa integridade e desassombro é que conviria não somente manter como ainda chamar para ella a attenção pública, dentro e fora do paiz, para crédito e proveito nosso. E eu sugeriria a V. Exa. que fosse este um dos pontos de empenho do seu programa político: mostrar-nos ao mundo como uma *Self Made Nation*, desenvolvendo-se sem prejuízo do direito alheio, entretendo amizades na mesma linha de nível, cõnscia da sua responsabilidade, zelosa da sua soberania.¹³⁵⁰

A curiosidade de Domício da Gama era saber se Müller aprovava, ou não, a sua maneira de proceder. No dia seguinte à carta de 03 de março, Gama enviou outro ofício, pedindo por respostas: “a falta de resposta de vossa excellência eu interpreto como aprovação do alvitre da excusa por ausência e vou escrever nesse sentido ao presidente da

¹³⁵⁰ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 03 de marco de 1912. AHI, MDB, Washington, Officios 1912, 234.1.13. Grifo do autor.

conferencia americana¹³⁵¹”. O desconforto de Gama com este silêncio era enorme, porque ele não tinha como saber o que Müller pensava. Enquanto isso ele continuava a enviar notícias sobre a política interna norte-americana. Em telegrama reproduzido no ofício de 18 de abril, Gama alertou a chancelaria brasileira que o Ministério da Justiça havia terminado o seu estudo e se preparava para apresentar um parecer sobre a valorização do café.¹³⁵²

Através de uma conversa com o ministro da justiça, Gama concluíra que ele, ainda que não soubesse o caminho a seguir, estava realmente convencido a aplicar a lei de Sherman. Com isso, Gama afirmou a Müller: “não me atrevo a fazer previsões sobre uma matéria que o próprio ministro da justiça considera complicada¹³⁵³”. Para os norte-americanos, a responsabilidade do negócio era do governo brasileiro, “pela garantia dada pela União ao empréstimo daquele estado, que permittiu a retirada do café dos mercados e determinou a alta consequente do produto”.¹³⁵⁴ Para Domício da Gama, o governo norte-americano estava empenhado em aplicar rigorosamente esta lei, o que era reivindicado há anos, “e que vinha applicada a raros delinquentes de menor vulto”.¹³⁵⁵ Ele arazoava:

E, se nem influencias pessoas nem interesses consideráveis postos em jogo impedem as multimilionários americanos de serem trazidos à barra dos tribunaes, para explicarem o jogo das suas machinas financeiras e commerciaes, como esperar que sejam poupados pela Nemesis americana uns vagos estrangeiros que se atrevem a impor o seu preço a um producto estrangeiro, embora necessário ao cidadão americano?¹³⁵⁶

O receio do embaixador brasileiro era o de que, ante uma instauração do processo criminal, a opinião pública norte-americana aderisse em massa ao caso, reclamando contra o produto estrangeiro. Ele entendia que, nesse caso, só “a consideração os poderia deter, que seria de ordem política: a inconveniência de julgar offensivamente a quem escapa de facto à alçada da justiça americana. Mas de negligencias ou de ignorâncias de tal natureza, voluntárias ou não, está cheia a história das relações internacionais deste grande povo, cujo

¹³⁵¹ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 04 de marco de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁵² Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 18 de abril de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁵³ Idem.

¹³⁵⁴ Ibidem.

¹³⁵⁵ Ibidem.

¹³⁵⁶ Ibidem.

espírito é simplista como o da própria mocidade.”¹³⁵⁷ Cabe ressaltar que, nas sete páginas deste longo ofício, a única marcação feita, de possível leitura do chanceler brasileiro, está em um X marcado ao lado da frase: “Resignemo-nos a esperar que o Sr. Wieckersham, que é inteligente e prático, depois de pesar a utilidade e as dificuldades do processo (de facto seria uma novidade judiciária), renuncie a incriminar o artifício commercial de um governo estrangeiro, imitador dos próprios americanos ladinos”.¹³⁵⁸

No decorrer do tempo Müller continuava a não tocar no assunto do café com Domício da Gama. Os assuntos dos ofícios ou telegramas respondidos por ele eram ligados a casos como o congresso de Higiene e Demografia, assunto que Gama transmitiu, em relação ao qual ele anotou no ofício os nomes dos delegados indicados pelo Ministério da Justiça.¹³⁵⁹ Ou, ainda, “rogo vocênciã queira representar o Brasil na Nona Conferencia Internacional da Cruz Vermelha que deve [se] reunir em maio nessa cidade”.¹³⁶⁰ Gama compareceu ao evento, em que deu boas vindas às delegações ali presentes, conforme instruções recebidas de Müller. No entanto, o seu desagrado com a tarefa estava implícito pelo fato de ele ser colocado em posição inferior ao seu cargo: “deixei de assistir a qualquer reunião em que pudesse ser classificado como simples delegação especial como diminuição da minha representação diplomática permanente¹³⁶¹”.

Em outro telegrama, mas no mesmo 17 de maio, Gama deu ciência a Müller que a Câmara dos Deputados havia escutado o depoimento de Herman Sielcken que, à ocasião, declarou não haver “nada parecido com trust café aqui nem na Europa e que ninguém pode provar que como membro comissão valorização ou consignatário café por ella remetido elle tenha violado alguma lei americana”.¹³⁶² O *New York Herald* do mesmo dia considerou a postura de Sielcken como “*in defiant mood*”.¹³⁶³ A comissão da Câmara adiou a

¹³⁵⁷ Ibidem.

¹³⁵⁸ Anotação feita no ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 18 de abril de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁵⁹ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington 16 de maio de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13

¹³⁶⁰ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington 17 de maio de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13

¹³⁶¹ Idem.

¹³⁶² Ibidem.

¹³⁶³ *New York Herald*, 17 de maio de 1912.

continuação dos depoimentos, o que levou Enéas Martins a perguntar para quando¹³⁶⁴. De acordo com informações locais, Gama soube da existência de alguns homens empenhados em promover o inquérito “e seus meios de acção, intimidando ou fazendo chantagem com os homens de dinheiro, que elles procuravam envolver na rede de um grande processo escandaloso e, sobretudo, penoso para as testemunhas¹³⁶⁵”.

Em 18 de maio de 1912, o procurador distrital de Nova York requereu o impedimento da movimentação do café estocado na *Dry Dock Company* pedindo a sua venda imediata, configurando-se assim a primeira tomada de medida legal para processar Herman Sielcken e, conseqüentemente, o grupo. A petição previa que as 950.000 sacas de café do Estado de São Paulo deveriam ser seqüestradas e colocadas à venda, de tal maneira que a sua quantidade impediria uma restrição do comércio externo e interestadual do café nos Estados Unidos. A venda judicial não somente suspenderia os negócios, levando-os a uma baixa, como também impediria os poderes públicos brasileiros de reter os produtos e manter os preços. A venda do café abaixo do custo, além de repercutir nos mercados europeus, teria uma conseqüência imprevisível na lavoura cafeeira brasileira.

Cientificando-se desta notícia pelos jornais de domingo, 19 de maio pela manhã, Domício da Gama reuniu-se com o Attorney General à tarde. Ele concluiu que o Attorney General julgava ter “evitado complicação internacional provando que o membro commissao valorisação excederam instrucções recebidas do governo sanpaulo agindo *motu-proprio* e não como commissarios daquele governo”.¹³⁶⁶ Gama questionou o Attorney General se, “caso os acusados possam provar procederam autorizados sanpaulo e se forem apoiados por este, processo será sustado deante complicação internacional”.¹³⁶⁷ A resposta foi que dependeria do Departamento de Estado, e que “então tocaria a si tratar questão via diplomática”.¹³⁶⁸ Gama só conseguira agendar encontro com o secretário de Estado Philander Knox para o dia 21 de maio pela manhã. A sua intenção era alegar que a

¹³⁶⁴ Ofício reservado n° 4 de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington 30 de maio de 1912. AHL, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13

¹³⁶⁵ Idem.

¹³⁶⁶ Ibidem.

¹³⁶⁷ Ibidem.

¹³⁶⁸ Ibidem.

precipitação da denúncia havia impedido o governo norte-americano de sopesar os efeitos políticos e a repercussão comercial desta medida.

Penso acção diplomática regular plenamente justificada se Governo S. Paulo approvar actos comitê e reclamar para elles qualidade seus agentes. Pedi [John Basset] Moore antes partir para ahi indicar consultor jurídico aconselhar Embaixada beste como noutros casos internacionaes. Peço autorização tratar com advogado que recommendou para esse fim.¹³⁶⁹

Gama afirmou que, “como sempre Secretario de Estado ignorava assumpto, ”mas mostrou surpresa que o Ministro da Justiça tenha procedido, em matéria do interesse do Departamento de Estado, sem consultar este. Manifestou pesar pelo incidente, do qual diz ele ser tão inocente como criança recém-nascida”¹³⁷⁰. A resposta de Müller trazia a autorização para a contratação do advogado e uma posição sobre o caso:

indispensável impedir venda judicial café. Governo S. Paulo autorisa declarar que Comite Valorização Café na qualidade seu agente tem agido e continua agir de accordo e com instrucções Governo S. Paulo que tem approvedo seus actos. Vossa excellencia pôde affirmar também que café depositado é propriedade Estado S. Paulo e que serve como garantia do empréstimo que Estado fez com garantia União em virtude lei federal. Assim venda judiciária recahiria sobre propriedade de um Estado brasileiro com agravante estar mesma propriedade ligada a uma operação financeira que tem também responsabilidade da União. Opinião aqui especialmente Congresso muito preocupada sendo difícil explicar attitude Governo Americano sempre tido por amigo. Lauro Müller¹³⁷¹.

Gama procedeu conforme instruções recebidas insistindo com Knox que iria iniciar uma reclamação diplomática formal caso o tribunal ordenasse a venda judicial do café. Para Gama a posição brasileira neste momento era excelente¹³⁷². Lauro Müller então sugeriu a Gama que mostrasse a Philander Knox a influência da bancada paulista, mineira e outras no congresso brasileiro.

Informação que V.Ex. que usará como convier devo dizer que Rothschild telegrafou ministro da Fazenda que me communicou transmittindo e apoiando se fizesse sentir para modificar situação. Arbuckle e outras casas interessadas telegrapham seus representantes e exprimem ser opinião geral que Governo Brasileiro deve protestar contra esse procedimento e resistir a acção. Tenho invariavelmente respondido que V.Ex. esta agindo nas condições em que sem

¹³⁶⁹ Ibidem.

¹³⁷⁰ Ofício de Domicílio da Gama a Lauro Müller. Washington 30 de maio de 1912. AHI, MDB, Washington, Offícios 1912, 234.1.13.

¹³⁷¹ Idem.

¹³⁷² Ibidem

vacillações podemos fazel-o e confiamos nos sentimentos de respeito amizade e correção do governo americano¹³⁷³.

Em resposta a Müller Gama afirmou que ante as evasivas de Knox, sobre não poder emitir opinião, ele lhe falou do quadro dos interesses dos três estados. Ao final, Knox prometeu que iria falar com o ministro da Justiça. Porém, duas horas depois, ele ligou a Gama afirmando que aquele se recusava a intervir *ex-officio* e que o processo somente poderia ser decidido pelo tribunal mediante petição da parte interessada. Indo novamente ao Departamento de Estado Gama descobriu que estavam telefonando para Nova Iorque em busca de adiamento processual e não supressão do processo conforme desejos do governo brasileiro. “Depois de consultar advogado, aconselhei Sielcken concordar adiamento dar tempo ação diplomática¹³⁷⁴”. O advogado consultado fora Crammond Kennedy, amigo de Philander Knox, e um homem acostumado às ações do Departamento de Estado por conta da Questão Alsop. “É homem da velha escola, jurista e cavalheiro, arguto e honesto, franco, mas moderado expressão, como assenta um amigo de John B. Moore. Entende elle que a causa do Governo Americano é fraca e que, independente de qualquer consideração política, mais conviria que não fosse iniciada. (...) Não fiz contracto com elle, por não saber quanto trabalho teria de dar-lhe¹³⁷⁵”. Contudo, apesar de todo o esforço diplomático o processo iniciou-se em Nova Iorque pelo fato de o próprio comitê de valorização haver recusado o adiamento do caso. Ao que Gama meditou:

só me resta passar nota de protesto, por deixarem submeter a juízo propriedade declaradamente pertencente a um Estado brasileiro, respondendo como garantia de um empréstimo da União. O ressentimento que o governo brasileiro experimenta ante tratamento inamistoso e injusto (*unfair*), prova de que a falada amizade entre nós é apenas unilateral. Mostrou-se pezaroso pediu esperar resultado primeiro termo processo que pôde ser decidido contra ministério público, provado que seja café é propriedade Governo Brasileiro. Previni-o segunda feira no discurso tenho fazer banquete panamericano New-York tratarei incidente café.¹³⁷⁶

O advogado de Sielcken, o ex-embaixador Joseph Choate, mostrava-se otimista considerando que o tribunal daria uma resposta favorável ao caso. Neste momento, até o próprio Root se mostrava “escandalizado passo imprudente do Ministro da Justiça disse

¹³⁷³ Ibidem.

¹³⁷⁴ Ibidem.

¹³⁷⁵ Ibidem.

¹³⁷⁶ Telegrama Domício da Gama a Philander Knox. Washington 25 de maio de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

fosse vel-o sendo preciso. Não julgo que seja preciso¹³⁷⁷". No sábado dia 25 Knox enviou recado a Gama que se soubesse do processo teria mandado sustá-lo, mas que não mais poderia fazê-lo agora para evitar conflito entre os departamentos. "Reservei-me passar nota representantes contra descortezia soffremos logo que tribunal decida questão em que fomos indevidamente envolvidos, mesmo se essa decisão for contrária ao Ministério e representar um triumpho para nós. Espero V.Ex. Appoiará¹³⁷⁸." Müller respondeu no mesmo dia se mostrando surpreso ante a atitude de Philander Knox.

Só nos pode satisfazer cancelamento processo. Só surprehendente é a declaração do Secretário Justiça não considerando Estado S. Paulo parte processo. Precisam saber Estado se considera parte como proprietário representado por agentes que recebem instruccões suas e tem tido sua aprovação. Em causa S.Paulo e tratando-se nosso principal producto exportação temos o dever de pedir Cancellamento processo e nos suppomos no direito de reclamar formalmente se nosso pedido não for attendido. Vossa Excellência fez entretanto bem ganhando tempo para acção diplomática em transmittir conselho advogado Sielcken para este aceitar adiamento que supponho ter sido promovido ex-officio. Ignoro prazo e adiamento, mas approvo insistência cancellamento processo, cuja demora já é desagradável, sendo excusado pensar que na sua vigência possamos admittir conversação sobre interesses recíprocos.¹³⁷⁹"

Deste modo até este momento da situação Lauro Müller não somente havia aberto um canal para conversar com Domício da Gama como estavam trabalhando em uníssonos. No domingo, Gama partiu para Nova Iorque avisando ao ministro sobre o hotel onde ficaria, porém, ele acabou por seguir diretamente para Long Island onde passou a noite. Quando retornou, encontrou Lewis Nixon à sua espera para o levar para o banquete da Sociedade Panamericana. Deste modo, Domício da Gama não leu os telegramas de Müller e de Enéas Martins, de números 3 e 4 que diziam respectivamente:

3 sabbado 25 - Recebidos 37 e 38. Opinião muito interessada decisão favorável de sahida conveniente. Penso melhor V.Ex. discurso segunda feira não falar incidente café. Convém não darmos mesmo a posteriori pretextos attitudes e sobretudo não modificar situação sympathica V.Ex. sente temos junto opinião prestigiosa e sensata. Assignado Lauro Müller.¹³⁸⁰

4 domingo 26 - Senhor Ministro Relações Exteriores que está hoje Jacarepaguá está accordo adiamento nota vocencia Departamento Estado para depois decisão judicial mesmo quando favorável nosso ponto vista. Sobre discurso amanha não seria preferível faltar banquete? Se banquete panamericano presidencia

¹³⁷⁷ Idem.

¹³⁷⁸ Ibidem.

¹³⁷⁹ Ibidem.

¹³⁸⁰ Ibidem.

Secretário Estado ausência V.Ex. tem grande expressão. Sr Mr. Knox não estiver presente, referência incidente nosso café não será mal interpretadae explorada contra nós? Que banquete se sopeiam (?) Assignado E. Martins.¹³⁸¹

6.4 – O SELF MADE NATION NA PAN AMERICAN SOCIETY

Em 27 de maio de 1912, a *Pan American Society* reuniu-se em um banquete no salão de baile do *Waldorf Astoria* em Nova Iorque, decorado por bandeiras norteamericanas e sul americanas e lotado por políticos, homens de negócios, embaixadores, ministros latinoamericanos. A mesa principal estava composta por Henry White, ex-embaixador da França e Itália e presidente da *Pan American Society*; à sua



FONTE: *New York Herald* de 28 de maio de 1912

direita, o secretário de estado Philander Knox, à sua esquerda, Domício da Gama. À direita de Knox, o novo embaixador do México, Manuel Catero, ao lado de Gama o prefeito de Nova Iorque, William J Gaynor. Para o *The New York Times*, “the keynote of the gathering was a desire for a complete understanding among the republics of the western hemisphere.”¹³⁸² A nota dissonante foi o discurso de Domício da Gama que apanhou todos de surpresa. Falando após Knox, o discurso do embaixador brasileiro teve “such a jesting tone that it was accorded more applause than the remarks of any of the other speakers”¹³⁸³.

No discurso de quatro páginas, Gama iniciou dizendo que “o nosso bom e grande amigo John Barrett, que como todos sabem é a força motriz de toda esta machina pan americana, e cujo senso de oportunidades é deveras notável, aconselhou-me a que fizesse

¹³⁸¹ Ibidem.

¹³⁸² *New York Times*, 28 de maio de 1912.

¹³⁸³ Idem.

neste banquete o discurso memorável ‘da minha vida’¹³⁸⁴. E, ele aqui, apesar de haver negado ao final da mesma ocasião, fez um discurso que permaneceu na memória dos norteamericanos¹³⁸⁵, e acabou sendo, de fato, o discurso mais importante de sua vida diplomática. Usando basicamente de recursos de linguagem Gama optou por guiar todos os presentes para conhecerem “os caminhos das terras encantadas onde sempre a Fortuna sorri ao aventureiro impávido, ou abaixando o stylo, de boamente vos ensinaria os melhores modos de ganhar dinheiro nas terras da América do Sul¹³⁸⁶”. Porém, como ele nunca havia trilhado o que chamou de inseguros caminhos do *El Dorado*, ele não era familiar com os processos da rápida riqueza.

Mas ainda que os conhecesse, parece-me que seria meu dever dissuadir-vos de seguir os perigosos trilhos, sabido como é que para os innocentes homens de negócios o romantismo é peçonha mortal. E sobre toda a América do Sul paira uma inebriante atmospherá de romantismo, que sobre à cabeça do homem do norte, seja elle um simples caixeiro viajante, um comissário de Governo ou alguma conferencia profissional curte de vistas e contente de si, e a transforma num cacete poético em num contador de histórias ainda peor¹³⁸⁷.

Continuando a descortinar os mistérios para o viajante nestas desconhecidas terras, ele começou a se dirigir aos cidadãos dos Estados Unidos da América, aqueles quais que tinham o sentimento da justiça. Apesar do que, para estes norteamericanos, os povos da América do Sul não havia, segundo ele merecido semelhante tratamento por parte deste povo mais “afortunado¹³⁸⁸”, apesar de alguns já estarem celebrando mais de cem anos de vida independente”. Um véu de ignorância, propício a devaneios imaginativos, porém desfavorável ao progresso, envolve ainda a encantadora América do Sul, como se realmente pudesse haver no mundo alguma maravilhosa Terra do Sonho. Ilustrações do que digo se encontram facilmente na memória dos meus distintos collegas no serviço diplomático aqui presente e elles podem disso dar testemunho!¹³⁸⁹”

¹³⁸⁴ Anexo numero 2. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁸⁵ Quando da partida de Domício da Gama em 1918, o mesmo *Pan American Society* voltou a se reunir em sua homenagem. A sua partida para o Brasil foi destacada em uma matéria chamada *Farewell to Da Gama*. *New York Times*, 23 de outubro de 1918.

¹³⁸⁶ Anexo numero 2. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁸⁷ Idem.

¹³⁸⁸ Ibidem.

¹³⁸⁹ Ibidem.

Gama passou então a utilizar, como exemplo, perguntas que haviam sido feitas na Europa européias sobre: a situação dos escravos no Brasil, sobre se Bolívia e Uruguai não pertenciam à Inglaterra, ou ainda se o Peru era independente. Para ele, tais situações haviam ocorrido porque tais pessoas estavam confinadas na solidão da alma, se preparando para morrer, deixando de ler e de ouvir. Eram senhoras que “falam por cortesia unicamente porque a gente não deve ficar calada à mesa. Eu, porém, prestei atenção ao que ella dizia, e fiquei triste. Fui subitamente tomado por um desespero de jamais ser outra cousa nesta terra além de Embaixador do paiz donde vem as nozes, e também o café¹³⁹⁰”. Neste momento, segundo o *The New York Times*, a palavra café não somente quebrou o tom de humor do discurso, como também o diplomata passou a ter total atenção de cada pessoa presente no salão. “*Throughout the hall there were heard whispered words “coffee trust, coffee trust*¹³⁹¹”.

Por isso quanto tive a honra de ser eleito Presidente honorário desta nova Sociedade Pan-Americana encheu-se-me o coração de regozijo ao pensar que se somente uma parte de seu programa pudesse ser cumprido e o commercio americano aprendesse os caminhos da América do Sul, as necessidades dos nossos interesses communs nos poriam em mais íntimo contacto e acabaríeis por conhecer-nos pelos menos tão bem como nós supomos que vos conhecemos. E tencionava chamar a vossa atenção para uma linha analytica das medidas preliminares a tomar para crear e desenvolver o commercio americano na América do Sul, taes como o estabelecimento de firmas americanas operando effectivamente com capital americano, linhas de navegação americano e empresas americanas indo lá competir com as firmas e empresas allemans, inglesas, francezas, italianas, belgas, hollandezas, portuguezas, hespenholas que levam vantagem do tempo, pela regra do que ‘quem chega primeiro é mais bem servido’. Também pensava em nos expor outro rol negativo, uma cautelosa enumeração de dons, o mais importante delles sendo a recommendação de não deixar ir sosinho o vosso capital, mas de ir com elle ou de o fazer acompanhar, para empregal-o com segurança.

Eu tencionava dizer-vos tudo isso, ou pelo menos em parte, quando as minhas esperanças de uma nova era nas nossas relações commerciaes receberam um rude golpe com o endosso pelo Governo Americano de um tanto arbitraria e inteiramente revolucionária doutrina de pagar a mercadoria dos outros não a preço que eles pedem mas o que os Estados Unidos, isto é, os negociantes americanos quizerem pagar por ela. Enfatizando que “o empenho de estabelecer o seu direito de imiscuir-se com a propriedade de um Estado estrangeiro, certos funcionários deste governo foram até proclamar perante um tribunal de justiça americano a perda da soberania daquele Estado estrangeiro e com isso com um descuido da consideração devida a um governo amigo que toca os limites da descortesia internacional.

¹³⁹⁰ Ibidem.

¹³⁹¹ *New York Times*, 28 de maio de 1912.

Bem vedes, pois, Sr. Presidente nós sulamericanos ainda temos muito que aprender dos novos métodos americanos de tratar com paízes estrangeiros, assim como os Americanos ainda tem que aprender o caminho dos nossos corações. Este será um dos propósitos da Sociedade Panamericana e eu cordialmente desejo e espero poder algum dia fazer aqui 'o discurso da minha vida' vindo dar-vos testemunha de que esse esplendido resultado foi plena e felizmente attingido¹³⁹².

Quando voltou para o hotel e soube do telegrama de Lauro Müller reprovando previamente a intenção do discurso, Domício só pediu ao chanceler que não divulgasse a sua posição para que o processo do café não fosse enfraquecido. Root lhe assegurou que ele só falou assim porque o governo norte-americano não lhe prestou o tratamento deferente a que o governo brasileiro tinha direito. Não deixou de ressaltar que “vários americanos me tem dito que o meu Governo deve estar orgulhoso de mim, que assim soube falar a americanos (...). E, dentro do Gabinete sei de alguns ministros que tomaram o meu partido (um delles m’o disse). Homens de negócio me tem escripto applaudindo-me¹³⁹³”. Ao salientar estes aspectos de apoio ele deixou nas entrelinhas o contraste do comportamento recebido por Müller, que no dia seguinte lhe telegrafou dizendo que a Associated Press e a Agencia Havas haviam comunicado trechos do referido discurso, e “que o meu propósito era crear situação desagradável com os Estados Unidos¹³⁹⁴”

Apesar da reprovação de Lauro Müller, o discurso de Domício da Gama teve grande repercussão. Segundo ele, o efeito do discurso foi excelente, ele afirmou saber que este discurso iria sacudir a opinião pública. “Americanos apreciam franqueza lealdade¹³⁹⁵”. O discurso foi noticiado de várias maneiras: “*DaGama assails us for coffee seizure*¹³⁹⁶”, “*DaGama protest stir love feast*¹³⁹⁷”, “*The Da Gama protest*¹³⁹⁸”, “*Coffee Seuit jars Brazil’s friendship: Ambassador declares hope of new era gets heavy blow*¹³⁹⁹”, “*Coffee suit wrong, says Brazil’s envoy*¹⁴⁰⁰” e não somente nos Estados Unidos da América mas

¹³⁹² Anexo numero 2. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹³⁹³ Idem.

¹³⁹⁴ Ibidem.

¹³⁹⁵ Ibidem.

¹³⁹⁶ *The New York Times*, 28 de maio de 1912.

¹³⁹⁷ *The Evening Star*, 28 de maio de 1912.

¹³⁹⁸ *The Globe and commercial advertiser*, New York, 28 de maio de 1912.

¹³⁹⁹ *The Jornal of commerce*, New York, 28 de maio de 1912.

¹⁴⁰⁰ *The Sun*, 28 de maio de 1912.

também em Buenos Aires¹⁴⁰¹, e em Londres. Segundo o representante brasileiro em Londres, Régis de Oliveira, o estranhamento residia no procedimento dos norte-americanos dadas as relações de amizade entre os dois países¹⁴⁰². Com isso os jornais também afirmavam que Philander Knox “*urges Taft to end coffee suit*”¹⁴⁰³. Em 26 de junho, um mês depois do evento no Waldorf Astoria, os jornais anunciavam a demissão do procurador geral Lehmann, o mesmo que havia preparado a denúncia do processo do café e declarado perante o tribunal que “São Paulo perdia soberania pelo facto de entrar nos mercados como negociante”¹⁴⁰⁴. O discurso de Domício da Gama somada ao debate interno alimentado pela imprensa levou a procuradoria a reafirmar que o processo era movido contra indivíduos e comerciantes, e não contra o Brasil.

6.4.1 – A DIMENSÃO POLÍTICA DE DOMÍCIO DA GAMA

A reação de Lauro Müller a Domício da Gama foi de silêncio. Em carta a Enéas Martins, Gama relatava estar passando por problemas de saúde e que, por esta razão não havia julgado oportuno pedir licença para se tratar em Vichy. A sua vontade era a de “escrever-lhe particularmente, para provocá-lo a responder os meus ofícios de serviço”¹⁴⁰⁵. A maior dificuldade apontada por Domício era não somente não conhecer Lauro Müller, mas saber que “ele não nos estima!”¹⁴⁰⁶. Deste modo, Gama pedia a Martins que persuadisse Müller a deixá-lo passar uma nota pedindo ao governo a definição perante a sua política comercial. “Vocês sabem que eu não tenho interesse senão em ser um bom agente de uma política com a qual esteja de acordo. Mas como saber que política estou servindo, se me não escrevem, nem para aprovar procedimentos anteriores?”¹⁴⁰⁷ O *post scriptum* é quase

¹⁴⁰¹ Conforme Clodoaldo Bueno o discurso foi noticiado em Buenos Aires pelo *La Prensa, La Argentina, La Gaceta de Buenos Aires, La Nación, El Diálogo, La Mañana*. Em Londres pelo *Times, Daily Standard e Financial Times*.

¹⁴⁰² Bueno, Clodoaldo. **Op. Cit.**, 2003, p. 379.

¹⁴⁰³ *The Journal of commerce, New York*, 29 de maio de 1912.

¹⁴⁰⁴ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington 28 de junho de 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios 1912, 234.1.13.

¹⁴⁰⁵ Carta de Domício da Gama a Enéas Martins. Washington, 13 de agosto de 1912. Arquivo Enéas Martins. Lata 349, maço 2, pasta 1.

¹⁴⁰⁶ Idem.

¹⁴⁰⁷ Ibidem.

um lamento: “D’ahi me mandam dizer que esteja em guarda. Contra quem? E como posso estar em guarda, no escuro?”¹⁴⁰⁸”

Ainda assim, com toda a dificuldade de estabelecer um diálogo com Müller, Domício ainda persistia na idéia que as reclamações estrangeiras eram resistências salutares contra os “excessos paternalismo americano, a que me referi no discurso do banquete panamericano¹⁴⁰⁹”. No ofício de 07 de outubro de 1912, Gama reproduziu quatro telegramas que mostravam que Müller ainda o estava deixando sem respostas. No telegrama de 31 de agosto, Gama pede notícias sobre a decisão do Estado de São Paulo já que “ignoro situação processo estando ausente toda gente com quem me poderia entender¹⁴¹⁰”. A sobre a recusa paulista, ele não a obteve com o chanceler brasileiro e sim com Herman Sielcken. Mesmo assim, Domício da Gama ainda sugeriu em 24 de setembro de 1912 que com a prolongação do caso seria momento adequado para “retirar-lhes favores tarifas. Alta preço café os impediria retaliar tributando o gênero¹⁴¹¹”. No mesmo ofício Gama anexou duas cartas do advogado contratado pelo Brasil, Crammond Kennedy, onde este contactava o *attorney general* encarregado do caso, Geo W. Wickereham. A resposta deste dizia que ele não intentava abandonar os procedimentos legais “*I am unwilling to enter into any agreement which involves a recognition in the slightest degree of either the legality or property of the valorisation agreement, or of any acts done in this country pursuant to it*¹⁴¹²”.

Mesmo ante o silêncio de Müller, Domício da Gama seguia sugerindo ações oficiais e pedidos de revisão de favores alfandegários: “Dia quatorze corrente prosseguirá processo valorização café se não interpuzermos reclamação formal. Bastará observar que se continuar processo não poderemos conseguir do congresso mantenha redução tarifa favor certos artigos americanos¹⁴¹³”. E a este ponto Gama afirma que com a vitória dos

¹⁴⁰⁸ Ibidem.

¹⁴⁰⁹ Ibidem.

¹⁴¹⁰ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 07 de outubro de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

¹⁴¹¹ Idem.

¹⁴¹² Carta de Wickerahan a Crammond Kennedy, Nova Iorque 16 de setembro de 1912. Anexo do Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 07 de outubro de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

¹⁴¹³ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 05 de novembro de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

democratas o Brasil se veria em melhores condições assim como ele poderia se aproveitar do fato de os seus melhores amigos terem influências no partido democrático. Neste mesmo dia veio a maior prova para Domício da Gama de que ele não era o mais estimado dos colaboradores de Lauro Müller. Voltando de uma viagem de Nova Iorque ele recebeu um telegrama do chanceler com um convite para que ele fosse para a Legação Brasileira em Londres. No telegrama a Enéas, Gama escreveu:

Voltando newyork recebo honroso convite peço dizer ministro que minha sahida agora seria interpretada descontentamento minha acção aqui e nos prejudicaria por mais que explicássemos verdadeiro motivo ponto agradeço entretanto prova confiança que peço continuar prestigiando me neste posto onde conto ser seu collaborador efficaz com elementos vou adquirindo ponto nunca desejei Leg. Bras. em Londres¹⁴¹⁴.

Com isso, os avisos recebidos para ele se manter em guarda ganharam forma. Cabe ressaltar que esta foi a segunda tentativa de Lauro Müller de afastar Domício da Gama de Washington. A primeira, em 16 de agosto de 1912, fora mais discreto já que o motivo alegado fora que Müller “acharia conveniente possível ser companheiro viagem Knox ao Japão funeraes Imperador como Embaixador brasileiro¹⁴¹⁵”. Nesta ocasião, Gama respondera que não lhe fora possível alcançar o navio de Philander Knox. Porém, neste novembro, em meio a uma negociação dicífil, o afastamento não parecera algo discreto e sim uma prova concreta que ele não estava satisfeito com as atitudes de Gama. O embaixador brasileiro, que já havia se postado ao presidente da república que preferia firmar a sua defesa da situação comercial brasileira, não iria abandonar o posto neste momento. Preferia deixar que a sua situação pessoal se estragasse antes que houvesse a suspeita para os norte-americanos “de fraqueza política ou de carácter nacional¹⁴¹⁶”. Cabe ainda ressaltar que na proposta “honrosa” havia a questão de que a legação brasileira em Londres somente viria ser elevada à categoria de embaixada em março de 1918, sob a administração do próprio Domício da Gama, então ministro das relações exteriores.

Lauro Müller, cujo silêncio era quebrado de tempos em tempos, se manifestou uma semana depois quando Gama informou a ele que havia sido cientificado pelo

¹⁴¹⁴ Idem.

¹⁴¹⁵ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 24 de agosto de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

¹⁴¹⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op. Cit.** p. 139.

Departamento de Estado sobre a sustação do processo do café e a supressão mediante venda do café depositado em Nova Iorque, Müller respondeu. O chanceler brasileiro que estava aguardando pronunciamento do governo paulista sobre o caso, havia recebido a visita do embaixador americano Edwin Morgan que lhe garantira que o Attorney General havia se declarado disposto a abandonar qualquer ação judiciária se o governo se dispusesse do estoque “até janeiro ou mesmo um pouco mais e em mercado livre para evitar qualquer especulação¹⁴¹⁷”. A resposta de Gama era a de que o *attorney general* não se dispunha a suprimir o processo. Informacao esta consoante com a carta recebida por Crammond, e enviada a Müller, bem como outras informações particulares:

É a provocação à baixa em que tem se empenhado o Ministério da Justiça. O Sr. Sielcken avisadamente recusou a condição demasiado pesada. O processo absurdamente sustentado já não affecta senão o nosso melindre nacional. Na última entrevista que tive com o Secretário de Estado não tocamos nisso por delicadeza. Sei que elles contam com a nossa insistência pela cessação desse anormal estado de cousas. (...) O ministério da justiça continua a dizer por indiscreções da imprensa que vae ser vendido o café por accordo com o Governo do Brasil para suppressão do café. Ainda hoje mandei desmentir um desses boatos tendenciosos¹⁴¹⁸.

A comunicação entre Gama e Müller continuava problemática. Unilateral por meses, ou seguida de ruídos. Em dez de dezembro, Lauro Müller telegrafou a Gama informando-o que uma exigência feita à embaixada americana no Rio de Janeiro foi silêncio sobre as negociações. Morgan, porém, o comunicou que Sielcken havia declarado em entrevista que seus advogados haviam recebido avisos que o governo norte-americano não prosseguiria com processo. Segundo o texto recebido por Morgan: “Embaixada Brasil clara e positivamente affirma que nunca foi autorizada entabolar negociações concernentes propriedade Governo S.Paulo¹⁴¹⁹”. Müller ressaltou a Gama haver afirmado a Morgan que “se realmente Embaixador proferiu as expressões publicadas por Sielcken das quaes não tínhamos conhecimento, ellas não tiveram por objecto como se queria e propôs não deixar revelar as negociações entre os Governos¹⁴²⁰”. Em resposta, Gama disse que as indiscrições

¹⁴¹⁷ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 25 de novembro de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

¹⁴¹⁸ Idem.

¹⁴¹⁹ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 11 de dezembro de 1912. AHI, MDB, Ofícios, Washington, 234.1.13.

¹⁴²⁰ Idem.

não partiram dele, e sim do ministério da justiça, que havia se desculpado com Sielcken e com a Embaixada.

Domício da Gama aproveitou a oportunidade para “respeitosamente pondero conveniência sustar negociações que não sejam para supressão imediata processo¹⁴²¹”. Este alerta era embasado no fato de que o *attorney general* havia acabado de pedir ao Congresso modificação da lei Sherman, ”para permitir processo criminal citando caso da valorização café contra qual justiça civil não achou recurso na lei, o que importa confissão não ter havido violação da mesma. Vocência tem vantagem posição para reclamar sem admitir condições¹⁴²²”. Kennedy assegurara a Gama que Sielcken estava distribuindo acusações. Ao Departamento de justiça pelas indiscrições com a imprensa, ao presidente por não governar administrativamente, ao Departamento de Estado por não se interessar pelo assunto. Assim sendo, Gama disse a Müller:

Já Vossa Excellência viu como foi interpretada a sua corduta neste caso em que só cabia ao Governo Americano emendar a mao supprimindo o processo e dando-nos satisfação pela incorreção de o haver instaurado sem attenção a nós. Os jornaes inspirados pelo Departamento de Justiça dizem que “*Brazil is anxious to pacify Attorney General Wickershan*” e que “*this is very natural, for those familiar with the inside of the Coffee Trust’s doings declare that a probe into the facts would gravely disconcert certain persons and would not enhance one or two reputations*. Um telegram tendencioso datado de Washington 27 de novembro e publicado em New York dizia: ‘*The government of Brazil is negotiating with Edwin V. Morgan, American ambassador at Rio de Janeiro, to learn the terms upon which Attorney General Wieckersham will settle the suit without further fight in the courts*’¹⁴²³.

Gama, que tratou de desmentir estas notícias, tinha certeza que o alvo era a promoção da baixa do café. Ele garantiu a Müller que a Embaixada não tinha nada a ver no arranjo entre o Departamento de Justiça e Sielcken. Relembrando ainda as próprias impressões de Müller sobre o fato de que os americanos teriam mais a perder que os brasileiros se a situação assim continuasse, afirmou que com o advento da futura administração democrata era um bom momento para assentar as relações entre os dois países. Em 12 de novembro, Edwin Morgan enviou um ofício à chancelaria brasileira com uma proposta:

¹⁴²¹ Ibidem.

¹⁴²² Ibidem.

¹⁴²³ Ibidem.

My assumption is that the proposal of the Governor of the State of São Paulo relates to the entire stock of Valorization Coffee now in New York (which I understand to be in the neighborhood of 932.000 bags), and if it is proposed to sell that amount in the open market, free from any restriction of any kind upon its re-disposition, and if that sale is to be made within a reasonably short time - say on or before April 1, 1913 - I should be willing on behalf of this Department to abandon any further proceedings. Rio de Janeiro, November 12, 1912¹⁴²⁴.

Deste modo, Müller, sem manter a atitude de Domício, aceitou negociar no Rio um arranjo comercial, com o Embaixador norte-americano no Rio, Edwin Morgan, que previa a solução da questão desde que o restante do estoque de café fosse posto à venda no mercado livre pelo Comitê de Valorização até 1 de abril de 1913. Apesar dos pedidos do governo de São Paulo para prorrogar o prazo de venda bem como a alteração da legislação referente às tarifas aduaneiras para constar que as vantagens tarifárias concedidas a outros países deveriam ter, além do tratamento preferencial, facilidades comerciais. Em janeiro de 1913, o comitê liquidou o estoque de café em Londres. Porém, o assunto não foi sepultado. O Brasil insistiu na obtenção de maiores facilidades comerciais bem como a garantia de que a Emenda Norris¹⁴²⁵ à Lei Tarifária-Wilson-Gorman não infringisse os interesses brasileiros.

Domício da Gama enviou um ofício reservado a Müller chamando a atenção deste para um efeito colateral da atitude comercial para com os Estados Unidos da América: a Argentina que se sentia prejudicada pela política comercial que favorecia os Estados Unidos da América. O Departamento de Estado estava receando que os argentinos baixassem medidas restritivas “cuja importação deste país alcançou no ano passado a cifra de \$ 60,000,000.00 e aumenta consideravelmente. E diz também que a República Argentina quer retirar-se da União Panamericana, o que seria um golpe no Panamericanismo tão caro aos negociantes e estadistas americanos¹⁴²⁶”. Em conversa com o ministro argentino nos Estados Unidos, Rómulo Naón, Gama depreendera que ele era contrário a um panamericanismo “servindo quase exclusivamente aos interesses dos Estados Unidos, política unilateral que só assenta em relações com países de

¹⁴²⁴ Ofício de Edwin Morgan ao ministério das relações exteriores. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1912. AHI, Governos Estrangeiros Estados Unidos - Notas Telegramas recebidos. 1912/1913. 280.2.11.

¹⁴²⁵ A emenda aumentava o artigo 73 que determinava a ilegalidade de combinação, arranjo, truste ou acordo.

¹⁴²⁶ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller, 18 de janeiro de 1913. AHI, MDB, Washington, 234.2.01.

protectorado¹⁴²⁷". Naón não somente abandonara as sessões da União Panamericana como também havia organizado um serviço de informações que dispensava qualquer informação que estes pudessem prestar. E alertou a Gama que a Argentina estava se preparando para "levantar de novo a questão das farinhas no Brasil, de onde a redução de 30% em favor das americanas está excluindo as argentinas¹⁴²⁸". Ante tal quadro Gama sugeriu a Müller, que não somente argumentasse junto ao Embaixador Morgan, a necessidade de modificação da lista de produtos favorecidos pela tarifa brasileira como também excluísse dela a farinha de trigo ou "restabelecendo a redução primitiva de 20% como para os outros artigos, em vez de 30% de que ella gosa desde 1910¹⁴²⁹". E mesmo sabendo que era uma tecla que o chanceler brasileiro não considerava agradável insistiu:

Esta prova de consideração pelos interesses dos nossos vizinhos amigos não seria perdida. Já Vossa Excelência viu que as nossas concessões aos americanos são tidas por eles como coisa devida e não nos valem de sua parte nem mesmo as considerações comezinhas em relações internacionais, quando ambições particulares entram em jogo. A sua situação geográfica, o entrelaçamento de interesses comerciais aqui e o seu desdém ou descuido na maneira de tratar os estrangeiros favorecem até aqui os americanos nas suas relações com outros países que precisam deles commercialmente ou ainda se iludem quanto à sua boa vontade política. Nós, porém, que somos um mercado que eles estão empenhados em conquistar e assegurar-se e que não precisamos de uma proteção hipotética e sim de amizade sem dependência, nós devemos achegar-nos mais à gente da nossa raça, que não nos despreza, porque nos conhece e, por atos, mais do que por palavras, constituir a inteligência cordial., que nos mostra unidos e mais fortes, portanto, para a luta de interesses que é a política internacional. Assim chegaríamos mais depressa a tratar com eles de igual para igual¹⁴³⁰.

Nos Estados Unidos da América havia ocorrido a troca de comando do republicano Taft pelo democrata Woodrow Wilson. Com isso, a política norteamericana mudara passando a considerar entre as suas medidas mais importantes o esforço pela baixa dos preços do café. Ou seja, era uma posição contrária a todo o esforço dispendido pela embaixada brasileira nos Estados Unidos desde 1907, para impedir que se aprovasse um imposto especial sobre o café, pois a alteração dos impostos geraria fortunas para quem o

¹⁴²⁷ Idem.

¹⁴²⁸ Ibidem.

¹⁴²⁹ Ibidem.

¹⁴³⁰ Ibidem.

tivesse em estoque¹⁴³¹. Em 24 de fevereiro de 1913, Domício da Gama externou a sua opinião pela ação do ministro ao amigo José Veríssimo:

Depois, em vez de manter a minha atitude, o Ministro aceitou negociar no Rio um arranjo em que eu tinha recusado intervir aqui e que deu em resultado um fiasco para os dois Governos. E ficamos assim inibidos de reclamar satisfação contra a ofensa recebida e obter a definição das nossas políticas comerciais respectivas, que era o que convinha e eu repetidamente pedi licença para provocar por nota. Agora temos uma lei especial contra a entrada do café da valorização nos Estados Unidos. Isto foi o que ganhou o Sr. Lauro Müller com a sua negociação sem sucesso: um processo acintoso ainda pendente e uma especial contra o Governo de S. Paulo e o seu café. Não é uma grande diplomacia?¹⁴³²

A falta de traquejo internacional do chanceler brasileiro ficou patente quando, em 06 de março de 1913 Müller telegrafou a Domício da Gama solicitando que este aproveitasse o início da administração Wilson para expor a situação do café "que as reduções de imposto de entrada ficassem sujeitas também à condição de nos serem dadas facilidades comerciais (...). Entretanto a América que tem uma situação comercial privilegiada no Brasil é quem inicia a cruzada contra o nosso maior interesse comercial no exterior.¹⁴³³" Aqui, Müller estava pedindo a Domício que fizesse o que este havia sugerido no ofício de 07 de outubro de 1912, ou seja, seis meses antes! Além de haver perdido uma oportunidade, estava solicitando uma ação que contrariava a própria plataforma do novo governo que, conforme dito anteriormente visava esforçar-se pela baixa dos preços do café. De uma vez só as impressões de Oliveira Lima sobre ele haviam sido confirmadas: a tendência de vacilar para deliberar, e o desejo de promover uma política de aproximação para com os Estados Unidos.

Mesmo assim, Domício da Gama seguiu as instruções do ministro e procurou o novo secretário de Estado, William J. Bryan, que veio a solicitar um memorando sucinto sobre o assunto. Conforme ressaltado por Clodoaldo Bueno, havia de fato, um pesado jogo entre os dois governos: "No mesmo ofício em que Domício informou ao seu superior sobre o *memorandum* entregue a Bryan, confirmou telegramas nos quais informara que o café

¹⁴³¹ Rinaldo Lima e Silva, então encarregado da embaixada após a morte de Joaquim Nabuco, conseguiu que se amortecesse a proposta, que passou a deixar de referir-se diretamente ao país. À época, o governo dos Estados Unidos preferiu reclamar por vantagens fiscais para os seus produtos.

¹⁴³² Carta de Domício da Gama a José Veríssimo. Washington, 24 de fevereiro de 1913. Revista da Academia Brasileira de Letras. Vol. 42, Rio de Janeiro, 1933, p. 120 e 121.

¹⁴³³ Telegrama de Lauro Müller a Domício da Gama, 06 março de 1913. AHI.

poderia ser taxado nos Estados Unidos, embora por razões fiscais, isto é, para aumentar a renda do tesouro¹⁴³⁴. No *memorandum* Gama além de considerar a ação como um obstáculo à “*perfeita harmonia das relações entre os dois países*”, pedia uma definição da Lei Norris sobre as trocas entre os dois países¹⁴³⁵. Em 17 de abril de 1913, o processo foi retirado pelo procurador-geral, Bryan que não prometeu alterar ou não aplicar a Emenda Norris. O processo, porém, somente foi encerrado em 29 de maio de 1913, ao ser rejeitado pelo Circuit Court e os advogados de ambas as partes deram-no por encerrado. Porém cabe observar ainda que, apesar de toda a oposição de Domício da Gama quanto à manutenção de um tratamento preferencial alfandegário, o artigo 35 da Lei nº 2.841, de 31 de dezembro de 1913, autorizou o Ministério da Fazenda a renovar a redução de direitos a determinados produtos de procedência norte-americanas, “*anteriormente concedida para os exercícios de 1904, 1906, 1910, 1911 e 1913.*”¹⁴³⁶ Assim, quando a grave crise financeira de 1914 avizinhou-se juntamente com a guerra mundial, o café do Brasil sofreu graves conseqüências no valor do produto.

O discurso de Wilson no caso do café, pode-se considerado em três leis seguidas ao caso do café. A primeira delas veio a ser chamada *Tarifa de Underwood* de 1913, que instituía a política de tarifas baixas da administração. A segunda foi a *Lei da Comissão Federal de Comércio* de 26 de setembro de 1914 que decretava a criação da Comissão Federal do Comércio, composta de cinco comissários, nomeados pelo presidente, com parecer e consentimento do Senado que teria o poder em sua seção 5 de “declarar ilegais os métodos desonestos de competição no comércio. (...) A comissão terá poderes para impedir pessoas, associações, sociedades comerciais, exceto bancos, e transportadores comuns, sujeitos às leis que regulam o comércio, de usar métodos desonestos de competição no comércio.”¹⁴³⁷ E por último a *Lei antitruste de Clayton* de 15 de outubro de 1914, que se destinava a cobrir as lacunas existentes na Lei antitruste de Sherman de 2 de julho de 1890.

Seção 2 – Procederá de forma ilegal qualquer pessoa envolvida no comércio, no curso do citado comércio, que discriminar, direta ou indiretamente, os preços para diferentes compradores de mercadorias, destinem-se essas mercadorias

¹⁴³⁴ BUENO, Clodoaldo. **Op Cit.**, p. 377.

¹⁴³⁵ Ofício de Domício da Gama a Lauro Müller. Washington, 03 de abril de 1913, Arquivo Histórico do Itamaraty, Ofício 234/1/13.

¹⁴³⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, **Relatório**, 1914, v.1, parte I, P. XX.

¹⁴³⁷ SYRETT, Harold C. (org.) **Op. Cit.**p. 262.

vendias ao uso, ao consumo ou à revenda dentro dos Estados Unidos ou em algum lugar sob a jurisdição dos Estados Unidos, onde essa discriminação tenha por efeito diminuir substancialmente a competição ou tender a criar um monopólio em qualquer linha de comércio.¹⁴³⁸

Ainda, durante a administração de Wilson duas leis seguiram-se ao episódio do café: A Lei da Comissão Federal de Comércio de 26 de setembro de 1914 e a Lei antitruste de Clayton de 15 de outubro de 1914. A primeira lei decretava a criação da Comissão Federal do Comércio, composta de cinco comissários, nomeados pelo presidente, com parecer e consentimento do Senado que teria o poder em sua seção 5 de “declarar ilegais os métodos desonestos de competição no comércio”, bem como “(...) impedir pessoas, associações, sociedades comerciais, exceto bancos, e transportadores comuns, sujeitos às leis que regulam o comércio, de usar métodos desonestos de competição no comércio.”¹⁴³⁹

Conforme ressaltado por Clodoaldo Bueno, o caso do café foi o único momento realmente importante nas relações Brasil/ Estados Unidos, pois serviu para evidenciar a fragilidade do modelo exportador brasileiro e os riscos de um comércio praticamente unilateral com os Estados Unidos. O episódio do café deixou claro também a precariedade da ação política do Brasil enquanto defensor dos seus próprios interesses, desde o Convênio de Taubaté quando o governo federal subverteu-se aos interesses da elite cafeeira até a sua dependência estrangeira. Porém, aqui no presente caso, este momento serviu para demonstrar como a linha de pensamento de Domício da Gama era uma voz isolada no meio político brasileiro. A sua postura ante todo o caso do café brasileiro foi perfeitamente retratado por Manoel de Oliveira Lima: desassombrado e corajoso¹⁴⁴⁰. Uma atitude que não era feita por questões profissionais e sim pessoais, e com isso construiu um brasileiro resistente, segundo Afonso Arinos¹⁴⁴¹. Ressalte-se ainda, que em nenhum momento ele, diante do desconhecido Müller, que nunca se interessou em conhecê-lo, perdeu a sua calma ou ainda deixasse de usar a sua Psicologia do Sentinela. Assim, credite-se ao desconfiado Domício da Gama a defesa dos interesses nacionais de modo franco e aberto.

¹⁴³⁸ Idem, p. 263.

¹⁴³⁹ Idem, p. 262.

¹⁴⁴⁰ OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Memórias** (estas minhas reminiscências). Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 231.

¹⁴⁴¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Op.Cit.**, p. 139.

Este nacionalista pragmático, atento e sem confiar em amizades coletivas, Domício da Gama angariou o respeito dos norte-americanos. Cabe ainda ressaltar que ele foi o único brasileiro a ter recebido a *Gold Medal* do Senado Americano, juntamente com Naón e Suárez-Mojica Suárez-Mojica, pela sua atuação no conflito mexicano. E de acordo com Stephen W. Stathis¹⁴⁴², somente dezessete não norte-americanos receberam a medalha. A firmeza de suas convicções e a coragem de defendê-las ante a quem quer que fosse angariou-lhe elogios entre os norte-americanos. De acordo com John Basset Moore, foi o discernimento e o caráter de Domício da Gama que “o fez conseguir assim para o seu país o que a outros seria impossível alcançar.”¹⁴⁴³ No seu círculo de amizades pessoais incluíam-se nomes como Robert Lansing, Robert Polk e Robert Bacon, laços estes que foram construídos como um meio de trabalhar para o país.

Era intransigente quanto às indefinidas concessões aos Estados Unidos por “interesse político¹⁴⁴⁴” porque as acreditava como não práticas e indignas. “Ninguém sabe aonde vae parar no caminho das concessões, ninguém sabe conter-se no caminho das exigências¹⁴⁴⁵”. Deste modo era aqui um contraponto ao alinhamento servil na diplomacia. José Honório Rodrigues afirmou não acreditar na existência de uma política exterior baseada em “dois dogmas: o equilíbrio no rio da Prata, indispensável à nossa segurança e a aproximação com os Estados Unidos, para que não ficássemos isolados no meio de uma América Espanhola unida¹⁴⁴⁶”. Para ele havia ocorrido mais um fator muito mais personalista do que uma diretriz de estado. “Creio mais numa admirável capacidade de improvisação e na extraordinária inteligência de alguns dos construtores desta política¹⁴⁴⁷”. Domício da Gama se encaixa nesta linha de raciocínio personalista e ganha peso e uma circunstância atemporal por conta do desafio pessoal ao servidor público. Defender o *Self*

¹⁴⁴² “*In recognition of the “generous services” of Domício da Gama, Romulo S. Naon, and Eduardo Suarez “as mediators in the controversy between the Government of the United States and the leaders of the warring parties in the Republic of Mexico.”* Approved March 4, 1915 (38 Stat. 1228). STATHIS, Stephen W. **Congressional Gold Medals 1776-2002**. CRS Report for Congress Received through the CRS Web. The Library of Congress, 2002, p. 28.

¹⁴⁴³ Recepção do sr. Fernando Magalhães. ABL. **Discursos acadêmicos** (1924-1927), vol. VI, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p.175 a 187.

¹⁴⁴⁴ Carta de Domício da Gama ao marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648 Pasta 5.

¹⁴⁴⁵ Idem.

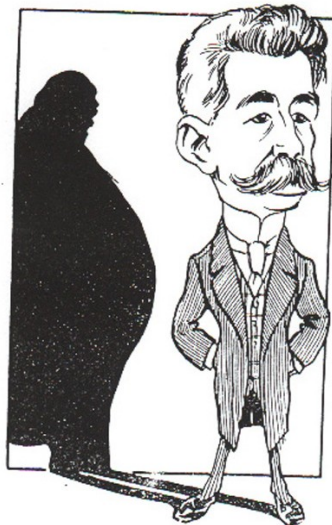
¹⁴⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 13.

¹⁴⁴⁷ Idem.

Made Nation é ir além de um ordenamento hierárquico, é estar atento às próprias convicções pessoais e, por conseguinte, nacionais

6.4.2 - A PROJEÇÃO DAS IDÉIAS DE DOMÍCIO DA GAMA

Em visita ao museu histórico e diplomático do Itamaraty, guiada pelo embaixador João Hermes da Fonseca, ouvi dele que o quadro de Domício da Gama estava postado na sala Rio Branco à direita da sua mesa de trabalho porque era o único que ali poderia estar¹⁴⁴⁸. Esta manifestação de apreço de um embaixador por outro dá a dimensão exata do grande dilema em torno de Domício da Gama. Criatura de Rio Branco ou alguém com raciocínio próprio? E se havia sido criatura somente para o público em geral ou também



Dr. DOMICIO DA GAMA
(Ministro del Brasil)

Sou diplomata intelectual...
Feitura do seu Barão.
Minha sombra é o original.
Eu sou 2a. edição.
Não venho em saio de guerra.
Venho a obviar dificuldades
Pois quando volte minha terra
Quero deixar saudades.

— 80 —

para Rio Branco? Neste ponto percebeu-se que de fato são duas respostas completamente díspares. Para o público em geral é uma resposta positiva: ele foi uma criatura imbricada a Rio Branco, um satélite, conforme sua própria previsão e, completamente enterrado na zona de penumbra. Uma charge anônima do tempo em que Domício da Gama assumiu o ministério das relações exteriores é sintomática para o entendimento deste dilema. O seu desenho em primeiro plano com a sombra do barão por trás enquanto que a legenda, em tons cáusticos, o coloca como segunda edição. No entanto, Domício da Gama havia afirmado que só houvera um Rio Branco e para ele isso para ele era um ponto passivo.

Domício da Gama foi, de fato, a pessoa mais próxima ao barão do Rio Branco, parte do seu espaço familiar, e fundamental para o desenvolvimento de seus trabalhos diplomáticos. A famosa frase da baronesa do Rio Branco de 1893, “*Juca qui ne peut vivre san vous*”, dá a dimensão desta conduta. De fato, Gama foi o mais basilar de

¹⁴⁴⁸ **Entrevista com o embaixador João Hermes da Fonseca.** Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2003.

todos os seus companheiros e, por isso, era-lhe difícil abrir mão dele conforme visto nos anos do Gabinete de Petrópolis. Com isso, o barão do Rio Branco havia repetido o comportamento do seu pai, o visconde que o havia tratado assim bem como ao visconde de Taunay. Entende-se esta tutela não somente como um dilema para Domício da Gama como também para Rio Branco.

E se Domício da Gama enfrentara largos dilemas pessoais entre a diplomacia e a literatura, Rio Branco resolvera este dilema, de uma vez só cortando praticamente todos os laços que o ligassem a algo pessoal. Deixando em seu círculo mais próximo, a filha Hortência, o filho Raul e Domício da Gama. Mas do seu jeito seco, pouco afeito às manifestações pessoais. Conforme afirmado anteriormente, talvez tenha sido esta *secura* no campo pessoal que tenha levado Joaquim Nabuco a afirmar que Rio Branco era uma *esfinge*. A ponte entre o Juca matreiro dos tempos do Rio de Janeiro antes de ser cônsul e o barão do Rio Branco foi quebrada e nunca reconstruída. E foi este Barão que viu Domício da Gama não como criatura, mas como igual com capacidade de ter raciocínio próprio. Respeitando as opiniões solicitadas e, amiúde, reproduzindo-as. Porém, esta idéia não ganhou visão pública deixando Domício da Gama sempre enquanto criatura de Rio Branco: imbricada, tutelada e sob a sua sombra.

Durante uma Conferência na Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1937, o Dr. Ramón J. Cárcano afirmou que Domício da Gama tinha uma profunda admiração por Rio Branco, e que esta foi uma via em dois sentidos. Aqui sob a premissa de Michel Foucault, discursos são sempre práticas que efetivamente “formam os objetos de que falam¹⁴⁴⁹”, utiliza-se o discurso de saudação que Rio Branco fez antes da partida de Domício da Gama para a embaixada nos Estados Unidos da América, como ponto de partida desta premissa. O curto discurso, iniciado como meu caro Embaixador e amigo sr. Domício da Gama, foi feito por ocasião de uma “reunião íntima de despedida, [ante] um público testemunho de minha mui particular estima¹⁴⁵⁰”, e que acabou por ser o último encontro entre os dois. Nele, Rio Branco prestou a Domício da Gama uma das maiores

¹⁴⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**(a). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 56.

¹⁴⁵⁰ Saudação do barão do Rio Branco a Domício da Gama. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1910. AHI, APBRB, Lata 877 Maço, Pasta 12 - 11jun1908 a 15out1911. Originalis.

homenagens que ele poderia fazer a alguém. Não somente ante o ato da reunião íntima que ele fez questão de organizar, mas no teor das palavras por ele proferidas onde ele fez questão de colocar Domício no mesmo patamar do pai, o visconde do Rio Branco, de Antonio Prado e de Joaquim Nabuco.

Conheci-o ainda na sua juventude, há mais de um quarto de século, já então querido por meu pae e por meus tios, que eram velhos servidores da pátria. Desde esse tempo pude apreciar os bellos dotes de seu espírito e do seu coração, e acompanhar com affectuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa como na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoaes, e tendo trabalhado nos primeiros annos de sua vida pública, successivamente, sob as vistas immediatas de Antônio Prado, Rio Branco e Joaquim Nabuco, a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria. Tive grande prazer em assignar a sua nomeação para Embaixador dos Estados Unidos do Brasil nos Estados Unidos da América, e em ver hontem o Senado brasileiro sem debate e em votação unânime, sancionar essa minha escolha. Estou muito certo de que no posto que vae agora occupar há de se mostrar digno de confiança do governo e do Senado Brasileiro, como soube corresponder sempre à mesma alta confiança no desempenho das delicadas missões que exerceu durante annos no Peru e na República Argentina. Bebo à sua saúde, meu caro Embaixador, desejando-lhe próspera viagem e todas as felicidades que merece.

Gama, ao longo de sua vida, acabara por não se deixar levar por ambições pessoais. Ele sempre buscara fazer um bom trabalho. Um desejo está implícito ao não querer continuar imbricado, *criaturizado*. A sua perspectiva pessoal fora a de estar mais perto da roda de governo colaborando; contudo, mantendo com distância geográfica, para quem sabe receber o reconhecimento do seu trabalho era algo que ele, como qualquer pessoa, havia aspirado. Fosse no Peru, Bolívia ou Washington, Gama queria ter a certeza de que o Barão estaria seguro de seu esforço.

Comparando os dois momentos *domicianos*, em Rio Branco e pós Rio-Branco, afirma-se que Domício da Gama sempre deu mostras de sua ação em defesa dos interesses nacionais¹⁴⁵¹, desenvolvendo na prática o ideário de que nas negociações internacionais deve-se sempre procurar proteger a identidade nacional. Este mote deu a ele uma redimensão de seu papel enquanto diplomata: Domício da Gama foi orgânico no seu papel como agente das relações internacionais, ocupante dos dois estágios descritos por

¹⁴⁵¹ Interesses nacionais aqui como entendimento de interesse da maioria. DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.** p. 134.

Duroselle¹⁴⁵², o de tático e o de estratégico. Enquanto Rio Branco era vivo, Gama seria o executor, uma parte da engrenagem. Após a morte do Barão, o seu papel naturalmente se distendeu. Como o único Embaixador brasileiro existente, Gama foi além do seu espaço de conduzir negociações, influenciar setores da opinião nacional e estrangeira e de coletar opiniões sobre o Brasil.

Domício da Gama não foi uma marionete de Rio Branco. Ele tinha uma interface gerencial própria uma exceção quanto ao inquestionável alinhamento a Washington, por entender que a existência de um relacionamento especial com os Estados Unidos deveria se compor na medida em que eles seguissem o mesmo comportamento. Deste modo ele seria *per se*, uma antítese do *too american way* de Joaquim Nabuco, diverso do *marchar se possível* do barão e também do *marchar com* de Lauro Müller, cuja vigência assumiu um padrão hegemônico na política externa brasileira até a década de 60.

A vida de Domício da Gama pareceu sempre ter sido vaticinada por previsões pessoais. O velho Forneiro acertara ao afirmar que as suas intelectualidades eram palavras vãs e que somente o seu coração o impeliria na vida. Domício da Gama estava em geral bem busca de uma razão de vida, tendendo em muitos momentos a ver uma falta de utilidade do que fazia. Ao buscar seguir a sua carreira sem outra ambição “além da de bem servir¹⁴⁵³”, estabeleceu um comportamento que afirmou ter sido seu erro e sua paixão e ao mesmo tempo. Guiado por um sentimento impreciso e vário que o mantinha contra “pessimismos e depressões e descréditos¹⁴⁵⁴”, obteve desta emoção o suporte em momentos difíceis de sua vida. Este foi o suporte do seu brasileirismo, moldado por princípios e não por opções financeiras ou sociais. O seu epitáfio pessoal acabaria por estabelecer como regra o sacrifício “pelos que amamos¹⁴⁵⁵”.

A segurança advinda do reconhecimento público, estrangeiro, por seus trabalhos no Peru, Argentina e nos Estados Unidos da América foi importante para dar a ele

¹⁴⁵² DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Op. Cit.**

¹⁴⁵³ Bilhete de Domício da Gama ao conde de Affonso Celso. Rio de Janeiro, 09 de maio de 1911. Revista da ABL, vol. 41, Rio de Janeiro, 1933, p. 224 e 225.

¹⁴⁵⁴ Carta de Domício da Gama a Graça Aranha, Bruxelas, 13 de janeiro de 1903. ABL, AGA, 10.3.13.

¹⁴⁵⁵ Carta de Domício da Gama ao barão do Rio Branco, Bruxelas, 14 de janeiro de 1902. AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

segurança no que fazia. Porém este reconhecimento nunca adveio do meio brasileiro. E isso acabou por prostrá-lo no final de sua vida. O seu próprio argumento junto a Rio Branco sobre o fato de que Raul deveria também ser conhecido por estranhos, ainda que isso fosse a alto custo pessoal do pai acabara também por mais uma vez valer para ele mesmo. O amor de Domício da Gama pelo Brasil foi construído ao longo dos tempos de fora para dentro. E com isso ele acabara por se apegar a uma terra que chamou de “bendita de beleza e doçura; todo o resto para mim agora é exílio”. A medida exata de sua paixão pela terra pode ser medido pelo seu discurso em São Paulo em 1919:

O orgulho coletivo é a transformação por extensão do mesmo sentimento, que se fortalece e se purifica ao mesmo tempo pela perda do que tem de odioso à afirmação agressiva de uma personalidade perante outras e pela aquisição da força incalculável que vem das massas anônimas. O orgulho coletivo, quer seja municipal, provincial ou nacional, é um grande e forte sentimento e elemento necessário ao progresso de um povo. Nem vale a objeção de que o orgulho assenta mais aos povos que têm uma história gloriosa e o prestígio que só dão os séculos. Essa é cabida contra a vanglória, a fanfarrice vaidosa que é antes reveladora da fraqueza dos que vivem já voltados para o passado. O orgulho dos povos novos é a esperança do prêmio de bem fazer.¹⁴⁵⁶

¹⁴⁵⁶ Recorte de jornal não identificado, assinado pelo autor. São Paulo, 18 de novembro de 1919. ABL, ADG, 09.4.09.

CONCLUSÕES

Domício da Gama seguiu um caminho pessoal atípico para se tornar diplomata, porém, construiu uma idéia de como o país deveria se portar no meio internacional. As atipicidades de sua vida, de seus atos e da formação de seus pensamentos, tornam-no diferente dos seus coetâneos ao pensar além de sua época. Ao estabelecer a proteção dos interesses nacionais como condição *sine qua non* para a preservação da identidade nacional em negociações internacionais, ele criou um limite fundamental entre as pretensões dos estados, relacionamentos e ingerências. A proposta, ou o desafio, contido no *Self Made Nation* é não prescindir da dignidade nacional, não ceder a pressões exteriores nem buscar por aval de terceiros sobre como se portar no meio internacional. Essa mensagem situa Domício em distinta posição relativamente ao *marchar se possível* de Rio Branco ou ainda ao *marchar com* de Lauro Müller. Seguir o *Self Made Nation* reflete o próprio comportamento pessoal de Domício da Gama que defendia suas idéias sem ser descortês, ou utilizar um comportamento adulator.

Firme em defesa de suas idéias e dos interesses nacionais, Domício da Gama teve uma acuidade analítica ao perceber que certas escolhas poderiam conter armadilhas que levariam um país a aquiescer ante outro. E, para ele, um país, qualquer país, não deveria permitir que a fraqueza de um comportamento condescendente fosse confundida com a permissão para intervenção em assuntos internos. A postura de sentinela, exigente de um pragmatismo de bom senso, condizente com a sua personalidade, o levou a tramitar em diferentes ambientes e a manter a descrença em amizades coletivas e em certas idéias de cooperação. Esse argumento deveria estar claramente delineado para evitar armadilhas ou competições desiguais que deixariam um país exposto a desmandos de outros. Concessões não deveriam ser feitas em troca de interesses políticos, afinal, “ninguém sabe aonde vae parar no caminho das concessões, ninguém sabe conter-se no caminho das exigências¹⁴⁵⁷”. Ressalta-se então que, para que se perceba um *Self Made Nation* em pleno funcionamento, deve existir uma densidade nacional enquanto bloco de condições fundamentais e não como algo que seja passível de ser barganhado. Na visão altaneira do *Self Made Nation* de

¹⁴⁵⁷ Ibidem.

Domício da Gama, protetora da idéia de que a identidade nacional deve ser sempre protegida, não há barganha possível sem real reciprocidade de interesses.

Em seu *Self Made Nation*, legado e desafio para a inserção internacional do Brasil, a impressão mais indelével é a de nacionalidade, ou de brasilidade resistente. Amor e respeito pelo país, que significava para ele certo sentimento indefinido. Dirigido por visão que não se cansava de apreciar, este sentimento o havia lançado ante um dilema do qual nunca se livraria: o de observar e velar pelo país ao longe, sem que conseguisse ter para com ele uma constância relacional e de firmamento. Amado Luiz Cervo tem razão ao afirmar que, sob a sombra do barão do Rio Branco, árvores maiores cresceram. Ainda que não tenham tido o mesmo espaço, conduziram a outras idéias, despertando pensamentos propulsores e consciências que alertam. E, indubitavelmente, Domício da Gama foi uma dessas consciências.



Domício da Gama, acima à esquerda *académicien gateux*.

Abaixo, Foto tirada por ocasião de uma visita à Exposição Universal de Paris em 1889. Sentados, da esquerda pra direita: o barão do Rio Branco, Eduardo Prado, Sant'Anna Nery e Ramalho Ortigão. Em pé: Domício da Gama, visconde de Cavalcanti, Ladislau Neto, o barão do Estrela e o barão de Albuquerque





Eça, D. Emília e a filha Maria com Domício da Gama (em pé) e o conde da Capurva, em Neuilly



Eça com Domício em Neuilly

Domício da Gama com a família de Eça de Queiroz, e com Eça à direita.

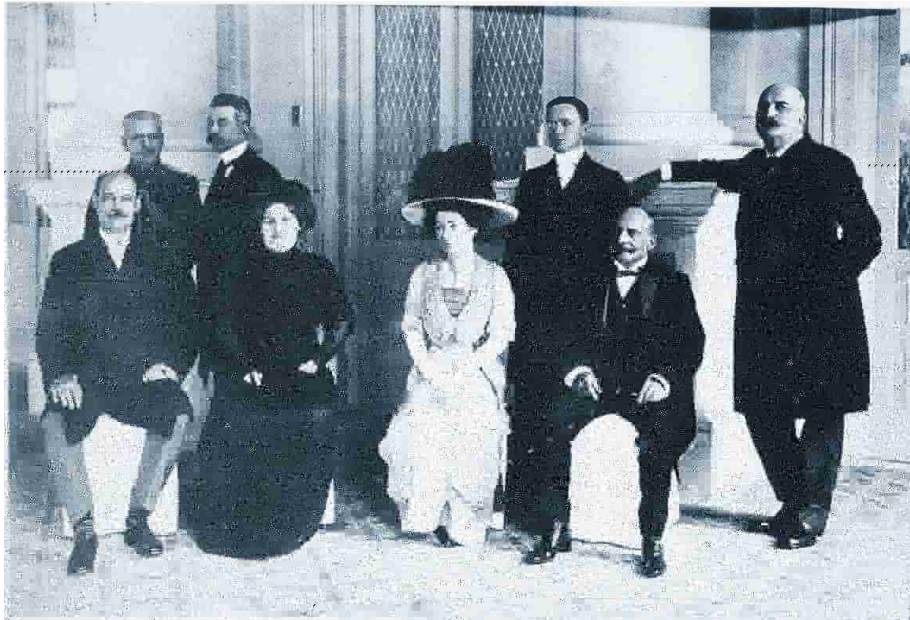
Abaixo a Legação brasileira em Londres: Sentados: Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Manoel de Oliveira Lima. Em pé: Sylvino Gurgel do Amaral e Domício da Gama

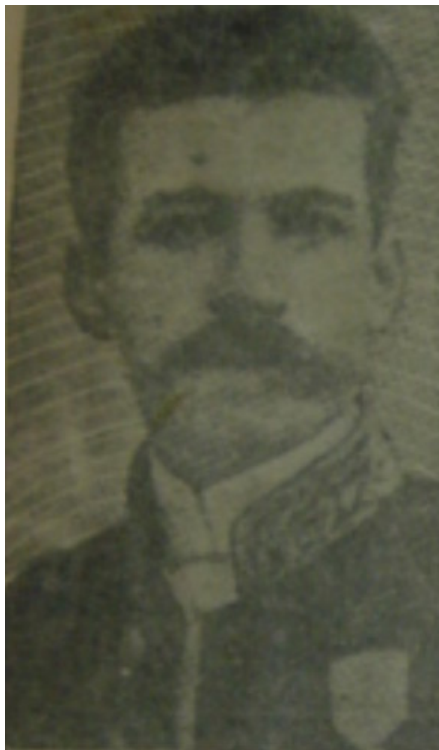


Graça Aranha - Joaquim Nabuco - Manoel de Oliveira Lima
 Sylvino Gurgel do Amaral - Domício da Gama



Acima: duas fotos da equipe da Questão de Palmas. Abaixo uma foto do jantar oferecido pelo barão do Rio Branco a Domicio da Gama por ocasião de sua partida para os Estados Unidos da América

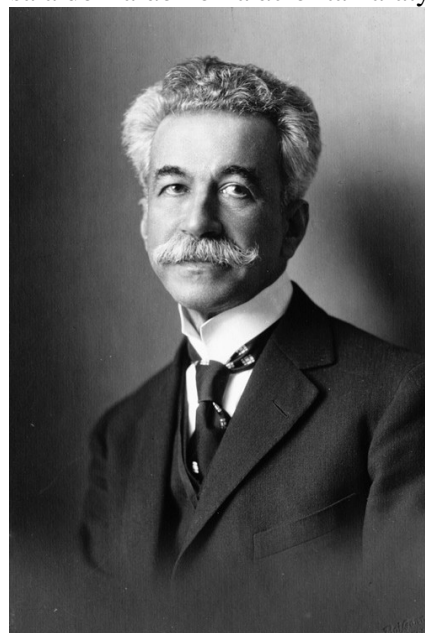




Domício da Gama na casa dos vinte anos



Retrato de Domício da Gama que está na sala do Barão no Palácio Itamaraty



Últimas fotos de Domício da Gama

ANEXOS:

A) CRONOLOGIA DE DOMÍCIO DA GAMA

Datas	Descrição
1862	Domício da Gama nasce em Ponta Negra - Maricá Rio de Janeiro
20 jul 1873	Nascimento de Santos Dumont
1878	Domício aceita a vontade do pai e ingressa na Escola Politécnica na Engenharia. Após 1 ano de curso e uma reprovação tenta outro caminho
1880	Domício da Gama integra o Jardim Academus
1880	Reprovado, passa a viver como contista
1885	Domício prestou concurso na Biblioteca Nacional para o cargo de oficial de secretaria, ficando em segundo lugar, perdendo para João Ribeiro
21 mai 1888	Carta de apresentação de Capistrano de Abreu introduzindo Domício da Gama ao barão do Rio Branco
1888	Domício embarca no vapor Tagus, da Mala Real Inglesa, como o escolhido por Ferreira de Araújo para cobrir a Exposição Universal de Paris, de 1889. Carregando cartas de apresentação de Capistrano e Ferreira de Araújo a Eduardo Prado
	Domício bem como Eça de Queiroz foram colaboradores de O Jornal
11 jun 1888	Domício publica "Pânico" no Gazeta de Notícias
jul 1889 a mai 1892	Domício a convite de Eça, ficou responsável pela escolha dos colaboradores brasileiros para a Revista de Portugal - totalizando 24 n°
09 set 1890	morte mãe do barão do Rio Branco
1891	Suplemento do Gazeta de notícias organizado e feito a partir de Paris, por Domício, Eça e Batalha Reis
1891	Domício publica em Paris Contos a meia tinta dedicado a memória de Antônio José Monteiro. Este livro serviu de indicação à cadeira 33
01 out 1891 a 16 mar 1893	Nomeado para a França como Auxiliar de superintendência Geral do serviço de emigração para o Brasil na Europa sede Paris (Serviço do Ministério da Agricultura)
05 dez 1891	Falecimento de D. Pedro II em Paris
1891	Rio Branco foi nomeado para a Superintendência Geral do Serviço de Imigração para o Brasil e contrata Domício para o cargo de Secretário
25 mar 1893	Falecimento do Barão Aguiar de Andrade
29 mar 1893	Sousa Correia, ministro brasileiro em Londres recebe de Paula Sousa, ministro exterior, um telegrama para convidar o barão do Rio Branco para a missao Especial de Arbitramento da Argentina em Washington
18 mai 1893 a 11 jun 1893	Nomeado para os Estados Unidos como Secretário da Missão Especial, antiga denominação tendo, portanto, a categoria de 1° Secretário (Arbitramento da questão de limites com a República argentina) - Questão de Palmas
24 mai 1893	O barão do Rio Branco chega à Nova Iorque
14 fev 1895 a 20 abr 1895	EUA - Dispensado como Secretário da Missão Especial, antiga denominação tendo, portanto, a categoria de 1° Secretário (Arbitramento da questão de limites com a República argentina)
1895	Domício da Gama colaborou com a Revista Brasileira dirigida por José Veríssimo
1895	Questão de Trindade - Domício da Gama como auxiliar do barão do Rio Branco
25/12/1895	Raul Pompéia - Com a morte de Floriano, em 1895, foi demitido da direção da Biblioteca Nacional, acusado de desacatar a pessoa do Presidente no explosivo discurso pronunciado em seu enterro. Rompido com amigos, caluniado em artigo de Luís Murat, sentindo-se desdenhado por toda parte, inclusive dentro do jornal A Notícia, que não publicara o

	segundo artigo de sua colaboração, pôs fim à vida no dia de Natal de 1895.
31 dez 1895 a 10 jan 1896	Nomeado para a França como Auxiliar do commissário Rio Branco encarregado de preparar a defesa do Brasil na questão de limites c/França
15 dec 1896	às 15 horas da tarde a abl foi criada
28 jan 1897	Domício da Gama é eleito um dos dez acadêmicos para completar o quadro de fundadores da ABL
mai 1897	Domício e Eça de Queiróz participaram da fundação e colaboração da Revista Moderna, periódico publicado em Paris totalizando 30 números
20 jul 1897	Sessão inaugural da ABL
agosto 1897	Eça de Queiróz parte para Plombiérs nos Vosges indo hospedar-se no Grand Hotels, fazendo uma cura de águas c/ Domício
22 nov 1898	Nomeado para a Suíça como Secretário da Missão Especial (Arbitramento da questão de limites França - Direitos do Brasil ao Oiapoque)
	Domício colaborou com produção de verbetes para <i>Enciclopédia e Dicionário internacional</i> , obra editada em Portugal por W.M.Jackson
1898	morte de Marie Stevens, baronesa do Rio Branco
1899	Graça Aranha conheceu Domício da Gama e o barão do Rio Branco
04 abr 1899	1ª memória barão do Rio Branco
1 julho, 1900	Domício da Gama é recebido por Lúcio de Mendonça
16 agosto, 1900	morte de Eça de Queiróz em Neuilly aos 54 anos [Domício estava em Paris, adoentado]
1 agosto, 1900	morte da mãe de Domício, Mariana, na mesma semana de Eça de Queiróz
15 setembro, 1900	Exonerado na Suíça como Secretário da Missão Especial (Arbitramento da questão de limites com a França)
15 setembro, 1900	Nomeado para a a Grã Bretanha como Secretário da Missão Especial (Questão de Limites com a Grã Bretanha)
out 1900	Domício da Gama doente segundo Capistrano de Abreu
31 dezembro, 1900	Nomeado para a Santa Sé como 2º Secretário de Legação
1901	Domício publica em Paris Histórias Curtas com tiragem de dois mil exemplares distribuído no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves
11 janeiro, 1901	Mandado para a Grã Bretanha para continuar a servir na Missão Especial
8 agosto, 1901	Removido para a Bélgica como 2º Secretário de Legação
1901	Questão do Pirara
20 agosto, 1901	Morte de Eduardo Prado, aos 41 anos, de febre amarela
07 out 1907 a 01 fev 1903	Assumiu o exercício na Bélgica como Encarregado de negócios
1 março, 1902	Rodrigues Alves foi eleito presidente
14 novembro, 1902	Ato de remoção de Manuel de Oliveira Lima como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Peru
15 novembro, 1902	Rodrigues Alves substitui Campos Sales nomeando o barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores
2 dezembro, 1902	barão do Rio Branco chega ao Rio de Janeiro a bordo do Atlantique
1902	Questão Brasil X Bolívia
1902	Insurreição de Plácido de Castro no Acre
17 janeiro, 1903	Rio Branco envia um telegrama a Manuel de Oliveira Lima para que este assumisse o cargo no Peru
24 janeiro, 1903	Promovido na Bélgica a 1º Secretário de Legação (Conta a antiguidade de 1º Secretário de Legação desde 22 nov 1898, por aplicação do paragrapho único do artigo 2º do Decreto Legislativo nº 754 de 31 dez 1900)
05 fev 1903 a 03 mar 1907	Chamado para o Serviço Público no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

20 fevereiro, 1903	Domício da Gama embarcou em Bordeaux vindo de Bruxelas para Paris
6 março, 1903	Domício da Gama desembarca no Rio de Janeiro
6 março, 1903	Domício da Gama assume o cargo no Serviço Público no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
6 março, 1903	Manuel de Oliveira Lima parte do Japão embarcando no Hamburg, Porto de Kobe no dia seguinte
07 mar 1903 a 20 nov 1904	Segundo os registros funcionais de Manuel de Oliveira Lima foi o período em que ele permaneceu aguardando ordens
1 abril, 1903	Manuel de Oliveira Lima encontra-se com Joaquim Nabuco em Gênova
17 julho, 1903	Posse de Manuel de Oliveira Lima na ABL
19 agosto, 1903	João Ribeiro, historiador ligado a Rio Branco respondeu ao discurso de Manuel de Oliveira Lima na ABL através do Correio da Manhã.
17 novembro, 1903	Tratado de Petrópolis
6 maio, 1904	Tratado Brasil Equador (onde a República aceitava a linha do Santo Antônio de Apopóris.
12 março, 1905	Manuel de Oliveira Lima assume o cargo enviado extraordinário e Minsitro Plenipotenciário na Venezuela
18 março, 1905	Tratado de Limites com o Equador
11 agosto, 1904	Domício da Gama enviado como 1 secret para Paris
11 dezembro, 1905	1º cardinalato para o Brasil
19 março, 1905	Reforma da Secretaria - Assinatura de vários tratados de arbitramento geral com EUA, Portugal, França, Espanha, México, Honduras, Venezuela, Panamá
19 março, 1905	III Congresso Científico Latino Americano
19 março, 1905	Incidente com o Panther em Itajaí - Santa Catarina
19 março, 1905	Elevação da representação diplomática em Washington à condição de Embaixada
15 março, 1905	Guiana Inglesa - Questão de Pirara Verificar data correta.
16 março, 1905	Nomeado Ministro residente na Colômbia (Cargo que não chegou a assumir por conta dos serviços prestados na Secretaria de Relações exteriores de Rio de Janeiro, bem como por conta da existência de uma missão especial que estava acabando as negociações sobre limites com a Colômbia.)
24 março, 1905	Nomeado para Argentina como Membro da delegação brasileira na 4ª Confer Internacional Americana substituto do Presidente da Delegação
7 setembro, 1905	Tratado de arbitramento geral - Brasil/Argentina
31 dezembro, 1905	Eleição de Mário de Alencar em detrimento de Domingos Olímpio- Domício da Gama ficou ao lado de Machado de Assis
20 março, 1905	No segundo Semestre, Cyro de Azevedo foi substituído por Joaquim Francisco de Assis Brasil na chefia da Legação do Brasil - Buenos Aires
20 março, 1905	III Conferência Interamericana
6 novembro, 1906	Estanislao Zeballos é designado pelo vice presid em exercício, José Figueroa Alcorta, como ministro das Relações Exteriores da Argentina
15 novembro, 1906	O Conselheiro Afonso Pena assume a presidência do Brasil
13 dezembro, 1906	Promovido ao Peru como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário
18 dezembro, 1906	Posse de Euclides da Cunha recebido por Silvio Romero
4 março, 1907	Partiu do Rio de Janeiro rumo ao Peru
13 abril, 1907	Assumiu o exercício no Peru como Enviado Extraordiário e Ministro Plenipotenciário
24 abril, 1907	Tratado de Bogotá - Limites e navegação /firmado por Enéas Martins
10 maio, 1907	Tratado com o Equador - comércio e navegação flutuante
26 nov 1907 a 27 dez 1907	Licença férias
12 dezembro, 1907	Removido para a República Argentina como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário

1907	Conferência de Haia
24 abril, 1907	Colombia
27 junho, 1908	Partiu de Lima rumo a Buenos Aires, com parada no Uruguay
22 nov 1907 a 26 dez 1907	Partiu de Lima rumo a Bolívia
17 junho, 1908	o telegrama nº 9
21 junho, 1908	Zeballos renuncia ao Ministério das Relações Exteriores
2 agosto, 1908	Domício da Gama chega a Buenos Aires
24 agosto, 1908	Primeiro Ofício de Domício da Gama em Buenos Aires
1 setembro, 1908	Morte de Machado de Assis
1 outubro, 1908	Enterro Machado de Assis
5 dezembro, 1908	Ratificações do Tratado de arbitramento geral - Brasil/~Argentina
23 janeiro, 1909	Convenção arbitramento com os EUA
19 jun 1909 a 28 jul 1909	(Esteve ausente de Buenos Aires em Serviço Público - férias)
15 agosto, 1909	Morte de Euclides da Cunha
8 setembro, 1909	Tratado de limites Brasil e Peru
30 outubro, 1909	Sessão do Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão feita pelo Brasil ao Uruguai
23 novembro, 1909	Morte de Lucio de Mendonça
1 janeiro, 1910	Morte de Joaquim Nabuco
6 abril 1910 a 20 maio 1910	(Esteve ausente de Buenos Aires em Serviço Público)
4 outubro, 1910	Complementar ao Tratado 06out1898, estabelecendo linha divisória entre o Brasil e a Argentina
1910	Nomeado em Mis. Esp. Argentina como Env. Extraordin. e Min. Plenipot. para representar o Brasil as festas do centenário da independência)
23 junho, 1910	Nomeado em Missão especial como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário para representar o Brasil nas festas do Centenário do Chile
26 agosto, 1910	Nomeado para os Estados Unidos como Enviado Extraord. e Min. Plenip. com a comissão de emb. extraordinário e plenipotenciário
8 setembro, 1910	L. M. Souza Dantas ficou como encarregado de negócios em Buenos Aires
9 setembro, 1910	Domício chega em Santiago para as festas do centenário do Chile
29 abril, 1911	Domício da Gama parte de Buenos Aires para o Rio de Janeiro
18 abril, 1911	Rio Branco envia um telegrama a Domício da Gama informando que a sua nomeação estava assinada.
17 maio, 1911	Senado aprovou nomeação Domício da Gama sem discussão
15 julho, 1911	Domício da Gama chegou a Buenos Aires
1 agosto, 1911	Domicio estava em Vichy segundo anotação a lapis em carta de O Bilac de 11 agosto 1911
3 fevereiro, 1912	o barão do Rio Branco teve uma forte síncope ao jantar
5 fevereiro, 1912	à hora do café, sentiu forte pontada na cabeça. Perturbações na vista.
10 fevereiro, 1912	às 9hs e 9 minutos de um dia luminoso e brilhante, aos 67 anos, vítima de arteriosclerose, excesso de trabalho, falta de repouso abuso de fumar (chegava a 200/dia pois só podia trabalhar fumando. E como trabalhava muitíssimo, fumava também exageradamente) incerteza das refeições, acurada aplicação intelectual após a comida.
1 maio, 1912	Rodrigues Alves assume o governo do Estado de São Paulo
27 maio, 1912	Discurso na Sociedade Pan-Americana
26 agosto, 1912	José Manuel Cardoso de Oliveira assume a função de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no México

[mar] 1913	Lauro Müller recupera-se de um ataque de influenza
[mar] 1913	Domício da Gama casa-se aos 50 anos com Elisabeth Bates, viúva norte americana
28 abril, 1914	Oferta de mediação aceita pelos EUA
23 junho, 1913	Domício foi autorizado pelo ministro interino das Relações Exteriores, F. Régis de Oliveira, a tirar dois meses de licença, com vencimentos para ir à Europa. E. L. Chermont ficou encarregado da embaixada em Washington.
18 setembro, 1913	Domício reassume o seu posto em Washington após dois meses de licença na Europa.
20 maio, 1914	Conferência de Niagara Falls
25 julho, 1914	Assinatura do Tratado pacifista entre o Brasil e os Estados Unidos - Domício da Gama e William Jennings Bryan
25 junho, 1914	Assinatura do Tratado Final entre o México e os Estados Unidos
1 abril, 1915	Domício doente
1 julho, 1915	Domício publica " The neutrality rules adopted by Brazil, by his Excellency the Brazilian Ambassador dr. Domício da Gama - American Academy of Political and Social Sciences", Priladelphia, July 1915. (folheto de 8 páginas)
16 setembro, 1915	Recebimento da medalha de ouro do Congresso Norte-americano junto com Romulo S Naon (argentino) e Eduardo Suarez-Mojica (chileno)
18 setembro, 1915	Reunião da Conferência Pan Americana em Nova York
10 dezembro, 1915	Designado como representante oficial do Governo Brasileiro no Segundo Congresso Científico Americano.
31 dezembro, 1915	Convidado para integrar Comissão permanente de investigação criada pelo tratado 15 Setembro 1914 entre Estados Unidos e Inglaterra
3 fevereiro, 1917	Os Estados Unidos romperam relações com a Alemanha
1 abril, 1917	Domício doente
3 maio, 1917	Lauro Müller se demite
3 maio, 1917	Nilo Peçanha assume como Ministro de Estado das Relações Exteriores
8 junho, 1918	Presidente Wilson leu os 14 pontos no congresso americano
15 abril, 1919	Augusto Cochrane de Alencar assume as funções de sub-secretário de Estado das Relações Exteriores
15 novembro, 1918	Delfim Moreira, o vice presidente assume o governo por doença de Rodrigues Alves
2 abril, 1905	Eneas Martins falece
15 maio, 1919	Domício da Gama faz saber através da circular 14 ao corpo diplomático que as férias de 35 dias úteis só poderão ser gozadas nas sedes das respectivas chancellarias ou em pontos que não estejam a mais de 24 horas de viagem das mesmas.
27 julho, 1919	Último dia do governo Delfim Moreira
1919	Domício da Gama é substituído por José Manuel de Azevedo Marques na pasta do Ministério das Relações Exteriores
5 outubro, 1919	Domício da Gama viaja para a Europa a serviço
28 outubro, 1919	Domício da Gama assume a Embaixada de Londres
2 março, 1920	Rodrigo Octávio assume as funções de sub-secretário de Estado das Relações Exteriores
1 agosto, 1921	Domício da Gama viaja para o continente para descanso
24 setembro, 1921	Domício da Gama reassume as suas funções em Londres
	Domício da Gama assume a presidência da ABL
1 março, 1922	Arthur Bernardes foi eleito Presidente
12 maio, 1922	O Conselho da Liga das Nações recebeu comunicação da parte do Dr. Domício da Gama, embaixador do Brasil em Londres e delegado brasileiro na Liga, informando não poder comparecer, por motivo de seu estado de saúde, à próxima reunião. Acrescenta a comunicação que o Dr. Castello Branco Clark, conselheiro da embaixada brasileira em Paris, substituirá o dr. Domício da Gama.

26 maio, 1922	O Conde de Balfour assume a direção do Foreign Office durante a enfermidade do Marques Curzon of Kendleston
2 agosto, 1922	Domício da Gama acredita Luis G do Amaral por conta da sua viagem a Paris
31 ago 1922 a 04 out 1922	21ª Sessão da Liga das Nações sob a presidência de Domício da Gama
1 setembro, 1922	3ª Assembléia em Genebra: Domício da Gama, Raul Régis de Oliveira (Emb. na cidade do México), Raul do Rio Branco (ministro em Berna)
18 dezembro, 1922	Domício da Gama reassume as suas funções em Londres
15 novembro, 1922	Posse de Arthur Bernardes
1 março, 1923	morte de Rui Barbosa
19 jan 1923 a 09 fev 1923	Domício da Gama viaja para o continente para descanso acreditando Luis G do Amaral como chargé
10 abril, 1923	Domício da Gama viaja para Geneve para assistir à reunião do conselho da Sociedade das Nações, acreditando Luis G do Amaral como chargé
26 abril, 1923	Domício da Gama reassume as suas funções em Londres
5 julho, 1923	Domício da Gama com problemas de saúde (vista)
16 julho, 1923	Domício da Gama ofereceu um jantar diplomático mas não compareceu por causa do problema dos olhos
23 outubro, 1923	Domício da Gama viaja para o continente para descanso acreditando Luis G do Amaral como chargé
1 janeiro, 1924	Domício da Gama reassume as suas funções em Londres
17 outubro, 1924	Decreto do Presidente Arthur Bernardes dando uma aposentadoria compulsiva a Domício da Gama
12 novembro, 1924	Último ofício assinado por Domício da Gama
12 novembro, 1924	Domício da Gama informa Austen Chamberlain que estava deixando o posto, acreditando o conselheiro Carlos Martins
13 novembro, 1924	Domício da Gama parte para Paris deixando a Embaixada de Londres
8 novembro, 1925	Domício da Gama falece no Rio de Janeiro

B) CONVENÇÃO ESPECIAL DE COMMERCIO, NAVEGAÇÃO FLUVIAL, EXTRADIÇÃO E LIMITES BRASIL E PERU ASSINADO EM 23 DE OUTUBRO DE 1851.

Nós, o Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, etc, fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, aprovação e ratificação virem, que se ajustou e assignou na cidade de Lima, aos vinte e tres dias do mez de outubro de mil oitocentos e cinquenta e um, entre nós e o presidente da republica do Peru, pelos respectivos plenipotenciários munidos dos necessários plenos poderes, uma convenção especial de commercio e navegação fluvial do theor seguinte:

Em nome da Santissima e Indivisivel Trindade. Sua magestade o Imperador do Brasil e a Republica do Peru igualmente animados do desejo de facilitar o commercio e navegação fluvial pela mutua fronteira e rios, resolverão ajustar em uma convenção especial os principios e o modo de fazer um ensaio em que melhor se conheça sob que bases e condições deverá esse commercio e navegação ser depois estipulado definitivamente; e para esse fim nomearão seus plenipotenciarios, a saber: sua magestade o imperador do Brasil, ao sr. Duarte da Ponte Ribeiro, do seu conselho, commendador da ordem de Christo, e enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto das republicas do pacifico;

E sua excellencia o presidente da Republica do Peru, ao Sr. dom Bartolomé Herrera, ministro de estado dos negocios do interior, e encarregado interino do ministerio das relações exteriores. os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convierão nos artigos seguintes:

ARTIGO I (Versa sobre Navegação e Comercio)

ARTIGO II (Versa sobre Apoio à Navegação)

ARTIGO III (Versa sobre Policiamento)

ARTIGO IV (Versa sobre Desertores Militares)

ARTIGO V (Versa sobre Escravatura)

ARTIGO VI (Versa sobre Captura de Indios)

ARTIGO VII

Para prevenir duvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente convenção, concordão as altas partes contractantes em que os limites do imperio do Brasil com a republica do Perú sejam regulados em conformidade do principio de uti possidetis; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e dahi para o norte em linha recta a encontrar o rio Japurá, defronte da foz do Apopóris; e de Tabatinga para o sul, o rio Javary , desde a sua confluencia com o amazonas. uma commissão mixta nomeada por ambos os governos reconhecerá, conforme ao principio uti possidetis, a fronteira, e proporá a troca dos territorios que julgar a proposito para fixar os limites que sejam mais naturaes e convenientes a uma e outra nação.

ARTIGO VIII (Versa sobre a validade por 6 anos dos Artigos 1º ao 5º)

ARTIGO IX

A presente convenção será ratificada pelas altas partes contractantes, e as ratificações serão trocadas no rio de janeiro, no praso de um anno, ou antes, se for possivel. em fé do que, nós, os plenipotenciarios de sua magestade o imperador do Brasil e da republica do Perú, em virtude dos nossos plenos poderes, assignamos a presente convenção, e lhe puzemos o nosso sello. feito na cidade de lima, aos vinte e tres dias do mez de outubro de mil oitocentos e cincoenta e um.

(l.s.) Duarte da Ponte Ribeiro.

e sendo-nos presente a mesma convenção, cujo theor fica acima , e bem visto, considerado e examinado por nós, tudo o que nella, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações, e pela presente damos por firme e valiosa, promettendo em fé e palavra imperial observ-a e cumpril-a inviolavelmente e fazel-a cumprir observar por qualquer modo que possa ser. em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta, por nós assignada pelo nosso ministro e secretario de

estado abaixo assinado. dada no palacio do rio de janeiro aos dezoito dias do mês de março de mil oitocentos e cinquenta e dois.

(l.s.) Pedro , Imperador (com guarda).

Paulino José Soares de Souza.

C) TRATADO DE 1885¹⁴⁵⁸

Artículo 1°. Cada una de las Altas Partes Contratantes nombrará una Comisión compuesta de un primer Comisario, un segundo y un tercero y de tres ayudantes. En los casos de impedimento o muerte, si no se tomare otra resolución, el primer Comisario será sustituido por el segundo y éste por el tercero. Cada una de las comisiones podrá tener, a voluntad del respectivo Gobierno, el personal necesario para su servicio particular, como el sanitario o cualquier otro, y ambas serán acompañadas por contingentes militares de igual número de plazas mandados por oficiales de grados iguales o correspondientes.

Artículo 2°. A la Comisión Mixta constituida por las dos mencionadas le incumbirá reconocer, de conformidad con las instrucciones anexas a este Tratado, los ríos Pepirí-Guazú y San Antonio y los dos situados al Oriente de ellos, conocidos en el Brasil por los nombres de Chapecó y Chopim y que los argentinos llaman Pequiri-Guazú y San Antonio Guazú, así como el territorio comprendido entre los cuatro.

Artículo 3°. Las dos Comisiones deberán reunirse en Montevideo para ponerse de acuerdo sobre el punto o puntos de partida de sus trabajos y acerca de lo demás que fuere necesario.

Artículo 4°. Levantarán en común y en dos ejemplares los planos de los cuatro ríos, del territorio que los separa y de la parte correspondiente de los ríos que encierran ese territorio al Norte y al Sur, y con ellos presentarán a sus Gobiernos memorias idénticas que contengan todo cuanto interese a la cuestión de límites.

Artículo 5°. En vista de esas memorias y planos las dos Altas Partes Contratantes procurarán resolver amigablemente aquella cuestión, celebrando un Tratado definitivo y perpetuo, que ningún acontecimiento de paz o de guerra podrá anular o suspender.(...)

¹⁴⁵⁸ República Argentina, **Tratados, convenciones, protocolos y demás actos internacionales vigentes celebrados por la República Argentina**, tomo primero, Buenos Aires, Imprenta de "La Nación", 1901, p. 274-276 (tratado), y 276-280 (instrucciones); República Argentina, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, **La frontera argentino-brasileña**. Estudios y demarcación general, 1887-1904, tomo II, Buenos Aires, Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1910, p. 119-120.

D) DECRETO ESPECIAL DO PRESIDENTE JUÁREZ CELMAN DE 3 DE DEZEMBRO DE 1889, RECONHECENDO A REPÚBLICA BRASILEIRA¹⁴⁵⁹

Buenos Aires, Diciembre 3 de 1889.

Considerando:

Que el pueblo brasileiro ha proclamado la República, sustituyéndola al régimen monárquico, en la única región de Sud-América donde se mantuvo después del grito libertador de Mayo, lanzado en 1810 desde la ciudad de Buenos Aires;

Que este acontecimiento robustece y prestigia las aspiraciones humanas hacia el régimen de las instituciones libres, no solamente por la implantación de las mismas en un grande Estado de tradiciones monárquicas, sino también por la manera culta, reposada y magnánima con que la opinión pública ha operado la transición, sin que la violencia o el abuso del triunfo hayan herido los sentimientos humanitarios del Brasil y del mundo;

Que si bien la República cultivó siempre sinceras y cordiales relaciones con el monarca don Pedro II, ella no puede asistir con indiferencia al coronamiento de la revolución institucional sudamericana difundida por San Martín y Bolívar al frente de los ejércitos libertadores que, partiendo de las orillas del Plata y de las costas del mar Caribe, pasaron las más altas cordilleras para asistir a la cita inmortal del campo de Ayacucho;

Que la circunstancia de adoptar la república brasileira la forma federativa por la cual lidiaron los argentinos hasta incorporarla a su ley fundamental, prestigia mayormente ante ellos la revolución que han proclamado los Estados Unidos del Brasil;

Que los recíprocos sentimientos de simpatía que los pueblos y gobiernos de la República Argentina y del Brasil se han demostrado con frecuencia, se robustecen en presencia de la comunidad de ideales políticos e internacionales, creada por los sucesos del 15 de noviembre;

Que el 19 del mismo mes el Gobierno de la República acordó continuar sus relaciones diplomáticas con los Estados Unidos del Brasil, rindiendo el debido homenaje a su soberanía;

Que en el día de la fecha S.E. el Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil ha presentado al Gobierno la circular del Ministerio de Relaciones Exteriores de su país, fecha 19 de noviembre, avisando a las naciones la proclamación de los Estados Unidos del Brasil y adjuntando la carta autógrafa del Jefe del Poder Ejecutivo que acredita al Sr. Barón de Alençar para continuar en el desempeño de sus altas funciones;

El Presidente de la República en acuerdo general de Ministros

DECRETA:

¹⁴⁵⁹ RUIZ MORENO, Isidoro, *Op. Cit.*, p. 76 a 78.

Art. 1º- Celebrar en la forma ordenada por este acuerdo el advenimiento de la República de los Estados Unidos del Brasil, señalando al efecto el día 8 de diciembre.

Art. 2º- La bandera nacional será enarbolada en todos los establecimientos públicos, fortalezas y buques de guerra de la Nación.

Art. 3º- Los buques de la bandera nacional surtos en los puertos de la República y en el extranjero, empavesarán y harán los más altos honores que por las ordenanzas corresponden a este caso.

Art. 4º- La intendencia de la Capital de la República será invitada a hacer en la noche del día expresado, la iluminación de las calles, plazas y monumentos públicos, y a promover entre el vecindario el embanderamiento e iluminación de los edificios particulares.

Art. 5º- El Ministro de Relaciones Exteriores visitará a S.E. el Sr. Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario del Brasil, presentándole los votos de la República Argentina por la felicidad de su Patria en la nueva vida política que inaugura.

Art. 6º- Este acuerdo será especialmente comunicado a S.E. el Sr. Ministro del Brasil y transmitido por telégrafo al Ministro de la República Argentina en Río de Janeiro.

Art. 7º- Los señores gobernadores de las provincias y territorios de la Nación serán invitados a asociarse a esta celebración.

Art. 8º- Remítase copia de este acuerdo a los ministros del Interior y de Guerra y Marina para el debido cumplimiento de la parte que a cada uno le corresponda.

Art. 9º- Comuníquese, publíquese y dése al Registro Nacional. (...)

E) TRATADO DE MONTEVIDÉU – 25 DE JANEIRO DE 1890¹⁴⁶⁰

Sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem subsistir entre todos os povos deste continente, o chefe do Governo Provisório do Brasil e o Presidente da República Argentina, desejando pôr termo amigável e honroso para ambas as partes ao litígio sobre limites que tem pendurado entre as suas respectivas Nações, desde a época colonial, resolvem celebrar um Tratado e nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

S.E o chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brazil a S.E. O Snr Quintino Bocayuva, Ministro e Secretário d'Estado das Relações Exteriores e S.E. o Barão de Alencar. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na República Argentina

¹⁴⁶⁰ Divisão de Atos Internacionais, Ministério das Relações Exteriores, B-ARGT-16-550.

S.E. o presidente da República Argentina a S.E. o Dr. Estanislao S. Zeballos seu Ministro Secretário d'Estado no Departamento das Relações Exteriores e a S.E. Don Henrique B. Moreno, Enviado Extraordinário e Minsitro Plenipotenciário no Brazil.

Os quaes, trocados os seus Plenos Poderes, que forão achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo 1º: A fronteira da República dos Estados Unidos do Brazil e da República Argentina no território litigioso das Missões começa na foz e margem direita do Chapecó ou Pequiry. Guaçú, sobre o Uruguay atravessa o divisor das ágoas do Iguassu e do Uruguay entre o Campo Evé e o Campo Sant'Anna, no ponto médio da distância entre a casa Coelho e a ponte do Passo do Rio Sant'Anna no caminho para a Serra da Hartura, segundo o mappa da Comissão Mixta Exploradora do memo território e termina na foz e margem esquerda do Chopin sobre o Iguassú. Entre cada um dos pontos extremos e o central será traçada a linha de fronteira de modo que aproveitando os melhores limites naturaes e salvará as povoações de uma e outra Nação que encontre em seu trajecto, sendo constituída por linhas rectas somente onde isso seja inevitável, ficando na posse exclusiva do Brasil e em todo o seu curso, os mencionados nos Chapecó e Chopim.

Artigo 2º: As Altas partes contractantes compromettem-se a respeitar a posse dos povoadores depois de traçada a linha de fronteira ficarem de um ou outro lado e a outorgar-lhes títulos de propriedade desde que provarem que já eram povoadores um anno antes da presente da testa, com estabelecimentos de carácter permanente.

Artigo 3º: As duas Altas Partes Contractantes se entenderão opportunamente sobre a organização de uma Commissão Mixta que traçará a linha divisória e lhedarão de commum accôrdo as instrucções necessárias.

Artigo 4º: A Commissão Mixta projectará o traçado correspondente a linha divisória de conformidade com o Artigo 1º deste Tratado e com as instrucções a que se refere o 3º e, approvedo o referido projecto por ambos os governos, se procederá a demarcação no terreno se as Altas partes Contractantes assim o julgarem necessária.

Artigo 5º: Este Tratado será ractificado e as ratificações serão tocadas na Cidade do Rio de Janeiro logo apoz a sua approvação pela Assembleia Constituinte dos Estados Unidos do Brasil e pelo Congresso Argentino.

Em testemunho de que os mencionados Plenipotenciários firmão e sellão o mesmo Tratado na Cidade de Montevideo aos vinte e cinco de Janeiro de mil oitocentos e noventa.

Q. Bocayuva / Barão de Alencar / Estanislao Zeballos / Enrique Moreno

F) LAUDO ARBITRAL DE 1895 – BRASIL/ ARGENTINA¹⁴⁶¹

5 de Fevereiro de 1895

LAUDO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM VIRTUDE DO TRATADO DE ARBITRAMENTO CONCLUÍDO A 7 DE SETEMBRO DE 1889 ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA.

O tratado concluído em 7 de setembro de 1889 entre a República Argentina e o Brasil, para o ajuste de uma questão de limites controversa, dispõe, entre outras coisas, o seguinte:

Art. I - A discussão do direito que cada uma das Altas partes contratantes julga ter ao território em litígio entre elas, ficará encerrada no prazo de 90 dias, contados da conclusão do reconhecimento do terreno em que se acham as cabeceiras dos rios Chapecó ou Pequiri-Guazu e Jangada ou San Antonio-Guazu. Entender-se-á concluído aquêle reconhecimento no dia em que as comissões nomeadas em virtude do tratado de 28 de setembro de 1885, apresentarem aos seus Governos os relatórios e as plantas a que se refere o artigo 4. do Tratado.

Art. II - Terminado o prazo do artigo antecedente sem solução amigável, será a questão submetida ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América, a quem, dentro dos 60 dias seguintes, se dirigirão as Altas Partes Contratantes pedindo que aceite esse encargo.

Art. V - A fronteira há de ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina tem designado, e o árbitro será convidado a pronunciar-se por uma das Partes, como julgar justo, à vista das razões e documentos que produzirem.

Art. VI - O laudo será dado no prazo de doze meses, contados da data em que forem apresentadas as exposições, ou da mais recente, se a apresentação não fôr feita ao mesmo tempo por ambas as Partes. Será definitivo e obrigatório e nenhuma razão poderá ser alegada para dificultar o seu cumprimento.

Não tendo as Altas Partes Contratantes podido chegar a uma solução amigável no prazo estipulado, como acima se vê, submetem-me, de acordo com as outras disposições do Tratado, a questão controversa, a mim, Grover Cleveland, Presidente dos Estados Unidos da América, para Arbitramento e decisão, debaixo das condições prescritas no dito Tratado.

Cada uma das Partes apresentou-me, no prazo e do modo especificado no Art. IV do Tratado, uma Exposição com provas, documentos e títulos em apoio do seu alegado direito.

A questão submetida à minha decisão em virtude do sobredito Tratado é qual de dois determinados sistemas de rios constitui o limite do Brasil e da República Argentina na

¹⁴⁶¹ Disponível em: <<http://info.Incc.br/wrmkkk/att1895.html>>. Acesso em 18 de junho de 2006.

parte do seu território limítrofe que demora entre os rios Uruguai e Iguazu. Cada um dos designados sistemas de limites compõe-se de dois rios, tendo próximas as suas cabeceiras e fluindo em direções divergentes, um para o Uruguai e outro para o Iguazu.

Os dois rios designados pelo Brasil como constituindo o limite em questão (que pode ser denominada sistema ocidental) são um tributário do Uruguai e um tributário do Iguazu, que foram demarcados, reconhecidos e declarados rios lindeiros em 1759 e 1760 pela Comissão Mista nomeada em virtude do Tratado de 13 de janeiro de 1750 entre Hespanha e Portugal para demarcar os limites entre as Possessões Hespanholas e Portuguezas da América do Sul.

O afluente do Uruguai é designado como rio Pepiri (algumas vezes ortografado Pepiry) no Diário d'esses Comissários. Em certos documentos mais recentes apresentados entre as provas é chamado Pepiri-guazu. O rio de contravertente que aflue para o Iguazu foi apelidado San Antônio pelos ditos Comissários e conserva esse nome.

Os dois rios reclamados pela República Argentina como formando o limite (que pode ser denominada sistema oriental) estão mais ao Oriente e são por essa República chamados Pequeri-guazu (afluente do Uruguai) e San Antonio-guazu (afluente do Iguazu).

Dêstes dois últimos rios, o primeiro é chamado Chapecó pelo Brasil, e o segundo Jangada.

Agora, portanto, saibam quantos este virem que, havendo eu Grover Cleveland, Presidente dos Estados Unidos da América, a quem foram conferidas as funções de Árbitro nesta causa, examinado e considerado devidamente as Exposições, documentos e provas que me foram submetidos pelas respectivas Partes, em cumprimento das estipulações do dito tratado, dou aqui a seguinte decisão e laudo:

QUE A LINHA DIVISÓRIA ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA E OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, NA PARTE QUE ME FOI SUBMETIDA PARA ARBITRAMENTO E DECISÃO, É CONSTITUÍDA E FICARÁ ESTABELECIDADA PELOS RIOS E SEGUINDO OS RIOS PEPIRI (TAMBÉM CHAMADO PEPIRI-GUAZU) E SAN ANTÔNIO, A SABER, OS RIOS QUE O BRASIL DESIGNOU NA EXPOSIÇÃO E DOCUMENTOS QUE ME FORAM SUBMETIDOS COMO CONTITUINDO O LIMITE ACIMA DENOMINADO SISTEMA OCIDENTAL.

Para melhor identificação, podem estes rios ser descritos ainda como os que foram reconhecidos e demarcados com Pepiri e San Antônio e designados e declarados assim respectivamente, e como rios lindeiros, nos anos de 1759 e 1760, pelos Comissários Portuguezes e Hespanhóis para esse efeito nomeados, de conformidade com o Tratado de Limites concluído em 13 de janeiro de 1750, entre Hespanha e Portugal, segundo está registrado no Diário Oficial dos ditos Comissários.

A foz do sobredito afluente do Uruguay, a saber, o Pepiri (também chamado Pepiri-guazu), que, com o San Antônio, é aqui determinado que seja o limite em questão, foi reconhecido e registrado pelos ditos Comissários que o exploraram em 1759 como estando a uma legua e um terço acima do Salto Grande do Uruguai e a dois terços de legua acima de um afluente menor do mesmo lado, chamado pelos ditos Comissários Itayoa. Segundo o Mapa e Diário do reconhecimento feito em 1887 pela Comissão Mista Brasileiro-Argentina, em

execução do Tratado concluído aos 28 de setembro de 1885, entre a República Argentina e o Brasil, a distância do Salto Grande do Uruguai à boca do sobredito Pepiri (também chamado Pepiri- guazu) foi verificada e achada ser de quatro e meia milhas seguindo o curso do rio.

A foz do sobredito afluente do Iguazu, a saber, o San Antônio, foi reconhecida e registrada pelos ditos Comissários de 1759 e 1760 como estando dezenove leguas águas acima do Salto Grande do Iguazu e vinte e três leguas acima da foz dêste último rio.

Foi também registrado por êles como o segundo rio importante dos que desembocam na margem meridional do Iguazu acima de seu Salto Grande; sendo o primeiro o San Francisco, obra de dezessete leguas e um quarto acima do Salto Grande.

Na relação do reconhecimento em comum feito em 1788, em virtude do tratado de 1 de outubro de 1777, entre Hespanha e Portugal, a determinação do San Antônio com referência a foz e ao Salto Grande do Iguazu concorda com a acima referida.

Em fé do que, assino do meu punho e mando afixar o selo dos Estados Unidos.

Lavrado em triplicata na cidade de Washington no quinto dia de fevereiro do ano mil oitocentos e noventa e cinco, centésimo décimo nono da Independência dos Estados Unidos.

Grover Cleveland.

G) O TRATADO DE PETRÓPOLIS, OU PERMUTA DE TERRITÓRIOS E OUTRAS COMPENSAÇÕES ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA, FOI ASSINADO EM 17 DE NOVEMBRO DE 1903.

A Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica da Bolívia, animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amisade, removendo motivos de ulterior desavença, e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de commercio e boa visinhança, convieram em celebrar um Tratado de Permuta de Territorios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no art. 5º do Tratado de Amisade, Limites, Navegação e Commercio de 27 de março de 1867.

E, para esse fim, nomearam plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, os Senhores JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS DO RIO BRANCO, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos da America; e

O Presidente da Republica da Bolivia, os Senhores FERNANDO E. GUACHALLA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em missão especial no Brasil e Senador da Republica, e CLAUDIO PINILLA, Enviado Extraordinario e Ministro plenipotenciario no Brasil, nomeado Ministro das Relações Exteriores da Bolivia;

Os quaes, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

Artigo I

A fronteira entre a Republica nos Estados Unidos do Brasil e a Bolivia ficará assim estabelecida:

Parágrafo 1º) Partindo da latitude sul de 20° 08' 35" em frente ao desaguadouro da Bahia Negra, no Rio Paraguay, subirá por este rio até um ponto na margem direita distante nove kilometros, em linha recta, do Forte de Coimbra, isto é, aproximadamente em 19° 58' 05" de latitude e 14° 39' 14" de longitude oeste do observatorio do Rio de Janeiro (57° 47' 40" oeste de Greenwich), segundo o mappa da fronteira levantado pela Commissão Mixta de Limites, de 1875; E continuará desse ponto, na margem direita do Paraguay, por uma linha geodesica que irá encontrar outro ponto a quatro kilometros, no rumo verdadeiro de 27° 01' 22" nordeste do chamado "Marco do Fundo da Bahia Negra", sendo a distancia de quatro kilometros medida rigorosamente sobre a fronteira actual, de sorte que esse ponto deverá estar, mais ou menos, em 19° 45' 36",6 de latitude e 14° 55' 46".7 de longitude oeste do Rio de Janeiro (58° 04' 12".7 oeste de Greenwich). Dahi seguirá no mesmo rumo determinado pela Commissão Mixta de 1875, até 19° 02' de latitude e, depois, para leste, por este paralelo, até o Arroio Conceição, que descerá até a sua bocca na margem meridional do desaguadouro da Lagoa de Caceres, tambem chamado Rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a Ponta do Tamarindeiro e depois para o norte, pelo meridiano do Tamarindeiro, até 18° 54' de latitude, continuando por este paralelo para oeste até encontrar a fronteira actual.

Parágrafo 2º) Do ponto de intersecção do paralelo de 18° 54' com a linha recta que forma a fronteira actual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até 18° 14' de latitude e por este paralelo irá encontrar a leste o desaguadouro da Lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha recta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos actuaes, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem septentrional.

Parágrafo 3º) Do marco septentrional na Lagoa Mandioré continuará em linha recta, no mesmo rumo que hoje, até a latitude 17° 49' e por este paralelo até o meridiano do extremo sudoeste da Lagoa Gahiba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha recta até o ponto equidistante dos dois marcos actuaes, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou actual até a entrada do canal Pedro Segundo, tambem chamado recentemente Rio Pando.

Parágrafo 4º) Da entrada sul do canal Pedro Segundo ou Rio Pando até a confluencia do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no art. 2º do Tratado de 27 de março de 1867.

Parágrafo 5º) Da confluencia do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo Rio Madeira até a bocca do Abunan, seu affluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunan até a latitude 10° 20'. Dahi irá pelo paralelo de 10° 20', para oeste até o Rio Rapirran e subirá por elle até a sua nascente principal.

Parágrafo 6º) Da nascente principal do Rapiirran, irá pelo paralelo da nascente, encontrar a oeste o Rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o Igarapé Bahia pelos mais pronunciados accidentes do terreno ou por uma linha recta, como aos Commissarios demarcadores dos dois paizes parecer mais conveniente.

Parágrafo 7º) Da nascente do Igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluencia na margem direita do Rio Acre ou Aquiry e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais occidental do que a de 69º oeste Greenwich.

A) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos occidental do que a indicada, seguirá fronteira pelo meridiano da nascente até o paralelo de 11º e depois, para oeste por esse paralelo até a fronteira com o Perú.

B) Se o Rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69º oeste de Greenwich e correr ora ao norte, ora ao sul do citado paralelo de 11º, acompanhado mais ou menos este, o alveo do rio formará a linha divisoria até á sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11º e dahi, na direção de oeste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Perú; Mas, se a oeste da citada longitude 69º o Acre correr sempre ao sul do paralelo de 11º, seguirá a fronteira desde esse rio, pela longitude de 69º até o ponto de intersecção com esse paralelo de 11º e depois por elle a fronteira com o Perú.

Artigo II

A transferência de territorios resultante da delimitação descripta no artigo precedente comprehende todos os direitos que lhes são inherentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reaes adquiridos por nacionaes e estrangeiros segundo os principios do direito civil.

As reclamações provenientes de actos administrativos e de factos ocorridos nos territorios permutados, serão examinados e julgadas por um tribunal arbitral composto de um representante do Brasil, outro da Bolivia e um ministro estrangeiro, acreditado junto ao Governo Brasileiro. Esse terceiro arbitro, presidente do tribunal, será escolhido pelas duas altas partes contractantes logo depois da troca das ratificações do presente Tratado. O tribunal funcionará durante um anno no Rio de Janeiro e começará os seus trabalhos dentro do prazo de seis mezes contados do dia da troca das ratificações. Terá por missão: 1º - Aceitar ou rejeitar as reclamações; 2º - Fixar a importância da indenização; 3º - Designar qual dos dois Governos a deve satisfazer.

O pagamento poderá ser feito em apolices especiaes, ao par, que vençam o juro de tres por cento e tenham a amortização de tres por cento ao anno.

Artigo III

Por não haver equivalencia nas áreas dos territorios permutados entre as duas Nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indenização de 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a Republica da Bolivia aceita com o proposito de applicar principalmente na construção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as communicações e desenvolver o commercio entre os dois paizes.

O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira, dentro do prazo de tres mezes, contado da troca das ratificações do presente Tratado e a segunda em 31 de março de 1905.

Artigo IV

Uma Commissão Mixta, nomeada pelos dois Governos, dentro do prazo de um anno, contado da troca das ratificações, procederá a demarcação da fronteira descripta no artigo I, começando os seus trabalhos dentro dos seis mezes seguintes á nomeação.

Qualquer desaccordo entre a Comissão Brasileira e a Boliviana, que não puder ser resolvido pelos Governos, será submetido á decisão arbitral de um membro da Royal Geographical Society de Londres, escolhido pelo presidente e membros do conselho da mesma.

Se os Commissarios Demarcadores nomeados por uma das altas partes contractantes deixarem de concorrer ao logar e na data da reunião que forem convencionados para o começo dos trabalhos, os Commissarios da outra procederão por si sós á demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatório para ambas.

Artigo V

(versa sobre navegação, comercio e alfandega)

Artigo VI

(versa sobre navegação, comercio e alfandega)

Artigo VII

(versa sobre obrigação do Brasil de construir ferrovia)

Artigo VIII

A Republica dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará directamente com a do Perú a questão de fronteira relativa ao território comprehendido entre a nascente do Javary e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigavel do litigio sem responsabilidades para a Bolívia em caso algum.

Artigo IX

Os desaccordos que possam sobrevir entre os dois Governos quanto á interpretação e execução do presente Tratado, serão submetidos a arbitramento.

Artigo X

Este Tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente Tratado, em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana, appondo nelles os nossos sellos.

Feito na cidade de Petropolis, aos dezessete dias no mez de novembro de mil novecentos e tres.

(Ass:) -

(L.S.) Rio Branco / (L.S.) J.F. de Assis Brasil / (L.S.) Fernando E. Guachalla /
(L.S.) Claudio Pinilla.

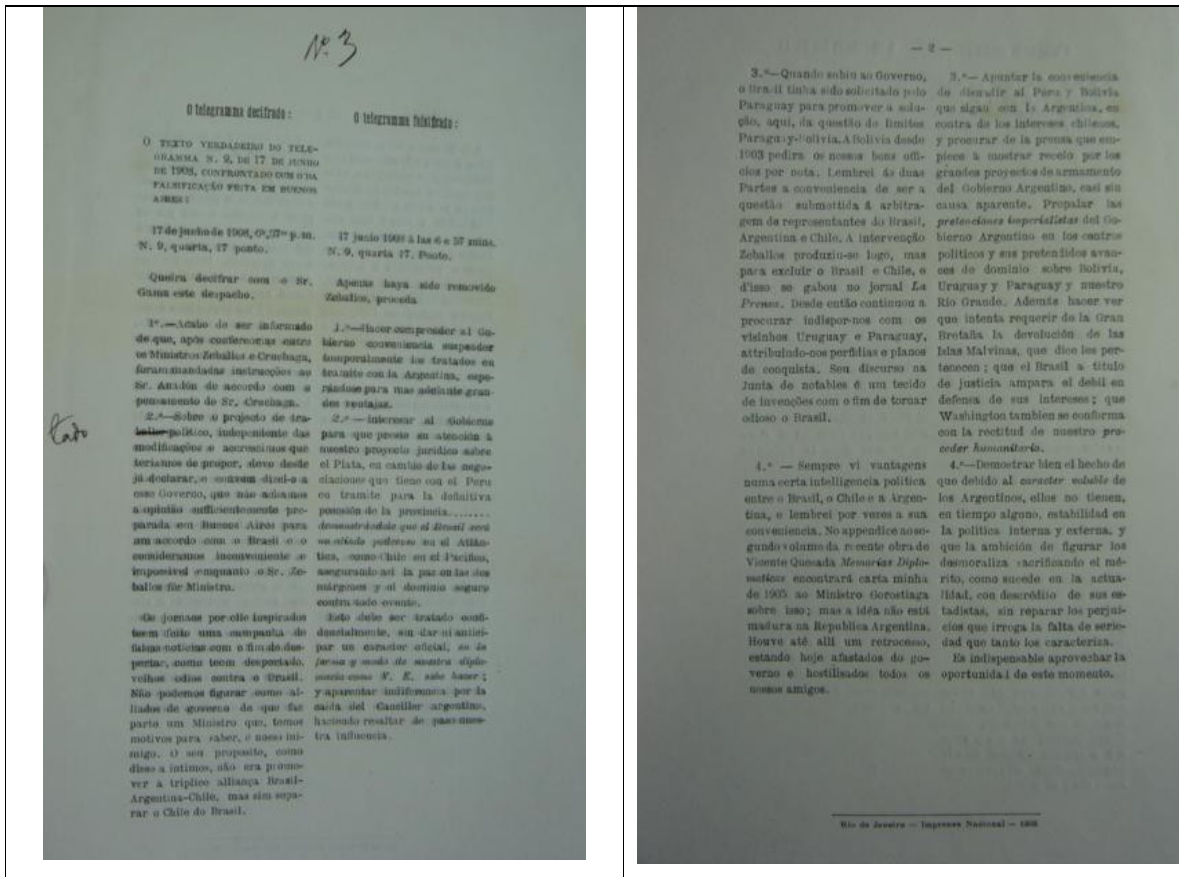
H) VERSÃO DO TELEGRAMA NUMERO 9 PUBLICADA NOS JORNAIS ARGENTINOS EM 30 DE OUTUBRO DE 1908¹⁴⁶²

Despacho número 9 – 17 de junho de 1908. A Domingo da Gama. Santiago de Chile. Apenas haya sido removido Zeballos proceda: 1° hacer comprender al gobierno, la conveniencia en suspender temporalmente los tratados en trámite en la Argentina, esperándose para, mas adelante grandes ventajas.; 2° Interesar al gobierno para que preste su atención a nuestro proyecto jurídico sobre El Plata, es cambio de las negociaciones en trámite que tiene con el Perú, para la definitiva posesión de la provincia de Demostrándole que el Brasil será un aliado poderoso en el Atlántico con Chile en el Pacífico, asegurando así la paz en las dos márgenes y el dominio seguro contra todo evento. Esto debe ser traído confidencialmente, sin dar ni anticipar un carácter oficial en la forma y modo de nuestra diplomacia como V.E. lo sabe hacer y aparentar indiferencia por la caída del canciller argentino, haciendo resaltar de paso nuestra influencia. 3°. Apuntar la conveniencia de disuadir al Perú y Bolivia que siga con la Argentina en contra de los intereses chilenos y procurar de la prensa que emplace a mostrar recejo por los grandes proyectos de armamento del gobierno argentino casi sin causa aparente. Propalar las pretensiones imperialistas argentinas en los centros políticos y sus pretendidos avances de dominio sobre Bolivia, Uruguay, Paraguay y nuestro Rio Grande. Además, hacer comprender que entiende requerir de la Gran Bretaña la devolución de las islas Malvinas que dicen que pertenecen que el Brasil a titulo de justicia ampara al débil en defensa de sus intereses que Washington también se conforma con la rectitud de nuestro proceder humanitario ponto cuarto demostrar bien el hecho de que debido al carácter voluble de los argentinos ellos no tienen en tiempo alguno estabilidad en la política interna y externa y que la ambición de figurar los desmoraliza sacrificando el merito como sucede en la actualidad com descredito de sus estadistas sim reparar los prejuicios que irroga la falta de seriedad que tanto los caracteriza ponto es indispensable aprovechar la oportunidad de este momento ponto barón de Rio Branco.

¹⁴⁶² *Diario del Comercio*, 20 de outubro de 1908.

I) O TELEGRAMA NUMERO 9 APRESENTADO PELO BRASIL AO GOVERNO ARGENTINO E AOS JORNAIS ARGENTINOS

<p>TELEGRAMA Nº 9 N.º 11.000 App. 4497 p. 01 de 27 Junho 1904. com 37 - 41 Da Legação Brasileira Santiago Chile Numero y fecha 17 pinto.</p> <p>Y. l. e. c. w. n. - L. t. - K. v. l. l. a. - K. d. a. u. t. - U. p. - Q. u. e. r. r. a. d. e. u. l. f. e. a. r. c. o. m. G. a. m. a.</p> <p>- M. h. y. i. s. - X. p. h. t. - p. o. n. o. c. u. l. t. a. d. a. p. a. s. s. o.</p> <p>- P. m. i. n. i. o. - I. t. o. - J. d. g. y. w. - Q. c. i. o. - W. g. u. i. b. - P. r. e. m. i. o. A. z. a. h. u. a. r. - i. n. f. - u. r. e. m. a. d. a.</p> <p>- I. e. c. m. h. b. e. - N. i. f. y. p. a. p. - M. e. h. i. z. q. - V. a. g. u. e. b. a. - a. p. i. s. t. o. s. f. e. r. e. n. c. i. a. s. e. x. t. r. e. m. i. s. i. s. t. e. r. a. d. a.</p> <p>- I. p. a. f. i. - M. i. f. o. - K. w. a. f. - N. d. f. u. r. a. z. e. - L. p. e. u. - b. a. l. l. u. s. e. C. r. u. c. h. a. g. a. f. o. r. a. m. a. n. d. a. d. a.</p> <p>- Q. e. g. n. - C. a. q. i. l. - I. p. b. u. i. b. v. - L. t. a. w. - K. d. f. t. - i. n. t. e. u. c. i. e. s. a. d. a. d. o. s. d. e. a. c. c. o. r. d. o.</p> <p>- X. t. b. m. f. - U. h. n. i. p. a. - C. r. u. c. i. n. - p. o. n. o. p. a. s. s. a. m. e. n. t. o. G. e. u. c. h. a. g. a.</p> <p>- S. e. g. u. n. d. o. - A. d. p. l. i. c. a. d. - R. i. z. q. u. e. y. a. p. - R. p. z. i. - S. e. g. u. n. d. o. S. u. b. e. a. p. r. o. j. e. c. t. i. v. a. i. d. a. d. a.</p> <p>- X. d. i. c. - B. v. q. i. - Q. e. c. y. u. - M. e. c. y. s. g. m. - L. p. g. g. i. - p. o. l. i. t. i. c. a. i. n. d. e. p. e. n. d. e. n. t. e. d. a. m. o.</p> <p>- L. a. z. e. - K. p. q. i. - M. h. - M. p. q. w. - Z. a. g. u. o. z. w. b. - d. i. z. e. i. a. q. u. e. s. e. a. c. c. e. r. e. c. i. m. o. s.</p> <p>- Y. i. s. u. j. - Z. i. n. g. t. i. - L. i. d. i. t. - X. d. f. - L. t. i. i. z. e. - q. u. i. e. v. i. a. m. o. s. d. e. p. r. o. p. a. r. d. i. v. i. d. a. d. a.</p> <p>- L. t. x. u. i. r. - K. a. n. i. t. e. - M. e. c. h. a. r. u. - L. t. a. y. q. b. - d. e. j. a. d. o. c. l. a. z. a. r. e. x. t. r. e. m. o. s. d. i. z. e. l. o.</p> <p>- I. a. g. m. i. w. - D. r. f. h. t. - V. i. s. h. f. a. - I. z. y. - I. b. e. m. - a. z. a. s. a. g. o. v. e. r. n. o. q. u. e. n. a. m. a. c. h. a. m. o. s.</p> <p>- I. d. d. c. - V. a. o. i. - A. i. t. a. n. - K. a. s. h. y. r. u. - M. c. h. y. - a. o. p. i. n. i. d. o. s. u. f. f. i. c. i. e. n. t. e. m. e. n. t. e.</p> <p>- X. g. x. i. f. - Z. p. r. u. - M. h. p. u. i. - V. d. g. u. s. m. h. - X. p. f. - p. e. r. p. a. r. a. d. a. e. m. b. u. e. n. o. s. i. t. e. r. a. s. p. a. r.</p> <p>- I. j. a. u. h. - K. d. i. x. t. - K. d. a. w. - I. h. w. f. - M. d. d. i. s. - a. u. m. a. c. c. o. r. d. o. c. o. m. B. e. a. c. i. l. e. s. e. c. u. r. o.</p> <p>- A. z. r. y. w. - I. b. e. m. - Q. e. c. - W. e. l. y. - V. a. s. h. y. t. - i. d. e. r. a. m. o. s. e. u. c. u. e. r. a. s. a. s. t. r. e. l. a.</p>	<p>- M. e. x. i. f. - A. x. i. q. u. u. - Y. i. u. h. - B. d. g. y. - c. i. m. p. o. s. i. s. t. e. l. e. m. q. u. a. s. i. t. e. s.</p> <p>- V. w. e. l. e. r. - I. p. a. f. i. - N. d. i. g. n. - V. i. g. u. - u. h. a. r. z. e. b. a. l. l. u. s. f. o. r. a. m. a. n. d. a. d. a.</p> <p>- Z. d. - p. o. n. o. - W. h. i. c. w. - V. p. m. u. b. a. z. - T. u. h. y. e. q. - r. a. - O. i. j. e. r. a. c. c. e. p. a. r. e. l. i. t. i. n. a. p. i.</p> <p>- Z. p. r. i. x. g. m. - M. h. y. n. - B. d. i. g. f. i. b. - X. p. h. t. - r. a. d. i. c. e. e. m. f. e. i. f. o. r. m. a. c. a. m. p. a. h. z.</p> <p>- L. i. t. u. q. - A. p. g. h. t. - B. x. q. e. f. f. - N. a. x. i. l. - d. e. f. a. l. e. a. n. n. o. i. c. i. t. a. s. f. i. n. d. a. s.</p> <p>- X. t. i. n. f. e. - K. d. a. i. y. - M. i. a. - L. t. q. i. l. i. b. - B. p. r. i. - p. e. r. i. a. r. c. o. m. u. l. e. c. t. e. m. d. e. p. r. e. i. d. a. d.</p> <p>- D. i. - T. w. e. n. t. q. d. g. - K. d. b. - B. g. w. n. a. x. a. - p. o. n. o. v. e. l. h. o. u. d. i. o. s. e. u. o. i. t. a. d. e. B. r. a. s. i. l.</p> <p>- V. p. a. i. t. - L. t. a. i. x. x. q. - O. i. f. f. u. w. - K. d. a. i. f. y. - N. a. m. p. o. d. e. m. o. n. s. t. r. a. r. c. o. m. u. l. e.</p> <p>- T. x. o. u. t. f. - L. u. i. a. r. z. - V. d. r. y. e. h. m. - N. p. a. i. t. - i. t. a. d. o. s. d. e. g. o. v. e. r. n. o. d. e. z. e. l. e. f. a. z. a. r.</p> <p>- B. r. a. c. s. - Q. h. h. i. - V. i. s. u. i. - U. d. g. g. i. - B. x. i. t. - i. a. m. u. i. t. i. t. o. q. u. a. t. r. m. o. s. a. m. o. i. t. e. r. o. s.</p> <p>- X. p. f. u. s. n. - I. e. f. b. i. - V. d. g. m. i. x. v. - Q. b. w. a. t. - p. o. n. o. p. a. r. a. i. a. b. e. r. k. e. u. s. a. r. i. n. i. n. i. g. o.</p> <p>- W. h. y. o. u. e. w. - X. d. g. e. y. b. - K. d. a. i. l. y. a. - A. t. o. c. s. - O. c. c. u. p. r. o. p. o. s. i. t. i. o. c. o. m. d. i. s. e. r. e. n. t. e.</p> <p>- B. x. a. i. y. - V. p. a. y. n. w. - X. g. e. g. - W. k. i. - B. g. w. i. q. - i. t. i. m. u. s. a. m. e. r. a. p. r. o. m. u. e. a. r. i. t. i. t. l.</p> <p>- Q. r. u. u. q. - T. x. u. h. - K. p. p. l. i. - A. z. a. w. i. n. e. - i. t. a. l. i. t. a. n. c. a. B. e. r. a. s. i. l. A. z. e. n.</p> <p>- B. a. b. u. h. u. - Q. a. s. - U. p. g. m. - Q. b. a. y. - X. p. f. u. - i. t. a. C. A. i. l. e. m. a. x. i. c. a. s. p. a. r. a. n.</p> <p>- W. r. v. - Q. a. s. - L. a. l. i. - A. z. a. - p. o. n. o. u. C. A. i. l. e. d. a. B. e. r. a. s. i. l.</p> <p>T. o. t. o. m. - Y. i. u. h. - L. d. g. o. g. - O. i. - I. d. u. i. - D. i. f. h. i. - I. m. o. n. o. Q. a. s. d. a. s. h. e. i. n. a. g. o. v. e. r. n. o.</p> <p>- W. a. t. u. - A. x. a. n. n. o. - V. w. p. m. e. - L. d. g. i. - - B. e. r. a. s. i. l. i. - u. e. a. r. i. t. e. d. e. r. e. l.</p> <p>- Q. r. w. i. z. w. - X. d. i. f. f. e. - I. v. i. l. u. d. - X. p. f. - i. t. a. d. o. s. p. a. r. i. a. r. a. g. u. y. e. p. r. o. n.</p>
<p>- W. k. i. - A. d. z. - C. r. u. i. - I. r. i. a. n. - Y. i. a. m. - u. e. r. e. s. u. l. u. e. d. o. s. a. g. u. i. d. a. q. u. a. s.</p> <p>- B. p. a. t. a. - U. x. h. y. e. i. - Z. p. u. o. - I. a. p. i. - i. a. n. l. i. m. i. t. e. r. a. p. a. r. a. g. a. s. y. B. u.</p> <p>- T. x. i. e. l. - p. o. n. o. - I. q. e. l. - O. k. w. o. - L. i. g. - L. i. b. a. r. - i. l. i. v. a. - A. h. o. l. i. s. i. a. d. e. r. d. e. n. o. s.</p> <p>- K. i. b. u. f. h. g. a. m. - X. i. r. - Q. a. o. h. t. - A. d. g. e. t. a. d. a. - c. e. n. t. i. s. i. t. a. s. p. e. d. i. c. a. n. o. s. v. a. r. i. o. s. e. t.</p> <p>- N. a. q. e. f. - X. d. f. e. g. i. - p. o. n. o. - V. i. a. - Z. c. w. - f. i. c. i. t. a. p. a. r. a. n. o. l. a. - L. e. u. b. r. e. l.</p> <p>- I. b. r. a. i. s. - I. g. h. y. s. - K. d. b. p. - M. e. c. y. s. p. a. p. - a. d. u. a. p. a. r. i. a. s. e. u. o. s. u. n. i. c. i. e. n. t. i. a.</p> <p>- A. t. f. k. a. - M. h. h. u. r. - A. i. p. - U. h. n. i. q. i. - I. p. f. - e. r. q. u. e. e. s. t. a. m. e. u. b. m. e. l. i. t. i. d. a. a. e. r.</p> <p>- J. a. h. l. f. - O. i. a. x. j. e. m. - X. g. s. - A. t. b. u. f. a. - b. i. t. r. a. p. e. n. d. e. r. e. p. r. e. s. e. n. t. a. s.</p> <p>- B. e. g. w. - I. h. w. f. e. - O. i. b. u. s. - V. p. q. b. a. m. - p. o. n. o. i. a. B. e. a. c. i. l. e. g. e. n. t. i. u. a. C. A. i. l. e.</p> <p>- I. x. h. u. j. e. - D. x. b. - K. p. e. t. i. - I. p. a. f. i. f. e. z. - A. z. i. t. e. e. u. s. e. d. u. z. e. b. a. l. l. o. a. p. r. a.</p> <p>- L. i. n. e. s. - A. z. a. i. b. - U. p. g. i. f. - Z. p. r. i. - N. a. i. c. w. - d. u. q. i. u. s. e. l. o. g. o. m. a. x. p. a. r. a. s. i. l. i. v. a.</p> <p>- W. q. i. n. - A. z. y. h. u. a. - T. i. - M. a. w. m. y. b. - A. i. u. - u. B. e. r. a. s. i. l. C. A. i. l. e. d. a. i. s. i. o. s. e. g. a.</p> <p>- I. d. i. - V. d. y. w. - V. p. a. i. e. - Z. i. h. m. f. - p. o. n. o. - h. u. u. n. o. j. o. r. a. l. l. a. p. r. e. s. e. n. t. a.</p> <p>- L. i. g. - L. a. x. h. - B. p. e. - K. d. b. u. - V. i. z. o. - I. e. f. i. - D. e. s. d. e. e. n. i. d. o. c. u. m. t. i. u. m. a. p. r. o.</p> <p>- K. i. t. u. w. e. s. - L. a. g. i. - W. g. b. i. s. - K. d. a. p. a. - c. u. r. a. r. i. a. d. i. z. e. e. u. s. u. l. e. s. e. u. m. e. l.</p> <p>- A. a. b. h. i. z. e. - G. e. l. u. d. e. i. - Z. p. o. n. f. i. - I. i. b. i. - e. i. d. u. s. i. l. e. u. g. u. a. y. P. a. r. a. g. u. a. r. a. l. t. e. r.</p> <p>- I. j. w. h. - L. d. h. i. z. e. m. g. - N. a. x. e. f. f. - M. a. c. o. s. h. e. - h. a. i. a. A. u. n. a. p. e. r. f. i. d. i. a. s. e. p. l. a. n. u. s.</p> <p>- L. t. q. i. s. - Y. i. w. m. y. n. - p. o. n. o. - A. i. s. u. i. - K. i. f. - d. e. e. n. u. i. s. i. s. S. e. d. i. a. s. e. r.</p> <p>- A. d. h. u. e. h. e. - B. p. r. y. c. h. - B. p. p. f. i. - P. i. i. z. - e. u. a. d. a. n. u. i. d. e. N. o. i. a. l. l. e. s. A. z. e. n.</p>	<p>- B. y. q. - L. d. r. y. - Q. e. j. - M. e. q. i. f. f. - N. a. a. n. i. - i. e. c. i. d. o. d. o. s. i. n. o. e. n. q. u. e. s. f. i. n. i. t. e. r. a.</p> <p>- V. p. f. i. - Q. d. g. i. - W. q. u. - A. z. z. - p. o. n. o. u. a. r. o. d. i. c. a. n. o. u. B. r. a. s. i. l.</p> <p>Q. u. i. n. t. o. - A. t. a. j. w. - D. x. - D. p. b. - B. p. a. y. f. - V. i. a. n. - Q. u. i. n. t. o. - S. e. m. p. r. e. e. i. s. a. n. i. t. a. g. e. n. t. e. s. u. n. a.</p> <p>- K. f. - B. p. w. h. y. r. - T. x. a. y. s. - K. x. o. - X. d. e. - Q. i. w. e. l. - c. e. r. i. t. a. n. t. e. l. i. g. e. n. c. i. a. p. o. l. i. t. i. c. a.</p> <p>- M. e. h. l. i. o. - Z. p. g. e. p. p. - Q. e. s. u. w. - O. i. b. - B. b. u. - e. n. t. r. e. B. r. a. s. i. l. C. A. i. l. e. A. z. e. n. g. e. n. t. i. a.</p> <p>- M. a. s. g. - I. g. s. c. - X. d. f. p. i. - H. i. g. - A. j. o. w. r. a. - D. i. b. - c. i. e. m. b. e. l. p. o. r. t. e. q. u. e. s. u. a. z. o. n. o. v. a. s.</p> <p>- Q. i. b. w. u. n. - p. o. n. o. - V. d. o. i. - X. i. b. x. n. p. m. - A. t. a. - i. e. n. c. i. a. - N. o. a. p. p. e. d. i. c. e. s. g.</p> <p>- C. e. r. i. - D. d. z. - C. b. s. - Z. t. e. y. - V. i. s. - W. q. u. i. r. d. a. - a. u. d. o. e. u. l. u. m. e. r. e. c. e. n. t. e. u. b. r. a. d. e. V. i.</p> <p>- K. i. b. n. j. d. e. t. g. - I. s. o. - U. t. a. - W. g. w. u. x. - L. v. - c. e. n. t. i. Q. u. a. s. a. d. z. M. e. m. o. r. i. a. s. d. i.</p> <p>- X. a. e. g. - I. i. - Q. r. o. m. - M. e. q. i. s. - B. g. o. l. f. - K. p. f. - p. l. o. m. a. t. i. c. a. s. e. n. c. o. n. i. t. a. r. a. d. e. a. r.</p> <p>- B. p. - U. x. b. b. f. - I. t. b. l. - D. i. y. s. g. w. h. - K. v. b. - K. d. - r. a. m. i. k. a. d. e. n. o. r. e. c. e. n. t. o. s. c. i. e. n. t.</p> <p>- I. v. e. - Z. d. g. - B. y. o. u. f. - A. d. p. l. - Q. h. g. i. - U. p. g. - a. G. o. r. o. s. i. a. g. a. s. o. b. r. e. i. s. s. o. m. a. z.</p> <p>- I. x. y. f. - V. p. a. y. x. g. i. - U. p. t. - C. g. g. o. - Y. p. o. l. - a. i. d. e. a. u. m. e. s. i. d. a. d. u. r. a. u. a. d. r.</p> <p>- O. t. b. - B. x. b. u. - p. o. n. o. - P. d. i. - D. t. - I. i. s. - I. z. e. c. - g. e. n. t. i. a. - H. a. u. n. e. a. d. a. l. l. i.</p> <p>- C. b. f. y. - B. g. c. w. - M. h. g. i. - M. h. h. - I. e. r. i. - P. d. y. - u. m. e. r. e. t. r. o. c. e. s. s. o. e. s. t. a. n. d. o. h. u. j.</p> <p>- I. u. o. m. - B. p. r. i. x. - I. d. i. l. - D. i. f. h. i. - M. w. e. m. y. - a. f. a. i. d. o. s. d. o. g. o. v. e. r. n. o. e. h. u. i. t.</p> <p>- T. a. g. u. i. h. a. - B. d. r. i. c. h. a. - V. d. g. - A. d. g. u. - i. t. a. d. o. s. i. d. o. z. o. s. u. o. s. i. o. s. a. m.</p> <p>- Q. v. e. m. - i. g. o. s.</p> <p style="text-align: right;">Robraso</p>



J) TRATADO DA LAGOA MIRIM – BRASIL/URUGUAI DE 30 DE OUTUBRO DE 1909¹⁴⁶³

Faço saber aos que a presente carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, pelos respectivos Plenipotenciários, foi concluido e assignado na cidade do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mez de outubro de mil novecentos e nove, o Tratado do teor seguinte, modificando as fronteiras dos dois paizes na Lagôa Mirim e rio Jaguarão e estabelecendo principios geraes para o commercio e navegação naquellas paragens:

Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, modificando as suas fronteiras na Lagôa Mirim e rio Jaguarão e estabelecendo principios geraes para o Comercio e navegação nessas paragens

A Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, no proposito de estreitar cada vez mais a antiga amisade e de favorecer o desenvolvimento das relações de comercio e boa vizinhança entre os dois povos, resolveram, por iniciativa do Governo Brasileiro, rever e modificar as estipulações relativas ás linhas de fronteira na

¹⁴⁶³ Disponível em: <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/utt1909.html>. Acesso em 26 de maio de 2007.

Lagôa Mirim e Rio Jaguarão e também, como propunha o Governo Oriental desde dezembro de 1851, as relativas á navegação na mesma lagôa e rio, estipulações essas contidas no Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, no de 15 de maio de 1852 e no acôrdo de 22 de abril de 1853, assignados, o primeiro, na cidade do Rio de Janeiro, e, os dois outros, na de Montevidéu;

E para esse fim nomearam Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, seu Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Presidente da Republica Oriental do Uruguay, o Senhor Rufino T. Dominguez, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Brasil;

Os quaes, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1º

A Republica dos Estados Unidos do Brasil cede á Republica Oriental do Uruguay:

1º. Desde a bocca do Arroio de S. Miguel até á do Rio Jaguarão, a parte da Lagôa Mirim comprehendida entre a sua margem occidental e a nova fronteira que deve atravessar longitudinalmente as aguas da lagôa, nos termos do artigo 3º do presente Tratado;

2º. No Rio Jaguarão, a parte do territorio fluvial comprehendido entre a margem direita, ou meridional, e a linha divisoria determinada adeante, no artigo 4º.

Artigo 2º

A cessão dos direitos de soberania do Brasil, baseados, a principio, na posse que elle adquiriu e manteve, desde 1801, das aguas e navegação da Lagôa Mirim e Rio Jaguarão, e, depois, estabelecidos e confirmados solememente nos pactos de 1851, 1852 e 1853, é feita com as seguintes condições, que a Republica Oriental do Uruguay aceita:

1º. Salvo accordo posterior, sómente embarcações brasileiras e Orientaes poderão navegar e fazer o commercio nas aguas do Rio Jaguarão e da Lagôa Mirim, como adeante, em outros artigos, está declarado.

2º. Serão mantidos e respeitados pela Republica Oriental do Uruguay, segundo os principios do Direito Civil, os Direitos Reaes adquiridos por brasileiros ou estrangeiros nas ilhas e ilhotas que por effeito da nova determinação de fronteiras deixam de pertencer ao Brasil.

3°. Nenhuma das Altas Partes Contractantes estabelecerá fortes ou baterias nas margens da lagôa, nas do Rio Jaguarão, ou em qualquer das ilhas que lhes pertençam nessas aguas.

Artigo 3°

Principiando na Fóz do Arroio S. Miguel, onde se acha o quarto marco grande, ahi collocado pela Comissão Mixta Demarcadora de 1853, a nova fronteira atravessará longitudinalmente a Lagôa Mirim até a altura da Ponta Robotieso, na margem Uruguay, por meio de uma linha quebrada, definida por tantos alinhamentos rectos quantos sejam necessarios para conservar a meia distancia entre os pontos principaes das duas margens ou, se o fundo for escasso, por tantos alinhamentos rectos quantos sejam necessarios para acompanhar o canal principal da referida lagôa.

Da altura da citada Ponta Rabotieso, a linha disoria se inclinará na direcção do noroéste o que preciso para passar entre as ilhas chamadas do Taquary, deixando do lado do Brasil a ilha mais oriental e os dois ilhotes que lhe ficam juntos juntos; e dáhi irá alcançar, nas proximidades da Ponta Parobé, tambem situada na margem Uruguaya, o canal mais profundo, continuando por elle até defrontar a Ponta Muniz, na margem uruguaya, e a Pontas dos Latinos, ou do Fanfa, na margem brasileira.

D'esse ponto intermédio, e passando entre a Ponta Muniz e a ilha brasileira do Juncal, irá buscar a fóz do Jaguarão, em que se acham á margem esquerda, ou brasileira, o quinto marco grande, de 1853, e, á margem direita, ou uruguaya, o sexto marco intermédio.

Artigo 4°

Da fóz do Jaguarão, subirá a fronteira pelo Thalweg dêsse rio até a altura da confluencia do Arroio Lagoões, na margem esquerda.

D'esse ponto para cima, a linha divisoria seguirá a meia distancia do Jaguarão-Chico ou Guabijú, em cuja confluencia está o sexto marco grande, de 1853, e, finalmente, subirá pelo alveo do Arroio da Mina, assignalado pelos marcos intermédios setimo e oitavo.

Artigo 5°

Uma Commissão Mixta, nomeada pelos dois Governos no prazo de um anno contado do dia da troca das ratificações do presente Tratado, levantará a planta da parte da Lagôa Mirim que se estende ao sul da Ponta do Juncal, e tambem a planta do Rio Jaguarão desde a sua fóz até a do Arroio Lagoões, effectuando as sondagens necessarias além das operações topographicas e geodesicas indispensaveis para a determinação da nova fronteira, e balisando-a na lagôa segundo os processos mais convenientes.

Artigos 6°, 7°, 8° e 9°

(Referem-se ao Comercio e a Navegação na Lagoa Mirim)

Artigo 10º

Os dois Estados Ribeirinhos, no intuito de facilitar a navegação da Lagôa Mirim, compromettem-se a manter alli as balisas e signaes que forem precisos na parte que a cada um corresponda.

Artigo 11º

As Altas Partes Contractantes concluirão no menor prazo possivel um Tratado de Commercio e Navegação baseado nos principios mais liberaes, tendo em vista proteger de modo mais efficaz o commercio licito pelas fronteiras fluviaes e terrestres.

Os regulamentos fiscaes e de policia de que acima se fala, deverão ser tão favoraveis quanto seja possivel á navegação e ao commercio, e guardar nos dois Paizes a praticavel uniformidade.

Artigo 2º

O presente Tratado, mediante a necessaria autorização do Poder Legislativo em cada uma das duas Republicas, será ratificado pelos dois Governos e as ratificações trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Montevidéo no mais breve prazo possivel.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, firmamos o presente Tratado em dois exemplares, cada um nas linguas portugueze e castelhana, appondo em ambos o signal dos nossos sellos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mez de Outubro de mil novecentos e nove.

(L.S.) Rio-Branco / (L.S.) Rufino T. Dominguez.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:**A) FONTES PRIMÁRIAS****ARQUIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – RIO DE JANEIRO**

	Pastas ABL	OBS
08.2.12	Afonso Arinos	Correspondência Ativa
10.2.01	Afonso Celso	Correspondência Recebida/ Ativa
10.2.02	Afonso Celso	Correspondência Ativa
10.2.03	Afonso Celso	Correspondência Ativa
10.2.04	Afonso Celso	Correspondência Passiva
10.2.05	Afonso Celso	Diversos
02.2.02	Afrânio Peixoto	Correspondência Ativa
02.2.03	Afrânio Peixoto	Correspondência Passiva
02.2.04	Afrânio Peixoto	Correspondência Passiva
02.2.05	Afrânio Peixoto	Correspondência Passiva
02.2.06	Afrânio Peixoto	Correspondência Passiva
07.3.02	Alfredo Pujol	Documentos
05.4.02	Amadeu Amaral	Documentos
05.4.15	Araripe Jr	Documentos
02.2.07	Arthur Jaceguai	Documentos
02.2.08	Arthur Jaceguai	Documentos
10.02.20	Assis Chateaubriand	Documentos
10.02.21	Assis Chateaubriand	Documentos
09.4.20	Barão do Rio Branco	Documentos
09.3.09	Carlos de Laet	Documentos
09.3.12	Carlos de Laet	Documentos
05.3.03	Clóvis Beviláqua	Documentos
01.2.02	Coelho Netto	Documentos
01.2.03	Coelho Netto	Documentos
01.2.04	Coelho Netto	Documentos
09.4.02	Domício da Gama	Correspondência Familiar
09.4.03	Domício da Gama	Correspondência Pessoal
09.4.04	Domício da Gama	Correspondência Pessoal
09.4.05	Domício da Gama	Correspondência com Terceiros
09.4.06	Domício da Gama	Terceiros/ Falecimento
09.4.07	Domício da Gama	Sucessão
09.4.08	Domício da Gama	Obras/ Manifestação de votos
09.4.09	Domício da Gama	Produção Intelectual
09.4.10	Domício da Gama	Produção Intelectual
09.4.11	Domício da Gama	Produção Intelectual
09.4.12	Domício da Gama	Sucessão/ Homenagem póstuma
09.4.13	Domício da Gama	Manuscritos/ Artigos de jornais
10.4.22	Eduardo Prado	Documentos
10.4.23	Eduardo Prado	Documentos
02.3.11	Euclides da Cunha	Documentos
02.3.12	Euclides da Cunha	Documentos
02.3.13	Euclides da Cunha	Documentos
02.3.15	Euclides da Cunha	Documentos

09.4.14	Fernando Magalhães	Documentos
10.3.07	Graça Aranha	Documentos
10.3.08	Graça Aranha	Documentos
10.3.09	Graça Aranha	Documentos
10.3.10	Graça Aranha	Documentos
10.3.11	Graça Aranha	Documentos
10.3.12	Graça Aranha	Documentos
10.3.13	Graça Aranha	Documentos
10.3.14	Graça Aranha	Documentos
10.3.15	Graça Aranha	Documentos
10.3.16	Graça Aranha	Documentos
10.3.17	Graça Aranha	Documentos
05.2.12	Hélio Lobo	Documentos
08.3.07	J Nabuco Araújo	Documentos
08.3.08	J Nabuco Araújo	Documentos
08.3.09	J Nabuco Araújo	Documentos
08.3.10	J Nabuco Araújo	Documentos
08.3.11	J Nabuco Araújo	Documentos
08.3.12	J Nabuco Araújo	Documentos
09.2.02	João Ribeiro	Documentos
09.2.03	João Ribeiro	Documentos
06.2.16	José Veríssimo	Documentos
06.2.17	José Veríssimo	Documentos
06.2.18	José Veríssimo	Documentos
06.2.19	José Veríssimo	Documentos
06.2.20	José Veríssimo	Documentos
06.2.21	José Veríssimo	Documentos
06.2.22	José Veríssimo	Documentos
06.2.23	José Veríssimo	Documentos
06.2.24	José Veríssimo	Documentos
06.2.25	José Veríssimo	Documentos
06.2.26	José Veríssimo	Documentos
09.4.21	Lauro Müller	Documentos
04.3.10	Lúcio Mendonça	Documentos
04.3.11	Lúcio Mendonça	Documentos
04.3.12	Lúcio Mendonça	Documentos
04.3.13	Lúcio Mendonça	Documentos
04.3.14	Lúcio Mendonça	Documentos
04.3.15	Lúcio Mendonça	Documentos
07.3.08	Luís Guimarães Fº	Documentos
10.4.11	Oliveira Lima	Documentos
09.4.01	Raul Pompéia	Documentos
04.1.05	Rui Barbosa	Documentos
04.1.06	Rui Barbosa	Documentos
04.1.07	Rui Barbosa	Documentos
04.1.12	Rui Barbosa	Documentos
06.4.06	Salvador de Mendonça	Documentos
06.1.04	Sílvio Romero	Documentos
06.1.05	Sílvio Romero	Documentos
06.1.06	Sílvio Romero	Documentos

06.1.07	Sílvia Romero	Documentos
06.1.08	Sílvia Romero	Documentos
06.1.09	Sílvia Romero	Documentos
06.1.10	Sílvia Romero	Documentos

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO

Arquivos Itamarati	Pastas/ Latas
Arquivo da Liga das Nações (ALN). Founds Martin, Conversations, Segunda série, 1925.	
Arquivo Particular Lauro Severiano Müller	Lata 350 maço 1
Arquivo Particular Clóvis Bevilacqua	Lata 350 maço 2 pasta 1
Arquivo Particular Enéas Martins	Lata 349 maço 2 pasta 1
Arquivo Particular Jansen do Paço	Lata 343 maço 3 Pasta 2
Arquivo Particular Rodrigo Otávio	Lata 346 maço 04
Arquivo Particular Sylvino Gurgel do Amaral	Lata 346, maço 03
APBRB. Parte III (34). Caderno de Notas pessoais	Lata 878 maço 1 n° 1 a 17
APBRB. Parte III (34). Correspondência particular. Domício da Gama.	Lata 824, maço 2 pasta 2
APBRB. Parte III (34). Correspondência particular. Domício da Gama. Terceiros.	Lata 824, maço 2 pasta 3
APBRB. Parte III (34). Correspondência particular.	Lata 831 maço 1
APBRB. Parte III (34). Discurso. Domício da Gama.	Lata 877 maço 1
APBRB. Parte III (34). Diversos.	Lata 880 maço 1
APBRB. Parte III (34). Diversos.	Lata 880 maço 2
APBRB. Parte III (34). Superintendência Geral do serviço de emigração para o Brasil na Europa sede Paris (Serviço do Ministério da Agricultura) 01/10/1891 a 16/03/1893	Lata 853 maço 2
Conferencia da Paz e Liga das Nações. Correspondência e outros documentos (A).	440/1/22
Domício da Gama	Lata 773 maço 2
Governo a Governo. Chefe de Estado. Notas e Telegramas A-Z. 1900-1926.	278/3/12
Governos Estrangeiros 1900 a 1936 - Correspondência Expedida.	278/3/07
II Conferencia Internacional da Paz - Cópias (cor Tel despesas)	273/2/04
II Conferencia Internacional da Paz - Ofícios e despachos. Est 273 Prat 2 Maço1	273/2/01
II Conferencia Internacional da Paz - Tel rec - mar/ago	273/2/02
II Conferencia Internacional da Paz - Tel rec - set/dez - desarmamento	273/2/03
II Conferencia Internacional da Paz - Telegramas Expedidos	273/2/05
II Conferencia Internacional da Paz - Versailles. Dossiê.	273/2/11
II Conferencia Internacional da Paz - Versailles. Ofícios 1919/1922.	273/2/08
II Conferencia Internacional da Paz - Versailles. Telegramas	273/2/09
Jornais Brasileiros sobre Política Exterior do Brasil sob o Barão- jan/ jun 1911	Lata 383 a 384
Lata 201 - maço 3494 a 3947, (406 - biografias brasileiras)	Lata 201 maço 3494 a 3947
Liga das Nações. Delegações do Brasil. 1920-1924. Documentos da Assembléia. 1920	275/2/03

Liga das Nações. Delegações do Brasil. 1920-1924. Minutas Despachos e Telegramas 1920-1923.	274/2/04
Liga das Nações. Delegações do Brasil. 1920-1924. Ofícios recebidos 1920-1921.	274/2/01
Liga das Nações. Delegações do Brasil. Ofícios Recebidos.1922-1923.	275/2/02
MDB. Buenos Aires. Despachos 1905-1906	207/4/09
MDB. Buenos Aires. Despachos 1907-1908	207/4/10
MDB. Buenos Aires. Despachos 1909-1910	207/4/11
MDB. Buenos Aires. Despachos 1911-1914	207/4/12
MDB. Buenos Aires. Ofícios 1911	206/2/09
MDB. Buenos Aires. Ofícios Ago/Dez 1909.	206/2/06
MDB. Buenos Aires. Ofícios Jan/Jul 1909	206/2/05
MDB. Buenos Aires. Ofícios Jan/Jun 1908	206/2/03
MDB. Buenos Aires. Ofícios Jan/Jun 1910	206/2/07
MDB. Buenos Aires. Ofícios Jul/Dez 1908	206/2/04
MDB. Buenos Aires. Ofícios Jul/Dez 1910	206/2/08
MDB. Buenos Aires. Telegramas Recebidos (Jul)1909-1910.	208/1/09
MDB. Buenos Aires. Telegramas Recebidos (out)1908-1909(Jun)	208/1/08
MDB. Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1900-1905	208/1/06
MDB. Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1906-1908(set)	208/1/07
MDB. Buenos Aires. Telegramas Recebidos 1911-1912	208/1/10
MDB. La Paz. Ofícios. 1919 – 1920	211/3/06
MDB. La Paz. Ofícios. 1920-1922	211/3/07
MDB. Lima. Despachos. 1906-1909.	213/3/02
MDB. Lima. Ofícios recebidos. (Out) 1920-1921(jul).	213/1/07
MDB. Lima. Ofícios recebidos. 1916-1920.	213/1/06
MDB. Lima. Ofícios. 1906-1907.	212/4/05
MDB. Lima. Ofícios. 1908-1909 (jul).	212/4/06
MDB. Lima. Telegramas expedidos. 1865-1909.	213/3/12
MDB. Lima. Telegramas recebidos. 1916-1921.	213/3/07
MDB. Londres. Correspondência recebida da delegação do Brasil à Conferência de Paz. 1920	427/4/22
MDB. Londres. Despachos. 1919-1923.	219/2/02
MDB. Londres. Ofícios. (Abril)1923-1924 (Jun)	218/3/04
MDB. Londres. Ofícios. (Ago)1920-1921 (Dez)	218/3/02
MDB. Londres. Ofícios. (Jul)1924-1925 (Jul)	218/3/05
MDB. Londres. Ofícios. 1919-1920 (Julho)	218/3/01
MDB. Londres. Ofícios. 1922-1923 (Mar)	218/3/03
MDB. Londres. Telegramas Expedidos. (jul)1918-1921(dec)	219/2/03
MDB. Londres. Telegramas Recebidos. 1903-1926.	255/1/12
MDB. Santiago. Despachos. 1890-1930.	231/4/06
MDB. Santiago. Ofícios. 1919-1920.	231/2/04
MDB. Washington, (Ofícios recolhidos)	234/2/13
MDB. Washington, Ofícios 1912	234/1/13
MDB. Washington, Ofícios 1913	234/2/01
MDB. Washington, Ofícios 1914 (jan/set)	234/2/02
MDB. Washington, Ofícios 1914 (out)- 1915 (jul)	234/2/03
MDB. Washington, Ofícios 1915 (ago/dez)	234/2/04

MDB. Washington, Ofícios e despachos políticos confidenciais e reservados. 1916/1918	451/4/05
MDB. Washington, Ofícios Recebidos, abril a Dezembro 1911.	234/1/12
MDB. Washington. Mediação Washington. 1914.	453/1/07
MDB. Washington. Despachos. 1910-1913	235/2/08
MDB. Washington. Despachos. 1919-1926	235/2/11
MDB. Washington. Questão Mexicana. 1913/1916.	453/1/06
MDB. Washington. Telegramas Expedidos. 1911-1915	235/4/02
Notícias de jornais brasileiros sobre a política exterior do Brasil na gestão do barão do Rio Branco (1902-1911). APBRB.	Latas 383 e 384.
Relatório do Cônsul Hamilton Pires - 31/12/1918	322/1/24
Telegramas diversos gabinete ministro expedidos 15 out a 3 nov	318/3/50

ARQUIVOS DA BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO

1.	Avulsos, n. 9
2.	I-01,03,026
3.	I-01,03,027 Coleção Coelho Netto
4.	I-01,03,028 Coleção Coelho Netto
5.	I-01,03,029 Coleção Coelho Netto
6.	I-01,03,030 Coleção Coelho Netto
7.	I-01,03,031, Coleção Coelho Netto
8.	I-01,09,047 Coleção Capistrano de Abreu
9.	I-01,09,088 Coleção Capistrano de Abreu
10.	I-01,10,069
11.	I-03,02,073
12.	I-04,19,015
13.	I-04,22,069
14.	I-04,22,070
15.	I-04,22,070
16.	I-09,02,001
17.	I-09,02,002
18.	I-09,02,003
19.	I-09,04,019
20.	I-09,05,014 Coleção Adir Guimarães
21.	I-09,07,043 Coleção Adir Guimarães
22.	I-09,07,044
23.	I-09,08,059
24.	I-3,1,36

ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO(FJN). RECIFE.

	N. acesso:	Remetente:	Destinatário:
1	1559 [CP P33 DOC 781]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
2	2105 [CP P55 DOC 1221]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
3	2174 [CP P58 DOC 1279]	Rodolpho de Sousa Dantas	Joaquim Nabuco
4	2192 [CA P14 DOC 271]	Joaquim Nabuco	João Caldas Vianna
5	2219 [CP P60 DOC 1319]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
6	2279 [CP P62 DOC 1370]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
7	2280 [CA P15 DOC 283]	Joaquim Nabuco	Joao Caldas Vianna
8	2294 [CA P15 DOC 286]	Joaquim Nabuco	Manuel de Oliveira Lima
9	2325 [CP P72 DOC 1551]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
10	2495 [CP P79 DOC 1700]	Manuel de Oliveira Lima	Joaquim Nabuco
11	2498 [CP P79 DOC 1703]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
12	2502 [CP P79 DOC 1707]	Jose Manuel C. de Oliveira	Joaquim Nabuco
13	2503 [CP P79 DOC 1708]	Jose P da Graca Aranha	Joaquim Nabuco
14	2511 [CP P80 DOC 1714]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
15	2519 [CP P80 DOC 1721]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
16	2530 [CP P81 DOC 1732]	Jose Manuel C. de Oliveira	Joaquim Nabuco
17	2536 [CP P81 DOC 1738]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
18	2556 [CP P82 DOC 1757]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
19	2579 [CP P83 DOC 1780]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
20	2637 [CP P85 DOC 1828]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
21	2641 [CP P86 DOC 1831]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
22	2647 [CP P86 DOC 1836]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
23	2666 [CP P87 DOC 1853]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
24	2676 [CP P87 DOC 1862]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
25	2716 [CP P89 DOC 1898]	Jose M ^a da S. Paranhos (barão do Rio Branco)	Joaquim Nabuco
26	2752 [CP P91 DOC 1931]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
27	2767 [CP P91 DOC 1946]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
28	2906 [CA P20 DOC 385]	Joaquim Nabuco	Jose M ^a da S. Paranhos (barão do Rio Branco)
29	2961 [CP P100 DOC 2112]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
30	3080 [CP P105 DOC 2225]	Domicio F. da Gama	Joaquim Nabuco
31	3103 [CP P64 DOC 1406]	Jose P da Graca Aranha	Joaquim Nabuco
32	3133 [CP P66 DOC 1433]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
33	3163 [CP P67 DOC 1457]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
34	3165 [CA P16 DOC 303]	Joaquim Nabuco	Domicio A. F. da Gama
35	3167 [CP P67 DOC 1460]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
36	3186 [CP P68 DOC 1477]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
37	3209 [CP P69 DOC 1496]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
38	3303 [CP P107 DOC 2270]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
39	3378 [CA P21 DOC 411]	Joaquim Nabuco	Jose Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco)
40	3735 [CP P127 DOC 2654]	Jose Manuel C. de Oliveira	Joaquim Nabuco
41	3850 [CP P132 DOC 2753]	Hilario de Gouvea	Joaquim Nabuco
42	3949 [CP P136 DOC 2834]	Arthur de Carvalho	Joaquim Nabuco

		Moreira	
43	4105 [CP P142 DOC 2963]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
44	4555 [CP P159 DOC 3301]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
45	4566 [CP P160 DOC 3311]	Jose P. da Graca Aranha	Joaquim Nabuco
46	4663 [CP P164 DOC 3393]	Jose Manuel C. de Oliveira	Joaquim Nabuco
47	4741 [CP P167 DOC 3455]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
48	4809 [CP P170 DOC 3512]	Domicio A. F. da Gama.	Joaquim Nabuco
49	4868 [CP P172 DOC 3557]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
50	5030 [CP P178 DOC 3680]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
51	5624 [CP P205 DOC 4223]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
52	5661 [CP P207 DOC 4252]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
53	5766 [CA P39 DOC 776]	Joaquim Nabuco	Domicio A. F. da Gama
54	6055 [CP P222 DOC 4555]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
55	6184 [CA P45 DOC 890]	Joaquim Nabuco	Domicio A. F. da Gama
56	6956 [CP P252 DOC 5163]	Domicio A. F. da Gama	Joaquim Nabuco
57	7147 [CA P60 DOC 1200]	Joaquim Nabuco	Domicio A. F. da Gama

ARQUIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) RIO DE JANEIRO.

Registro	Documentos
167,2, 26	GAMA, Domicio - Histórias Curtas
197, 6, 6 n.9	GAMA, Domicio - Galeria Nacional - Vultos proeminentes
202, 10, 4, n.17	GAMA, Domicio - Conferência Financeira Pan Americana
78.5.17	GAMA, Domicio - Res Nostra
DJ 645 a DJ 648	Colaborador da Gazeta de Notícias
DL 646,13	GAMA, Domício da - Cartas diversas
DL 622.97	GAMA, Domicio da - "A casa de Horácio"- Crônica (página de Revista) de Aloísio de Castro dedicada a Domício da Gama, narrando reminiscências de viagem. INS - Versos de Graça Aranha - crônica e poesia acompanhados de retrato e autógrafo de autores (imp.) S/d.
DOCS A.4 G 5 N. 15	Folhas dos periódicos "la Razón" e "El Siglo", de Montevideo (12/12/1912), morte do barão do Rio Branco, dados biográficos
LATA 344 Doc 7	Proposta para sócio do IHGB
LATA 616 Pasta 4	Carta para Amaro Cavalcanti
LATA 645 Pasta 1	RELAÇÃO dos documentos da coleção Domício da Gama; etiquetas pregadas dos volumes em que os respectivos documentos foram entregues ao IHGB para serem abertos depois de 1950.
LATA 645 Pasta 2	PETIÇÃO a um Juiz de Paz, conservada como pitoresca curiosidade. 1834.
LATA 645 Pasta 3	RELAÇÃO de bens deixada por Domingos Afonso F.. s/l, s/d.
LATA 645 Pasta 4	GAMA, Domício. Carta a um amigo não mencionado: doutrina de Monroe a propósito da Revolta da Armada no Rio de Janeiro (1893)
LATA 645 Pasta 5	GAMA, Domício. Documentos referentes a sua carreira diplomática; nomeações, exonerações, designações; cartas do barão do Rio Branco louvando e agradecendo colaboração. 1893-1911.

LATA 645 Pasta 6	GAMA, Domício. Diploma conferido pela Sociedade Brasileira para animação de agricultura. 1897.
LATA 645 Pasta 8	GAMA, Domício. Correspondência com a Academia Brasileira de Letras. 1901-12.
LATA 645 Pasta 9	GAMA, Domício. Cartas a destinatários vagos e telegramas oficiais recebidos sobre a questão do Acre. 1903.
LATA 645 Pasta 10	LISTAS do Corpo Diplomático acreditando no Brasil, e em outros países, 1899-1912.
LATA 645 Pasta 11	GAMA, Domício. Cartas a Graça Aranha comentando as preocupações do barão do Rio Branco. 1904.
LATA 645 Pasta 12	CABO FRIO, Visconde de - Informações a Domício da Gama sobre uma cláusula do tratado Brasil/ Argentina de 1856.
LATA 645 Pasta 13	SOCIEDADE CIENTIFICA DE SP. - Ofício comunicando a Domício da Gama sua eleição para sócio correspondente. 1905.
LATA 645 Pasta 14	GAMA, Domício. Correspondência com Euclides da Cunha e telegrama oficial sobre a morte deste. 1905/6.
LATA 645 Pasta 15	GAMA, Domício. Discurso e saudações (rascunhos). 1905-1911.
LATA 645 Pasta 16	GAMA, Domício. Cartas a Antonio Prado e rascunhos de telegramas sobre imigração italiana. 1905-1911.
LATA 645 Pasta 17	GAMA, Domício. Telegramas recebidos: cumprimentos e notícia da recusa do governo italiano em receber ex-presidentes e ex-ministro argentinos como plenipotenciários. 1905-1911.
LATA 645 Pasta 18	GAMA, Domício. Correspondência particular. 1906-1912.
LATA 645 Pasta 19	GAMA, Domício. Carta (resposta e recorte) de Domício da Gama, quando ministro brasileiro em Lima (Peru); a propósito do trabalho de Euclides da Cunha Peru versus Bolívia. 1907.
LATA 645 Pasta 20	GAMA, Domício. Correspondência com o embaixador no México David E. Thompson. 1907-1908. 1906-1912.
LATA 645 Pasta 21	ARAUJO, Joaquim Aurélio Nabuco de - Dados biográficos (até 1895); discurso com resposta do presidente dos EUA; artigos rebatendo a crítica de um artigo de Domício da Gama sobre Nabuco. 1905-1910
LATA 645 Pasta 22	GAMA, Domício. Estada como ministro plenipotenciário em Santiago do Chile: cartas, telegramas, recortes de jornal. 1907-1908.
LATA 645 Pasta 23	GAMA, Domício. Estada como ministro plenipotenciário em Lima (Perú). Cartas, recortes, telegramas, impressos: discurso, saudações, homenagens e despedida pela transferência para Buenos Aires. 1907-1908.
LATA 645 Pasta 24	GAMA, Domício. Correspondência com o barão do Rio Branco: tratado de limites com o Peru; e de comércio e navegação fluvial; tríplice aliança ABC (Argentina, Brasil, Chile); remoção para Buenos Aires. 1907-1908.
LATA 645 Pasta 25	GAMA, Domício. Carta ao presidente eleito da Bolívia, Dr. Guachalla, sobre programa administrativo. 1908.
LATA 645 Pasta 26	DANTAS, Luís Martins de Sousa, diplomata brasileiro em Buenos Aires. Telegramas a Domício de Gama, sobre movimento contra o presidente argentino Figueroa Alcorta. Buenos Aires, data incompleta.

LATA 645 Pasta 27	FEITOSA, Antônio C.B. do Nascimento - telegramas a Domício da Gama: Cumprimentos e pedido de apoio para promoção. 1908-1912.
LATA 645 Pasta 28	GAMA, Domício da - Carta ao senador ex-ministro argentino Francisco Uriburu e recorte sobre o mesmo. 1909.
LATA 645 Pasta 29	PESTANA, Nestor Rangel - Redator do Estado de S. Paulo: Carta ao diretor de la Nacion a Buenos Aires, Emílio Mitre, sobre troca de informações. 1909.
LATA 645 Pasta 30	RECORTES de La Prensa de Buenos Aires sobre comércio exterior da Argentina e do Brasil. 1910.
LATA 645 Pasta 31	ALENCAR, Mário - Minsitro brasileiro em Lima - Cartas a Domício da Gama: relações Chile/Peru e memoranda do ministro do Exterior do Chile
LATA 645 Pasta 32	MARTINS, Enéas - Telegramas a Domício da Gama sobre saúde de Raul do Rio Branco, filho do barão, 1911.
LATA 645 Pasta 33	GAMA, Domício - Certidão de batismo de ... - 11/6/1861 Dados biográficos de ... Rio de Janeiro, 1976.
LATA 646 Pasta 1	RELAÇÃO de despesas feitas com a instalação de casa para Legação, em Buenos Aires; cartas de e a Domício da Gama sobre vencimentos de diplomata no Brasil. 1907-1911.
LATA 646 Pasta 2	GAMA, Domício - Bilhete anônimo insultuoso a Domício da Gama, embaixador brasileiro em Buenos Aires. 1908.
LATA 646 Pasta 3	GAMA, Domício - Carta (rascunho) ao Diário de Santos, explicando a atuação do ministro português Camello Lampreia no caso da ilha de Trindade. s/l, s/d.
LATA 646 Pasta 4	RELAÇÃO das ilhas dos rios Uruguai e Iguazú pertencentes respectivamente ao Brasil e à Argentina. Rio, 1098.
LATA 646 Pasta 5	DOCUMENTO referentes ao Tratado Geral de Arbitramento entre o Brasil e a Argentina. 1908.
LATA 646 Pasta 6	GAMA, Domício - Documentos referentes à chegada a Buenos Aires como ministro do Brasil; primeiros contatos. Buenos Aires, 1908.
LATA 646 Pasta 7	GAMA, Domício - Correspondência com Emílio Mitre: atitude hostil Argentino/ Brasil. 1908-1909.
LATA 646 Pasta 8	DOCUMENTO referentes a relações argentino/brasileiras. Buenos Aires/ Rio, 1908-1909.
LATA 646 Pasta 9	GAMA, Domício - Cartas ao diplomata argentino Manuel Gorostiaga: atitude argentina; falsificação de documentos oficial. Buenos Aires, 1908-1909.
LATA 646 Pasta 10	LISBOA, Henrique - diplomata - Cartas a Domício da Gama: acordo Argentina/ Brasil/ Chile , boatos desmentidos. Santiago, 1908-1909.
LATA 646 Pasta 11	GAMA, Domício - Correspondência com o diplomata argentino Carlos Rodrigues Larreta: tratado de arbitramento argentino-brasileiro. Buenos Aires, 1908-1910.
LATA 646 Pasta 12	GAMA, Domício - Correspondência com o barão do Rio Branco, sobre atitude argentina para com o Brasil. Ba, 1908-1910.
LATA 646 Pasta 13	GAMA, Domicio - Estada em Buenos Aires: Correspondência oficial e particular. Buenos Aires e Rio, 1908-1911.

LATA 646 Pasta 14	ACADEMIA AMERICANA DE CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS - Cartas a Domício da Gama. Filadélfia, 1908-1912.
LATA 646 Pasta 15	GAMA, Domício da - Correspondência com o ministro do Chile em Buenos Aires. Relações tensas Perú/ Bolívia/ Argentina. Buenos Aires, 1909.
LATA 646 Pasta 16	GAMA, Domício - Correspondência com Pedro Vergne de Abreu: informação pedida, com resposta. Buenos Aires, 1909.
LATA 646 Pasta 17	CONFEFÊNCIA PANAMERICANA (4.a) - Documentos sobre sua realização em Buenos Aires. 1909/1910.
LATA 646 Pasta 18	GAMA, Domício da - Ministro do Brasil em Buenos Aires - Documentos sobre sua presença às festas da Independência do Chile. Santiago, 1910.
LATA 646 Pasta 19	MINA DA BOA ESPERANÇA - Antiga do Tijuco: Dados por seu proprietário J.D. Afonso. Serra 1910.
LATA 646 Pasta 20	GAMA, Domício da - Carta sobre a criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Sorbonne com informações da Universidade de Paris. 1910.
LATA 646 Pasta 21	GAMA, Domício da - Saudação do Ministro do Exterior da Argentina ao embaixador brasileiro em Buenos Aires, Domício da Gama (com resposta). 1910.
LATA 646 Pasta 22	GAMA, Domício da - Correspondência com o embaixaodr Miguel Cruchaga Torconal, do Chile em Buenos Aires: questão Chile/ Peru. Rio e Buenos Aires, 1910.
LATA 646 Pasta 23	MOORE, John Basset - (Delegado americano à IV Conferência Internacional Americana) a Domício da Gama, sobre aliança dos Estados Unidos com o Brasil. Buenos Aires, Washington, New York, 1910-1912. (OBS: Só tenho a de 1/4/1918)
LATA 646 Pasta 24	RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (Secretaria) - Projeto e comentários sobre a reforma. 1910-1912.
LATA 646 Pasta 25	IGUATEMI - (Vapor Brasileiro) - Documentos sobre sua detenção em Concepción; e sobre exercícios de tiro em águas litigiosas do Rio da Prata. Buenos Aires e Montevideú, 1915.
LATA 646 Pasta 26	LIMA, Manuel de Oliveira - Recorte de jornal de Buenos Aires comentando a carta em que o historiador brasileiro agradece ao ministro argentino Estanislao Zeballos os conceitos emitidos sobre seu livro. 1912.
LATA 647 Pasta 1	RIO BRANCO, Barão do - Carta e bilhetes a Domício da Gama: assuntos particulares e alusão ao reconhecimento da republica brasileira
LATA 647 Pasta 2	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: assuntos particulares, conceitos sobre república e democracia no Brasil. 1892
LATA 647 Pasta 3	RIO BRANCO, Barão do - Comunicação sobre imigração européia para o Brasil. Cartas a Domício da Gama, mesmo assunto, desenho com carimbo da "Superintendência do serviço de Emigração na Europa". 1892
LATA 647 Pasta 4	RIO BRANCO (Missao) - Documentos referentes à Missão chefiada pelo barão do Rio Branco em Washington (com fotos). 1894.
LATA 647 Pasta 5	RIO BRANCO, Barão do - Notas manuscritas sobre a eleição do barão do Rio Branco para membro da Real Sociedade de Geografia de Londres.

LATA 647 Pasta 6	RIO BRANCO, Barão do - Documentos referentes à Missão em Washington (questão de Palmas) chefiada pelo barão do Rio Branco. 1894/95.
LATA 647 Pasta 7	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama e ao ministro do Exterior Carlos de Carvelho sobre o encerramento da missão em Washington. 1895.
LATA 647 Pasta 8	RIO BRANCO, Barão do - Telegrama e carta a Domício da Gama pedindo cobrar a Eduardo Prado, a sua dívida. Carta de Domício, mesmo assunto.
LATA 647 Pasta 9	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: política dos começos da república no Brasil. 1895/1896.
LATA 647 Pasta 10	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: início da questão com a Guiana Francesa. 1895-1896.
LATA 647 Pasta 11	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Questão com a Guiana, a ser discutida em Berna. 1896.
LATA 647 Pasta 12	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Guiana Holandesa interessada na questão de limites; mapas a consultar em Paris. 1897.
LATA 647 Pasta 13	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Guiana Holandesa interessada na questão de limites; e desmentindo boatos sobre o montante de seus vencimentos.
LATA 647 Pasta 14	RIO BRANCO, Barão do - Cartas e bilhetes a Domício da Gama: moléstia e morte da mulher do Barão. Paris, 1898.
LATA 647 Pasta 15	RIO BRANCO, Barão do - Cardápio de banquete em homenagem ao barão do Rio Branco e pequenos retratos do barão e do Visconde, seu pai. Londres, 1900
LATA 647 Pasta 16	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: ansiedade pela decisão na questão Guiana e na sua nomeação para Berlim. Berna, 1900.
LATA 647 Pasta 17	RIO BRANCO, Barão do - Decisão arbitral de Berna; descontentamento em Paris; recompensa nacional ao Barão; Barão nomeado para Berlim. Paris e Berna, 1901.
LATA 647 Pasta 18	RIO BRANCO, Barão do - Decisão arbitral de Berna; artigos (extratos) sobre a decisão de Berna. (limites com a Guiana Francesa).s/d.
LATA 647 Pasta 19	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: recompensas aos membros das missões em Washington e Berna, e medalha comemorativa. Berna e Berlim, 1901.
LATA 647 Pasta 20	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama - Chegada a Berlim, documentos sobre a Guiana Inglesa a entregar a Nabuco. Berlim, 1901.
LATA 647 Pasta 21	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama Monumento ao Visconde do Rio Branco; imigração italiana para o Brasil, etc. Liverpool, Berlim, Paris. 1901.
LATA 647 Pasta 22	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama. Agradecendo artigo a seu respeito; participando o casamento da filha Amélia com o Barão Gustavo de Werther. Berlim, 1901.
LATA 647 Pasta 23	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Moléstia e morte de Rodolfo Dantas; nomeação de diplomata anulada e explicada. Berlim, 1901-02.

LATA 647 Pasta 24	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Descontentamento em não poder ter consigo o filho Raul, nomeado para Roma; Conta hospedar o destinatário e o conselheiro Carlos de Carvalho. Berlim, 1901-1902.
LATA 647 Pasta 25	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Queixas do Ministro Olinto Magalhães; preocupação com a situação financeira do genro, com o sobrinho Luis. Berlim, 1902.
LATA 647 Pasta 26	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Convidado para a pasta das Relações Exteriores, aceitou por insistência do presidente Rodrigues Alves. Berlim, 1902.
LATA 647 Pasta 27	RIO BRANCO, Barão do - Cartas a Domício da Gama: Encomenda ao escultor Félix Charpentier de um busto do visconde e Cabo Frio, para o salão da Secretaria do Exterior. Rio, 1902.
LATA 647 Pasta 28	RIO BRANCO, Barão do - Carta a Quintino Bocayuva convidando para um almoço no Itamarati. Rio, s/d.
LATA 647 Pasta 29	RIO BRANCO, Barão do - Telegramas comunicando a Domício da Gama sua promoção na carreira e convidando-o a ajudá-lo na Secretaria de Estado. Petrópolis e Rio, 1903.
LATA 647 Pasta 30	GUIMARÃES, Moreira - General José Maria Moreira Guimarães (?) - Carta ao barão do Rio Branco agradecendo cartas de recomendação para sua viagem à Mandelunia. Tokyo, 1904.
LATA 647 Pasta 31	RIO BRANCO, Barão do - Rascunho de uma pretendida entrevista na qual, a propósito de rumores, o barão nega convite ou intenção de candidatar-se à presidência da República. S/d.
LATA 647 Pasta 32	RIO BRANCO, Barão do - Cartas e telegramas a Domício da Gama: dando-lhe incumbências inclusive a de evitar-lhe contacto com o ex-presidente argentino Figueroa Alcorta que passará pelo Rio. Rio e Petrópolis, 1908-1911.
LATA 647 Pasta 33	RIO BRANCO, Barão do - Comentários (rascunhos) e resposta às censuras do Jornal do Comércio à atuação da delegação brasileira à Quarta Conferência Panamericana em Buenos Aires. Rio, 1910.
LATA 647 Pasta 34	RIO BRANCO, Barão do - Telegramas e cartas ao embaixador brasileiro em Washington Domício da Gama, sobre os últimos dias e morte do Barão. Nomeação de Lauro Müller para sucedê-lo no Ministério do Exterior. Rio, Washington, 1912.
LATA 647 Pasta 35	RIO BRANCO, Barão do - Recortes de jornais publicados em Paris sobre a morte do barão do Rio Branco; comentando o novo ministro do Exterior Gen. Lauro Müller. Paris, 1912.
LATA 648 Pasta 1	GAMA, Domício da - Documentos referentes à sua nomeação para embaixador em Washington; cartas e telegramas de felicitações. 1911.
LATA 648 Pasta 2	CALOGERAS, João pandiá - Carta a Domício da Gama sobre a 4a. Conferência Panamericana; carta deste àquele comentando o cel Roosevelt e o imperialismo americano. Rio e Washington, 1910/1911.
LATA 648 Pasta 3	GAMA, Domício da - Repercussão à sua nomeação para embaixador nos EUA; recortes de jornais nacionais e estrangeiros. 1911
LATA 648 Pasta 4	GAMA, Domício da - Correspondência (por ocasião de rápida viagem à Europa, quando Embaixador nos E.U.) com outros diplomatas servindo na Europa, Enéas Martins e o barão do Rio Branco: Paris, Wasington, Londres, Rio, 1911.

LATA 648 Pasta 5	GAMA, Domício da - Carta ao Marechal Hermes da Fonseca presidente da República sobre a América e os americanos, fatos essenciais e possibilidades de sua missão nos EUA. Washington, 1911.
LATA 648 Pasta 6	CAIXEIROS VIAJANTES NAS AMERICAS - Projeto para um tratado relativo a estes viajantes e suas amostras, uniformidade de regulamentação. S.d. posterior a 1910.
LATA 648 Pasta 7	UNIÃO PANAMERICANA - Documentos referentes ca criação de uma Junta de Jurisconsultos pelas republicas componentes da União, a reunir-se no Rio de Janeiro. Washington e Rio, 1911/1912.
LATA 648 Pasta 8	GAMA, Domício da - Documentos referentes aos seus primeiros anos da estada como Embaixador em Washington. 1911/1912.
LATA 648 Pasta 9	GAMA, Domício da - Correspondência com Enéas Martins: notícias do Itamarati. Washington e Rio, 1911/1912.
LATA 648 Pasta 10	GAMA, Domício da - Telegramas trocados com o barão do Rio Branco sobre nomeação de diplomata dos EUA para o Brasil. Washington, Petrópolis, Rio, 1912.
LATA 648 Pasta 11	CONFLITO MÉXICO/ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - Documentos referentes à intervenção americana no México; ação mediadora Argentina/ Brasil/ Chile, conferência de Niagara Falls; relatórios, cartas e telegramas de e para o embaixador brasileiro nos EUA Domício da Gama. 1912-1917.
LATA 648 Pasta 12	MENESES, Álvaro - Recorte noticiando sua partida para os Estados Unidos da América, investido na reconstituição financeira na Estrada de Ferro brasileira. Rio, 1915.
LATA 648 Pasta 13	GAMA, Domício da - Cartas ao ministro do Exterior, Gen. Lauro Müller: sucessão presidencial nos Estados Unidos da América; oposição a informação à União Panamericana sem interferência das embaixadas; Washington, 1915-1917.
LATA 648 Pasta 14	PANAMERICANISMO - Documentos referentes à proposta dos Estados Unidos da América para uma Convenção de Garantia Mútua Interamericana. Correspondência do Embaixador brasileiro em Washington Domício da Gama com o ministro do Exterior Gem Lauro Müller e com o secretário de Estadoamericano. Washington e Rio, 1916/1917.
LATA 648 Pasta 15	GUERRA MUNDIAL (Primeira) - Documentos referentes à atuação brasileira: rompimento de relações com a Alemanha em seguida ao afundamento do vapor Paraná. Washington e Rio, 1916/1917.
LATA 648 Pasta 16	GAMA, Domício da - Folha do <i>The South American</i> com o resumo dos discursos pronunciados no banquete que lhe foi oferecido por membros da Pan American Society dos EUA e personalidades do governo americano, ao deixar o diplomata brasileiro a embaixada em Washington, 1918.
LATA 648 Pasta 17	BARBOSA, Rui - Carta ao Presidente da República Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves declinando do convite para chefiar a embaixada à Conferência da Paz em Versailles; projeto de "memorandum" para os delegados brasileiros à mesma. Rio, 1918.
LATA 810 Pasta 41	Domício da Gama a Rodrigues Alves - 03/set/1912.
Livro 4, folha 4-I	Coleção Epitácio Pessoa - 05/12/1918 - Pró Gustavo Barroso para a Embaixada da Paz
Livro 4, folha 4-I	Coleção Epitácio Pessoa - 26/07/1919 - Domício da Gama pede embaixada Londres
Livro 4, folha 4-J	Coleção Epitácio Pessoa - 01/10/1924 - Domício da Gama sobre sua situação
Livro 4, folha 4-J	Coleção Epitácio Pessoa - 07/10/1924 - Domício da Gama pede em seu favor

ARQUIVO DA CATHOLIC UNIVERSITY OF AMERICA (CUA) WASHINGTON.

Arquivo Oliveira Lima.

DOMÍCIO DA GAMA

GAMA, Domício da. **Atlas universal de geografia física e política** - publicado sob a direção de Domício da Gama. Paris: Garnier Irmãos Livreiros Editores, 1898.

_____. Capistrano de Abreu. In: **Revista do Brasil**. Julho, 1924.

_____. **Contos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

_____. **Contos a meia tinta**. Paris: Imprensa Lahure, 1891.

_____. Discurso do Sr. Domício da Gama. In: **Discursos Acadêmicos** - (1897-1919), Rio de Janeiro, ed. ABL, v. I, p. 45 a 52.

_____. Euclides da Cunha. In: **Revista da Academia Brasileira de Letras**, v.25, n.72, p.2-8, dez.1927.

_____. **Histórias curtas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.

_____. Joaquim Nabuco. *Jornal O País*, Rio, 25 de maio de 1910, pág. 3.

_____. Olavo Bilac. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. N. 44, ago.1925, pág 676.

_____. Raul Pompéia. *O País*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1900, p. 2.

_____. Rio Branco. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, n.141, p.65-70, set. 1933.

_____. The neutrality rules adopted by Brazil, by his excellency the Brazilian Ambassador Domício da Gama. **The Annals of American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, July 1915. Publication n° 910.

_____. Difficulties of Democratic Control of Diplomatic Negotiations. **Proceedings of the Academy of Political Science in the City of New York**, Vol. 7, No. 2, The Foreign Relations of the United States: Part I (Jul., 1917) , pp. 159-163.

B) FONTES IMPRESSAS

ANAIS ARGENTINOS

Diário de Sesiones de la Câmara de Senadores, 1909.

ANAIS BRASILEIROS

Congresso Nacional, 1902-1924.

Senado Federal, 1902-1924.

Câmara dos Deputados, 1902-1924.

ANAIS NORTE-AMERICANOS

Congressional Record, 1911-1918.

ANUÁRIOS

Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912 , v.2 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE): Rio de Janeiro.

JORNAIS

Argentina - *Buenos Aires*: El Diário, La Gaceta de Buenos Aires, La Nación, El Nacional, La Prensa, La Razón, El Sarmiento, La Argentina, Le Courier de la Plata,

Chile: *Santiago*: El Mercurio, La Unión.

Peru - *Cuzco*: El Sol; *Lima*: El Comercio, La Prensa, La Opinión Nacional.

Estados Unidos da América: *Nova Iorque*: New York Herald, New York Times. ;
Washington: Washington Star,

Brasil: *Rio de Janeiro*: A Gazeta de Notícias, A Época, O Paiz, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, O Imparcial, Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, A Notícia, A Tribuna, O Século, A Nação; *São Paulo*: O Estado de São Paulo.

RELATÓRIOS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1902-1903, pág. 67. Disponível em:
<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/contents.html>>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Guerra da Europa; documentos diplomáticos, atitude do Brasil, 1914-1917.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Guerra da Europa; documentos diplomáticos, atitude do Brasil, 1918.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria. **Regras de neutralidade adotadas pelo Brasil durante a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, Washington, Government Printing Office. (Rolos 1912-1919).

Ministério da Agricultura, Direção Geral de Estatística, **Annuaire statistique du Brésil**, 1^{ere} Année, 1908-1912, vol I: Territorie et population.

ARTIGOS E PÁGINAS DA INTERNET

ALENCAR, Mário de. **Domício da Gama**. O Paiz, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1911.

_____. Domício da Gama. **O Jornal**, Rio, 21 de fevereiro de 1925, pág. 4.

Arquivos da Diplomacia Brasileira. **Mapas Históricos**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa001.htm>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2007.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.9-34.

ATHAYDE, Austregésilo de. Cinquentenário da morte do Barão do Rio Branco. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, v.103, ano 62, p.51-63, jan-jun 1962.

BAGGIO, Kátia Gerab. José Veríssimo: Uma visão brasileira sobre as Américas In: III ENCONTRO DA ANPHLAC, 1998, São Paulo. **Anais Eletrônicos do III Encontro da Anphlac**. São Paulo: ANPHLAC, 2000. v.1. pág. 45 a 60. Disponível em: <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br/ensaio30.htm>>.

BARBOSA, Rui. Rio Branco e Suíça. **A Imprensa**, 02 de dezembro de 1900.

BRAUDEL, Fernand. Une vie pour l'histoire. **Magazine Littéraire**, n.212, p.18-24, nov.1984.

BUENO, Alexei. **Euclides da Cunha e Raul Pompéia**. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 26 de junho de 2001, durante o ciclo Centenário da publicação de Os sertões. Disponível em: <<http://www.euclidesdacunha.org.br/conferencia3.htm>>. Acesso em 28 jan 2006.

BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 20, 1997/2.

_____. O rearmamento naval brasileiro e a rivalidade Brasil-Argentina em 1906-1908. **História**. São Paulo, 1: 21-35. 1982.

_____. O cotidiano no processo de elaboração de decisões em política exterior e o início da república no Brasil. **História**. São Paulo, 5/6, 1986/87, pág 11-17.

_____. Presença brasileira na Revolução Mexicana e a idéia de condomínio oligárquico de nações. In: III Simpósio Internacional: estados americanos - relações continentais e internacionais - 500 anos de História, 2000, Brasília. **III Simpósio Internacional: estados americanos - relações continentais e intercontinentais - 500 anos de História**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1999. v. 1. p. 171-183.

CERVO, Amado Luiz. Os Primeiros Passos da Diplomacia Brasileira. **Relações Internacionais**, v. 3, n. 3, p. 43-62, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. A política brasileira de limites no séc. XIX. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 28, pág. 111-120.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41 (2), 1998, pág. 59-82.

COOKER, Christopher. The continuity of American Foreign Policy In: SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **Foreign policy and political regime**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, p. 149 a 168.

COSTA, Luís Edmundo Pereira da. Discurso de Recepção do Senhor Luís Edmundo. In: **Discursos Acadêmicos**. Rio de Janeiro, Ed. ABL, 1971, v. 12, p. 39.

Cinquentenário da morte do Barão do Rio Branco. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, jan-jun, 1962.

COUTINHO, Afrânio. Discurso de Recepção do Senhor Afrânio Coutinho. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, ed. ABL, v. 7, pág. 161, 1971.

D'AVILA, Luiz Felipe. **O Modelo Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/escritores/eca/ecapersoneca3.htm>>. Acesso em 11 junho 2005.

DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do Barão de Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 43, n. 2, 2000, 130 a 149.

FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides da Cunha. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias4/perfil.htm>>. Acesso em 11 abril 2002.

FROTA, Guilherme de Andréa. Relações exteriores do Brasil da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. 378/9, abr/jun, 1993, p. 295-330.

GANZERT, Frederic William. The baron do Rio Branco, Joaquim Nabuco, and the growth of Brazilian-American Friendship, 1900-1910. **The Hispanic American historical review**, vol. 22, n° 3 (aug. 1942), p. 432 a 451.

GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 37, n. 1, 1994, 05 a 23.

HILTON, Stanley. "Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929". **Journal of Latin American Studies**. 12 (2) november 1980.

HIRST, Mônica. História da Diplomacia Brasileira A República Velha. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/rv023.htm>. Acesso em 20 julho 2001.

La Conferencia Financiera Pan Americana. **The World's Work Magazine**. New York, October, 1915.

LACOSTE, Pablo. El conflicto del Beagle, nueva Mirada. **Todo es historia**. Ano XXXVIII, Diciembre de 2005, n°461, p. 68 a 76.

LAGOS VALENZUELA, Enrique. El Arbitraje internacional de América. **Anales de la Facultad de Derecho**, Vol. IV - Enero - Diciembre de 1938 - N° 13 a 16.

LEIS, Hector. Sobre o ressentimento dos argentinos. Paper apresentado no **I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares: Condição Humana e modernidade no cone sul de América Latina**, organizado pelo Laboratório de Estudos Transdisciplinares do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Florianópolis, 19-22 de junho de 2002.

LOBO, Hélio. Rio Branco e a sua trindade de ouro. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1925.

MAGALHÃES, Fernando. Discurso de Recepção do Senhor Fernando Magalhães. In: **Discursos Acadêmicos, 1924-1927**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, v. 6, pág. 180.

- MENDONÇA, Lúcio de. Resposta do Sr. Lúcio de Mendonça. In: **Discursos Acadêmicos** - (1897-1919), Rio de Janeiro, ed. ABL, v. I,II,III e IV, p. 53 a 55.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 43, n. 2, 2000, 150 a 169.
- MOURA, Cristina P. **Herança e Metamorfose**: a construção social de dois Rio Branco. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.25, p.81 - 101, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.15.
- Os funerais de Domício da Gama. **Revista Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1925, pág. 28.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, volume 2, n. 3, 1989, p. 3 a 15.
- REMOND, René. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 141 a 184.
- SALORD, Hugues e RAPIN, Anne. São Luiz existiu de fato? Entrevista com o historiador Jacques Le Goff. **Label France**.nº 24, junho, 1996. Disponível em: http://www.france.org.br/abr/label/label24/sciences/le_goff.html. Acesso em 24 junho 2005.
- SCOTT, James Brown. Robert Bacon Life and letters. Disponível em: <<http://www.ku.edu/~libsite/wwi-www/Bacon.html>>. Acesso em 11 abril 2002.
- SENSABAUGH, Leon F. “The Coffee-Trust Question in United States-Brazilian Relations: 1912-1913”. **The Hispanic American Historical Review**, vol.26.nº 4 (Nov. 1946), p.480-496.
- SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira Política Internacional**. 41 (2), 1998, pág. 139-158.
- _____. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 8, n.º 15, 1995, pág. 95-118.
- SIMÕES, Roberto. Domício esquecido. **Leitura**, junho, 1962.

SPEKTOR, Mathias. Notas sobre o desafio argentino do Brasil republicano. **Cena Internacional**, v. 2, p. 89-110, 2000.

The World's work. New York, Doubleday, Page & Company, Outubro 1915.

GARCIA, Eugênio Vargas. **A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 173-200 – 2003.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin o prazer do historiador. **Revista Brasileira História**, Jan./June 2005, vol.25, no.49, p.11-31. ISSN 0102-0188.

VILALVA, Mario. O Barão do Rio Branco: seu tempo, sua obra e seu legado. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 38(1): 117-124 [1995].

VINHOSA, Francisco Luiz T. A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, volume 327, abril-junho, 1980, pág. 19 a 81.

_____. As relações Brasil-Estados Unidos durante a Primeira República. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, volume 378/9, 1993, pág. 280 a 294.

_____. Domício da Gama e a questão do truste do café (1912- 1913). **Revista do IFCS**. Rio de Janeiro, n. 1, janeiro/junho, 1981.

ZEBALLOS, Estanislao. **Revista de Derecho, Historia y Letras**, 1904, Tomo XX.

C) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 15ª ed. Por Paulo Borba Caselia, São Paulo: Saraiva, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e a política externa do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

ALVES, Constâncio. Figuras. Rio, Ed. Do Anuário do Brasil, 1921.

ARANTES, Altino. Disse... São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1923.

ARARIPE Jr., Tristão de Alencar. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: USP, 1978.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio. **Obra completa**. Rio de Janeiro: J Aguilar, 1959.

AZEVEDO SOBRINHO, José Vicente de. **Efemérides da Academia Brasileira de Letras** (até 1920). Rio, Tipografia do Anuário do Brasil, 1926.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça. **Vida e Obra de Salvador de Mendonça**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1971.

AZEVEDO, Maria Helena Castro. **Um senhor modernista**: biografia de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BARBOSA, Rui. **A Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. (Obras Completas de Rui Barbosa, v.44, tomo 1, 1917).

_____. **Campanhas Jornalísticas**: República 1899-1918. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. **Os sucessores do Barão**: relações exteriores do Brasil, 1912-1964. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história** ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLOCH, Marc leopold Benjamin. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, s/d.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

BOERSNER, Demétrio. **Relaciones Internacionales de América Latina** – Breve história. Caracas; San José: Editorial Nueva Sociedad, 1982.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da historia do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 1996.

BORGES, Vera Lúcia Borgéa. **Morte na República**: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915). Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSOER, Fabián. **Generales y embajadores** – Uma historia de las diplomacias paralelas em la Argentina. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2005.

BOTANA, Natalio R. **El orden conservador**: la política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Sudamerica, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITO BROCA. **A vida literária no Brasil** – 1900. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

BUENO, Antonio Henrique Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo 1999.

BUENO, Clodoaldo. **A república e sua política exterior** (1889 a 1902). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **Política externa da Primeira República e os anos de apogeu** (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BULL, Hedley e WATSON, Adam. (eds.). **The Expansion of International Society**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: IPRI, 2002.

BURKE, Perter (org.). **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC Ed, 2003.

CABRAL, César Augusto, **Alem: informe sobre la frustración argentina**. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1967.

CADERNOS DO CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília: DF.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das idéias políticas**. Rio Branco: FEM, 2003.

CALÓGERAS, João Pandiá. **O Brasil e a Sociedade das Nações**. São Paulo: Ed. O Estado de São Paulo, 1926.

_____. **Res nostra**. São Paulo: Estabelecimentos Gráficos Irmãos Ferraz, 1930.

CAMPOS, Humberto de. **Perfis (crônicas)** - primeira série. Rio, W.M. Jackson, 1945.

CAPAZ, Camil. **Raul Pompéia**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2001

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organizado por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: MEC/ Civilização Brasileira, 1954, 3 vols.

CÁRCANO, Ramón J. **Mis primeros 80 años**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1943.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970,

CARR, Edward Hallett, **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Affonso de. Rio Branco: sua vida sua obra. 2ª. Edição rev e atualizada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. Os **bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTILHOS GOYCOCHEA. **O espírito militar na questão acreana** – Plácido de Castro (ensaios). 2ª edição comemorativa do centenário de Plácido de Castro. Rio de Janeiro: Companhia brasileira de artes gráficas, 1973.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983.

CASTRO, Sertório de. **A república que a revolução destruiu**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. CD-ROM.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Brasília: Ed. UnB/ Instituto Italiano di Cultura, 1992.

_____. **As Relações Internacionais da América Latina** - velhos e novos paradigmas. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado; DOPCKE, Wolfgang (org) **Relações internacionais dos países americanos** – vertentes da história. Brasília, Linha Gráfica Editora, 1994.

CLIVE, Howard. **The United States and México**. New York: Atheneum, 1963.

- CONNELL-SMITH, Gordon. **The United States and Latin-America** - An Historical Analysis of Inter-American Relations. New York: John Willey & Sons.
- COSTA, João Frank. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Record, 1968.
- COSTA, Sérgio Correa de, **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores** (1903-1943). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Serviço de Publicações, 1933.
- CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CUNHA, Vasco Leitão da. **Diplomacia em alto-mar**: Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- D'AVILA, Luiz Felipe. **Dona Veridiana** - A trajetória de uma dinastia paulista. São Paulo: A Girafa, 2004.
- Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flammarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997
- DUNSHEE DE ABRANCHES. **Actas e actos do governo provisório**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Jornal do Brasil, 1953.
- _____. **Rio Branco e a política exterior do Brasil**. 1902-1912. Rio de Janeiro: s.e., 1945, 2 volumes.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império perecerá** – Teoria das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- EL FAR, Alessandra. **Encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ESCODÉ, Carlos, CISNEIROS, André. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Disponível em: <http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-ree/historia_indice07.htm>.
- Estanislao S. Zeballos** – Perfil universal de un legislador. Orlando Mario Punzi (prólogo). Buenos Aires: Círculo de Legisladores de la Nación Argentina, 1998.
- ESTEVÃO, José. **Cartas sem título**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1902.

- ETCHEPAREBORDA, Roberto, **La Revolución Argentina del 90**. Buenos Aires: EUDEBA, 1966.
- _____. **Historia de las relaciones internacionales argentinas**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1978.
- FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização - O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, volumes. 1 e 2, 1990.
- FAUSTO, Bóris. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1977, 2 vols.
- FERRARI, Gustavo, GALLO, Ezequiel. **La Argentina del Ochenta al centenario**. Buenos Aires: Sudamericana, 1980
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.) **Usos e Abusos da História Oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998
- FERRO, Marc. **História da Primeira Guerra Mundial – 1914-1918**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- FISCHER, Bart S. **The international coffee Agreement – A study in coffee Diplomacy**. New York, Praeger Publishers, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber(a)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FRAGA, Rosendo. **Ramón J. Cárcano: a história como instrumento da diplomacia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo**. Volume 1, Rio de Janeiro /Brasília: José Olympio / INL/MEC, 1979.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

FUNAG – Centro de História e Documentação Diplomática (Org.) **O barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos**: Série de artigos publicados pela Revista Americana em abril de 1913. Brasília: Funag, 2002.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre/ Brasília: Ed. da Universidade/ UFRGS/ Fundação Alexandre de Gusmão/ FUNAG, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOES, Synésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas** – Aspectos da descoberta do continente da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: FUNAG/IPRI, 1991.

GUIMARÃES, Argeu. **Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia**, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1938.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Os esquemas sociais da memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBSBAWM, Eric **A Era dos Extremos - O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios - 1875-1914**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. **Trajétória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JALABE, Silvia Ruth (org.) **La Política Exterior Argentina y sus protagonistas 1880-1995**. Buenos Aires, Nuevo Hacer, 1996.

JITRIK, Noé (1970), **La Revolución del 90**, Buenos Aires: CEAL, 1970,

KRYZANEK, Michael J. **U.S. – Latin American Relations**. 2d. Ed. New York, Praeger Publishers, 1990.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

- _____. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- _____. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. **São Luís**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- LEMOS, Renato. **Benjamin Constant**, vida e obra. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil**. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- LINK, Arthur. **La política de Estados Unidos en América Latina – 1913 – 1916**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- LINS, Álvaro. Rio Branco. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995.
- LOBO, Helio. Rio Branco **e o arbitramento com a argentina**: A questão do território de palmas, também chamado das missões. Rio de Janeiro: J Olympio, 1952.
- LUNA, Félix, **Yrigoyen**, Buenos Aires: Desarrollo, 1964.
- _____. **Soy Roca**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.
- LUSTOSA, Isabel. **O Brasil pelo Método Confuso**: Humor e Boemia em Fradique Mendes. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- LYRA, Heitor. **A diplomacia brasileira na primeira república (1889-1930) e outros ensaios**. Nota biográfica de Hélio Antônio Scarabôto. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1992.
- _____. **Memórias da Vida Diplomática – coisas vistas e ouvidas – 1916-1925**. Secretaria de Estado e Embaixada em Londres. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972. 2 vols.
- _____. **O Brasil na vida de Eça de Queiróz**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/a.
- MADDISON, Angus. **La economia mundial 1820-1992**. Análisis y estadísticas. Paris, OCDE, 1997.
- MANNING, William R. **Arbitration Treaties among the American Nations**: To the Close of the Year 1910. OXFORD: Oxford University Press, 1924.
- MARTÍNEZ, Pedro Santos. **Documentos diplomáticos sobre historia argentina (1850 – 1954)**. Tomo V: 1890-1909. Selección procedente de los Archivos Diplomáticos Del Ministério de Asuntos Exteriores (Madrid), Ministère dês Affaires Étrangères (Paris), Archivo de Alcalá de Henares (España) y Public Record Office, Foreign Office (Londres). Mendoza: C.E.I.H.C., 2002.

MECHAM, J. Lloyd. **The United States and Inter-American Security**, 1889-1960. Austin: Institute of Latin American Studies; University of Texas Press, 1961.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José. **Quando eu era vivo** - memórias 1867 - 1934. Porto Alegre: Globo, 1942.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da república** (Afrânio de Melo Franco e seu tempo). 3 vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed, 1955.

MENDONÇA, Renato de. **Fronteira em Marcha**. Ensaio de Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1956.

MENDONÇA, Salvador de. **A situação internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Obras do barão do Rio Branco** - Discursos. Rio de Janeiro, vol. IX.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos** – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870 – 2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **O eixo-argentina-Brasil**- o processo de integração da América Latina. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1987.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONIZ DE ARAGÃO, Embaixador José Luiz de Lima e Silva. **Como morreu o barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **Cartas sem título** - polêmicas e entrevistas. Rio de Janeiro: s.ed., 1902.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOTA FILHO, Candido. **Vida de Eduardo Prado(a)**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1967.

NABUCO, Joaquim. **Cartas a amigos**. Coletadas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2v.

NABUCO, Joaquim. **Diários**: 1873-1910. Prefácios e notas de Evaldo Cabral de Mello, org. Lélia Coelho Frota, Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, 2v.

- NAPOLEÃO, Aluízio. **Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- NORA, Pierre **Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.
- O barão do Rio Branco visto por grandes autores**. CARDIM, Carlos Henrique, FRANCO, Álvaro da Costa. (orgs). Rio de Janeiro: EMC, 2003.
- OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história** e outros ensaios. Rio de Janeiro: Topbooks/Liberty Fund, 2003.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Obra Seleta de Manuel de Oliveira Lima**. Alexandre Barbosa Lima (org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. **Panamericanismo**: Bolivar, Monroe e Roosevelt. Brasília, Senado Federal, 1980. (edição original, Rio, Garnier, 1907).
- PANDIÁ CALÓGERAS, João. **Idéias políticas de Pandiá Calógeras**. Introdução, cronologia, nota bibliográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- PARADISO, José. **Um lugar no mundo**: a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de ficção** (1870 a 1920). Rio de Janeiro: J. Olympio/MEC, 1973.
- PERKINS, Dexter. **Monroe doctrine**: 1867-1907(the). Gloucester: P Smith, 1966.
- PESSOA, Eptácio. **Conferência de Paz**: diplomacia e direito internacional. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. (Obras Completas de Eptácio Pessoa - vol. XIV).
- _____. **Pela Verdade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- PIRES, Homero. **Correspondência - Ruy Barbosa**. São Paulo: Livraria Academia, 1932.
- POMPÉIA, Raul. **Crônicas 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / OLAC/ FENAME, 1982, volume 9.
- PONTES, Eloy. **A vida inquieta de Raul Pompéia**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1935.
- PRADO, Eduardo Paulo da Silva. **A Ilusão americana**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 2001.
- _____. **Faustos da ditadura militar no Brazil**. 5ª. ed. São Paulo: Magalhaes, 1923.

- RAJA GABAGLIA, Laurita P. **Epitácio Pessoa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- RAPOPORT, Mário & SPIGUEL, Cláudio. **Política exterior argentina – Poder y conflictos internos (1880-2001)**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005.
- _____. **Historia Econômica, política y social de la Argentina (1880-2000)** Buenos Aires: Macchi, 2000.
- REMARQUE, Erich M. **Nada de novo do Front**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- RENOUVIN, Pierre. **Histoire des Relations Internationales**. 3 volumes. Paris: Hachette, 1994.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: DIFEL, 1967.
- RIBET, J. **Le Vol de l'Aigle**, de Monroe a Roosevelt. Paris: Flammarion. 1905.
- RICARDO, Cassiano. **O Tratado de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 2v. 1954.
- RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- _____. **Visões do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. CARDIM, Carlos Henrique, FRANCO, Álvaro da Costa. (orgs). Rio de Janeiro: EMC, 2002.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Questões de Limites**. 3ª. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- RIO BRANCO, Raul. **Reminiscências do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- ROBLEDO, Antonio Gomes. **México y el arbitraje internacional**. México, D.F.: Editorial Porrúa, S.A., 1965
- RODRIGO OCTÁVIO. **Minhas memórias dos outros**. Nova série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RODRIGUES, Leda Boechat (org.) **Uma História Diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RUIZ MORENO, Isidoro, **Historia de las relaciones exteriores argentinas** (1810-1955), Buenos Aires, Perrot, 1961.

SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe. **Brasil entre a América e a Europa**, o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: UNESP, 2004.

SANZ, Luis Santiago: **Zeballos**. El tratado de 1881. Guerra del Pacífico. Un discurso académico y seis estudios de historia diplomática. Buenos Aires: Pleamar, 1985.

SARAIVA, José Flávio S. (org.), **Relações Internacionais - dois séculos de história**. Vol. I: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SCENNA, Miguel Angel. **Argentina-Brasil** Cuatro siglos de rivalidad. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.

SCOTT, James Brown. (editor) **The proceedings of the Hague Peace Conference**, the conference of 1907. vol. I e II. New York: Oxford University Press, 1920,

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2001.

SILVA, Raul Mendes (org.) **Missões de paz**, a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais. Edição comemorativa dos cem anos de paz nas fronteiras. Rio de Janeiro: Editora Multimídia, 2003.

SMITH, Joseph. **Unequal Giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1973.

SOARES, José Carlos de Macedo. **O Brasil e a Sociedade das Nações**. Paris: A. Pedone, 1927.

STATHIS, Stephen W. Congressional Gold Medals 1776-2002. **CRS Report for Congress Received through the CRS Web**. The Library of Congress, 2002.

- STEAD, William. **O Brasil em Haia**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.
- SYRETT, Harold C. (org.) **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. São Paulo, Editora Cultrix, 1980.
- TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, 2v.
- TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- TOYNBEE, A. J. **Estudos de História Contemporânea**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (Cadernos da UnB).
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Aspectos biográficos de Euclides da Cunha. **Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo**, 2000.
- VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. Org. Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VERÍSSIMO, José. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal; Funag, 1996.
- VIANNA, Hélio. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, s.a.
- _____. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- VINHOSA, Francisco Luiz T. **Guia de pesquisa - Domício da Gama em Washington (1911-1918)**. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1983.
- _____. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
- Walter Benjamin -- Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WALTERS, Frank P. **A history of the League of Nations**. London: Oxford University Press, 1952.
- WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2004.

WILLIAMS, Mary Wilhelmine. **Anglo-American Isthmian diplomacy – 1815-1915**. Massachussets: Peter Smith, 1965.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLFERS, Arnold **Discord and collaboration: essays on international politics**. Baltimore: Johns Hopkins(The), 1975.

ZEBALLOS, Estanislao. **Diplomacia desarmada**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1974.

D) TESES E DISSERTAÇÕES

BELL, Sidney. **Woodrow Wilson and the evolution of the new diplomacy**. 1969. 351 p. Thesis (Ph.D. in History). University of Wisconsin.

CONDURU, Guilherme Frazão. **A política externa de Rio Branco e os tratados do ABC**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1998.

KAPLAN, Edward Stephen. **The latin american policy of William Jennings Bryan, 1913-1915**. 1970. 253 p. Thesis (Ph.D. in History). New York University.

KESTENBAUM, Justin Louis. **The question of intervention in Mexico, 1913-1917**. 1963. 240f. Thesis (Ph.D. in History). Northwestern University.

LANE, Janet. **United States-Mexican diplomatic relations, 1917-1942**. 1972. 276 f. Thesis (Ph.D. in History). Georgetown University.

MEGARGEE, Richard. **The diplomacy of John Bassett Moore: realism in american foreign policy**. 1963. 412 p. Thesis (Ph.D. in History). Northwestern University.

MULHOLLAN, Paige Elliott. **Philander Knox and dollar diplomacy 1909-1913**. 1966. 283 p. Thesis (Ph.D. in History). University of Texas.

ROBERTSON Jr., O. Zeller. **México and non-intervention, 1910-1919: The policy, the practice and the law**. 1969. 326 p. Thesis (Ph.D. in Political Science International law and relations). University of Califórnia.

ROSENBERG, Emily S. **World War I and the growth of United States preponderance in Latin America**. 1973. 263 p. Thesis (Ph.D. in History). University of New York at Stony Brook.

SANTOS, Norma Breda dos **Le Brésil et la Société des Nations**, 1920-1926. Genebra, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1996. (thèse de doctorat)

E) ENTREVISTAS E PALESTRAS

COSTA E SILVA, Alberto. **11ª Jornada Nacional de Literatura**. Palestra - Diversidade cultural: O diálogo das diferenças. Passo Fundo, 25 de agosto de 2005.

Embaixador Álvaro da Costa Franco. FUNAG, Rio, 14 de Julho de 2003.

Embaixador João Hermes da Fonseca. Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2003.

F) DOCUMENTARIO

Epopéia Euclýdeacreana. Direção de Rodrigo Neves. Narração de Carlos Vereza. Trilha de Berna Ceppas. Fotografia de Celso Kava. Premiado pelo Ministério da Cultura. 20 minutos.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.